

P. W. DEVIVIER S. J.

CURSO
DE
APOLOGETICA
CHRISTÃ

VERSÃO PORTUGUEZA FELO

P. MANOEL MARTINS S. J.



COMP. MELHORAMENTOS DE S. PAULO

(Waiszhoz imacs incorporada)

S. PAULO - CAVEIRAS - RIO - RECIFE

Curso
de
Apologetica Christã

EXPOSIÇÃO RACIOCINADA
DOS FUNDAMENTOS DA FÉ

PELO

P.º W. DEYVIER S. J.

Picco del Cristo 10-20
Versão portuguesa pelo P.º MANOEL MARTINS S. J.



EDITORA-PROPRIETARIA
COMP. MELHORAMENTOS DE S. PAULO
(Weiszlog Irmãos incorporada)
S. PAULO - CAVEIRAS - RIO - RECIFE

Imprimi potest

Bahia, die 2 Februarii 1924.

ANTONIUS PINTO S. J.

Superior Missionis S. J. Brasiliae Septentrionalis

Nihil obstat

S. Pauli, 14 Maii 1924.

Sac. Dor. JOSEPH PROCOPIO DE MAGALHÃES

Censor.

Imprima-se

S. Paulo, 15 de Maio de 1924.

Congego Dr. JOÃO MARTINS LADEIRA

Por Comissão de S. Exc.^a Rev.^{ma}

Imprimi potest

Bahia, 3 novembris 1925.

ALOISIUS BAECHEM S. J.

Sup. Missi Brasil Sept. Prov. Lusit.

Imprimatur

Ex. comm. Exmi. Archiepiscopi.

S. Pauli, 25 novembris 1925.

JOSEPHUS GIANNELLA S. J.

Sup. Missi Bras. Centralis.

CARTA DE S. S. PIO X

quando Patriarcha de Veneza

ao editor da traducção italiana desta obra

Muito me honra o seu pedido de eu juntar minha humilde voz á dos eminentes Prelados, que louvaram o *Curso d'Apologetica Christã* do P. W. Devivier.

Tal é, na verdade, o merito desta obra que, onde quer que for conhecida, será procurada pelos sacerdotes para relembrar as verdades aprendidas no seu curso dogmatico. Elles a espalharão tambem nas familias como resumo dessa theologia, que os leigos só podem estudar dum modo incompleto, mas que não podem ignorar para darem razão da sua fé a si e aos outros, defendendo-a contra as accusações suscitadas.

Approvo, pois, o juizo favoravel dado por tantos homens distinctos e acho até o elogio do traductor inferior á mesma obra. Tambem quizera vê-la nas mãos dos jovens e homens de toda a condição, e mesmo nas mãos das senhoras, pois ellas ás vezes deixam de, nesta época de negligencia em materia de instrução religiosa, aprofundar as coisas da fé, e vivem n'um estado de duvida, produzido pelas objecções, que não sabem resolver.

Regozijando-me do bem que fazeis, preparando esta 2.^a edição italiana, faço votos para que esta obra seja conhecida e dada como lembrança da 1.^a communhão, como premio nas casas de educação, como brinde a jovens esposos: e quizera que fosse recommendada como livro de leitura nas familias christãs. Tenho para mim, que todos os que a lerem, dirão, ao Senhor, confirmados na verdade religiosa: «Vossos testemunhos são infinitamente dignos de fé» (Ps. 92). Elles reconhecerão tambem quanta perfidia ha em outros livros, por demais espalhados, inimigos da religião, e reduzirão ao silencio, com nobre franqueza, os que em conversas particulares ousam calumniar a Igreja em algum ponto...

Mantua, 20 d'abril de 1894.

† JOSE, CARD. SARTO

CARTA DO Ex.^{MO} e REV.^{MO} Sr. D. SEBASTIÃO LEME,
M. D. Arcebispo-Coadjutor do Rio de Janeiro
ao Rev.^o P.^o Antonio Pinto, Superior dos Jesuitas portuguezes
do Norte do Brasil.

M.^o R.^{do} Sr. Padre

Bem pode V. Paternidade avaliar com quanta alegria recebi a noticia da proxima traducção portugueza do « Cours d'Apologetique Chretienne » do Pe. W. Devivier!

Livro approvado e louvado por 42 bispos de reconhecida competencia e por vultos autorizados das letras religiosas, obra que conta mais de 16 edições e já está traduzida em diversas linguas, o Curso de Apologetica do Pe. Devivier por si mesmo se impõe aos homens estudiosos do Brasil.

Uma Apologetica que mereceu as mais lisongeiras apreciações da *Bibliographie Catholique*, do *Precis Historique*, do *Polybiblion*, da *Civiltà Cattolica* e de outras revistas de valor mundial, não é, de certo, um manual commum de vulgarização, destinado a pessoas incapazes de estudos mais substanciosos.

Outra não foi a apreciação que de tão notavel obra fizeram mestres de alta competencia, como sejam Monsenhor Mermillod e o Em.^o Cardeal Mazzella, o grande luminar no campo theologico.

« É uma admiravel Summa em que se encontram apresentadas, com grande energia, as provas da divindade da religião christã e da Igreja Catholica Romana... É, tambem, uma victoriosa refutação, em nome da sciencia, das objecções formuladas contra o Pentateucho, e das accusações de que é alvo a Igreja Catholica... Nella se encontram todas as qualidades de um bom livro — methodo, clareza, precisão e concisão... Os homens instruidos o lerão com fructo... As pessoas do mundo o percorrerão com proveito e prazer... É uma obra sabia e profunda... Offerece aos espiritos serios um ensino claro, conciso e solido... É uma apologetica completa que está ao par das discussões e descobertas modernas... Tem todas as qualidades para ser um livro classico... »

Basta reflectir, pouco que seja, no valor dessas palavras do eminente e sabio Cardeal, para se verificar logo que um livro assim não pode deixar de fazer grande bem á nossa mocidade estudiosa e aos homens cultos, em geral.

Muito é para desejar que a obra de Devivier seja conhecida e estudada pelos catholicos de nossa terra e por quantos se interessam por assumptos de ordem religiosa.

Tenho para mim que, meditando nos argumentos compendiados por esse auctor, um espirito sem preconceitos terá meio caminho andado na conquista e firmeza da fé.

Que os nossos parochos e sacerdotes, zelosos da salvação das almas, procurem diffundir o Curso de Apologetica entre tantos e

tantos homens que, illustrados em outras disciplinas, vivem na mais escura ignorancia, no que diz com a Religião!

Para a instrução religiosa dos moços que frequentam cursos academicos ou o ultimo triennio dos gymnasios, não conheço melhor auctor. Oxalá que todos os membros das associações religiosas dispersas pelo Brasil tomem a si a honra de serem propagandistas desse livro.

Não haverá mais bello apostolado nem mais valiosa obra de zelo que levar aos homens os argumentos e as razões da fé catholica. Para essa opportunissima missão no seio da juventude e da intellectualidade brasileira abençõe Deus o livro que em boa hora V. P. fez editar em portuguez!

De V. Paternidade

Servo em N. Senhor Jesus Christo:

† SEBASTIÃO LEME, A.-C.

CARTA-PREFACIO

Meu Padre Manuel Martins

Acaba V. Rev.^a de prestar um relevantissimo serviço á causa de Deus nas terras de lingua portugêsa. Traduzindo DEVIVIER, realizou um desejo de quantos entre nós conheciam o original do Jesuita Belga.

Dê mim confesso que nenhum outro auctor me encheu as medidas em tal assumpto como elle.

A esse livro tenho até ligada uma das mais saudosas e consoladoras recordações da minha vida: — foram essas as paginas que mandei a RAMALHO ORTIGÃO, quando, numa extensa carta, que a alguns pareceu um lance de ousadia, mas que foi incontestavelmente um desafogo de sinceridade amistosa, convidei o maravilhoso escriptor e finissimo critico á conversão decisiva e á practica integral do catholicismo. A leitura daquella sóbria e vigorosa Apologetica acabou de inundar-lhe a alma de luz; e, pouco depois de fechado o volume, publicou Ramalho, a proposito do projecto de monumento ao Marquês de Pombal, a sua lealissima retractação acerca da Companhia de Jesus, seguida por outros artigos de orientação bem orthodoxa; alguns dos quaes foram enriquecer a prosa opulenta das «Ultimas Farpas». Mas houve mais do que isso: as convicções enraizadas na intelligencia do auctor da «Hollanda», por aquella leitura fizeram pullular seivoso um pomar que se recamou de fructos. Vontade e coração receberam d'ali calor, como a razão recebera luz. RAMALHO ORTIGÃO beijou reverente a mão da Igreja, á qual em horas de preconceito elle engeitara a benção maternal; chegou-se aos Sacramentos com verdadeira fé; e acabou crente fervoroso, com a morte do justo. Decididamente, para aquelle peregrino talento, já então em franco desejo de conhecer a verdade, DEVIVIER, fôra um guia illustrado e seguro!

Quiz V. Rev.^a que elle o fôsse para muitos outros; e com esta traducção vae estender muito a esphera de acção daquellas paginas. Bem haja! que não as sei eu mais opportunamente adaptadas á mentalidade hodierna.

O desequilibrio philosophico dos systemas aventurados pelos sonhadores metaphysicos dos ultimos dois seculos veit provocar a reacção do seculo actual. As sociedades vão-se desenganando. Os idolos do scientismo, liberalismo, democratismo, içados pela incredulidade sobre os pedestaes onde campeavam antes figuras sagradas.

vão ruindo desfeitos no pó da sua propria inconsistencia; a inefficacia dos palavrões jacobinos para darem um atomo de felicidade, e os cataclismos sociaes destes ultimos annos, a firmarem a resultante profundamente inditosa de tantas theorias sem Deus; todo este conjuncto de desillusões preparava a geração contemporanea, mormente os intellectuaes e a mocidade, para receberem a influencia de uma educação solidamente apologetica, em que, a tanta inanidade, se substituisse um bem cimentado alicerce de certeza e de virtude.

De um antigo discipulo meu, talento brilhante, bem orientado e amigo de estudos sérios, academico hoje do ultimo anno juridico, recebi ha dias estas linhas:

— «Não se pode avaliar o que seria o mundo, o que seriam os homens, se o catholicismo fosse comprehendido de verdade! Nestes tempos de tanta inquietação, mas tambem de tão anciosa busca da Verdade, não seria uma grande missão a do Escriptor que emprehendesse mostrar de uma maneira, persuasiva e moderna que a verdade, a plenitude, o socego, a paz estão no Catholicismo? Não se diga que isto se tem feito em todos os tempos. Se já o fizeram, nunca o ambiente esteve preparado como o de hoje. Não sei que me faz ver que o triumpho da Verdade no mundo é qualquer coisa imminente e proxima. Que nos estará preparando Deus para o dia de amanhã?»

Este verbo da esperanza echoa hoje por toda a parte, onde quer que haja uma intelligencia reflexiva, ou uma juventude briosa. E, para não sairmos das terras de lingua portugueza, é abrimos os olhos para o esplendido desabrochar da mocidade nas Escolas Superiores da Bahia e de Minas; e percorreremos as columnas que a imprensa catholica portugueza consagra aos sympathicos rapazes da Universidade de Coimbra e da juventude catholica de Lisboa.

Com a traducção do *Curso de Apologetica* do PADRE DEVIVIER veio V. Rev.^a transmittir a Brasileiros e Portuguezes a luminosa e opportunissima resposta do auctor a esse verbo da esperanza.

Este livro é dos que devem figurar nas estantes de todos os homens instruidos, como livro de consulta; este livro é sobretudo dos que a nossa mocidade estudiosa deve adoptar como texto nas aulas de Religião, e versar com diurna e nocturna mão nas horas de séria cultura do espirito. Digo mais: este livro é para ser lido e relido por quantos na tribuna, nas cathedras, na imprensa, nos salões, nas viagens, hajam de ventilar, com conhecimento de causa, os grandes problemas que se relacionam com os altos destinos da humanidade.

Como V. Rev.^a vê, estou quasi a plagial-o. Ainda ha pouco V. Rev.^a me escrevia com pouca differença essas ultimas phrases, nas linhas em que me transmittia as impressões recebidas ao traduzir essa obra preciosa.

E uma vez que entrei em tão bom caminho, vá lá mais um trecho, não de plagio, mas de citação.

Transcrevendo para aqui essa passagem da sua lavra, terei declarado a quem me lêr quão desnecessaria era esta minha humillima collaboração.

Não pôde recusar-lh'a — é verdade — o meu affecto fraternal; mas, quando houve de satisfazer ao convite, que só a modestia do

Traductor pode ter inspirado, não achei, em formulas minhas, mais exacta informação da obra, que o despretençioso, parecer de V. Rev.^a, o qual nesta carta lhe reenvio:

— «É um livro essencialmente didactico, muito methodico na doutrina, seguro e convincente no raciocinio, e ao mesmo tempo atilado e circumspecto no ventilar as questões, sobrio sem deficiencias nem demasias na linguagem, e enfim tão bem meditado e substancioso que suave e fortemente triumpho das intelligencias que não fechem acintosamente os olhos á verdade.»

Accrescentarei que até os adversarios terão que elogiar em DEVIVIER: quando mais não seja, a correcção e cortezia do polemista, só egualada pelo vigor do dialectico e do apologeta.

Boa prova são destes dotes sobnelevantes a multiplicidade de edições que a obra teve em poucos annos, e os muitos traductores que lhe quizeram dar fóros de cidade nas suas Patrias respectivas.

Approvações episcopaes não faltaram tambem a DEVIVIER, como estimulo e justa recompensa. Na 22.^a edição da Belgica, que é a do que me tenho utilizado, vejo as do Santo Padre Pio X, de 8 Cardeaes, 10 Arcebispos e 38 Bispos.

Com todos estes titulos de valor intrinseco e de auctoridade extrinseca estava mais que justificada a escolha feita por V. Rev.^a para empregar o seu tempo e enriquecer os paes de lingua portugueza com a sua traducção. Deixe-me felicital-o, ao terminar, pelo modo como realizou essa traducção. Deixou bem desmentido o dictado italiano: *traduttore, traditore*, ou melhor criou para essa triste regra uma formosa excepção.

DEVIVIER passou nas suas paginas a fallar portuguez de lei, sem rebuscamentos nem desleixos, com tal lucidez, singeleza e dignidade que sem encarecimento se pode dizer que o traductor foi emulo feliz do auctor.

A Deus Nosso Senhor fico pedindo se digne abençoar o apostolado que o seu volumé é chamado a exercer no Brasil, em Portugal e nas colonias deste, mormente entre os intellectuaes e entre a mocidade.

Collegio Antonio Vieira, festa da Assumpção de N.^a S.^a, 1922.

P. LUIZ GONZAGA CABRAL S. J.

INTRODUÇÃO

AO

CURSO DE APOLOGETICA CHRISTÃ

PROLOGO

Toda a sciencia toma como ponto de partida nas suas demonstrações, verdades evidentes, ou já demonstradas em outra. Tambem a Apologetica, que quer provar a realidade do facto da Revelação e da instituição divina da Igreja catholica romana, poderia presuppôr provado bom numero de verdades philosophicas. Julgamos contudo util, e nos tempos actuaes mesmo necessario, apresentar aos jovens catholicos uma demonstração preliminar da existencia de Deus, e da espiritualidade, liberdade e immortalidade da alma humana.

E primeiro a existencia de Deus ¹.

Nunca deveria ser necessario, para honra da humanidade, provar-se a existencia de Deus. Mas como ha homens, que a negam pelo menos por palavras, convém, que se saiba responder-lhes triumphantemente. Ha até sabios que por um lado affirmam: que a sciencia se estriba *unicamente na experiencia*», que «esta experiencia não tem nada com questões de essencia e de origem» (Littre); que «a sciencia não se occupa das causas primarias nem da finalidade das coisas» (Berthelot), mas por outro lado querem concluir, em nome da mesma sciencia, a não-existencia da causa primaria! Se acreditássemos a estes, os progressos da chimica, physica, biologia, astronomia e das mais *sciencias experimentaes*, cujo campo é unica-

1) A ideia de Deus está tão profundamente gravada na alma do homem, que os antigos Padres da Igreja e os primeiros escriptores ecclesiasticos em geral se dispensavam de provar que Deus existe. Origenes chega a declarar que «é dar prova de pouco juizo, querer demonstrar o que é evidente». Os proprios philosophos pagãos eram deste parecer. Segundo Platão, não se pode conservar o sangue-frio em presença de homens que negam a Divindade porque contradizem a evidencia mesma. (Carbottelle: S. J.).

mente a *materia*, teriam demonstrado a inutilidade d'um Creador, causa e origem de tudo.

Menos brutal, mas mais perfida é a *duvida*, causada por uma especie de anemia intellectual. Esta obscureceu as verdades mais evidentes e enfraqueceu as convicções de muitos¹. A' força de ouvir repetidas vezes, que a razão humana não é capaz de estabelecer os fundamentos da fé, que não se pode demonstrar nem a Divindade de Jesus Christo, nem a immortalidade da alma, nem a existencia de Deus, nem mesmo qualquer verdade objectiva, ha christãos a perguntar-se inquietos, se realmente a sua fé está baseada em fundamentos bastante solidos. O que é indubitavel é que o christão instruido deve, hoje mais que nunca, poder provar, a si e aos outros, a verdade primordial da existencia de Deus. Haverá problema mais importante e fundamental entre todos os que podem excitar a curiosidade do homem? Não está todo o edificio da religião fundado sobre a existencia de Deus? E' baldada pretensão de certa philosophia, querer fazer consistir o progresso na negação do que ella chama « *chimera* »; não impedirá que deante da intelligencia capaz de reflectir se levante, cedo ou tarde, esta pergunta decisiva: « Donde vens? Para onde vaes? Tens um Senhor? Tens um juiz? E uma vez posto o problema, poderá ser deixado de lado, razoavelmente, sem procurar-se-lhe a solução? Toda a vida muda evidentemente de aspecto e significação conforme o aspecto, que tem, ou d'uma cadeia fatal de phenomenos mechanicos com a decomposição definitiva por termo, ou d'um preludio d'outra vida sem fim, onde a liberdade humana receberá o premio das boas obras, effectuadas durante nossa curta permanencia nesta terra.

Depois de termos demonstrado a existencia de Deus, fallaremos da alma humana e provaremos sua espiritualidade, liberdade e immortalidade.

1) «Porque inquiris obstinadamente, d'onde vindes, para onde ides, ou se ha um creador intelligente, livre e bom? Nada sabereis jámais de tudo isto. *Deixae, pois, essas chimeras*. A perfeição do homem e da ordem social está em não se importar d'isso. O espirito tanto mais se esclarece, quanto maior é a obscuridade em que deixa esses pretendidos problemas...». Littré, *Revue des Deux-Mondes*, 1 de jan. de 1866. Não podemos citar Littré sem lembrar que elle quiz morrer baptisado e crente.

CAPITULO I

Deus, sua existencia e natureza

ART. I. — EXISTENCIA DE DEUS

Ideia de Deus. — Observa-se no mundo um facto realmente innegavel, a saber, que toda a humanidade possui a ideia de um Ser superior, Causa primeira do universo e Senhor soberano do homem. E, não sómente todos teem esta ideia de Deus, senão que tambem todos creem na sua existencia e todas as linguas conhecidas teem uma palavra para o nomear¹.

Vamos provar como este *facto de uma affirmação universal* da existencia de Deus é verdadeiro e depois demonstraremos que elle, só por si, constitue uma prova da existencia de Deus.

Mas, se assim é, em que se funda então a humanidade para tão unanimemente crer na existencia de Deus, ou qual é a razão desta crença? Respondemos com S. Paulo e com o auctor do livro da Sabedoria², que a existencia de Deus é uma consequencia logica da existencia do mundo sensivel e do universo.

Divisão. — Para a prova da existencia de Deus fundar-nos-hemos pois, 1.^o *indirectamente* na *affirmação universal* do genero humano; 2.^o *directamente* na existencia

1) «Deus é cá na terra o mais popular dos seres. O lavrador no campo, apoiado ao instrumento do seu trabalho, levanta os olhos para o céu e em seguida falla de Deus a seus filhos com uma simplicidade de expressão igual á simplicidade da sua alma. O pobre o chama, o moribundo o invoca, o perverso o teme, o homem de bem o bendiz, os reis brindam com suas corôas, os exercitos o collocam á frente dos seus batalhões, a victoria lhe rende graças, a derrota a Elle vae procurar socorro, os povos por seu meio se armam contra os tyrannos: e não ha logar, tempo, occasião, ou sentimento algum, em que não appareça Deus e não seja nomeado...

O que encerra esta palavra: Juro? Um nome apenas; mas é o nome de Deus. E' o nome, que todos os povos adoram, a que levantaram templos, consagraram sacerdotes, dirigiram preces; é o maior dos nomes, o mais santo, o mais efficaz, o mais popular, que os labios humanos jámais tiveram a dita de pronunciar.» Lacordaire, 45.^a Confer.

2) Sap. XIII.

do universo e na ordem admirável, que nelle campeia; 3.º nas consequencias absurdas e desastrosas, que derivam do atheismo.

Quanto áquella affirmação universal da existencia de Deus, pode ella apresentar-se-nos por duas formas: uma *explicita* e formal, quando vem expressamente formulada nas profissões de fé ou em praticas religiosas; e outra *implicita*, quando, apesar de não vir enunciada em termos precisos, se acha comtudo encerrada na affirmação geral de outra verdade, de que, convindo, a poderemos considerar como separada. Passemos desde já a estudar esta dupla affirmação, explicita e implicita, do genero humano.

PRIMEIRA PROVA

AFFIRMAÇÃO EXPLICITA DA EXISTENCIA DE DEUS

Temos nós que provar duas proposições:

1) O genero humano *affirma explicitamente* a existencia de Deus;

2) As propriedades *caracteristicas* d'esta affirmação e os *fructos*, que d'ella procedem, nos demonstram claramente que ella não pode ser falsa.

1. — O genero humano *affirma a existencia de Deus*. — A universalidade da crença em Deus é um facto evidentemente attestado pela historia, pelas narrações dos viajantes e pelo veredicto de uma sciencia nova, a chamada *sciencia das religiões*.

Verdade é que o genuino conceito de Deus se foi continuamente adulterando; e não menos verdade é que os homens estão longe de conformar os seus procedimentos com as normas por essa crença exigidas nas diversas circumstancias, em que se encontram, na sua vida. Mas, e isto só basta para a nossa these, nas mais graves conjuncturas della, nesses momentos em que, abafadas as paixões, a consciencia levanta mais alto a sua voz, o genero humano, reconhecendo a existencia de um Ser supremo, para elle appella como para seu Senhor e Juiz.

A) *Affirmam a existencia de Deus os povos barbaros*: Para a demonstração desta verdade seria mister recorrer a

todos os auctores antigos, que nos deixaram noticias sobre os primitivos povos¹: Homero, Hesiodo, Herodoto, etc.; mas é impossivel. Ver-se-hia como deste concerto universal de vozes só algumas se ergueriam discordantes, mas estas mesmas renderiam testemunho á universalidade da crença em Deus².

Mas, dir-se-ha talvez, estes auctores só conheciam uma parte restricta do genero humano. Ainda que assim fosse, ao menos hoje conhecem-se completamente, ou pouco menos, todos os povos do mundo; pelo que se pôde universalizar a todos elles a seguinte affirmação summaria de Levingstone, relativa á Africa: «Por degradadas que se encontrem as raças africanas, é excusado fallar-lhes da existencia de Deus ou da vida futura. São *universalmente* reconhecidas estas duas verdades em toda a Africa». Tambem no interior das cavernas prehistoricas os vestigios ou signaes dos cultos primitivos nos revelam a crença do genero humano na existencia de Deus. E por isso é que Tiele, um dos sabios mais versados na sciencia das religiões, chega a affirmar que a religião é «um phenomeno universal na humanidade».

OBJECÇÃO. — Um viajante no seculo XVIII julgou ter encontrado povos degradados, embrutecidos e privados de qualquer noção de Deus. Houve transportes de jubilo até ao delirio no campo do atheismo. Afinal não era a crença em Deus universal a todo o genero humano!

RESPOSTA. — Serve-nos muito bem o succedido ao nosso intento, porque vem corroborar o grande valor demonstrante, que tem a affirmação do genero humano. Tanto

1) «Qual é, pergunta Cicero, a familia humana, em que o conhecimento da divindade se não antecipe a qualquer conhecimento litterario? Não ha nação por grosseira e selvagem que seja, que não creia na existencia dos deuses, ainda que quanto á natureza delles se engane» (*De natura deorum*, IX).

— «Se discorredes pelo mundo, assegura Plutarcho, podereis encontrar cidades indefensas, etc., mas um povo *sem Deus*, sem orações, sem juramentos, sem ritos religiosos, sem sacrificios, é coisa que jámais se viu» (*Adv. Col. Epic.*).

— «Todos os homens, assegura Maximo de Tyro, tanto o gregó como o barbaro, tanto o habitante dos continentes como o das ilhas, professam unanimemente a existencia de Deus. E, se desde os comços do mundo dois ou tres miseraveis houve sem Deus, tendo por certissimo que foram uma raça abjecta, impracional, esteril, ferida de morte» (*Dissert.* I.).

— «Todos os que têm juizo, diz Platão, no principio das suas accções, grandes ou pequenas, invocam a divindade» (*Tim.*).

2) Tal é o testemunho de Lucrecio, que louva a Epicuro por ter sido o primeiro a atacar a religião (Livro II); e o do impio Luciano, que chega a confessar que, se não ha Deus, estão enganados todos os homens». Vid. Plutarcho, *De placitis philosoph.* L. I.

medo se tem della, que se acolhe com transportes de jubilo o testemunho de um viajante, forçosamente mal informado, pois que nem sequer conhecia a lingua e costumes dos naturaes, da região, a que se referia. Bem ephemeros foram, comtudo, estes triumphos; porque houve de reconhecer-se depois que, em materia de religião, levavam aquelles selvagens vantagem a mais de um povo civilizado¹.

Muito digno de notar-se é este testemunho dos povos *barbaros*, pois mostra até onde chega o instincto da natureza humana; comtudo o testemunho dos povos civilizados é muito mais avantajado em valor.

B) *Affirmam a existencia de Deus os povos civilizados.* — Por entre as ruinas dos povos desaparecidos do mundo, nas inscrições mysteriosas dos monumentos egypcios e babilonicos, a cada pagina da historia dos grandes povos antigos se depara com o nome de Deus. A Grecia levantava aras a todas as divindades e até ao *Deus desconhecido*. Roma, no seu Pantheon, dava acolhimento a todos os deuses do mundo avassallado; e toda a vida publica e privada do povo-rei tinha por base a religião². E por isso é que, quando já mais tarde, o christianismo começou a fazer ruir o paganismo, bastou accusarem de atheus os primeiros christãos, para contra elles se desencadearem todas as paixões populares.

Sobrevieram depois as hordas barbaras, saídas das florestas germanicas, e repartiram entre si o esfarrapado Imperio romano; interveio immediatamente a Igreja, que conquistou esses ferozes conquistadores e os fez prostrar aos pés da cruz. E foi este o começo desse grande periodo de fé universal, a que se chamou Edade Media.

Viu a era moderna surgir o philosophismo; mas nunca os seus coripeus, comquanto insultassem a Christo, ousaram negar a existencia de Deus. Exilou a Revolução franceza os sacerdotes, derribou os altares christãos, mas apressou-se a proclamar pela bocca de Robespierre, guindado a Grão-Sacerdote, que «a nação cria no Ser supre-

1) O caso passou-se com os Mincopias do archipelago de Andaman (Oceania), entre os quaes os Ingleses fundaram uma colonia penitenciaria. Averiguou-se depois que elles tinham crenças bastante perfectas e que admittiam um juizo depois da morte, que decidia ou por um merecido logar de delicias ou por um inferno gelado. Vid. P. Nicolay, *Histoire des croyances*; Guilbert, *Les Origines*.

2) Vid. Foustel de Coulanges: *La Cité antique*.

mo». Sobreveio, porem, Napoleão, que acudiu logo a desembaraçar dentre as suas ruinas a religião da «immensa maioria dos francezes».

Ainda mesmo hoje em dia são os atheus, nos paizes abalados pela impiedade, uma insignificante minoria. «Nem mesmo um atheu para cada cem paes de familia pode servir de base para os vossos calculos», dizia o racionalista Julio Simon aos partidarios da *escola neutra*¹. E ainda se concedia demasiado, opinava o mesmo auctor, em admittir-se um partidario ou dois da *escola neutra* para cada um dos departamentos francezes. Uma coisa parecida se passa nos outros paizes civilizados: na Inglaterra, na Allemanha, na Russia, na Hespanha, na Belgica, etc., como seria facil verificar.

Examinem-se os testemunhos dos auctores menos suspeitos², e ver-se-ha como todos reconhecem uma ou diversas religiões professadas pela humanidade.

Assim que, ninguem, ante um accordo de pareceres tão grande e tão imponente pela sua unanimidade, ousará pôr em duvida a seguinte conclusão de Quatrefages: «Eis-nos ante um factio realmente importante: *O atheismo*, quando se encontra, é em estado erratico. As massas populares sempre e em toda a parte lhe são extranhas; nem uma só das grandes raças humanas, e nem sequer alguma das menos importantes divisões dellas professou o atheismo»³. Sim, o factio é verdadeiramente notavel. Onde se viu já-mais uma semelhante unanimidade de pareceres em assumpto tão grave? Não será, porventura, a propria natureza, que, inclinando-se ante a evidencia da verdade, lhe rende esta solemne homenagem?

Baseia-se a força demonstrante deste testemunho universal no seguinte principio de S. Thomaz de Aquino: «É impossivel que seja falso um asserto, que todos os homens por unanimidade dão como verdadeiro. Uma opiniao erro-

1) Jules Simon, *L'Ecole*.

2) Por exemplo, o anarchista livre-pensador Eliseu Reclus, na sua *Geographie universelle*.

3) *L'Espèce humaine*, cap. 35, § V, Les Pygmées. — Acrescentemos ainda outro testemunho. «Este vasto campo de exploração (o da sciencia geral ou comparativa das religiões) que só agora se patenteou por completo com a decifração dos monumentos litterarios dos antigos povos civilizados... nos permite ler os seus documentos religiosos e verificar que, compulsados os escriptos dos mais antigos tempos, se vê existir a religião, sem que se viu nascer.» (Dr. Kraus, *Histoire de l'Eglise*).

anarchista

nea só, de facto, se ha de attribuir a um lapso da mente, e não á natureza do espirito, considerada em si mesma. O caracter proprio da opinião erronea tem que ser por conseguinte *accidental*; ora o que é *accidental* jámais pode ser *universal*. O que, portanto, o consenso dos homens, em materia de religião e de moral, dá por verdadeiro, de nenhum modo se pode ter por falso.» (*Contra Gent.* II, 34).

OBJECÇÃO. — Se bem se considera, não basta este testemunho do genero humano só por si para demonstrar a existencia de Deus. É coisa sabida que a idolatria reinou durante longos seculos em quasi todos os povos. «Tudo era deus, excepto o proprio Deus», disse Bossuet. Ora ter por deus um pedaço de pau ou *negal-o* vem a ser equivalentemente a mesma coisa.

RESPOSTA. — 1) Já Cicero respondeu muito bem a esta difficuldade. Embora entre os homens haja divergencia quanto á natureza de Deus, comtudo quanto á sua existencia ninguem ha que a ponha em duvida. *Quales sint, varium est; esse, nemo negat.* Pelo facto de se errar quanto á natureza de um ser, não se nega a existencia desse ser. Nega, porventura, a existencia da electricidade um homem ignorante, só porque faz da mesma electricidade um conceito erroneo? Se assim fôra, tambem os physicos haviam de pôr em duvida a existencia della, porque ainda estão muito longe de se porem de accordo quanto á sua natureza.

2) Tão evidente é a existencia de um Ser supremo, que, não obstante as deturpações, por que passou atravez dos seculos a ideia de Deus, persistiu, comtudo, sempre reconhecida por todo o género humano.

Esta solução tem igualmente valor para as difficuldades tiradas do pantheismo¹.

2. — As propriedades e fructos desta affirmação provam a verdade della.

1) AS PROPRIEDADES CARACTERISTICAS da affirmação geral da existencia de Deus são: *A universalidade* e a *espontaneidade*.

¹ Cf. Monsabré, quaresma de 1873, 3.^a conferencia. — Advirta-se tambem que mesmo em meio do Polytheismo se conservam os vestigios do Monothetismo primitivo.

a) *Universalidade.* — Já della bastantemente nos temos occupado. E realmente tem grande peso em seu favor uma opinião, que a grande maioria dos homens, se não todos, admittem. «Em vez de suppormos que toda a gente se engana, somos antes levados a crer que toda a gente é que tem razão.» (P. Monsabré).

b) *Espontaneidade.* — «Haveis notado, observa o Pe. Olivier S. J., que entre os nomes, que uma criança mais facilmente aprende e retém, como são os do pae e da mãe, tem a primazia o santo nome de Deus? Reparastes como não só o aprende e retém com facilidade, senão que tambem lhe comprehende o significado, pois que lhe liga uma importancia, que não dá a uma multidão de outros nomes, que parece a deveriam interessar mais?».

«Sinto que ha Deus, dizia La Bruyère, e não sinto que o não haja; isto me basta e todo o raciocinio dos homens para mim é inutil; concluo que Deus existe, por esta conclusão estar na *minha natureza*; os seus começos vieram-me tão espontaneamente com a infancia e conservei-os tão naturalmente na idade madura, que não são para eu os ter por falsos.»

Conhecidas são a este proposito as eloquentes palavras de Tertuliano. «Quereis que vos prove a existencia de Deus pelo testemunho da vossa alma? Apezar da prisão ao corpo, que a opprime; não obstante os preconceitos da educação, que a captivam; mau grado as paixões, que a enervam e os idolos, que a degradam; logo que torna em si, logo que sae do seu torpor, da sua lethargia e recobra a saúde, nomeia a Deus: *Grande Deus! Santo Deus! Queira Deus!* são as exclamações que saem espontaneamente dos labios de cada um. O testemunho da alma por natureza christan!».

Pouco faz ao caso que ou a educação ou o ensino tambem tivessem parte na ideia da existencia de Deus. O facto é que apenas esta ideia desperta numa alma, se lhe impõe irresistivelmente por estar de perfeito accordo com as aspirações da natureza humana. Ora não se pode admitir que a nossa natureza espontaneamente propenda para o erro.

2) OS FRUCTOS DESTA AFFIRMAÇÃO. — Pode-se applicar o que Nosso Senhor Jesus Christo diz dos homens

á propria doutrina delles: *Ex fructibus eorum cognoscetis eos* (Math. VII)¹. Para a humanidade foi sempre a crença em Deus, no Deus verdadeiro sobretudo, a fonte de felicidade, a única verdadeira consolação nos infortunios e o amparo eficaz da virtude. Em contraste com estes incentivos da crença em Deus, ahi estão hoje em dia patentes aos olhos de todos os fructos abominaveis do ensino atheu; a criminalidade nos menores, os suicidios, a corrupção, que á maneira de maré enchente de immundicias tem nos ultimos tempos ido subindo, como confessam auctoridades nada suspeitas nesta materia².

Se Deus não existisse, a religião seria uma pura mentira ou um convencionalismo social; ora como é possível que uma mentira dê origem ás virtudes heroicas dos santos, á paz, á alegria das suas almas; a uma innocencia, por exemplo, como a de um Estanislau ou uma caridade como a de S. Vicente de Paulo? Seria uma coisa incrível. Mas Deus existe e a religião é divina; e por isso, onde ella é venerada, tambem com ella é venerada a virtude. «Sim, exclamava Schiller, lei divina é essa que os *melhores dos homens* professam». «Tenho observado, dizia Frederico Bastiat, que os *melhores dos homens* só se acham entre os crentes»; e tornou-se tambem crente³.

1) «A virtude do homem, diz Renan, é afinal a grande prova de Deus». Ha nestas palavras do apostata um grande fundo de verdade, se attentarmos nas innumeradas conversões, que se operaram ante os feitos heroicos da caridade christã de todos os tempos, por exemplo os das Irmanzinhas dos pobres, em nossos dias.

2) V. Etudes, Tome LIX, 1893, *Les temps nouveaux: la jeunesse*.

O juiz de instrução criminal em Paris, o Sr. Guillot, escrevia ha pouco: «Nenhum homem cordato deixará de notar que o augmento espantoso de criminalidade entre a juventude data das reformas introduzidas na organização do ensino publico. O menino, que não é encaminhado para Deus, que não se arreceia do olhar de Deus, chegando a homem, viverá a capricho, e ao sabor do proprio interesse. Nem esperará mesmo até ser homem: desde logo, practicamente, terá como antigualhas tudo quanto o incommode: o sacrificio, o dever, e até a honra.» (*Paris qui souffre*, p. 262).

O Vice-Presidente do Senado francez dizia tambem: «As causas principaes da criminalidade são a deficiencia da instrução moral em os nossos estabelecimentos de ensino, e eu accrescentarei a falta da instrução religiosa.» (V. Etudes, 5 Fevrier 1898). Ha bem pouco, o Archivo de *Anthropologia criminal* publicava um artigo do Sr. Tarde, director da estatistica criminal no Ministerio da Justiça (França), do qual se desprende, clara como a luz do sol, a mesma conclusão. Encontram-se confissões identicas no livro de Alfred Fouillée: *La France au point de vue moral*. Cf. tambem M. de Mazade, *Revue des Deux-Mondes*, 15 Nov. 1889, p. 974. E desde então, quantas vezes estatisticas mais recentes tem vindo confirmar, e mesmo aggravar, estas inquietadoras affirmações!

3) Não será fóra de proposito fazer aqui uma observação relativamente a certos livres-pensadores, cujos procedimentos harmonizam com os dos homens honrados. Como se concilia com este facto a nossa asserção? A expliação é facil; os incredulos vivem no meio de uma sociedade, que, apesar dos

PRIMEIRA OBJECÇÃO. — A crença na existencia de Deus é um preconceito de educação.

RESPOSTA. — 1) Não se pode negar que a educação tem uma grande parte na origem das ideias. A experiencia quotidiana nos mostra com effeito quão arraigadas ficam sempre as ideias recebidas durante a infancia. Não é, contudo, a educação que dá origem ás ideias, mas desenvolve-as apenas. Não dá, pois, explicação ao conselho do genero humano em crer em Deus.

2) Além disto, o que é preconceito ou como que costume, *varia* de povo para povo e de seculo para seculo. A crença em Deus, pelo contrario, encontra-se *por toda a parte e sempre* a mesma. Como é, pois, que a *universalidade* e *perpetuidade* haviam de ser attributos só deste preconceito? O que é certo é que, independentemente de qualquer educação, existem no intimo da alma os germens pelo menos desta crença.

3) Se enfim esta crença não fosse mais que um preconceito, como é que a sciencia, segundo o testemunho dos sabios mais eminentes, a vem confirmar mais, em vez de acabar com ella?

SEGUNDA OBJECÇÃO. — Foi do temor que derivou a crença na existencia de um Deus. «Os homens, tomados de terror ante os grandiosos phenomenos da natureza (o raio, os movimentos sismicos, etc.), não lhes descobrindo a causa, attribuiram-nos a um Ser superior». Assim pensava Lucrecio: *Primus in orbe deos fecit timor*.

RESPOSTA. — 1) Mas, sendo assim, como é que então todos os povos tem a ideia de um Deus *bom, misericordioso*? Onde vem reconhecer o selvagem ignorante, a par dos genios malfazejos, por elle esconjurados, uma divindade tambem tutelar? e que o pagão chame a Jupiter *Deus optimus maximus*, assim como os christãos qualificam a Deus como *Summamente Bom*?

2) Accresce ainda que este temor, se querem que elle seja *religioso*, já evidentemente ha de presuppôr á ideia de Deus.

seus desvarios, se acha possuida de sentimentos christãos; pelo que, elles, sem darem por isso e como a seu pezar, vivem uma vida influenciada pelo meio. O atheismo *logicamente* leval-os-hia a negar a moral. E' mais um exemplo da inconsequencia feliz que apontamos. Além de que por vezes esta honradez não passa de um enfeite puramente externo!

3) E, finalmente, note-se que, conhecida a causa natural dos phenomenos, se ha de forçosamente desvanecer o temor por elles causado, e por conseguinte tambem a crença em Deus, porquanto se suppõe não ter ella *outro* fundamento. Ora, como nos ensina a historia, os grandes sabios á medida que iam conhecendo melhor as maravilhas da natureza, mais humildemente iam tambem reconhecendo a Deus como seu Auctor. (Vid. 5.^a prova).

TERCEIRA OBJECÇÃO. — A religião é uma invenção dos legisladores e dos padres.

RESPOSTA. — 1) Sendo assim, antes mesmo de se inventar a religião já ella tinha padres.

2) Quanto aos legisladores, bem viram elles a influencia da religião sobre os povos, o que prova que a ideia religiosa já preexistia, anterior á sua legislação. Tudo o que puderam fazer foi só instituir algumas festas e cerimoniaes, impor tal ou tal forma ao culto publico, etc. Sabe-se que os Imperadores romanos procuraram fazer-se passar por deuses, mas jámais houve algum homem, que se dissesse ter inventado a Deus.

QUARTA OBJECÇÃO. — Durante longos seculos andaram universalmente enganados os homens, por exemplo, quanto ao movimento do sol e dos astros. É, pois, natural que tambem errassem sobre a existencia de Deus.

RESPOSTA. — Não ha paridade nenhuma entre os dois erros, como é facil de ver. De um lado tracta-se de um facto completamente extranho á vida social e moral dos homens, ao seu ultimo fim e á sua felicidade; e do outro tracta-se de uma verdade transcendental, cujo menosprezo seria das mais terriveis consequencias, verdade de que as paixões, podendo, quereriam ver-se livres a todo o custo. No primeiro caso dá-se uma illusão por sua natureza facilmente explicavel; no segundo caso dar-se-hia um erro inevitavel e essencialissimo, que redundaria em descredito da propria razão, mesmo quanto a verdades das mais elementares.

CONCLUSÃO. — Não é, pois, possivel que se regeite o testemunho universal e espontaneo do genero humano, testemunho dado tanto pelas massas populares como pela innumeravel multidão dos sabios e dos santos. Nem tambem

é possivel deixar de reconhecer-se a verdade da crença em Deus á vista dos fructos maravilhosos, que elle nunca cessou de produzir. Sempre, para citar um caso só, a abnegada dedicação das Irmanzinhas dos pobres será uma demonstração da existencia de Deus, não menos convincente nem menos victoriosa que os mais irreprehensiveis raciocinios.

SEGUNDA PROVA

AFFIRMAÇÃO IMPLICITA DA EXISTENCIA DE DEUS¹

- 1) *O genero humano afirma a existencia de uma lei moral.*
- 2) *Essa lei moral é uma realidade.*
- 3) *Mas não é possivel existir a lei moral sem Deus existir; logo Deus existe.*

1. **O genero humano afirma a existencia de uma lei moral.** — A honradez, a justiça, o dever e o direito, o bem e o mal moral, a virtude e o vicio, são noções communs, reconhecidas por todos como verdadeiras e como affirmadas tanto pela consciencia de cada individuo como pela vida practica das sociedades humanas. Honrar a mãe ou matal-a, respeitar os bens de outrem ou roubar-lh'os, guardar a palavra dada ou violal-a, nunca foram coisas, para um homem de juizo, igualmente boas ou igualmente más em moral. Podem, sem duvida, os povos divergir quanto á apreciação moral de tal ou tal acto, e assim poderá ser além dos Pyreneus olhado como verdade o que, áquém delles, será considerado como um erro. Mas estas divergencias accidentaes não obstem a que todos os povos, apezar das suas aberrações, das suas fraquezas e dos seus

1) Para prevenir qualquer equivoco, observaremos que, partindo de pontos de vista differentes, se pode, seguindo as boas normas da *logica*, não sómente descer da existencia de Deus á da lei moral, senão tambem subir da existencia da lei moral á existencia de Deus. Quando por aquella via se chegou ao conhecimento certo de Deus, facil é concluir depois que, sendo Elle soberanamente perfeito, houve de estabelecer uma lei moral; e neste caso será a lei moral uma consequencia logica da existencia de Deus, que se suppõe conhecida. Mas quando, pelo contrario, se começa por verificar a existencia de uma lei moral, e se procura a explicação deste facto, se verá que ella é impossivel sem se admitir a existencia de Deus. Esta segunda via é que nós aqui seguimos.

crimes, não creiam na existencia do bem e do mal; não impedem que elles tenham vergonha de ser criminosos ou que pelo contrario se prezem de ser virtuosos. Todos os povos admittem este axioma: Faze o bem e evita o mal.

2. Esta lei moral é necessaria. — Se se recusasse o valor do testemunho humano sobre a existencia da lei moral, forçosamente se haviam de admittir as seguintes consequências:

1) A razão humana havia de enganar-se *invencivel e necessariamente* nas questões mais fundamentaes e essenciaes á vida, e só pensariam rectamente os que rejeitassem todas as leis, todos os direitos e toda e qualquer obrigação, isto é, os que a sociedade humana repelle como monstros horrendos.

2) A *sociedade*, que é indispensavel aos seres humanos, e que tem por base a lei moral, não teria por fundamento mais que uma abominavel mentira. Poder-se-hia por ventura imaginar uma sociedade, formada por homens, que olhassem o perjuro e os demais crimes como coisas indifferentes e que não quizessem ter por lei ou norma de vida senão o prazer e que não reconhecessem outro poder ou auctoridade senão a força bruta?

3) Seria mister admittir-se uma de duas consequências igualmente funestas: ou considerar como normal uma sociedade humana, em que se vivesse sem lei moral e em completa desordem, ou crer que esta mesma sociedade para subsistir precisasse estar persuadida, baseando-se numa falsidade, de que existe uma lei moral.

3. Esta lei moral é obrigatoria. — Ainda os idealistas mais scepticos quanto aos seus deveres, nunca o são, pelo menos, quanto aos seus direitos: o direito de propriedade individual ou collectiva, o direito á reputação, ao respeito, etc. Ora a que ficaria reduzido qualquer direito, se qualquer pessoa o pudesse livremente violar? não seria um contrasenso? O direito, que eu tenho, de possuir um campo necessariamente implica a obrigação de os meus vizinhos me respeitarem essa posse. Sempre um direito presuppõe uma obrigação.

4. Mas sem Deus não existe lei moral obrigatoria. Porque, com effeito:

A. *Só Deus pode obrigar.* a) A razão não pode realmente impor uma obrigação, segundo pretende Kant com os seus sequazes, partidarios da moral independente.

A razão não é senão uma parte do homem; que direito pode ella, pois, ter sobre o homem por inteiro? Poderá ella dar conselhos, que será prudente seguir; mas em virtude de que principio poderia ella obrigar? Menosprezando as suas luzes, poderemos nós ser uns insensatos, mas nunca uns revoltados. Ninguem se revolta senão contra quem é seu superior. « Que poder tem sobre mim uma lei, que eu não sei de quem e porque titulo me vem? pergunta Van Tricht. Que força pode ter uma lei que eu posso muito bem quebrantar, por não haver um juiz que por isso me peça contas, nem um Senhor para me punir, nem um Pae para me recompensar? ». O proprio Schopenhauer claramente o confessa, quando diz: « A ideia do dever só pertence á moral Theologica ». E é grande o numero dos racionalistas que neste ponto o acompanham, e por isso é que não cessam de excogitar systemas para salvaguardarem a sua moral independente (Guyau, Greusson, etc.). b) *As relações essenciaes das coisas* tambem não podem impor obrigação. Só, está claro, para ellas se podem tomar em conta os outros homens, ou os animaes ou a natureza. Somos nós, porventura, inferiores a estes seres? Mas com que razão lhes deveríamos nós então em certos casos sacrificar até a nossa propria vida e a nossa honra? c) *Nem tão pouco a sociedade* pode apresentar uma base para esta obrigação. É uma consequência da argumentação precedente, pois que a sociedade se compõe de homens que, tendo a mesma natureza, nos não são superiores. O Estado, pelo facto de ser Estado, não pode ser fonte de obrigação; porque primeiramente a vontade do Estado é uma coisa tão voluvel, que não pode servir de fundamento a uma lei, que a razão não poderia conceber sem o caracter de uma absoluta immutabilidade. O Estado, além disto, tambem está sujeito á obrigação de promulgar leis justas; ora quem diz *leis justas*, ou legislador justo, já suppõe uma justiça anterior a toda a lei humana, com a qual se deve conformar o proprio legislador.

Do sobredito se deduz, pois, que o unico auctor pos-

sível da lei moral é Deus, cuja vontade se impõe necessariamente ao homem.

B. *Toda a lei exige forçosamente uma sanção*, e a lei moral só Deus lhe pode dar uma sanção sufficiente. a) A experiencia nos demonstra com effeito que os homens não teem ordinariamente ao seu dispor a necessaria sanção. Quem é que, de facto, pode recompensar satisfactoriamente o merito das suas boas acções? Pode, sim, a sociedade, em certos casos, obrigar-nos a observar a moral; dispõe ella para esse fim da opinião, de certo numero de recompensas e da força. Mas em compensação é impotente para sancionar os actos *internos*; e além disto acontece-lhe galardoar o mal, proscriver o bem ou deixar impune o crime e esquecida a virtude. b) E não se diga que o testemunho da boa consciencia é o premio dos que fazem o bem, porque esta recompensa não está em proporção com os sacrificios, por vezes heroicos, que o dever impõe. E um homem que morre victima do seu dever, poderá, porventura, lograr o testemunho da sua consciencia?

A não ser, portanto, que se admitta uma lei sem legislador, ou uma obrigação desprovida de sanção, temos direito para propor o seguinte dilemma: Ou negar a lei moral, ou affirmar a existencia de Deus¹. Mas negar a lei moral, e negar que ella seja *obrigatoria*, é igualmente impossivel e absurdo; logo Deus existe.

TERCEIRA PROVA

A EXISTENCIA DO MUNDO VISIVEL

Na sua Carta aos Romanos condemna S. Paulo os pagãos, que conhecendo a Deus, lhe não deram a gloria como a Deus, pois que «substituíram a magestade de Deus incorruptivel por imagens, que representavam o homem corruptivel, aves, quadrupedes e reptis.» Com semelhantes pro-

1) Dir-se-ha talvez que a sanção da vida futura, por si, não impede as seducções do prazer. E' claro que ella não suprime a liberdade; mas quem não vê ser uma loucura arriscar a sua felicidade eterna por um prazer illicito, de um momento? Que seria então, se houvesse apenas o receio de uma problematica sanção na vida presente?

cedimentos, diz o Apostolo, «tornaram-se inexcusaveis, porquanto o que de Deus se pode conhecer o lêem elles em si; foi Deus quem lh'o manifestou. As suas perfeições infinitas, o seu eterno poder e divindade tornaram-se de facto, desde a criação do mundo, patentes á intelligencia por meio das obras d'Elle»¹.

Tanto aos ignorantes como aos sabios «contam os céus a gloria de Deus»². Uma intelligencia pouco culta, mas recta, reconhece logo á primeira vista quanto é absurdo que haja «um relógio a andar, sem ter existido um relojoeiro» (Voltaire). Mas, ainda que não seja mister ser grande philosofo para da obra subir ao obreiro, da creatura ao Creador, é bom, comtudo, certificar-nos de que a *Sciencia*, a verdadeira sciencia, ratifica as conclusões do senso commum. Consultemol-a, pois, e com satisfacção veremós que a existencia de Deus é, como já se disse, «o ultimo accordão da sciencia moderna». (Hirn).

Existe um ser eterno. Eis uma verdade, que não é nem pode ser contestada por ninguem, nem sequer pelo mais obstinado positivista. E, realmente, de um puro nada tambem nada jámais poderia sair: *ex nihilo nihil fit*. «Se num determinado momento nada existe, disse Bossuet, nada eternamente existirá.» Ora o universo existe. Logo temos que formular a seguinte questão nestes termos: Ou este ser, este universo com suas leis é o ser eterno, ou então forçosamente se ha de admittir fóra delle um outro ser distincto, que, por um acto creador livre e voluntario, lhe outhorgasse a existencia.

A opção necessariamente tem que recair sobre a ultima parte da disjunctiva, porque os seres, que com os nossos proprios olhos vemos, teem começo, transformam-se e desaparecem, e claramente se vê que elles poderiam não ter existido. Não teem, por conseguinte, em si a razão de ser da sua existencia; não são necessarios, mas *contingentes*, isto é, não exigindo por sua natureza o existirem, só podem ter a existencia mediante uma *Causa* extranha. Se esta causa extranha fosse por sua vez produzida por outra, anterior a ella, e esta anterior por outra antes della,

1) Rom. I, 20.

2) Psalmo XVIII, 2.

e assim successivamente, por força havíamos de chegar a uma causa não produzida e necessaria, a qual por sua natureza e em sua essencia possua a razão da sua existencia.

Debalde se recorreria a uma serie infinita de seres *contingentes*, que uns aos outros successivamente se dessem a existencia, porque, não tendo nenhum destes individuos em si a razão ultima da sua existencia, nem tambem a pode ter toda a serie. Nunca cincoenta cegos poderão jámais dar um vidente. Accumulae quantos zeros quizerdes, que nunca obtereis uma unidade. É, pois, necessario buscar fóra da serie esta razão ultima, e chegar a um ser, que não seja effeito de uma outra causa, mas que tenha a existencia por virtude da sua propria natureza, e que, por conseguinte, exista necessariamente e desde toda a eternidade. A este Ser é que nós chamamos *Deus*. Assim que, a existencia dos seres contingentes, de que se constitue o universo, nos força a concluir que Deus existe.

Inutilmente appellam tambem os materialistas para a eternidade da materia, que elles proclamam como *necessaria* e dão como *principio* de tudo quanto existe. Porquanto,

a) Repugna realmente á razão admittir que a materia seja necessaria ou que não possa não existir. Não se pode conceber um circulo-quadrado, porque implica contradicção nas ideias; mas não ha nenhuma difficuldade em imaginar-se menos um grão de areia na terra ou menos uma montanha. E tão pouco exige a razão a eternidade para a materia, e tanto olha como possível a anniquilação della, que se considerou como uma das mais bellas descobertas da sciencia moderna o principio da conservação da materia, que passou despercebido até ao fim do seculo XVIII¹.

1) Referimo-nos aqui, está claro, ao celebre principio de Lavoisier: «Nada se perde e nada se cria»; isto é, nas combinações ou decomposições chemicas o peso total do composto é igual ao peso dos componentes. É necessario, porém, fazer algumas observações a este proposito. — Surgiram nos ultimos tempos algumas duvidas ácerca da applicação deste principio geral. — 2. Havendo de cingir-se unicamente aos dados da *experencia*, não podem os materialistas, seguindo os seus principios, considerar esta lei senão como de *aproximação*. Jámais elles levarão a verificação até um atomo. — 3. Esta lei limita-se a enunciar um *facto*. E seria mister demonstrar pelo menos que este facto é a *expressão* de uma *necessidade* absoluta e que, não se creando hoje nada, jámais foi tambem creado. — 4. Esta lei é tão pouco contraria á fé christã e ao

b) Mas, ainda mesmo que a materia fosse eterna, o que os materialistas nunca provaram nem jámais provarão, porque se limitam só a *experencias*, não se seguiria d'ahi que essa materia pudesse ser a razão sufficiente ou causa das magnificencias do universo, e menos ainda da vida e da *intelligencia*. A causa total de um ser deve em realidade possuir, ao menos equivalentemente, a perfeição do ser causado. Se assim não fóra, como poderia ella transmittir-lhe o que não tem? Como daria vida á planta, sensação ao animal e, sobretudo, intelligencia ao homem, que são coisas incomparavelmente superiores á força bruta?

Inutil seria tambem que, por fugir á conclusão, se suppuzesse na materia uma não sei que *força evolutiva*. Desembaraçada do palavreado scientifico, em que a costumam apresentar disfarçada, vem afinal esta hypothese a fazer derivar o mais do menos, o mais perfeito do menos perfeito, e a por-se assim em completa opposição com o principio da razão sufficiente¹.

Podê a prova, que acabamos de dar, apresentar-se ainda sob outras formas, tomando-se por base principalmente o *movimento* e a *vida*, que no mundo se nos depaeram.

1.º O *movimento*. — A materia é essencialmente impotente para dar a si mesma o movimento. É esta indifferença absoluta para o movimento ou repouso, que se chama *inercia da materia*, um principio fundamental, admittido como postulado necessario por todos os sabios physicos e mechanicos. Ora bem, a materia encontra-se por toda a parte em movimento; logo existe um motor, distincto da materia. A causa primeira e sufficiente do movimento no mundo, é a que os homens chamam Deus. Logo Deus existe.

dogma da criação, que, já muitos seculos antes de Lavoisier, tinham Santo Agostinho, S. Thomaz, etc., seguindo a Aristoteles, ensinado a persistencia da materia prima através das transformações e combinações dos corpos. — 5. Facilmente se justifica pela razão que o crear ou anniquilar a materia são actos propios de um dominio soberano. Nenhuma das creaturas, nenhuma das causas secundarias pode realis-os, porque são reservados somente a Deus.

1) Nunca uma phase da evolução poderá jámais ser a razão sufficiente da phase seguinte, se ella não possuir uma perfeição igual ou superior á desta. A nossa censura está claro que só tem em vista o evolucionismo atheu. Logo que se admitta uma impulsão, uma direcção *intelligente*, já se indica aos seres contingentes uma causa realmente adequada.

2.º *A vida.* — O mesmo raciocínio se pode applicar á materia organica, para provar a existencia de Deus pelos seres vivos¹.

Todo o ser vivo recebeu de outro a forma de movimento, a que se chama vida; o vegetal provém de um vegetal, e o animal de um animal. É esta uma lei constante, confirmada pela experiencia. Subindo-se a serie ascendente dos seres vivos, forçosamente se ha de chegar a um primeiro ser que não recebeu de outrem a vida, mas que é a causa intelligente e poderosa, pela qual a vida teve começo, e mediante as leis da qual persevera e continúa a transmitir-se. A esta causa primeira, necessaria e eterna, a unica que pode dar a explicação da vida sobre a terra, é que nós chamamos Deus. Deus, portanto, existe.

QUARTA PROVA

AS PERFEIÇÕES E A ORDEM DO MUNDO

Leva-nos a existencia do mundo e do movimento, e especialmente a existencia dos seres vivos, a proclamar que um Ser necessario, eterno e soberanamente poderoso foi o Creador de tudo.

Mas é igualmente incontestavel:

1. Que em todo o universo se patenteia uma *ordem admiravel*;
2. Que esta ordem não pode provir, como effeito, senão de uma causa *intelligente*;
3. Que esta intelligencia só pode ser a *divina*. Portanto Deus existe.

1) O problema da vida é o grande pesadelo para o atheismo. E de facto a hypothese das gerações espontaneas está, como veremos, completamente abandonada pelos sabios. Pasteur deu á sciencia uma solução definitiva sobre este ponto. O proprio Tyndall, materialista e atheu, confessa que « nasciencia experimental não ha conclusão mais certa que aquella ».

« É forçoso optar, diz Virchow, entre a geração espontanea e a criação. Mas jámais se viu uma geração espontanea da materia organizada. Rejeitam-na não sómente os theologos senão tambem os sabios » (*Revue Scient.* 18 déc. 1877).

A *geologia* nos dá tambem como facto inconteste serem « as transformações, soffridas pelo nosso globo desde o começo, *incompatíveis* com a existencia do mais rudimentar dos organismos. » * Prova ella que houve tempo, em que não existia nem podia existir planta alguma ou algum animal.**

* De Lapparent, *Traité de Géologie*, pag. 217.

** Ha sabios que calculam em mais de 100.000 graus a temperatura do nosso globo em ignição.

I. *Existe no universo uma ordem admiravel.* — Falta-nos o espaço para darmos aqui uma ideia bastante desenvolvida dos esplendores e harmonias da criação. A simples leitura de um manual scientifico seria para um espirito atilado mais eloquente que as mais bellas descrições poeticas. Para se fazer uma pequena ideia apenas do que seja essa ordem, fixemos por um pouco a attenção sobre algumas destas maravilhas, a começar pelas astronomicas.

A. *O mundo sideral.* 1. *Sua immensidade.* — Muito dilatada nos parece a terra, e, comtudo, não tem mais de 40.000 km. de circumferencia. Precisar-se-hiam 1234 planetas do tamanho della para se poder comparar com Jupiter, e 1.270.000 para ella egualar o sol; e a estrella Sirio é treze vezes maior que o sol.

Por meio da luz, emittida pelos astros, é que nós podemos avistal-os, medir-lhes a distancia e seguir-lhes os movimentos. É sabido que esta luz percorre umas 75.000 leguas por segundo; comtudo, são precisos 8 minutos e meio para nos chegar a do sol; 14 annos a de Sirio¹; e 31 annos a da estrella polar. E, segundo Herschell, precisar-se-hia um milhão de annos para a luz das estrellas mais longinquas chegar até á terra.

2. *O numero dos astros.* — E qual é o numero dos astros, que povoam o firmamento? Só na via-lactea, de que faz parte o nosso systema solar, contou Herschell, munido do telescopio, mais de 18 milhões. E, todavia, ainda existem muitas outras nebulosas resoluveis, cujas distancias são de certo entre si comparaveis ás suas dimensões.

3. *Maravilhosa harmonia dos astros.* — Tudo na abobada celeste está em movimento; e, comtudo, ha neste enorme conjuncto de estrellas, de planetas com os seus satellites, de cometas, de aerolithos, uma ordem tão grande, que Newton, estudando os phenomenos da gravitação universal, pôde formular esta lei: Os corpos celestes attraem-se na razão directa das suas massas e na inversa do quadrado das distancias. Por toda a parte reina a unidade na diversidade, convém a saber, a ordem. « Este principio,

1) Esta estrella, que é a mais brilhante de todas as do céu, dista da terra 190.000 vezes mais que o sol.

observa M. Petit, director do observatorio de Tolosa, não só se harmoniza com todos os phenomenos observados, senão que permite descobrir effeitos, que a observação ainda não manifestara, como aconteceu com a descoberta de Neptuno, feita, em virtude d'elle, por Le Verrier».

Tudo no universo segue uma organização admiravel tanto pela sua variedade como pela sua simplicidade. Os movimentos, aparentemente complicadissimos, resultam de impulsos primitivos, combinados com os de uma força unica, que emana de cada uma das moléculas da materia. Não será, pois, este o caso de, com o Propheta-Rei, dizermos: *Coeli enarrant gloriam Dei?* No nosso systema solar, por exemplo, «o movimento proprio e inicial de cada planeta, movimento, que o leva em linha recta, contrabalança incessantemente a attracção, que a cada instante do seu curso o attrahe para o sol. E assim é que, por meio desta mechanica, milhões de massas collosaes giram na amplidão dos espaços, sem que o universo venha a ruir e a alagar-se em suas proprias ruinas»¹.

Nem é menos para admirar o movimento que é peculiar á terra. Sabemos, com effeito, que ella gira sobre si mesma em volta do seu eixo durante o espaço de 24 horas. Recebe ella por este movimento diurno a luz do sol de modo a formar a ininterrupta successão dos dias e das noites. A este movimento de rotação em volta do eixo accresce ainda o de translação no espaço. Sob o impulso desta dupla força é que ella annualmente descreve em volta do sol uma immensa ellipse, cujo maior diametro é de 75 milhões de leguas. Deste movimento engenhosissimo e constante, combinado com uma ligeira inclinação do eixo da terra relativamente á direcção dos raios solares, é que procedem as quatro estações do anno.

B. *Os tres reinos da natureza e sua mutua dependencia.* A parte do universo mais accessivel á nossa obser-

1) Vid. de Saint-Ellier, *L'ordre du monde physique*. As curiosidades scientificas, que vamos mencionar, são colligidas, pela maior parte, na obra citada, e no livro de M. Dabot, *Preuves de l'existence de Dieu*, Paris, Beauchesne, 1906. Podem tambem ser consultados: Léveque, *Les harmonies providentielles*, Hachette; de Lapparent, *Science et Apologetique*; de Laprade, *Le sentiment de la nature chez les modernes*; Gaborit, *Le beau dans la nature*; Fabre, *Souvenirs entomologiques*; Farges, *L'idée de Dieu d'après la science et la raison*; Janet, *Les causes finales*; Murat, *L'idée de Dieu dans les sciences contemporaines*, Le firmament, Paris, Téqui, 1909.

vação é o nosso pequeno mundo, que comprehende a terra, o sol e a lua. O que mórmente nos chama logo a attenção são as tres categorias, profundamente distinctas, que se notam nos seres creados, a que chamamos reino mineral, reino vegetal e reino animal. Não ha proporção entre o primeiro destes reinos e os outros dois. O mineral comprehende o sol inteiro, a lua e a quasi totalidade da terra, porque a vida manifesta-se apenas sobre uma parte da crosta terrestre. Mas *tudo* no universo está *relacionado*. O reino mineral é o fundamento e como substrato indispensavel aos dois reinos organicos. Não bastaria dizer-se que os vegetaes e animaes seriam muito outros, pois que nem mesmo existiriam, se a terra ou o sol soffresse qualquer modificação, um tanto importante.

A gravidade, ou por si ou por meio da pressão atmospherica, desempenha um papel proeminente nos movimentos dos liquidos de todo o organismo, isto é, nas funções mais essenciaes á vida vegetal e animal. Ora, a gravidade está intimamente relacionada com a massa terrestre, de modo que, se esta massa augmentasse ou diminuísse, esta mudança occasionaria tambem mudanças proporçionaes não só nos diferentes tecidos, que compõem o corpo dos seres vivos e no systema muscular, mas tambem na circulação dos liquidos nutritivos do organismo. Os seres organizados deviam, por conseguinte, ser organisados segundo outro plano, sob pena de morte. Tal é a importancia de uma só das leis physicas!

Pode-se, pois, dizer que não só o sol e a lua, mas tambem os rochedos aridos e os desertos arenosos exercem influencia sobre o nosso andar, sobre os movimentos dos nossos braços, sobre a respiração e circulação do nosso sangue e até sobre as nossas sensações e sobre a nossa vida material.

A importancia dos phenomenos solares não é menor, e é mais facil de verificar. Apagae o sol, e não tereis mais calor, nem vapor aquoso, nem correntes atmosphericas, nem chuvas, nem aguas correntes, nem liquidos; por toda a parte a morte se succederá á vida.

São, portanto, o sol e a terra indispensaveis á vida organica sobre o globo. A lua por sua vez concorre poderosamente para os phenomenos da vida numa parte con-

sideravel da nossa terra; ella é que dá origem aos movimentos oceanicos, chamados marés, e com o concurso das correntes atmosfericas favorece a oxigenação das aguas maritimas. Sem esta dissolução do ar nos oceanos todos os animaes marilimos estariam condemnados a perecer.

Tambem por sua parte os dois reinos organicos teem relações intimas entre si. Os animaes precisam das plantas, porque aspirando elles incessantemente o oxigenio da atmosphera e expirando o acido carbonico, ellas pelo contrario apoderam-se do carbonio contido no acido carbonico e restituem o oxigenio á atmosphera.

Coisa notavel! A paleontologia nos mostra que o homem, a creatura racional, o ser por sua razão immensamente superior aos mais perfeitos animaes, só appareceu sobre a face da terra, depois que ella se achava já preparada para o receber, e quando todas as coisas necessarias á vida nella existiam em abundancia. Devem de facto os mineraes, os vegetaes e animaes, a seu modo, prestar-lhe os seus serviços. «O homem, como soberano que é, encontra nos differentes reinos da natureza a morada em que habita, as roupas com que se cobre, os enfeites com que se adorna, os alimentos de que se nutre, os aromas que respira, os remedios que para seus males precisa, os confortos que nas fadigas o alliviam, os instrumentos que para os seus trabalhos necessita, e os materiaes que para as suas invenções se exigem... Ahi se lhe offerece vasto campo para a sua actividade intellectual, satisfacção para os caprichos da imaginação e pabulo para recreação dos sentidos. Accrescentemos ainda que elle sabe descobrir as forças occultas da natureza e trazel-as sujeitas aos seus intentos; assim faz da electricidade a mensageira rapida do seu pensamento, e deste mesmo agente e da agua evaporada tira forças que centupliquem o seu poder de trabalho». (P. Monsabré).

Occupá, por conseguinte, o homem o apice de uma pyramide, cuja base é formada pelo reino mineral, sendo o primeiro segmento formado pelo reino vegetal e o segundo pelo animal. Pode cada um destes segmentos, partindo do vertice ir-se renovando successivamente e desaparecendo, sem que o resto da pyramide venha a soffrer nada. Com a ordem invertida é que as coisas se passariam

muito differentemente, porque a suppressão da base ou de um segmento intermedio faria ruir o que se acha por cima.

É, pois, rigorosamente verdade dizer-se que a terra, o sol, todas as plantas e todos os animaes foram creados para o genero humano. A terra, a agua e o ar são necessarios ao desenvolvimento e á vida dos vegetaes; a terra, a agua, o ar e os vegetaes são necessarios ao desenvolvimento e á vida dos animaes; a terra, a agua, o ar, os vegetaes e os animaes são indispensaveis ao desenvolvimento harmonico do homem, considerado aqui como animal, mas animal, em que superintende a razão. Sem o concurso de tudo isto não poderia o rei da criação viver nem desenvolver as suas faculdades; mas por isso mesmo é que tudo no universo é tributario do homem, e por isso é que tambem a sciencia nos mostra ter elle apparecido sómente depois que tudo estava preparado para a sua vida.

Tiremos, pois, com M. de Lapparent a seguinte conclusão evidente: «Entre todos os signaes, pelos quaes num conjuncto de coisas se pode reconhecer a ordem e a harmonia, nenhum ha tão caracteristico como a *unidade*».

Que esta noção de unidade se nos imponha pelo espectáculo da natureza e que ella se nos vá tornando cada vez mais clara, á medida que a sciencia vae progredindo, é coisa que não admite duvida. «A sciencia, proclama M. Poincaré, caminha para a unidade da simplicidade». «As descobertas modernas, espontaneamente orientadas para um mesmo rumo, levam pelos mais diversos caminhos á mesma noção de unidade. E reconhecer que o progresso da sciencia nos leva a esta unidade e simplicidade não será já proclamar a evidencia dos signaes, pelos quaes se revela a Sabedoria soberana, que tudo ordenou?»¹

Virando já a vista do conjuncto para cada uma das particularidades, veremos que a constituição do homem ou de um animal qualquer, a sabia disposição dos seus membros, o exercicio dos seus orgãos e a variedade das suas funcções nos força a reconhecer nelle a obra de uma suprema intelligencia, a obra de Deus.

1) De Lapparent, *Science et Apologétique*.

C. *As maravilhas do composto humano.* Apresenta-se realmente o homem como a obra prima entre os seres da natureza sensível e como o rei da criação; não é, portanto, sem motivo que delle se faz um reino á parte, o reino humano.

Reune elle e resume em si as qualidades dos reinos inferiores; mas possui, além disso, a intelligencia e o livre-arbitrio, e por consequencia a moralidade e o sentimento religioso. E são estas qualidades espirituaes que o elevam acima da materia e lhe permitem alcançar a razão das coisas, e por este modo o levam ao conhecimento de Deus por meio da criação.

O animal vê, como nós, um relógio, collocado ante seus olhos, mas não vê mais além desse objecto material; e jámais pensará em attribuir-o a um relojoeiro. Mas o homem, por ignorante que seja, logo que nota o organismo do relógio e se convence de que as diferentes peças concorrem para imprimir aos ponteiros um movimento regular, que se destina a marcar as horas, pensa immediatamente num ser intelligente, que houve de moldar e dispor convenientemente o machinismo do relógio, afim de, por elle, medir o tempo. De um modo semelhante discorre elle ao contemplar a ordem admiravel que reina na região dos astros e no universo inteiro, e d'ahi conclue com muito maior força de razão que esta ordem complicada e constante exige uma intelligencia suprema e omnipotente, que tudo dispoz.

É impossivel que não se tire a mesma conclusão, quando se estudam os membros e órgãos, de que estamos providos, os olhos, por exemplo, e os ouvidos, que nos levam ao conhecimento do mundo exterior, e as mãos, que, pela sua forma, flexibilidade, força e mobilidade nos tornam aptos para um sem numero de obras por vezes delicadissimas.

Detenhamo-nos um pouco no exame do órgão da vista humana. Attente-se na multidão de requisitos que se devem achar reunidos e adaptados uns aos outros, para se realisar este unico phenomeno a que chamamos visão.

A natureza regulou as formas, a disposição e as respectivas densidades nas diferentes partes do olho, de modo a tornar este órgão um perfectissimo instrumento de optica.

a) Precisava-se primeiramente um nervo dotado de uma sensibilidade peculiar, que de nenhum modo se pudesse confundir com a sensibilidade tactil ou de outro órgão.

A retina, formada pela expansão do nervo optico, é o mais admiravel conjuncto de terminações nervosas que a economia humana nos apresenta. Distinguem-se nella até oito camadas, das quaes a mais interna, a que recebe a acção da luz, é formada por uma multidão de fibras finissimas, que se erguem como os fios delicadissimos do velludo, das quaes umas, com a forma de fios muito tenues, são chamadas bastonetezinhos, e outras, um pouco mais grossas, se chamam cônes. Estão estes bastonetezinhos e cônes apinhados, lado a lado uns dos outros, com muita regularidade, no fundo do olho, onde formam uma especie de mosaico de grande delicadeza. Como a sua grossura não vae além de dois centesimos de millimetro (ou um centesimo da grossura de um cabello), podem-se calcular 30 a 40 mil por millimetro quadrado; e pode-se tambem em geral dizer que a retina recebe por segundo mais de 500 trilhões de vibrações luminosas. Qual não é, pois, a extremada sensibilidade e a inconcebivel delicadeza da membrana retiniana, que sem fadiga recebe continuamente e por toda a vida essas innumeradas vibrações, e por meio dellas as cores, as formas, as menores particularidades dos objectos! E dizêr-se que a vista abrange quasi metade do horisonte, e que o olho recebe os cambiantes da luz, desde a mais leve e delicada phosphorescencia, até á luz do sol deslumbrante!

A este nervo optico deve adaptar-se um instrumento, que divida e distribua os raios luminosos sobre os diversos pontos da retina. «Se, diz Müller, a superficie, que recebe a luz radiante de um ponto, é a superficie lisa da retina, a luz desse ponto faz nascer a sensação de luz, mas não forma imagem». Para que a luz do exterior excite no olho a *imagem* correspondente aos corpos, que a emitem, precisa-se a presença de diversos appparelhos. É mister que a luz emanada dos diferentes pontos exteriores actue sómente sobre determinados pontos da retina e dispostos segundo uma determinada ordem e de modo que se opponham a que um ponto desta membrana seja

conjunctamente illuminado por diversos pontos do mundo exterior. Soube a natureza alcançar este maravilhoso resultado. A membrana solida, que reveste o órgão visual, é transparente numa parte da sua superficie, chamada *cornea*, que tem a forma de um vidro de relógio, e tem por fim dar passagem aos raios luminosos. Atraz dessa abertura encontram-se meios convergentes, que reúnem os raios luminosos de forma que produzam a imagem dos objectos. É no fundo desta camara escura e no mesmo eixo da *cornea* transparente e do *crystallino* que se encontra a expansão do nervo optico ou retina.

b) Muitos obstaculos devia encontrar a visão nitida dos corpos; mas a natureza se encarregou de arredal-os todos. Dois defeitos impedem nos nossos instrumentos opticos a visão nitida e bem contornada das imagens: o primeiro é o da *aberração de esphericidade*, que, em razão da forma espherica das lentes, não permite que concorram sensivelmente num ponto commum senão os raios muito vizinhos do eixo. Para se obviar a este inconveniente colloca-se ante a lente um diaphragma, que, estreitando a entrada, só permite a passagem aos raios pouco afastados do centro. Este meio empregou tambem a natureza na fabricação do olho: o *iris*, anteposto ao *crystallino*, faz as vezes de um verdadeiro diaphragma. — O segundo defeito provém da *differente refrangibilidade* dos raios luminosos. Os raios simples de côr diversa quebram-se, formando angulos differentes, de modo que uma unica lente não os pode fazer convergir para um mesmo ponto; e d'aqui é que proveem as franjas irisadas, que desfiguram as imagens nos oculos ordinarios. Alcançaram os oculistas corrigir este defeito combinando lentes com vidros differentes e de differente curvatura. No olho a disposição e as densidades do humor *aguoso*, do *vitreo* e do *crystallino* produzem um effeito parecido.

c) Deve, por fim, poder um instrumento optico alongar-se ou encurtar-se, segundo as distancias, para conservar á visão o mesmo grau de nitidez. Ora, é o que se passa no olho humano, que por si mesmo se adapta ás distancias, mediante um mecanismo interno, que faz variar a curvatura do *crystallino* e, consequentemente, a refração dos raios luminosos.

Razão tinha, pois, Newton para, depois de ter estudado este órgão, exclamar: «Podia Aquelle, que construiu o olho, ignorar as leis da optica?»¹.

Digamos tambem algo sobre o ouvido. Só apontaremos uma particularidade neste órgão, onde tudo, como na vista, denota uma arte maravilhosa. Ha no ouvido interno, situado na cavidade do osso temporal, além de outras peças engenhosamente combinadas, um tubo enrolado duas vezes e meia sobre si mesmo, similhando a concha do caracol, donde lhe vem o nome. Estão as espiras deste caracol divididas por membranas, ás quaes se adapta uma serie de fibras chamadas fibras de Corti, que são lensas como cordas vibrantes, cujo numero orça por umas 60 mil. Cada uma dellas está provida de um aparelho, que as pode esticar mais ou menos. São ellas deseguaes e vão diminuindo em comprimento desde um millimetro até um vigesimo de millimetro. Temos, pois, em cada ouvido uma especie de piano microscopico, em que tres mil cordas podem vibrar a unisono com os sons exteriores. E, como o nervo acustico se vem ramificar nestas cordas delicadas, por meio dellas recebe todos os sons musicaes dos instrumentos musicos com os seus limbres e as menores particularidades sonoras.

Quanto não poderíamos nós dizer tambem sobre as maravilhas, que encerram a garganta, o estomago, os pulmões, e cada uma das partes, do corpo humano?² Note-

1) Em muitos insectos o órgão da vista é um numerooso aggregado de olhos, terminados pela frente por numerosas facetas hexagonaes ou quadradas com grande regularidade juxtapostas. Cada uma destas facetas corresponde a um tubo, em que está o *crystallino* e é por conseguinte a *cornea* de um verdadeiro olho.

Contam-se umas 4.000 na mosca commum; mais de 6.000 na borboleta da seda, e mais de 12.000 na libellula. Esta multidão de olhos, ao mesmo tempo virados para mil pontos diversos, permitem que o insecto aviste a perigo, de qualquer parte que elle venha. A mobilidade, que lhes falta, é assim supprida pela sua multiplicidade.

2) Se o A. deste curso tivesse sobrevivido a um trabalho, relativamente recente, do Dr. L. Murat, destinado a provar pela glandula hepatica a finalidade dos órgãos humanos, ou a demonstrar por meio dellas a existencia de uma soberana Intelligencia, ordenadora e organisadora da materia, não deixaria de referir-se a elle neste logar, por ser tambem uma prova esplendida, e sobre aquelle ponto nova, para a apologetica. Argumento mais palpavel, positivo e contundente nem sequer o imaginaram os antigos apologetas.

É com effeito a glandula hepatica um prodigio na sua estrutura e funcionamento. Consta de um aggregado de mais de um milhão de lobulos ou corpusculos, visiveis á vista desarmada, quando se rasga o figado. Cada um destes lobulos se compõe ainda de uma multidão de cellulas entre si semelhantes e juxtapostas, em numero superior a 360 biliões para um figado de tamanho ordinario. São como outros tantos biliões de machinas, que funcio-

mos sómente que o interior do estomago está atapetado por uns 5 milhões de glandulas mucosas, que são outras tantas urnas microscopicas, que incessantemente segregam o succo gastrico, e o derramam nos alimentos, para os preparar e tornar aptos a fornecerem um sangue nutritivo¹.

É nos pulmões que o sangue se renova, devolvendo ao ar os elementos que elle arrasta e que são improprios á vida. E que delicadeza nesta continua mudança! Nem uma gotta de sangue nem uma bolhinha de ar, que bastaria para causar a morte, pode atravessar a membrana extremamente fina, que separa os alveolos pulmonares. E o seu numero eleva-se a 1800 milhões! E, nótamos de passagem, os vasos capillares, que distribuem o sangue, são tão numerosos, que bastaria a picada de uma agulha para rasgar algumas centenas delles. Encerra o corpo humano cerca de 800 bilhões de cellulas e todas concorrem para as funcções vitales. Ha, pois, nelle 800.000.000.000 de partes variadas e complexas, que actuam com um commum accordo maravilhoso e harmonico, e isto durante toda a nossa vida!

Não se acha sósinho o homem sobre a face da terra, senão que se vê rodeado de um sem numero de organismos vivos, em que a sciencia moderna descobriu maravilhas não menos para admirar. Citemos apenas uma particularidade. M. Blanchard, professor no Museu de Historia Natural de Paris, no principio do seu livro sobre *Les Métamorphoses et les mœurs des insectes*, diz o seguinte: « O estudo comparativo dos insectos mostrou nelles, como nos demais seres vivos, regras fixas e um plano de organização commum; provou a *correlação* constante de todas as partes do corpo dos articulados. Qualquer diversidade na forma de um appendice é o signal de um habito, de um instincto especial, de uma particularidade nas condições da existencia. O simples exame da mandibula ou da maxilla de um insecto ou, melhor ainda, de uma das suas patas, pode bastar para dar

nam por um modo tão artificioso no seu organismo e tão complicado na sua actividade, que já hoje a sciencia lhes aponta para cima de 45 funcções.

Com razão remata o A. este seu trabalho com as seguintes palavras: « Ante estas ultimas descobertas da sciencia moderna, a duvida tom que desaparecer de uma consciencia recta e de um espirito logico... A existencia de Deus, como dizia Descartes, não é menos certa que qualquer das demonstrações da geometria. » Vid. L. Murat, *La finalité en Biologie*, Paris, 1908.

(Nota do traductor).

1) Périer, *Anatomie*, pag. 318.

uma ideia das formas geraes do animal e para nos revelar o seu genero de vida.»

Não menos admiravel é o que se observa nos instinctos desses mesmos insectos, mórmente no que respeita á conservação da especie¹.

II. Esta ordem no mundo é obra de uma intelligencia. — Para qualquer homem se torna evidente e certissima esta conclusão, com tal que a irreflexão ou a má vontade, interessada em inventar sophismas, lhe não venham vendar ou entenebrececer o brilho desta verdade. Nenhum entendimento humano, a não ser fazendo-se violencia a si mesmo, ousará jámais recusar uma sabedoria profunda ao auctor das harmonias do universo. Simplicissimo é realmente o raciocinio, que se precisa fazer, para sobre este ponto se alcançar uma convicção plena.

a) *Demonstração directa.* — É signal manifesto de uma causa intelligente a realisação de um plano magnifico, de antemão concebido, plano resultante de uma sabia combinação de elementos diversos e infinitamente numerosos, mórmente quando elle se desenvolve de um modo constante e durante muitos seculos. Ora este plano se nos patenteia por todo o universo, tanto no mundo dos astros como sobre a face da terra, e de um modo ainda mais especial no próprio ser humano. Bastaria mesmo a analyse attenta de um só organismo para forçosamente se deduzir esta conclusão.

A razão é porque só uma intelligencia é capaz de fazer com que um grande numero de elementos dispersos e por si indifferentes a toda sorte de posições, se reunam e se disponham com ordem e symetria, para assim concorrerem a um fim commum, a um resultado evidentemente util. Só, de facto, uma intelligencia pode de antemão determinar o intento, que se propõe realisar, e conhecer a aptidão e a proporção dos meios tendentes a alcançar esse fim, e unir finalmente esses elementos de modo a obter a realisação do plano util, préviamente formado, e mais ainda a obtel-a com estabilidade.

1) Podem ser consultados, sobre este assumpto, M. Blanchard, obra citada; Habier, *Psychologie*; Fabre, *Souvenirs entomologiques*; de Saint-Ellier, obra citada; Latreille, *Cours d'entomologie*.

E, note-se que não se trata de explicar a existencia de um órgão só, o da vista por exemplo, uma só vez furtivamente obtido, depois de um sem numero de combinações sem resultado; mas a existencia de todos os organismos que existem, isto é, de todos os vegetaes, de todos os animaes e de todos os homens da terra. Ora, só quanto ás especies, se contam já para cima de 100 mil no reino animal; e no vegetal o seu numero vae ainda muito além. E quanto aos individuos comprehendidos em cada uma das especies, quem os poderia contar? ¹

Além disto, os seres organizados, que hoje vivem, foram precedidos por outros a elles semelhantes, em numero incalculavel, desde a sua primeira apparição sobre a terra. E este prodigioso trabalho de organização effectuou-se ininterrupto, durante milhares e milhares de annos ou seculos, e sempre por meio de elementos materiaes por si indifferentes a uma determinada ordem.

Demonstra-nos, além disto, a observação que os seres organizados, mas ainda em germen, teem uma forma muito diversa da adulta. D'aqui se segue que cada individuo, que apparece no mundo, de novo nos apresenta á solução todo o problema de uma construcção nova e sobremaneira complicada. E entretanto, segundo os materialistas, este trabalho, por exemplo, da fabricacção do olho humano, tão perfeitamente executado, seria obra realisada por milhões de atomos ou *ions*, nenhum dos quaes sabe o que faz nem porquê nem como o faz. Segundo elles, uma innumeravel multidão de atomos ter-se-hiam combinado e coordenado todos segundo uma ordem perfeita e grandemente util,

1) Será bom lembrar aqui a prodigiosa fecundidade de certas especies de animaes. A ova do arenque póde encerrar 35 mil ovos; e um solho de tamanho ordinario contaram-se mais de 1 milhão e 400 mil. Ora qual é o homem de juizo, que ouse attribuir ao acaso, palavra sem realidade objectiva, o poder de fazer que nesses pequenissimos ovos, em que os mais aperfeiçoados instrumentos opticos nada com precisão revelam, se forme um organismo tão complicado e sempre invariavelmente conformado, como o que em breve d'ahi sairá? E dizer-se que cada um desses novos peixes virá por sua vez a ter uma fecundidade parecida áquella! E, pois o cego acaso que, milhões de vezes, ha de em cada geração reunir a materia dissociada para com ella formar seres maravilhosos e sempre identicos nas fórmas e nos instinctos!

Se, além disto, considerarmos, não cada especie de per si, mas todo o conjunto das especies existentes, as suas mutuas relações, a correlação nos seus órgãos, a unidade no seu typo na variedade das fórmas, e mil outras particularidades, muito mais nos veremos forçados a, com Cuvier, Agassiz, Quatrefages e muitos outros mestros nestas sciencias, recorrer á soberana sabedoria de uma intelligencia suprema e sapientissima ordenadora do universo.

de um lado em cellulas nervosas e de outro em cellulas motoras ou glandulares, sem intervenção de intelligencia alguma; e estas cellulas, assim constituidas, ter-se-hiam agrupado em forma de cerebro para os vertebrados, na de cadeia ganglionar para os annellados, na de systema difuso para os molluscos, dando sempre e infallivelmente a cada ser a forma typica, que lhe corresponde segundo a especie a que pertence. Equivaleria isto a dizer-se que milhões de cegos, partindo e caminhando, sem guias, de todos os pontos da terra, se teriam ido todos postar, segundo uma ordem muito complicada, mas muito regular, na praça da Concordia em Paris, e a crer-se, mais ainda, que este portentoso phenomeno se teria repetido, não uma, senão milhões e milhões de vezes ¹.

Qual dentre os atheus ousaria dizer a sério que qualquer dos nossos instrumentos de optica se podia fazer por si mesmo, sem a intervenção de um obreiro intelligente? Ha numa machina de costura ou de escrever muito menos peças, destinadas e apropriadas ao fim que nellas se tem em vista, do que no ouvido ou no apparelho da circulação sanguinea; e, cómtudo, que trabalho e intelligencia se não precisou para a construcção dessa machina?

Esta necessidade de uma intelligencia se vê, talvez mais palpavelmente, quando se pensa no que passa dentro do ovo de um passaro durante o tempo da incubação. Temos alli uma machina viva, que, sem a ave o saber, se vae formando, num estreito recinto, separado do mundo exterior por uns veus impenetraveis. Quantas adaptações alli se vão realisando com relação aos *futuros* meios, que ainda não exercem *influencia* alguma sobre o trabalho embryonario! Fóra brilha a luz; e já dentro, no seio das trevas, se vão construindo esses tão delicados instrumentos chamados olhos. Fóra ha vegetaes e animaes, que hão de

1) Voltaire, em vez de discutir a sério com os materialistas do seu tempo, dizia-lhes: « Enchei um sacco de poeira e despejao-o numa pipa; mexei depois bem e por bastante tempo; e vereis como delle saem quadros, plantas e animaes ». Bem se deixa ver que este dizer, apesar de extravagante na forma, encerra um argumento sério.

« O materialista, observa a este proposito Fouillée, arranja tudo com atomos, isto é, com uma especie de grãos de poeira, que elle faz mover no espaço como em cavidade immensa. Não é isto uma genuina mythologia, e não se precisa uma grande dose de ingenuidade para se acreditar que esta dansa de cubozinhos ou de pequenas espheras é o fluido ou essencia dos seres, da vida, dos sentimentos e do pensamento? »

servir de alimento; dentro já se estão fabricando os tubos, as retortas, os apparatus complicados, que vão servir á digestão e á assimilação. Fóra ha os elementos inteiramente diversos, a terra, a agua e o ar; dentro se formam já os órgãos da locomoção terrestre, aquatica e aerea. A harmonia preestabelecida é completa e tão perfeita que nada nella falta nem superabunda¹.

b) *Demonstração indirecta*². — Se a causa da ordem que se patenteia no mundo, e mórmente em cada um dos seres vivos, não é uma intelligencia ordenadora, qual poderia então ser essa causa?

1. *O acaso?* Mas o que é o acaso, senão uma palavra que apenas serve para capear a nossa ignorancia? Nunca este imaginado organisador deslocou jámais de seu lugar um pequenissimo atomo. E dado que elle pudesse produzir algo, seria, quando muito, só a desordem e o chaos. Como poderia elle, cego e inconstante como é, realisar maravilhas de ordem e de perfeição, e não só por uma vez e occasionalmente, senão universalmente e com perpetuidade atravez dos seculos?³ Equivaleria a dizer-se que dos caracteres da imprensa, lançados á toa para o ar, iria sair composta a Eneida, a Iliada ou a Athalia. «Se o concurso fortuito dos atomos, observa Cicero, pudesse fabricar um mundo com tanta belleza, porque não poderia tambem fazer coisas incomparavelmente mais faceis como um portico, um templo, uma casa, uma cidade?... Pode porventura ser homem, que raciocina, quem attribue não a uma causa intelligente, mas ao acaso, os movimentos do céu tão concertados, o curso dos astros tão regular, coisas em seu conjunto tão bem combinadas, tão bem proporcionadas e guiadas com tanta intelligencia, que a nossa intelligencia ante ellas fica confundida? Quando vemos mover-se artificialmente qualquer machina, uma esphera, por exemplo, ou um relógio ou coisas parecidas, não pomos em duvida

1) Vid. de Saint-Ellier, *L'ordre du monde*; Murat, *L'idée de Dieu dans les Sciences contemporaines*.

2) Note-se que o atheu já foi refutado pelo que precede. Por que razão nega elle realmente a Deus? Porque se recusa a reconhecer um organisador intelligente do universo. Logo que se reconhega este organisador, se é forçado a reconhecer neste ser soberanamente subio o Deus, cuja existencia toda a humanidade universalmente admitte.

3) «Pode haver absurdo mais flagrante, do que um acervo de coisas cegas a produzir seres intelligentes?» (Montesquieu).

a intervenção do espirito para a realização deste invento: e havemos de pôr em duvida que o mundo seja governado, não digo sómente por uma intelligencia excellente, mas por uma intelligencia divina?» (*De Nat. deorum*).

2. *Será por ventura a natureza?* Mas o que se quer designar por meio desta palavra?¹

a) Será o «conjuncto de todos os seres, que constituem o universo visível»?² Mas nesse caso já a natureza presuppõe a ordem preestabelecida; *provém* della, e não a produziu.

b) Será por ventura o *systema das leis*, que regem os phenomenos e os seres? Mas um *systema* de leis presuppõe um legislador. Qual é elle?

c) Será, talvez, «o primeiro principio das operações e das propriedades dos seres», principio *universal*, como a *alma*, a *razão universal* dos estoicos³; ou a *força*, a *energia*, a *vontade*, a *ideia*, dos pantheistas modernos; ou o principio *particular individuan*te de cada ser?

Mas ou esse principio seja geral ou particular, nunca poderá dar a razão da ordem, que se patenteia em todo o universo, se não for dotado de intelligencia ou não for por ella guiado.

d) Será emfim a *evolução*, que produz essa admiravel harmonia, que vemos por todo o universo e em cada um dos seres, que delle fazem parte? Mas porque ha nelle evolução? E, se nelle não ha uma intelligencia para a conceber e organizar, como é que essa evolução tem por termo uma harmonia e ordem admiraveis, e não se encaminha antes para a desordem e para o chaos? Dirão talvez que a natureza tende forçosamente para o seu fim. Seja assim, mas á similhaça de uma bala, que necessariamente vae dar no alvo, com tal que seja lançada por mão intelligente, com determinada carga de explosivo, com um peso

1) É este, talvez, um dos exemplos mais typicos de palavras equivocas. «A palavra natureza, confessa Condorcet, é um desses termos, que tanto mais communmente se empregam, quanto mais raramente tem um sentido preciso nos que os ouvem ou proferem». (Citado por Littré, *Dictionnaire*, na palavra *Nature*).

2) «A vossa natureza, diz Voltaire, é um vocabulo apenas, inventado para designar o conjuncto das coisas.»

3) «Principio *caelum ac terras...*

*Spiritus intus alit, totumque infusa per artus
Mens agitat molem, et magno se corpore miscet.*»

(Virgilio, *Eneida*, VI).

certo do projectil e por meio de um adaptado systema de espingarda e boa pontaria. Então sim vae a bala forçosamente bater no ponto de antemão fixado.

III. Esta causa intelligente ordenadora do mundo só pode ser Deus. — Tal é a conclusão que se deduz de tudo o que acabamos de dizer. A ordem perfectissima, que temos observado e admirado no mundo, nós força a admittir a existencia de um ordenador, soberanamente intelligente e poderoso. Ora, a este Ser, junctamente causa e Senhor de todas as coisas, é que os homens chamam Deus; logo Deus existe.

Só, portanto, nos resta analysar, como faremos depois, o conceito de Deus, a sua natureza e attributos, mostrando como Elle é unico, independente, perfeito, essencialmente bom, etc.; e como todos nós lhe devemos respeito, obediencia e amor como a supremo Senhor e Pae de todos nós¹.

QUINTA PROVA

CONTRADICÇÕES DO ATHEISMO E SUAS FUNESTAS CONSEQUENCIAS

Sempre as contradicções e funestas consequencias de uma doutrina serviram como demonstração da falsidade della. Não é menos efficaz este genero de provas, posto que indirectas. Convirá, pois, dar aqui em resumo algumas das contradicções e consequencias funestas do atheismo, se bem que já antes deixámos entrever não poucas dellas.

Chama-se atheismo a negação directa e formal de toda a divindade. Costuma-se elle dividir em atheismo *theorico* e atheismo *pratico*, ou atheismo de entendimento e atheismo de coração. Mas raramente anda um desacompanhado do outro, porque o atheismo nas ideias tem quasi sempre co-

1) O escopo desta demonstração é dar a conhecer a existencia de um ser distincto da materia e superior a tudo o que se vê e apalpa, ao qual nós estamos essencialmente sujeitos. Logo que o homem admitta fóra e acima da materia, objecto directo da sciencia experimental, um ser eminentemente soberano e poderoso, já não pode eximir-se a tributar-lhe o culto de adoração, como também fizeram todos os homens, que antes d'elle vieram ao mundo.

meco no coração ou numa vida, que corre desregrada, como se Deus não existisse. A perversidade do coração traz consigo perversão das ideias; porque, quando o homem se entrega ás paixões desregradas, não vê em Deus mais que um juiz justiceiro, e por isso bem quizera que elle não existisse. «Só nega a Deus quem está interessado em que elle não exista», diz Sancto Agostinho. «Quizera ver um homem sobrio, comedido, casto, recto, assegurar que não ha Deus, affirma La Bruyère; ao menos este fallaria desinteressadamente; mas um homem assim não se encontra». «Conservae, dizia similhantemente J. J. Rousseau, a vossa alma em estado que não tenha que temer a Deus, e jámais duvidareis da sua existencia». O que o coração corrupto começou é o que o orgulho do espirito facilmente depois leva a cabo. O espirito de independencia, a revolta contra o jugo da auctoridade, a curiosidade perversa, estimulada pelas más leituras, o respeito humano, que faz ter-se vergonha do que é verdadeiro e bom, o habito que se contrahiu de menosprezar a verdade conhecida; tudo isto acaba afinal por obscurecer as luzes da fé e até as da razão.

Nós, porem, só temos que occupar-nos aqui do atheismo *theorico*. Os que assim negam a Deus, reconhecem pelo menos a existencia de uma ordem admiravel no mundo. E qual pode ser, pois, para elles a razão sufficiente desta existencia e desta ordem? Como a não querem achar fóra do mundo material, numa intelligencia superior e num poder creador, força é que a busquem na mesma materia e que a attribúam ao acaso ou necessidade cega. Concebem elles esta materia primordial e eterna como uma massa informe de atomos em numero infinito e infinitamente pequenos, sem extensão, sem vida, sem determinação de especie alguma. Uniram-se, dizem elles, e combinaram-se e terminaram por constituir todos os seres, de que consta o universo.

É, portanto, a estes atomos e ao cego e impotente acaso que se hão de attribuir as innumeradas maravilhas da natureza, da arte e do proprio genio! «Quando vós, diz Cicero, lancaes os olhos sobre um quadro ou sobre uma estatua, comprehendeis logo que allí andou a mão de al-

gum artista». E, contudo, aos olhos dos atheus no universo com todas as suas magnificencias, sem cessar renovadas, não se patenteia o minimo signal de intelligencia! Como puderam estes materialistas *verificar* as suas affirmações, já que se trata da *origem* dos seres, e a sciencia, segundo elles, não se occupa das origens? O que é que a *experiencia* lhes pode revelar ácerca da *necessidade e eternidade* da materia? E, contudo, elles mesmos vão ainda mais longe; para salvaguardar o seu atheismo não hesitam em contradizer os resultados mais comprovados pela *observação*, como quando affirmam, por exemplo, a existencia das gerações espontaneas. «Na opinião de que, ha um Deus, disse Voltaire, encontram-se difficuldades; mas na opinião contraria encontram-se absurdos».

A. Contradições do atheismo. — Importa demonstrar de um modo preciso algumas das consequencias absurdas, que encerra esta desoladora doutrina de materialismo atheu.

Primeira contradicção. — É um axioma incontestavel que ninguem pode dar o que não tem. Ora na hypothese athéa os atomos são indeterminados, sem intelligencia, sem liberdade, sem vida. E, sem embargo, são elles os que hão de produzir os corpos de uma determinada extensão, os seres organisados, animados, intelligentes e livres! Procuram os atheistas fugir a esta difficuldade recorrendo á attracção molecular e ás forças intrinsecas, inherentes, segundo elles, á materia primordial. Seja assim; mas essas forças são ou não são materia? Se não são, já nesse caso ha alguma coisa fóra da materia, o que os atheus redondamente negam. E se são materia, ou hão de estar unidas aos atomos ou separadas delles. Se estão separadas dos atomos, já estes, pois, não são o unico principio do mundo; e se estão unidas aos atomos, não o podem estar senão como qualidades inherentes; e neste caso já elles são necessariamente determinados. Ora, o que elles affirmam é que os atomos são indeterminados.

Segunda contradicção. — Suppõe-se infinito o numero dos atomos. Ora, é da essencia do numero o poder augmentar; e da essencia do infinito o não poder augmentar. Além de que se se dá a esta palavra *infinito* o sentido

de innumeravel multidão, já se determina o numero dos atomos; ha tantos, e nem mais nem menos um. «Não se pode suppor, diz com effeito Büchner, a addição ou a subtracção de um só atomo, sem nos vermos forçados a reconhecer que isto traria consigo um desarranjo immediato no equilibrio universal». Mas donde é que então viria esse determinado numero de atomos? Se vem dos mesmos atomos, já elles não são indeterminados; e se vem de outra causa, digam-nos então qual ella é, se não é Deus.

Terceira contradicção. — Os atomos, segundo os atheus, são differentes e independentes uns dos outros, e, não obstante isto, estão privados de qualquer qualidade determinada. Como se differenciam elles, pois, entre si, já que nenhuma qualidade os distingue uns dos outros; e como é que a sua respectiva independencia lhes permittiu a união, para formar as combinações, que elles dizem serem inevitaveis?

Quarta contradicção. — Estes atomos, dizem, são indivisiveis e inextensos; escapam, por conseguinte, á percepção dos nossos sentidos. Ora, segundo os mesmos atheus, nada ha real a não ser o que está ao alcance dos sentidos. «Nada ha verdadeiro, nada real senão o que é sensível e palpavel» (Ludwig-Andreas Feuerbach). «Nada podemos alcançar fóra das relações do mundo corporal com os nossos sentidos» (Moleschott). Assim que os atomos, segundo a theoria athéa, não teem existencia real, porque escapam aos nossos sentidos, e, contudo, esses mesmos atomos são o principio unico de um mundo, que é certamente muito palpavel e real.

Confessemos, pois, com um dos corypheus do moderno atheismo, Virchow, que «ninguem até agora deu uma explicação sobre a formação do mundo pelos atomos, que nos satisfaça».

B. Effeitos desastrosos do atheismo. — Ás contradicções e absurdos do atheismo veem ajuntar-se as consequencias fataes, que elle consigo traz á humanidade. Arruinando todo o culto religioso e toda a moral, arruína junctamente a ordem publica e até a sociedade.

Se realmente não existe um Ser supremo, justiceiro

e poderoso, de que dependemos, que nos prescreve com auctoridade o que devemos practicar ou evitar, e que nós galardoadá ou punirá segundo os nossos merecimentos, nesse caso tambem não haverá mais differença alguma real entre o bem e o mal moral, entre o vicio e a virtude, e cada homem pode livremente guiar os actos da sua vida segundo as propensões dos seus mais ruins instinctos. Se nada tem a temer nem a esperar na outra vida, não tem que preoccupar-se senão com o seu bem-estar, durante os poucos dias que passa sobre a terra, como qualquer dos animaes que nella vivem.

Faça-se o que se fizer, sempre se encontrarão imperfeitos os bens cá na terra, sempre acompanhados de desgostos e continuamente aguados pelo espectro de uma morte certa e inevitavel. A poucos bafeja a fortuna e immensamente superior é o numero dos desfavorecidos della. Se, pois, para estes não houvesse no céu um Deus, bom e justo, a offerecer-lhes numa outra vida um esplendido e eterno galardão pelos soffrimentos passageiros desta, só lhes restava a lucta contra uma forçada e desesperadora fatalidade. E assim vem o atheismo a apagar todo e qualquer raio de esperanza. «Dando-se como fim e como objecto ao homem a vida terrestre, a vida material, aggravam-se-lhe com a negação, que a remata, todas as suas misérias; accrescenta-se ao abatimento do desgraçado o fardo insupportavel do nada; e do soffrimento, que é lei de Deus, faz-se o desespero, que é a lei do inferno. D'aquí é que proveem as profundas convulsões sociaes» (Victor Hugo).

E não é só a desgraça dos individuos e das familias que o atheismo occasiona, senão que impossibilita qualquer associação dos homens entre si, e os deixa entregues ao mais desapiedado egoismo. Os principes, os magistrados, os poderosos não terão mais que temer o soberano Juiz, que lá do céu lhes prescrua os procedimentos. Havendo-se como salvaguardados com a impunidade, abusarão da força para opprimir os fracos. E, por sua vez, os vassallos, perdida a ideia de Deus, não reconhecerão mais qualquer auctoridade acima delles; pelo que o filho na familia, o operario na officina ou na fabrica, o cidadão no Estado cederão sómente ante a prepotencia. Cada qual cuidará só em lograr por todas as formas a maior somma

possivel de gosos; e assim os fracos esmagados pelos prepotentes, pelos audaciosos e astutos, terão de supportar o jugo da mais monstruosa tyrannia. Um povo de atheus seria ingovernavel¹.

Eis ahi algumas das calamidades que o atheismo desencadearia sobre um paiz, que tivesse a desgraça de vir a ser victima delle. Basta esta simples exposição para provar a *falsidade* de um systema assim fecundo em effeitos desastrosos. Só a crença num Deus vingador do crime e remunerador da virtude é que dá consolação e conforto em meio dos trabalhos da vida, e só ella é que reprime devéras as paixões, alenta a obediencia, inspira a justiça, a caridade, a dedicação, o patriotismo, e em geral toda a sorte de virtudes.

PROVA SUBSIDIARIA DA EXISTENCIA DE DEUS

O ESCOL DAS INTELLIGENCIAS DO GENERO HUMANO

AFFIRMOU SEMPRE ESTA EXISTENCIA

Já notámos como a humanidade em seu conjuncto, tanto nos povos barbaros como nos civilizados, sempre creu na existencia de Deus. Houve entretanto homens que cerraram os olhos á luz brilhante desta verdade; mas, como já dissemos, o atheismo delles não é fructo de uma sciencia mais avatajada, como passámos a demonstrar, appellando para o testemunho dos sabios crentes.

É um facto incontestavel que a grande maioria dos espiritos superiores reconhecem a existencia de um Ser eminente, causa primaria do universo. Esta homenagem, rendida á divindade pelo escol da mentalidade humana, por homens, cuja convicção se baseava forçosamente num

1) Citemos aqui algumas affirmações do atheu F. Le Dantec, extrahidas do seu livro o *Atheismo*: «Uma sociedade de atheus logicos é uma coisa impossivel... Porque realmente como poderia viver um homem não tendo as ideias de justiça, de direito e de responsabilidade, que são as principaes normas das acções humanas? ...

O melhor dos racionadores atheus não raciona sobre todos os seus actos; se realmente fosse até ao fim nas consequencias do seu atheismo, não faria esforço algum por viver; acabaria comsigo... Devo confessar com franqueza que não encontro raciocinio algum capaz de demover a um atheu, verdadeiramente atheu, que anda com idéia de suicidar-se. Uma sociedade, cujos membros fossem atheus devéras... viria naturalmente a extinguir-se pela epidemia do suicidio».

exame mais sério e mais profundo, possui um valor e uma efficacia especial para confirmar a nossa these e corroborar a prova que tirámos da affirmação universal do genero humano.

Dos homens da antiguidade, que com o seu genio e saber honraram a humanidade e que altamente reconheceram a existencia de Deus, lembremos os nomes de Homero, Virgilio, Sophocles, etc. Xenophonte e Platão attribuem a Socrates uma bellissima prova da existencia de Deus. E o proprio Platão no *Timeu* e na Apologia de Socrates tracta admiravelmente este ponto, e chega a sentir-se enojado por ter de provar uma verdade tão indubitavel. Declara elle no livro das *XII Leis* que a ordem das revoluções celestes prova a existencia de uma *intelligencia* summa, e demonstra como não sómente a astronomia não é favoravel ao atheismo, senão que pelo contrario o condemna. «Ao contemplar-se a terra, o mar, o céu, diz similhantemente Aristoteles, poder-se-ha pôr em duvida a existencia de um Deus e que elles sejam obra sua?» E Galeno, depois de ter feito a anatomia da mão do homem, exclama: «Não é um livro, que eu escrevi, mas é um hymno, que acabo de cantar em honra da divindade».

Mas foi sobretudo depois que Jesus Christo veio ao mundo, que a maioria dos homens eminentes foram não só homens de fé, senão tambem intrepididos defensores das suas crenças. Bastará nomear os Athenagoras, os Justinos, os Irineus, os Arnobios, os Clementes de Alexandria, os Tertullianos, os Origènes, os Minucios-Felix, os Cyprianos, os Gregorios, os Cyrillos, os Ambrosios, os Agostinhos, os Jeronymos e innumerados outros, que, animados de uma fé ardente, empregaram a sua rara eloquencia na defesa das verdades christãs. E que homens não são tambem um S. Anselmo, um Alberto Magno, um S. Boaventura e sobretudo um S. Thomaz de Aquino, «um dos mais bellos genios, de que se gloria a historia do pensamento humano»¹. Foi elle quem em certo modo codificou as provas da existencia de Deus. Mais tarde escreveu Bossuet o *Tractado*

1) Vid. Brunetiére, *La religion et la science*.

do Conhecimento de Deus e de si mesmo; e Fénelon o *Tractado da existencia e attributos de Deus*. E como elles, tambem Copernico, Bacon, Galileu, Kepler, Descartes, Pascal, Malebranche, Newton, Leibnitz, Euler e quasi todos os homens eminentes pela intelligencia e saber, punham toda a sua gloria nas suas convicções religiosas.

Publicou ha tempo um protestante, o Dr. Dennert, allemão, um opusculo, em que expõe o resultado dos estudos, que fizera, ácerca das opiniões religiosas de quasi 300 sabios, que viveram durante os quatro ultimos seculos¹. Fez a escolha entre os mais eminentes nas sciencias naturaes, em physica, em astronomia, na biologia, na anatomia, na physiologia, na geologia, na botânica, etc. As suas diligencias foram baldadas quanto a 38 delles; e quanto aos demais, só 20 é que se podem considerar como indifferentes em religião ou como incredulos. Tira, pois, como conclusão que 92 por cento acreditavam em Deus, e que muitos delles eram até muito afeiçoados ás coisas religiosas.

Com relação ao ultimo seculo, justamente ufano pelas suas maravilhosas descobertas, cita este escriptor 163 nomes, dos quaes 124 foram de homens crentes; 27 de individuos que não manifestaram opiniões philosophicas bem conhecidas; e só 12 pertenceram a incredulos, como Tyn-dall, Huxley, Moleschott, Vogt e Büchner, ou a indifferentes como Arago, Goethe e Darwin².

Daqui se segue quanto é falso o que dizem e repetem os sequazes do materialismo, que a sciencia moderna expulsou definitivamente dos seus dominios a ideia de Deus. A verdade é que os grandes sabios, os fundadores e glorias da sciencia, os genios, de que se pode, com Renan, di-

1) *Die Religion der Naturforscher*, Berlin, 1906.

2) Quiz um estudante de Iena saber qual era a opinião de Darwin ácerca das crenças religiosas e com esse fim lhe escreveu uma carta. A resposta de Darwin não podia ser mais lastimosa e indigna de um sabio e de um pensador. «Eu, respondeu elle, sou um homem muito occupado, já velho e achacado, e não tenho tempo para dar resposta cabal á sua pergunta, na hypothese de que ella pudesse dar-se...» Não tinha tempo para estudar a religião e as coisas de Deus e tinha-o para estudar macacos, cães, passaros, tartarugas e vermes. Com as obras de Deus importava-se, mas não com o mesmo Deus! E chegou até a riscar a palavra *creação* na 2.ª edição das suas obras. Uma resposta parecida se conta de Arago.

(Nota do traductor).

zer que «mudaram a base do pensamento humano, modificando totalmente as ideias acerca do universo e das suas leis», admittiram e proclamaram a existencia de Deus.

Além daquelles, cujos nomes apontámos, muitos outros podiamos citar que rejeitam o atheismo¹. Não é possível reproduzir aqui os brilhantes testemunhos que aquelles homens extraordinarios prestaram á divindade, testemunhos que é facil encontrar nas obras que de proposito versam este assumpto²; não podemos, entretanto, resistir ao prazer de mostrar quanto nos mais illustres sabios era intima e profunda a convicção acerca da existencia de Deus e quão grande era a admiração que tinham pelas suas obras.

«Dou-vos graças, Creador e Senhor, escrevia Kepler, por todas as alegrias que experimentei nos enlevos, em que me arrebatou a contemplação das vossas obras. Ante os homens proclamarei as suas grandezas.»

«No movimento regular dos planetas e seus satellites, observava Newton, na sua direcção, na sua orbita, no grau da sua velocidade estão marcados os planos, está vincada a acção de uma causa, que de nenhum modo é cega e casual, senão que, pelo contrario, se revela muitissimo habil em mechanica e geometria.»

Herschell confessa que «quanto mais o campo da sciencia se dilata, tanto mais avultam as numerosas e irrecusaveis demonstrações da existencia eterna de uma intelligencia creadora».

Hirn, depois de affirmar que o materialismo está condemnado a negar a ideia de uma finalidade harmoniosa, accrescenta: «Ora uma tal negação vae tão rudemente de

1) *Grandes astrónomos*: Herschell, Laplace, Le Verrier, Secchi, Faye, Ligonès, Moreux, etc.

Grandes mathematicos: Euler, Cauchy, Hermite, Poiseux, Hirn, Gilbert, etc.

Fundadores da chimica moderna: Lavoisier, Berzelio, Berthollet, Gay-Lussac, Thénard, J. B. Dumas, Liebig, Chevreul, Wurtz, etc.

Fundadores da physica moderna: Réaumur, Volta, Ampère, Faraday, J. B. Biot, R. Mayer, Plateau, Fresnel, Clausius, Becquerel, Maxwell, Lord Kelvin, Branly, etc.

Illustres iniciadores das sciencias naturaes modernas: Buffon, Linneu, A. de Jussieu, B. de Jussieu, Haller, Cuvier, De Blainville, Latreille, Estevão Geoffroy Saint-Hilaire, Isidoro Geoffroy Saint-Hilaire, Agassiz, Milne-Edwards, Gaudry, de Lapparent, Dupertren, Laennec, Claudio Bernard, Pasteur, etc.

2) V. de Saint-Ellier: *L'ordre du monde physique; Pourquoi il faut croire en Dieu*. Dubot, *Preuves de l'existence de Dieu*; Guillemet, *Témoignages spiritualistes des plus grands savants du XIX^e siècle*; Duplessy, *Les Apologistes laïques au XIX^e siècle*.

encontro aos mais elementares dictames da razão humana, que dá um golpe mortal á theoria de que ella dimana».

Assim se expressam homens eminentes, cujo valor scientifico por ninguem é contestado; e assim proclamam que evidentemente se vêem no universo, objecto dos seus estudos assiduos, os signaes de uma intelligencia divina; e porque assim o viram, é que lhe rendem um preito publico de homenagem, como a ordenador do universo; e prestam-lh'a com o pleno resplendor da sua gloria scientifica¹.

Revela-se Deus tão visivelmente na criação, que nem mesmo muitos inimigos notorios das nossas crenças puderam deixar de reconhecer o divino Artista na sua obra, o universo; é seu testemunho, por ser delles, é muito mais abonado e significativo.

«Tudo, diz Voltaire, é arte no universo e a arte denuncia um artifice. Examinae mesmo um caracol, um insecto, uma mosca; nelles vereis uma arte infinita, que nenhuma industria humana pode egualar. Forçoso é, pois, que haja um artista infinitamente habil; e a este artista é que os homens chamam Deus». «Se um relógio necessariamente presuppõe um relojoeiro, diz elle ainda, se um palacio requer um architecto, como não ha de o universo presuppôr uma intelligencia suprema? Que planta, que animal não leva a marca d'Aquelle que Platão chama o Geometra eterno? Parece-me que o corpo do menor animal revela uma profundeza e unidade de plano, que juntamente devem arrébatá-nos a admiração e confundir-nos o espirito». «Affirmar que os olhos não foram feitos para ver, nem os ouvidos para ouvir, nem o estomago para digerir, não será porventura o maior dos desatinos, a mais revoltante das loucuras, que podem caber num entendimento humano? Apezar de eu ser pouco credulo, comtudo, confesso-o, esta demencia para mim é evidente». «Provas contra a existencia de Deus jámais as houve». Não

1) Aqui veem a proposito as palavras de Thiers: «Uma intelligencia é tanto mais apta para perceber as bellezas da criação, quanto mais ella se avantajá ás outras intelligencias. E' só a intelligencia, que comprehende a intelligencia, que se revela no universo; e por isso é que uma intelligencia mais perspicaz está mais apta para ver a Deus através das suas obras do que outras, que tem menor discernimento».

é, pois, para admirar que Voltaire nem sequer supportasse os atheus. «O atheismo, escrevia elle, é o vicio dos tontos, é um erro, que nem tem logar nos antros do inferno... O atheismo especulativo é a maior das loucuras, e o atheismo practico é o maior dos crimes. De cada opinião da impiedade sae uma furia armada de um sophisma e de um punhal, que torna os homens insensatos e crueis».

«Que olhos, não prevenidos, perguntava J. J. Rousseau, deixarão de ver na ordem sensivel do universo uma intelligencia soberana? É-me impossivel conceber um systema de seres tão constantemente ordenado sem junctamente pensar na intelligencia, que o ordena. Não me é possivel acreditar que a materia passiva e inanimada fosse capaz de produzir seres vivos e sensitivos; que o acaso pudesse produzir seres intelligentes e que o que não pensa pudesse produzir seres que pensam.»

«Concordemos, observava Diderot, em que seria uma rematada loucura negar aos nossos semelhantes a faculdade de pensar. É verdade, direis; mas o que se segue d'ahi? Segue-se que o universo, que digo o universo? que só a aza de uma borboleta me apresenta signaes muito mais evidentes de uma intelligencia; do que os que tendes para dizer que vosso semelhante pensa; e é mil vezes maior loucura negar que Deus existe, do que negar que vosso semelhante pensa. Appello para a vossa illustração e para a vossa consciencia, afim de que me digam se isto é ou não verdade. Não se patenteia a divindade tão claramente nos olhos do' oução, como a faculdade de pensar nos escriptos de Newton? Pois que! não se revela acaso melhor a divindade pelo mundo *fabricado*, que pelo mundo *explicado*? Sem duvida, direis. E, comtudo, reparae que eu não me referi senão á aza de uma borboleta, mas que pudera aniquilar-vos com todo o universo em peso.»

Não menos significativa é a seguinte pagina, que não ha muito escrevia Ch. Richet: «Sérá possível negar que o olho fosse adaptado á visão? Seria, a meu ver, cair num excesso de absurdo incrivel querer suppor que não ha relação de causa e effeito entre o olho e a visão. Não é por acaso que o olho vê; ha nelle uma combinação (de partes e um mechanismo tão maravilhoso no seu conjuncto e nas mais insignificantes particularidades, que so-

mos levados a affirmar sem sombra de duvida: o olho foi feito para ver. Não creio que haja alguém que se possa subtrahir á força desta verdade: que o olho está adaptado a um fim, que é a visão. Impõe-se ella por tal forma, que nunca os mais bem imaginados sophismas conseguirão abalar uma tal convicção em ninguem, nem mesmo nos proprios sophistas.

Tomámos nós para exemplo o olho, mas poderíamos igualmente tomar outro orgão, como, por exemplo, o ouvido, ou o estomago, ou o cerebro, ou os musculos. Poderá duvidar jámais o physiologista de que o ouvido fosse feito para ouvir, o coração para propulsar o sangue para as differentes partes do corpo, o estomago para digerir, o cerebro para sentir e perceber e os musculos para darem o movimento? A adaptação do orgão á sua função é tão perfeita, que nos é forçoso admittir que ella não é fortuita, mas premeditada. Mesmo nos mais pequenos mechanismos é perfeitissima a adaptação; nada na natureza se fez inutilmente. A cada passo se dão em anatomia razões, que de ordinario me parecem plausiveis, para explicar tal ou tal apparelho. Assim admitto como digno de notar-se o modo como o globo ocular está protegido pela arcada orbitaria saliente e solida, pelas palpebras moveis e de movimentos rapidos, pelas sobrancelhas, que as defendem da poeira, pela delicada sensibilidade da conjunctiva, que provoca um reflexo immediato.»

Esta pagina de um sabio eminente e positivista é esmagadora para as theorias do materialismo. «Nunca eu ousarei acreditar, diz elle ainda, que sejam effeitos do acaso estes extraordinarios e complicados organismos de uma tão prodigiosa harmonia. Vejo nelles uma vontade apostada ou resolvida a conseguir um determinado fim.»¹

OBJECÇÃO. — Acabamos de demonstrar que os sabios mais insignes e as intelligencias mais sublimes creram sempre num Ser eterno e necessario e o reconheceram como Senhor soberano do mundo e Artista divino, cuja obra maravilhosa extasiou sempre as almas. Mas, dirão, não faltam homens cultos e verdadeiros sabios, que se recusam a crer em Deus.

1) *Le Probleme des causes finales*, Alcan, Paris 1898.

RESPOSTA. — Nunca nós pensámos em negal-o. Mas com isso nem pouco nem muito fica abalada a verdade da existencia de Deus, como vamos ver.

Antes de tudo convém notar que, quando alguma verdade está demonstrada por provas, que lhe são proprias, nenhuma objecção em contrario pode ter valor algum real contra ella. Será especiosa essa objecção ou será até difficil de resolver; mas é impossivel que tenha base solida.

O numero, comtudo, dos atheus instruidos é muito limitado e, como já notámos, insignificante, comparado com o dos sabios que creram em Deus¹. Certos philosophos chegam mesmo a sustentar que jámais houve verdadeiros atheus, isto é, homens realmente convencidos pelos motivos da razão. Ha, é verdade, sabios que negaram o valor de *tal* ou *tal prova*, de que outros se serviram para demonstrar a existencia de Deus, mas não negaram com isso essa existencia. Já vimos haver duas sortes de atheus; mas ou elles o sejam realmente ou simplesmente se digam taes, são-no por motivos, que nenhuma relação teem com a sciencia; e por isso a sua auctoridade é nulla aos olhos da razão².

Os poucos sabios, que ousaram declarar-se atheus, quasi nem procuraram justificar a sua incredulidade. É vezo seu dirimirem a questão sem a estudar³, e pol-a, de caso pensado, para o lado. E pouquissimos são os que vão procurar as suppostas razões para a sua incredulidade em alguma theoria scientifica⁴. O raciocinio dos atheus é sim-

1) No seu livro, relativamente recente, o *Atheismo*, deixa o atheu Felix Le Dantec escapar as seguintes confissões: «Diga-se o que se quizer, a verdade é que nesta epocha os atheus são uma minoria insignificante» (p. 17). E, referindo-se ás razões de não crer em Deus, diz elle: «Não dissimulo a inanidade dellas. Ainda sou sufficientemente esperto para dizer com M. de la Palisse, que, se não creio em Deus, é porque sou atheu; e esta é a unica razão, que posso dar, da minha incredulidade» (p. 38).

2) Já um homem bem pouco suspeito, Sainte-Beuve, observava que os homens hostis a Christo são homens pouco recommendaveis sob o duplo aspecto da humildade e da continencia. (Port-Royal, Tom. I, oppl. V.) Esta observação, diz Frémont, que cita aquella passagem, applica-se em cheio, aos atheus. (*Demonst. Scientif. de l'existence de Dieu*, 1897, p. 365).

3) Quando Halley, já nisso useiro e vezeiro, se punha a gracejar sobre pontos de religião deante de Newton, atalhava-o este logo, dizendo: «Essas coisas estudei-as eu; e vós absolutamente não o fizestes». (V. Arago, *œuvres complètes*, t. III, p. 335).

4) Muito é para admirar, escreve Milne-Edwards, membro da Academia de Sciencia e professor de zoologia no Museu de Historia natural, que ainda se encontrem homens, que nos venham dizer serem as maravilhas da natureza meros effeitos do acaso, ou antes consequencias forçosas das propriedades geraes da materia... Estas vans hypotheses ou melhor aberrações das intelligencias,

ples e commodo: «Só podemos olhar como verdadeiro o que vemos, o que os nossos sentidos podem alcançar», dizem elles. Equivale a dizer: «*A priori*, afóra a materia, não admittimos nada». Temos aqui, evidentemente, um *circulo vicioso*, que nada tem de scientifico nem de logico. Dá-se como prova (nada existir fóra da materia) o que se deve provar e que nunca se provará e que já mil vezes foi refutado.

Mas entremos no amago da questão e examinemos bem que valor possam ter contra a existencia de Deus os argumentos, que os adversarios pretendem tirar da sciencia. É esta questão de grande momento, mórmente nos tempos que vão correndo, em que de bom grado se appella para a auctoridade da *sciencia*.

Antes de tudo, notemos que pelo nome de sciencia se designam as sciencias exactas e as sciencias naturaes. Encerra a sciencia, assim entendida, tres grupos de sciencias: as de observação propriamente dictas, as exactas propriamente dictas, e as mathematicas applicadas ás sciencias de observação.

A esphera das sciencias de observação limita-se necessariamente ao mundo *material* apenas, e só se occupa de factos *materiaes*; pelo que fóra destes factos, sujeitos á percepção dos sentidos, não tem absolutamente auctoridade nem competencia alguma. Quanto ás sciencias mathematicas, versando ellas tão sómente sobre as relações entre os numeros e as suas grandezas, não teem, por isso mesmo, direito a fallar senão das leis dos numeros e das suas grandezas. Não tendo, pois, direito para intro-metter-se nos dominios da *metaphysica*, ficam por isso mesmo impotentes para atacar quaesquer verdades *metaphysicas* ou religiosas, a cuja categoria pertence a existencia de Deus.

Pode o mathematico, como qualquer sabio, occupar-se de *metaphysica*, está claro; mas já não pode neste caso

ás quaes por vezes se dá o nome de *sciencia positiva*, são repellidas pela verdadeira sciencia. Nunca os naturalistas poderão concordar com ellas; e tanto hoje em dia como nos tempos de Réaumur, de Linneu, de Cuvier e de tantos outros genios, sómente poderão dar uma explicação aos phenomenos de que são testemunhas, recorrendo á intervenção de um ser creador». *Revue des Cours scientifiques*.

apellar para a sciencia propriamente dicta, como ella é hoje entendida.

Se se tractasse de mathematicas applicadas ás sciencias de observação, encontrar-nos-hiamos em face de uma dessas sciencias, que, para passarem do facto á hypòthesc, precisam acudir ao calculo. Mas ainda aqui o ponto de partida fica sendo o *facto* material, e delle é que se tem de partir, para se chegar á hypòthesc, ainda que se tenha de recorrer a um instrumento de um poder maravilhoso.

Qual é, pois, das duas causas a abonada pela sciencia: a do materialismo ou a do espiritalismo? Nem uma nem outra; porque, afinal de contas, essa questão não é da alçada della; e assim o confessa ella propria, quando afirma que as questões da *essencia* e *origem* dos seres lhe são extranhas e as *causas finaes* e *fim* das coisas não lhe dizem respeito (Littre e Berthelot).

Sobremaneira grande é a inaptidão da sciencia para dar a solução dos graves problemas, que preoccupam e em alto grau interessam a humanidade¹. O astrónomo po-

1) Convém muito saber-se o que pensam os verdadeiros sabios ácerca da sciencia e da sua capacidade para explicar os mysterios, ainda mesmo os da natureza. No mez de Agosto de 1874 a *Associação Britannica para o progresso das sciencias* realizava suas reuniões annuaes em Oxford. No discurso inaugural Lord Salisbury, chanceller da celebre universidade, não teve reboço de pôr em relevo a incapacidade da sciencia contemporanea, para resolver os problemas fundamentaes da constituição da materia e da origem da vida. «Out'ora, julgava-se que as theorias evolucionistas eram perigosas relativamente a assumptos religiosos. Sel-o-hiam quiçá, se fosse possível tomarem-se como realidades certas ficções puramente phantasticas; sel-o-hiam se se houvesse demonstrado que vão de accordo a sciencia contra a evolução athéa, que a sciencia e a religião são incompatíveis... Poucos são hoje os homens, que acreditom poder-nos o laboratório ou o microscopio ajudar a entrever os enigmas, que se relacionam com a natureza e o destino da alma humana. Nós vivemos num como oasis da sciencia, brilhante sim, mas acanhado e por todos os lados rodeado de terras inexploradas, de mysterios insondaveis. A mais ajuizada resposta aos enigmas que a natureza nos apresenta será sempre a confissão da nossa propria ignorancia».

Grande sensação causou e não pequenas polemicas levantou um artigo do Brunetiére, director da «*Revue des Deux Mondes*» (Janeiro, 1895), do qual vamos reproduzir o seguinte trecho: «As sciencias physicas ou naturaes, dizia elle (certos sabios presumposos, deveria ter dito), tinham-nos promettido acubar com o *mysterio*. Mas afinal não só o não supprimiram, senão que já claramente se deixa ver que jámais o chegarão a esclarecer. São incapazes, não digo já de resolver, mas nem sequer de convenientemente nos expor as questões, que para nós são as unicas, que teem importancia, e que se referem á origem do homem, ás normas das suas acções e ao seu futuro destino.

O incognito nos rodeia, nos envolve e nos assedia, sem que as leis da physica ou os progressos da physiologia nos trouxessem algumas luzes ácerca delle. Jámais a anthropologia ou a ethnographia ou a linguistica nos darão resposta alguma á questão do *donde viemos*, como nem tambem a theoria da

derá mostrar-nos os movimentos dos céus, mas não como se vae ao céu. Chegará um chimico á força de observações e experiencias a conhecer minuciosamente as propriedades da materia; o geologo poderá descrever a estrutura do globo; mas o que poderão as suas sciencias tirar a limpo e que informações nos poderão ellas dar ácerca da origem do homem, do seu futuro destino, e ácerca dos designios da misericórdia e amor de Deus com relação á creatura racional, obra das suas mãos?

Tiremos, pois, como conclusão que, quando algum sabio se mette a fallar só em nome da sciencia, não tem como tal, direito algum para nos impor uma opinião, que esteja fóra da alçada da sciencia especial que elle cultivava. Nem tão pouco a celebridade do seu nome tem valor algum ante a certeza da nossa fé, certeza haurida de outras fontes.

Façamos ainda aqui, para rematar, uma advertencia. Muito se falla hoje, e com muita emphase, nas *leis* da sciencia. Não ha duvida que existem as leis da natureza, pois que os phenomenos nella estão sujeitos a leis. Mas é mister não exaggerar o sentido e alcance desta palavra, porque as que nas sciencias de observação se chamam leis não suppõem forçosamente uma certeza absoluta. Quantas dessas presumidas leis não foram postas em duvida ou reconhecidas por falsas, depois que sobre ellas se fizeram mais diligentes observações? Que de vezes o que se proclamava como lei natural não passava de uma mera *hypothese*?

Entende-se por lei neste caso uma formula geral, que exprime, em termos simples e precisos, o resultado de um grande numero de observações e experiencias. Observações

evolução. Excusado é tambem accrescentar que jámais as sciencias naturaes nos darão a conhecer o *para onde vamos*».

«Dêmos mesmo, observa o atheu e positivista Richet, que os telescopios e microscopios muito aperfeçoados nos permittam ver mil vezes mais longe; poderão dar-nos apparencias e formas, porem nunca o *porquê* da materia e da vida. Porque se faz carvalho uma bolota, lançada á terra? Muita vez foi este problema proposto; mas apesar de tão simples na apparencia, nunca virá a ser resolvido. Descrever-lhe-hão as successivas phases desde semente, até arvore já feita com uma precisão mais e mais scientifica; e sem embargo sempre o *porquê* destas transições ficará envolvido em *mysterio*».

ou mais numerosas e exactas ou favorecidas pelas circumstancias vieram por vezes a demonstrar que a pretensa lei era, quando muito, uma simples approximação da verdade. Servindo-se de hypotheses é que as sciencias de observação procuram *explicar* as leis de que acabamos de fallar. São estas hypotheses uteis e até necessarias á sciencia, mas estão longe de dar-nos por si sós a certeza. Quem ignora, por exemplo, quantas theorias se foram successivamente imaginando, para se dar uma explicação dos phenomenos da electricidade?

ART. II. — NATUREZA E ATTRIBUTOS DE DEUS

Acabamos de demonstrar a *existencia* de um Ser necessario, Causa suprema de tudo quanto existe; agora só nos resta estudar a sua natureza ou essencia. Comquanto Deus seja em si *incomprehensivel*, nem por isso é, para nós, *incognoscivel*. Nós podemos não sómente conhecer que Elle existe, mas tambem, ainda que de um modo imperfecto¹, saber o que Elle é em si mesmo. E este conhecimento é para nós de tanto maior importancia, quanto é certo que nenhuma noção hoje anda tão constantemente atacada e deturpada como esta. Grande numero de philosophos, de poetas e homens de sciencia nos fallam de Deus e á porfia o exaltam, e, no entanto, fazem d'Elle um conceito completamente falso. O deus do deismo, do sentimentalismo e especialmente do pantheismo (e é sabido quanto esta doutrina seduziu a muitos homens modernos²) nada tem que ver com o Deus do *espiritualismo christão*. Que ideia faça da natureza de Deus esta doutrina, é o que agora passamos a expor.

Se houvessemos de fazer um curso de *Theologia natural*, pediríamos á nossa razão tudo o que as suas proprias

1) Não deixa um conhecimento de ser verdadeiro e certo só porque é imperfecto e incompleto. Não sabemos nós tudo acerca da electricidade, do calor ou da luz, mas conhecemos-as com certeza. O mal do agnosticismo provém de não se ter presente esta distincção, em si bem clara.

2) Vid. A. Nettement, *Histoire de la littérature française sous le Gouvernement de Juillet*. Longhaye, *Théorie des Belles-Lettres*, L. II, cap. 4.

luzes lhe dão a conhecer da *natureza*, *attributos* e perfeições de Deus. Mas nem se necessita este longo e laborioso estudo, nem elle poderia caber nos limites forçosamente restrictos desta *introdução*, que só tem em vista preparar o caminho á *Apologetica Christã*. Pelo que nos limitaremos, no estudo desta importante questão, a expor aqui *summariamente* as conclusões a que a razão logra chegar. Será isto já o bastante para reconhecemos os direitos que estas perfeições conferem a Deus sobre as suas creaturas, e em especial o direito que a sua omnipotencia, a sua santidade e veracidade lhe conferem sobre o homem, quanto á obrigação, que este tem, de dar pleno assenso a tudo o que Deus se dignar communicar-lhe, se assim lhe aprouver.

De passagem teremos occasião de verificar como os ensinamentos da fé, longe de contradizerem os dictames da razão, os corroboram grandemente.

1. **Deus é o Ser necessario.** — Já o deixamos provado. E Elle proprio nos deu, pela *Revelação*, uma ideia equivalente a esta, quando, fallando a Moysés, se definiu, dizendo: « *Ego sum qui sum*. Eu sou o que sou ». (Exod. III). É como se dissesse: Eu sou o Ser por excellencia, de cuja essencia é o existir, que existo por mim mesmo e que não posso não existir. Revelou-se, pois, Deus como o Ser necessario¹.

2. **Deus é um só.** — A unidade de Deus é uma verdade, que está ao alcance da razão humana e que, não obstante as espessas trevas do paganismo, por alguns espiritos privilegiados foi entrevista, como foram Socrates, Platão, Aristoteles, etc. E, com effeito, um só ser basta para nos dar, como causa, a explicação dos seres contingentes, que existem; e seria mister haver alguma razão positiva para que se houvessem de admittir outros. Ora a harmonia e unidade de plano se revelam no mundo por um modo tão brilhante, que a razão se vê forçada a reconhecer nesta unidade de plano a unidade do seu Auctor.

1) «Se algo existe, disse Balmes, algo necessariamente existiu sempre; e não se pode designar um só instante, em que fosse verdade o dizer-se: não ha nada»

Tambem neste ponto a verdade revelada está de accordo com os dictames da razão. Era, com effeito, a crença na unidade de Deus o artigo, por assim dizer, fundamental das revelações patriarchal e mosaica. «*Credo in unum Deum*: Creio num só Deus», é tambem o artigo fundamental do Symbolo christão¹.

A unidade, ou antes, a *unicidade* é um attributo necessario do Ser infinitamente perfeito. Se de facto houvesse varios deuses, differiriam entre si em *alguma coisa*; ora esta *coisa*, pela qual um se caracterisasse e differenciasse dos demais, necessariamente havia de fazer falta a estes. E daqui se seguiria que já estes não seriam infinitamente perfeitos, o que repugna á ideia de Deus.

3. Deus é soberanamente perfeito. — A titulo de causa primaria possui Deus *eminentemente* todas as perfeições dos seres, que por Elle tem o ser. Tendo Elle, além disto, em si ou por si a razão da sua existencia, e sendo o existir da essencia do seu ser, nada Nelle está em *potencia*, mas todo Elle é o *Acto puro*. Como um ser é perfeito, segundo o que nelle está *em acto*, tem Deus que ser por conseguinte soberanamente perfeito e nunca se pode imaginar Nelle a mais leve imperfeição. Ao revelar-se Deus como o «Ser que é», affirma de si a plenitude da perfeição, e se dá como um Ser sem limitação, sem participação de «não-ser».

4. Deus é infinito. — Julgaram alguns philosophos que a prova da infinidade de Deus não está ao alcance da razão; mas nós não concordamos com o sentir delles. Haverá difficuldade em basear esta prova, mas não impossibilidade. Quando menos,² pode a razão demonstrar que é impossivel designar-se uma causa para limitação ou termo no Ser divino. Sendo Deus, com effeito, a causa primaria de tudo, o Ser independente e necessario,

1) Não nos referimos por agora ao mysterio da Santissima Trindade. Depois veremos como os mysterios, apezar de superarem a razão, não estão em contradicção com ella.

2) Vão mais longe os philosophos catholicos, pois que não só sustentam que não se vê razão alguma para haver limite no *Ser divino*, senão que se vê que não pode haver-o. É neste sentido que se deve interpretar S. Thomaz.

não se vê como possa ser limitado por *outrém*; nem tão pouco se vê como esta limitação possa ser inherente ao Ser divino *em si*, porquanto o existir é da sua essencia, e a existencia de per si não implica negação nem limitação de qualquer genero. Em summa nada encontra a razão que a mova a crer que o ser *absoluto* necessario e por si mesmo *subsistente*, qual é Deus, tenha confins ou limitações de qualquer natureza.

Porem, ainda mesmo que não valesse este argumento para provar a infinidade de Deus, nem por isso ficaria menos certo que Deus é *soberanamente* perfeito, e isto nos parece bastar á *Apologetica*. Sendo realmente Deus soberanamente perfeito, já tem pleno direito a que se dê *credito* á sua palavra, caso, Elle se digne revelar-se, e se revelar precisamente como o Ser Infinito. E Deus se nos revelou de facto. Todos os Padres concordam em reconhecer isso como implicitamente affirmado na definição que Deus de si deu a Moysés. E o Psalmista o repetirá mais tarde em palavras formaes: *Magnus Dominus et magnitudinis ejus non est finis*. (Ps. CXLIV, 3).

5. Deus é um puro Espirito. — Já atraz deixamos apontadas as imperfeições radicaes, os defeitos essenciaes, a que a materia anda por sua natureza sujeita. Vimos, afóra isso, que a sua imaginada necessidade se oppunha aos principios da razão, pelo que se não podia conceber como a causa primeira e razão sufficiente dos seres contingentes. Se, além disto, considerarmos como ella está sujeita á divisão e composição, e como está, por conseguinte, dependente dos elementos que a constituem, tiramos por conclusão que se não pode conceber a causa primeira das coisas senão como essencialmente *immaterial* e simples. A simplicidade deriva da absoluta independencia de Deus, como absoluta perfeição sua¹.

Tambem a fé está em harmonia com o que sobre este

1) A refutação do Pantheismo materialista, que confunde, identificando-os Deus e a materia, levar-nos-hia muito longe. O que dizemos da essencia divina já no entanto poderá bastar. Accrescentemos, porém, que não se pode, sem incorrer num erro crasso, confundir o *Ser infinito* ou *todo* perfeitissimo com *ser tudo*: dizer-se que um ser é perfeitissimo, *infinito*, não contradiz o existir alguma coisa fóra d'elle. Basta que possua sem limite todas as perfeições e que nada exista fóra d'elle senão por elle. Ser *infinito* não é equivalente a ser *universal* (Vid. Caro, l'Idée de Dieu).

ponto nos dicta a razão. *Spiritus est Deus*, diz o Senhor (Joan, IV-24).

6. Deus é uma intelligencia infinita. — Já a ordem admiravel do mundo e especialmente a existencia dos seres intelligentes, claramente attestam a sabedoria de Deus. E que a sua intelligencia seja infinita ou infinitamente perfeita se deduz de Elle ser puro Espirito no ser, e infinito na perfeição. Conhece-se, pois, Deus a si e se comprehende adequadamente. Vê assim mesmo que a sua essencia encerra todas as perfeições possíveis, e que estas são imitaveis em graus diversos por innumerables classes de seres contingentes. E estes seres conhece-os Elle distincta, individual e adequadamente, pois que o conhecimento indeterminado e confuso presuppõe limite e imperfeição na intelligencia que o possui.

O passado, o presente e o porvir, tudo, enfim, lhe está patente. Vê tudo e sabe tudo. Sua vista penetra até aos mais reconditos affectos do nosso coração, alcança até ás futuras determinações da nossa livre vontade; a sua sciencia não é feita de conjecturas, mas é certa, precisa e infallivel. Repugna, de facto, á infinita perfeição o aperfeiçoar-se com a aquisição de novos conhecimentos¹.

1) A PRESCENCIA DE DEUS E O LIVRE-ARBITRIO DO HOMEM. — Argumenta-se contra a prescencia de Deus, suppondo-a inconciliavel com a liberdade do homem. «Se é verdade, dizem, que a prescencia divina é certa e infallivel, tem de realizar-se sem falta qualquer acontecimento, que ella previu. Se Deus sabe com certeza, por exemplo, que Pedro o renegará, já é impossivel que Pedro deixe de renegá-lo, ou, por outra, forçosamente o ha de renegar. Mas sendo assim, como se ressalva a liberdade de Pedro, ou do homem em geral?»

RESPOSTA. — A liberdade do homem é um facto, como demonstraremos depois; e a infinita sciencia de Deus é outro facto não menos certo. Ora, dado o caso que nós não vejamos o modo de conciliar estes dois factos, o mais simples bom senso nos obriga a admittir que este modo existe, conquanto nós ignoremos qual elle seja. Absurdo é negar um facto, só porque ignoramos o modo como elle se realisa.

Mas para mais clareza analysemos um facto qualquer, por exemplo, o de eu estar escrevendo. Ninguem me obrigou a escrever agora; mas dando-se o caso de eu agora estar escrevendo, já é impossivel que eu não esteja actualmente escrevendo. Falla, pois, verdade quem diz agora: «Fulano, neste dia tantos e a tal hora escreve». Mas tambem fallaria verdade se elle *hontem* tivesse dicto: «Fulano amanhã a tal hora escreverá». Ora bem, dado o caso que alguem tivesse feito a conjectura de eu escrever, está claro que nada teria influido na minha liberdade, em nada a teria constrangido; como nem tambem a teria constrangido no caso de que esse conhecimento, em lugar de ser conjectural, fosse certo. O ser esse conhecimento conjectural ou certo diz relação somente á perfeição ou imperfeição da intelligencia, que conhece; a liberdade não entra aqui para nada. Não escrevo eu, de facto, por saberem que eu realmente escrevo; mas sabem que eu escrevo por eu realmente escrever. Assim tambem não é a sciencia de Deus, que me constrange a vontade para praticar o acto; a sciencia ou conhecimento de Deus é que não teria por objecto, está claro, o meu acto, se

7. Deus é a infinita Bondade. — Deus é plena e totalmente bom em si mesmo, por isso que tem a plenitude do ser que lhe convém.

Deus é além disto, a fonte de todo o bem; d'Elle deriva tudo quanto em suas creaturas nos pode encantar e enlevar. É com effeito um attributo do bem o ser diffusivo. A bondade de Deus é que o leva a fazer compartilhar dos seus bens e perfeições ás suas creaturas, e de um modo especial ás suas creaturas racionais. Foi a sua bondade a que o move a dar-lhes a existencia e a sua bondade é que o move a querer-lhes bem, assim como a recompensal-as pelas suas boas obras. A bondade, diz Bossuet, é o caracter proprio de Deus. É como a expansão da sua perfeição infinita¹. É a bondade de Deus um dos attributos divinos sobre que na Revelação mais se insiste, e com termos mais eloquentes e mais formaes. Quasi não ha pagina dos Livros Sanctos, em que se não exalte a bondade de Deus.

8. Deus é a infinita sanctidade. — Deus, que é o bem soberano e infinito, ama-se a si mesmo com uma vontade sempre recta e pura. Não pode deixar de amar o bem, nem pode deixar de detestar o mal. Se ama as suas

elle não existisse. Sendo certo que eu pratico um acto livre, necessariamente o verá a omniscencia de Deus.

Se alguem não contentasse só com isto, e quizesse ainda saber o como deste conhecimento de Deus, a resposta a dar-lhe seria: Ignoro-o. E será para admirar que os profundos mysterios de Deus nos fiquem inacessiveis? Seria isto razão para se rejeitar ou a omniscencia de Deus, ou a liberdade humana? Loucura rematada seria realmente que alguem, por exemplo, negasse a transmissão da palavra pelo telephonio, só porque ignora como ella se effectúa.

1) Depois veremos como Deus é o nosso fim ultimo. Pena é não podermos expor os mysterios de amor da vida sobrenatural, da visão beatifica, da Redempção e da Eucharistia!...

Apresenta-se-nos ainda aqui uma difficuldade, a de conciliar com a bondade de Deus os males, que em tão grande numero affligem a humanidade, ou por outra, a solução do problema do mal.

A bondade de Deus e o problema do mal. — Distingamos, antes de tudo, o mal physico do mal moral. O mal moral só pode dar-se intervindo a vontade livre. E pode definir-se: Um desaccordo entre o acto livre e o que exige a natureza da vontade. (Facil seria demonstrar que o mal moral não é senão o peccado ou a violação da lei divina). — O mal physico é o desaccordo entre o estado de um ser e as exigencias da sua natureza (por exemplo, a dor, as doenças, etc.).

Posto isto, demonstramos como Deus pode 1) ser causa, ainda que indirecta, do mal physico; 2) permittir o mal moral.

1 -- Deus pode ser causa indirecta do mal physico. — Repugna, é certo, que Deus queira o mal como mal, que seja causa d'elle por malevolencia, por incapacidade ou irreflexão. Mas, em primeiro lugar, quantas vezes não exige um bem superior a perda de um bem inferior? assim é que um cirurgião amputa um membro a um homem para lhe poder salvar a vida. Em segundo lugar o bem

creaturas, é segundo o grau de perfeição em que ellas reflectem as suas perfeições infinitas, e, por conseguinte, segundo a medida do bem, que ellas possuem. Nem dellas quer outra coisa senão a gloria, que lhe pode advir pelo conhecimento e amor de que ellas para com Elle são capazes. É esta rectidão infinita da vontade o que se chama *Sanctidade*. Deus é Sancto; ama a ordem, e detesta o peccado como inimigo da ordem. A sua sanctidade é o modelo da nossa perfeição. — Estas verdades, se acham a cada passo consignadas nas Sagradas Escripturas (Cf. I Petr. 1-16; Sap. XIV, 9).

9. Deus é a veracidade infinita. — Não pode Deus revelar, nem, de facto, revela senão a verdade. Possuindo *todo* o saber, não se pode enganar; sendo *todo sanctidade*, não nos pode enganar. O erro e a mentira repugnam essencialmente á natureza divina, que é a verdade mesma.

geral não se alcança de ordinario senão pelo sacrificio de bens *particulares*. Assim é que a salvação da patria se alcança pelo sangue de soldados valentes. Em terceiro logar, a violação da justiça tem que ser reparada. E por esta razão é que o castigo (mal physico) é um verdadeiro bem. Ora o que Deus em sua infinita bondade e infinita sabedoria pretende é o bem *geral*, é o bem *superior*, é a *ordem universal*. Nós comprehendemos não sempre o *porquê* de tal ou tal mal physico. Mas será para admirar que, assim como a nossa vista não abrange senão um limitado horizonte, assim tambem o nosso entendimento não alcance a extensão dos desígnios sapientissimos de Deus?

Não é certamente o mundo nem absolutamente perfeito nem o mais perfeito possível. Esta perfeição absoluta em seres contingentes seria um *contrasenso*, um *absurdo*. Mas tal qual é em si este mundo, rege-o, como a fé nos ensina e a razão, um Ser infinitamente perfeito e, por conseguinte, infinitamente bom, que não procura o mal em si, mas que só o permite em razão de um bem superior.

2— *Deus pode permittir o mal moral*. Uma coisa é ser *causa* do mal moral, é outra o *permittir-o*. Ora Deus jamais pode ser causa directa ou indirecta do mal moral. Não seria, com effeito, contradictorio que Deus fosse causa do peccado ou da violação da sua propria vontade?

Quanto á *permissão*, que Deus concede ao mal, consiste ella nestes dois pontos: a) em Deus dar ao homem o livre-arbitrio com a possibilidade de peccar; b) em não *impedir* o *abuso* da liberdade ou o acto peccaminoso. Ora uma e outra coisa pode Deus fazer.

a) Quanto ao *livre-arbitrio*, é elle em si um bem, uma perfeição para a natureza humana. É, sim, uma como espada de dois gumes; mas temos o entendimento, que nos ensina a manejar-a. A liberdade é o meio unico, de que podemos servir-nos para alcançar ou merecer a nossa propria felicidade. Sirvamo-nos bem da liberdade, que um dia seremos recompensados com a feliz impossibilidade de abusarmos della. O abuso da liberdade, que é o peccado, está claro que não vem de Deus. Prohibe-o Elle severamente; e tanto que reserva um castigo eterno ou um galardão immenso aos transgressores ou observadores da divina lei.

b) Quanto ao *abuso* da liberdade, não o deve Deus impedir. Se Elle fosse provocador ou causador do peccado, então, sim, seria injusto em punil-o; mas como a falta ou *culpa* é só do homem, nada obsta a que Deus a faça servir á manifestação da sua gloria, fim ultimo, como veremos, da criação. E este fim consegue-o Elle já pelo exercicio da sua justiça, já pela revelação da sua misericordia infinita, com o que alcança um bem, que se avantaça incomparavelmente ao mal, que Elle tolera.

Deus é infinitamente veraz, porque é infinitamente verdadeiro.

Quanto a este, como quanto aos outros pontos, vão a par a fé com a razão. *Est autem Deus verax*, repete S. Paulo, como já o dissera S. João. (Rom. III, 4; Joan. III, 31).

10. Deus é omnipotente. — Nada ha que o acto infinitamente perfeito da vontade de Deus não possa fazer. Manifestou-se particularmente a omnipotencia de Deus na criação. Tirou Elle do *nada* o céu e a terra; isto é, por seu acto creador deu ao céu e á terra, que não *existiam*, a existencia que teem¹.

A omnipotencia de Deus é proclamada em innumeras passagens da Sagrada Escriptura. (Gen. XVI, 1; Ps. CXLVIII, 7; Apoc. IV)².

11. Deus é immenso. — Está Deus em toda a parte presente, não só pela sua potencia (como o principe está no seu reino), nem só pelo conhecimento (como o espectador está presente ao drama, que se desenrola ante seus olhos), senão tambem por sua *essencia*. Como poderia circumscrever-se a um limitado espaço a essencia *infinita*? Deus é, pois, *immenso*, no sentido rigoroso da palavra³. E sel-o-hia ainda mesmo que não tivesse creado o universo.

«Não encho eu o céu e a terra?» diz o Senhor pela bocca de Jeremias. «Deus, affirma o Apostolo, não está longe de nós, porque nelle vivemos, nos movemos e estamos»⁴.

12. Deus é immutavel. — Sendo Deus um Ser absolutamente necessario, jámais houve para Elle *começo* nem

1) É coisa sabida que o pantheismo appella sobretudo para as imaginadas impossibilidades da criação. Nenhuma razão tem, porque a nossa razão rejeita o principio pantheista de uma substancia *unica*, e nos diz que, sendo a materia contingente, necessariamente houve de ser por inteiro produzida ou tirada do nada que era, para a existencia, pela intervenção de uma causa estranha, a qual não podia ser outra senão o Ser *necessario*. A esta total produção é que nós chamamos *criação*.

2) Do que acabamos de dizer sobre a sanctidade, a veracidade e a omnipotencia de Deus, se deduz desde já que pelo menos não ha nada que prove ser impossivel a revelação; Deus, querendo, pode pôr-se em communicação com o homem; e, se elle fallar, não dirá nada que não seja verdadeiro e sancto.

3) Um espirito não tem partes; e por isso não se deve imaginar a Deus estenso como são os corpos.

4) Jerem. XXIII, 24. — Act. XVII, 28.

alteração; não teve de sair do nada, nem por conseguinte ha-de voltar ao nada. Sendo um Ser perfeito, não pode adquirir nem perder perfeição alguma; é, pois, essencialmente imutavel.

Nem pode, pela mesma razão, ser susceptível de inconstancia, de ignorancia e de imprevidencia. É, digamos assim, imutavel tanto *moral* como *physicamente*¹. «Não ha nelle mudança alguma nem sombra de alteração», diz S. Thiago (I, 17).

13. Deus é eterno. — Como Deus é o Ser de per si, o Ser absoluto e necessario, segue-se que nunca houve um instante em que Elle não existisse, que jámais ha-de haver um instante sem que Elle exista; não teve começo, nem terá fim; é *eterno*. Por sua essencia exclue de si qualquer successão. Não ha em Deus passado nem futuro, mas sómente um imutavel, constante e interminavel presente. Rigorosamente fallando, não se pode affirmar que *Elle era* ou que *será*, mas simplesmente que *Elle é*.

Já lá a sabedoria pagã proclamou esta mesma verdade pela penna de Platão (Timeu, 38): «*Foi e será* designam propriedades relativas ao tempo, as quaes sem darmos por isso, erradamente applicamos tambem ao Ser eterno (á divindade). Dizemos nós que elle foi, é e será, quando, em verdade, só podemos dizer que *Elle é*. Ter sido, haver de ser, são modos de fallar applicaveis sómente aos seres, que tem origem no tempo, porquanto designam os movimentos e variações por que elles passam. Mas o Ser eternamente immovel persiste, sem na idade ou na duração variar. Nelle não ha preterito nem futuro nem coisa alguma das que são essenciaes aos seres sensiveis, em razão de elles terem tido começo»².

«*Antes de se fazerem os montes e de se formar a terra e o mundo, vós sois Deus desde a eternidade e por*

1) A immutabilidade *physica* é a carencia de qualquer mudança na natureza ou nos accidentes de um ser; immutabilidade *moral* é a carencia de qualquer mudança na *vontade*.

2) Boecio definiu admiravelmente a eternidade: *Interminabilis vitae tota simul et perfecta possessio*: a posse perfeita e simultanea de uma vida sem começo nem fim. Uma comparação ajudará a perceber esta realmente mysteriosa prerogativa do Ser divino: qualquer axioma, absolutamente certo (v. g.: Uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo), é a seu modo eterno, pois não se pode dizer que elle *foi* verdadeiro nem que *será* verdadeiro.

todos os seculos», diz o Psalmista. «*Os ceus se mudarão*, diz elle ainda, *mas vós sois sempre o mesmo*»¹. E S. João, no Apocalypse, chama a Deus «*O que é*» (I, 8).

14. Deus é o fim ultimo de todas as coisas. — 1.º *Deus propoz-se um fim em todas as suas obras.* — Imaginar que Deus creasse o mundo sem ter razão nem fim algum, e que o abandonasse aos caprichos do acaso seria attribuir á Intelligencia, e á Bondade infinita uma grosscirissima imperfeição. Operar sem um designio, sem um plano seguido, é só proprio do insensato. Propoz-se, pois, Deus no acto creador um fim *digno de si*; e este fim *quere-o efficaçmente*.

2.º *Este fim não pode ser outro senão o proprio Deus.* — É impossivel que Deus se propuzesse um fim, fosse qual fosse, *distincto* de si mesmo. *Tudo* quanto fóra de Deus existe provém de Deus e tudo delle está inteiramente dependente quanto á essencia, existencia e perfeição. Sem Deus qualquer dos seres que existem seria um puro nada; e nem sequer seria possivel. Daqui se segue, como consequencia rigorosa, que nenhuma creatura quanto a si, ou por si mesma, é *realmente amavel*.

Que uma intelligencia, por limitada, nem sempre se capacite desta essencial dependencia, e que uma vontade contingente ame uma creatura *por si mesma*, é coisa infelizmente muito facil. Mas uma tal inconsequencia seria por parte do Ser infinito um absurdo. Não pode, pois, Deus amar uma creatura *considerada em si*; e, por conseguinte, não se pode propor *outro fim*, a não ser a *si mesmo*².

3.º *Este fim é a gloria de Deus.* — Será, por acaso, verdade que, referindo a si mesmo toda a criação, esperasse Deus que dahi lhe adviesse algum accrescimento na sua bemaventurança? Evidentemente não, porque Elle é plena e infinitamente feliz. O unico bem que pôde ter em vista é a manifestação da sua gloria. Eis como: Houve de Deus a creatura, como vimos, o seu ser e tudo

1) Ps. LXXXIX, 2; ps. CI, 27.

2) Talvez alguém impensadamente imagine ver *egoismo* nesta intenção de Deus. Mas note-se que o *egoismo* é uma desordem. O egoista refere a si o que lhe *não pertence*. Não pode, porém, haver desordem nenhuma em querer-se o que exige a essencia das coisas.

Além de que o bem das creaturas e mais ainda das racionais, está na sua subordinação a Deus.

quanto tem; é ella obra da sua omnipotencia, da sua sabedoria e da sua bondade. Reflecte-se nella, segundo a medida da sua perfeição de creatura, o poder, a formosura, e a grandeza do seu Auctor. É, portanto, da essencia mesma do ser creado o ser uma manifestação dos attributos de Deus. Quer Deus, ao tiral-a do nada, e deve querer (sob pena de contradizer-se) que ella manifeste um grau da sua perfeição infinita. Esta manifestação é que se chama a *gloria* de Deus *exterior*.

4.º *Deus é o ultimo fim do homem.* — Cada ser creado é, por essencia, um vestigio, um reflexo e até uma imagem de Deus; e o homem, creatura intelligente e livre, é indubitavelmente no mundo sensível a imagem d'Elle mais nobre e perfeita. A sua natureza exige, pois, que elle glorifique a Deus como a seu Auctor em harmonia com a sua perfeição e faculdades, isto é, pela sua *intelligencia* e pela sua *vontade*. É forçoso que sua intelligencia procure a verdade e que sua vontade ame o bem. Ora, icomo a causa primeira, a fonte unica de toda a verdade e de todo o bem, é tambem a Summa Verdade e o summo Bem, segue-se que Deus é o objecto final e necessario do conhecimento e amor do homem. Para este vertice culminante se elevam a intelligencia e a vontade, como por degraus, servindo-se para isso dos vestigios, que o Creador deixou impressos em suas obras. É, portanto, pelo homem e só pelo homem que o mundo sensível alcança o seu fim. E por este titulo é que o homem é o rei da criação.

Accrescentemos ainda que, sendo o fim do homem uma consequencia da sua mesma natureza, forçosamente quer Deus este fim. E daqui vem que o homem está rigorosamente obrigado a procurar a gloria de Deus¹. E quão agradável e facil não é esta obrigação! Quiz Deus, com effeito, que o homem, glorificando e servindo a seu Deus e seu divino Auctor, assegurasse por este meio a sua propria felicidade, e que, por conseguinte, entre a *gloria* de Deus e a *bemaventurança* do homem houvesse uma relação *indissoluvel*.

1) O caracter obrigatorio da lei funda-se exactamente nesta vontade effeaz de Deus. *Quer* Elle e *deve* querer que o homem o glorifique, e deve impur-lho por forma necessitante. Ora a unica compativel com a essencia do ser livre é a *obrigação moral*, imposta pela lei.

Assim é que nunca a intelligencia humana, que por natureza tende para a verdade, poderá ficar satisfeita senão pela fruição da summa Verdade, que é Deus; como nem tambem a humana vontade, que em suas aspirações, por natureza, é infinita, poderá plenamente saciar-se, a não ser pela posse do soberano Bem, do Bem perfectissimo, que está em Deus.

Não pode, pois, o homem, por sua natureza levado a manifestar a gloria do seu Auctor, fazer um só esforço para este fim, sem ao mesmo tempo se aperfeiçoar e avançar no caminho da sua felicidade; assim como pelo contrario não pode elle negar-se a procurar a gloria de Deus, sem ao mesmo tempo dar de mão á sua bemaventurança.

Se se percorrerem as Sagradas Paginas facilmente se verá como esta doutrina está completamente de accordo com as verdades da fé. «Eu sou o Alpha e o Omega, o principio e o fim», diz o Senhor, no Apocalypse¹. «Trazte a todos os meus filhos das terras longinquas, dissera Elle a Isaias... porque a todos os que invocam o meu nome os creei para minha gloria»². E, referindo-se á sua missão sobre a terra, dá-lhe Jesus Christo como fim tanto a salvação e bemaventurança do homem, como a glorificação de seu Pae. «Eu vim, diz o Senhor, para que elles tenham a *vida* e para que a tenham com maior abundancia»³. «Eu Vos glorifiquei (meu Pae) sobre a terra»⁴. «Se alguém negar, diz o Concilio do Vaticano, que o mundo foi feito para gloria de Deus, seja anathema»⁵.

CONCLUSÃO. — Deus é, portanto, não só a Causa primeira de todas as coisas, mas tambem o seu Fim ultimo. Toda a realidade deriva d'elle, e a Elle em retorno se refere. Forçoso é, pois, que, se queremos ser logicos, para Deus orientemos e ordenemos todas as nossas acções, palavras e pensamentos. É dever nosso e conjunctamente a nossa felicidade.

1) I, 8.
2) XLIII, 6 e 7.
3) Joan. X, 10.
4) Joan. XVII, 4.
5) De fide I, Can. 5.

CAPITULO II

A alma humana
Espiritualidade, liberdade,
immortalidade

Não é este capitulo um preliminar, como o precedente, indispensavel á Apologetica. Pois que, para o homem se inclinar reverente ante a palavra de Deus revelada, é mister conhecer-lhe de antemão a existencia e veracidade. Não passa o mesmo com a espiritualidade da alma. Para que nos obriguem os ensinamentos divinos, não é preciso que cada um demonstre a si mesmo que é capaz de obedecer, que é livre; basta que o seja de facto. Ainda que se desse o caso de nós não podermos provar a espiritualidade e a immortalidade da alma, não deixaria por isso de ser verdade que Deus tem todo o direito sobre nós, o direito, por exemplo, de nos obrigar a crer nesta *immortalidade*, fundando-se em sua palavra infallivel.

Como, porem, os adversarios do Christianismo, para abalar todo o edificio religioso, se valem frequentemente das duvidas, que levantam ácerca da espiritualidade da alma, convém demonstrar: 1. a *espiritualidade* da alma; 2. a sua *liberdade*; 3. a sua *immortalidade*.

ART. I. — ESPIRITUALIDADE DA
ALMA HUMANA ¹

§ I. Noções

Por esta palavra *alma* pode designar-se qualquer principio de vida, seja qual for a sua natureza. É neste sentido que a tomamos, quando nos referimos á alma das

1) Esta pergunta: «Temos nós uma alma?» pode ter um duplo sentido:
a) Entendida num primeiro sentido, equivale a est'outra: «Haverá no corpo humano um principio, que o *anima* (ánima), principio em nós do movimento immanente o da vida?» Assim proposta a questão, já por si fica resol-

plantas e á dos animaes. Este principio é que nós affirmamos ser *espiritual* no homem ¹. Queremos por esta palavra designar que a alma humana é distincta do organismo e delle independente, tanto que lhe sobrevive e por si mesma, sem elle, actúa, e que ella nem é materia, nem dependente da materia. Espiritual e immaterial são, portanto, synonymos.

Para se comprehender o termo negativo *não-material*, de nenhum modo se precisa comprehender a natureza intima e bastante obscura da materia. Observemos, contudo, que nos argumentos, que vamos adduzir, tomamos a palavra *materia* como designando não só os corpos inorganicos, nos seus diversos estados de solidos, liquidos e gazosos, mas tambem as formas superiores do mundo organico: a vida das plantas e dos animaes. De tudo sabemos o bastante para bem precisarmos o sentido da these materialista.

§ II. Adversarios

Como uma noticia historica do *materialismo* nos levaria muito longe ², contentemo-nos com apontar, só por alto, algumas das suas *formas*.

1. Para alguns *materialistas modernos* a alma não é senão um como rotulo, um nome colectivo, que designa o conjuncto de funcções do systema nervoso ³. Não se distingue do organismo.

vida; pois que, como não podemos duvidar que vivemos, força é confessar que, a não admittirmos factos sem causa, tem de haver em nós um principio de vida, seja elle qual for.

b) Tomada noutro sentido, aquella pergunta equivale a est'outra: «É a alma humana, principio de vida em nós, distincta das cellulas componentes do organismo; differença-se d'ellas a ponto de as dominar e de lhes sobreviver?». Segundo a maioria dos *materialistas* a alma humana não é mais que a synthese das diversas funcções organicas, ou, mais simplesmente, a organização do corpo; e o organismo, dizem, não é senão a resultante das forças physico-chimicas.

Nós vamos ver se ella é apenas isso, ou se, pelo contrario, é possuidora da espiritualidade, da liberdade e immortalidade, attributos que a tornam essencialmente superior ao corpo.

1) É superfluo advertir que aqui os termos *espiritual* e *espiritualidade* não tem o sentido, que frequentemente tem em linguagem christã, de vida sobrenatural ou piedosa.

2) Vid. Pesch, *Institutiones philosophiae naturalis*; Caro, *Le matérialisme et la Science*; Brin, *Histoire de la philosophie*, etc.

3) «A alma não é um principio immaterial e distincto do corpo e nem mesmo é um principio; não é mais que um nome colectivo, que designa as differentes funcções, que pertencem ao systema nervoso, e que nos animaes de

2. Outros não negam a alma; servem-se frequentemente deste termo; mas empregam-no só para dar maior precisão a outra palavra, a de principio das nossas sensações internas (Stuart Mill, Taine, etc.). Vão-se tornando raros estes materialistas positivistas; e a sua posição vai ficando reduzida simplesmente a uma cautelosa reserva scientifica.

Como a experiencia não entra para nada nestas questões da essencia, pouco se preocupam com a alma, nas suas investigações. Se della fallam é como philosophos, e neste caso dão-se por ignorantes ante uma coisa incognoscível, que não está ao alcance das suas investigações.

§ III. Provas da espiritualidade da alma

Pela obra se conhece o obreiro. Ora, em nós produzem-se actos espirituaes; logo em nós se revela a existencia de um agente espiritual. Estes actos são os da nossa vontade e do nosso entendimento.

PRIMEIRA PROVA

ACTOS DA VONTADE

A. *Actos livres.* — Se ha um factio innegavel e universalmente admittido, é o de que a materia não possui liberdade e de que ella está sujeita a leis necessarias. Ora, a alma humana é completamente livre, como adiante provaremos, apesar de ser uma verdade evidente, e tem, como senhora, o poder de resistir a todos os attractivos e de dirigir a sua actividade como e para onde lhe apraz; logo a alma humana não é material, senão espiritual.

B. *Actos da vontade, tendo por objecto um bem immaterial.* — O homem pode desejar e querer bens, que elle sabe serem absolutamente immateriaes. Pode e até, em certos casos, deve fazer o sacrificio dos bens sensiveis e

especies superiores pertencem ao systema nervoso central, ao cerebro... Pelo que o homem, sem excluir os animaes, não vem a ser senão uma machina; e o seu pensamento é o resultado de uma certa organização, etc.» Assim se expressa Vogt, um dos mentores do materialismo hodierno.

ainda da propria vida por obedecer á honra, á virtude e ao dever¹. E compraz-se nestes bens immateriaes. Ora, se o homem fosse pura materia, seriam esta tendencia e este gozo inteiramente impossiveis. Na realidade não é um objecto appetecível nem amavel senão porque elle é *bom* para quem o procura. O immaterial, emquanto immaterial, não pode causar nem satisfação, nem prazer, nem gozo algum a um ser puramente sensível; não pode ser *bom para elle*. Assim que a propensão do homem para o bem immaterial não tem explicação alguma possível, a não haver nelle um principio qualquer, estranho á materia. Este principio immaterial é a alma².

SEGUNDA PROVA

ACTOS DA INTELLIGENCIA

NOTA PRELIMINAR. — Para bem se comprehender a immaterialidade dos nossos conhecimentos intellectuaes, volvamos primeiramente a nossa attenção para os nossos conhecimentos sensitivos.

E primeiramente, quanto aos nossos *sentidos exteriores*, facil é de verificar: *a*) que todas as suas percepções (visuaes, auditivas, tacteis, etc.) são *compostas* e *divisiveis*; — *b*) que são *individuaes* e *concretas*: eu vejo *este* objecto, sinto *este* determinado som, etc.; — *c*) que ellas dependem de uma excitação material: a visão varia segundo o angulo e a força illuminativa; a audição modifica-se segundo a distancia, o meio; — *d*) enfim que a impressibilidade dos orgãos não vai além de uns determinados limites: os ouvidos soffrem com um som demasiado forte, os olhos deslumbram-se com um brilho grandemente intenso.

1) Dever e virtude consideram-se aqui só emquanto *dever* e emquanto *virtude* em si, segundo os abraça com sacrificio o homem virtuoso. É verdade que de vez em quando andam os bens *espirituaes* associados a certas vantagens de ordem *sensivel*: a honra anda acompanhada de certos testemunhos exteriores, e o cumprimento do dever moral exerce influencia benéfica, até para a saude, etc. E por isso poderia alguém julgar irreflectidamente que a honra e o dever são objecto de faculdades sensitivas. É um puro engano, porquanto é o *dever*, emquanto *dever*, abstrahindo de quaesquer vantagens ou bens sensitivos, que é visado pelo homem virtuoso.

2) Vid. J. Grasset, *Les limites de la biologie*, ch. IV.

Em segundo lugar, quanto á *imaginação*, forma-se ella de representações internas, analogas ás sensações externas: os movimentos, as côres, os sons, as palavras, etc. Tem estas *imagens cerebraes*, de bom grado assimiladas pelos materialistas ás *ideias*, uma natureza parecida á das sensações: tem como órgão o cerebro, em que se localizam; são compostas de partes; dependem da excitação dos centros nervosos, etc. São estas propriedades admittidas por todos os physiologistas e psychologos, propriedades por tal forma essenciaes aos actos organicos, que seria impossivel negal-as sem fazer da imaginação uma faculdade espiritual.

Passemos já a ver a opposição fundamental existente entre as imagens cerebraes e os actos intellectuaes. Dá-nos ella lugar á seguinte *argumentação*:

Todo o phenomeno organico é, como acabamos de demonstrar e os adversarios concedem, um phenomeno essencialmente composto, recebido num órgão extenso, e dependente de uma excitação material. Os actos do conhecimento não são organicos, mas espirituaes. Existem realmente em nós actos intellectuaes, simples, abstractos, independentes da excitação material; e são as *ideias*, os *juizos* e os *raciocínios*.

1. **As ideias.** — a) É um facto incontestavel o conhecermos nós, posto que imperfeitamente, a Deus e aos anjos; assim como é tambem um facto conhecermos coisas immateriaes, como o dever, o direito, a justiça, a sanctidade. Temos, além disso, conceitos independentes da materia, applicaveis tanto ao mundo immaterial como ao material, por exemplo, os conceitos de ser, de substancia, de natureza, etc. Ora nunca uma potencia material pode por qualquer forma alcançar um objecto immaterial. Temos, pois, que a nossa intelligencia é uma faculdade independente da materia, uma faculdade espiritual.

b) Nós tambem conhecemos os objectos materiaes, mas de um modo immaterial. As ideias são, com effeito, universaes; porque além da *imagem cerebral*, que me representa uma arvore, um cavallo, etc., concebo tambem a *ideia* da arvore, do cavallo *em geral*; e esta ideia, assim universalisada como eu a conheço, não é indeterminada e confusa, como a supõem certos philosophos, mas, ainda que geral, é de uma perfeita nitidez. Ora uma ideia, assim

pela concepção universalisada, de nenhum modo pode ser uma ideia material e organica.

A razão é clara: uma imagem organica é, como disse-mos, composta de partes e tem uma forma determinada. Para que ella fosse universal, para que se applicasse, por exemplo, a *todas* as arvores, fôra mister que *simultaneamente* representasse as formas, as dimensões de todas as arvores possiveis, das faias, das jaqueiras, dos carvalhos, etc. — Deveria do mesmo modo a imagem universal da *côr* applicar-se a *todas* as côres, deveria simultaneamente representar todos os matizes das côres, o que é evidentemente impossivel, já porque uma imagem não pode ser ao mesmo tempo toda verde e vermelha e azul, já porque a percepção e vibração do azul differem da percepção e vibração do vermelho — O mesmo se diga da ideia do *som em geral*; se se tractasse de uma imagem organica deveria ella representar *todos* os sons e vibrar ao mesmo tempo *todas* as notas.

Supponhamos ainda que a ideia é de um triangulo em geral. Se ella fosse uma imagem, deveria ser limitada por um contorno fixo; mas neste caso ficaria reduzida a um *determinado* triangulo. Para essa imagem representar *todos* os triangulos, tinha que ser limitada por todos os contornos triangulares possiveis, o que seria um absurdo manifesto. Este raciocinio é applicavel a todas as ideias universaes dos objectos *materiaes*.

c) As ideias são independentes de excitações materiaes. Toda a excitação organica varia segundo a impressão, a excitação e o estado do órgão; ora, as nossas ideias apresentam-se sempre immoveis e inalteraveis. — As impressões variam, de facto, indefinidamente, e as imagens succedem-se vivas ou fracas, longinhas ou proximas; e, pelo contrario, as ideias do dever, do verdadeiro, do justo, apresentam-se identicas e sempre as mesmas.

2. **Os juizos e os raciocínios.** — Mencionemos só, por abreviar, os juizos, que se chamam *principios* ou verdades *necessarias* e *eternas*, como por exemplo: «Uma coisa não pode, ao mesmo tempo, ser e não ser»; ou «Nada existe sem razão sufficiente». Nelles se patenteia a independencia absoluta de qualquer impressão material: nada ha nestes juizos de relativo, de variavel e transitorio. Que

diferença entre o principio da razão sufficiente, invariavelmente claro, peremptorio e sempre o mesmo e a lembrança de um homem, que outr'ora se viu! Esta imagem humana apaga-se, altera-se, extingue-se, desaparece e associa-se a outras imagens. E porque? porque é uma imagem dependente do cerebro, a cujas influencias anda sempre mais ou menos sujeita. E, pelo contrario, o principio da razão sufficiente permanece sempre inalteravel, porquanto procede de uma faculdade sobranceira ás influencias organicas, e actua apenas sob o influxo do verdadeiro, e participa da pureza, da simplicidade e estabilidade da eterna Verdade. Assim que, suppõe o poder de generalisar e de raciocinar em nós a existencia de um principio espiritual.

A *conclusão* deste parographo é, pois, que, tendo nós demonstrado a existencia de actos *immateriaes* no homem, e não se podendo dar um effeito sem que lhe corresponda uma causa proporcionada, forçosamente tem que existir uma causa ou principio de vida *immaterial* no homem, o qual é a alma.

§ IV. Objecções

Observação preliminar sobre a união entre a alma e o corpo. — Não pode o grande problema da união entre a alma e o corpo ter cabimento neste estudo. A resposta, ás objecções ganhará em força e clareza, se apresentarmos um breve resumo dos principaes dados da razão e da experiencia sobre esta importante questão.

1. As demonstrações precedentes deixam em evidencia existirem no homem tanto os phenomenos sensiveis e organicos como os actos *immateriaes*. Ha, por consequente, nelle dois principios, um *material* e outro *immaterial*.

2. A experiencia nos assegura tambem que estes dois principios não são de tal modo distinctos, que os possamos olhar como dois individuos, dos quaes um governe ao outro, como um cavalleiro governa o seu cavallo ou como um piloto dirige o seu navio.

A alma e o corpo completam-se mutuamente de sorte que formam uma só *natureza*, a humana; assim que a mesma pessoa, que tem consciencia de ver e apalpar (actos

sensiveis), tem tambem consciencia de pensar e querer, que são actos *immateriaes*¹.

3. Esta união intima é a causa da reciproca influencia da alma sobre o corpo e do corpo sobre a alma. Os nossos órgãos reagem sob a acção dos objectos exteriores. O fluxo nervoso transmite-se ao cerebro e provoca uma representação interna, e em seguida a ella, entra a intelligencia em actividade e forma as ideias, os juizos e os raciocinios. Ha, sem embargo, uma intima relação entre a imagem e a ideia, entre o acto organico e o acto espiritual: a imagem chama a ideia e por sua vez a ideia evoca a imagem.

Se uma lesão, uma doença, a velhice alterar o centro cerebral, onde as imagens sensiveis se acham dispostas, e se vier a perturbar a associação dellas, a desordem necessariamente repercutir-se-ha nas operações intellectuaes.

Dadas estas explicações, passemos á analyse das principaes objecções adduzidas contra a espiritualidade da alma.

PRIMEIRA OBJECÇÃO. — As faculdades chamadas intellectuaes desenvolvem-se com o cerebro, transtornam-se e extinguem-se com elle. Logo não são mais que funcções do cerebro. — Lucrecio foi quem primeiro propoz esta objecção, que os materialistas de todos os tempos de bom grado repetem:

*Gigni pariter cum corpore et una
Crescere sentimus pariterque senescere mentem.*

RESPOSTA. — Os factos allegados são innegaveis, e foram conhecidos e admittidos por toda a eschola espiritualista durante o volver dos seculos. As descobertas da sciencia moderna² só nos revelaram o mecanismo das funcções

1) Falla-se hoje frequentemente em *desdobraimento* da personalidade. Certos individuos sob a influencia da suggestão hypnotica ou de certas doenças nervosas parecem ficar privados da consciencia da propria identidade, da qual se apossa outro personagem, cujo papel elles com persuasão plena desempenham. Perdem a memoria dos actos practicados em outros estados. Contudo não annullam estas chamadas «doenças da personalidade», como nem tambem as illusões dos sonhos, o testemunho da consciencia são. Vê-se evidentemente que é o mesmo individuo, que passa por diferentes estados; mas em meio dessas illusões, por estranhas que sejam, reconhece-se uma certa permanencia da consciencia.

Tenha-se tambem presente, o que aqui é muito para notar, que a consciencia da personalidade ou *eu*, como hoje se diz, não é a personalidade mesma. Ninguém deixa de ser *uma mesma pessoa* pelo facto de perder a consciencia de si proprio.

2) As localizações da periphéria cerebral, os centros de associação de Flechsig, os resultados da trepanação, etc.

organicas, mas deixaram intactos os argumentos do espiritalismo.

Quando muito prova esta objecção que o cerebro é o órgão das faculdades sensitivas, cujo funcionamento é, como condição, indispensavel á actividade espiritual¹. Funda-se a necessidade desta condição na união da alma com o corpo. Mas daqui a concluir-se que o cerebro é a condição sufficiente, o órgão do pensamento, vaé muita distancia².

SEGUNDA OBJECÇÃO. — Esta natureza unica, formada de dois elementos, um espirital e outro material, é coisa inconcebivel, contradictoria e absurda.

RESPOSTA. — a) Que seja mysteriosa e obscura, passe. E as affinidades chimicas, a attracção e a electricidade são facéis de comprehender? Não faltam sabios que afirmem ser a materia tão incognoscivel como o proprio espirito.

b) Nada tem de contradictorio esta união da alma com o corpo. Que contradicção pode realmente haver em que um elemento de natureza superior communique a outro de ordem inferior umas certas perfeições como são a vida, a sensação, e em que este principio superior exija

1) O raciocinio destes argumentadores vale tanto como o de quem dissesse: A vegetação, a sensação, etc. só podem dar-se em determinadas condições do ar, da temperatura, da luz, etc.; alteram-se e desaparecem com estes agentes; logo a vegetação e a sensação são produzidas pelo ar, temperatura, etc.
2) Bom será advertir-se que já mesmo no campo da physiologia está hoje sendo mal vista esta hypothese materialista de ser o cerebro órgão da intelligencia humana, hypothese antes muito em voga e havida quasi como verdade inconcussa. Foram em primeiro logar baldados os esforços feitos para localisar o pensamento numa parte qualquer do cerebro, á semelhança do que com resultado se deu, por exemplo, para a visão.

É, o que é mais, os factos e observações, feitas sobretudo recentemente, durante a ultima guerra, vieram mostrar a inanidade daquella hypothese. Havendo relação entre o centro cerebral e a intelligencia, lesado elle, perder-se-hia também o uso da razão, e o manicómio pareceria ser o destino dos muitos soldados feridos no cerebro. A experiencia, porem, não confirmou esse modo de ver. Citemos só este facto, apontado pelo Dr. Guépin á Academia das sciencias: Um soldado foi alcançado por um obuz, que lhe feriu o hemispherio cerebral esquerdo, e este em duas operações perdeu pelo menos um terço da substancia nervosa; e contudo a sua intelligencia, após a operação, ficou intacta.

Resumindo as suas observações sobre esta questão, dizia em 1918 o medico Mignard: «Antes de tudo o que mais deixa admirado o observador, ante a maioria dos feridos no cranio, é a relativa integridade das funcções psychicas. De 258 feridos no cranio, observados, ao tomar estas notas, no Centro neuro-pathico de Montpellier, para nenhum foi, que eu saiba, pedido o internamento pelos medicos do Centro, por motivo de loucura». «Nunca, affirmou elle ainda, em conclusão, pudemos notar o desaparecimento, o enfraquecimento, ou perturbação especial de tal ou tal funcção mental em relação com uma lesão de uma determinada região do cerebro». Muito conviria desenvolvermos mais este assumpto, mas é impossivel.

(Nota do traductor)

para o exercicio de certas faculdades o concurso intimo de outro principio inferior?

c) Accresce ainda que esta união é a unica explicação para os factos da sensibilidade experimental (Vid. p. 67). Ora ante a experiencia nenhum valor tem os apriorismos.

TERCEIRA OBJECÇÃO. — Não se pode conhecer o immaterial, se até o que é materia se ignora. Ora não faltam sabios que afirmem ser tão incognoscivel a materia como o espirito.

RESPOSTA. — C-nos mysteriosa, não ha duvida, a essencia da materia, e nisto estamos de accordo com todos os positivistas e agnosticos; mas conhecemos sem duvida certas propriedades e imperfeições a ella inherentes; e é o que nos basta para podermos assegurar que um ser, a que faltam estas imperfeições não pode ser material. Sabemos com effeito que a materia não pode actuar sem o concurso dos corpos; donde concluimos que um ser dotado de uma actividade independente dos corpos, como base, não pode por natureza ser material.

ART. II. — LIBERDADE DA ALMA HUMANA

§ I. Estado da questão

Entende-se por liberdade a faculdade que o homem tem de, por si mesmo, se determinar a fazer ou não fazer uma coisa ou a fazel-a de um modo antes que de outro. Precisa-se, pois, para que a alma seja livre, que não haja constrangimento nem força extrinseca, nem haja impulso ou necessidade intrinseca, que forçosamente a determinem na sua escolha. A alma, senhora de si ao escolher, goza da liberdade physica ou livre arbitrio. Esta liberdade physica não deve ser confundida com a liberdade moral, que só se estende ás acções licitas. Posso eu ser, de facto, livre *physicamente* em commetter um peccado; mas *moralmente* de nenhum modo o posso ser.

§ II. Adversarios

Comquanto se possam, rigorosamente fallando, considerar como inimigos da liberdade os philosophos, que, como Th. Reid, affirmam não poder a vontade humana determinar-se sem motivo, contudo só se consideram como taes os *fatalistas* e os *deterministas*.

a) *Os fatalistas* negam a liberdade humana em nome de um *principio superior e unico*, que segundo as diversas formas, que o proprio fatalismo toma, se chama *destino* (antigos gregos), *vontade soberana* (mahometanos), *natureza* (Spinoza e os pantheistas) e mesmo *graça divina* (João Huss, Luthero, Calvino, Jansenio, Baio).

b) *Os deterministas* defendem que o homem nos seus actos se determina não por uma causa unica e superior, mas ou pelas leis da natureza em geral ou pelas da *sua* propria natureza em particular. Todos os phenomenos do universo são determinados por causas; a vontade humana não pode ser uma excepção a esta lei universal.

Toma o determinismo tres formas principaes, a *scientific*, a *physiologica* e a *psychologica*.

1. *O determinismo scientifico* defende que a these da *necessidade universal* ou do «mechanismo universal» é a unica, que se harmonisa com os resultados da sciencia positiva, a unica que torna a propria sciencia possivel. Os actos da vontade teriam como causa as forças physico-chimicas e estariam, como todos os outros movimentos, sujeitos ás leis geraes da mechanica¹.

2. *O determinismo physiologico* defende que o homem vive sob a dependencia absoluta ou das circumstancias *physicas* exteriores (clima, meio, regimen, etc.), ou das condições physiologicas do organismo (estado dos nervos, do cerebro, etc.). Este determinismo é materialista, do mesmo modo que o precedente, e teve como fautores principaes a H. Taine, K. Vogt, Moleschott, W. Wundt, etc.

3. *O determinismo psychologico* suppõe ser o homem

1) Sobre esta questão do livre arbitrio e conservação da energia consultem-se Jouffrez, *Introduction à la théorie de l'énergie*; Carhonnelle; *Les confins de la science et de la philosophie*; Couailhac, *La liberté et la conservation de l'énergie*, etc.

determinado, não *de fóra*, mas por *si mesmo*. Seu principal defensor foi Leibnitz¹, que o formulou em duas proposições: «Não ha vontade sem motivo». «A vontade segue sempre o motivo mais forte»².

§ III. Provas do livre arbitrio

A these do livre arbitrio pode formular-se do seguinte modo: «Quando se dão as *condições necessarias* do seu exercicio, *tem* a vontade humana *pleno poder* para, por si mesma, se determinar ao acto que ella muito bem quizer, sem que a isso *seja obrigada* por força alguma externa nem por alguma necessidade interna». Vamos dar só duas das principaes provas: o testemunho da consciencia e a analyse do acto livre.

PRIMEIRA PROVA

TESTEMUNHO DA CONSCIENCIA³

PRELIMINARES. — O homem tem a convicção íntima e o sentimento vivo, interno, da sua liberdade. Sente que muitos dos seus actos são completamente espontaneos e unicamente estão dependentes da sua vontade, de modo que ella só é que os elege e que toma sobre si a responsabilidade delles. É este um *facto* experimental, a que os deterministas darão a explicação, que quizerem, mas que já-mais poderão negar. Depois veremos qual seja o valor deste testemunho; o que por agora importa é analysal-o bem e estudar-lhe os caracteres e condições.

1. **Objecto desta persuasão.** — a) A consciencia nos diz que podemos realmente fazer ou omitir tal ou tal acção; e, quando ajuizamos sobre os procedimentos dos

1) Imaginava Leibnitz que a vontade por sua natureza se via forçada a seguir sempre o motivo mais forte e que propendia sempre para o bem maior. Observe-se, porem, que Leibnitz não tirava d'ahi uma conclusão contraria á liberdade. Procurava defender a liberdade, mas enganava-se na natureza della.

2) Afinal de contas todas as variedades de determinismo partem deste unico principio: «Dado um determinado estado da alma, só ha para a vontade uma unica resolução possivel».

3) Por *consciencia* entende-se aqui, não a consciencia *moral* ou juizo, que fazemos acerca da malicia ou bondade dos nossos proprios actos, senão a *faculdade*, que, seja qual for, nos leva ao conhecimento dos actos internos.

nossos semelhantes, baseamo-nos na convicção de que também elles podem fazer a mesma coisa quanto aos seus actos.

b) Além disto discernimos nós muito bem os actos livres e os seus caracteres, de quaesquer outros actos ainda mesmo os mais espontaneos.

c) E quaes são afinal de contas os actos que nós consideramos como livres? São exactamente aquelles de que nós temos consciencia plena, aquelles que em nós são plenamente deliberados. E este ponto é muito para se notar, porque os deterministas supõem que a consciencia da liberdade não passa de uma pura illusão.

Seria admissivel a illusão para os actos semi-conscientes ou impensados. Mas quem viu jámais crescer, corroborar-se e avivar-se uma illusão, á medida que nós alentamos melhor na nossa actividade e consideramos melhor os motivos, que nos levam a exercital-a? Seria uma coisa nunca vista.

Nunca, portanto, na «*ignorancia das causas que nos determinam*» se poderá fazer consistir a consciencia da liberdade (Vid. objecç. 8.^a).

2. Propriedades desta persuasão. — a) É, em primeiro lugar, *universal* a todos os homens; e nisto concordam todos.

b) É além disto *indelevel*. Por mais que o homem faça, jámais se desembaraçará da convicção séria e profunda de que é livre. Não negamos que ante a affirmacão de algum letrado, ante uma objecção capciosa, e mais prevendo-se consequencias vantajosas para as paixões, possam surgir certas duvidas, a ponto de se adoptar a *theoria* determinista. Mas equivale isto a uma convicção sincera?

Tambem os deterministas louvam e censuram, como faz toda a outra gente, as acções dos outros homens, segundo ellas são boas ou más; ora não se vê lá muito bem como é que elles podem harmonisar um tal procedimento com as suas theorias deterministas. Por isso pode-se realmente pôr em duvida que haja deterministas verdadeiramente convictos; nem os mais apaixonados inimigos da liberdade se mostram muito propensos a negal-a no seu proximo, quando correm perigo os seus dinheiros, por exemplo, ou a sua honra. Mesmo os mais aferrados deter-

ministas se vêem seriamente embaraçados, quando da theoria teem que descer aos casos da vida practica, o que lhes não abona muito as convicções das ideias que professam.

3. Consequencias desta persuasão. — Desta consciencia do livre-arbitrio está dependente um conjuncto de conceitos, de juizos e de acções de natureza muito especial e de grande momento. Não teriam *nenhum sentido* estes conceitos, estes juizos e acções, que são o fundamento de toda a vida moral, se não se admittisse a liberdade no homem. Examinemol-o bem de perto.

a) Consideremos primeiro a ideia de *obrigação* e *dever*, a qual pode exprimir-se assim: 1. Podemos fazer ou deixar de fazer uma acção; — 2. Sentimo-nos em consciencia obrigados a practical-a ou a não practical-a; — 3. Não obstante esta obrigação moral, não sómente podem os nossos membros entrar ou não entrar em actividade, se não tambem entrar em actividade ou ficar em socego, segundo a escolha que á vontade livre aprouver.

b) Observemos em seguida o clarissimo e fundamental conceito da *responsabilidade*. Donde provém o discernimento, que fazemos, entre os actos de um dementado e os de um assassino, practicados em pleno gozo das suas faculdades? A este julgamol-o como responsavel, unicamente porque é livre; áquelle damol-o como irresponsavel, porque actua como qualquer machina, e está determinado a operar.

c) Analysemos egualmente a ideia de *merito* e *de merito*. Quem ousará pôr em paralelo no merito a dedicacão de uma Irmã da Caridade e o sol, que nos aquece ou o pão, que nos alimenta?¹

d) Vejamos ainda as ideias de *virtude* e de *vicio*. Bem manifesto é o seu contraste. Todos os nossos juizos, relações, sentimentos de estima e indignação, de confiança e reconhecimento, etc., se baseiam na convicção profunda da liberdade, tanto nossa como dos outros.

e) O mesmo verificamos, se considerarmos o sentido, que realmente ligamos, ás ideias de *recompensa* e de *castigo*. Que ha de commum entre o *domar* os animaes e o

1) Coteje-se a noção de merito com aquelle dizer que tão bem dá ideia da natureza do determinismo: «A virtude e o vicio são productos naturaes como o assucar e o vitriolo».

educar o homem? Nada tem de semelhante as recompensas, os castigos e demais meios, usados para os homens, com os affagos e ameaças, que empregamos, para *amansar* e domesticar os animaes, e para lhes impor determinados actos. Os premios ou os castigos, usados com o homem tanto o suppõem dotado de liberdade, que com elles só se tem em vista recompensar o *bom* ou *mau* uso, que della porventura tenha feito.

NOTA. — Suppondo mesmo que o livre arbitrio não passasse de *hypothese*, ainda assim deveríamos concluir que ella tem um valor tão apreciavel para a *explicação do mundo moral*; que lhe é tão indispensavel, que lhe é mesmo mais indispensavel do que a *hypothese* do ether, espalhado pelo vacuo, á explicação do mundo physico. Sem liberdade não ha para a humanidade significado moral¹.

Acabamos de demonstrar o facto da crença no livre arbitrio e a influencia grande que elle exerce sobre a vida humana. Elle explica-a satisfactoriamente. Ora a unica explicação possivel para um tal facto só é ou só pode ser, como vamos demonstrar, a *real existencia* da liberdade humana.

Primeiro argumento. — *Se esta persuasão fosse falsa, seria impossível qualquer certeza.*

Acabamos de ver quanto esta persuasão é universal, clara, distincta e indelevel. Estamos tão convencidos de que temos liberdade, como de que existimos. Ora, como estou eu convencido de que existo e de que trabalho? Pelo testemunho evidente da minha consciencia, e sómente por elle. Não tenho outra prova para esta convicção. Pois bem, esta mesma consciencia, com igual *evidencia*, me assegura que eu sou livre. Se o segundo testemunho é falso, tambem me não posso fiar no primeiro, que tem por si a mesma prova; e acabou-se toda a *certeza* no dominio da consciencia.

E, sendo assim, acabou-se tambem toda a *sciencia*. Porquanto, como é que, de facto, nós estamos certos da existencia dos corpos, das leis physicas, dos phenomenos do mundo externo? Porque temos a consciencia de os ha-

1) Vid. Ad. Prins, *Science pénale et droit positif*, n.º 361.

vêrmos experimentado, verificado e conhecido. Assim que, se o testemunho da consciencia não tem nenhum valor, nunca mais posso estar certo de ter visto, de ter experimentado nem de ter conhecido ou aprendido.

Segundo argumento. — Existe indubitavelmente a *lei moral*; ora não havendo liberdade é impossível que ella exista; logo existe tambem a liberdade. Estas duas premissas já as deixamos provadas.

Terceiro argumento. — Admittamos por um instante a *hypothese* do determinismo universal. Todos os phenomenos, segundo esta *hypothese*, todos os actos, todos os juizos são regidos por uma necessidade absoluta. E nem mesmo a crença na liberdade poderia ficar exceptuada, porque tambem ella se deveria considerar como fatalmente resultante das leis e das forças naturaes. Ora, seria realmente absurdo suppor que o resultado necessario e fatal das forças da natureza seja o erro e a falsidade. D'aqui se segue, e isto basta para fazer ruir a *hypothese* determinista, o ser *verdadeira* a *crença* da nossa liberdade, por, naquella *hypothese*, tambem ser *fatal* esta crença.

SEGUNDA PROVA

ANALYSE DO ACTO LIVRE

O ponto de partida para a demonstração precedente foi o facto de que a *consciencia attesta* ser o homem *livre*. Este facto com as suas propriedades characteristics e as suas consequencias nos fornece argumentos irrespondiveis a favor da *realidade* do nosso livre alvedrio. Poderíamos contentar-nos só com elles. Mas o espirito humano deseja ir mais longe, e quer ver, por um exame mais profundo, como se certifica dessa liberdade.

Este estudo, que os sophismas em voga tornam hoje mais que nunca opportuno, apresenta-se, digamol-o com franqueza, particularmente difficil de expor¹, não tanto pela obscuridade da questão, quanto pela analyse subtil,

1) Por isso melhor farão as pessoas menos preparadas em adiar para mais tarde a solução desta questão. Quanto a nós, não julgamos conveniente deval-a omitir. Porque, estudando-a, poderão os jovens mais instruidos responder a certas difficuldades bastante subteis, que lhes poderão oppor.

que se requer; de modo que o espirito não acerta muitas vezes com o ponto, para o qual deve fazer convergir toda a sua attenção. É afinal o que costuma acontecer com as mais simples noções, as quaes como que se perdem de vista, quando nos pomos a dar uma explicação dellas. É mais uma razão para, quanto a ellas, procedermos com maior circumspecção.

Examinemos, pois, o que se passa, quando temos consciencia de agir com liberdade. Descobriremos no acto livre cinco differentes phases¹ ou elementos para elle se realisar, que são:

PRIMEIRA PHASE: O acto do conhecimento. — Apresentam-se á nossa mente certos bens, como: umas determinadas vantagens a alcançar, alguns gozos a fruir ou algum dever a cumprir, etc. Devemos nós primeiro ter o conhecimento delles, porque sem conhecimento prévio não ha vontade: *Nihil volitum nisi praecognitum*, diz o axioma philosophico.

SEGUNDA PHASE: O primeiro movimento da vontade. — Quando á mente se apresenta um bem qualquer, *entra* logo a *vontade* em acção; e ou propende para esse bem ou d'elle se desvia. Por vezes a intelligencia, logo que pela primeira vez se lhe depara o bem, descobre inconvenientes que d'elle podem originar-se. — *Evitar* estes inconvenientes é do mesmo modo um bem, e por causa deste pode a vontade ou rejeitar definitivamente o primeiro bem proposto, ou simplesmente desviar d'elle a attenção, sem se importar com as vantagens que elle traz consigo.

Acontece tambem por vezes que os inconvenientes, que com um bem, que se nos propõe, andam relacionados, se não vêem logo á primeira vista: frequentemente a irreflexão, o habito inveterado ou a cegueira, propria da paixão, nol-os escondem. — Neste caso o primeiro movimento

1) Escusado será observar que por phases do acto livre entendemos os diversos actos, que o tornam real e que o preparam, o acompanham ou se lhe seguem.

Não deveria ser necessario, referindo-nos a homens de sciencia, chamar-lhes a attenção para as consequencias de um erro qualquer de observação. Mas, contudo, segundo numerosos factos attestam, até o sabio, que nas experiencias de physica ou chimica se lastimaria de qualquer descuido insignificante, se permite uns descuidos incriveis no tocante á observação dos actos internos. Entretanto, esta observação versa sobre *factos*, e, ainda que nelles se não vissem mais que factos, deviam registrar-se com toda a fidelidade.

da vontade é propender para esse bem, que se nos propoz, e, embora não propenda para elle com a força irresistivel, que nella excitaria uma clara visão do Bem absolutamente perfeito (não chega a fascinação dos bens finitos e limitados a illudil-a tanto), propende, contudo, para elle com uma certa força, porquanto não descobre nelle motivos de o não abraçar ou amar. Póde, porem, aquellé *primeiro movimento*, por espontaneo que seja, ser prevenido ou atalhado, se a intelligencia intervém a tempo para o considerar. Ainda depois que a propensão se produziu, sobrevém a reflexão, que é a terceira das phases.

TERCEIRA PHASE: Ponderação dos bens propostos. — Revela-nos a reflexão acerca do bem, que se nos propõe, um duplo aspecto: um de bem e outro de mal; um de vantagens e outro de desvantagens, como são, por exemplo, as difficuldades em alcançal-o, a impossibilidade de, ao mesmo tempo, gozar a satisfação de outro bem, incompativel com elle, ou tambem a vista de certas deficiencias deste bem, a qual, embora nol-o apresente como evidentemente amavel sob um respeito, não nol-o apresenta como tal sob outros respeitos. É esta apreciação ou juizo que serve de *fundamento* á liberdade. O homem é livre pelo facto de ser dotado de razão.

Seria realmente absurdo que um ser, sendo racional, houvesse de querer *necessariamente* o que elle reconhece não ser *necessariamente* amavel ou desejavel.

QUARTA PHASE: A deliberação. — É ella, sobretudo quando se prolonga, um tão manifesto signal da vontade livre, que os deterministas se viram forçados a excogitar diversos modos de lhe deturparem a natureza. Assemelham a vontade, ao deliberar sobre diversos pareceres, a uma balança, que cede ao peso maior. Representam sob a forma de uma attracção a influencia dos motivos, que movem a vontade. A consciencia nos revela exactamente o contrario.

Apresenta-se-nos a deliberação como *voluntaria*; é imputavel e pode até ser culpavel¹. Considere-se com effeito um homem preocupado em tomar uma deliberação:

1) Se, pois, distinguimos a *deliberação* acerca de um determinado acto, a escolha, por exemplo, de uma carreira, da *decisão* em escolhel-a, é porque a deliberação acerca daquelle acto é um signal evidente de liberdade. E não só pode o homem *deliberar* para se *decidir*, mas ainda *decidir-se* a deliberar.

vê-se que pesa as razões, isto é, que volta a atenção ora para uma dellas ora para outra, afim de as comparar. E ainda mesmo que já tenha alcançado a certeza de que uma dellas é evidentemente preferível, e que reconheça como obrigatorio o acto proposto, sem embargo ainda está longe de se sentir arrastado ou forçado, e pode ainda, se lhe aprouver, prolongar a deliberação e recomêçal-a de novo.

QUINTA PHASE: **Decisão final.** — É aqui que propriamente se exerce a liberdade, e se manifesta a relação que ha entre o acto e a faculdade livre, isto é, como elle della provém. Não se vá, porém, julgar que o acto livre se propõe á consciencia como que separado de tudo que o precedeu; pois que a consciencia, abraçando num como conjuncto todos os estados decorridos, reconhece que o conhecimento do objecto, o juizo do seu valor, a analyse e comparação das razões, apesar de solicitarem a vontade, a deixam inteiramente livre em decidir-se na escolha. Proclama ella, por conseguinte, que na determinação ou decisão que toma, fica sobranceira a tudo o que é de necessidade¹.

CONCLUSÃO. — Mostrou-nos a analyse precedente como se justifica o testemunho, que nos dá a consciencia, ácerca do livre arbitrio. E conjunctamente ficam explicadas e justificadas as consequencias da liberdade, como são o sentimento de responsabilidade, o remorso, a estima, o emprego das recompensas e castigos, etc.

§ IV. Objecções.

PRIMEIRA OBJECÇÃO. — Já que a vontade dá preferencia a uma determinação antes que a outra, forçoso é admittir para isso uma *razão* sufficiente. Ora, esta razão sufficiente só pode ser o excesso, o grau de bem maior, em que se avanta a resolução tomada. Escolhe, pois, sempre e necessariamente o bem, que se lhe antolha maior, segundo opinava Leibnitz. Logo, concluem os deterministas, já não é de facto livre a vontade, pois que escolhe *forçosamente* o que ella tem por melhor.

1) Está claro que estas diversas phases se não succedem com a lentidão, com que as descrevemos; mas um bom observador comprehende-as facilmente, e sabe discernil-as na rapidez da sua realisação.

RESPOSTA. — Necessita sem duvida o acto livre uma razão sufficiente; mas onde encontral-a? Está, porventura, no objecto o motivo da *attracção*? ou estará antes na *faculdade*, que tende para o objecto? Quando um ser por natureza inerte, uma pedra, por exemplo, está em movimento, não se pode achar a razão sufficiente deste movimento senão no impulso, que lhe foi communicado por uma força extranha. E, quando um ser vivo produz uma acção vital espontanea, mas não livre, a sua razão sufficiente encontra-se num impulso, numa necessidade interna. Ora, a vontade humana é, como já vimos, uma faculdade livre. Demonstramos que ella, por conseguinte, tem o poder de determinar-se por si mesma e de tender para o objecto da sua escolha, e que, portanto, possui em si mesma a razão sufficiente para dar a explicação desta escolha¹.

SEGUNDA OBJECÇÃO. — Quem, instam ainda, escolhe um bem menor, não procederia razoavelmente. Logo, sendo o homem um ser racional, escolhe sempre o bem que lhe parece o melhor; é por elle que a vontade se determina.

RESPOSTA. — Não procederia razoavelmente, estamos de accordo, se se quer dizer que commetteria de ordinario uma falta, que faria uma loucura de que haverá de penitenciar-se depois, e pela qual a sua propria razão o

1) Advertia-se, além disto, que a comparação entre bens maiores e menores não passa de uma phantasia. Os bens sujeitos á escolha não tem nada de commum entre si; pelo que a comparação delles é practicamente impossivel, pois são de ordem diferente (como, por exemplo, o dever e o prazer sensível). Um delles avanta-se sob um aspecto, e o outro sob outro aspecto. E' sobre estes dois aspectos que se ha-de fazer a comparação, de modo que seja o mais importante o que domine a vontade? Nesse caso, logo que o homem comprehendesse o unico lado importante sob o qual lhe convem encarar a vida, — o « *quid prodest?* », ficaria impecavel.

Passando em silencio os argumentos do determinismo theologico, digamos algo apenas ácerca da graça divina, para mostrar como a graça sobrenatural não tolhe a liberdade humana. Sem o concurso desta graça não é dado ao homem praticar algum acto sobrenaturalmente bom; mas, concedendo Deus ao homem as graças precisas para elle praticar o bem, só do consentimento deste fica dependente a efficacia ou não-fficacia da graça divina. Fica sendo, comtudo, verdade que Deus, concedendo uma graça, que previu seria accete, em vez de outra, que previu seria rejeitada, usou de um especial favor na concessão de graças efficazes, e que tambem Deus fica sendo o primeiro e principal auctor da nossa justificação, em razão de o acto, pelo qual o homem dá consentimento á graça, ser produzido pela virtude associada a essa graça. Desappareceria a liberdade humana, se a graça forçasse o livre arbitrio, o que não é verdade. « Tua perda, disse Deus a Israel, vem de ti »; e aos Judeus repetia, o Senhor: « Quantas vezes quiz reunir os vossos filhos e vós não quizestes! ». E' de fé que sob o imperio da graça o homem permanece livre, sem o que elle não teria merito.

4 DEVIVIER — Curso de Apologetica Christã.

incrimina; e por isso é que o peccado é uma verdadeira loucura. Mas a triste realidade nos mostra que, se a razão aconselha o melhor, a vontade escolhe muitíssimas vezes o peor. Já lá o dizia Ovidio: *Video meliora proboque; deteriora sequor*. Esta mesma possibilidade de ir contra a razão é a prova da nossa liberdade.

TERCEIRA OBJECÇÃO. — O homem escolhe o que prefere, o que julga por melhor. E, pois, determinado pelo seu caracter, pelos seus gostos, por suas disposições ou herdadas ou adquiridas. Não é por conseguinte livre.

RESPOSTA. — a) As consequencias, que deste sophisma derivam, já por si mesmas lhe revelam a inanidade. Sendo assim, a abnegação, o desinteresse, a dedicação, o sacrificio, bem como, pelo contrario, o mais asqueroso egoismo, seriam uma questão apenas de caracter; seriam resultantes tão necessarias e fataes como os instinctos dos brutos! Bastaria já esta resposta indirecta.

b) Já vimos como a vontade é livre em fixar as suas preferencias e fazer a sua escolha. A consciencia nos atesta que muitas vezes tomamos resoluções, que vemos serem contrarias aos nossos verdadeiros interesses — que não somos arrastados a tomar uma resolução só pelo facto de a julgarmos preferivel a outra; — que escolhemos uma de duas alternativas indifferentemente, como o tomar, num passeio, para a direita ou para a esquerda. Acontece até muitas vezes que nos determinamos só pelo gosto de fazermos a nossa vontade, sem sequer examinarmos se o acto, que praticamos, é ou não melhor que o seu contrario. — Adquirimos, enfim, certos habitos *voluntarios* em virtude de uns determinados actos, que a principio nos *custavam* e que depois se tornaram faceis e até agradaveis.

c) Em vez de o homem se determinar pelo caracter, o homem é que, em grande parte, faz o proprio caracter, pois que elle é o *verdadeiro* auctor da maior parte dos habitos que o formam. Sabe-se em todo o caso que o caracter é susceptivel de *reforma* e de *correccão*. Se não fôra assim, para que prestava a *educação*?

QUARTA OBJECÇÃO. — «O determinismo não é, afinal, mais que uma extensão do simples *principio* de *causalidade*. Não ha effeito sem causa, diz a *mechanica* e a *physica*. No mundo dos seres vivos tão pouco ha phenome-

nos sem razão... O que precede determina infallivelmente o que se lhe segue...»¹

RESPOSTA. — a) Repare-se, primeiro, na extranha incoherencia dos incredulos, que por um lado põem em duvida o principio de causalidade para rejeitarem a demonstração da existencia de uma causa primeira; e por outro se firmam no principio de causalidade para negarem o livre alvedrio.

b) Em segundo logar, não é a *physica* ou a *mechanica*, senão a *philosophia*, quem estabelece o principio de causalidade.

c) Mas o que exige, enfim, o principio de causalidade? que todo o effeito tenha uma causa proporcionada. Contudo, este principio nada diz acerca do *modo* como a causa actua. Os effeitos necessarios suppõem uma causa necessaria, e os effeitos livres suppõem uma causa livre. Portanto, tendo-se verificado a existencia de effeitos livres, o principio de causalidade exige para elles uma causa livre.

d) Mais ainda. Os adversarios jogam com a palavra *determinado*. É ella por vezes synonyma da palavra *necessario*; mas tem tambem outros significados; porque pode além disso designar o contrario do que é vago e incerto, quanto ao logar, tempo ou espaço. Neste ultimo sentido é que se toma, quando dizemos que todos os nossos actos são *determinados*, porque os praticamos em *taes* circunstancias, a *tal* momento, em *tal* logar, ante *taes* pessoas, com *taes* meios, de um *modo*, enfim, que á vontade *apraz*.

QUINTA OBJECÇÃO. — O determinismo não destroe a moral nem a virtude nem o ideal.

RESPOSTA. — a) O determinismo, por confissão dos seus mais logicos expositores, nega por vezes, e até com descaramento, a moral e a virtude. É tão facil como desnecessario o demonstrar-o².

b) É verdade que certos deterministas mais astutos salvaguardam a moral, a virtude e o ideal, ao menos de

1) Dr. J. Dallemagne, *Revue de l'Université de Bruxelles*, T. 2, p. 430. Damos esta objecção como amostra das doutrinas perfilhadas na Universidade de Bruxellas.

2) Relembremos a este proposito o que já dissemos sobre os procedimentos, por vezes honrados, dos athens. Por mais que os deterministas neguem a liberdade, não deixam por isso de ser livres, e não deixam de o mostrar em publico. Assemelham-se ao homem que negasse a luz, e que contudo blazou-se de andar por toda a parte sem precisar della.

palavra. Mas que sentido podem ter as suas palavras num systema, cujo principio fundamental é a negação da liberdade? Poderá a moral dos estoicos e de Spinoza apresentar-se em uma certa ostentação e ares de grandeza; mas que valor tem ella, se, faltando-lhe a liberdade, fica desamparada da obrigação e da sanção?

c) Querendo ser consequente, deve o determinismo ou mechanismo materialista supprimir toda e qualquer moral.

SEXTA OBJECÇÃO. — As estatísticas mostram que os actos aparentemente mais livres estão em constante proporção com determinadas causas. A indigência, por exemplo, multiplica os roubos... O numero de certos actos (as brigas, os suicídios, etc.) cresce cada anno numa proporção quasi regular. Assim que o homem não é livre.

RESPOSTA. — Não havemos mister consultar qualquer estatística para, sem sermos prophetas, podermos affirmar que a occasião continuará a fazer o ladrão, e que, sob o influxo de determinadas seducções, muitas vontades fraquearão. O deixar-se a vontade arrastar pelo que mais a tenta, não prova, de nenhum modo, que ella deixe de operar livremente. Está claro que um homem, que ignora a existencia, por exemplo, de uma certa quantia de dinheiro, nunca será tentado a roubar-o. *Ignoti nulla cupido.*

SEPTIMA OBJECÇÃO. — Ao *testemunho* da consciencia costumam contrapor muitas vezes: — as *illusões* do sonho, em que o homem imagina operar livremente, e tambem — as *illusões* dos hypnotisados, os quaes, ou durante o somno hypnotico ou depois, julgam agir livremente, quando a verdade é que não fazem senão executar pontual e fatalmente as suggestões do hypnotisador.

RESPOSTA. — a) Equivale isto a dizer-se que, por alguém ter em sonhos a illusão de andar, já no estado de vigilia não poderá estar certo de que anda realmente. Para que servem então os signaes que caracterisam os dois estados perfeitamente inconfundiveis?

b) Mas o que é certo é que até esta objecção vem confirmar a nossa these; pois que assim como para um estar sujeito ás illusões da vista ou do ouvido, lhe é preciso ter antes visto côres e ouvido sons, assim tambem para um se persuadir de que qualquer dos seus actos é livre, precisa ter antes a consciencia do seu livre arbitrio.

c) E quanto aos hypnotisados, perdem elles realmente a liberdade? É uma questão controversa e envolvida em grande obscuridade.

OITAVA OBJECÇÃO. — A consciencia da liberdade não é senão a ignorancia dos motivos que nos determinam... Assim se expressam Hobbes, Spinoza, Bayle, e na esteira delles todos os deterministas.

RESPOSTA. — a) Esta objecção nada prova contra a existencia do livre arbitrio. Declara-o apenas *incognoscível* sob o pretexto de que *talvez* os nossos actos sejam determinados por uma causa qualquer desconhecida ou inconsciente. Discorrendo-se assim, já não ha certeza alguma possível.

b) Se, note-se mais, a consciencia do livre arbitrio proviesse da ignorancia, augmentando esta, augmentaria junctamente aquella. Ora succede exactamente o contrario. Quem é que, de facto, ignora que a responsabilidade, segundo o pensar geral, cresce com a *reflexão* e a *premeditação* do crime?

c) E, emfim, tanto não é a consciencia do livre arbitrio a inconsciencia de um impulso extranho ou espontaneo, que pelo contrario é, como já vimos (phases 4.^a e 5.^a) a percepção de uma determinação plenamente activa, reconhecida como *nossa*.

NONA OBJECÇÃO. — Ter consciencia do livre arbitrio significa ter consciencia de, antes da escolha, haver podido escolher de outra maneira. Ora esta supposta consciencia é impossivel. A consciencia diz-me o que eu faço ou sinto, mas não está ao seu alcance aquillo que eu sou capaz de fazer; a consciencia não é propheta. É esta a famosa objecção de Stuart-Mill.¹

RESPOSTA. — A consciencia do livre alvedrio nem é nem pode ser a *percepção* da possibilidade de uma determinação, diversa da determinação actual da vontade; mas é, como já exuberantemente provamos, a percepção de um facto real, o facto de que sou eu mesmo que me determino, que me decido a praticar uma acção. Só reflectindo sobre o facto é que eu verifico que elle era, quanto a mim, rejeitavel, pois podia fazer outra escolha.

1) *Examen de la philosophie de Hamilton, XXVI. V. Fouillée La Liberté et le Déterminisme.*

ART. III. — IMMORTALIDADE DA ALMA HUMANA

§ I. Noções preliminares

A morte é a corrupção, a dissolução de um ser vivo; um ser *immortal* é incorruptível ou por natureza ou por um favor especial.

A immortalidade não é o mesmo que a eternidade, de que já demos a definição. A immortalidade é uma duração perseverante, que teve principio e não terá fim.

§ II. Adversarios

Segundo os materialistas, o homem perece, quando se dissolvem os elementos physico-chimicos, que constituem o seu organismo¹.

2. Ha ainda uns *partidarios de uma immortalidade facultativa* para os homens, que, no caso de seguirem uma vida honrada, serão galardoados com uma felicidade eterna, e seguindo uma vida criminosa, terminarão pelo aniquilamento².

PRIMEIRA PROVA

§ III. Consenso dos povos

Todo o genero humano, moralmente ao menos, está de accordo na crença da immortalidade humana. E' esta convicção attestada por innumerados testemunhos³, tem todas as qualidades características dos juizes *insalliveis* da natureza. Mas nós, por falta de espaço, só registamos este facto como prova presumptiva da immortalidade.

1) A grande preocupação dos materialistas é escapar-se á sanção eterna; e é este o unico intento, que tem nos seus esforços. Só por esta razão, e não por motivos scientificos, é que elles negam a responsabilidade e a espiritalidade da alma.

2) Ch. Lambert, *Le spiritualismo et la religion*, 1; Prévost-Paradol, *Essais de politique et de littérature*, 3.^a Serie; Elie Méric, *L'autre vie*, etc.

3) Vid. 17.^a conferencia do P. Monsabré, quaresma de 1875; abbade Broglie, *Problèmes et conclusions de l'histoire des religions*, ch. II.

SEGUNDA PROVA ESPIRITUALIDADE DA ALMA

Vamos demonstrar:

- 1) que a alma é *naturalmente* immortal;
- 2) que, de facto, viverá para sempre.

1. A alma é *naturalmente* immortal. — E realmente todo o ser espirital é por natureza immortal; ora a alma é um ser espirital; logo...

O ser *espirital*, dizemos, não está sujeito á morte.

a) De facto elle não tem em si principio algum de corrupção nem de dissolução; pois que, não sendo composto de partes, não pode desagregar-se nem dissolver-se ou morrer.

b) Nem é verdade que ella, separada do corpo, fique incapaz de operar, sendo estrangida a voltar ao nada, por cessar a sua razão de ser; porque já vimos ter ella faculdades independentes da materia; pode pensar e querer¹, e por conseguinte tem, sem o corpo, a sua razão de ser e lhe pode sobreviver.

2. A alma sobreviverá ao corpo. — Não ha realmente causa nenhuma, que a aniquile.

a) *Força* alguma da natureza a. pode destruir, porque nenhuma dellas tem poder de aniquilar um só atomo da materia, e muito menos tem poder sobre o que de si é immaterial.

b) Nem tambem *Deus* a aniquilará. 1) Porquanto seria por-se em contradicção comsigo mesmo, creando uma alma espirital, para depois a aniquilar, o que repugna á sua infinita *Sabedoria*. Nem este aniquilamento tem justificação possível, pois, sendo o nada absolutamente inutil, seria o aniquilamento um acto sem razão de ser. Ao contrario, immortal como é, pode a alma alcançar o fim ultimo da criação, dar sem cessar gloria a Deus, ou louvando-o nos esplendores da bemaventurança, ou exaltando-lhe a justiça nos abysmos eternos. — 2) Mas, além

1) Mas, objectarão, não está provado que a alma do homem possa pensar sem o concurso da imaginação. — R. A necessidade do concurso da imaginação explica-se pela união intima entre a alma e o corpo. Mas nada nos leva a crer que esta necessidade seja *absoluta*, mesmo para a alma *separada*. Mudando as condições da existencia, é muito natural que tambem as condições da actividade sejam diversas.

disto, repugnaria este aniquilamento á *Justiça e Bondade* de Deus, como vamos ver nos argumentos seguintes.

TERCEIRA PROVA

PROPENSÃO Á FELICIDADE PERFEITA

Ideia geral da argumentação:

- 1) O homem por natureza aspira a uma felicidade perfeita;
 - 2) Logo está destinado a logral-a;
 - 3) Ora a felicidade perfeita suppõe a immortalidade; Logo o homem é immortal.
- Taes são as proposições que vamos demonstrar.

1. O homem aspira por natureza a uma felicidade perfeita.

a) *Realidade desta propensão.* — O homem quer ser feliz, perfeitamente feliz. Engana-se muitas vezes, não ha duvida; esforça-se por alcançar phantasmas, que se desvanecem ao abraçal-os; leva sofregamente aos labios fructos, seductores sim, mas venenosos; perde-se por satisfações, que são a sua desgraça; pode mesmo procurar-se a morte no auge do desespero. Mas o que *sempre* o move, o que serve de fundamento a todos os seus anhelos, assim como a todos os seus aborrecimentos, é o desejo de felicidade, de uma perfeita felicidade. Emquanto esta anciedade do seu coração não fica plenamente saciada, anda desnortado, e não cessa de procurar mais e melhor.

b) *Esta propensão vem da natureza.* — O ponto principal é comprehender-se que esta tendencia para a perfeita felicidade não é um phenomeno accidental e accessorio, mas que parte do intimo da mesma *natureza* humana. Notemos-lhe, pois, as propriedades caracteristicas. Que differença não existe de facto entre esta tendencia e os demais desejos procedentes do coração humano!

Estes variam, succedem-se, excluem-se mutuamente, ao passo que a tendencia para a felicidade perfeita persiste *invariavel* e indestructivel.

— Os desejos particulares variam de individuo para individuo; a tendencia para a felicidade perfeita encontra-se em todos os homens.

— Os desejos particulares versam sobre os *meios* de ser-se feliz; a felicidade perfeita é o *fim* ou *termo* delles.

— Os desejos particulares, enfim, teem como *raiz* ou fundamento o desejo da felicidade perfeita.

Perguntemo-nos quaes são, afinal, os motivos dos nossos desejos e acções; e a resposta, a razão ultima sempre vem a ser: busco o meu bem; quero ser feliz.

Não é, pois, evidente que uma tendencia, que taes signaes caracteristicos offerece, que é o principio e razão ultima de todas as demais tendencias, se deve considerar de facto como uma tendencia *natural*, no sentido rigoroso da palavra? A consequencia, que d'aqui se deduz é esta:

2. **O homem é destinado a gozar uma felicidade perfeita.** — Não pode ser uma chimera esta propensão irresistivel da natureza humana; pelo que, afoitamente podemos formular o seguinte dilemma: Ou falharam a Sabedoria e Bondade de Deus, ou o homem está realmente destinado a fruir uma felicidade perfeita.

Porque realmente: a) *Crear* uma natureza, que com todas as suas forças tende para um fim, e impedir-lhe a consecução desse fim, estaria em contradicção com a *Sabedoria* divina.

b) Além disto, illudir o homem nos mais ardentes desejos do seu coração, frustrar-lhe as mais imperiosas aspirações da natureza, seria punil-o, sem que elle o merecesse, com um verdadeiro supplicio de Tantaló. Ora isto repugna á soberana *Bondade* de Deus. Logo, o homem foi creado para uma felicidade perfeita; e ha-de, portanto, poder logral-a. Assim que, somos logicamente forçados a dar mais um passo, a deduzir daqui a sua immortalidade. E realmente:

3. Não ha felicidade perfeita sem a immortalidade.

— Porque a) quem diz felicidade *perfeita*, diz carencia de todo o mal; e que maior mal que a perda da felicidade?

b) Pode o homem, que tem o conhecimento e desejo da immortalidade, ser plena e *perfeitamente* feliz, não estando seguro de que a sua felicidade não terá termo? Quanto mais amavel é o bem possuido, mais contenta a vontade, e maior é o interesse em o conservar. — Quem poderá capacitar-se de que Deus, Bondade infinita, deixasse subsistir uma tão cruel incerteza em ponto de tanto mo-

mento? — Seria um evidente absurdo. Já que Deus destinou o homem a uma *plena* bemaventurança, deve assegurar-lhe também a immortalidade, a ella indispensavel. A veracidade de Deus nos é penhor desta verdade; pelo que a duvida a respeito della não é possível que exista. A creatura humana é, por consequente, immortal.

QUARTA PROVA DÁ VIDA MORAL

OBSERVAÇÃO PRELIMINAR. — Já atrás demonstrámos que existe uma norma dos nossos actos livres, uma *lei moral*, cujo auctor só pode ser Deus; e que, em segundo lugar, esta lei moral presuppõe a espiritualidade e a liberdade da alma humana. Agora só nos resta provar que «esta lei moral exige a immortalidade da alma».

PROVA. — A lei moral deve ter uma *sancção* sufficiente e efficaz; ora sem a immortalidade da alma não ha sancção efficaz; logo, a lei moral exige a immortalidade da alma.

É coisa evidente não haver sobre a terra recompensa para a virtude, e ficar muitissimas vezes o vicio impune e até triumphante. É este lastimoso espectáculo um signal patente de que a justiça fica reservada para uma outra vida futura¹.

Repugna, com effeito, que, sendo Deus infinitamente justo e bom, não retribúa a cada um segundo as suas obras. Fica, pois, a alma sobrevivente a esta vida mortal. Quanto a não ter fim essa sobrevivencia, demonstraram-no os argumentos acima adduzidos (provas 2.^a e 3.^a).

§ IV. Objecções²

PRIMEIRA OBJECÇÃO. — O argumento deduzido da felicidade perfeita não tem sentido com relação aos condem-

1) Leiam-se os sermões admiraveis de Bossuet ácerca da Providencia.

2) «Se a alma é immortal, objecta o physiologista Beauvis, que alma pode ella ser sem cerebro, e por isso privada de sensações, de recordações e de quaesquer elementos do pensamento?»

Vê-se que o auctor confunde a sensação com o pensamento, e faz do cerebro um órgão essencial á intelligencia. As provas, que demos, sobre a *espiritualidade* da alma doitam por terra esta e muitas outras objecções parecidas.

dados. Pelo menos não está provado que estes sejam immortaes; pelo que é mister admittir para elles uma immortalidade facultativa.

RESPOSTA. — O argumento, que apresentamos, prova que a alma é *essencialmente* immortal. Quem por culpa sua e livre vontade renuncia á felicidade, não muda por isso a sua natureza. É pois, uma pura phantasia essa supposta immortalidade facultativa. E, accrescentemos mais, além de erroneo, é grandemente immoral esse modo de fallar, porque subtrahiria os criminosos á unica sancção verdadeiramente *efficaz* e lhes soltava a redea a todos os excessos.

SEGUNDA OBJECÇÃO. — Se a alma fosse immortal, não se explicaria o horror, que se tem á morte.

RESPOSTA. — Este horror não é absoluto nem insuperavel nem geral. Muitos christãos temem a morte, quando está longe, e acolhem-na com serenidade, quando Deus lh'a envia. Não está este horror tanto na vontade, quanto nas faculdades sensitivas; varias causas satisfactoriamente explicam.

a) Estando a alma unida ao corpo por forma que ambos constituem uma natureza, comprehende-se bem que esta união se não venha a romper, sem que haja repugnancia.

b) Justificam-se, além disto, muitas dessas apprehensões relativas á morte pelo mysterio que se relaciona com as condições da vida futura e com a incerteza da sorte que nella nos caberá. Nos justos, illuminados pela fé e confiantes na misericordia de um Juiz supremo, admira-se, entretanto, o contrario, porque se vê muitas vezes nelles tanta paz e alegria sobrehumana, que se lhes transforma a agonia em uma prelibação dos gozos eternos.

CURSO DE APOLOGETICA CHRISTÃ

I PARTE

A RELIGIÃO CRISTA

CAPITULO I

Noções geraes e questões preliminares

ART. I. — NOÇÕES GERAES

§ I. SOBRE A RELIGIAO

Religião em geral. — Pode ella definir-se: o conjunto dos vinculos ou relações moraes, que ligam o homem a Deus, e dos deveres, que dahi se originam¹.

Destas relações, umas ha que proveem immediata e necessariamente da propria natureza humana e que constituem a *religião natural*; outras foram-lhe accrescentadas pela liberalidade de Deus, que concedeu á sua creatura racional um novo ser, uma dignidade superior á natureza. A estas relações entre Deus e o homem, emquanto elevado á dignidade de filho adoptivo de Deus, é que se dá o nome de *religião sobrenatural*. Importa muito fazer-se destas duas sortes de relações uma idéa bem clara.

Religião natural. — Visto ter sido Deus quem tirou o homem do nada, deve este a Deus, seu creador, tudo o que é e quanto tem: o corpo com os sentidos, a alma com as faculdades. A Deus deve similhantemente, a todos os instantes, a conservação, o desenvolvimento e actividade do

¹ Cf. Leonce de Grandmaison, S. J., *Christus, Manuel d'histoire des religions*, Paris 1913, pgs. 1-45.

corpo e da alma, porque para cada um dos seus actos precisa do concurso divino. De Deus dimanam igualmente todas as creaturas, com que o homem está em continua relação.

Ora, sendo isto assim, como o demonstra a razão, ou sendo verdade que o homem tem de Deus tudo, e tanto que, sem Elle, nada teria, nem sequer existiria, e nem mesmo poderia continuar a existir ou a exercer a sua actividade, é coisa absolutamente certa que ficou por isso mesmo *pertencendo* a Deus, que é posse e propriedade de Deus, que deve, por conseguinte, viver em inteira dependencia do seu Creador e Bemfeitor, que não pode nem pensar nem dizer nem fazer senão o que Elle quer ou permite, que emfim deve em toda a parte haver-se como um vassallo para com o seu Amo e soberano Senhor. Estas relações e estes deveres são coisas *necessarias* e *immutaveis*, porque a natureza do homem não se muda, e Deus não pode deixar de ser sempre a respeito d'elle Creador e absoluto Senhor. Ora são precisamente estas relações da absoluta dependencia e os deveres dellas provenientes, que constituem a religião *natural*. Pode ella, pois, definir-se: o conjunto das relações, que, em razão da Creação, existem entre Deus e o homem, bem como dos deveres que, em virtude destas relações, ao homem adveem¹.

Religião sobrenatural ou positiva. — Ensina a doutrina catholica que Deus, por sua suprema auctoridade e immensa bondade, fez mercê ao homem de outras relações mais elevadas e de communicações mais intimas.

Não estava certamente Deus obrigado a fazer pelo homem mais do que reclamavam as exigencias da natureza, com que o dotara; mas nada o podia impedir de cumular a sua creatura de dons ainda mais excellentes. Era livre em elevar á dignidade de filho adoptivo áquelle, que não passava de simples vassallo, e de lhe communicar, por

1) Julgamos não dever insistir mais nestas relações naturaes entre Deus e o homem, que pertencem antes á philosophia. Nenhum homem razoavel pode pôr em duvida a existencia e as obrigações desta religião natural. Seria negar a Deus a criação, e de um golpe subverter toda a ordem moral, base da sociedade humana. Vid. de Broglie, *La Religion et la Critique*; Gondal, *Religion*.

meio da graça sanctificante, um principio de vida superior á que elle por sua natureza tivera, proporcionando-lhe assim a felicidade incomparavel de elle no céu contemplar face a face a seu Creador e Pae, tal qual é em si.

Este acto de bondade, effectuado com o seu pleno dominio sobre o homem, não destruiu, comtudo, a primeira obra de Deus; as relações e deveres, que constituem a religião natural, continuam subsistentes, de modo que as relações novas só elevam e aperfeiçoam a natureza do homem, á similhaça do enxerto, que não tira a uma arvore a natureza, senão que lhe melhora a qualidade do fructo.

Destas novas relações necessariamente derivam para o homem novas obrigações, que apezar de lhe serem onerosas, são superabundantemente compensadas pelas multiplices vantagens, que resultam da nossa elevação á ordem sobrenatural. Ao sublimar-nos a um destino muito mais alto, do que o que teriamos na ordem puramente natural, reserva-nos Deus na outra vida uma felicidade incomparavelmente maior, e nos prepara ao mesmo tempo, por meio da graça sanctificante, mais poderosos e mais abundantes soccorros para alcançarmos este fim e merecermos esta bemaventurança. Acrescentemos ainda que esta graça nos torna muito mais facil a guarda do Decalogo, isto é, o cumprimento dos deveres da propria religião natural.

Esta religião *sobrenatural*, chamada tambem *positiva*, por ter sido dada e imposta ao homem por um acto formal e positivo da livre vontade de Deus, pode ser definida: O conjunto de novas relações, que elevam o homem á dignidade de *filho de Deus*; e lhe conferem, como fim ultimo, a *visão beatifica*, bem como o conjunto dos deveres, que destas soberanas relações derivam¹.

NOTAS. — 1. Chama-se *ultimo fim* do homem o termino ou alvo, para que convergem as tendencias essenciaes da natureza, e em cuja posse elle assegurará a sua perfeição e suprema felicidade.

1) V. P. De Smedt, S. J. *Notre vie surnaturelle*, Dewit, Bruxelles; Baisvel S. J. *Nature et surnatural*, Paris; Olivier, S. J. *Conférences de Liège*, t. I.; P. Terrien S. J., *La grâce et la gloire*; P. Bourgeois, O. P. *L'ordre surnaturel et le devoir chrétien*, Letellieulx, Paris.

2. Só Deus é o fim ultimo de toda a creatura racional. Pode elle ser directamente conhecido em si mesmo, ou indirectamente em suas obras. Se o homem tivesse sido creado sómente para um fim natural, a sua fidelidade em, durante o tempo da prova, cumprir os preceitos da lei natural lhe houvera grangeado, após esta prova, uma bem-aventurança *natural*. Tendo então um conhecimento de Deus muito mais perfeito, mas sempre por meio das creaturas, que são como que os reflexos das perfeições de Deus, teria amado a Deus com um amor proporcional a este conhecimento; e neste conhecimento e neste amor houvera alcançado a satisfação das suas naturaes aspirações.

Muito superior é, comtudo, o fim ou bem-aventurança *sobrenatural*, porque consiste em ver a Deus na sua *essencia* e na sua *vida intima*, em amal-o proporcionalmente, e em o possuir de um modo intimo e ineffavel. Para este effeito, deve ser necessariamente elevada a intelligencia acima das suas forças naturaes por um socorro essencialmente sobrenatural, a que os theologos chamam «*luz da gloria*». Este dom communica á alma uma sorte de participação da natureza divina, como se expressa S. Pedro (II, 1-4), que a torna apta para lograr o mesmo bem, que faz infinita a felicidade de Deus.

N. B. — Seria erro imaginar que Adão não fosse elevado á ordem sobrenatural, senão depois de ter vivido mais ou menos tempo sempre sob a vigencia da lei ou religião natural. O privilegio de filho de Deus foi-lhe conferido junctamente com a existencia. Daqui se segue que nunca o homem teve um fim puramente natural. — Cfr. cap. III, § 9, *Ensinamentos de Jesus Christo a respeito de Deus, do homem e do mundo*, onde se completam as noções precedentes.

§ II. SOBRE A REVELAÇÃO

Natureza da revelação. — Sendo a religião natural baseada nas relações necessarias, que unem o homem a Deus em virtude da sua natureza, basta ter-se um conhecimento sufficiente dos dois seres, entre os quaes ha estas relações, para se deduzir a *necessidade* com que esta religião

se impõe. As verdades e preceitos da religião natural estão, portanto, ao alcance¹ da intelligencia humana.

O mesmo se não pode dizer da religião sobrenatural. Como nesta se tracta de relações, que não proveem da natureza dos seres, mas que sómente dimanam da livre vontade de Deus, e que nos são por sua natureza invisiveis, é impotente a razão humana para as descobrir. Só, pois, podemos conhecer as verdades e preceitos da ordem sobrenatural por uma manifestação divina, mediante uma *revelação*.

Revelar, segundo a sua etymologia, quer dizer desviar o *veu* que encobre um objecto, é manifestar uma coisa desconhecida ou occulta. A revelação é, pois, o *meio* pelo qual Deus deu a conhecer aos homens a *religião sobrenatural*. Daqui vem o confundirem-se, na *linguagem popular*, os termos de religião sobrenatural e religião revelada. Pode-se em geral definir a revelação: um acto sobrenatural, pelo qual Deus manifesta ao homem umas *determinadas* verdades. Pode Deus, se lhe apraz, revelar não só verdades sobrenaturaes, mas tambem as que estão ao alcance da propria razão. E realmente bom numero de verdades desta especie nos foram reveladas; assim é que as leis do decalogo, afóra a relativa ao descanço do sabbado, pertencem a lei *natural*. Não julgou, porem, Deus inutil fortificar a nossa consciencia por uma solemne revelação destes preceitos, pois que á luz da razão accrescentou a auctoridade da sua palavra infallivel, afim de tornar mais *facil*, mais *certo*, mais *puro* e mais *universal* o conhecimento destas verdades fundamentaes, aos homens sobremaneira necessarias.

Possibilidade da revelação. — Para arruinar pela sua base toda a religião sobrenatural, não deixaram os homens de acudir a diversos sophismas, tendentes a apresentar como impossivel a divina revelação. Mas bastaria para rebater estas objecções o proprio *facto*: deu-se realmente a revelação; logo ella é possivel. Mas uma simples observação do bom senso basta a demonstrar-lhe a possibilidade. Finita e limitada é, sob muitos respeitos, a intelligencia hu-

1) Com as reservas adiante indicadas.

mana; e, sem embargo, recebe de Deus o poder de transmittir o seu modo de pensar aos seus semelhantes. Ora, quem ousará julgar a Deus menos capaz de pôr-se em comunicação pessoal com sua creatura! O sabio pode transmittir aos ignorantes os segredos, que o seu genio descobriu, e Deus careceria de meios para nos dar a conhecer a nossa elevação á ordem sobrenatural. E não é evidente que esta revelação tanto não anniquila ou inutilisa a razão, que antes a suppõe e della precisa?

Além disto, pela revelação a intelligencia é aperfeiçoada e enriquecida pelo ensinamento de verdades sublimes e importantes, que ella jámais por si mesma houvera descoberto. Dir-se-ha porventura que o telescopio arruina a vista, por lhe dilatar o campo de visão, permittindo-lhe assim descobrir astros, até alli escondidos nas profundezas do firmamento? Soffrem por acaso mingua as forças humanas porque a alavanca, o vapor ou a electricidade lhes multiplicam a potencia?

Necessidade da revelação. — É, pois, possível a revelação e summamente util. Mas será ella tambem *necessaria*? É mister fazer distincção entre a necessidade *moral* e a necessidade *physica* absoluta. Esta suppõe uma impossibilidade completa de, sem a revelação, alcançar o conhecimento das verdades religiosas; e aquella suppõe uma difficuldade grande, sim, mas não insuperavel.

Está claro primeiramente que se precisa em absoluto uma revelação, para nos dar a conhecer a existencia e os deveres da ordem *sobrenatural*; porque, como vimos, tudo quanto lhe diz relação depende unicamente da livre vontade de Deus, é só Elle, por conseguinte, nos pode descobrir os designios da sua sabedoria misericordiosa. Igual é a necessidade quanto ao conhecimento dos mysterios, que Elle se digna ensinar-nos ¹.

Mas não se dá já o mesmo, quanto ás verdades theoricar e practicas, que formam a base da religião *natural*. A razão pode, por si mesma, no estado actual de natureza caída, alcançar uma noticia sufficiente a respeito dellas. E assim pode, por suas proprias luzes, ter conhecimento

¹) Ver o que adiante dizemos ácerca dos *mysterios* da religião; Laforté, *Histoire des dogmes catholiques*, t. I., cap. III.

da existencia de Deus e da sua unicidade, da sua acção providencial sobre o homem e sobre o mundo, da immortalidade da alma, da obrigação de uma lei moral e sua sanção na vida futura. Pode em summa conhecer os fundamentos da vida moral.

Se, comtudo, a humanidade ficasse abandonada a si mesma, se Deus não tivesse vindo em seu auxilio por meio das luzes de uma revelação positiva, *a grande maioria dos homens*, por falta de tempo, de aptidão e de iniciativa, não chegaria ao conhecimento claro, completo e certo destas verdades essenciaes, ou só o alcançaria de um modo lento e insufficiente. Ora não é só para os espiritos privilegiados, nem só para uma quadra da vida, que a religião é indispensavel ¹.

Quanto aos *pormenores* das verdades, e quanto ao *conjuncto* dos deveres naturaes do homem para com Deus, para com o proximo e para consigo, é esta impossibilidade practica ainda mais evidente. Basta, com effeito, ter presentes os monstruosos erros espalhados no mundo pagão, anteriormente á vinda de Jesus Christo, para nos convenceremos das fraquezas e desvarios da razão, abandonada ás suas proprias forças. Quaes não foram as aberrações das mais afamadas escholas philosophicas ácerca das questões mais transcendentas e vitaes, questões que, aliás, parecem simplicissimas ás almas illuminadas pelos esplendores do christianismo! Para não nos referirmos senão a Platão e ao seu celebre tractado sobre a *Republica*, pôde Aimé Martin, um dos seus maiores admiradores, afirmar que nelle se reuniam a crueldade e a immoralidade mais revoltantes. E a historia da philosophia não é mais que a historia das *variações* da razão humana; pelo que já Cicero declarava não se poder imaginar desatino algum, que por algum dos philosophos não tenha sido propugnado. E esta ignorancia lastimavam-na os homens mais esclarecidos da antiguidade, e junctamente confessavam que só do céu lhes podia vir a luz. «As verdades ao homem necessarias facilmente se aprendem, se alguem nol-as ensinar, dizia Platão; mas ninguem nol-as ensinará, a não ser que para ellas Deus nos indique o caminho». «É pre-

¹) S. Thomaz, *Contra gentes*, cap. IV.

ciso esperar, diz elle noutra parte, que alguém nos venha instruir sobre o modo como devemos haver-nos com Deus e com os homens».

Reconheciam-se estes homens incapazes de salvar as multidões do estado do seu abatimento moral e intellectual; mas realmente nem elles se preocupavam muito com isso. E, poderiam elles sair-se bem desta empreza, se nem sequer conseguiam entender-se entre si quanto ás verdades mais transcendentaes e se nelles com frequencia a doutrina estava em contradicção com os procedimentos?

Aos philosophos modernos, que depois das luzes do christianismo tentam por suas proprias luzes dar uma solução aos grandes problemas, que incessantemente agitam as almas, acontece-lhes frequentemente renovarem os erros mais grosseiros da antiguidade; pelo que bem merecem que se lhes applique aquelle dicto de S. Paulo: «Estontearam-se em suas cogitações e o seu coração insensato ficou entenebrecido; gloriando-se de sabios se tornaram loucos». (Rom. I, 21, 22). E qual é de facto a verdade de ordem sobrenatural, que por elles fosse acatada?

É, portanto, *moralmente necessario para a humanidade*, no estado presente, haver um meio tão seguro como facil, qual é o da revelação divina, para os homens aprenderem mesmo as verdades, que, absolutamente fallando, se acham ao alcance da razão, entregue ás suas proprias forças, e que são indispensaveis para a orientação das acções humanas. Vd. 1.^a parte, cap. III, art. III, §§ 8 e 9; 2.^a parte, cap. V.

Para nos convenceremos de que a doutrina, que acabamos de expor sobre a necessidade da revelação, concorda perfeitamente com a doutrina da Igreja, baste-nos ler o que ensina o Concilio do Vaticano: «Professa a Sancta Madre Igreja e ensina que Deus, principio e fim de todas as coisas, pode com certeza ser conhecido pelas luzes naturaes da razão humana, mediante as coisas creadas; porque as perfeições invisiveis de Deus com a criação do mundo se tornaram visiveis, pelo conhecimento que essas obras d'elle nos dão. Aprove, comtudo, á sabedoria e bondade de Deus o revelar-se-nos e o descobrir-nos os eternos decretos da sua vontade por outra via, que é a sobrenatu-

ral». É o que affirma o Apostolo: «Deus que de diversos modos fallára pelos prophetas aos nossos paes, nos fallou por seu Filho nestes ultimos tempos e em nossos dias». (Hebr. I, 1, 2). A esta revelação divina é que todos os homens, mesmo no estado presente do genero humano, são devedores de conhecer *prompta e certamente e sem mescla de erros* algumas coisas divinas, que por si não são inacessiveis á razão. Não é, comtudo, por este motivo que a revelação é *absolutamente* necessaria, senão porque Deus, por sua infinita bondade, destinou o homem a um fim *sobrenatural*, que ultrapassa a esphera natural da intelligencia humana». (Sess. 3, cap. 2).

§ III. FIM E DIVISÃO DESTE CURSO

Acabamos de expor summariamente a doutrina catholica sobre a religião e a revelação. Mas estará ella baseada na verdade, ou, por outra, apoia-se ella sobre factos absolutamente certos? *Existe verdadeiramente uma religião sobrenatural revelada, imposta ao homem, sob pena de elle perder o seu fim ultimo; e qual é essa religião e onde se encontram em toda a sua pureza e integridade os ensinamentos della?*

A resposta a estes pontos é que vae ser o objecto do presente curso de Apologetica. Na 1.^a Parte provaremos que Deus realmente se revelou ao homem, e que, depois de Jesus Christo, a *religião christã* é a religião sobrenatural obrigatoria para todos os homens. Na 2.^a Parte demonstraremos que a Igreja Catholica conserva em sua integridade esta religião christã, e que só ella está encarregada de a ensinar ao mundo.

§ IV. AS TRES PHASES HISTORICAS DA RELIGIÃO REVELADA

Partamos de um *facto*, absolutamente innegavel, attestado por todos os documentos da *historia*. Este *facto* é ter existido sempre sobre a terra uma religião, que *se dá* como sobrenatural e como revelada por Deus. Viu-se

aparecer com a humanidade e passar depois no correr dos seculos por diversas phases em seu desenvolvimento. Teem estas phases, respectivamente, os nomes de religião primitiva ou patriarchal, de religião mosaica e de religião christã.

Comecemos por dar uma ideia sufficiente de cada uma destas tres grandes phases historicas, sem comtudo anteciparmos o nosso juizo sobre a divindade dellas.

PRIMEIRA PHASE

Religião primitiva ou patriarchal

A religião primitiva é a religião sobrenatural ou positiva, que Deus impoz aos nossos primeiros paes, logo após o começo da sua existencia. Encerrava ella dogmas, que são superiores á intelligencia entregue a si mesma, como, por exemplo, a elevação do homem á ordem sobrenatural, a existencia dos anjos bons e máos, o modo como foi creado o mundo, e, após a queda, a promessa de um Redemptor; e comprehendia tambem mandamentos positivos com a sua respectiva sancção de recompensas e de castigos.

Conservava-se esta religião primitiva na humanidade por dois meios: pela *consciência*, que dictava os preceitos da lei natural, e pela *tradição*, que de geração em geração transmittia o conhecimento das verdades e dos preceitos positivos accrescentados e revelados por Deus. Infelizmente á força de delinquir, deixaram os homens obliterar em si as noções da lei natural; não liam já nas suas consciencias as prescripções della com a devida clareza; sentiam diffi-culdade em discernir o bem, que deviam practicar, do mal; que deviam fugir. Por outra parte a tradição das verdades e dos preceitos revelados, com o correr dos tempos, tinha-se adulterado e corrompido. Afim de conservar a religião primitiva entre os povos assim transviados, escolheu Deus a Abrahão e a sua posteridade. Aos *Patriarchas* confirmou Elle e precisou melhor a revelação anterior, e ensinou-lhes novas verdades e impöz-lhes novos preceitos. Recebeu assim a religião primitiva um primeiro desenvolvimento sob os patriarchas, e daqui lhe vieram os dois nomes de religião primitiva e patriarchal.

SEGUNDA PHASE

Religião mosaica

Mas a humanidade continuava a transviar-se e apartar-se do seu fim. E Deus, cuja bondade não tem limites, quiz trazel-a a si por um novo meio, que lhe facilitaria a salvação e mais efficazmente prepararia as vias ao Messias, ao Redemptor promettido após a queda. Escolheu a Moysés e aos prophetas, que se lhe seguiram, para renovarem o conhecimento da lei natural e das revelações anteriores, e para imporem novos preceitos. Fez-se esta revelação, como é sahido, sobre o monte Sinai, em circumstancias aptas a deixarem uma impressão profunda e duradoira nas almas e no coração do povo hebreu.

É, pois, a religião ou lei mosaica o conjuncto dos dogmas e dos preceitos relembrados ou revelados ao povo hebreu sobretudo, por intermedio de Moysés e dos outros prophetas. Não era, afinal, esta lei senão a mesma lei primitiva, elevada a um maior grau de perfeição; não se ende-reçava ao mundo inteiro como a primeira, senão sómente ao povo hebreu; nem tambem estava destinada a vigorar por um tempo indefinido, pois que só tinha em vista *preparar* a vinda do Messias. Por isso é que Deus a permittiu sob varios aspectos imperfeita, de modo que a perfeição, elevada a um grau determinado pela sabedoria do Altissimo, só ficou reservada á religião, que o Messias havia de annunciar ao mundo¹.

TERCEIRA PHASE

A religião christã

Chegou emfim a plenitude dos tempos, aprasados pelos decretos divinos, e veio o Redemptor, promettido desde o principio do mundo, a redimir o genero humano e a estabelecer uma religião, que delle tomou o nome de *Christã*.

É, pois, a religião christã a que o proprio Jesus veio

¹) Cf. Wihners S. J., *Histoire de la religion*, n. 5-36.; Pell, *Histoire de l'Ancien Testament*, t. 1; Prat, S. J. *Le Code du Sinai*.

ensinar ao mundo. Encerra ella, já se entende, as verdades e preceitos da lei natural, do mesmo modo que as outras; mas ensina tudo de um modo grandemente claro, certo e perfeito, e accrescenta ainda um conjuncto completo de outras verdades, preceitos e auxilios sobrenaturaes.

Veio esta religião abrogar a lei mosaica, no que ella tinha de peculiar para o povo hebreu; e tornou-se assim a religião unica e a unica necessaria aos homens, até á consummação dos seculos. Já, portanto, não receberá, como as precedentes, desenvolvimento algum ulterior, por nos ter sido dada por Jesus Christo, tão perfeita como Deus a queria, para a salvação do genero humano.

NOTA. — Da precedente explicação se colhe que as tres religiões, primitiva, mosaica e christã, ainda que accidentalmente diversas, são *essencialmente uma só e mesma religião*, por Deus desenvolvida durante o correr dos tempos. Teem todas tres a Deus por auctor; teem o mesmo fim sobrenatural, a visão beatifica; os mesmos meios fundamentaes, a graça sobrenatural e a fé no Redemptor, ou esperado ou já vindo; o decalogo é commum ás tres, e encerram todas, ao menos implicitamente, os mesmos dogmas, que uma revelação, cada vez mais explicita, mais perfeitamente ia dando a conhecer. É, por conseguinte, uma mesma religião, que passou por duas phases preparatorias, para, emfim, receber na religião christã a sua perfeição definitiva.

CONCLUSÃO. — Taes são os factos attestados pela historia e pelas tradições dos povos. Tracta-se de saber se esta religião, altamente veneranda pela sua antiguidade, foi nas suas tres phases legitimamente fundada de modo a reivindicar para si, com exclusão de qualquer das outras religiões, uma origem *sobrenatural e divina*. Foi realmente Deus que, por si mesmo, ou por intermedio dos seus enviados, a revelou e impoz aos homens? A esta questão é que nós vamos dar resposta na primeira parte deste Curso.

Não será, todavia, necessario dar para cada uma destas phases a prova da sua origem divina. Como, segundo o que já atraz dissemos, a religião, que Jesus Christo veio trazer ao mundo, é, e ficará sendo até ao fim dos tempos, a unica, que todos os homens para alcançar a salvação

teem de abraçar, o essencial para o nosso intento é provar a *origem divina* da religião *christã*.

ART. II. — DISCUSSÃO DE TRES QUESTÕES PRELIMINARES

Antes de demonstrarmos a divindade da religião christã, importa esclarecer tres pontos ou, se se quizer, responder a tres objecções, que são uns como tropeços para muitos espiritos, que se dão ao estudo das verdades religiosas. A primeira diz relação á *função ou papel que a razão desempenha* nas materias do fé ou da religião sobrenatural; a outra refere-se *aos meios pelos quaes a razão vê* com toda a evidencia a *existencia de uma revelação divina*; e a terceira, emfim, versa sobre *os mysterios* que a religião encerra.

§ I. Função que a razão desempenha em materias de fé

Suppõem os racionalistas que a revelação ou a fé na auctoridade divina anniquila ou torna inutil a razão, de sorte que, dizem, existe incompatibilidade entre a fé e a razão. É inteiramente falso este asserto.

1. «A razão não creia, affirma S. Thomaz, se ella não *visse* que é necessario crer». Repetia o que já antes escreveu Sancto Agostinho: «Não permitta Deus que a submissão, que todos devemos a quanto tem relação com as coisas da fé, nos impeça de indagar e perguntar a razão do que cremos, porque *nem sequer poderíamos crer, se não fossemos dotados de razão*». (Ep. 120, 3). Tal foi sempre o sentir da Egreja e a linguagem da theologia catholica.

Não é, além disto, evidente que uma revelação feita por Deus aos homens suppõe nestes uma capacidade natural de conhecer: *a razão?* E neste Curso Apologetico

1) Pelo que respeita á obrigação, que impende a qualquer homem, assim de admitir a religião revelada, se della tiver conhecimento certo, como de inquirir da sua natureza, se tiver fundada suspeita de que ella existe. Vid. Conc. Vatic. const. *Dei Filius*, cap. 3 e can. 1; Syllabus, prop. 4 e 5; Mons. Pie, Instr. synod. sobre os erros principaes do tempo presente, tom. II, III, V.

a que faculdade nos dirigimos nós, senão á razão? e que procuramos nós demonstrar, senão quanto é *razoavel* o crer, o render-se ante a suprema auctoridade de Deus e ante o factó, plenamente averiguado, da revelação? «A fé christã, diz Bourdaloue, não é um assentimento cego á crença, nem uma pura submissão do espirito, mas um assentimento e uma submissão *racional*; se não fosse racional, já uma tal submissão não era uma virtude. Ora como seria este assentimento racional, se nelle não interviesse a *razão*? Quaes são as provas, que me tornam a religião, que professo, e, consequentemente, os mysterios, que ella ensina, evidentemente *criveis*? Isto é o que eu devo aprofundar conscienciosamente; isto o que devo estudar com muito cuidado até comprehendel-o na perfeição; devo occupar a minha intelligencia sem que me seja licito dizer: «cu não raciocino»; porque sem este exame e discernimento seguro, só posso ter uma fé incerta e vacillante, uma fé vaga, sem principios nem consistencia.» (*Pensées, De la foi*).

2. Esta doutrina da Igreja está em conformidade com a Escriptura. Tanto não exige Deus de nós uma fé cega, que até nos prohibe dar credito, não justificado ou prematuro, a quaesquer ensinamentos, que se inculquem como vindos do céu. «Uma credulidade demasiado precipitada é signal de um animo leviano», nos diz o livro do Ecclesiastico (XIX, 4). Tambem o apostolo S. João nos recommenda muita cautela contra a precipitação cega, que directamente nos leva ao erro. «Não vos fieis, diz elle, de todo o espirito, mas aquilatae os espiritos, para ver se veem de Deus: muitos pseudo-prophetas se teem espalhado pelo mundo». (1.^a Ep. IV, 1). É tambem esta a recommendação, que S. Paulo fazia aos Thessalonicenses: «Não desprezeis ás prophcias. Examinae tudo, e guardae o que é bom». (1.^a Ep. V, 20).

3. Accrescentemos ainda que é impossivel haver contradicção entre as verdades scientificas e as verdades reveladas¹. Tal é o ensino formal da Igreja. «A razão e

1) Este assumpto vem tractado por extenso na Harmonia entre a sciencia e a fé», obra de Miguel Mir, muito bem vertida em portuguez e annotada pelo douto Pe. Antonio Menezes.

(Nota do traductor).

a fé nada teem entre si que temer, escrevia Pio IX em 1846, pois que tanto uma como outra derivam da mesma fonte de verdade unica e immutavel, que é Deus». (Encycl. Qui pluribus). O Concilio do Vaticano, no cap. IV, que tracta das relações entre a fé e a razão, explica-se nestes termos: «A Igreja catholica sustentou sempre e sustenta, com perpetua uniformidade, existirem duas ordens de conhecimentos, distinctos quanto ao seu *principio* e quanto ao seu *objecto*. Quanto ao seu *principio*, porque uns alcançamol-os pela razão natural e outros pela fé divina; e quanto ao seu *objecto*, porque afóra as verdades, que a razão natural pode alcançar, ha ainda os mysterios, em Deus occultos, que ao nosso assentimento são propostos e que, a não serem divinamente revelados, não poderiam ser por nós conhecidos». E, elucidando mais este ponto, accrescenta: «Ainda que a fé esteja acima da razão, não pode, comtudo, haver antagonismo entre a fé e a razão, porque o mesmo Deus, que *revela* os mysterios e communica a fé, *communica* tambem ao espirito humano a luz da razão; e Deus não pode *contradizer-se* a si mesmo, nem a verdade pode jámais *contradizer* a verdade».

Não só não podem nunca estar em desaccordo a fé e a razão, continúa o sobredito Pontifice, senão que se prestam *mutuo auxilio*; a recta razão *demonstra* os *fundamentos* da fé,¹ e illuminada pelas luzes da mesma fé, *desenvolve* os conhecimentos das coisas divinas; e a fé por sua vez *salvaguarda a intelligencia do erro* e a enriquece de conhecimentos diversos. Assim que, tão longe está a Igreja de se oppor ao estudo das sciencias, que, bem pelo contrario, as favorece, e por mil formas as propaga». Não se poderiam desejar expressões mais precisas nem mais explicitas do que estas. A mesma doutrina se encontra na Enc. *Aeterni Patris*, de Leão XIII.

CONCLUSÃO. — É, pois, innegavel que a razão e a fé de nenhum modo são incompativeis. O ensino catholico assegura que a razão tem um objecto *peculiar e distincto do da*

1) A razão humana, afim de não ser enganada em um assumpto de tão grande importancia, deve examinar com cuidado o *facto* da revelação divina, para assegurar-se de que Deus fallou, e para que a sua submissão á palavra divina seja *racional*, como ensina o Apostolo, com tão alta subdordia. (Pio IX, Encycl. Qui pluribus).

fé, e que mesmo nas coisas, que são objecto da fé, desempenha a razão uma função muito importante e nobre. A ella, com effeito, pertence *coordenar* entre si as diferentes verdades reveladas, mostrar as relações, que ellas entre si teem, provar cada uma dellas com argumentos proprios e deduzir as consequencias, que dahi derivam; numa palavra, a ella toca o coordenar estas verdades num *todo scientifico*; a isto chama o Concilio dar desenvolvimento á sciência das coisas divinas.

Muito bello é já este encargo, mas existe outro ainda mais importante, que é proceder á *demonstração evangelica*, isto é, assentar com firmeza os *fundamentos* da fé, demonstrando como é inteiramente racional, legitimo e indispensavel crer as verdades reveladas.

Segundo o Concilio do Vaticano e segundo Leão XIII na encyclica citada, é á razão que pertence dar esta demonstração, e não é licito negar-lhe este direito e poder, sob pena de se errar na fé. Está ella tambem encarregada de *rebater os ataques* dos inimigos contra as verdades reveladas. «É um bello titulo de gloria, affirma Leão XIII, ser ella o baluarte da fé, e, por assim dizer, a trincheira firme da religião».

Que mais podem desejar os que se proclamam os tutelares da razão humana? Como ousarão, ao menos com alguma apparencia de verdade, sustentar que a Igreja não reconhece os direitos da razão, e que só procura esmagal-a sob o peso da sua auctoridade? Mas se é proprio da razão humana *verificar* que Deus fallou aos homens, tambem, feita esta averiguação, é para ella um dever insophismavel inclinar-se reverente ante a soberana auctoridade de Deus e admittir quanto é attestado por seu testemunho infallivel. Assim procederam os illustres sabios e os grandes engenhos, que, desde o começo do Christianismo até nossos dias, abraçaram de coração as verdades reveladas.

NOTA. — Do que acabamos de dizer não se deve, contudo, inferir que é a razão que *produz directamente* a fé. Esta é um dom sobrenatural, uma virtude, pela qual firmemente cremos as verdades por Deus reveladas, *porque foi Elle quem as revelou*. Ora o natural não pode gerar o sobrenatural. A razão o que faz é só *preparar* para a fé,

pelo exame dos *motivos de credibilidade*. E por isso é que um incredulo ou herege, que, examinados estes motivos, se convenceu da solidez delles e, consequentemente, da necessidade de dar o seu assentimento ás verdades reveladas, não possui ainda senão uma crença meramente humana; para que a sua fé se torne uma fé divina, é mister que intervenha um *principio sobrenatural*, a graça divina, que o mova a dar assentimento a estas verdades como reveladas, baseando-se na auctoridade infallivel de Deus.

E, note-se desde já que, segundo o axioma admittido pela theologia: *Facienti quod in se est Deus non denegat gratiam*, nunca este auxilio divino, *illuminação* do espirito e impulso da vontade, é recusado a quem, havendo-se com *toda a sinceridade* em procurar a verdade religiosa, recorre a Deus com prece humilde e confiada.

§ II. Meios que produzem a certeza preparatoria para a fé

Indaguemos já *por que meios a razão demonstra a si mesma* como Deus revelou realmente certas verdades e preceitos, que o homem tem obrigação de crer, e com as quaes deve harmonisar todos os actos da sua vida.

Com respeito a nós, todas as verdades scientificas ou religiosas, sejam quaes forem, se podem distribuir em tres classes: umas que directamente se alcançam pela *experiencia*; outras que se apresentam manifestas á nossa *razão*; e outras emfim, que nos são notificadas pelo *testemunho* de extranhos.

1. *A experiencia* pode ser interna e externa. A experiencia interna, percebe, mediante o *senso intimo* e a *consciencia*, as nossas modificações subjectivas, os factos, que nos são internos e pessoas. A experiencia externa nos revela, por meio dos *sentidos*, o mundo material, a existencia dos corpos, suas qualidades e accidentes.

2. *A razão* elabora os dados dos sentidos e procura comprehender a natureza dos seres; apprehende por um acto simples, as verdades universaes, necessarias, immu-

taveis, ou então vae de verdade em verdade tirando as conclusões dos respectivos principios.

3. O *testemunho* dá-nos a conhecer os seres e os factos, que, separados de nós pelo espaço e pelo tempo, não estão ao alcance da nossa observação pessoal.

Cada um destes meios nos pode ministrar uma *certeza plena*. E assim é que estou *certo* da existencia do meu corpo, da realidade dos objectos que vejo e apalpo, e de quanto, em summa, cae sob a alçada da minha propria experiencia. Estou do mesmo modo *certo* de que todo o effeito tem uma causa, de que Deus existe, comquanto estas verdades se não alcancem experimentalmente. Nem a *minha certeza* é menos inabalavel no que se refere ás expedições militares de Cesar, á existencia de Roma, e a um sem numero de factos historicos, ou de conhecimentos geographicos e scientificos. Eu não seria razoavel negando estes factos historicos, porque elles são attestados por testemunhas dignas de confiança.

O que afinal determina a adhesão da nossa mente a qualquer destas verdades é a *evidencia*. Mas esta evidencia pode ser *intrinseca* ou inherente á propria verdade; ou pode ser *extrinseca*, e neste caso pode chamar-se evidencia de *credibilidade*. Expliquemos melhor este ponto. Certas verdades apresentam-se á intelligencia brilhando com tanta lucidez, que lhe é impossivel não as admittir, a não ser atropellando, digamos assim, a sua propria natureza. Tal é, por exemplo, aquelle primeiro principio: «Uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo». Outras verdades ha, que, para serem comprehendidas, exigem um longo raciocinio; a esta classe pertencem muitas das proposições algebricas e geometricas. Como, porem, a mente vê com clareza a intima connexão destes theoremas com os principios evidentes, a conclusão é tambem em si mesma evidente. É o que se chama evidencia intrinseca. Ha ainda outras verdades, que se nos apresentam como merecedoras do nosso assentimento, apezar de não brilharem com esta luz viva, e que, por mais que façamos, ficam para nós sempre envolvidas em obscuridade e em mysterio. Succede, porem, que homens de probidade irrecusavel asseguram terem-nas ouvido da bocca do proprio Deus; esses homens fallam sem interesse pessoal, e, o que é mais,

por amor destas verdades sacrificaram até as proprias vidas! Accresce que as suas palavras são confirmadas por milagres assombrosos e authenticos. Não seria tido mercidamente por nescio quem lhes não dêsse credito? Não são elles evidentemente *dignos de fé*? A esta evidencia é que se dá o nome de evidencia de *credibilidade*.

Tem aqui logar tambem uma observação muito importante. Se sempre fosse precisa a evidencia *intrinseca*, com que brilham certas verdades mathematicas e philosophicas, para se justificar o pleno assenso da intelligencia, e se o testemunho não fosse uma fonte legitima de certeza, mal paradas ficavam então as sciencias historicas, geographicas, naturaes, etc., porque taes sciencias estão dependentes de conhecimentos em grande parte adquiridos por meio do *testemunho*, e accetes por actos de fé, haeados na probidade dos nossos semelhantes.

Onde se achará com effeito um sabio, que por suas *experiencias pessoais* verificasse todo o cabedal de conhecimentos scientificos, que recheiam as suas obras, e que por elle são havidos como indubitaveis? Nem um só ha que, analysando os fundamentos das proprias convicções, ouse affirmar que ellas repoisam sobre a evidencia intrinseca¹.

CONCLUSÃO. — A Revelação é, como já vimos, um *facto* pertencente ao campo da historia; e portanto só por meio do *testemunho* podemos alcançar della conhecimento

1) «Ousareis affirmar que o testemunho é uma fonte de conhecimentos indigna de um homem racional? Desafio-vos a que o affirmeis! Se realmente assim fosse, seria mister queimar todas as bibliothecas, destruir todos os livros, acabar com as relações sociaes, retirar-se ao deserto e lá viver uma vida de selvagem. Se não houvessemos de admittir como verdadeiro senão o que por nós descobrimos, e o que verificamos por nossos processos scientificos, a bem pouco ficaria reduzido o nosso peculio intellectual. Como se haveriam os astrónomos, se não se pudessem fiar das observações feitas por seus collegas? E os physicos e químicos, se não acceptassem os resultados já verificados, e como taes reconhecidos pelo consenso dos homens competentes? E os calculistas e mathematicos, se não se fiassem das tabuas dos logarithmos? A fé! Encontramola por toda a parte. Aparece-nos como primeira fonte dos conhecimentos do homem na aurora da existencia; a criança acredita em seu pae, sua mãe e seus educadores. A fé! Domina em todas as relações da vida; e porque lhe reconhecemos a importancia e legitimidade, é que vemos na mentira um acto anti-social, um delicto grave. A fé! Reina nos sanctuarios da sciencia, nas escolas e universidades; o discipulo, antes mesmo de qualquer demonstração, acceta confiada e uncionalmente as asserções do professor; e depois por meio da demonstração já entendida, não adquire uma verdade nova, mas um novo modo de a possuir. Não, pois, o acto de fé um acto da intelligencia, que pode ser tão abonado como qualquer outro; mas só será verdadeiramente racional, quando a intelligencia, ao dar-lhe a sua adhesão, estiver plenamente certa de que não corre perigo algum de errar». (Pe, Cael).

certo, pelo qual demonstremos os fundamentos da fé e estabeleçamos, nas suas bases seguras, a *divindade* da religião christã.

OBSERVAÇÕES. — 1. «A fé, como a define o Concilio do Vaticano, é uma virtude sobrenatural, pela qual nós, com o auxilio e sob o impulso da graça de Deus, cremos como verdadeiras as verdades que Elle nos revelou, não porque vejamos a verdade intrinseca dellas pelas luzes naturaes da nossa razão, mas sim por causa da auctoridade de Deus, que nol-as revelou, e que não pode enganar-se nem enganar-nos.» (Const. I, cap. III).

E, sendo a fé uma virtude, é tambem um principio de actos *livres* e *meritorios* perante Deus. E, contudo, é o acto de fé um acto da intelligencia, a qual não é uma facultade em si livre, porque o seu acto é imposto pela evidencia. A razão de aquelle acto ser livre é porque neste acto de fé sobrenatural, tanto no seu começo, como depois, intervém em grande parte a vontade *livre*, e por esta intervenção é que este acto de fé é uma *homenagem* tributada pela razão á divina *Sabedoria*¹.

Será bom explicar melhor como, e por que meio, é que a *liberdade* intervém no acto de fé². Por pouco que entremos em nós mesmos ou no estudo dos nossos actos internos, notaremos logo que é pequeno o numero de verdades, que teem o condão de gerar uma certeza tal que pela sua evidencia absoluta se chegue a impôr á razão. Ha, de facto, um sem numero de conhecimentos, que com ra-

1) Convém muito ter-se presente este elemento essencial, com que a intelligencia concorre para *haver* um acto de fé, que os incredulos se comprazem em dar como *irracional*, e como tendo sua origem quer no *sentimento* quer na *vontade* quer no *instincto*.

2) O assentimento que nós damos á verdade, que nos é proposta, não é um acto de sciencia, mas sim um acto de fé. As demonstrações, que se costumam dar, não são para demonstrar *tal ou tal verdade*, a Trindade em Deus, mas sim a *legitimidade* e a *obrigação*, que tem o christão, de a crer. A consequencia rigorosa do syllogismo não é: «Logo a Trindade existe», mas sim: «Logo é *forçoso* crer na existencia da Trindade». O de que devo certificar-me é, se Deus fallou, e se realmente tal verdade pertence ao thesouro sagrado da Revelação. Esta Revelação não manifesta a verdade em si mesma, mas garante a verdade revelada mediante a auctoridade de Deus. Saberei eu muito bem que Deus revelou o mysterio da Incarnação; mas esta verdade: «Deus se fez homem» não deixa de ser para mim menos obscura. Não adhere, pois, logo a minha mente a esta verdade; precisa ainda um impulso, e este impulso só lhe poderá vir da vontade. Intervém, portanto, a vontade no acto de fé como agente necessario e indispensavel. E como a vontade é uma potencia livre, livre tem que ser tambem a adhesão exercida sob o seu influxo.

zão se podem chamar certos, sem que, todavia, appareçam evidentemente como taes. Vêm-se os objectos em parte claros, mas tambem em parte escuros ou velados. Este *crepusculo* não deixa de torturar e desnortear a intelligencia; tanto que o seu primeiro impulso seria de ceder a um sentimento natural de orgulho, e rejeitar uma verdade, que não quer manifestar-se-lhe por completo. É este o momento em que a vontade é chamada a usar da sua auctoridade e a obrigar a intelligencia a proseguir no seu labor, e a examinar e abraçar as verdades, não evidentes em si mesmas, porem bastantemente certas, para excluirm qualquer duvida prudente.

É de notar que esta intervenção da vontade no acto do entendimento se dá, em innumerados casos, espontaneamente. E quem ousaria pretender guiar-se em tudo só por uma perfeita e completa evidencia, que excluisse até a possibilidade de duvida, mesmo imprudente? O testemunho dos nossos sentidos e a affirmação dos nossos semelhantes a cada passo são para nós o ponto de partida para as resoluções mais importantes. O não admittir nada sem se ter uma completa evidencia, seria condemnar-se a um lastimoso scepticismo.

A applicação destas observações ás verdades reveladas é muito obvia. Ainda quando um grande numero destas verdades estejam longe de ser por si mesmas *evidentes*, nem por isso deixa Deus de exigir para ellas a adhesão do nosso entendimento. Ora esta adhesão não é possivel sem que a nossa *vontade* intervenha, para coagir o entendimento a abraçar-as, baseando-se no *testemunho divino devidamente averiguado*.

Por abonado que, além disto, se apresente com uma real certeza o *facto da revelação*, nunca chega contudo a impôr-se com tanta claridade, que torne forçoso o assentimento, a ponto de dispensar o concurso da vontade complacente. Numerosas são com effeito as difficuldades, que contrariam uma adhesão *firme* e *perseverante*, como a que exige a revelação divina. Ha de o homem, de facto, para chegar a *crer*, sobrepujar muitas vezes obstaculos diversos, que se lhe oppõem. O orgulho está sempre prompto para se revoltar contra a adhesão a verdades inacessiveis á razão. O proprio respeito humano se acovarda muitas

vezes, e se recusa ao dever de render, por meio de uma profissão publica, homenagem á fé. As paixões tomam sobre os humanos um tal ascendente, que os tornam covardes ante o sacrificio, que devem acceitar, ou o perigo que hão de correr.

Facilmente se vê, pois, como a sobrepujar semelhantes difficuldades não bastem a intelligencia com o poder da vontade, e que lhe seja necessario o concurso da força e da luz, que se chama *graça divina*. É por este titulo que a fé se diz sobrenatural, e é um *dom de Deus*.

2. Do que acabamos de dizer se infere que nos devemos acautelar de prometter aos incredulos a evidencia *absoluta*, que elles a grandes vozes pedem, e exigem a todo o custo; porque seria ignorar as condições essenciaes á fé catholica. Mas o que desde logo é permittido deixar-se bem assente, é, em primeiro lugar, a plena satisfação que os nossos dogmas, ainda os mais profundos, dão ás exigencias da razão, por mais arguta e severa que ella se mostre. É, em seguida, a veracidade omnimoda dos nossos Livros Sanctos e especialmente dos Evangelhos, tão bem fundamentada, como a dos livros historicos mais merecedores de confiança. É, emfim, o character divino da religião christã e da Igreja catholica, o qual se patenteia com evidencia em cada um dos *motivos de credibilidade*, que depois exporemos, e que avultam ainda muito mais no brilho que irradiam, se os considerarmos em todo o seu conjunto admiravel.

Accrescentemos mais que se pode demonstrar evidentemente, ou pelo menos com uma clareza chegada á evidencia, que a incredulidade racionalista está em contradicção absoluta com a razão, que é grandemente funesta aos seus adeptos, e que constitue um dos mais sérios perigos para os individuos e para a sociedade. Que mais pode exigir um espirito cordato? ¹

1) Vid. art. do P. Ch. de Smedt, S. J., *Précis historiques*, 1873; P. Bainvel, S. J., *La Foi et l'acte de Foi*, 2. part., cap. II.; P. Le Bachelet, *De l'Apologétique traditionnelle et l'Apologétique moderne*, cap. II, § 4; P. Brunetiere, *M. Brunetiere et la Psychologie de la Foi*; P. Cardel, S. J. Conf. de Bruxelles, 1902, *La Foi Catholique*.

§ III. Mystérios da religião

Entre as verdades que Deus revelou, se contam os *mysterios*, isto é, certos pontos de doutrina, que a razão, entregue ás suas proprias forças, jámais poderia *ter descoberto*, e de que ella não pode *perscrutar* a natureza ou *essencia intima*, mas de que admite a existencia, fundando-se na suprema e infallivel auctoridade de Deus. Estão, comtudo, estas verdades muito longe de serem para nós uma carta inteiramente fechada; porque as concebemos bastante claramente para as não confundirmos com outras, para dellas fallarmos sensatamente, e para dellas tirarmos uteis normas de conducta.

Será, pois, verdade, como querem os racionalistas, que a só *presença* do mysterio numa religião que se diz revelada, confere á razão o direito de a condemnar por falsa, e de a rejeitar sem ulterior exame? Haveremos mister comprehender uma verdade *em si mesma*, em sua essencia; por outros termos, haveremos mister conhecer perfeitamente o *como* e o *porquê* della, para que a possamos crer sem irmos de encontro á nossa propria razão? Certamente não. E grandemente aviltante é para a mentalidade humana que se haja de recorrer á refutação de um tal aserto, flagrantemente absurdo, e sem embargo communissimo. Demos, portanto, alguns argumentos que provem como é razoavel o crer nos mysterios da religião.

THESE — De nenhum modo é contrario á razão, antes é até muito consentaneo com ella crermos os mysterios da religião, logo que estejamos certos de terem sido revelados por Deus.

PRIMEIRO ARGUMENTO. — Se se houvessem de rejeitar os mysterios da *religião*, só porque se não tem delles um conhecimento perfeito e adequado, porque se lhes não conhece o *como* nem o *porquê*, tambem, em boa logica, seriamos obrigados a rejeitar, por egualdade de razão, todos os mysterios da *natureza*. «Nós não conhecemos *totalmente* coisa alguma», dizia muito bem Pascal, e chega este profundo pensador a definir a sciencia: «uma ignorancia prudente, que como tal se reconhece». Existe porventura al-

gum sabio, que tenha mesmo dos mais simples phenomenos naturaes uma comprehensão completa? Quem teve jámais conhecimento intimo da natureza do frio ou do calor, da luz, do ether, que se suppõe por toda a parte espalhado, ou da attracção, da electricidade e do radio? Quem soube perfectamente o que é o tempo, o espaço, o infinito e a eternidade? Quem comprehende a natureza de um simples grão de areia, ou do germinar das plantas, da vida, do somno, da fadiga, do prazer ou da morte? Quem conhece a união substancial entre o nosso espirito e a materia, a communicacão reciproca das almas, a transmissão mutua dos pensamentos, dos sentimentos, dos desejos por meios inteiramente materiaes, como são os sons articulados e a escripta? Quem descobriu o que se passa em cada um dos nossos sentidos, etc.¹

São, comtudo, estas verdades admittidas por toda a gente, comquanto a essencia das coisas nos fique occulta, e ainda que destas verdades só tenhamos noções imperfeitas e envolvidas em obscuridades impenetraveis.

Se, pois, não é contrario á razão admittir estes mysterios da natureza, porque a sua existencia é affirmada pelos sentidos e pela experiencia, como é que ha de ser contrario á razão admittir verdades mysteriosas de ordem religiosa, quando nol-as atesta um testemunho de auctoridade irrecusavel, qual é o do proprio Deus? Deve sim, como vimos, certificar-se a razão bem da realidade do testemunho; mas feita uma vez a verificacão, impõe-nos ella o dever de, sem sombra de hesitação, lhe darmos assentimento. Que mais bello uso pode o homem fazer da sua intelligencia, do que submettel-a a Deus, *sabedoria infinita?*²

1) « Quanto á vida intellectiva, diz Huxley, encontramos-nos numa como que ilha, em meio de um oceano de *mysterios* ». « A sciencia hodierna, quando modesta e sincera, affirma Bourget, reconhece que onde termina a analyse, começam os dilatados dominios do *incognoscivel* ».

2) « Crer é adherir a uma verdade, não porque eu directamente veja essa verdade, mas porque ella me é attestada por uma testemunha, cuja auctoridade eu de nenhum modo posso pôr em duvida. O motivo da minha adhesão é unicamente o peso da auctoridade; de modo que tanto mais firme será esta adhesão, quanto maior for esta auctoridade, sobre que me apoio, e quanto mais abonada ella for e mais merecedora de confiança. Daqui se deduz evidentemente que, sendo esta auctoridade a do proprio Deus, de Deus summamente verdadeiro e infinitamente sabio, deve o meu assentimento, para se dever chamar simplesmente racional, ser em certo modo proporcional ao infinito, e ter tanta firmeza quanta nenhum humano testemunho poderá exigir de mim ». Pe. Caruel, *La Foi Catholique*.

SEGUNDO ARGUMENTO. — Se o crer, baseado num testemunho, de todo fidedigno, fosse indigno da razão humana, só porque as verdades que se crêem são para ella impenetraveis ou incomprehensíveis em sua essencia, ver-nos-hiamos similhantemente obrigados a confessar que repugna á razão de um homem illustrado o admittir, fiando-se no testemunho de um sabio, a maior parte das coisas que este lhe ensina. Possuem com effeito, os homens de sciencia uma multidão de conhecimentos certos, que superam a comprehensão dos espiritos vulgares, e que a estes parecem até inadmissíveis e oppostos ao que elles julgam diariamente observar, como, por exemplo, que a terra é que gira em volta do sol, que tal estrella é milhões de vezes maior que a terra, que são precisos milhares de annos para ella nos enviar a sua luz e que encerra taes e taes elementos constitutivos. Dir-se-ha porventura que estes illetrados procedem imprudentemente, admittindo o sentir e affirmacões de homens dignos de fé?

Considerar-se-hia imprudente e desassisado o filho cego de nascença, que com inteira e plena confiança desse credito ás affirmacões de um pae, cujo affecto e sabedoria elle mil vezes teve occasião de verificar, quando este lhe fallasse das maravilhas, que seus olhos armados de um telescopio lhe descobriam? E comprehenderia comtudo este céguinho algo sobre o modo como seres grandemente afastados se tornavam presentes ao seu progenitor? E, sendo isto assim, como é que então só o christão ha de ser taxado de imprudente, quando crê os mysterios, que lhe affirmam existirem a auctoridade daquelle, que é a summa Verdade?

TERCEIRO ARGUMENTO. — Forçosamente deve a intelligencia divina conhecer verdades, que a curta intelligencia humana, servindo-se apenas das proprias forças naturaes, nunca chegará a comprehender. E pode, por outra parte, ser-nos muito proveitoso sermos instruidos nessas verdades, conhecermos os designios da bondade, da misericordia e da justiça de Deus em relação ao genero humano, e termos dellas uma noção sufficiente, posto que lhes não conhecamos a natureza intima.

E finalmente Aquelle que deu ao homem os ouvidos

para ouvir, a intelligencia para entender e a palavra para transmittir aos seus semelhantes os proprios pensamentos, não lhe faltam por certo *os meios* de manifestar á sua creatura essas elevadas e salutaes verdades.

NOTA. — Ajunctemos a estes argumentos algumas explicações, que esclareçam o que acabamos de dizer, e que desfaçam quaesquer confusões sobre este assumpto.

1. A difficuldade em se crerem mysterios da religião provém muitas vezes de que se faz uma ideia muito erronea desses mysterios. Se, por exemplo, o mysterio da SS. Trindade consistisse em admittir-se que *tres* naturezas distinctas são *uma* só e mesma natureza, ou que *tres* pessoas distinctas são *uma* só pessoa, então, sim, seria este dogma contrario á razão e, consequentemente, inadmissivel, porque a razão nos mostra claramente que *tres* não são *um*. Mas não consiste nisso o mysterio revelado, que, não obstante estar fóra da alçada da razão, não lhe é de nenhum modo contrario, nem está em contradicção com os principios immutaveis, que ella nos ensina. A religião só nos diz haver em Deus *tres* pessoas em *uma* só natureza. A unidade e a trindade não se affirmam sob o mesmo aspecto, mas sob aspectos differentes; porque a unidade se refere á natureza, quando a trindade se refere ás pessoas. É certo que a nossa intelligencia limitada não podia descobrir por si esta mysteriosa verdade, que tem por objecto a natureza intima do Ser infinito; mas nada se oppõe a que a creiamos, firmados no testemunho authentico do proprio Deus.

O que acabamos de dizer com respeito ao mysterio da SS. Trindade tem tambem applicação ao da Incarnação do Filho de Deus e aos demais mysterios. Todos estão *acima* da esphera da razão, no sentido atraz indicado, mas de nenhum modo lhe são *contrarios*.

2. Tanto não devem os mysterios offerecer obstaculo a um homem racional para abraçar uma religião que os professe, que antes a existencia delles constitue uma forte presumpção em favor della. A carencia de mysterios deveria antes, pelo contrario, tornal-a suspeita de falsidade.

Acabamos, com effeito, de ver como a razão tropeça com obscuridades grandes mesmo nó campo das verdades

naturaes. Por toda a parte ella se vê forçada a reconhecer e a acceitar, como certas, coisas obscuras e incompreensiveis. Não é, pois, de admirar que encontre o obscuro e incompreensivel em materia de religião, isto é, nas relações entre Deus e o homem. É realmente como poderia a nossa intelligencia, por natureza fraca, sondar as maiores profundezas do Ser infinito? Seria justamente olhado como um insensato o homem, que friamente dissesse: «Eu sou capaz de conhecer a Deus tanto como elle pode ser conhecido, tanto como elle se conhece a si mesmo. Posso conhecer a sua natureza, as suas perfeições, os seus designios, os seus actos com relação aos homens, e nada ha na sua infinidade, na sua eternidade, na sublimidade do seu ser, que seja segredo para a minha intelligencia ou que esteja fóra do seu alcance».

CAPITULO II

Valor historico da Sagrada Escripura

ART. I. — CONSIDERAÇÕES GERAES

Uma religião sobrenatural, suppõe, como vimos, uma *revelação*, a qual, sendo um facto historico, tem de ser provada *por testemunhos* seguros. E onde encontraremos nós os testemunhos irrecusaveis das communicações successivas de Deus com a humanidade? Em livros que desde muitos seculos gozaram uma excepcional e bem merecida reputação. O seu conjuncto forma o que se chama a Escripura Sagrada ou a Biblia, isto é, «o Livro» por antonomasia. Divide-se em Antigo e Novo Testamento.

A. Livros de que se compõe a Sagrada Escripura.

— O Antigo Testamento comprehende os livros *anteriores* á vinda de Jesus Christo. São em numero de quarenta e cinco; e podem agrupar-se em quatro classes:

1.º Os livros chamados *historicos* que contam a historia da religião desde a criação até Jesus Christo. O principal delles é o *Pentateuco*, que encerra cinco partes ou livros: O Genese, o Exodo, o Levitico, os Numeros e o Deuteronomio. São elles muitos seculos anteriores a Jesus Christo, e narram a origem do mundo e a historia do povo de Deus até ao tempo em que ia tomar posse da terra da Promissão. Não se propõe comtudo o Pentateuco dar uma historia completa deste povo nem dos povos coévos de Abrahão ou anteriores a elle; mas aponta só o que tem relação com o seu objecto, que é o religioso.

Os outros livros historicos retomam esta narrativa desde a entrada na terra da Promissão e levam-na até á vinda do Messias; e são o livro de Josué, o dos Juizes, os quatro livros dos Reis, os dois dos Paralipomenos, os dois de Esdras, o segundo dos que, se chama tambem de

Nehemias, e os dois livros dos Machabeus. Ha, afóra estes livros de historia geral, mais cinco, que versam sobre historias particulares, e são os livros de Job, de Ruth, de Tobias, de Judith e de Esther¹.

2.º Os livros de *louvores* ou canticos á Divindade: os Psalmos e Cantico dos Canticos.

3.º Os livros de *moral*, que dão as normas para bem dirigir a vida: os Proverbios, o Ecclesiastes, a Sabedoria e o Ecclesiastico.

4.º Os livros dos *prophetas*, que reprehendem os vicios dos povos, e annunciam os castigos, que os ameaçam; e sobretudo que prophetisam a vinda do Messias. São em numero de dezeseis: os quatro principaes, de Isaias, de Jeremias (com Baruch), de Ezechiel e Daniél, são chamados Prophetas Maiores, em razão da importancia dos assumptos. Os outros, a cujos livros, por menos extensos, se deu o nome de Prophetas Menores, são doze: Oséas, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Michéas, Nahum, Habacuc, Sophonias, Aggeu, Zacharias e Malachias.

O novo Testamento encerra os livros inspirados, escriptos *após* a vinda de Jesus Christo, durante o tempo dos apóstolos; e comprehende vinte e sete livros que se dividem em quatro classes:

1.º Os *Evangelhos*, que narram a historia da vida e prégação de N. S. Jesus Christo, sua doutrina, sua morte e resurreição. São ao todo quatro, e tem respectivamente por auctores S. Matheus, S. Marcos, S. Lucas e S. João.

2. Os *Actos dos apóstolos*, que contam os primeiros trabalhos dos apóstolos pelo mundo. Tem esta narração por auctor o Evangelista S. Lucas, discipulo de S. Paulo, e alcança só até ao primeiro captiveiro deste apóstolo em Roma.

3.º As *Epistolas* ou cartas dos apóstolos, escriptas a diferentes Igrejas e mesmo a pessoas particulares, para lhes darem conselhos e instrucções. São ellas: quatorze de S. Paulo, tres de S. João, duas de S. Pedro, uma de S. Thiago e outra de S. Judas.

1) É questão controversa, até que ponto devem ser tidas como *historicas* as narrações contidas nestes últimos livros. A *exegese* não se pronunciou ainda definitivamente. Vid. Etudes, P. Prat, *Progrès et tradition en exegèse*, 5.º dog. 1902, p. 624.

4.º O *Apocalypse* ou revelação feita a S. João na ilha de Patmos¹.

B. Aspecto sob o qual encaramos a Escriptura. —

Para um catholico tem todos os livros, que acabamos de enumerar, um cunho sagrado, porque lhe são apresentados como *divinamente inspirados*, isto é, como escriptos pelos auctores biblicos sob a moção do Espirito Sancto e como tendo o proprio Deus por auctor, como incapazes, portanto, de enganar-nos.

Mas, note-se bem, não é sob este aspecto que nós por agora nos estudamos. O apologista, que tem em vista demonstrar á *razão* que ella *deve crer*, pois que a religião christã lhe apresenta provas irrefragaveis de verdade, não pode ir allegar uma inspiração, que *já suppõe* a fé e o conhecimento da infallibilidade da Igreja. Faremos, pois, aqui abstracção por completo da *inspiração* dos Livros Sanctos, para sómente considerarmos o seu *valor historico*. Haver-nos-hemos a respeito delles como se se tractasse dos Commentarios de Cesar ou dos Annaes de Tacito.

C. Observação sobre o caminho a seguir. — O fim deste tractado de Apologetica *christã*, como indica o mesmo titulo da obra, é pôr bem em relevo a divindade da religião revelada por Jesus Christo, e mostrar a necessidade que temos de crer quanto o seu Auctor nos ensinou e de practicar quanto Elle nos preceituu, sob pena de não sermos *obedientes á nossa razão*. Ora para alcançar este fim, basta que deixemos bem assente a auctoridade

1) A Biblia é realmente o livro de N. S. Jesus Christo, que nelle é o ponto culminante, a idéia central. Jesus Christo é, segundo S. Paulo, *lapis angularis*, a pedra angular, que une estreitamente os dois Testamentos. «O Antigo Testamento, affirma Sancto Agostinho, é figura do Novo, e toda a religião mosaica, os patriarchas, suas vidas, suas alianças, seus sacrificios, são outras tantas figuras do que vemos; e o povo inteiro dos Judeus não é senão um grande propheta de Jesus Christo e da sua Igreja». «E' a Jesus Christo, que ambos os Testamentos se referem, diz Pascal; o Antigo como a esperado, o Novo como a seu modelo, e ambos como a seu centro».

O proprio Jesus Christo frequentemente asseguira em termos bem expressivos que todo o Antigo Testamento se occupou delle. E assim diz aos phariseus: *Perscrutae as Escripturas, já que pensaes ter nellas a vida eterna; ellas dão testemunho de mim*. «Se cresceis a Moysés, creeris tambem certamente em mim, porque foi de mim que Moysés escreveu». A este livro é que Elle se refere, fallando aos seus discipulos e amigos: «E começando por Moysés e todos os prophetas, lhes foi interpretando quanto nas Escripturas lhe dizia respeito». (João V, 39 e 46; Luc. XXIV, 27 e 44).

do *Novo Testamento* e especialmente dos *Evangelhos*. A clareza e simplicidade exigida por um tractado *elementar* nos força a cingirmos sómente a elles a nossa demonstração. Se bem que, uma vez demonstrada a divindade da missão de Christo, o só testemunho formal deste *enviado de Deus* bastará a abonar de divinas as duas revelações primitiva e mosaica.

É verdade que entre as provas, que daremos, da divindade do Christianismo ha uma importante, a terceira, que se baseia nas *prophecias messianicas, contidas no Antigo Testamento* e em Christo realisadas; mas para que esta prova conserve todo o seu valor apologetico, basta que seja inteiramente certo que estas prophecias existiam ou eram conhecidas *muito tempo antes da sua realisação*. Ora está fóra de toda a duvida que a versão grega, chamada *dos Setenta*, que era a mais conhecida, foi começada pelo anno de 280 e acabada pelo anno de 125 *antes* de Christo.

Para que um livro goze plena auctoridade, e se imponha ao nosso credito, deve possuir as tres qualidades seguintes:

1. A *authenticidade substancial*: pois que é mister que o livro remonte, quanto ás suas partes essenciaes, ao auctor a que é attribuido; ou que, se o auctor é duvidoso ou desconhecido, remonte á epocha, que se lhe assigna, ainda que o auctor tenha podido servir-se de documentos anteriores.

2. A *integridade substancial*: porque o livro deve-nos ter chegado sem haver soffrido alterações quanto á substancia dos assumptos e sem adições contrarios ás referencias essenciaes do texto primitivo.

3. A *veracidade substancial*: isto é, as qualidades moraes e demais requisitos devem collocar tanto o auctor principal, como os que o tenham explicado ou completado os dados primitivos, ao abrigo de qualquer suspeita de erro ou de mentira.

Quando uma obra reúne todos estes requisitos, nenhum homem de juizo se pode recusar a admittir como certos os factos que nella se acham relatados. Fica sendo um documento de valor comprovativo.

Ora a esta classe pertencem os livros, que constituem

a Sagrada Escriptura, e particularmente o dos Evangelhos. Mas cingimos a estes ultimos a demonstração que vamos dar em seguida.

ART. II. — VALOR HISTORICO DOS EVANGELHOS.

§ I. — Authenticidade dos Evangelhos

Para firmar o valor historico dos Evangelhos, devemos provar que elles remontam ao tempo que lhes é assignado (*authenticidade*), que desde então não soffreram alteração alguma (*integridade*), e finalmente que são dignos de credito (*veracidade*).

Para demonstrar que os quatro Evangelhos foram escriptos precisamente no seculo apostolico, vamos retrogradar na serie dos tempos, tomando por pontó de partida a epocha em que a existencia delles é fóra de duvida (o seculo II), e pôr em relevo successivamente os diversos argumentos. Como é natural, nos primordios do Christianismo os Apostolos e seus successores tinham de prégar e desenvolver grande actividade, não lhes ficando vagar para escrever: daqui se segue que no segundo seculo, quando teve inicio a actividade litteraria dos Padres, e se fundaram as primeiras escholas theologicas, podemos prometter-nos testemunhos abundantes e precisos: estes porém, ao contrario, serão tanto mais raros, quanto mais avançarmos até ás origens.

I. Testemunho dos escriptores ecclesiasticos entre 220 e 150

Entre os annos de 220 e 150, é um facto irrecusavel que a Igreja Catholica estava de posse dos nossos quatro Evangelhos e os reconhecia como escriptos por S. Matheus e S. João, apostolos, e por S. Marcos e S. Iacós, discipulos dos apostolos.

Bastará citar os escriptores seguintes, os quaes affirmam que a Igreja adopta os quatro evangelhos cita-

dos, e os adopta com exclusão de quaesquer outros. Assim fallam entre 190 e 203¹ *Clemente* de Alexandria; entre 190 e 220 *Tertulliano* em Carthago; entre 177 e 190 *S. Ireneu* em Lyon; entre 175 e 190 o *Canon de Muratori* em Roma; entre 150 e 155 *S. Justino*².

Pelos annos de 170 a 180 *Taciano* edita em Syria os quatro Evangelhos, coordenados em uma só narração seguida, e *S. Theophilo* de Antiochia publica tambem Commentarios sobre os quatro Evangelhos.

Para avaliar a importancia de uma conformidade tão notavel, bastará observar que uma persuasão assim generalizada, não podia surgir de um dia para outro. Quanto mais afastadas estão umas das outras as egrejas, que a compartilham, tanto mais solido argumento fornecem da sua firmeza, e tanto melhor prova da sua antiguidade, porque maior espaço de tempo foi necessario para ella se formar. Ora,

1. as egrejas, que acabamos de citar, estão disseminadas por partes do Imperio Romano entre si muito diferentes, foram fundadas por homens diversos, de cultura e costumes muito dissimilhantes, quando as communicções estavam muito longe de serem o que são hoje, e quando nenhum Concilio Geral, ou decreto da Igreja Romana tinha ainda cogitado de estabelecer a uniformidade por toda a parte;

2. cada um dos nossos escriptores apresenta a sua opinião como indubitavel; ora, sendo elles, como eram, homens de character, não teriam fallado assim, se entre os homens de auctoridade, que os rodeavam, a questão fosse ainda discutida; mais ainda: elles não teriam mesmo podido fallar assim, se se tractasse de uma doutrina recente, porque era impossivel que não se levantassem logo protestos contra tal innovação;

3. emfim todos affirmam expressamente que esta tra-

1) Estas datas indicam a epocha em que appareceram os escriptos adduzidos em prova.

2) O santo martyre não diz, em termos expressos, como os auctores precedentes, que a Igreja Catholica possui quatro Evangelhos, e sómente quatro; mas cita as « *Memorias dos Apostolos* » escriptas « *pelos Apostolos* » ou pelos discipulos dos Apostolos, e estas citações são tomadas dos nossos Evangelhos. Elles são lidos, assegura elle, todos os Domingos nas assembleias dos fieis. Objecta-se que elle cita tambem alguns apocryphos. Que importa? Isto provaria sómente que, além dos evangelhos canonicos, existiam outros escriptos não canonicos.

dição é antiga, e quer pelo conhecimento, que elles tinham dos escriptos da antiguidade christã, quer pelas relações, em que tinham estado, com as testemunhas dos primeiros tempos, estavam no caso de serem os melhores censores desta opinião.

O primeiro, *Clemente*, dirigia o Didascaleu (Eschola de theologia) de Alexandria; *Irineu*, *Tertuliano* e *Hypolito* revelam em seus escriptos conhecimentos notaveis egualmente da litteratura catholica e da heretica dos dois primeiros seculos.

Além disso, *Clemente*, antes de dirigir o Didascaleu, tinha sido ali mesmo discipulo de Panteno, e tinha consultado christãos antigos, que, como elle, tinham vivido nos tempos apostolicos; *Irineu*, oriundo da Asia Menor, foi ouvinte assiduo dos *Anciãos da Asia*, que gozavam de grande reputação em todo o mundo christão pelo conhecimento que tinham das tradições primitivas; o mesmo *Irineu* declara ter conhecido pessoalmente em moço *S. Polycarpo*, o qual, martyrisado em 155, na idade de mais de 80 annos, foi discipulo do Apostolo *S. João*.

Taciano tinha tambem percorrido o Oriente, e foi discipulo de *S. Justino*; este tinha tambem conhecido e ouvido os *Anciãos da Asia*, e, para compor suas obras de apologetica e polemica religiosa, tinha feito vastos estudos.

O testemunho destes escriptores não tem pois valor sómente para a epocha em que elles viveram: o seu significado não é: «em vida nossa se formou a opinião de que os evangelhos são em numero de quatro, e foram escriptos por taes auctores»; tem um valor muito maior, e equivale a dizer: «as testemunhas antigas que nós consultámos, e os livros que lemos, consignam expressamente e sem a menor divergencia a tradição, que nós sustentamos agora, ao declinar do seculo II.

Conclusão. A razão sufficiente de uma asserção nestas condições, entre os annos de 220 e 150, formulada por toda a parte como *commum* ou *catholica*, como firme ou *indubitavel*, como antiga ou *tradicional*, não pode ser outra senão a verdade mesma do facto affirmado. Temos, portanto, direito de sustentar, *ao menos como eminentemente provavel*, que os quatro evangelhos são da epocha e dos auctores que se lhes assignam.

II. — Testemunhos dos primeiros herejes entre 170 e 100

Para completar a prova, e adquirir uma certeza absoluta, podemos interrogar outra classe de testemunhas, nada suspeitas e mais antigas: os herejes.

O que neste particular se apura é o seguinte:

Os *Ebionitas* e os *Nazarenos* adoptavam exclusivamente o Evangelho de *S. Matheus*; os *Marcionitas* sómente o de *S. Lucas*; os *Alogos* rejeitavam unicamente o de *S. João*; os *Montanistas*, os *Basilidianos*, e os *Valentinianos* adoptavam-nos todos. Comprehende-se bem a importancia deste facto.

Evidentemente, depois de se terem separado da Igreja, estas seitas não tinham a menor propensão para receber as suas doutrinas, ou para seguir as suas innovações, se algumas porventura se introduzissem. Portanto, se ellas adoptam os mesmos livros, é por um de dois motivos: ou porque neste particular guardaram a tradição, que tinham recebido antes da sua defeecção; ou porque, nascidas fóra da igreja, encontraram esta mesma tradição tão solidamente estabelecida, que não julgaram possivel admittir outra.

Por outra parte, a opposição destas seitas á doutrina catholica, quanto a um ou outro Evangelho, não pode offerecer base a uma objecção solida; 1.º porque ellas não allegam *nenhuma razão historica*, mas simplesmente manifestam a sua *preferencia dogmatica* por este ou aquelle livro¹; 2.º porque é facil mostrar o *character arbitrario* desta escolha.

1) Os judeus Ebionitas e Nazarenos, por exemplo, preferem o texto de *S. Matheus*, porque está escripto na sua lingua, a aramaica, ou (como se diz com menos exactidão) na hebraica, e talvez porque elle falla menos explicitamente na vocação das outras nações. Marcion não admittie senão a *S. Lucas*, porque elle reproduz mais exactamente certos pontos da doutrina de *S. Paulo*, que lhe agradam; se bem que, mesmo das Epistolas de *S. Paulo*, rejeita o que não lhe faz conta. De modo identico procedem os *Alogos*. Pode aquilatar-se o valor da sua opposição: 1.º pelo numero insignificante dos seus adeptos; 2.º pelo motivo que os determina; (como os *Montanistas* faziam alarde de se apoiar no quarto Evangelho e no Apocalypse, os *Alogos* negaram que estes escriptos tivessem por auctor a *S. João*, para lhes tirarem o prestigio da protecção de um apostolo); 3.º pelo lapso evidente em que elles incidem, attribuindo este livro a *Cerintho*, cujos erros são refutados precisamente neste texto. Sobre tudo isto, reflectindo em que *Cerintho* é certamente contemporaneo de *S. João*, não se pode deixar de confessar que os *Alogos* confirmam assim a grande antiguidade do quarto Evangelho.

Com effeito, ellas não concordam entre si nem nos textos a rejeitar, nem nos motivos desta exclusão; mas, como abonam a auctoridade dos textos que conservam, basta o conjuncto dos herejes para provar a antiguidade do conjuncto das Escripturas.

E por consequente, podemos agora concluir, com maior força de razão, o que já antes affirmámos: *a auctoridade dos nossos livros nesta epocha, não já sómente de 220 a 150, mas de 170 a 100*¹, *exige um lapso de tempo bastante longo, para que tenha podido formar-se esta tradição, e exige provas sufficientemente solidas, para convencer mesmo os adversarios da Igreja.* Podemos pois considerar os nossos quatro livros como escriptos *no periodo apostolico*, e além disso, visto que as tradições, heretica e catholica, são tão firmes em um ponto como em outro, consideral-os como *escriptos respectivamente pelos quatro auctores indicados.*

III. — Testemunho dos escriptores ecclesiasticos entre 150 e 70

A conclusão precedente podemos dal-a como certa: não, é claro, com aquella certeza mathematica, que se encontra sómente nas questões mathematicas, mas com certeza *moral*, a unica que temos direito a exigir em qualquer questão historica. Comtudo podemos levar mais longe a investigação, e enriquecer com novos argumentos a nossa demonstração.

Pelos annos de 140 a 150, *Papias*, Bispo de Hierapolis, em Phrygia, muito solícito na investigação das tradições primitivas, escreveu: «*Matheus escreveu em hebraico as palavras (do Mestre): cada um as traduzia como podia.*» É em outro lugar: «*Marcos, interprete de Pedro, escreveu cuidadosamente todas as coisas que tinha na memoria; porem nem sempre pela mesma ordem por que ellas tinham sido dictas ou feitas por Christo. É certo que elle não*

¹ Os Ebionitas e Nazarenos parecem ser simplesmente igrejas primitivas, que pouco a pouco, por demasiado athero ao judaismo, se separaram da Igreja. Os Alogos, que são os mais recentes dos herejes citados, apparecem para fazer frente aos Montanistas, que surgiram na Phrygia pelos annos de 156 a 157.

tinha ouvido nem acompanhado ao Senhor, mas sómente, mais tarde, a Pedro, como eu já disse: ora Pedro fazia as suas instrucções segundo o pedia a oportunidade, e sem a preocupação de reproduzir as palavras do Senhor com rigor de ordem. Assim que, Marcos não errou contando certas coisas como as tinha na memoria: o seu escopo era unicamente não omittir nada do que tinha ouvido, e não incidir em a menor inexactidão». Esta passagem foi nos conservada pelo historiador *Eusebio* de Cesaréa, que soube bem avaliar-lhe a importancia. Mesmo dos tempos anteriores a *Papias* poderíamos indicar bom numero de auctores, que se succedem no periodo de 150 a 70, cujas obras parecem conter frequentes citações dos nossos Evangelhos. Ora se elles são citados, é porque já então existiam. Encontram-se estas citações em *S. Polycarpo*, que escreveu pelos annos 110 a 117, em *Sancto Ignacio* de Antiochia, que escreveu entre 98 e 117, em *S. Clemente Romano*, que escreveu em 95, nos auctores da *Doutrina dos Doze Apostolos*, que escreveram entre 80 e 90, e na *Epistola chamada de Barnabé*, que se pode dar como escripta pelo anno de 72.

Comtudo, em muitos casos as citações, por serem feitas sem aquelle rigor, que hoje se exige, não podem servir de base a um argumento apodictico.

Os racionalistas exaggeram sem dúvida, negando systematicamente qualquer citação, cujos termos diffiram, por pouco que seja, do texto actual. Os Padres citam de memoria e *pouco mais ou menos*, segundo o costume do tempo. É facil convencer-se disto, reflectindo em que na epocha immediata, na qual os nossos textos já existiam indubitavelmente, os Padres citam precisamente com a mesma liberdade.

É comtudo verdade, nem nós pretendemos negal-o, que, tractando-se de citações desta natureza, não é facil dizer se os auctores se referem á tradição oral, ou a textos escriptos, e a qual dos quatro textos, aliás bastante semelhantes.

Entretanto duas coisas devemos notar: 1.^o a existencia de algumas citações muito precisas, e 2.^o a abundancia de citações approximativas.

1. Entre as citações mais seguras podem contar-se

as que se encontram na *Doutrina dos Doze Apostolos* e na *Epistola* cognominada de *Barnabé*. «Os vossos jejuns, diz a primeira, não sejam com os hypocritas»; e «não oreis com os hypocritas, mas, como o Senhor preceituou no seu Evangelho, orae assim: Padre Nosso, que estaes nos céus»; e o auctor transcreve a oração dominical, como se encontra em S. Matheus, VI, 9-13. As allusões aos hypocritas, aos seus jejuns e orações, bem como o termo repetido: «orae assim», tudo é tomado do mesmo capitulo. O auctor cita S. Matheus em duas passagens diferentes, ajunctando ás citações esta formula: «como o tendes no Evangelho».

A *Epistola de Barnabé* cita aquellas palavras de Nosso Senhor: «Eu não vim chamar os justos, mas os peccadores»; e ainda aquella outra sentença, ajunctando, porem, o que é mais notavel, a formula «como está escripto»: Vigiem, para que, como está escripto, não se encontrem entre nós muitos chamados e poucos escolhidos»: este texto encontra-se em S. Matheus XX, 16 e XXII, 14.

2. Quanto ás citações menos claras, é preciso notar que a frequencia dellas não se explica facilmente sem admittir a existencia de um texto *escripto e official* naquelles mesmos logares. Se em uma região qualquer encontrassemos allusões constantes aos escriptos de Perrault, ou modos de fallar constantemente semelhantes ao estylo de Rabelais, deveriamos concluir que os escriptos de um e outro tinham sido conhecidos naquelle meio: do mesmo modo, o *estylo evangelico*, tão caracteristico, dos escriptores ecclesiasticos acima citados, supõe algum *texto evangelico*. Mais ainda: como se attribue a estas citações uma auctoridade decisiva, é forçoso admittir a existencia de alguma *compilação* ou *collecção*, que constitua auctoridade, afim de se poder verificar, se aquellas palavras ou aneddotas são authenticas: a auctoridade destas allusões prova, pois, á sua maneira, a existencia de Evangelhos canonicos ou officiaes¹.

1) Estas allusões ou citações são tiradas com mais frequencia de S. Matheus, com menos de S. Lucas e com menos ainda de S. Marcos. A razão é porque os Evangelhos nesta epocha não estavam ainda egualmente vulgarizados, ou porque eram adoptados, de preferencia, os textos mais completos. Assim mesmo, as allusões a S. João não são notaveis senão em S. Polycarpo (110-115) e em Sancto Ignacio de Antiochia (114-116); o que não é de admirar, por ter o quarto Evangelho apparecido mais tarde que os outros.

IV. — Testemunho dos proprios Evangelhos

Até agora appellámos para o testemunho dos que fallam dos nossos Evangelhos, ou se serviram delles; estas provas são extrinsecas aos textos, e por isto se chamam *externas*. Ellas seriam sufficientes. Comtudo não faltam meios de tirar a contra prova das nossas conclusões, examinando os caracteres dos nossos livros e o seu conteúdo: são as que se chamam *provas internas*. Attenta a sua natureza, ellas difficilmente poderiam constituir uma prova separada; mas confirmam, de um modo muito apreciavel, o que fica provado.

O que podemos dar como certo é o seguinte:

1.º Os caracteres internos de cada um dos Evangelhos confirmam o que a critica externa nos ensina a respeito dos seus respectivos auctores.

Passemos já a occupar-nos de cada Evangelho de per si.

O primeiro Evangelho, attribuido a MATHEUS, está realmente em harmonia com este criterio.

Matheus, diz-nos a tradição, escreveu o seu Evangelho para leitores judeus. E realmente todo elle se encaminha a provar o *messianismo* de Jesus, these que interessava especialmente os judeus; a Igreja por Elle fundada é o *Reino dos Céus*, o reino do Messias. Combate os preconceitos judaicos, como são: o escandalo da cruz, a auctoridade dos doutores judeus, o reino glorioso, a fidelidade á Lei e ás tradições, o orgulho nacional e a aversão aos estrangeiros. Cita continuamente o Antigo Testamento, emprega idiolismos palestinenses, como, por exemplo, «o Reino dos céus», expressão judaica, em vez de *reino de Deus*, allude aos usos judaicos, suppondo-os conhecidos pelos leitores, e onde Marcos e Lucas accrescentam notas explicativas, elle passa-as em silencio. Assim que não fica desmentido o juizo da tradição quanto á classe de leitores a que era destinado o primeiro Evangelho. E passará o mesmo quanto á pessoa do auctor?

Nada se encontra no Evangelho, que esteja em contradicção com a tradição sobre este ponto. Certos versiculos, em que o auctor é o unico dos quatro Evangelistas que

se refere á Galiléa, explicam-se muito bem por ser elle oriundo da Galilea. Tambem o facto de ser Matheus qualificado de *publicano* na lista dos apóstolos, condiz muito bem com a authenticidade reconhecida pela tradição.

Ha ainda outra consideração, que não é destituída de valor: Se carecesse de fundamento a tradição sobre este ponto, que razão poderia ella ter para conceder a Matheus a paternidade deste Evangelho? As lendas não costumam occupar-se em elevar figuras pouco salientes no meio social. Ora Matheus é realmente um dos apóstolos ácerca do qual se teem menos informações.

b) *O segundo Evangelho attribuído a MARCOS, está em harmonia com este criterio.*

Attribue-se a Marcos o ter escripto a prégação de Pedro, que prégou a vida de Jesus desde o baptismo até á Ascensão do Senhor (Act. I, 22); ora é este exactamente o plano seguido pelo segundo Evangelho, que não diz nada ácerca da infancia de Nosso Senhor.

Mais ainda. O intento que Marcos teve em vista, ao escrever o Evangelho, foi provar a divindade de Christo pela narração dos seus prodigios, e principalmente dos exorcismos (os pagãos temiam muito os espiritos); e como garantia, appella para as testemunhas, para os apóstolos e para Pedro. Suppõe elle nos seus leitores um conhecimento dos usos judaicos menor do que suppõem Matheus e Lucas; mas estes mesmos leitores sabem que Pilatos é procurador romano e conhecem Rufo, que mora em Roma¹.

c) *O terceiro Evangelho dá a entender que o seu auctor era medico e discipulo de S. PAULO. Ora com relação a LUCAS dão-se estes signaes.*

A redacção deste Evangelho revela no seu auctor influencia da cultura grega. Estudos profundos feitos sobre a sua linguagem mostram que nas passagens, onde os demais Evangelistas usam a linguagem popular, elle, se a occasião o permite, serve-se de termos technicos, usados pelos medicos gregos. Longas passagens dos Actos², nas quaes elle falla na primeira pessoa do plural (v. g. XVI,

1) Vid. XV — 1; Math. XXVII — 2; XV — 21; e Rom. XVI — 13.
2) O auctor dos Actos diz ser elle mesmo o auctor do Santo Evangelho.

10), nol-o revelam como companheiro de S. Paulo. As palavras *proprias* das Epistolas de S. Paulo são tambem os termos proprios de Lucas. As *tendencias theologicas* são de uma e de outra parte as mesmas. «O Evangelho é uma força de Deus, que produz a salvação de todos os que crêem: dos Judeus primeiro e depois dos Gregos (pagãos)».

d) O quarto Evangelho inculca-se como obra de uma testemunha ocular da vida de Jesus, XIX, 35; XXI, 24; esta testemunha era o discipulo amado de Jesus, XIX, 35 e XIX, 26; XXI, 24 e XXI, 20; e era o amigo de Pedro XIII, 23; XVIII, 16; XX, 2-8. Ora estes dados, conjugados com o conhecimento singular que o auctor mostra ter das coisas judaicas, é em particular da região de Genezareth, *veem, de molde, á pessoa de João, filho de Zebedeu e Salomé, e pescador do lago de Genezareth.*

Os nossos quatro Evangelhos pertencem, pois, sem a menor dúvida, ao periodo apostolico, visto serem respectivamente obra de Apóstolos ou de discipulos dos Apóstolos. E uma vez que a tradição nos ensina que S. João sobreviveu aos outros Apóstolos até ao tempo de Trajano, *podemos sustentar que o quarto Evangelho foi publicado por fins do primeiro seculo, e os outros antes delle.*

2.º Podemos determinar, com maior precisão ainda, a data do apparecimento destes ultimos.

a) Em primeiro lugar, elles se nos apresentam *como escriptos antes da destruição de Jerusalem, que succedeu no anno de 70.*

Com effeito, descreve-se nelles o estado politico e religioso da Judea, antes desta data, com uma fidelidade inexcusavel.

Havia naquella epocha duas sociedades, que viviam como que de mistura: a dos elementos judaicos com seus costumes tradicionaes, tanto civis como religiosos, e a dos elementos romanos, introduzidos com a conquista; eram dois governos á parte, duas legislações, dois systemas monetarios, duas organizações politico-militares. Dominavam então duas facções, a dos Phariseus e a dos Sadduceus, a ultima das quaes iria em breve desaparecer com a queda de Jerusalem.

Ora a catastrophe do anno de 70, convulsionando o paiz, tornou esta tarefa bem difficil: e comtudo os nossos tres Evangelhos pintam ao vivo esta sociedade, realmente complexa, sem esforço nem fadiga. As suas narrações não são de quem descreve successos da antiguidade; as particularidades veem no momento opportuno, não para tornar a serie dos factos accessivel á intelligencia de extranhos, mas simplesmente no logar em que as collocaria um narrador bem informado, contando a seus contemporaneos successos, que elles facilmente poderiam ainda verificar.

Porem ha mais: a prova de que elles escrevem antes da destruição da cidade resalta de que, contando como o Salvador a prophetizou, nem dizem que a prophesia se verificou á letra, como o fazem em outras circumstancias, nem parecem comprehendel-a, nem alcançar claramente a relação que ella tem com a outra, que se refere ao fim do mundo. Depois da catastrophe, elles teriam, sem dúvida alguma, dicto em termos bem explicitos o que cabalmente teriam comprehendido. Assim que, são os proprios tres primeiros Evangelhos os que nos levam á conclusão de que elles foram compostos antes do anno de 70.

3.º Emfim podemos ainda remontar até mais proximo da origem, estudando as relações dos Evangelhos entre si. O Evangelho de S. Lucas foi escripto depois dos de S. Matheus e S. Marcos, porque elle transcreve dos dois com frequencia, e mesmo adopta ordinariamente a ordem seguida por S. Marcos¹. Ora o Evangelho de S. Lucas foi escripto antes da morte de S. Paulo, que succedeu em 67, porque os Actos dos Apostolos, que são a sua continuação, foram publicados antes dessa data².

Portanto, o terceiro Evangelho foi publicado antes de 67, e os dois primeiros antes d'elle.

Quanto a saber se foi S. Matheus ou S. Marcos o primeiro a escrever, é uma questão que não se pode decidir

1) É tambem claro que S. João conhecia os outros tres Evangelhos, porque á excepção de alguns casos raros, em que intervém, para completar a narração, omitté cuidadosamente os assumptos, que elles tinham tractado. Este modo de proceder não se pode julgar eventual: é que S. João não quiz repetir o que os outros tinham dicto, e tinham dicto cabalmente.

2) Seria uma coisa incomprehensivel que S. Lucas terminasse o livro dos Actos como o fez, não sómente sem fazer menção da morte de S. Paulo, mas até deixando entrevêr esperanças tão risonhas da evangelização do mundo pagão, se tivesse testemunhado as terriveis perseguições, em que o grande Apostolo e tantos christãos perderam a vida.

sómente pela critica interna. Não obstante, encontram-se até racionalistas, que não teem dúvida em reconhecer que ao menos algumas passagens do primeiro Evangelho poderiam ser bem antigas.

V. -- A critica heterodoxa

Finalmente, para confirmar toda esta investigação, não será inutil lançar os olhos ao quadro seguinte, em que estão indicadas as datas que os principaes racionalistas assignaram aos nossos Evangelhos:

	Matheus	Marcos	Lucas	João
Baur, 1847	130-134	150	cerca de 150	160-170
Volkmar, 1870	105-110	75-80	cerca de 100	150-160
Hilgenfeld, 1863 e 1875	cerca de 70	81-86	cerca de 100	120-140
Keim, 1867	cerca de 66	100	por 90	100-117
» 1873	cerca de 68	cerca de 120	cerca de 90	cerca de 130
Renan, 1877	cerca de 84	76	94	por 125
Holzmann, 1885	cerca de 67	cerca de 68	70-100	100-133
Weiss,	70	69	80	por 95
Jülicher, 1894	81-96	70-100	80-120	depois de 100
Révile, 1897	com pequeno intervalo,	de 98 a 117		130-140
Harnack, 1897	70-75	65-70	78-93	80-110
» 1911	70-75	60-70	60-97	80-110

Salta bem aos olhos a divergencia, que existe entre estes criticos, e não é menos para notar como a força das provas os obrigou a approximar-se da opinião tradicional.

Vejamos agora, em contraposição, as datas approximativas indicadas pelos exegetas catholicos:

Battifol, 1897	60-70	antes de Math. ¹	63-70	90-100
Cornely, 1886	40-50	52-62	59-63	96-98

VI. -- Conclusão

A Commissão Biblica, por diversos decretos publicados, obriga os Catholicos a ter como certo: 1.º Que os

1) A critica não pode apoiar francamente esta opinião, o depois do decreto da Commissão Biblica, de 19 de Junho de 1911, sómente se poderia sustentar a prioridade de S. Marcos com relação á traducção grega do texto aramaico de S. Matheus.

quatro Evangelhos são obra dos auctores, que lhes dão o nome;

2.^o Que os tres primeiros foram publicados antes de 70;

3.^o Que o de S. Matheus, segundo o testemunho da tradição, foi composto antes dos outros dois, e em aramaico¹.

O estudo que acabamos de fazer, mostra que estas decisões são bem justificadas pela critica, tanto interna como externa.

§ II. — Integridade dos Evangelhos

Importa muito precisar bem o sentido e extensão deste termo: integridade.

I. *O copista de um livro introduz nelle defeitos; e ninguém ha que, por muito que se esmere neste trabalho, consiga escapar a semelhante fatalidade. Por isso é que, não havendo antes da invenção da imprensa outro meio de multiplicar os livros, senão o de copiar os manuscriptos, crescia tambem com a tiragem das copias o numero dos erros e das variantes para cada obra.*

E como os nossos Evangelhos foram os livros que mais copias tiveram, necessariamente deviam ser elles os que apresentassem maior numero de *variantes*; e realmente contaram-se já nelles para cima de 200.000. Não se pode, pois, tractar de integridade absoluta.

Mas, se os copistas por inadvertencia commettem os erros, tambem por sua diligencia os bons criticos *pelo cotejo dos textos* os podem *descobrir e eliminar*. E assim é que pelo confronto de uns manuscriptos com outros, pela estatística dos erros mais communs e das suas causas, se chegam a eliminar muitas incorrecções. É deste modo que se obteem as edições *criticas*; estas para os Evangelhos se multiplicaram muito nos ultimos tempos, se bem que temos hoje textos muito menos imperfeitos que os ministrados pelos *originaes* primitivos.

¹) Ella admite a possibilidade de ter este Evangelho recebido de outro auctor inspirando algumas modificações, em pontos não substanciaes, talvez na occasião em que foi traduzido em grego. Junho de 1911.

II. *Mas serão as faltas notadas nos bons manuscriptos e as divergencias entre elles observadas de natureza a perturbar a consciencia dos catholicos?* Vejamos a este proposito o que nos diz o Card. Wiseman. «Por mais que tenham sido esgottadas todas as fontes de exploração, em que foi possível penetrar; ainda que as explicações de textos dadas pelos Padres de todos os seculos, bem como as versões de todos os povos, arabica, syriaca, copta, americana e ethiopica, tenham sido aproveitadas sob o ponto de vista do seu modo de interpretar o sentido; embora os manuscriptos de todos os países e de cada seculo, subindo do XVI ao II, tenham sido muitas vezes compulsados por uma infinidade de sabios, empenhados em lhes explorar os thesoiros; por mais que os criticos, depois de exauridas as riquezas do Occidente, tenham viajado até ás regiões mais longinquoas, para descobrir novos testemunhos; embora elles tenham até, como fizeram Scholz e Sebastiani, visitado as profundezas do monte Athos ou as bibliothecas dos ermos do Egypto e da Syria; apezar de tudo isto, ainda nada se descobriu, nem mesmo uma só versão, que tenha podido lançar a menor duvida sobre alguma das passagens até agora consideradas *como certas e decisivas a favor de algum ponto da doutrina sagrada*».

Possuem-se centenas de manuscriptos antigos dos Evangelhos, que se succedem desde o tempo de Constantino até ao seculo XVI. Ora todos estes manuscriptos, ainda os mais antigos, estão *substancialmente* de accordo entre si, e são nossas abonadas testemunhas da integridade dos Evangelhos até ao seculo IV. As *traduções* destes livros sagrados e as innumeradas *citações* dos Padres nos garantem esta integridade para os seculos anteriores. Nesta epocha não possuímos só o texto grego dos Evangelhos, mas tambem o latino, o copta e o syriaco; a versão syriaca provavelmente remonta ao meado do seculo II, e a versão latina não é tambem menos antiga. Ora estas versões concordam todas entre si, e nos attestam que os nossos Evangelhos existiam substancialmente os mesmos por meado do II seculo.

Os escriptos christãos do fim do II seculo, os de *Irenéu*, de *Tertulliano*, de *Clemente* de Alexandria estão todos entermeados de *citações* e tantas, que com os textos

delles tomados se poderia *refazer*, digamos assim, o Novo Testamento. Ora, se compararmos estes textos com as versões, verificamos que, quanto ao fundo, vem a ser a mesma coisa; e assim este accordo nos permite concluir que o texto original dos Evangelhos não era então diverso, quanto á substancia, do que nos apresentam os manuscritos do IV seculo.

III. *Pôde assim a critica textual*, applicada aos manuscritos dos nossos Evangelhos, *restaurar com sufficiente exactidão* o texto que liam os christãos coevos de Constantino; com *sufficiente exactidão*, dizemos, para quem procura conhecer a vida historica de N. S. Jesus Christo.

Pelo estudo comparativo das traducções e citações dos escriptores catholicos chegou-se tambem á convicção de que o texto do IV seculo não se afastava do texto original, com tal que as exigencias da exactidão não vão além das exigencias da critica historica.

Encontra-se ainda, enfim, outro testemunho nos livros *não-historicos* do Novo Testamento, nas Epistolas. Colligindo os elementos, que ellas nos dão, sobre a vida de Jesus Christo, vemos que a imagem ou antes esboço assim obtido, corresponde aos traços, que nos são dados pelos evangelistas. A leitura das Epistolas de S. Paulo é a este respeito fecunda em ensinamentos. Leia-se, por exemplo, a carta aos Romanos (I, 1-7); a primeira aos Corinthios (XV, 1-8). Não se verá lá uma *vida* de Jesus, mas sim a affirmacão dos factos *mais salientes* desta vida, factos de uma importancia dogmatica muito consideravel. Ora S. Paulo escrevia antes do anno 68.

§ III. — Veracidade dos Evangelhos

Resta-nos provar: A. Que os auctores dos Evangelhos *não puderam enganar-se* acerca dos successos que narram; B. Que *não nos quizeram enganar*; C. Que, mesmo que *quizessem, não o poderiam ter feito*. Deste conjuncto de provas resultará a innegavel exactidão das suas narrações.

A. *Não puderam enganar-se* estes escriptores, porque não contam senão o que elles mesmos viram, como João e Matheus; ou o que ouviram de testemunhas oculares e fidedignas, como Marcos de Pedro e Lucas de Paulo e das fontes historicas, que elle explorou (Luc. I, 1-4). Tracta-se por outra parte de factos *recentes, sensiveis, materiaes, realizados* em pleno dia e frequentemente presenciados por uma multidão consideravel e até por inimigos de Jesus Christo, os quaes, não ousando negal-os, os pretendiam explicar por uma intervenção diabolica.

Estes factos eram de uma *importancia capital* para as instituições e religião do povo judaico, e por conseguinte de grande monta para os judeus. Eram factos, que os traziam escandalizados: um Messias espirital, que soffre e morre; e eram além disto muitas vezes *extraordinarios e maravilhosos* e por isso mesmo de natureza a atrahirem grandemente as atenções. Ousará alguém insinuar que os auctores dos Evangelhos estavam todos cegos e surdos ou allucinados?

Mas nesse caso seria forçoso classificar do mesmo modo uma grande multidão de outros contemporaneos, mesmo inimigos de Jesus, pois que tambem estes admitiram, sem contestal-as, as narrações evangelicas. É, pois, certo que estes escriptores não puderam enganar-se.

B. *Nem tambem quizeram enganar*. Eram elles de facto uns homens simples, irreprehensiveis, dotados de muita franqueza e lealdade. Basta ler, sem preconceito, os Evangelhos para logo qualquer se convencer de que estes historiadores não podiam ser uns impostores. O cunho mesmo de singeleza e de probidade, que transparece em suas narrações, é um signal evidente de sua veracidade. Nem elles por outro lado tinham interesse algum em practicar um acto tão degradante, sendo assim que ninguem é impostor senão movido por algum interesse. E estavam elles bem longe de tirar qualquer proveito de semelhante fraude, não menos prejudicial aos judeus que aos pagãos; e só tinham que contar com o que realmente encontraram, que foram desprezos, affrontas, perseguições e até a propria morte. É sabido que a sua sinceridade lhes custou o sangue

das veias. Muita razão teve Pascal em dizer: «De bom grado creio em testemunhas que se deixam degolar». Por isso é que toda a critica está hoje completamente de accordo em reconhecer a veracidade dos Evangelhos¹.

C. *Nem emfim teriam podido enganar.* Escreviam elles com effeito os factos, quando ainda viviam testemunhas oculares dos acontecimentos que teriam impedido tomarse voga qualquer mentira ou impostura. E descreviam-nos em conformidade com a prégão publica dos apóstolos a todas as communidades christãs, e para gente que já tinha noticia dos successos. Para se ver isto claramente, note-se, por exemplo, como S. Paulo nas suas cartas volta repetidamente aos factos essenciaes da vida de Christo e quantas vezes elle repete: «*Sabeis vós, por de mim o terdes ouvido*». Veja-se nos Actos (I, 21) o que devem prégar os apóstolos: a vida de Jesus. Leiam-se nos mesmos Actos (X, 37 e 43) e na Epistola I aos Corinthios (XV, 1 a 8) os modelos desta prégão.

Tambem os judeus, espalhados por todo o imperio romano, e principalmente elles, teriam todo o interesse em desmascarar semelhante impostura. E os chefes da Synagoga, impossibilitados de contradizer os factos, bem procuraram abafar a nova religião, impondo silencio aos apóstolos; porem, quanto á verdade das narrações evangelicas, nunca se atreveram a negal-a.

Se tivessem intentado servir-se da impostura, os protestos teriam sido tanto mais fortes e numerosos, quanto era grande a importancia dos acontecimentos narrados e a publicidade delles, pois que estes factos se apresentavam como realizados pouco antes por toda a Judéa, e até em Jerusalem, em presença de muitas testemunhas, cujos nomes se dão, e muitas vezes practicados por pessoas de categoria, inimigos de Jesus Christo e por consequente empenhados em revelar os enganos.

Observar-nos-hão aqui que certos criticos modernos não admittem a authenticidade dos Evangelhos, e que por isso não hão de ficar satisfeitos com esta demonstração.

1) «A sua sinceridade já ninguém a pôe em duvida; e é perder o tempo defendel-a. A sua absoluta sinceridade está sobranceira a qualquer censura. E é realmente honroso para a critica actual não a pôr em duvida.» P. Lagrange, *Jésus et la critique des Évangiles*.

As narrações evangelicas, como acima mostramos, sahiram a publico antes de terminar o I seculo, quando ainda vivia a geração, que vira e ouvira os apóstolos, e certamente referiram os acontecimentos da vida do Senhor, já vulgarizados por meio da prégão dos apóstolos. A primeira prova da veracidade dos Evangelhos baseia-se realmente no facto de elles serem um resumo da prégão dos apóstolos. Se foram os apóstolos, ou os seus discipulos, seus *interpretes*, como diziam os primeiros escriptores christãos, os que os escreveram, são elles os que directamente se responsabilisam pela historia que nos Evangelhos narram. Se foram outros que os redigiram, ainda neste caso são os apóstolos os responsaveis pela veracidade delles, se bem que de um modo indirecto, porque era impossivel que seus auctores ousassem propôr e descrever ás Egrejas do I seculo um Jesus diverso do prégado pelos apóstolos.

Apontemos ainda outros *absurdos*, que se séguiriam, a não se admittir o character historico dos Evangelhos.

a) Os auctores teriam ideado um heroe de um character tão sublime, e de uma vida tão pura, que até um J. J. Rousseau se viu obrigado a admirar-o e a escrever que «se a morte e a vida de Socrates são de um sabio, a vida e a morte de Jesus são de um Deus». Ter-lhe-hiam attribuido uma doutrina, por elles mesmos inventada, de uma sanctidade, de uma sublimidade e de uma profundeza muito maior, que tudo o que jámais imaginaram os mais famosos philosophos pagãos. «Para se inventar um Newton, fôra mister ser-se um Newton, disse Parker. Que homem ha que pudesse ter inventado um Jesus? Só Jesus é que seria capaz disso».

b) Seguem um caminho diverso dos escriptores das lendas ao traçarem as vidas dos heroes *imaginarios*; pois que entram pelas menores particularidades do tempo, do logar e das pessoas, dando assim occasião a que se oppuzesse um solemne desmentido ás suas affirmações. Houveram-se, afóra isto, com tanto geito e raro disfarce, que conseguiram dar á sua narração uma *verosimilhança* perfeita e uma absoluta conformidade com tudo o que conhecemos ácerca dos tempos evangelicos.

c) Teriam estes homens, apesar de ignorantes, escripto estas fabulas, producto das suas imaginações, num *estyllo* de uma candura e simplicidade incomparavel. Não ha sombra de affectação nem emphase nem palavra alguma exaggerada em suas narrações, nem tambem coisa alguma que denuncie paixão ou mostre desejo de agradar. Os successos mais estupendos são expostos com toda a simplicidade, sem os intermeiar de reflexões pessoases, e sem outra preocupação mais que a de dizer o que é. Não occultam mesmo a baixeza da sua condição, nem a curteza das suas ideias, nem as reprehensões dadas por seu Mestre. Numa palavra, é tão accentuado o cunho de verdade, que avulta em todas estas paginas, apesar de sairem de pennas diversas, que se impõe á convicção de qualquer mente sincera.

d) Não obstante a diversidade dos logares e dos tempos, tão perfeitamente se teriam *combinado* os escriptores dos Evangelhos, dos Actos e das Epistolas em suas phantasiadas narrações, que, apesar de differentes na forma, nenhuma contradicção *real* deixam transparecer no seu contexto. As discordancias e contradicções *apparentes*, que se encontram nos quatro Evangelhos, só provam que os Evangelistas se não combinaram para inventar os acontecimentos que expõem.

e) Haviam esses escriptores de sellar com seu sangue sem nada lucrarem temporal ou eternamente, esse producto das suas phantasias; e com elles teriam tambem milhares de martyres abraçado a morte, para auctorisar e abonar similhante mentira.

f) E estes homens é que, desajudados de quaesquer soccorros humanos, haviam de fazer ruir por completo não só o judaismo tão antigo e tão profundamente arraigado, senão tambem o paganismo, que tinha em seu favor as riquezas, a sciencia, o poderio e o engodo de uma moral favoravel ás paixões; haviam de fazer prostrar a humanidade arrependida aos pés de um criminoso, posto numa cruz, e haviam de mover um sem numero de homens á renuncia de tudo o que até alli tinham crido e practicado, para abraçar uma religião, que á mente offerece insondaveis mysterios, é á vontade uma moral adversa ás propensões da natureza sensual.

g) Uma religião que *regenerou a humanidade*, que erigiu o mundo moderno sobre as ruinas do antigo, que lhe inspirou os seus costumes, que por toda a parte se tornou a fonte inexaurivel de verdade, de virtudes e de beneficios, que conta entre seus discipulos uma infinidade de sanctos, que após tantos seculos continúa suavizando as dores mais atrozes, não teria afinal por fundamento senão umas imaginações enfermigas de uns pescadores galileus.

h) E, o que é mais, até o mesmo Deus teria abonado ou confirmado este erro pelo cumprimento das prophcias, falsamente attribuidas a Jesus Christo, e, operando innumeros milagres em abono dos seus discipulos, teria contribuido para fazer cahir no erro todo o genero humano.

Realmente, se todas estas impossibilidades se tivessem de facto realisado, seria o caso de se exclamar com Ricardo de S. Victor: «Senhor, se eu estou em erro, por Vós fui enganado, pois está a religião christã abonada com tão deslumbantes signaes e tantos em numero, que não pode deixar de ser coisa vossa». *Domine, si erro, a te ipso deceptus sum, nam ista in nobis tantis signis et talibus confirmata sunt, quae non nisi per te fieri possunt.* (De Trinit.)

RESUMO E CONCLUSÃO. — Como remate deste capitulo, achamos bom transcrever para aqui uma formosa pagina do snr. de Broglie¹. «Os factos, cujo espectaculo o Evangelho nos apresenta, não se realisaram numa epocha remota qualquer, em tempos semi-heroicos e semi-barbaros e numa região erma ou desconhecida, como os das antigas religiões. Foi no meio de uma sociedade civilisada, e na metropole de uma provincia romana, visitada na vespera, digamos assim, por Pompeu, e no dia seguinte descripta por Tacito, que Jesus Christo viveu, prégou, fundou a sua Igreja e derramou o seu sangue em sacrificio».

«A sua biographia não veio até nós transmittida de bocca em bocca a modo de rhapsodias, e avolumada no caminho pelo entusiasmo e a credulidade popular. Quatro narrações, simples na forma, precisas e accordes nas affirmações, redigidas por testemunhas oculares ou coevãs, em

1) *L'Eglise et l'Empire romain au IV siècle.*

linguagem perfeitamente intelligivel, taes são os documentos, em que se baseia a historia de Jesus Christo. O accordo dos testemunhos antigos, a rapida diffusão, a similhaça dos textos divulgados pelo mundo, a conformidade dos successos narrados com a chronologia do seu tempo, taes são os titulos que aos escriptos evangelicos tambem conferem o direito de occuparem um logar entre os monumentos authenticos do passado. Nem afinal a certeza dos factos historicos se baseia sobre outros fundamentos, nem a critica dos textos póde mais nas suas exigencias.

«Conhecemos a Jesus Christo pelos seus discipulos João e Matheus, e a S. Paulo por Lucas, companheiro das suas viagens. E conhecemos nós porventura a Alexandre ou a Augusto, a não ser pelas narrações dos seus companheiros de armas ou dos seus cortezãos? Porque estes factos evangelicos dizem respeito á fé e espantam a razão, porque se relacionam nas suas consequencias com a moral, será isto um motivo legitimo para, a respeito delles, se menosprezarem os dictames mais triviaes do humano criterio?

«Não pedimos nenhum favor para os Evangelhos; o que só queremos é que os não esbulhem dos direitos comuns á sciencia e á boa critica.»

«Se houvesse, observa muito bem Wallon¹, para com os livros antigos e modernos as mesmas exigencias que ha para com o Novo Testamento, ainda hoje a historia estaria por fazer, por falta de testemunhos devidamente comprovados; estariamos ainda na idade da mythologia.»

RESPOSTA GERAL ÁS OBJECÇÕES CONTRA A AUCTORIDADE DOS EVANGELHOS

Como não é nosso intento responder ás minuciosas difficuldades, que objectam contra a veracidade dos Evangelhos, e que se podem ver resolvidas em obras, que de proposito versam este assumpto, limitar-nos-hemos sómente a esclarecer algumas, que dizem respeito particularmente á historia. E para isto bastarão algumas reflexões breve-

1) No remate da sua bella obra, *La croyance due à l'Évangile*

mente annotadas. As primeiras tomamolas ainda do sr. de Broglie.

As objecções de ordinario formuladas, ou contra a authenticidade dos Evangelhos, ou contra a verdade dos factos nelles referidos, estão certamente comprehendidas em algum dos seguintes titulos:

- 1.º *Caracter miraculoso* dos factos contados.
- 2.º *Divergencia* entre as diversas narrações evangelicas.
- 3.º *Opposição* entre certos factos narrados pelos evangelistas e os factos, ou a chronologia da historia coeva, como a apresentam os escriptores profanos.
- 4.º *A critica dos Evangelhos*, que aponta modificações subseqüentes á redacção do *texto original*.

Que juizo se ha de fazer destes capitulos de accusação?

1.º A natureza miraculosa dos factos evangelicos não faz nada ao caso para a verdade delles, a não ser que *a priori*, e sem prova alguma, se *rejeite* a possibilidade dos milagres em geral. Mais adiante fallaremos da possibilidade dos milagres, *ex-professo*, assim como da sua verificação.

2.º Quanto ás discrepancias entre os Evangelhos, podemos repartil-as em duas classes: as discrepancias por *omissão*, quando um omitta ou cala o que outro narra ou affirma; e as discrepancias por *contradição*, quando varios evangelistas narram o mesmo facto sob formas inconciliaveis¹.

As primeiras não teem o minimo valor; e são ellas a maioria das que se apontam nos Evangelhos. Sabido é, além disto, que os apóstolos, cujo ensino, segundo o costume dos rabinos judeus e segundo a ordem de Christo, era essencialmente *oral*, escreveram occasionalmente segundo as exigencias o pediam, e não com intenção *previa* de reunir tudo num *só corpo* de doutrina, nem de narrar todos os successos relativos a Jesus Christo. Os proprios evangelistas expressamente declaram que de forma alguma escrevem tudo o que a tal respeito sabem (Joan. XX, 50).

1) Quem quizer conhecer e avaliar as differentes formas de explicar as semelhanças ou divergencias dos Evangelhos entre si, consulte, que bem o merece, a obra do P. Willon, *Les Saints Évangiles*, t. 1, pags. 39 e seg.

As discrepâncias por *contradição* são de maior monta. Mas, advirta-se isto bem, as divergências entre duas narrações de um mesmo facto, ainda as devidamente comprovadas, sómente dão direito ao historiador para pôr em duvida a exactidão de um certo numero de particularidades relativas a esse facto, e de nenhum modo o auctorizam a rejeitar a *substancia* do facto, e muito menos a rejeitar os outros factos, ácerca dos quaes estão de accordo as narrações. Ora as *contradições apparentes*, em que divergem os evangelistas, dizem *todas* relação sómente a pontos insignificantes e a particularidades de pouca monta.

Faz-se uma grave injustiça ao texto sagrado, confundindo-se as exigências da exactidão historica com as da inerrancia proveniente da inspiração da Biblia. Por agora só consideramos a Biblia como fonte *historica* apenas, e não como um livro inspirado. Ora o valor historico de uma obra fica intacto, não obstante qualquer inexactidão que haja em alguns dos seus pormenores; porque, se assim não fosse, não subsistiria nem uma só fonte historica, visto que não ha um só historiador exacto em todos os pormenores que apresenta.

O facto é que as nossas narrações evangelicas foram submittidas á critica pelos historiadores, que as declararam fontes historicas de primeira ordem. Tenhamos, pois, bem presente este veredicto da critica historica.

Apontam-lhes no entanto os criticos certas inexactidões; commove-se a consciencia catholica e pede que se faça luz sobre os taes *erros*. Achando-se, porem, plenamente comprovado o valor historico essencial dos nossos textos biblicos, que nos apresentam como veridicos os acontecimentos da resurreição de Christo e da fundação da sua Igreja, desta é que devemos acceitar a doutrina sobre a inerrancia da Biblia.

Quanto ás difficuldades existentes entre os dictames da fé e o juizo critico da historia, exige a sua solução um estudo historico mais completo e um conhecimento mais profundo do nosso dogma; e quanto a outras impertinencias, de nenhum momento para os homens de sciencia, basta que nós atenhamos entrementes á auctoridade infalivel da nossa fé:

3.º Quanto ao desacordo entre os Evangelhos e a

historia do seu tempo, são-lhe applicaveis as mesmas observações, que levam a um resultado identico. Bem poucas são afinal estas divergências e se reduzem a *omissões* ou a *contradições*.

Quanto ás *omissões*, objecta-se com o silencio dos auctores pagãos, que não fazem menção nenhuma dos successos historiados nos Evangelhos. Mas isto nada prova, tendo-se mórmente presente que nelles só se contam factos, que *nessa epocha* deviam ser desconhecidos pelos historiadores de Roma, e que não deviam figurar nos annaes contemporaneos, como era a historia de um carpinteiro, morador de uma cidade de provincia, e de influencia, a principio, muito restricta, de modo a não chamar as attenções de um Suetonio ou Tacito. E só quando os christãos bastante-mmente se multiplicaram em Roma, a ponto de despertarem as attenções dos philosophos e da policia romana, isto é, uns trinta annos após a morte de Christo, então, sim, é que os *annalistas* houveram de fazer-lhes referências. E é exactamente nesta epocha que Suetonio nos mostra os christãos (seguidores de Christo) como perseguidos por Nero. O mesmo modo como a elles se refere, o desprezo, que affecta por esta seita judaica, as calumnias, que regista sem sequer se dignar verificá-las, mostram que os christãos eram já então bastante numerosos, mas, como elle diz, pouco conhecidos, pelo que a sua doutrina e a sua historia passavam despercebidas ao grande escriptor.

Resta ainda ver as *contradições*, que possam existir, entre as poucas datas mencionadas na historia evangelica e a chronologia geral da historia. Mas ainda quando, como já dissemos, as não chegássemos a explicar, nem as fizéssemos desapparecer por meio de alguma supposição plausivel, resultaria apenas dahi uma duvida sobre a data de alguns factos evangelicos, sobre o nome de um governador da Judea, para um determinado tempo, e sobre outros pontos parecidos, mas completamente *secundarios*. Os factos essenciaes, porem, nada soffreriam com isso e nem seria menos certo ter vindo Jesus Christo ao mundo, ter feito milagres e prophcias, ter morrido numa cruz, e haver depois resuscitado.

Ora não são os factos *secundarios*, mas os *capitales* e incontestaveis, os que nos hão de servir de provas para a

divindade da missão de Jesus Christo e da sua obra, a Igreja. E ninguem, além disto, poderá extranhar que por vezes haja certo embaraço em se dar a explicação de um texto, porquanto se tracta de povos, cujos costumes, usos e linguagem differem muito dos nossos.

Muitas passagens que deviam ser claras e de facil comprehensão para os contemporaneos, para nós são obscuras e até parecem implicar contradicção. Porem os progressos da linguistica, da geographia, da epigraphia e da numismatica dos ultimos annos nos foram já de grande auxilio para esclarecer certos pontos, que até aqui passavam por obscuros.

4.º O estudo critico dos Evangelhos, objectam, revela *modificações* nas narrativas, sob a acção das convicções religiosas. E para prova, compare-se a narração, que cada um dos synopticos faz, de um mesmo e determinado factu. Cotejando-os, notam-se nelles divergencias profundas e correntes de opiniões diversas. Sobre as narrações primitivas fizeram-se curtas glossas e breves explicações doutrinaes, as quaes, accumulando-se, deram á vida de Jesus o caracter sobrehumano, que em nossas fontes se revela. Para se ter a verdadeira vida do Senhor, tenha-se o cuidado de decotar primeiro essas excrescencias doutrinaes. Não entra para nada nesta questão a veracidade e sinceridade dos escriptores; pois que estes escreviam o que no seu tempo se dizia.

RESPOSTA. — O que haverá afinal de verdade nestas criticas? É-nos impossivel dar uma resposta minuciosa a esta objecção que demandaria um grosso volume; e por isso nos limitaremos só a apontar algumas faltas em que incorrem os criticos.

a) Exaggeram-se primeiramente as divergencias entre os synopticos. Existem ellas, sem duvida; são tres e não uma só as narrações da vida de Christo. Mas estas divergencias explicam-se melhor pela diversidade dos auctores, dos destinatarios, do fim que tinham em vista, sendo tambem necessario ter em conta a nossa ignorancia sobre as antiguidades judaico-christãs.

b) Suppõem estes criticos que os auctores puzeram por escripto as ideias religiosas, que estavam em voga no seu tempo a respeito do Senhor; e junctamente admittem

que as Epistolas de S. Paulo são anteriores aos nossos Evangelhos. Mas como, segundo os mesmos objectantes, a doutrina de S. Paulo está em progresso, com relação á doutrina dos synopticos, estão em manifesta contradicção consigo mesmos, pois que em S. Paulo a evolução da doutrina religiosa a respeito de Christo estaria em regresso, comparada com a dos synopticos.

c) O grande argumento destes criticos é sempre: Jesus não pôde agir nem fallar assim. Mas que provas adduzem? É porque a propheta, o milagre, o sobrenatural não são objectos da sciencia. A sciencia é o conhecimento da natureza; o conhecimento da natureza para ser certo e scientifico deve versar sobre leis physicas, inviolaveis e *necessarias*. Ora a intervenção do sobrenatural traz consigo a transgressão das leis naturaes e a destruição da necessidade. — E se insistirdes em querer saber delles a razão por que as leis da natureza são absolutamente necessarias, só vos respondem que «isso é um postulado da sciencia» e que «um postulado da sciencia não se demonstra».

RESPOSTA A ALGUMAS OBJECÇÕES EM PARTICULAR

PRIMEIRA OBJECÇÃO. — Houve falsos Evangelhos; e os nossos bem o poderiam ser tambem.

RESPOSTA. — 1. Equivale isto a dizer-se: «ha moedas falsas; logo não as ha verdadeiras». A conclusão contraria é que é a verdadeira; e por isso dizia com muita razão Pascal: «Em lugar de concluir que os Evangelhos não são verdadeiros, por haver evangelhos falsos, deveriam antes concluir que ha os verdadeiros por isso mesmo que ha os falsos; e que se os ha falsos é por existirem os verdadeiros». Não havendo de ser os Evangelhos apocryphos senão imitações dos verdadeiros, veem afinal a ser um testemunho da existencia destes. Narram realmente os auctores dos apocryphos, e não sem successo, uma historia de Jesus, ou antes, factos que estão de accordo com os Evangelhos authenticos, em razão de uns e outros estarem de accordo com a tradição, com os monumentos e com as recordações contemporaneas da Judea e com a realidade dos factos.

2. O exame critico dos Evangelhos apocryphos nos fornece *provas seguras* de elles serem realmente apocryphos; do mesmo modo que a authenticidade dos nossos quatro Evangelhos se acha comprovada por argumentos intrinsecos não menos certos. Tanto encerram estes os signaes caracteristicos de uma veracidade incontestavel, quanto aquelles teem os de uma natureza meramente lendaria e estão marcados com o cunho da *inverosimilhança* e da má fé. «De nenhum modo, observa Renan, podem estas composições ser postas a par com os Evangelhos canonicos. Não passam de umas insipidas e pueris amplificações, que de ordinario só teem por base os canonicos e que nada acrescentam que tenha algum valor»¹.

3. Argumento de grande valor é que nunca a Igreja catholica deu a sua approvação a estes Evangelhos apocryphos, e bem depressa deixaram de ter curso nos logares onde tinham sido introduzidos; e só os nossos quatro Evangelhos foram sempre havidos pela Igreja como os unicos dotados de authenticidade. Ao passo que os proprios herejes e os pagãos admittiam os nossos Evangelhos, nós os catholicos rejeitavamos os apocryphos delles. «A Igreja, diz Origenes, tem quatro Evangelhos; a heresia tem-nos em grande numero»².

SEGUNDA OBJECÇÃO. — Entre os Gregos e os Romanos, entre os Germanos e os Indios a religião, diz Strauss, começa por lendas, isto é, por narrações fabulosas, em que se representa um homem, que nunca existiu, e a proposito delle se expõe uma ideia moral, se narra um factio physico, etc. O mesmo se passa, imagina elle, com a religião christã, na qual o que convém á humanidade se attribue a um heróe unico, a Jesus Christo.

RESPOSTA. — 1. O que observamos quanto ás consequencias absurdas, que resultariam de um erro por parte dos apóstolos, se applica perfeitamente a caso de uma supposta lenda ou mytho. A ser assim, um mytho, uma narração phantastica é que teria originado uma coisa tão

1) Vida de Jesus, Introduc. p. LXXXIII.

2) «Nos Evangelhos apocryphos, que pertencem quasi todos ao III, IV e mesmo ao V seculo, não ha um só factio maravilhoso, cujo artificio possa aguentar comparação com a narração dos milagres evangelicos.» Lepin, *Revue pratique d'Apolog.*, 1. e 15 de Dez. 1905, 15 de Junho 1. de Agosto e 1 de Setembro de 1906.

real, tão cheia de vitalidade e tão duradoira como é a Igreja; um mytho é que teria operado a conversão do mundo; por um mytho é que os phantasiadores delle se teriam deixado degolar e muitos outros com elles aos milhares!

2. Que as outras religiões estejam baseadas em narrações fabulosas, que seus começos datem dos tempos prehistoricos, de epochas perdidas na escuridão dos tempos, sobre as quaes a imaginação pode phantasiar á vontade, é coisa fóra de toda a duvida. Muito diversamente se passaram, porem, as coisas quanto á religião christã: os seus começos datam de uma epocha de trabalhos historicos, de actividade intellectual e até de scepticismo, de uma epocha em que, por conseguinte, uma narrativa fabulosa não teria melhor acolhimento que nos hodiernos tempos: poderia ella ser aceite pelos ignorantes, mas não por um Paulo, phariseu, por Lucas, medico atilado, litterato e historiador critico, por Sergio Paulo, proconsul, nem por todos esses homens de alto valor intellectual e moral, quaes foram os primeiros successores dos apóstolos. Como é possível pôr em paralelo os personagens lendarios das outras religiões com a soberana figura de Jesus Christo esplendidissima e aureolada de uma insinuante e natural magestade? Cotejem-se as narrações mythicas, sempre nebulosas e vagas, em que apparecem indistinctos os logares, os tempos e as pessoas, com as narrações minuciosas, precisas e circumstanciadas da vida e das acções do Senhor, relatadas nos Evangelhos: qualquer observador, por superficial que seja, notará logo nos Evangelhos um character de verdade historica indiscutivel.

3. Fazer a applicação dos systemas lendarios á Pessoa de Jesus Christo demonstra tanta falta de criterio, que acarretaria a ruina de toda a historia. Ninguem de certo porá em duvida a existencia de Napoleão I; e, comtudo, recorrendo-se a esses systemas dos mythos se poderia demonstrar por uma forma similhantemente verosimil que jámais existiu o afamado conquistador dos tempos modernos. Pode ver-se uma tentativa deste genero na obra de Marcadé: «*Estudos de Sciencia religiosa*», em resposta a Strauss e aos seus sequazes. Aos que nos disserem que as obras de Napoleão lhe sobrevivem, e protestam bem alto

contra a hypothese da sua existencia mystica, não seremos nós que iremos contradizel-os; mas não ousem tambem negar que a Igreja fundada por Jesus Christo e a sua grande familia christã brillam ha dezenove seculos no mundo com um esplendor muito avantajado, de modo que só a sua existencia prova exuberantemente que Jesus Christo, tal como nol-o apresentam os Evangelhos, foi a maior e mais imponente realidade, que jámais se viu no mundo¹.

TERCEIRA OBJECÇÃO. — Objecta-se, com respeito ao Evangelho de S. João, já o carecer elle de authenticidade, já o ser falto de valor *historico*.

Alguns escriptores, mesmo catholicos, não attribuem a redacção do quarto Evangelho a S. João, mas limitam a sua affirmacção só a este ponto, porque de facto consideram este Evangelho como o repositorio da tradição, da prégacção do discipulo Amado.

Quanto aos ataques que dizem respeito á *historicidade* deste Evangelho são deste modo apresentados: «*As narrações do quarto Evangelho, não são mais que symbolos da doutrina, que nelle se enuncia, e são feitas como que para encarnar esta doutrina*».

RESPOSTA. — 1. A authenticidade deste Evangelho permanece inconcussa. O testemunho de S. Ireneu, que em sua mocidade tractou frequentemente com S. Polycarpo, bispo de Smyrna e discipulo do Sancto Evangelista, basta para firmal-a bem. Mas, dado que fosse mister abandonal-a, ainda a posição por certos catholicos tomada de que: «este Evangelho teve a S. João por inspirador e encerra seus ensinamentos pessoaes», fica e ficará sempre uma posição inexpugnável.

2. No que respeita á sua *historicidade*, teem os seus contradictores o dever de apresentar *as provas* das suas asserções, e de demonstrar que só ha nesta narraçao allegorias e symbolos, carecentes de realidade historica. É, com effeito, possivel dar a um facto uma feição doutrinal que consiga transformar a narraçao deste facto em narraçao, em certo sentido, *symbolica*.

1) Vid. Lacordaire, Conf. 43. — É inutil occupar-nos com a *Vida de Jesus*, por E. Renan, que não passa de um romance subjectivo e que, como tal, é hoje em dia considerada.

O que os oppugnadores houveram de demonstrar é que são falsos os factos em que no quarto Evangelho se baseiam as ampliações doutrinaes; fazer-lhes derivar a sua supposta falsidade, por modo de consequencia, do seu symbolismo é que seria uma grande necessidade.

Mas em verdade a objecção sobre este ponto parte de um puro *apriorismo*. As narrações, admiravelmente circumstanciadas de S. João, são representadas sob uma forma tal, que as deixa immensamente distanciadas das scenas puramente ficticias ou das parabolias.

CONCLUSÃO. — Os Evangelhos possuem, como documentos historicos, uma auctoridade irrefragavel; pelo que, confiadamente podemos fundamentar-nos nelles para provar a divindade da missao de Jesus Christo e da sua obra, a religião christã.

CAPITULO III

Demonstração da divindade da religião christã

ART. I. — OBSERVAÇÃO SOBRE O METHODO
DESTA DEMONSTRAÇÃO

1. Dentre os signaes caracteristicos da verdadeira revelação os sanctos *Padres* e os *Apologistas*, interpretes de tradição christã, deram a preferencia ao milagre e á prophacia; e sempre os olharam como testemunhos irrecusaveis da divindade della, ou como um sello authenticico para as communicacões entre o céu e a terra.

E quanto a este ponto, tanto os antigos e modernos adversarios do Christianismo, como os defensores delle andaram por muito tempo de accordo; e, embora negassem a realidade do milagre, nunca negaram o seu valor demonstrante, no caso de elle se ter plenamente verificado.

2. Porem os racionalistas já hoje em dia não fazem caso deste methodo; e a razão é clara: como elles rejeitam qualquer revelação, necessariamente tem que admittir só uma religião meramente natural e obra puramente humana. Reduz-se esta religião, segundo elles, a uma simples norma de costumes; e os seus preceitos são uma coisa extranha aos estudos ou perscrutações scientificas. Querem, sem embargo, que os observemos, porque o homem é feito para viver em sociedade. A ser assim, o criterio principal da verdadeira religião seria só a moralidade da sua doutrina, ou tambem a sua conformidade com os principios da razão humana. Quanto aos milagres e prophacias, rejeitam-nos, está claro, inexoravelmente. Tudo o que nas Escripturas se apresenta como sobrenatural, como os milagres e as prophacias, tem a razão que explical-o e de

nenhum modo pode applicar-lhe criterio differente do que usa com os outros factos de ordem puramente natural¹.

3. Nas fileiras catholicas houve por vezes divergencia quanto ao *melhor* methodo a seguir na apologia da fé. Como os incredulos dos ultimos tempos, fallando em nome da sciencia e da philosophia, dirigiam principalmente os seus impetuosos ataques contra o milagre, com as suas objecções e sarcasmos, tiveram defensores da religião receio em tomar uma posição que se lhes affigurava menos defensavel, e por isso levaram a lucta para outro terreno, que lhes pareceu mais vantajoso. Empenharam-se mórmente em fazer valer a grandeza moral da religião christã e as maravilhosas transformações por ella operadas. Não carecem por certo de fundamento e valor estas considerações, e por isso faremos nós tambem uso dellas; alem de que nellas se revela similhantemente a *miraculosa* intervenção de Deus¹.

4. Não é, comtudo, menos verdade que o methodo a seguir é o que sempre seguiu a Egreja, e que consiste em expôr, antes de tudo, as provas *directamente* ministradas por Deus, e por conseguinte, as mais aptas para demonstrar a divindade do facto da revelação, convém a saber, os *milagres* e as *prophacias*. «O milagre, observa com razão o Cardeal Pie, é o verdadeiro fulcro da religião christã. Não se serviu Deus de quaesquer *raciocínios* para, pela bocca dos prophetas ou pela pessoa do seu Filho, nos demonstrar a *possibilidade* das verdades que ensinava, a *conveniencia* dos preceitos que impunha. Fallou e mandou; e como para garantia de ser sua a doutrina e como justificação da sua auctoridade, servia-se do *milagre*. Por nenhum modo nos é, pois, permittido abandonar, menosprezar, relegar para segundo plano um genero de provas, que tem a proeminencia na economia e na historia da fundação do

1) J. Simon, *Religion naturelle* — «Não é porque de antemão se me demonstrou serem os evangelistas desmerecedores de credito, que eu rejeito os milagres por elles narrados; mas, porque elles contam milagres, é que eu digo: Os Evangelhos são uma pura lenda. Poderão ter uma parte historica, mas nem tudo nelles pode ser historico» Renan, *Vie de Jesus*, p. VI, 13 ed.

1) Vid. Châteaubriand, *Général du Christianisme*; Mons. Bougeud, *Le Christianisme et les temps présents*, etc.

Christianismo. O milagre, que pertence á ordem dos factos, é para as multidões incomparavelmente mais convincente do que qualquer outra sorte de argumentos; por elle é que a religião revelada se impõe e se popularisa». 3. *Instr. Synod.* t. 5.

Ha, porem, uma auctoridade ainda mais abonada e absolutamente decisiva, que vem a ser a declaração explicita do Concilio do Vaticano (Const. de fide catholica, c. III). « Afim de que, diz elle, a homenagem da nossa fé estivesse de harmonia com a razão, aprouve a Deus acrescentar aos auxilios internos do Espirito Sancto as provas externas da sua revelação, isto é, os factos divinos, os *milagres* sobretudo e as *prophecias*, que, provando com evidencia a omnipotencia e a sciencia infinita de Deus, nos dão da revelação signaes certissimos e adaptados á intelligencia de todos: *divinæ revelationis signa sunt certissima et omnium intelligentiæ accommodata* ».

Por aqui se vê porque é que a propheta e mais ainda o milagre foram com furor atacados pelos racionalistas. Mistér é, pois, que apresentemos em todo o seu fulgor a sua força demonstrativa; mas para isso demos antes algumas noções philosophicas sobre os milagres e as prophecias, e refutemos as principaes objecções que sobre elles soem fazer.

ART. II. — O MILAGRE E A PROPHECIA

Quatro questões se apresentam ao nosso exame: I. *A natureza* do milagre e da propheta. II. *A sua possibilidade*. III. *O meio de os verificar* e discernir dos factos naturaes. IV. *O valor que possuem* como demonstração.

Num primeiro paragrapho estudaremos estas quatro questões em relação ao milagre; e depois applicaremos os resultados deste estudo tambem á propheta.

§ I. Natureza do milagre

Milagre é um termo derivado do verbo latino *mirari*, que significa admirar-se. Nem tudo, porem, o de que a gente se admira é milagre. Uma criança, por exemplo, admira-se

de tudo, e uma coisa parecida se diga do ignorante; e muitas vezes se tem tomado por milagres phenomenos meramente naturaes e regulares.

Ha muitas leis na natureza, que nos são bem patentes; se assim não fôra, não haveria logar para se fallar das sciencias e dos seus progressos. Conhecemos, por exemplo, leis physicas, chemicas e biologicas, que dão o assumpto para o ensino ordinario, de modo que seria uma necessidade pol-as em duvida. Supponhamos agora que uma dessas leis fosse evidentemente transgredida; que arrancando-se, v. g. um olho, surgisse de subito outro; que um cancro caia e ceda o seu logar á carne viva por elle destruida; que um morto, realmente morto, já em começo de decomposição, recupere num instante a vida; isto sim'que é para admirar e que verdadeiramente merece o nome de *milagre*. Ora, se este acontecimento se opera em nome de Deus e nunca se operou senão em nome d'Elle, então podemos sem duvida nem hesitação asseverar que é obra de Deus, e que é um signal seguro da intervenção divina. Posto isto, pode-se definir o milagre: « Uma derogação das leis naturaes conhecidas, a qual revela a intervenção de Deus omnipotente ».

§ II. Possibilidade do milagre

« Pode Deus fazer milagres? pergunta J. J. Rousseau. Pode Elle derogar as leis que Elle mesmo decretou? Esta pergunta, sériamente proposta, seria impia, se não fosse já uma loucura o propol-a. Far-se-hia muita honra a quem lhe dêsse uma resposta negativa com infligir-lhe um castigo; melhor e mais assisado seria isolal-o do convivio humano. Mas tambem que homem ousou jámais negar que Deus pudesse fazer milagres? »

E, de facto, porque seria o milagre impossivel? Dado mesmo que nenhum milagre jámais tivesse sido verificado, não se seguiria dahi ser elle *theoricamente* impossivel, porquanto Deus tem evidentemente poder de resistir ás forças naturaes, e de substituir a sua acção pelas acções dellas.

Daqui vem que em nenhuma epocha, em nenhum povo se negou jámais, até aos tempos modernos, a possibilidade do milagre, passando esta verdade como incon-

testavel para todos os povos. Nem os judeus nem os pagãos nem os adversarios mais ferrenhos e astutos do Christianismo, como Celso e Juliano Apostata, se atreveram a combater ou a pôr em duvida a possibilidade dos milagres sobre que elle se baseia. E, sem embargo, bem facil era o meio, e bem efficaz lhes teria sido para abafar a nova religião logo em sua infancia.

Os modernos inimigos do sobrenatural e da religião revelada houveram-se com mais agudeza; como não podiam provar a *impossibilidade* do milagre, ergueram-na ás honras de *axioma* e, assim, dão-na como ponto *indiscutivel*. «É da indole mesma da sciencia, diz Renan, crer que tudo é naturalmente explicavel, mesmo o ainda não explicado. Para a sciencia uma explicação sobrenatural nem é verdadeira nem falsa. Nem é mesmo uma explicação; pelo que é superfluo combatel-a. Daqui vem a norma inflexivel, base de toda a critica, que um acontecimento miraculoso é forçosamente uma pura ficção». (*Questions contemporaines*). «O principio da critica, diz tambem elle, é que o milagre não tem logar na trama dos acontecimentos humanos». Similhante procedimento é sem duvida muito comodo, mas muito pouco scientifico e muito falto de lealdade.

Por uma parte, dizem, a proposito do positivismo, que não crêem senão em *factos* e que rejeitam, no que tem razão, todo e qualquer apriorismo. Mas apresentam-se-lhes por outra parte *factos* esplendidos e continuados, e recusam-se a examinal-os, invocando contra estes factos, *a priori*, uma impossibilidade só por elles imaginada. Só o christão é um positivista logico e sincero, porque tambem elle, se rende ante os factos só e por isso se rendeu a Jesus Christo, que o fez render ante a multidão dos factos miraculosos que operou.

THESE — O milagre é possível

PRIMEIRO ARGUMENTO. — Da existencia de um facto se pode, segundo a logica, deduzir a possibilidade d'elle: *Ab esse ad posse valet illatio*. Ora foi grande o numero dos factos miraculosos que se deram, visiveis, palpaveis, attestados pela historia e que exigem uma intervenção ex-

traordinaria e immediata de Deus. Logo o milagre é possível. E, note-se bem, um só facto miraculoso nos basta para que possamos tirar como conclusão a *possibilidade* do milagre.

SEGUNDO ARGUMENTO. — O milagre é possível, porque nada o pode estorvar nem da parte das creaturas nem da parte de Deus.

Nada se oppõe da *parte das creaturas*, porque não havendo no ser nem no modo de existir dellas coisa alguma que a não recebessem de Deus, estão e estarão *essencialmente* dependentes em tudo de seu Deus e seu Creador e *absolutamente* sujeitas á sua soberana vontade. Estão ellas, enquanto creaturas, sujeitas ás leis geraes que Deus lhes impoz; nenhum obstaculo, pois, se pode interpor e impedir que Deus, em determinadas circumstancias, dellas disponha como lhe aprouver, conformemente aos designios especiaes da sua Providencia, e as faça entrar e ficar sujeitas a uma *ordem especial*, determinada pela mesma Providencia, que é a do milagre.

Nada se oppõe tambem da *parte de Deus*, porque Elle creou o mundo com dependencia completa de Si, e livremente lhe impoz as leis que o regem. Como é que então suppõem a Deus escravo de uma ordem que Elle mesmo impoz? Como é que lhe recusam um direito, que ninguem recusa aos legisladores humanos, para em certos casos fazerem excepção ás leis, de que elles proprios foram os auctores? Porque Elle quiz que as condições necessarias á germinação e desenvolvimento das plantas fossem geralmente a humidade e o calor, ser-lhe-ha defeso patentear alguma vez a sua omnipotencia, fazendo germinar um grão de trigo em outras condições? Negar-lhe este poder é negar-lhe a liberdade de *soberano Senhor* do universo, é sujeital-o a uma cega necessidade, é tornal-o escravo da materia bruta, como se Elle não passasse de um vulgar operario, que tem de contar com ella, se quer servir-se della¹.

Oppõe-se a estas razões, dirão, a fixidez ou necessidade

1) «O Deus que não pode ou não quer descer á nossa terra e nella manifestar o seu poder e gloria, esse Deus é o Deus dos deistas, é um machinista escondido nos céus, é uma phantasia para, um Deus cadaver.» (Schärer, *Mélanges de critiques religieuses*).

das leis naturaes. Mas é porque não vêm que uma tal necessidade só pode ser *condicional* ou *relativa*, e que, por isso mesmo, é equivalente a uma lei contingente. As leis physicas dependem conjunctamente da *existencia* dos seres por ellas regidos e das *circumstancias* em que ellas são applicadas. Os graves, por exemplo, caem em razão directa das suas massas e em razão inversa dos quadrados das distancias; mas esses corpos graves ou poderiam não existir ou existir por outra forma; e se elles caem segundo esta lei da gravidade, é a *condição* de elles ficarem abandonados a si mesmos. Uma força superior á delles pode ser-lhes de obstaculo nos movimentos; ora de todas as leis necessarias a mais necessaria é que Deus seja livre em exercer, como lhe apraz, o seu poder.

OBJECÇÃO. — Mas, dirão, o milagre contradiz a *immutabilidade* de Deus e junctamente a sua *sabedoria*, porquanto a primeira suppõe mudança na ordem já por Deus estabelecida, e a segunda presuppõe nelle ignorancia e leviandade.

RESPOSTA. — A. A *immutabilidade* de Deus nada tem de incompativel com o milagre, porque não suppõe mudança nos decretos divinos. *Deus opera mutat, non consilium*, diz Sancto Agostinho. Um e o mesmo acto indivisivel e eterno da vontade de Deus decreta as leis com as excepções que ellas terão em determinadas *circumstancias*. «Uma coisa é *mudar* de vontade, observa S. Thomaz e outra querer a *mudança* das coisas. Só se mudaria de vontade, se mais tarde se quizesse uma coisa diversa da que antes se quiz». Teria, sim, Deus mudado, se antes tivesse resolvido não operar milagres e depois mudasse de resolução; mas não foi assim, porque o milagre entrava fazendo parte do plano divino.

A vontade de Deus, do mesmo modo que o seu pensamento, abraça com um só e mesmo acto o passado, o presente e o futuro, o conjuncto dos seres no universo e cada um dos seres que o compõem. Quando, pois, em algum caso particular Deus determina as *circumstancias*, em que a applicação dessas leis tem de ficar suspensa, não muda nesse caso os seus decretos, mas antes pelo contrario os põe em

execução. Não ha legislador, que, ao dar uma lei, se não reserve o direito de a revogar¹.

B. Tambem o milagre não está em opposição com a soberana *Sabedoria* de Deus. a) Nunca Deus effectuaria um milagre senão para um fim digno de sua divina Magestade. Ora bem, que coisa ha mais digna della que fazer concorrer o mundo physico para tão alto fim como é uma *especial* manifestação da sua gloria e a salvação das almas? Que ha de mais conforme com a sua sabedoria, que fazer brilhar em determinados casos ou a verdade de uma doutrina por Elle inspirada, ou a auctoridade de um de seus enviados, ou a sanctidade de um de seus servos? Ora o milagre serve excellentemente a estes intentos.

O homem está demasiado familiarisado com os phenomenos *ordinarios* da natureza; e assim nem sempre nem facilmente dá pela acção perenne do seu Creador. E por isso é mister que Deus, de vez em quando, lhe falle de um modo mais imponente, e se lhe manifeste com mais brilho, para mais efficaz e seguramente se lhe dar a conhecer.

Os milagres, diz Sancto Agostinho, a proposito da multiplicação dos pães, são obras divinas feitas para levar o espirito humano ao conhecimento de Deus por meio de actos sensiveis. Como poucos homens voltavam a attenção para as obras verdadeiramente admiraveis e maravilhosas realisadas com qualquer grão de trigo, reservou-se Deus em occasiões opportunas pôr por obra certos factos, que estão fóra do curso ordinario e da ordem natural das coisas, afim de, por estes espectaculos desacostumados, excitar as attensões dos homens, que os espectaculos quotidianos já não

1) A objecção contra a immutabilidade de Deus não tem mais força quanto á efficacia da oração que quanto ao milagre. «Nós não oramos, diz S. Thomaz, para mudar ou alterar o plano divino, mas para alcançar a realisação do que, segundo o plano divino, estava dependente da oração».

«Quando Deus, diz Euler, ordenou o curso do mundo e predestinou os acontecimentos que nelle se deviam dar, attendeu conjunctamente a todas as circumstancias associadas a cada acontecimento, e de um modo especial ás disposições, aos desejos, ás orações de cada ser intelligente, e a concencação dos acontecimentos foi perfeitamente harmonisada com todas as circumstancias. Quando, pois, uma alma hoje dirige a Deus uma oração digna de ser ouvida, não se vá imaginar que essa oração só hoje chegasse ao conhecimento de Deus: já desde toda a eternidade a ouvira. E, porquanto esse Pae misericordioso a julgara digna de ser attendida, de caso pensado ordenou o mundo tendo em vista essa prece: *factueros*. Assim é que Deus ouvindo as preces dos fieis não faz milagres, ainda que não haja razão alguma para negar que Deus tenha feito e ainda por vezes faça verdadeiros milagres».

conseguiam despertar. É por certo maior milagre reger o mundo inteiro, do que saciar cinco mil homens com cinco pães; e, contudo, o primeiro ninguém o admira, e no entanto admira o segundo, não por ser maior, mas por ser mais raro». (Tract. 24, in Joan.)

b) Não pode Deus assimilar-se de nenhum modo a um «operario inhabil e desageitado que muda de parecer e que refaz a sua obra». Apesar, porem, de jámais lhe ser preciso retocar a sua obra, pode Deus em determinados casos ter por bom patentear mais poderosamente o seu dominio absoluto, e por signaes mais brilhantes auctorisar a sua doutrina. Ora o milagre, por ser um factio excepcional e desacostumado, presta-se admiravelmente a este designio da *sabedoria* divina.

c) Accrescentemos ainda que o milagre é uma *excepção* rara e transitoria das leis da natureza. Não é, portanto, de natureza a romper a harmonia que na criação domina, nem tambem a comprometter de nenhum modo os resultados das pesquisas ou dados da sciencia. Que á voz de um thaumaturgo recobre um cego de nascença a vista, que um defunto se levante do tumulo, que um homem ande sobre as aguas, ou com as suas palavras serene uma tempestade, nada disto estorva o curso normal da natureza, nem obsta a que o conjuncto das leis continue regendo os seres. Nem aqui nem allures a lei é annullada pela excepção, senão que, pelo contrario, a põe em mais relevo, porque a excepção confirma a regra. «Deus, observa alguém com muita razão, nem *supprime* nem altera as leis por meio da sua acção miraculosa, senão que simplesmente actúa num caso particular de um *modo diverso* do actuar dellas».

Traslademos para aqui uma pagina de Bergier, que pode servir de resumo ao que dissemos. «É possível o milagre? pergunta elle. Não haverá duvida alguma para quem admittir que Deus creou o mundo e o fez com uma inteira liberdade e por virtude do seu poder omnipotente. Segundo esta hypothese, que é a unica verdadeira, foi Deus que regulou a ordem e o andamento do universo; foi Elle que estabeleceu a relação que se observa entre as causas phisicas e os seus effectos, relação a que se não pode indicar ou-

tro motivo senão a vontade de Deus; foi Elle que deu aos diversos agentes o grau de força e actividade que lhe aprouve; assim que, tudo quanto acontece é um effecto da sua suprema vontade. Resolvendo Deus desde toda a eternidade que um morto continuasse morto para sempre ou que o fogo queimasse a lenha, nem por isso perdeu o direito a derogar estas duas leis, a restituir o homem á vida e a conservar illesa uma sarça em meio das chammas, quando muito bem lhe parecesse e julgasse a proposito para despertar a attenção dos homens, os instruir e lhes intimar preceitos positivos.

Se em epochas determinadas o fez, está claro que esta excepção á lei geral fôra desde toda a eternidade prevista e resolvida por Deus, da mesma forma que a propria lei. A lei e a sua excepção foram igualmente effecto da sua sabedoria e eternos decretos.»

§ III. Possibilidade de verificar o milagre

É verdade que o milagre é possível; mas haverá algum meio de o podermos verificar? *Não*, responde J. J. Rousseau, e á toa delle vão a maioria dos adversarios do Christianismo. Pretendem elles sem duvida por este modo, assim como pelo precedente, supprimir toda a intervenção sobrenatural no mundo. *Sim*, responde a humana razão, em nome da sciencia e da philosophia.

Para com effecto nos podermos certificar de que um factio é indubitavelmente *miraculoso*, duas coisas se requerem: Que se dê *realmente* o factio e que elle seja uma *excepção* ás leis da natureza. Ora, esta certeza não só é possível mas até, em *certos casos*, facil de alcançar.

Em *certos casos*, dizemos, porque não pretendemos que sempre e com plena certeza se possam averiguar os dois requisitos. Os nossos adversarios defendem uma proposição *geral*, dizendo que um factio maravilhoso escapa necessariamente ás nossas investigações. E esta affirmacção geral e sem excepções é que nós combatemos e qualificamos de erronea.

THESE. — Ha milagres cuja existencia nós podemos com certeza conhecer, e cuja natureza miraculosa nós podemos scientificamente e philosophicamente averiguar.

1. Como o milagre é um facto *exterior e sensível*, em nada se differença, quanto á sua cognoscibilidade, dos outros factos da mesma natureza. Pode elle portanto ser conhecido tanto pelos nossos sentidos, como pelos dos outros homens, que nol-o testemunham. Para verificarmos que um homem anda sobre as aguas ou que se levanta do tumulo, basta ter olhos e olhar; não precisamos de uns olhos para ver um homem vivo e outros para o ver morto. Por um facto ser *miraculoso* não deixa por isso de ser um facto, que, como tal, se pode ver, apalpar e *averiguar*, como qualquer outro facto natural e ordinario.

Dir-se-ha talvez que pelo menos o milagre não pertence ao dominio da historia e que por conseguinte não tem este facto como testemunho valor algum, e que as narrações que nol-o referem, devem ser consideradas como puras lendas.

Mas, se o testemunho que o affirma, está abonado com todos os requisitos de competencia e sinceridade que a critica historica exige, se as testemunhas que o referem, são merecedoras de credito, se não se enganam nem nos enganam, se concordam todas em attestar o mesmo facto, se até com seu sangue sellam a verdade do seu testemunho, não iria porventura um tal criterio arruinar pela base toda a historia e contradizer o bom senso mais simples e vulgar? E, note-se mais que estes factos milagrosos não datam dos tempos prehistoricos, remotissimos, que não pertencem só á idade-media; realisaram-se nos nossos tempos e como que sob os nossos olhos, como depois temos occasião de ver.

2. Não se mostram, porem, os adversarios tão afeitos no conhecimento e verificação do facto em si, quanto á verificação do seu *character miraculoso*. O milagre, affirmam elles, jámais se realisou em condições taes que pudesse *scientificamente* ser authenticado. Renan chega mesmo a exigir que o milagre, por exemplo, de uma resurreição, a ser possível, seja submettido ao exame de uma «commissão composta de physiologistas, de physi-

cos, de chimicos e de homens vèrsados na critica historica», a qual escolheria um cadaver, o que quizesse, e redigiria o programma das experiencias, e as repetiria como lhe aprouvesse, porque, diz «deve poder repetir-se o que uma vez se fez».

É preciso então ser-se uma grande summidade para se saber que não é segundo as leis naturaes que um finado, volta á vida por si mesmo, ou que um homem possa com uma palavra restituir a vida a um cadaver já em putrefacção? Será preciso ser-se um grande physico para se saber que com uma palavra não pode um homem acalmar uma tempestade, nem pelas proprias forças elevar-se até ao céu? Tem que ser um medico para attestar que não basta tocar os olhos de um cego de nascimento para elle recobrar a vista, ou as orelhas e a bocca de um surdo-mudo para este rehaver a falla e audição? Será mister que intervenha um grande chimico para se verificar que não é natural que a materia se multiplique e que um pouco de pão, insufficiente para alimentar cincoenta pessoas, de nenhum modo poderia bastar para mais de quatro mil? Se, pois, se provar que todos estes factos, não obstante serem tão *contrarios* ás bem *conhecidas leis* da natureza, se deram realmente, não será difficil tirar como consequencia que elles se não podem attribuir a simples forças *naturaes*¹, mas que as sobrepujam, pelo que são verdadeiros milagres.

Quanto a querer-se chamar o milagre ao tribunal dos sabios, e fazel-o depender do seu veredicto, é, observa mons. Pie, «zombar de todo o genero humano e de Deus: de todo o genero humano, porque se lhe recusa a dose de bom senso necessaria para verificar os factos mais palpaveis; e tambem de Deus, porque se suppõe haver Elle de sujeitar-se aos caprichos e submeter-se ás decisões das suas creaturas, e exactamente numa occasião em que Elle vae patentear o seu soberano poder... e provar que é Deus²».

1) Por forças naturaes queremos designar não só ás da natureza material, senão tambem as do homem. O que momente importa ao apologista é que se saiba discernir o verdadeiro milagre dos prestigios diabolicos e averiguar se esse milagre vem de Deus ou dos anjos, questão que depois veremos.

2) O que exigia Renan já se poz em practica. O exame dos milagres do Lourdes foi confiado a comissões merecedoras de toda confiança, e as suas sessões são publicas para toda a gente. Os resultados deste exame só vieram dar maior realce aos milagres. Vid. Bertrin, *Histoire*, etc.

1.^a OBJECÇÃO. — Ignoramos até aonde se extendam as forças naturaes; não temos, portanto, o direito de, quando a causa do facto nos é desconhecida, o considerarmos como um milagre. « Já que, escrevia Rousseau, um milagre é uma excepção ás leis da natureza, torna-se necessario, para o averiguar, conhecer tambem essas leis, e mesmo todas ellas, para mais seguramente se poder ajuizar delle ».

RESPOSTA. — Não é sómente ás forças naturaes que nós *na practica* não podemos assignalar os limites; o mesmo se dá com todas as coisas que teem limites incertos. Mas se não se lhes pode marcar uma linha limitrophe precisa, podem-se comtudo marcar certos pontos, alem dos quaes ellas de certo não alcançam. Não podem os olhos, ao contemplar, por exemplo, o arco-iris ou o espectro solar, determinar com exactidão a linha divisoria das duas cores vermelha e amarella; mas podem, comtudo, se estão bons, marcar espaços que não são certamente vermelhos, mas sim amarellos. Do mesmo modo, diz Hettingner, « comquanto não possamos indicar o limite exacto onde termina o natural e começa o sobrenatural, podemos sem embargo alcançar um conhecimento sufficientemente exacto das propriedades de um e de outro para bem podermos discernir os efeitos que são proprios a cada um delles. É certamente difficil precisar bem até aonde alcança o poder da imaginação sobre o corpo, mas pode-se resolutamente affirmar que nunca ella dará vista a um cego ou ouvido a um surdo, quando a cegueira e a surdez não provêm de uma affecção nervosa, mas da carencia dos órgãos sensorios. Não sabemos quanto tempo alguém se pode conservar em estado de morte aparente, mas o que sabemos com certeza é que ninguem estando realmente morto, possa por meios naturaes voltar a vida ». Numa palavra, « ha factos cuja natureza nos força a recorrer a uma causa sobrenatural, para os poder explicar, causa que baldadamente se buscaria entre as puramente naturaes ».

Por aqui se vê quão pouco importa para bem se verificar um milagre o conhecer *todas* as leis da natureza; pois que, conhecendo-se um certo numero dessas leis, de que facilmente se possam discernir as suas excepções, isso nós basta.

Se Deus nos *quer fallar* (e que o possa, já antes o

provamos) não é ás entranhas da terra que Elle irá buscar os signaes manifestativos desta sua vontade, mas sim á face da terra, que está ao alcance da nossa experiencia e da experiencia popular; e depois veremos como Elle faz brilhar o seu poder num facto que o bom senso não permitiria, se attribua a causa alguma natural, porque é uma evidente excepção á leis ordinarias.

2.^a OBJECÇÃO. — E poder-se-ha com segurança affirmar que as testemunhas do milagre não se achavam em estado de *allucinação*? Que de phenomenos extranhos não pode produzir em certas imaginações uma fé exaltada!

RESPOSTA. — Foi E. Reman quem se saiu com esta objecção que se encontra em varias das suas obras, e a critica anti-religiosa deu-lhe depois muita voga; mas não merecia, se tomasse a sério. É realmente possivel que uma testemunha desvairada pela imaginação, julgue ver ou ouvir o que em si não passa de uma imaginação ou phantasia. Pode por vezes uma doença nervosa, um transtorno cerebral, affectar um determinado órgão de percepção e occasionar essa aberração dos sentidos que se chama *allucinação*.

Mas nunca a *allucinação*, que é de character morbido, se pode dar, como se prova pela experiencia, quando o homem goza de boa saude, inteiramente senhor de si mesmo. Alem de que nunca, parece-nos, os annaes da sciencia registaram um só caso de *allucinação collectiva*.

Se, por conseguinte, dez, vinte, trinta e com maior razão cem mil homens asseguram terem visto e ouvido uma mesma coisa, a duvida acerca da realidade do facto que elles attestam é uma estulticie. Para os dar por *allucinados* é mister atropellar as normas de um são criterio e postergar os principios fundamentaes da historia. Testemunham dez, vinte pessoas terem visto um thaumaturgo abonancar com um aceno uma tempestade tal que corriam todos risco de afundar-se, admira uma compacla multidão os pães nas mãos desse thaumaturgo, ou vê-se ao mando da sua voz sair um morto do sepulchro, ir nestes casos buscar uma explicação de tantos e taes testemunhos na exaltação e nos desvarios de uma imaginação sobreexcitada, seria ultrapassar os limites até da verosimilhança.

3.^a OBJEÇÃO. — Mas não se poderia dizer com Aif. Fouillée que «a sciencia faz verdadeiros milagres»? Se a *sugestão* e o *hypnotismo* bastam não só a explicá-los, mas também a fazê-los, para que appellar para outra explicação, para a intervenção divina?

RESPOSTA. — É certo que Charcot nas suas celebres experiencias em Salpêtrière, assim como Bernheim e outros sabios alcançaram curas maravilhosas por meio da *sugestão hypnotica*. Nas muitas experiencias que fizeram, algumas houve que deram resultados de real valor que a sciencia com satisfação registou. Mas d'ahi a poder concluir-se que a imaginação é que produz os milagres e que o somno hypnotico baste a operá-los de modo que dispense ou suppra qualquer intervenção divina, abre-se um grande abysmo. Que haja relação entre os phenomenos da imaginação e o systema nervoso ninguem o nega. Que por meio destes phenomenos se tenha realisado a cura de certas paralisias, que se dêem o enfraquecimento da memoria e contracções musculares causadas por transtornos nervosos parecem coisas realmente averiguadas pela sciencia; e por isso mesmo é que convem estar de sobre-aviso neste ponto, sempre que se apresente como milagroso qualquer facto, que possa pertencer aos desta natureza¹.

Importa comtudo ter-se presente que os phenomenos da *sugestão* e do *hypnotismo* são essencialmente distinctos dos factos milagrosos. A *sugestão hypnotica* exerce a sua influencia sómente sobre o systema nervoso e suas immediatas dependencias. Até Charcot e Bernheim confessam que os casos pathologicos que suppõem a renovação de um órgão, baldadamente se tentaria submettel-os á acção subita da *sugestão hypnotica*. Esta é incapaz de regenerar um órgão estrangado, gangrenado e atrophiado; e muito mais o seria se se tractasse da resurreição de um defunto. Não fallemos já dos grandes prodigios operados na natureza exterior, para cuja explicação de nenhum modo podem intervir os phenomenos hypnoticos.

1) Antes das experiencias dos nossos dias já na Igreja se conhecia a influencia da imaginação sobre os órgãos, e, por consequente, a da allucinação e da *sugestão*. S. Thomaz reconhece que o extase e os estigmas podem ser produzidos pela *auto-sugestão*; e Bento XIV prescinde das curas de doenças, por serem phenomenos que não podem servir de base para os processos de canonização.

Em summa, comparando-se a condição do *thaumaturgo* com a do operador, e os individuos em que por diverso modo se operam o milagre e a *sugestão hypnotica*, e as espheras de acção em que se exercem, facilmente viremos a convencer-nos de que nunca a *sugestão hypnotica* será capaz de explicar nem de realisar um só milagre.

NOTA 1. — É possível discernir o verdadeiro milagre dos *prestigios* ou prodigios que teem o demonio por auctor, como vamos ver com as seguintes observações:

a) Sejam quaes forem as faculdades naturaes de que elle dispõe e de que na sua queda não ficou despojado, é certo que este inimigo de Deus nada pode fazer sem a *permissão* do soberano Senhor de todas as creaturas. Ora nunca a verdade, bondade e sanctidade de Deus poderão permittir que este anjo rebelde imite as divinas obras a ponto de invencivelmente induzir o homem ao erro e o levar deste modo á eterna perdição. Dizemos *invencivelmente*, porque havendo Deus feito o homem racional, não o dispensa do uso da razão para se garantir contra as *illusões*.

b) Podem-se os verdadeiros milagres, operados pelo divino poder, discernir, mediante certos signaes ou negativos ou positivos, dos prodigios feitos pelo mau anjo. Não pode elle intervir quando, por exemplo, o facto prodigioso se effectua em nome de Deus ou se foi antes annunciado por uma propheta verdadeira ou se se faz para abonar e auctorisar uma doutrina sob todos os respeitos apta a mover os homens a servirem a Deus, etc. Quando, pelo contrario, os effectos destes prodigios vão de encontro ás normas da honradez ou teem por fim auctorisar uma doutrina immoral, é impossivel attribuil-os a Deus. As qualidades pouco recommendaveis dos individuos de que o diabo se serve para levar a cabo os seus *prestigios*, os procedimentos pouco dignos e até extravagantes que a elles andam associados, são de ordinario outros tantos signaes de intervenção diabolica.

c) Não se podem, está claro, attribuir aos demonios os milagres feitos por Jesus Christo e os seus apostolos, porque, como esses milagres se destinavam a derribar o imperio de satanaz, não podia este trabalhar pela sua propria ruina.

d) Ha, porem, factos milagrosos, os chamados de pri-

meira ordem, como, por exemplo, a ressurreição de um morto, os quaes superam o poder de todos os seres creados ou visiveis ou invisiveis e que exigem absolutamente a intervenção do proprio Deus. Ora, estes milagres não faltam no Evangelho¹.

NOTA 2. — Fóra do Christianismo narram-se alguns factos espantosos, que se apresentam como inexplicaveis sem uma intervenção sobrehumana; taes são no paganismo os factos attribuidos a Vespasiano, a Esculapio, a Serapis, a Apollonio de Thiana, e, em tempos mais chegados a nós, os factos magicos na Asia e outras partes.

Mas estes factos extranhos em que muitas vezes a impostura anda de parceria com a immoralidade, o elemento sobrehumano por vezes patente deve ser attribuido a um ser qualquer espiritual ou a um ser malfazejo. Em todo o caso não ha analogia nenhuma entre estes successos pelo menos equivocos, e numerosos e brilhantes milagres narrados nos Evangelhos. Teem todas as obras de Christo um cunho de divino poder, de simplicidade e bondade; não teem nada de extravagante, nada em que transpareça a ostentação e a intenção de espantar as turbas nem de inspirar terror. E, advirtamos mais, estão estes milagres relacionados com os ensinamentos admiraveis de dogmas e de moral do Salvador, o que não se dá com as maravilhas que embellezam as lendas de certos homens que quasi nunca se relacionam com as suas doutrinas.

NOTA 3. — Não nos occuparemos das mesas fallantes, nem, em geral, do moderno *espiritismo*. Advirtamos sómente com graves auctores que não se pode pôr em duvida um certo numero de factos que a elle se referem. Alguns delles, ha, que poderiam admittir uma explicação natural, mas, quanto aos outros não podem de nenhum modo ser attribuidos a Deus, como o demonstra a sua indole ridicula e malefica. Os individuos que com taes practicas se divertem, imaginam tractar com as almas de finados, mas illudem-se, porque provavelmente se communicam com espiritos maus. Já o paganismo conhecia semelhantes practicas que os sanctos Agostinho e Chrysostomo attribuiam

1) Propõe S. Thomaz tres considerações que nos podem guiar para bem discriminar os factos miraculosos dos prestigios diabolicos; e são, a *pessoa* que opera o milagre, o *intento* com que o opera e a *maneira* como o opera.

aos demonios, e até os pagãos, como Porphyrio, por exemplo, lhe reconheceram e assignaram a mesma causa. E, está claro, divertir-se com os demonios é sempre nocivo e condemnavel.

CONCLUSÃO. — Como remate deste assumpto de grande momento convem ter-se presente, que o milagre devidamente averiguado é de natureza a causar no espirito uma *grande* certeza. É com effeito o milagre um facto de ordem *sensível*, que em nada se differença dos outros seus congeneres, a não ser pela sua indole de constituir uma *excepção* ás leis da natureza.

Como, porem, na verificação destes factos miraculosos tomam tambem parte de ordinario certas considerações que se relacionam com a ordem moral, como a obrigação de crer e de obedecer a Deus, que por este signal do milagre falla, acontece que a certeza da realidade miraculosa não força o espirito a uma plena adhesão. Mas não é porque o espirito não esteja sufficientemente esclarecido¹, mas porque a vontade está as mais das vezes dominada pelas paixões cegas.

§ IV. — Força demonstrante do milagre

O milagre é uma confirmação authentica da doutrina, em prol da qual elle foi feito. E realmente:

1. O milagre de primeira ordem tem a Deus por auctor. Ora bem, Deus nunca pode exercer a sua omnipotencia em prol do erro ou da impostura. Quando, pois, um personagem vem propôr uma doutrina como havida do proprio Deus, e auctorisa-a com algum ou alguns milagres, fica esta doutrina desta maneira marcada com o selo da auctoridade de Deus. Não pode o homem em taes conjuncturas ser incriminado de impostura; necessariamente

1) Requer-se que realmente a evidencia do milagre seja sufficiente, pois que servindo-se Deus do milagre como de um *signal* para se dar a conhecer aos homens, não ha de permittir que estes se encontrem practicamente impossibilitados de alcançar este fim. E, como por outra parte Deus vae fallar não a *metaphysicos*, mas ao commum dos homens, se ainda os ha que o desconhecem, é porque ou o não *querem* conhecer ou deixam, mais ou menos voluntariamente, interpor-se obstaculos de ordem moral entre a alma e a evidente claridade do milagre.

tem de ser verdadeira a doutrina que vem ensinar. É isto que Sancto Agostinho ensina quando diz: «O milagre é que torna a auctoridade patente; e a auctoridade é que impõe a fé».

Não se exige, no emtanto, para os milagres, que intervenha manifestamente a omnipotencia divina, mas sómente que elles absolutamente ultrapassem as forças naturaes e se apresentem com todas as garantias de virem de um espirito bom; sendo assim, possui equal força demonstrante. Deus garante com effeito a verdade ou seja Elle que realisa immediatamente o milagre ou se sirva para isso do ministerio de um anjo. A acção dos anjos é para este fim equivalente á intervenção immediata do proprio Deus.

2. Assim pensam, afinal, e assim crêem todos os povos, que reconhecem nos milagres uma prova da divindade, que por meio delles abona os seus enviados e a doutrina por elles propagada. Logo que um milagre real a confirma, ninguém, a não ser um cego pelo preconceito ou pela paixão, pode hesitar em acceital-a por verdadeira, porque — instinctivamente sente e plenamente se convence de que o milagre provém de Deus e de que é um sello authenticico da divina Revelação.

§ V. — A prophesia, sua natureza e qualidade

1. *Natureza.* — A prophesia consiste em se annunciarem com antecedencia e com toda a certeza certos factos dependentes da livre determinação de Deus ou dos homens. Pode definir-se: A predicção certa de um successo futuro que não pode ser conhecido em suas causas naturaes por creatura alguma creada.

As predicções dos astrónomos que annunciam os eclipses e as previsões dos homens de estado que entrevêm as mudanças politicas, não podem, portanto, ser chamadas prophesias, porque se preveem por meios ou causas naturaes.

Da mesma definição se deduz que a prophesia é em si mesma uma especie de milagre, e, como tal, é um dos principaes signaes da divindade da Revelação.

2. *Possibilidade da prophesia.* — A prophesia é possível, mas é possível sómente a Deus; porque só Elle,

eterno e infinito, conhece inteiramente o futuro e nada do que é possível conhecer-se-lhe é occulto. A sua sciencia estende-se ás futuras determinações das causas *livres* assim como aos futuros effeitos das causas *physicas*, apezar de não terem ainda uma existencia real. Ora o que Elle vê no futuro, pode evidentemente *manifestal-o* aos homens, e por isso mesmo pode evidentemente fazer prophesias.

O homem, pelo contrario, sendo limitado em seus conhecimentos pelo tempo, não pode por si só ter conhecimento dos successos vindouros, senão antevendo-os em suas causas. Nem os proprios espiritos maus podem prever com certeza os actos livres, ainda que possam, pelo conhecimento que tem de certas causas naturaes a nós desconhecidas, antever muitas coisas que nós nem sequer podemos conjecturar, e annunciar-nos factos futuros que elles mesmos tencionam realizar.

3. *Possibilidade de verificar a prophesia.* — Para saber-se que uma prophesia é verdadeira, basta que estejamos certos de tres coisas: que o acontecimento *concorda* com a predicção acerca d'elle feita; que a predicção *foi* realmente *anterior* a elle; e que a *relação* entre a predicção e o successo *seja de natureza* que nem ella se possa explicar pelas causas naturaes de que provem o acontecimento, nem por simples conjectura, nem por uma especie de adivinhação casual. Ora, se é verdade que nem sempre se podem com certeza realizar estes tres requisitos para se ter por verdadeira a prophesia, não é menos certo haver muitos casos em que se tem esta certeza, como, por exemplo, quando a prophesia versa sobre um conjuncto de acontecimentos contingentes.

4. *Valor demonstrante da prophesia.* — É a prophesia, logo que se reconheça como verdadeira, um signal certo da divindade de uma revelação em favor da qual ella foi feita.

Constitue ella realmente um verdadeiro *milagre*, como vimos e porisso está dotada de força demonstrativa como elle. Ora, sendo a prophesia peculiar a Deus sómente, forçosamente a havemos de considerar como um genero de *revelação* tambem *divina*.

Daqui vem ter a *humanidade* sempre dado este significado ás verdadeiras prophesias. E facilmente se deixa ver que nunca a prophesia pôde servir a confirmar a men-

tira porque redundaria em descredito do proprio Deus o induzir o homem ao erro.

Depois de havermos exposto estas noções sobre os milagres e as prophcias, e de termos demonstrado a auctoridade irrefragavel dos Evangelhos, só nos resta agora tractar a questão de maior momento para esta primeira parte, que é provar a *divindade* da missão de Jesus Christo, e, consequentemente, a *divindade* da religião que Elle veio revelar ao mundo¹.

ART. III. — DEZ PROVAS SOBRE A DIVINDADE DA MISSÃO DE JESUS CHRISTO E DA RELIGIÃO CHRISTÃ, OBRA SUA

PRIMEIRA PROVA

OS MILAGRES DE JESUS CHRISTO

I. Multidão destes milagres. — Quasi não ha uma pagina no Evangelho que não encerre algum milagre operado por Jesus Christo. Revela-se Elle realmente como *Senhor* soberano da natureza. Os achacados e enfermos de todas as condições e com toda a sorte de enfermidades em grande numero lhe eram levados, e não só das differentes partes da Judea senão tambem da Syria e de outras regiões limitrophes. E Elle os punha bons ou com uma simples palavra ou pela imposição das mãos e contacto dos vestidos ou até por um poder occulto que d'elle saía. (Math. IV; Luc. VI).

E assim muda Elle a agua em vinho; proporciona aos apóstolos uma pesca maravilhosa; anda sobre as aguas; acalma com uma palavra uma tempestade; dá a vista aos cegos e saude aos leprosos; liberta os possessos e resuscita os mortos.

Mas não contam ainda os evangelistas todos os prodí-

¹) Entre as provas que vamos dar, umas estabelecem *directamente* a divindade de Jesus Christo e *indirectamente* a verdade da religião por elle fundada, como são as tiradas dos milagres e sanctidade de Jesus Christo; e outras, tiradas da propagação miraculosa do Christianismo e do testemunho dos martyres, demonstram *directamente* a verdade da religião christã e *indirectamente* a divindade da missão de Jesus Christo.

gios, pois que segundo estes, operou innumerados outros milagres (Joan. XX-30) e por vezes affirmam que Jesus curou toda a sorte de doentes que apresentavam. «Jesus percorria toda a Galiléa... sarando todas as enfermidades e males entre o povo. A sua fama espalhou-se por toda a Syria, de modo que lhe traziam todos os doentes, todos os atacados de enfermidades e males diversos, os endemoninhados, os lunaticos, os paralyticos, e Elle os curava». (Math. IV-23). «Os cegos e coxos iam-se a Elle, e Elle os curava». (Ibid. XXI-14). «E toda a multidão procurava tocar-lhe, porque saía d'elle uma virtude e os curava a todos». (Luc. VI-19). «Tendo convocado os doze apóstolos, deu-lhes poder e auctoridade sobre os demonios e o poder de curar as doenças». (Luc. IX-1). «Por todas as partes aonde entrava, nos casaes, nas aldeias e nas cidades, punham os doentes nas praças publicas e lhe pediam lhes permittisse tocar a orla do seu manto, e todos os que lhe tocavam, ficavam sarados». (Marc. VI-56).

II. Fim destes milagres. — Olhavam os judeus o milagre como a prova da missão divina do thaumaturgo. E d'aqui veio o perguntarem: «Que signal nos apresentas para assim proceder? (Joan. V-36). E ao presenciarem um milagre que o Senhor fizera, confessavam «Este é realmente o propheta que ha de vir».

E por isso é que Jesus appellava para os seus milagres, dizendo: «Ha um outro que dá de mim testemunho... Por mim tenho um testemunho maior que o de João; porque as obras que meu Pae me deu realisasse, essas obras mesmas que eu faço é que de mim dão testemunho e mostram que é meu Pae que me enviou». (Joan. V-36).

Tambem os evangelistas se servem dos milagres feitos por Jesus Christo para provar que Elle é o enviado de Deus. Assim é que S. João diz: «Estes (milagres) foram escriptos para que vos convençaes que Jesus é o Christo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhaes a vida, em seu nome». (Joan. XX-31).

III. Particularidades de alguns milagres. — Entre os muitos milagres cujas circumstancias o Evangelho nos refere, milagres só por si bastantes a tornar a vida de Jesus a vida mais admiravel que jámais houve, citemos em especial:

A cura do paralytico. -- Operou o divino Salvador este milagre numa casa, onde se achavam reunidos os phariseus, os doutores da lei, cuja hostilidade a seu respeito se começou então a patentear. Fóra era tanta a multidão que foi mister practicar-se uma abertura no tecto para arrear o enfermo até onde Jesus se encontrava. (Math. IX; Luc. V).

As duas multiplicações dos pães, foram feitas ante milhares de pessoas. Por duas vezes deu o Senhor alimento ás multidões só com alguns pães e alguns peixes, e com os sobejos ainda de cada vez se encheram bastantes alcofas. (Math. XIV e XV; Joan. VI).

A cura do cego de nascimento. -- Foi admiravel e miraculosamente contada por S. João, c. IX. A certeza deste milagre está tanto mais solidamente baseada, quanto maior foi o empenho dos phariseus, em por todos os meios desfazerem o milagre. Chegaram a fazer um inquerito official para se assegurarem que as testemunhas se não tinham enganado. Revela a analyse desta narração, com quanta diligencia se haviam os evangelistas e os apóstolos no seu empenho em pesar bem a força demonstrativa dos factos.

Varias resurreições de mortos. -- A julgar pela resposta que Jesus deu aos discipulos do Precursor, o numero dos resuscitados houve de ser consideravel. A prova tirada da resurreição dos mortos é apresentada como analogia á que se fundamenta nas curas: *Cæci vident, mortui resurgunt.* (Math. XI-5).

Narra-nos em particular o Evangelho a resurreição da filha de Jairo, para cujos funeraes já se estavam fazendo os preparativos; (Math. IX-18; Marc. V; Luc. VIII); a do filho de uma viuva de Naim, em caminho já para a sepultura, ao qual Jesus restituiu a vida com estas sós palavras: *adolescens, tibi dico, surge;* e a de Lazaro, de todas a mais notavel. Achava-se o Senhor longe de Bethania, e só lá voltou quando seu amigo, havia quatro dias fallecido, já estava sepultado. O seu cadaver entrava já em decomposição; *jam factet,* observou Martha. Ante um grande numero de testemunhas, pertencentes á aristocracia judaica e, na sua maioria, adversos a Christo, mandou este que desviassem a loisa do tumulo e disse

depois com voz forte: *Lazaro, sae fóra.* E no mesmo instante saiu Lazaro fóra, com as mãos e pés atados e a cabeça envolvida num sudario. «Muitos dos judeus que eram vindos, accrescenta o evangelista, para ver Martha e Magdalena, ao presenciarem o que Christo fizera, crearam nelle». «Ao saber, diz ainda, um grande numero de judeus que Jesus estava em Bethania, dirigiram-se para lá, não só por causa de Jesus, mas tambem para verem a Lazaro, que Elle resuscitara dos mortos». Dá o texto evangelico a entender que muito numero de gente viu a Lazaro, de novo restituído á vida; e até depois o quizeram matar, porque muitos por causa daquelle milagre crearam no Senhor.

IV. Circunstancias relativas a estes milagres. --

1.^a Puderam estes e grande numero dos outros milagres *ser perfeitamente verificados.* Foram elles inteiramente publicos e presenciados por multidões numerosas, vindas de toda a Judéa e regiões circumvizinhas, as quaes acudiam attrahidas pela fama das maravilhas já operadas (Vid. só em S. Lucas I-32 e 45; II-2 e 4; III-7, 8, 20; IV-1; VI-34, 54, 55; VII-32; VIII-1; IX-13; XI-41) e tinham alem disto por testemunhas os phariseus e doutores da lei, *inimigos* fignados de Jesus, e, como taes, empenhados em desvendar a impostura, na hypothese de ella existir.

2.^a Se estes successos prodigiosos, publicamente realidados e frequentemente renovados, não fossem uma realidade, como é que a *confiança* dos povos em Jesus ia sempre crescendo mais e mais? como é que teriam continuado, durante mais de tres annos, a trazer-lhe leprosos, cegos, surdos, paralyticos, possessos, se esses infelizes não tivessem realmente experimentado os beneficos effeitos de tão soberano poder?

3.^a Eram estes milagres tão manifestos e *assignalados* que tanto os *simples* e plebeus como os *letrados* lhes podiam verificar o caracter *miraculoso.* Destes prodigios, uns, como o dar vida aos mortos e vista aos cegos, por si mesmo revelam este caracter de milagre; outros, como as curas instantaneas, davam-no a conhecer pelas suas circunstancias.

4.^a Deram-se estes milagres ha *dezenove seculos;* e desde então nunca os christãos nem os judeus e pagãos

deixaram de sujeital-os a uma critica minuciosa, e sempre elles saíram triumphantes da prova. Quanto ás explicações pelas quaes os racionalistas quizeram desapossal-os da sua qualidade miraculosa, são commumente tão ridiculas e despreziveis, que equivalem a uma patente e clara confissão da esterilidade dos seus esforços em os despojar do seu character de sobrenaturalidade.

V. Conclusão. — São, como vimos, os milagres umas como *cartas credenciaes* daquelle que para os homens se dá por enviado de Deus. Ora, Jesus Christo não cessou de *dar-se* por enviado de Deus, como não cessou tambem de *fazer milagres*, para authenticar a sua missão de enviado.

Os milagres que em volta de si derramava para allivio das miserias humanas, demonstram realmente a sua missão divina; porque quem assim tem ao seu dispor todo o poder de Deus e assim impera, como Senhor, sobre toda a natureza, tem por isso mesmo que ser considerado como enviado de Deus e como verdadeiramente auctorizado e abonado pelo mesmo Deus. E a doutrina annunciada, em nome do Senhor, por um tal personagem, de nenhum modo pode ser falsa, porque, aliás, auctorisaria Deus a mentira e favorecia a diffusão da impostura.

Os milagres, multiplices e variados, tinham realmente como fim *proprio* e *formal* acreditar esta missão de que Elle se dizia encarregado. É o que o Evangelho por vezes assegura:

1. Quando os discipulos de S. João vieram da parte deste a perguntar se Elle era realmente o enviado divino, esperado para a salvação do mundo, appellou Jesus para a evidencia dos milagres que ante seus olhos fazia, dizendo: «Os cegos veem e os mortos resuscitam». (Luc. VII-22).

2. Um dia disse Elle a um paralytico: «Tem confiança, filho, que os teus peccados te são perdoados». Murmuravam entre si os phariseus, dizendo que aquelle homem estava blasphemando; Jesus os atalhou com estas palavras: «Para que saibaes que o Filho do homem tem na terra poder de perdoar os peccados, voltando-se, disse, para o paralytico: «Toma o teu leito e vac-te para casa». (Math. IX-2).

3. Tendo-lhe os phariseus, certa occasião, pedido um milagre como signal da sua missão (tinham elles, pois, o milagre como signal de authenticidade para elle), appellou Jesus esta vez para o futuro milagre da sua resurreição. (Math. XII).

4. «Se, disse outra vez para os seus discipulos, tendes difficuldade em crer que eu estou em meu Pae e que meu Pae está em mim, crede ao menos vendo as minhas obras: *alioquin propter opera mea credite*. (Joan. XIV-12).

5. «Até quando nos tereis as almas em suspensão? perguntaram-lhe os judeus. Se sois Christo, dizei-nol-o claramente». Já vol-o disse, tornou-lhes Jesus, e vós não me credes. As obras que eu em nome de meu Pae faço, dão testemunho de que o sou». E para ainda mais categoricamente affirmar não só a sua missão divina, mas tambem a divindade da sua Pessoa, accrescentou: «Se eu não fizesse as obras de meu Pae, não me haviéis de crer; mas fazendo-as eu, se não quereis crer nas minhas palavras, crede nas minhas obras». (Joan. X-37 e 38).

6. Antes de resuscitar a Lazaro, declarou expressamente Jesus que fazia aquelle milagre para que o povo o reconhecesse como divinamente enviado: *ut credant quia tu me misisti*. (Joan. X-37 e 38).

Pelo que, sendo o milagre um como sello de Deus, destinado a abonar uma revelação, se Nosso Senhor pôde imprimir este sello em sua doutrina, segue-se que esta doutrina é divina.

SEGUNDA PROVA

A RESURREIÇÃO DE JESUS CHRISTO

I. Preliminares. — Especialisamos sobre todos os outros este milagre por varias razões.

1. Primciramente porque a resurreição constitue uma coisa que está ao alcance de todas as intelligencias. O resuscitar um morto só por si confere ao seu auctor a auctoridade de um enviado de Deus. Mas que um homem depois de morto e já com tres dias de sepultura, saia della vivo sem a intervenção de um thaumaturgo e que esse

homem, tendo predicto esse acontecimento, o dê como garantia da veracidade dos seus ensinamentos, eis um facto que põe a esse homem acima de todos os outros (só ha *um* propheta que isto fizesse); e todos os que tem um coração recto, comprehendem logo que só um Deus pode directamente operar semelhante milagre e que não é um thumaturgo que dá a vida ao morto, mas que é o proprio Deus que reslitue a alma á sua anterior morada.

2. Accresce ainda que já o proprio Jesus Christo, de antemão o houvera annuciado. Desde o dia em que Pedro, nas terras de Cesaréa, o reconheceu por Messias e Filho do Deus vivo «começou Jesus a revelar aos seus discipulos, como era mister que Elle fosse a Jerusalem e que soffresse muito da parte dos anciãos e dos principaes dos sacerdotes, e que fosse condemnado á morte e que ao *terceiro dia resuscitaria*». «Era mister», dizia o Senhor. Repetia o que lá dissera já Isaias: «Aproveu a Jehovah maceral-o pelos soffrimentos, mas quando sua alma houver offerecido o sacrificio expiatorio verá uma longa posteridade e prolongará seus dias». (Is. LVIII-10). Ao demonstrar-se, pois, que Jesus resuscitou realmente, demonstra-se tambem a realisação de uma prophesia messianica, de uma prophesia pelo mesmo Senhor tambem feita; e lançaremos mesmo os primeiros fundamentos de outra prova: a propagação admiravel da Igreja, a sua eminente sanctidade e inexgotavel fecundidade para o bem, assim como a sua unidade catholica e immortal estabilidade são um grande e perpetuo argumento, um testemunho irrefragavel da sua divina missão». (Conc. do Vat., Const. de F. cathol., c. III).

3. E, enfim, os mesmos apóstolos consideraram a resurreição como um dos pontos principaes, que deviam pregar. Quando se tractou de eleger um novo apóstolo, disse Pedro: «É preciso que haja um que conosco se torne testemunha da sua resurreição». Ser, pois, testemunha da resurreição é ser apóstolo; a resurreição considerava-a S. Pedro como a principal e fundamental verdade para a Apologetica do seu tempo. (Actos I-22). E S. Paulo é do mesmo parecer: «Christo Jesus se revelou miraculosamente como *Filho de Deus* por uma *resurreição* dentre os mortos»; o que indica que a resurreição de Jesus Christo nos deu a prova divina da doutrina que Elle pregou.

É tanto os proprios inimigos de Jesus temiam a força demonstrativa de um tal milagre, que mandaram postar uma guarda para impedir qualquer cilada. É tambem coisa sabida como os adversarios da Revelação tem procurado no decorrer dos tempos abalar por todos os meios a crença desse transcendental successo.

Demonstremos, pois, que o facto da resurreição do divino Fundador do Christianismo é tão *real* e tão *certo*, quanto em si mesmo é importante. Provemos que Deus o firmou com tantas garantias que seria preciso, para rejeital-o, fechar com obstinação os olhos á luz.

II. Exposição historica. — Começemos resumindo as principaes particularidades deste assombroso successo tal como nol-o referem os evangelistas.

Na sexta-feira, por volta das tres horas da tarde foram, segundo o costume, os soldados para quebrar as pernas aos suppliciados. E quebraram-lhes realmente as pernas, mas aos dois ladrões sómente e não as de Jesus, porque o acharam já morto; um dos soldados, comtudo, lhe abriu, com uma lançada no lado, uma ferida, da qual saiu sangue e agua, como affirma S. João que foi testemunha ocular da morte de Jesus Christo. (Joan. XIX). Já sobre tarde foi José de Arimathea, nobre decurião, pedir a Pilatos o corpo de Jesus. Soube este por informações do centurião, que presidia ao supplicio, que realmente já o suppliciado tinha morrido, pelo que foi o corpo despregado da Cruz por José que com outro discipulo de Jesus por nome Nicodemos o envolveram em um lençol e outras roupagens, e, o embalsamando, o depuzeram num sepulchro novo, que José para si abria numa rocha; e depois rolando uma grande pedra para tapar a entrada, delle se retiraram.

Nesse mesmo dia, á noite, que segundo o seu modo de contar o tempo, era já sabbado para os judeus, foram os principaes dos sacerdotes e phariseus ter com Pilatos e lhe pediram que mandasse guardar o sepulchro, porque «sabemos, observaram elles, que aquelle impostor, ainda em vida disse: *Depois de tres dias resuscitarei...* E pode dar-se o caso de os seus discipulos irem e esconderem o corpo e depois dizerem ao povo: *Resuscitou dos mortos*; e seria este erro peor que o primeiro». Permittiu-lhes Pilatos que

mandassem guardar o sepulchro, o que elles fizeram sellando a pedra e pondo soldados de guarda.

No domingo deu-se, ao despontar do dia, um grande tremor de terra; e um anjo em forma humana, de rosto fulgente como um relampago e vestido de roupas alvas como a neve, revirou a loisa do sepulchro, e assentou-se nella. O sepulchro estava vazio e só lá tinham ficado as roupas e o sudario muito bem dobrado. Fugiram os guardas espavoridos e foram dar conta do succedido aos principes dos sacerdotes; e estes lhes deram dinheiro para fazerem propalar que durante o somno tinham vindo os discipulos de Jesus e tinham roubado o corpo.

Esse mesmo dia e nos seguintes até a sua Ascensão mostrou-se Jesus por diversas occasiões a Maria Magdalena, ás sanctas mulheres e aos seus discipulos, já a sós, já em commum; e entretinha-se com elles fallando-lhes do reino de Deus e lhes dava provas palpaveis da realidade da sua resurreição, comendo com elles e fazendo-lhes, para os convencer, apalpar as chagas que ainda guardava nas mãos, nos pés e no lado. (Math. XXVIII; Marc. XVI; Luc. XXIV; Joan. XXI e XXII; Actos I; I Cor. XV.

Tal é em resumo a narração evangelica sobre que vae apoiar-se a nossa argumentação. Sendo ella verdadeira, não pode certamente o facto a que ella se refere admittir outra explicação, a não ser pela intervenção divina. E tanto é assim que nem os proprios incredulos ousam explical-o pelas causas naturaes, e só procuram impugnar a realidade do facto.

III. Realidade da resurreição. — Para se demonstrar que Jesus de facto resuscitou, é necessario deixar bem assentes estes tres pontos: Que Jesus estava *morto*, quando o depositaram no sepulchro; que o sepulchro depois se achou *vazio*; e que Jesus Christo se mostrou realmente vivo.

a) *Jesus Christo estava effectivamente morto, quando o desceram da cruz.* — E de facto: 1. S. João, testemunha ocular, affirma que Jesus expirara, quando ainda estava crucificado na cruz. E esta prova não perderia da sua força ainda no caso de se negar a authenticidade do quarto Evangelho, pois que, segundo o sentir unanime dos cri-

ticos, elle encerra a prégação daquelle apostolo. E afora este ha tambem o testemunho dos outros evangelistas.

2. Não se pode, alem disto, pôr em duvida este ponto, se se consideram as grandes torturas que Jesus padecera antes de o cravarem na cruz; e o que é até para admirar é que Elle ainda pudesse resistir durante tres horas inteiras suspenso della.

3. Os soldados encarregados de quebrar as pernas aos supplicados nem chegaram a fazer-lh'o, porque viram que já *estava morto*.

4. A propria lançada que naquella occasião recebeu, já de si bastava para no estado em que Elle se achava, lhe tirar a vida.

5. Pilatos concedeu a José de Arimathea levar o corpo sómente depois de pelo cinturião ter a confirmação *official* de que já era cadaver¹.

6. Os proprios judeus estavam inteiramente convencidos da realidade da morte. Se a tal respeito tivessem a mais pequena duvida, não teriam mandado guardar sem antes se certificarem de que já estava morto, para, sendo necessario, acabarem de o matar. Assim é que nem o Sannhedrin, nem os rabbins, nem os sophistas, tanto romanos como gregos, se atreveram a pôr em duvida a morte real de Jesus Christo. E o proprio Renan reconhece a força deste argumento. Só os racionalistas modernos recorreram á supposição pueril da morte apparente do Salvador, como depois veremos.

b) *Achou-se vazio o tumulo onde Jesus fóra sepultado.* — Em verdade, tanto os *amigos* de Jesus Christo, as piedosas mulheres, os apóstolos e discipulos, como os seus *inimigos* verificaram este facto para todos verdadeiramente sensacional.

Resumindo com effeito todas as particularidades narradas pelos quatro evangelistas, vemos que as sanctas mulheres (S. João só nomeia a Magdalena) foram dar com o sepulchro vazio, e foram (segundo Matheus e Lucas) levar

¹ Note-se mais que aos guardas se prohibia com ordens terminantes e castigos severos o apartarem-se do patibulo antes de verificarem a morte dos supplicados. Vid. Friedlieb, *Arch. der Leidensgeschichte*.

a noticia aos discipulos (a Pedro e a João, diz este); Marcos diz que ellas foram com medo de dar esta noticia. Correram Pedro e João (diz este) ao sepulchro; e o mesmo equivalentemente diz Marcos: «Foram alguns dos nossos ao sepulchro e acharam *ser verdade*, quanto as mulheres tinham contado». Assim, que a averiguação de que o sepulchro estava vazio, foi feita pelos discipulos e apostolos e pelas mulheres; e todos os amigos do Senhor a tiveram por certissima.

Os inimigos de Jesus Christo verificaram tambem este facto. Não o diz expressamente o Evangelho porque era excusado, nem documento algum profano nol-o affirma¹; é, porem, um ponto historicamente certo como conclusão de factos historicamente authenticos.

E, de facto, o sepulchro estava guardado pelos soldados que o verificaram estar vazio, sem saberem como; e vão levar esta estranha novidade aos principaes dos sacerdotes e estes por sua vez a communicam aos anciãos. Ora, será crível que os chefes da nação, os mais empenhados em olhar pelo cadaver, os que tinham alcançado um corpo da guarda para o vigiar, não se tenham por si mesmos certificado a desaparuição do corpo? Espalharam a voz que os discipulos tinham roubado o corpo do sepulchro; e não foram ou mandaram antes examinar os logares para descobrirem os indicios da supposta fraude? Tão certos estavam elles do succedido, que só acharam um meio,

1) Este documento existiu, e era nada menos que do proprio Pilatos, que o dirigiu ao então imperador romano, Tiberio. Tertulliano, sagacissimo pesquisador e entendidissimo nestes assumptos, conheceu-o e a elle se refere duas vezes no seu celeberrimo *Apologético*. «*Ea omnia*, diz elle numa das referencias, *super Christo Pilatus, conscientia christianus, Cesar, Tiberio renunciat*. Tanta impressão fez no animo do Cesar a narração destes factos acerca do divino Salvador que chegou a propol-o ao Senado, para que fosse reconhecido como Deus, como conta o mesmo Tertulliano e antes d'elle outro celebre apologetista, S. Justino. Não annuiu o Senado, o que o Imperador levou muito a mal, e que talvez fosse causa ou uma das causas das desavenças, que entre elle e o Senado se deram.

Este testemunho de Tertulliano tem, se bem se considera, um grande valor historico. Era este apologetista de uma logica de aço e de uma critica severissima e vastissima erudição; e o seu *Apologético*, em que grandemente se revelam estas qualidades, foi um como dardo terrivel, vibrado ao coração mesmo do paganismo empenhado, por fins do II seculo, numa lucta de exterminio contra os christãos. Ora, não ia um tal homem e em taes circumstancias aventurar tão importantes affirmações, se não tivesse á mão os documentos, o de Pilatos sobretudo, para as defender e confundir os antigos adversarios do nome christão, documentos, que nós não temos para rebater os hypercriticos modernos. Mas temos a auctoridade de um Tertulliano, mais que bastante para confundir a todos.

Nota do traductor.

bem ridiculo por certo, para se livrarem da sua situação critica, que foi recorrerem ao estulto expediente de peitarem os guardas para que propalassem terem os discipulos roubado o corpo, emquanto elles *dormiam*. Se tivessem realmente roubado o corpo, o que deveriam ter feito era averiguar onde elle parava; mas bem viam elles a realidade dos factos.

Ha mais ainda. Jesus Christo fôra crucificado na antevespera. E toda a Jerusalem, como que sentindo ainda os echos das aclamações, que pouco antes ouvira ao receber-o triumphalmente, contemplara o depois crucificado num lenho ignominioso. E dava ainda muito que fallar, depois da sua morte, esse homem extraordinario, pelos boatos que corriam de que; apezar de guardado pelos soldados, os seus discipulos o tinham roubado. E não iriam aos milhares, tanto os habitantes de Jerusalem como os forasteiros, vindos ás festas, ver e examinar o sepulchro, donde por um modo tão mysterioso havia desaparecido o corpo desse personagem, que occupava as atenções de toda a cidade?

Milhares foram, portanto, as testemunhas tanto deste facto, como da sua morte; porque todos os que se interessavam com o seu supplicio, se interessavam tambem quanto á sorte dos seus restos mortaes.

c) *Apresentou-se Jesus Christo realmente cheio de vida*. Este facto é attestado por *muitas* testemunhas *oculares*, que depois de verem o seu divino Mestre pregado numa cruz, o presenciaram outra vez vivo e não durante a noite, em sonhos, senão em pleno dia, quando tinham o pleno uso das suas faculdades. Ouviam-lhe as palavras, receberam as suas ordens, tocaram-no, apalparam-lhe o corpo e as feridas e até comeram com Elle.

2. E tractaram com Jesus Christo durante *quarenta dias*, não menos, e em circumstancias muito *diversas*, como perto do sepulchro, no Cenaculo, á beira do lago, no monte das Oliveiras, etc. Viram-no successivamente as piedosas mulheres, S. Pedro, os discipulos de Emaus; appareceu depois aos apostolos reunidos, excepto Thomé, que sabendo-o, se mostrou descrente até a teimosia; e ainda outra vez a todos os apostolos reunidos, incluindo Thomé, que desta vez se rendeu á evidencia da verdade; e ainda outra vez a

sete discipulos juncto ao lago de Genezareth; e por derradeiro na Galiléa, onde se reuniram para cima de quinhentos discipulos cuja maior parte quando ainda estava em vida, S. Paulo appellava para o seu testemunho. (I Corinth. XV-5).

3. *Mas nem os apóstolos nem os discipulos ou sanctas mulheres contavam com a resurreição do Senhor.* Bem lhes predissera Elle a sua morte e a resurreição, que se lhe havia de seguir; nunca, porem, nota o Evangelho, elles tinham comprehendido bem esta predição de Christo, como se pode ver pelos seguintes testemunhos:

As piedosas mulheres tinham ido ao sepulchro, mas, como asseguraram Lucas e Marcos, afim de embalsamarem o corpo; S. Marcos affirma que «*os que tinham andado com Elle, estavam afflictos e chorosos*» pela morte do seu Mestre; os discipulos de Emaus attestam tambem o facto de que o tumulo se achara vazio, e que este facto causou surpresa entre os amigos intimos do Senhor. Maria Magdalena, ao ver o sepulchro vazio, não achou outra explicação senão: «*Levaram do sepulchro o Senhor e não sei onde o collocaram*». E quando Jesus lhe appareceu, disse ella, sem o conhecer, «*tiraram o meu Senhor e não sei onde o puzeram... Se fostes vós, Senhor, que o levastes, dizei onde o puzestes, para eu ir buscal-o*». E Pedro e João, ao darem com o sepulchro vazio, creram logo na resurreição? Não; «*viu elle (João) e creu que o tumulo estava vazio; porque ainda não tinham comprehendido a Escriptura, segundo a qual Elle havia de resuscitar dos mortos*».

4. Os discipulos recusavam-se a dar credito ás aparições. S. Marcos conta como os discipulos se recusaram a dar credito ao que Maria Magdalena lhes annunciava; e o mesmo succedeu com os discipulos que tinham saído para o campo; a noticia foi acolhida com uma incredulidade geral. Assim é que, quando o Senhor appareceu aos onze «*lhes exprobrou a incredulidade*» e lhes mostrou as mãos e pés para que vissem, que não era um phantasma, e poz-se a comer com elles. E, não fallando da incredulidade de S. Thomé, de todos conhecida, tambem os demais, como declara S. Lucas, a proposito dos discipulos de Emaus, se mostraram incredulos, quando ouviram as mulheres que annunciavam as palavras dos anjos. E, referindo-se á aparição no

monte da Galiléa, nota S. Matheus que havia ainda «*alguns que persistiam na duvida*».

5. Passou, pois, a fé por boas provas. Mas ficou depois fraca ou persistiu vacillante? De nenhum modo. O que a estes testemunhos dá uma auctoridade incomparavel é que estes homens não duvidaram *derramar* até o proprio sangue por *testificar a resurreição* do Senhor. Antes, porem, de abonarem com seu sangue este testemunho, deram primeiro testemunho della por meio da sua prégação publica.

Assim que, da natureza das aparições, da sua multiplicidade, do numero e diversidade das testemunhas e do conjuncto das differentes circumstancias com toda a evidencia *se deduz* que o *facto* das aparições de Jesus, voltando á vida, não é menos *certo* que o *facto* da sua morte.

IV. OBJECÇÕES. — Muitas foram as objecções que contra a resurreição se excogitaram, o que não admira, por ella ser a pedra angular da doutrina catholica e um milagre que só por si basta a fundamentar a nossa fé na Revelação.

1.^a OBJECÇÃO. — Jesus, dizem, *não estava morto*, quando o desprenderam da cruz. A crucifixão, mesmo quando se crava o suppliciado, só occasiona uma pequena perda de sangue; e o crucificado só morre lentamente, de dores e de privações. Se, portanto, Jesus foi retirado *seis horas* depois de pregado, a sua morte foi apparente apenas e não passou de um deliquio que a mesma frescura do sepulchro fez desaparecer; as essencias com que o corpo fôra embalsamado eram um especifico para as suas chagas.

RESPOSTA. — Note-se que Pilatos ficou admirado ao saber da morte accelerada de Jesus. Não ficou, pois, tanto tempo vivo como era de esperar. É, entretanto, verdadeiro o facto, em que assenta a objecção, como nol-o diz a experiencia, porque é coisa verificada que um suppliciado, tirado a tempo da cruz, pode chegar a curar-se. Mas o nosso caso é muito outro:

Primeiramente, porque Pilatos só auctorisa o descimento do corpo depois de *certificar-se* que já está sem vida. Daqui se conclue que a morte após *seis horas* de crucifixão era possivel, pois que se assim não fôra, não teria Pilatos

concedido a auctorisacção para o sepultarem e nem mesmo teria pensado em averiguar se o suppliciado já tinha morrido. E, mais ainda, iria porventura José de Arimathea *audacter*, resolutamente, pedir o corpo, se fosse impossivel morrer com seis horas de crucifixão, ou se não estivesse certo da sua morte real?

O soldado romano feriu a Jesus no coração. A practica dos soldados romanos no uso da lança para os casos mortaes e a lamina larga como a mão entrando pelo peito facilmente explicariam a morte do Salvador, no caso de já antes não ter fallecido.

E foi, emfim, um Jesus desfigurado pelos tormentos e trabalhos da paixão, abatido, arrastando uns membros chagados, precisando de amparo, um Jesus a quem os seus discipulos *viram* num estado lastimoso, foi este Jesus que lhes infundiu coragem e os deixou completamente transformados? Não foi antes esse mesmo Jesus já glorioso, ostentando ainda as cicatrizes e as chagas abertas, mas já impassivel, quem operou nelles uma tão grande mudança?

2.^a OBJECÇÃO. — Os discipulos roubaram o corpo do seu Mestre; a accusação do Sanhedrin contra elles é verdadeira.

1.^a RESPOSTA. — Não é crível que alguém sem graves razões se aventure a uma empreza arriscada; e muito menos crível é que sem *nenhum interesse* para elles ou *contrariamente aos seus interesses*, se conjurem bastantes homens para um determinado fim, em si arriscado e junctamente criminoso; ora, tal é o caso em que forçosamente se encontrariam os apóstolos, na hypothese de terem machinado esse plano que lhes attribue a incredulidade.

Teriam primeiramente procedido assim sem terem motivo algum para isso, porque ou elles criam na resurreição, ou descreiam, ou duvidavam. Se *criam* nella, o esconder o cadaver era uma coisa completamente inutil; se *não criam* nella, o que deviam fazer era desinteressar-se e abandonar a causa de um homem de quem, depois de morto, nada tinham já á esperar; e se estavam *em duvida*, o que realmente aconteceu, como se deprehe de da narração evangelica, o mais natural, o que dictava um simples bom-senso

era esperar que se desenrolassem os acontecimentos para segundo elles orientarem sua conducta.

A não ser que elles fossem uns insensatos, supposição que não tem fundamento nenhum para se fazer, e que todos ao mesmo tempo o fossem, nunca lhes teria vindo á ideia o roubarem o corpo do seu Mestre.

Tinham pelo contrario motivos de muito peso para se não aventurarem a semelhante empreza; porque primeiramente se viam todos rodeados de *inimigos* de Jesus e taes e tão encarniçados inimigos que acabavam de maltrata-lo de um modo barbaro e de lhe dar uma cruel morte; não podiam por isso esperar de taes homens senão opprobrios e maus tratos.

Isto por parte dos homens, porquanto da *parte de Deus* só podiam temer o castigo pela sua culpa, castigo reservado á impostura, á blasphemia e á impiedade.

Estavam elles emfim certos de verem mallogradas as suas tentativas; porque como podiam elles, illetrados, des-acreditados, desamparados e sem haveres, sonhar sequer em realisar o projecto mais estulto que se podia imaginar como era o de fazer com que todo o mundo adorasse como Deus a um impostor, a um crucificado pelos judeus?

2.^a RESPOSTA. — *Ainda que quizessem*, não o poderiam *levar a cabo*. Para nos convenceremos disto, bastará apontar a natureza e os obstaculos de uma semelhante tentativa. O sepulchro estava escavado na rocha e a entrada estava cerrada por uma grande pedra e esta mesma sellada e vigiada por uma guarda romana. Ora, se assim é, que meios podiam os discipulos excogitar para a retirada do cadaver? Só tres lhes podiam occorrer, mas todos igualmente impracticaveis: a força, a peita e o estratagemas.

A *força* não, pois os apóstolos eram gente timida até á covardia, como pouco antes muito bem tinham demonstrado, durante a paixão, fugindo vergonhosamente e abandonando o seu divino Mestre. Não eram, portanto, homens capazes de forçar um corpo de guarda nem de violar os sellos da auctõridade publica. E mesino, dado que o conseguissem, não passariam despercebidos nem ficariam impunes.

A *peita* tambem não, por serem pobres. E alem disto

tinham que ir ao mesmo posto da guarda e subornal-os a todos sem excepção, pois que os guardas, arreceiando-se uns dos outros, se iriam arriscar.

*Um estratagem*a ou cilada ainda houvera sido mais difficil, se não impossivel. Por que via podiam elles, de facto, chegar ao sepulchro? por algum subterraneo? Podiam elles em poucas horas talhar o rochedo sem despertar um só dos guardas e teriam cegado a passagem sem deixar vestigios della e teriam ainda desenfaiado e desembaraçado das suas roupas o cadaver, dobrando depois com cuidado o sudario, que lhe velava o rosto; e teriam por fim rolado a loisa que fechava o sepulchro, e tudo tão disfarçadamente que nem dessem nas vistas!

Mas como esta via era impracticavel, tomaram de certo o caminho ordinario. Atravessaram por meio da guarda, romperam os sellos, rolaram a pedra, desataram e tiraram socegradamente as roupas e dobraram o sudario; e carregaram com o seu thesoiro, tornando pelo mesmo caminho. E tudo isto fizeram sem o minimo ruido e sem ninguem dar pela presença delles!

Mas, dirão, estavam dormindo os guardas. E dormiram todos, de modo que nem um só velava no seu posto que ordens severas obrigavam a vigiar bem; dormiam todos tão profundamente que nem um só dos movimentos, que se deram juncto delles, fez despertar um só dos vigias durante as horas caladas da noite!

Demos, porem, que estavam todos mergulhados em profundo somno. Como é que elles então *viram* que os discipulos levaram o cadaver? Encontraram o tumulto vazio e daqui concluíram que os discipulos o tinham levado. Mas força é confessar que em taes circumstancias é bem difficil de levar a cabo semelhante roubo. E como por outra parte a explicação do facto pela resurreição era pelo menos possivel e estava annunciada, e como os discipulos viram depois o seu Mestre, segue-se que as razões são em favor da explicação delles e não em favor de uma hypothese de todo inverosimil.

E como é que, perguntemos ainda, se não procurou o corpo roubado? Séria isto bem facil, pois aos principaes dos sacerdotes não faltavam meios nem facilidade para levar a cabo estas diligencias. E como é que se não castiga-

ram severamente os guardas? A disciplina militar romana punia de morte os soldados, que dormissem no seu posto. Porque houve para com estes indulgencia? A explicação é facil; é a que dá o texto sagrado: os guardas não tinham dormido. E se a si mesmos se culpavam, foi para receberem a somma promettida, fiados na palavra dos sanhedritas que se haviam compromettido a, sendo preciso, tomarem a defesa delles perante Pilatos.

Por todos os lados se depara, pois, com o absurdo, se se quizer recórrer á explicação pela fraude. E nem della lançaram mãos os proprios judeus, nem a lançaram em rosto aos apóstolos, quando depois por vezes os comminaram a que não, prégassem em nome de Jesus de Nazareth. Mais simples para elles houvera sido, e mais logico, accusal-os de terem roubado o corpo do seu Mestre. Dois mezes apenas após a resurreição, por andarem os apóstolos prégando este grande acontecimento, mandaram-nos os sacerdotes flagellar e limitaram-se apenas, ainda que de balde, a impôr-lhes silencio e mandaram-nos embora.

3.^a RESPOSTA. — Mas, admittindo mesmo um impossivel, que os apóstolos tivessem intentado roubar o corpo de Jesus, e que se tivessem saído bem neste seu louco intento, *nunca* elles houveram conseguido persuadir ao mundo inteiro que *Jesus tinha resuscitado* e que *era Deus*, no caso de realmente não ser senão um homem, que a justiça humana suppliciou e que morreu num madeiro infame. Com quantos obstaculos não ia defrontar semelhante tentativa!

1. Todos os *cumplices*, auctores ou fautores desta ardua empreza houveram de entender-se entre si para tornarem crível o seu embuste, obrigando-se a defendel-o mesmo em meio e á custa de atozes soffrimentos, unicamente com o fim de levarem a bom termo uma impossitura irrealisavel.

2. Fôra tambem mister enganar os *numerosos* discipulos, que tinham tomado parte no conluio e leval-os a acreditar nas aparições puramente imaginarias, de Jesus; e houveram de infundir-lhes uma fé tão robusta que affrontassem no correr do tempo os mais horriveis tor-

mentos e a propria morte antes que permittirem-se a menor duvida sobre a realidade da resurreição.

3. Houveram tambem de convencer não só a grande multidão de quantos, sendo pagãos, se insurgiam contra a moral severa de Christo e menosprezavam a sua pobreza e zombavam da loucura da sua morte na cruz, senão tambem os proprios *judeus* contrarios a Christo, os quaes depois de lhe darem morte affrontosa, tinham todo o interesse em revelal-o por impostor. E não obstante isto, é sabido como só com a primeira prégação de Pedro se converteram tres mil delles na propria Jerusalem e que na segunda o seu numero subiu a cinco mil.

4. E estes homens, carecentes de tudo quanto podia fascinar as multidões, é que viriam a sêr os instrumentos da prodigiosa conversão do mundo inteiro, desassistidos, por hypothese, do auxilio de Deus, e unicamente pela força da sua affirmacão, pois debalde podiam esperar que Deus lhes abonasse por meio de milagre uma abominavel impostura¹.

3.^a OBJECÇÃO. — Os discipulos imaginavam ver a Jesus vivo; foi uma questãõ de allucinaçãõ.

Sob varias formas ou aspectos costumam apresentar esta objecção. Mas a menos desarrazoada é ainda a seguinte: os discipulos estavam realmente convencidos do messianismo de Jesus; porem, com a morte affrontosa que elle soffreu, completamente desalentados; mas procuraram reagir e conciliar a sua confiança com esta morte ignominiosa. A Escripura lhes suggeriu que, de facto, o Messias havia de morrer, mas que tambem a morte não teria poder duradoiro sobre elle; e daqui concluíram que, tendo elle

1) Resuscitou Jesus ao terceiro dia; appareceu aos seus que o haviam abandonado e que se obstinavam em não crer na sua resurreição. Vêem-no, fallam-lhe e apalpam-no e convencem-se. Para lhes confirmarem a fé na sua resurreição, apparece-lhes Jesus por diversas vezes e em circumstancias diferentes. Vêem-no os seus discipulos ou a sós ou todos junctos; e uma vez appareceu a mais de quinhentas pessoas reunidas. Um apostolo que isto escreveu, assegura viver ainda a maior parte dellas na occasião em que elle escrevia. Dava Jesus resuscitado aos seus discipulos todo o tempo que elles queriam para o poderem examinar bem, e depois de se pôr á disposição delles no que quizessem para lhes tirar qualquer sombra de duvida, lhes mandou que fossem ser testemunhas do que tinham visto, ouvido e apalpado. Para que não possa haver duvidas sobre a sua boa fé nem sobre as suas convicções, os obriga a sellar com o seu sangue o seu testemunho. E por isso é que a sua prégação tem base inabalavel, tendo por fundamento um factõ positivo, unanimemente attestado por todos os que o presenciaram. A sua sinceridade está abonada pela mais convincente prova que se possa imaginar que é a dos tormentos e da mesma morte. (Bossuet).

morrido, era de esperar voltasse de novo á vida. Esta confiança é que deu origem á allucinaçãõ que passou de um a outro, e a outros, e depois a grupos cada vez mais numerosos.

RESPOSTA. — 1. Os *apostolos* nem sequer contavam com a resurreição. Quando lh'a annunciaram, negaram-se a dar-lhe credito. Nem Magdalena, nem Pedro, nem qualquer outro dos discipulos estavam convencidos de que o Messias havia de resuscitar, e voltar a vida. Ora, se nelles não houve tal convicção, rue por sua base esta architectada mole de affirmacões. Adduzam-se, pois, as provas da base historica desta persuasão e só então as poderemos discutir.

2. Não *denunciam* as narrações evangelicas a minima *excitação nervosa*, nem nas appareições se denotam signaes distinctivos das agitações e estonteamentos proprios das allucinações. As narrações são feitas com serenidade e os factos contam-se com toda a simplicidade e maxima sinceridade.

Alem disto as appareições cessaram ao fim de *quarenta dias* com a ascensão do Senhor. Ora, nas allucinações collectivas não costuma dar-se coisa alguma parecida. Repare-se no que, por exemplo aconteceu com o montanismo que perdurou coisa de meio seculo.

É proprio das allucinações causar nos que as soffrem, uma grande excitação nervosa, que vae depois, pouco e pouco, diminuindo e que termina pela prostração, pelo torpor e pela apathia. Os apostolos, ao contrario, ficavam serenos depois das appareições; e depois que ellas cessavam ficavam com uma intuição cada vez mais nitida do messianismo de Jesus e o prégam com uma energia indomita. Este só caracter revela nelles um temperamento normal e denota um espirito são e equilibrado.

3. *Aos propugnadores* desta hypothese é que *pertence* dar-nos a *explicação* de como o sepulchro *ficou vazio*. Eis a saida que Renan dá a este passo bem intricado: «É uma questãõ superflua e *inexplicavel*, nem jámais se conhecerá esta particularidade». É confessar que a sua theoria carece de base.

Se nos viessem dizer que o cadáver ficara no tumulo, deparavam-se com uma nova difficuldade, a de explicarem

como não mandaram abri-lo os principaes dos sacerdotes, para triumphantemente convencerem os apóstolos de impostores.

4.^a OBJECÇÃO. — Não houve aparições nem allucinações; mas os apóstolos estavam realmente convencidos de que Jesus, o Messias prometido, havia de sobreviver á morte no alem-tumulo; expressaram fortemente esta ideia «*Jesus vive*». Não foram bem *comprehendidos*, e daqui veio o *crerem* numa *resurreição*. Chegaram mesmo os apóstolos a dizer. «Nós vimos a Jesus», por ser a verdadeira forma de expressar a sua íntima convicção de que o seu Mestre vivia com os grandes sanctos Enoch, Elias e Moysés, arrebatados ao céu.

RESPOSTA. — 1. Deviam neste caso os apóstolos ver que lhes comprehendiam mal as palavras, e andavam assim, não as corrigindo, a enganar advertidamente o povo; ora, os defensores desta hypothese reconhecem grande sinceridade nos companheiros de Jesus; donde se segue estarem em contradicção consigo mesmos.

2. Os apóstolos *ficaram persuadidos*, de que Christo vivia; mas essa persuasão só pouco a pouco é que se foi radicando nelles; e para isto precisavam-se bastantes dias. Ninguém após a sua morte acreditava que elle vivesse; e ao terceiro dia, de manhã, as primeiras noticias sobre a desappareição do corpo foram recebidas por elles com incredulidade, e o mesmo se deu com as primeiras aparições. Só se deram por convencidos, só creram que Jesus vivia, *quando o viram*; e tal houve que esteve seis dias sem se dar por convencido.

O dizerem elles, por conseguinte: *Vimos o Senhor*, não foi porque criam numa imaginada sobrevivencia, mas creram na sua sobrevivencia porque *o viram* realmente vivo.

3. E alem de tudo isto *fica sempre* subsistente a questão do *tumulo vazio*. Expliquem-nos os objectantes como desappareceu do sepulchro o cadaver, assim como o descuido dos sanhedristas em não verem, se elle ainda lá estava.

5.^a OBJECÇÃO. — Longa sim e fastidiosa, mas sem importancia, é a objecção tirada das *quatro narrações* evan-

gelicas, das quaes pretendem deduzir a consequencia de *ellas não serem historicas*.

Deixemos de lado esta questão de saber se sim ou não ha contradicções entre os textos, e limitemo-nos a consideral-os aqui não como inspirados, mas só como documentos meramente historicos.

Quanto a estes, do mesmo modo que quanto a quaesquer outros documentos parecidos, não se pode dizer que elles *percam* o seu valor historico só porque divergem entre si ou se contradizem em alguns *pormenores*, mas estão de accordo quanto á substancia do facto.

Passa uma coisa parecida com o testemunho pessoal. Incriminam, por exemplo, duas testemunhas a um individuo por elle haver commettido um homicidio; mas uma diz que elle deu tres tiros contra a victima e outra que foram cinco; uma assegura ter-lhe ouvido: «Assim se ajustam as contas» e a outra nega terminantemente ter elle proferido qualquer palavra.

Contradizem-se estas testemunhas sobre pontos accessorios; mas nem por isso perdem o valor os seus testemunhos quanto ao facto principal do assassinio e quanto á culpabilidade do reu.

As divergencias muito frequentes nestes casos explicam-se perfeitamente pela diversidade das pessoas, dos logares que occupam e pela maior ou menor attenção prestada ao facto, assim como por mil outras circumstancias que é excusado apontar.

No que respeita á resurreição, estão de accordo os nossos quatro evangelistas quanto ao facto da morte e de se encontrar o tumulo vazio, bem como quanto ás diversas aparições cujas primeiras noticias foram acolhidas com desconfiança, aparições em que o Senhor se presta a desfazer quaesquer duvidas, deixando-se apalpar, tomando alimento e obrigando assim os apóstolos e discipulos a se renderem ante as provas palpaveis da sua resurreição.

Estando, pois, de accordo os testemunhos sobre os tres factos capitaes e quanto ás averiguações que puzeram termo á incredulidade dos apóstolos, que consideração merecem particularidades taes como a de saber-se se havia um ou dois anjos no sepulchro, ou se um anjo estava assentado, ou se os dois estavam de pé? ou se a Magdalena é que foi

a primeira a chegar ao sepulchro ou se foram as outras sanctas mulheres?

CONCLUSÃO. — Deixámos, ao narrar a resurreição, bem demonstrada a certeza historica das tres affirmações: Jesus Christo morreu na cruz; o seu sepulchro encontrou-se vazio; e appareceu de facto aos seus discipulos.

Sujeitámos a um exame critico as objecções ou subterfugios dos racionalistas: « Christo não tinha morrido; o seu tumulo não estava vazio; os discipulos roubaram o corpo; apossou-se a allucinação dos discipulos; a fé na resurreição originou-se de um equivoco ou má comprehensão das pregações apostolicas»; e vimos quanto são falhos e carecentes de bom-senso estes subterfugios, a que houveram de recorrer os racionalistas.

Possue, por conseguinte, este acontecimento da resurreição todos os predicados de um facto historico. Pelo que se em nossos dias se ouve dizer: « A resurreição não é um facto historico », não fazem esta affirmação baseando-se numa critica scientificamente e methodicamente realisada; não porque ficassem despojados de auctoridade historica os documentos que a ella se referem; mas sim porque a resurreição *seria um milagre*, e o milagre contradiz o « postulado scientifico », a que acima nos reportamos, o postulado da constancia das leis naturaes.

Certos, pois, da importantissima verdade da resurreição, repitamos plenamente confiados as palavras: « Creio em Jesus Christo, que foi crucificado, morto e sepultado e que ao terceiro dia resurgiu dos mortos ». E, tendo presente que este facto foi uma demonstração cabal do mesianismo de Jesus Christo e um formoso contra-peso ao escandalo da sua paixão, e que foi tambem para os apostolos a causa da sua completa transformação, sirva-nos elle tambem para confundirmos os inimigos da nossa fé e para emularmos os apostolos e os innumerados varões sanctos que no amor e sacrificios por ella se assignalaram e por este meio grangearam nome e galardão eterno.

TERCEIRA PROVA

A REALIZAÇÃO DAS PROPHECIAS SOBRE A PESSOA E MISSÃO DE JESUS CHRISTO

I. Enumeração de algumas prophecias.

Logo após a queda do primeiro homem revelou Deus e continuou depois a annunciar, ao principio pelos patriarchas e mais tarde pelos prophetas, a vinda do Messias, que havia de substituir a antiga religião por outra mais perfeita e extensiva a todos os povos e a todos os tempos. Assim é que foram os prophetas no volver dos seculos designando o Messias, assignalando-o á humanidade com uma precisão cada vez maior, aprazando o tempo do seu apparecimento, indicando a familia, a que pertenceria e a cidade onde havia de nascer. E estas suas prophecias dão-nos, com bastantes seculos de antecedencia, muitos circumstanciados pormenores sobre o seu nascimento, vida, prégação e milagres, e sobre os seus soffrimentos e sua morte, e seu triumpho sobre a morte e sobre o mundo. Taes são, por exemplo, cingindo-nos só ao tempo em que o Messias devia nascer, as celebres prophecias de Jacob, de Daniel, de Aggeu e de Malachias¹.

1. *Vinda e qualidades do Messias.* — Será filho de Abrahão (Gen. 12), oriundo da tribu de Judá (Gen. 12) e descendencia de David. (Ps. 88; Is. 11; Jerem. 23, etc.); será o Messias desejado de todas as nações (Gen. 49; Agg. 5); nascerá de uma Virgem (Is. 7; Jer. 31; Ezech. 44), na cidade de Belem (Mich. 5), antes de a nação perder a independencia (Gen. 49), na 70.^a semana de annos após o edito para a reconstrução do templo de Jerusalem (Dan.

1) Entre os textos que citamos, relativos ás prophecias, alguns ha de sentido menos preciso, cuja applicação ao Messias, se prestaria a discussões que aqui não podemos por' mendo expôr. Mas quem, guiando-se pelas normas de uma sã hermeneutica, os percorrer e examinar bem, achará textos, realmente conclusivos, tanto e tão variados e tão eminentemente apropriados, textos que, com antecedencia de seculos, caracterizam tão bem o mesmo personagem, que o seu conjunto certamente constituirá para um homem de boa fé uma prova solida da missão divina do Salvador.

9) e antes de o segundo templo ser destruído por uma nação estranha (Agg. 2; Mal. 3).

Sua vinda será precedida de uma paz universal (Ps. 71; Is. 2; Dan. 2; Zach. 3); annuncial-a-ha e lhe preparará os caminhos um enviado, cuja voz se fará ouvir no deserto (Mal. 3; Is. 40).

Será o Messias, de nome e de facto, Jesus ou Salvador (Habac. 3; Is. 51, etc.), Emmanuel ou Deus-comnosco (Is. 7), o Christo ou Ungido por excellencia (Ps. 2 e 44; Is. 61; Lament. 4), o Filho de Deus (Ps. 2; Os. 11), Deus (Is. 9, 25, 35, 40; Ps. 44 e 49; Bar. 3; Mal. 3) e Deus escondido (Is. 45), pontífice segundo a ordem de Melchisedech (Ps. 109), o Justo por antonomasia (Jer. 23; Sabed. 2; Is. 45, 62, etc.), o Sancto e o Sancto dos Sanctos (Ps. 4 e 15; Is. 12; Dan. 9), o admiravel, o conselheiro, o Deus forte, o pae do futuro seculo, o principe da paz (Is. 9).

2. *O seu nascimento e juventude.* — Será o Salvador adorado pelos reis do Oriente, que lhe offerecerão oiro e incenso (Ps. 71; Is. 60), terá morada no Egypto (Os. 11) e em Nazareth, na Galiléa (Is. 9, segundo o texto hebreu), tractará com os moradores de Sião (Is. 12, etc.), e honrará com sua presença o templo (Agg. 2; Mal. 3).

Será pobre e dado ao trabalho desde a sua juventude (Ps. 87); e comtudo será rei e possuidor eterno de um reino, que se extenderá até aos confins da terra (Ps. 2), e será obediente, meigo e pacífico (Ps. 119).

3. *Sua carreira apostolica.* — Não calcará aos pés a canna quebrada nem apagará a mecha ainda fumegante (Is. 42); irá buscar as ovelhas perdidas, levantará as que estiverem caídas, pensará as feridas dellas, fortificará os fracos, confirmará os fieis e os guiará pelo caminho da justiça (Ezech. 34), consolará os afflictos (Is. 61) e operará milagres nos cegos, surdos e mudos, etc. (Is. 35 e 42). E, comtudo, por poderosa que seja a sua palavra e soberana a sua doutrina, ha de o Messias ser para um grande numero de judeus uma pedra de escandalo e uma occasião de ruina (Is. 1, 6, 8, 42).

4. *Sua paixão e morte.* — São Isaias, Jeremias e os Psalmos um como que Evangelho prophético, como se

pode ver pelos seguintes textos: «E pesaram então trinta dinheiros de prata para meu resgate. E o Senhor me disse: Atira para o oleiro essa grande somma em que me avaliaram quando me puzeram a preço (Zach. 11). Verdadeiramente elle tomou sobre si os nossos achaques e carregou com as nossas dores. Tomamol-o nós por um leproso, punido por Deus e humilhado. Ficou todo chagado por causa das nossas iniquidades e triturado por causa dos nossos crimes. O castigo que nos devia trazer a paz, caiu sobre Elle e foi pelas suas torturas que nós fomos sarados. Andavamos nós desgarrados por caminhos enganosos e Deus lhe endossou as nossas iniquidades e o feriu por causa dos crimes do seu povo. Já não tem formosura nem brilho. Vimol-o; não se parecia nada, feito objecto de desprezo, escoria dos homens, um homem de dores e todo desfigurado; foi levado á morte como um cordeiro e como uma ovelha que não dá balidos ante quem a está tosquiando, e não abriu a bocca (Is. 53). Assemelha-se antes a um verme que a um homem; é a abjecção dos homens, a escoria do povo (Ps. 21).»

«Que chagas são essas no meio das vossas mãos? São as chagas dos que se diziam meus amigos (Zach. 13). Traspassaram-me as mãos e os pés e contaram todos os meus ossos. Olharam-me e examinaram-me; repartiram entre si o meu fato e tiraram á sorte a minha veste (Ps. 21). Todos os que me viram, zombaram de mim, fallaram com os seus labios e abanaram as suas cabeças. Poz, dizem elles, a sua confiança no Senhor; pois que o venha elle livrar, que o salve, se é que o ama (Ps. 21; Sabed. 2). Cercaram-me como toiros, rugiram como leões e arremetteram a mim como matilha de cães (Ps. 21). Apresentaram-me fel por alimento e deram-me vinagre para matar a sede (Ps. 68); todo o dia fui objecto de escarneo de todo o meu povo (Jer. 3).»

5. *Fundação da Igreja.* — Annunciam-na a maior parte das prophecias. «Infundirá Deus o seu espirito sobre todos os habitantes de Jerusalem e dar-lhes-ha um espirito novo e um novo coração (Is. 46; Ezech. 37; Joel, 2). Pregada primeiro em Sião (Is. 2; Mich. 11) será a palavra de Deus levada por testemunhas fieis á Africa (Is. 43-44), á

Lydia, á Italia, á Grecia, ás ilhas longinhas, ás gentes immersas nas sombras da morte e as ganharão para o Senhor (Is. 60 e 52). Eu os farei passar pelo fogo e os deixarei acrysolados como o oiro no fogo (Zach. 13). Uma nova alliança reunirá todos os povos (Is. 49; Jer. 31; Os. 2, etc.); lobos e cordeiros, leões e ovelhas viverão de harmonia doces e pacificos (Is. 11; Soph. 3; Jer. 32)».

6. *O sacrificio da nova Lei.* — Foi prophetizado por Malachias, o ultimo na serie dos prophetas. Annuncia elle que «os sacrificios da antiga lei, até então offerecidos só no unico templo de Jerusalem, serão substituidos por uma oblação toda pura que será offerecida em toda a terra e por todos os povos» (Malach. 1, 10, 11). E já Isaias e David tinham predicto, que este sacrificio da nova alliança seria offerecido por sacerdotes escolhidos de todas as nações do mundo (Is. 66), tendo por summo sacerdote um da ordem de Melchisedech (Ps. 109).

7. *Figuras propheticas do Messias.* — Queria Deus que o seu povo tivesse sempre o Messias futuro na mente. Porisso não se contentava com annunciar-o por intermedio dos prophetas, senão que, conformando-se com os estylos do povo judaico ou em geral com os dos povos do Oriente, teve o cuidado de que o Messias lhe fosse de antemão apresentado sob a forma de typos e de *symbolos*. Citemos para os primeiros a Isaac, José, Moysés, David e Jonas; e para os segundos o cordeiro paschal, o maná, e a serpente de bronze. Pode até dizer-se que todo o culto e instituições do povo israelita tinham um caracter typico. «Toda a administração deste povo, diz S. Agostinho, foi uma continuada propheta do rei que elle esperava». Muito embora este genero de propheta não possa ser apresentado como prova, esclarece, comtudo, e confirma os argumentos precedentes.

II. Realização das prophetas messianicas.

Mas será verdade terem-se realisado e cumprido estas numerosas prophetas, que umas ás outras se foram succedendo, accordes sempre, durante mais de 4.000 annos,

em annunciar o acontecimento extraordinario e humanamente impossivel de antever? A esta questão é que agora vamos responder.

Notemos antes de tudo haverem decorrido quinientos annos entre a derradeira das prophetas messianicas e a primeira que dellas realisou. Neste intervallo, pelos annos 280 a 125 antes de Christo, foram os livros do Antigo Testamento vertidos do hebreu para o grego. Assim o dispuzeram os divinos decretos, para que, espalhando-se *antes da vinda do Messias*, pelo mundo inteiro a Biblia chamada dos Septenta, não houvesse duvida alguma sobre a *pre-existencia* das prophetas messianicas.

Para qualquer seguramente se certificar da perfeita realisação de todas ellas na pessoa de Jesus Christo e só nelle, basta que leia os Evangelhos; a concordancia do Antigo com o Novo Testamento é tão cabal que, se com toda a certeza não soubessemos existirem os livros propheticos bastantes seculos antes de Christo, seriamos forçados a crel-os escriptos não por prophetas, mas a julgal-os plagiaros ou então a serem de historiadores posteriores aos acontecimentos¹.

1. *O tempo aprasado* para a vinda do Messias estava tão bem designado e de tal modo conhecido por toda a terra que, desde a proclamação do imperio romano e da paz universal, não sómente os *judeus*, mas tambem todos os povos estavam na espectativa deste acontecimento; e esta espectativa, que tambem fôra predicta, é attestada por todos os historiadores coevos. «Era geral, diz Tacito, a persuasão, baseada nas antigas prophetas, que o Oriente ia prevalecer e que da Judea sairiam os senhores do mundo». Quasi pelas mesmas palavras se expressam Suetonio e Josepho. Era esta expectação do prometido libertador tão universal e tão viva entre os judeus que seguiam

1) Bem conhecidos são os esforços empregados pelos criticos modernos, especialmente por Reuan, Welhausen, Darmstetter, etc., para encontrarem uma *explicação* natural ao caracter sobrenatural da missão prophetica, e para fazerem ver que o papel historico desempenhado pelos prophetas era diverso do que a tradição catholica lhes aponta. Sujeitaram os textos a toda a sorte de torturas; recorreram a interpoções phantasiadas as mais extravagantes para desta forma rebaixarem os prophetas á condição de simples adivinhadores e para apresentarem essas predições como feitas após os acontecimentos. Já quanto á historia e religião de Israel é insustentavel esta theoria naturalista, por não corresponder á realidade; mas muito mais o é no que diz relação á predição do Messias.

logo cegamente qualquer caudilho que como Messias ou como seu precursor se apresentasse. D'aquí provieram as frequentes revollas que antecederam a ruina de Jerusalem.

E, coisa realmente curiosa, emquanto os europeus esperavam do Oriente o Salvador, os índios e chinezes o esperavam do Occidente, como affirma Voltaire nas suas *Addições á historia geral*. De um e outro lado se concentravam, pois, os olhares para um ponto do globo que outro incredulo, Boulanger chama «o polo das esperanças das nações».

As demais prophcias vieram a realizar-se da mesma forma; pelo que se pode affirmar serem as prophcias do Antigo Testamento uma representação fiel da vida e morte de Jesus Christo e a historia abreviada das suas obras e do portentoso estabelecimento da Igreja. A reciprocidade é perfeita e a applicação por si mesmo se faz. São os prophetas umas como testemunhas que por unanimidade de votos depõem em favor de Jesus, como observava S. Pedro aos judeus: *Huic omnes prophetae testimonium praebeant*. A Jesus de Nazareth se referem todos os oráculos dos videntes, todos os typos propheticos, todas as instituições allegoricas da antiga lei e demonstram ser Elle o verdadeiro Messias designado pela divina inspiração e o soberano Salvador do genero humano.

2. Não é pois, para admirar que os apóstolos de continuo tenham allegado os testemunhos dos prophetas para convencer os judeus da missão de Jesus Christo. Dirigindo-se a outra especie de ouvintes, adduziam outra especie de argumentos; mas fallando aos judeus, nenhum outro tinha, que se comparasse com esse em força. Porisso é que S. Pedro se servia principalmente delle nas suas exhortações que faziam conversões aos milhares; e assim, depois de se apresentar a si como testemunho auricular da voz celeste ouvida no Thabor, appellou para as prophcias como ainda mais decisivas, dizendo: *Habemus firmiorem propheticum sermonem*. (II Petri I-19). E, similhantemente, S. Paulo passava dias inteiros a lhes demonstrar a Jesus como revelado por Moysés e os prophetas: *Suadebat eis de Jesu ex lege Moysi et prophetis a mane usque ad vesperam*. (Act. XXVIII-23).

3. O proprio Jesus Christo alentava os animos dos discipulos nas tribulações que passavam, mostrando nellas a realização das prophcias: *Interpretabatur illis in omnibus Scripturis quae de ipso erant*. (Luc. XXIV-4). E já antes o dissera aos judeus: *Estudae as Escripturas, vós que credes, encerrarem-se nellas palavras de vida: são ellas que em meu favor testemunham*. (Joan. V-39).

CONCLUSÃO. — Da realização de tantas prophcias relativas a acontecimentos, impossiveis de prever-se bastantes seculos antes de elles se darem, se deduz com evidencia, ser realmente Jesus Christo o verdadeiro Messias, annuciado e desejado muitos seculos; e por uma consequencia igualmente certa se conclue ser verdadeiramente divina a religião por Elle fundada e muito de antemão prophetizada. Taes revelações só de facto as pode fazer quem tem presentes os seculos e por sua sabedoria e omnipotencia pode dispôr e ordenar os successos futuros. «É um perpetuo milagre, diz profundamente Pascal, a realização de todas as prophcias: e não havemos mister outra prova para se reconhecer a divindade da religião christã».

«Dizei-me, senhores, exclama Lacordaire, que juizo fazeis depois de referir as principaes prophcias messianicas? Encontramo-nos ante dois factos parallellos e correlativos, ambos certos e ambos de proporções colossaes; um que perdurou dois mil annos anteriores a Christo e outro que perdura depois d'elle ha quasi dois mil annos; um que annuncia uma revolução extraordinaria e impossivel de prever e outro que é a realização della, tendo ambos estes factos como principio, como termo e como centro de união a Jesus Christo. Qual, pergunto de novo, o vosso parecer? Se optaes pelo negativo, dizei-me então o que é que ousaes negar? Será porventura a *existencia* da ideia messianica? É impossivel negal-a, porque ainda subsiste no povo judaico existente, nos multiplices monumentos da sua historia, nas tradições universaes do genero humano e nos testemunhos formaes da mais extremada incredulidade. Ousareis pelo menos negar a *preexistencia* dos pormenores das prophcias messianicas? Nem essa podeis negar porque o povo judaico, inimigo e crucificador de Christo, interessado e sempre empenhado em expungir os documentos comprobativos do

seu messianismo, nos assegura serem as suas Escripturas hoje as mesmas que eram outrora; e alem disto existe o Antigo Testamento traduzido para o grego mais de 250 annos antes de Christo, por diligencias de Ptolomeu Philadelpho, rei do Egypto; e deste modo passou ao conhecimento dos hellenos, dos romanos e, em geral, do mundo civilisado.

Talvez, porem, tomeis pelo caminho opposto para resolver a questão e ouseis negar a *realisação* da ideia messianica. Mas ante vossos olhos tendes a Igreja catholica, filha dessa ideia, de quem recebestes o baptismo.

Quereis porventura, para resolver a questão, firmaros, como em ponto de apoio, no ponto de contacto dos dois grandes e extraordinarios acontecimentos? Atrêver-vos-heis a negar que na pessoa de Jesus Christo se realisasse a ideia messianica, que fosse judeu, da tribu de Judá e casa de David e que fundasse a sua Igreja no duplo desmoronamento da Synagoga e da idolatria? Mas notae que nos dois campos oppostos estão os dois inimigos irreconciliaveis completamente concordes em affirmal-o: o judeu diz *Sim*; e o christão diz *Sim*.

Mas, instareis ainda, esse conjuncto de extraordinarias circumstancias que num só e mesmo personagem, em Christo, se combinaram ou realisaram, não poderiam ter sido obra do acaso? O acaso, se existe, não passaria de um accidente fortuito e passageiro, que por sua mesma definição exclue a ideia de successão de factos. Não são os acasos que penduram dois mil annos, seguidos de quasi outros dois mil annos.

Senhores, onde ha intervenção de Deus, nada se pode fazer que a vá contrariar. Apresenta-se-nos Jesus Christo como o centro da vida, tanto para o passado como para o porvir e a como alma dos tempos, tanto dos anteriores como dos posteriores a Elle; mostra-se-nos em sua ascendencia intimamente relacionado com o povo judaico, que é o maior monumento social e religioso dos tempos antigos, e em sua descendencia intimamente relacionado com a sua Igreja, que é a maior obra social e religiosa dos nossos tempos. Vemol-o tendo em sua mão esquerda o Antigo Testamento, o maior livro dos tempos anteriores, e tendo na mão direita o Evangelho, o maior livro dos tempos posteriores

a Elle. Mas entre os seus predecessores e os posteriores a Elle avulta a sua personalidade incomparavelmente superior á sua ascendencia e descendencia e soberanamente maior que os patriarchas e prophetas; que os apóstolos e os martyres. Apresentado por tudo quanto antes d'elle houve de mais distincto, avulta agora e sempre a sua physionomia pessoal num fundo sublime e nos revela um Deus prototypo da perfeição e sem poder ser igualado». (Conf. 41.^a-1846).

QUARTA PROVA

OS MILAGRES DOS APOSTOLOS E DISCIPULOS DE JESUS CHRISTO

1. **Predicção dos milagres.** — Innumeros haviam de ser os obstaculos que os discipulos do Salvador tinham de vencer ao prégar a religião christã. Bem preciso era portanto que a Providencia auctorisasse com milagres aquelles, a quem dava o encargo de a prégar. E querendo tambem Jesus Christo que na humana fraqueza brillhasse o divino poder, teve o cuidado de lhes garantir de antemão este mesmo auxilio.

«Em verdade, em verdade vos digo, assegurou-lhes Elle, quem crer em mim, tambem fará as obras que eu faço e até maiores». (Joan. XIV-22; Marc. XVI-17 e 18). Publicaram os apóstolos no Evangelho uma tão formal promessa do Mestre, e assumiram deste modo a *obrigação* de tambem fazerem milagres. E não tivessem elles dado de facto brillhantes provas do seu poder miraculoso, houvera a propagação do Evangelho logo desde o começo deparado com insuperaveis difficuldades.

2. **Realisação desta predicção.** — Cumpriu-se fielmente este oraculo divino, como se pode ver ao percorrer-se o Evangelho, os Actos dos apóstolos e a Historia Ecclesiastica. Foram estes milagres ao principio mais necessarios á Igreja e por isso tambem então foram mais frequentes. «Transportavam os enfermos para as praças publicas e alli os collocavam em leitos ou catres, para que ao passar

Pedro, com a sua sombra pelo menos os tocasse e recuperassem saúde». (Act. V-15). Dava-se na Igreja, no seu começo, quanto aos milagres o que se dá com as arvores ainda novas que para crescerem e se desenvolverem não mister, observa S. Gregorio Magno, regas mais frequentes.

a) Entre os muitos milagres apontados no livro dos Actos são mais assignalados o da cura do coxo de nascença á porta do templo; a do paralytico; as curas operadas pela sombra de S. Pedro; o livramento delle por um anjo quando estava preso e bem guardado no carcere. (Act. III, IX, V, XII). Muitos foram tambem os milagres operados por S. Paulo em Epheso e outros logares só por tocarem o seu fato e a resurreição de um menino em Troas. (Act. XX).

Dois milagres merecem comtudo especial menção porque se deram com os proprios apóstolos; e são a descida do Espirito Sancto aos apóstolos no Cenaculo e a conversão de S. Paulo em caminho para Damasco.

b) Operou-se no dia de Pentecostes um duplo milagre, o *physico* pela descida do Espirito Sancto em forma de linguas de fogo e dom das linguas concedido aos apóstolos; e o *moral* pela completa transformação operada nos mesmos apóstolos. Cento e vinte pessoas estavam reunidas no Cenaculo, quando este grande acontecimento se deu, e se divulgou logo em muitas terras por intermedio dos muitos forasteiros que nessa conjunctura se achavam em Jerusalem. Não fosse este facto real, que bastaria só o desmentido dado por estes forasteiros, de volta ás suas terras, para nellas se tornar impossivel a propagação do Evangelho.

c) Affirmou-se e com provas convincentes que só o milagre da *conversão* de S. Paulo bastaria para dar uma solida demonstração da divindade da religião christã¹.

Dirigia-se Saulo, ardendo em furor contra os christãos, para a cidade de Damasco com o intento de nella prender os discipulos de Jesus Christo e os levar depois algema-

1) Vid. Lytleton, *La religion chrétienne démontrée par la conversion et l'apostolat de S. Paul.*

dos a Jerusalem. Iudo já proximo da cidade, foi como que de subito fulminado por um poder occulto e privado da vista: e uma voz, que era a de Jesus Christo lhe fallou, e no mesmo instante se operou em sua pessoa uma radical transformação. Apareceu Nosso Senhor nessa mesma occasião a Annanias e o informou de tudo o que dizia respeito ao recém-convertido. Sarou Saulo da sua cegueira por intermedio de Annanias e recebeu o baptismo. Foi este perseguidor, Saulo, já Paulo, o que no mundo se vae assignalar, sem competidor, pelo seu ardente amor a Jesus Christo e pelo infatigavel *zelo* na conversão dos gentios.

Não pode haver duvida alguma razoavel ácerca da *realidade* destes factos, tres vezes narrados nos Actos e pelo proprio Paulo em carta aos Ephesios. Quando um homem da tempera de Paulo refere um tão importante acontecimento e com tanta precisão de particularidades, e quando este facto, nos é por outra parte garantido pela sua conversão, sob todos os respeitos memoravel, e pelas maravilhas que se lhe seguiram, ninguem, estando em seu juizo, ousará suppor aquelle homem dominado por uma especie de allucinação. Um tal acontecimento só pode ter uma explicação plausivel pela intervenção de uma causa *sobrenatural*.

É verdade que Renan, por exemplo, partidario da impossibilidade do milagre, se vê forçado a procurar a explicação da conversão de Saulo numa causa de ordem *natural*. Mas onde vae busca-la? «É, diz elle, não arrazoando mas phantasiando, o estado de alma de S. Paulo; são seus remorsos ao avizinhar-se da cidade onde vae pôr o cumulo ás suas maldades e que foram a verdadeira causa da conversão de Paulo... Não é *inverosimil* que tivesse sobrevivido uma tempestade subita... Era *natural* que Paulo tivesse prestado ouvidos á tempestade que lhe agitou o coração, que um delirio febril, causado por uma insolação, uma ophtalmia se apossasse delle... que uma faisca electrica o tivesse derribado e nelle tivesse causado uma commoção cerebral violenta que por algum tempo o privou da vista; pouco importa... Em meio das allucinações de que os seus sentidos estavam tomados... imaginou ver a Jesus». (*Os Apóstolos*).

Não encerram estas palavras de Renan mais que um

alinhavado de hypotheses, carecentes de provas e mesmo de verosimilhança. Partindo de que o sobrenatural é impossível, atropella a historia sem pudor, elle que mais tarde ousa afirmar que «é proprio da escola racionalista explicar sempre os acontecimentos historicos por *causas adequadas*».

d) O dom dos milagres, que tinha assignalado os começos da Igreja, perdurou ainda durante os primeiros seculos, por uma forma muito especial e por motivos identicos; pelo que os Padres daquela epocha se referem, plenamente convictos, aos milagres que diariamente se operavam aos olhos de todos; convidavam os pagãos a irem presencial-os; desafiavam-nos a apresentarem-lhes, por exemplo, um possesso, que elles obrigariam o demonio a deixal-o. Eram afinal estes factos tão patentes, que nem os pagãos ousavam pô-los em duvida; e por isso nem mesmo os SS. Padres cuidavam em demonstrar á realidade delles, mas simplesmente provavam, que estes factos sobrenaturaes só se podiam explicar por uma intervenção *divina*.

e) Revela-nos tambem a Historia Ecclesiastica, para cada um dos seculos seguintes uma multidão de milagres de authenticidade irrecusavel; pelo que com verdade se pode afirmar que os actos dos sanctos não são senão a continuação dos Actos dos apóstolos. Basta que qualquer percorra o *Acta Sanctorum* dos Bollandistas para verificar esta verdade. Leia-se, por exemplo, o que conta Sulpicio Severo, companheiro e biographo de S. Gregorio de Tours, ácerca dos innumerados milagres de que elle proprio foi testemunha presencial e que grangearam ao sancto arcebispo o sobrenome de Thaumaturgo. Não menos brilhantes nem menos authenticos são as obras prodigiosas de S. Simão Estelyta, narradas por Theodoretto, que as presenciou e escreveu para os que diariamente accorriam á columna do sancto anachoreta. Pode-se do mesmo modo ver na *Cidade de Deus*, de Sancto Agostinho, a narração dos extraordinarios milagres feitos no seu tempo e por vezes ante seus olhos, especialmente pelas reliquias do proto-martyr Sancto Estevam. É fóra de toda a duvida que estes historiadores são merecedores de uma inteira confiança.

f) E ninguém de boa fé nega que ainda hoje em dia o Pai renda á divindade do Filho e da Igreja; obra sua, o solemne e insophismavel testemunho dos milagres. Percorra-se, por exemplo, no tomo dos *Esplendores da Fé* pelo P.^e Moigno, o capitulo intitulado: *O milagre no tribunal da sciencia*. «Lá encontrareis, diz com razão o auctor, uma demonstração rigorosa e cabal, dada pela sciencia mais acrisolada, o accordão solemne do mais augusto e mais auctorizado tribunal do universo, acerca de cinco milagres operados no decimo oitavo e decimo nono seculo, em tudo parecidos aos milagres dos Evangelhos¹.

OBSERVAÇÃO. — Um só milagre verdadeiro basta para provar a divindade da religião, em prol da qual se sabe com certeza ter elle sido operado. E, como em cada seculo se deram factos miraculosos que abonaram a religião de Christo, forçoso seria a quem tentasse desfazer a solidez da presente prova, fizesse tambem o mesmo para os *documentos historicos* de todos os seculos decorridos.

QUINTA PROVA

CUMPRIMENTO DAS PROPHECIAS FEITAS PELO PROPRIO JESUS CHRISTO

Vimos como na sagrada pessoa de Jesus Christo se realisaram as prophecias messianicas, pelas quaes demonstrou ser Elle o verdadeiro Messias, annuciado pelos pro-

1) Referindo-nos aos milagres de que a historia da Igreja em cada seculo faz menção não podemos passar em silencio os que nos actuaes tempos se realisam em Lourdes. Quem ha que ignora as portentosas curas que cada anno se operam na grutta de Massabielle? Não se tracta aqui de factos remotos, mas de contemporaneos que qualquer por si mesmo poder ir examinar. As testemunhas lá estão; e quem quizer pode ir interrogal-as, e o mesmo se diga dos acontecimentos que todos podem ir verificar.

Leia-se, por exemplo, *L'histoire authentique des événements de Lourdes* por Bertrin; ou as obras do Dr. Boissierie, *Lourdes, histoire médicale*; *Les grandes guérisons de Lourdes*; ou *Récit et étude d'une guérison subite d'une fracture*, etc. doutores Van Destenberghe, Royer e Deschamps (Bruxelas 1900). Este facto encontra-se tambem na *Rev. des Quest. Scient.* oct. 1899; e numa brochura do Dr. Deschamps intitulada: *Pierre de Rudder* (Blond, Paris), etc.

Contam-se por milhares estas curas extraordinarias que se reformam a doencas gravissimas e de muito diversa natureza. As doencas nervosas nem entram com um para treze nas curas ou melhoras que o *Bureau des Constations* sujeitou ao seu exame critico. A tuberculose, por exemplo, em todas as suas formas, deu lugar a 571 curas comprovadas; e 34 cegos recobriram a vista; e 28 surdos mudos a falla e o ouvido. Vid. Bertrin.

phelas. Tiremos agora uma nova prova de sua missão divina, das prophcias, que Elle tambem em vida fez. Se realmente a prophcia se eguala ao milagre em demonstrar a divindade de uma missão ou de uma doutrina, quanto maior força convincente não terá ella, quando num mesmo successo se encontra a prophcia junctamente com o milagre? Se o prophetisar é já um *milagre*, quanto mais o não será prophetisar *milagres*? Ora bem, as prophcias de Christo, em vida, teem quasi todas ellas este character.

I. Paixão, morte e resurreição de Jesus Christo.

Não nos alargaremos nas prophcias que Jesus Christo fez relativamente á sua paixão, morte e resurreição. «Dirigimo-nos para Jerusalem, disse Elle um dia para seus discipulos; e o Filho do homem será entregue aos principes dos sacerdotes e aos escribas; condemnal-o-hão á morte e o entregarão ás gentes; hão de insultal-o, cuspir-lhe no rosto e flagellal-o e crucifical-o; e ha de resuscitar ao terceiro dia. (Math. XX; Marc. X). Todos sabem que esta predição se cumpriu em todas as suas particularidades. Predissera tambem Jesus a traição de Judas, o abandono em que, ao ser preso, o haviam de deixar seus discipulos, a triplice negação de Pedro, a descida do Espirito Sancto após a sua morte.

Insistamos, porem, somente nas prophcias, cuja realisação só mais tarde se havia de dar e que de certo modo haviam de extender-se a todos os seculos vindouros.

II. Ruina de Jerusalem e dispersão do povo judaico.

Por diversas vezes e em termos bem claros predissera Jesus as desgraças, que estavam impendentes sobre a cidade deicida, num futuro proximo, a ser cercada e o templo a ser arruinado.

Acabava Nosso-Senhor de dizer aos seus discipulos que daquelle templo não ficaria pedra sobre pedra, quando elles lhe perguntaram: «E quando, Senhor, acontecerá isso?» «Em verdade, em verdade, tornou-lhes Elle, que não passará esta geração sem que estas coisas se cumpram...

Mas antes disso se apossarão de vós e vos perseguirão e levarão ás synagogas e ás prisões e vos arrastarão á presença dos magistrados e dos reis para dardes testemunho da verdade... Quando virdes Jerusalem cercada por um exercito, ficae sabendo que a sua ruina está imminente. Jerusalem, Jerusalem, tempo virá em que os teus inimigos te cingirão de trincheiras e te porão apertado cerco e te deixarão prostrada a ti e a teus filhos e em ti não deixarão pedra sobre pedra, porque não conheceste o tempo, em que foste visitada... Os teus filhos serão passados á espada, levados captivos para todas as nações, e Jerusalem será calcada aos pés pelas gentes. Em verdade vos affirmo que não passará a geração actual sem que todas estas coisas se verifiquem. (Math. XXIV; Marc. XIII; Luc. XIII-34 e 35; XIX e XXI.

Todos sabem como esta prophcia se realisou ao pé da letra. Segundo o testemunho de Josepho, historiador coevo, que por escripto nos transmittiu as horrendas circumstancias da ruina de Jerusalem, mais de um milhão de pessoas pereceram a ferro e fogo e fome. Parece-lhe a elle que jamais nenhuma outra cidade soffreu tanto como Jerusalem.

Tinha Tito com severas ameaças recommendado que poupassem o templo, onde, tomada a cidade, continuaram os ultimos dos combatentes a defender-se com um encarniçamento inaudito. Mas foram baldadas as suas ordens, porque um soldado, movido, diz Josepho, por uma inspiração divina, lançou mão de um tição acceso e com elle reduziu o templo a um montão de cinzas e de ruinas. A catastrophe foi tão inopinada e completa que o vencedor não pôde deixar de reconhecer e proclamar a intervenção divina de que elle fôra apenas um instrumento. (Josepho. De bello judaico t. VI).

Tentaram de novo os judeus sobreviventes, dispersos pela Judéa, sacudir o jugo romano, imperando Adriano; mas este, para de vez acabar com a nação, matou-lhes seiscentos mil homens e dispersou os restantes e prohibiu-lhes até que se approximassem de Jerusalem, que desde então se ficou chamando Elia Capitolina.

Não era, porem, isto ainda bastante. Era mister que as palavras do divino Salvador ácerca deste grande acontecimento tivessem uma ainda mais solemne confirmação.

Permittiu, pois, Deus que um imperador apostata tivesse a ousadia de lhes querer dar um desmentido, e com esse fim resolveu Juliano a reconstrucção do templo, e não se poupou a esforços para tornar fallazes as divinas palavras. Porem, prodigios estupendos lhe estorvaram estes designios. Attestam-no o historiador Socrates, S. Cyrillo de Jerusalem, S. Chrysostomo, S. Gregorio Nazianzeno, assim como um amigo daquele imperador, Ammiano Marcellino, cujo testemunho é irrefragavel. «Emquanto Alipio, affirma este historiador, auxiliado pelo governador da provincia, dava calor á obra, saíram dentre os alicerces globos terriveis de fogo, que rebentavam muitas vezes sobre os trabalhadores e os feriam, e algumas vezes lhes tornavam o terreno inacessivel, até que afinal continuando este fogo vencedor a lançar-se persistentemente sobre os trabalhadores, como se estivesse apostado a afugental-os, houveram de levantar mão da empreza». Assim que o resultado unico desta tentativa foi que, abrindo os caboucos ao novo templo acabaram de destruir os fundamentos do antigo, e deste modo se verificou á letra a prophesia de que não ficaria *pedra sobre pedra*.

Cumpriu-se tambem, como todos sabem, a prophesia relativa á *dispersão* dos judeus. É um facto bem conhecido que, quando um povo se mistura com outros povos, bem depressa acaba por perder os caracteres proprios á sua raça; o povo judaico, contudo, constitue uma excepção a esta lei da historia, pois apezar de disperso pelo mundo, persiste formando uma raça *á parte*, continuando deste modo, sem o querer, a ser um perpetuo testemunho das prophcias, da maldição que pesa sobre este povo deicida. «Achou Deus, observa Bossuet, um meio de que só existe um exemplo no mundo, o de conservar em sua ruina os judeus expatriados durante mais tempo que os mesmos povos que os subjugaram. Nem sequer subsistem os restos dos antigos assyrios, dos antigos medos, dos persas ou gregos e nem mesmo dos antigos romanos; perderam os traços caracteristicos e confundiram-se com os demais povos. Só os judeus, despojados por essas antigas nações tão famosas na historia, lhes sobreviveram; e Deus, conservando-os, nos deixa em expectativa sobre o que ainda intenta fazer dos restos desse desgraçado povo, outrora d'elle muito querido.

Aproveita sem embargo o seu endurecimento á salvação dos gentios, para os quaes servem como de guardas seguros das Escripturas, que predisseram a Jesus Christo e os seus mysterios».

III. Perseguições.

«Sereis vós de mim testemunhas na Judeia e Samaria e até aos confins da terra», disse o Senhor aos seus discipulos. E depois annunciou-lhes os futuros successos do seu apostolado, dizendo-lhes que seriam odiados e perseguidos por sua causa. «Se, assegura-lhes, o mundo odeia, tende presente, que primeiro que a vós me odiou a mim. Persequindo-me, vos perseguirão tambem. Eu vos envio como ovelhas em meio de lobos..., far-vos-hão comparecer em suas assembleas, flagellar-vos-hão em suas synagogas... sereis odiados por minha causa... sereis felizes quando os homens vos odiarem e repellirem, quando rejeitarem como infame o vosso nome por amor do Filho do homem. Alegrae-vos então e exultae de contentamento, porque grande será no céu o vosso galardão. É chegado o tempo em que os que vos derem a morte, imaginarão fazer com isso um serviço a Deus. (Act. I-8; Joan. XV-18 a 20; XVI; Math. X; Luc. VI).

Que taes palavras propheticas se cumprissem á letra nol-o demonstram os *Actos* dos apostolos. Foram elles vilipendiados, arrastados aos tribunaes, encarcerados e açoitados; mas superabundava nelles a alegria «porque foram julgados dignos de soffrer ultrages pelo nome de Jesus». Excusado é accrescentar que desde então se cumpriu a predição do divino Mestre e continuará cumprindo-se a travez dos seculos.

IV. Caridade dos christãos.

Nenhuma virtude era mais insistentemente recommendada pelo Senhor do que a caridade. «O meu mandamento é que vos ameis uns aos outros assim como eu vos amei». -- «Em vos amardes uns aos outros é que todos reconhecerão que sois meus discipulos. — Que elles estejam todos unidos, como vós, meu Pae, estaes em mim e eu

em vós; que elles sejam perfeitamente todos unidos para que o mundo conheça que fostes vós que me enviastes». (Joan. XIII-35; XV-12; XVII-21 e 23).

Prophetizou, pois, Jesus Christo que a sua Igreja se assignalaria por uma extraordinaria caridade e por uma admiravel união entre os seus membros. E o que nos diz sobre este ponto a historia? Que os christãos desde os primeiros dias da nova religião se distinguiram em «formarem, como dizem os Actos, um só coração e uma só alma». Innumeros foram, no decurso dos seculos, os heroes da caridade que, á porfia, exercitaram toda a sorte de misericordia, corporaes e espirituaes, para allivio das miserias e soffrimentos da humanidade, como depois veremos.

CONCLUSÃO. — Do cumprimento das diversas prophecias logicamente se deduz ser divina a missão de Jesus Christo e ser tambem divina a religião que Elle veio fundar. E esta conclusão impõe-se com força ainda maior, se se considerar que muitas dellas foram *expressamente* feitas afim de comprovar a *divina missão* de Jesus Christo. A da resurreição é uma dellas. Referindo-se aos phariseus e judeus incredulos, que para numa occasião o deixarem enredado, lhe pediram um milagre, lhes disse Jesus: «Pede um signal esta raça corrompida, mas não lhe será dado senão o de Jonas propheta» (Math. XII-39 e 40), alludindo ao da resurreição, figurada pela conservação do propheta nas entranhas do monstro marinho. Taes são tambem as referentes á traição de Judas e as perseguições por que a Igreja havia de passar. «De antemão vos annuncio isto, para que quando se realizar, me reconheçaes pelo que eu sou». Joan. XIII-19)¹.

1) Por aqui se vê que juizo se ha de fazer dos seguintes assertos de E. Hervet (*Revue des Deux-Mondes*, 1881): «Assim como nunca Jesus fez milagres assim não fez tambem prophecias, porque a propheta é uma especie de milagre. Não pôde predizer a tomada de Jerusalem nem a destruição do templo como nem tambem a sua morte (referimo-nos á predicção precisa e minuciosa) e ainda menos a sua resurreição. As narrações sobre estes pontos carecem de valor historico». A razão que dá para se sair com semelhantes despropositos, é sempre a mesma: «O dictame que serve de guia para a verdadeira historia é que tudo quanto não é da natureza não é nada nem pode ser lida em alguma conta, a não ser como uma ideia». Vid. o que se disse sobre o milagre em geral.

SEXTA PROVA

A PRODIGIOSA PROPAGAÇÃO DA RELIGIÃO
CHRISTÁ

I. Observação preliminar. — Passemos a outro genero ainda de milagres, os de *ordem moral*. Podemos dar-lhe como definição: Um facto que, derivando da natureza do homem livre, de forma se extralimita nas leis por que ella se rege, que para se realizar esse facto, seja forçoso admittir uma intervenção directa e extraordinaria de Deus. Tem tambem a ordem moral suas leis, como as tem a ordem physica. Lei moral é, por exemplo, que uma grande multidão de gente não muda em poucos dias de convicções, de procedimentos e de costumes, mormente quando as paixões, os interesses e os partidarios se põem, unidos, em acção contra esta mudança¹.

De duas maneiras pode Deus intervir tanto na ordem moral como na ordem physica: uma regular e providencial, e outra extraordinaria e *miraculosa*. Para, rigorosamente fallando, haver milagre de ordem moral, é mister que realmente se dê uma derogação de uma lei certa da ordem moral; pelo que não basta uma orientação *providencial* dos acontecimentos, dado mesmo que ella fosse mais ou menos miraculosa.

Convem observar que, comquanto os milagres de ordem moral não sejam tão accessiveis ás intelligencias menos cultas, não deixam comtudo de ser verdadeiros milagres e susceptiveis de, pelo menos, aos instruidos communicarem tanta convicção e força demonstrativa, como os milagres de ordem physica. Porisso é que, referindo-se á Igreja e fallando da sua portentosa propagação, da sua eminente sanctidade, da sua inexgottavel fecundidade em practicar o bem, da sua unidade universal e inabalavel estabilidade, chama o Concilio do Vaticano a tudo isto

1) Ao conjunto de leis de ordem moral dá-se ás vezes o nome de *lei da historia*, lei que nos dá a conhecer com antecedencia o que com certa probabilidade e por vezes com certeza em determinados casos os individuos ou as nações entregues a si mesmos, farão. Convem, porem, não confundir esta noção com a da *lei moral* propriamente dicta, que obriga em consciencia, como, por exemplo, a de que não deves fazer a outrem o que não quizeras que outrem injustamente te fizesse a ti mesmo.

«um grande e perpetuo motivo de credibilidade, um testemunho irrefragavel da sua origem divina» (Cap. III de Fide).

II. Rapida propagação do Christianismo. — Conviria antes de tudo provar o facto mesmo da rapida propagação do Christianismo; mas é tão manifesto e são tantos os monumentos da historia antiga, tanto sagrada como profana, em que elle se baseia, que nem os proprios incredulos se atrevem a negal-o; pelo que só cuidam em lhes desvirtuar a natureza, procurando explical-o por causas meramente naturaes. Citemos apenas alguns textos que o demonstrem.

Ainda viviamos apostolos e já S. Paulo escrevia aos Romanos: «A vossa fé é annunciada no mundo inteiro». E aos Colossenses dizia: «O Evangelho, que ouvistes, que foi prégado a toda creatura sob o sol, e do qual eu sou ministro...». Cem annos após a morte do Senhor, já, como affirma S. Justino, contava fieis em todas as nações. E mais explicito é pouco depois Tertulliano no seu Apologético endereçado aos magistrados do imperio romano. «Somos de hontem, diz elle, e já enchemos as vossas cidades, as vossas ilhas e até os campos e o palacio e o senado e o foro; e só vos deixamos os vossos templos. Ficaria ermo o imperio, se nos retirassemos delle... Encontram-se os fieis entre os Parthos, os Medos e os Elamitas, entre os povos da Mesopotamia, da Armenia, da Phrygia, da Cappadocia, do Ponto da Asia Menor, do Egypto, da Cyrene, e entre as diversas raças dos Getulos e dos Mouros, e entre os habitantes da Hespanha, da Gallia, da Bretanha e da Germania». E Plinio o Moço, assustado com o grande numero de christãos existentes na provincia, para cujo governo o escolhera o imperador Trajano, escrevia-lhe no anno 112: «A contagiosa praga da superstição christã já se não limita ás cidades, invadiu já as aldeias e os campos e se estendeu pelas gentes de todas as edades, condições e sexos. Os nossos templos estão quasi totalmente abandonados, do mesmo modo que as practicas religiosas». «Por toda a parte se encontra esta raça de christãos», exclamava Seneca. Mas até o proprio Renan confessa, a proposito da rapida diffusão do Christianismo, que «a

prophecia de Christo se tinha realisado dentro do espaço de cento e cincoenta annos. O grão de mostarda tornara-se uma arvore que cobria toda a terra».

III. Não tem explicação natural esta propagação do Christianismo. — Ninguem terá sobre isto duvida se tiver presentes as principaes circumstancias desta rapida e universal propagação em tão curlo praso. Enumeremos algumas.

1. *Os seus mesmos prégadores.* — Não eram nem oradores, nem philosophos, nem letrados instruidos nos diversos ramos das sciencias ou da politica; mas, antes pelo contrario, eram uns homens judeus, desprezados pelos outros povos, e, o que é mais, eram uns galileus desprezados pelos proprios judeus. Eram todos, quasi sem excepção, desprovidos de riquezas e desconsiderados aos olhos do mundo e nada tinham que os auctorisasse ou lhes abonasse a missão ante o povo, os sacerdotes e os philosophos, e muito menos ainda ante os governantes e os imperadores. Tudo pelo contrario concorria para lhes desacreditar a doutrina e fazer gorar os seus projectos.

2. *A doutrina que ensinavam.* — Ainda menos mal, se a sua doutrina não fosse de encontro ás paixões. Mas o peor é que ella tanto contradizia as desregradas propensões do coração como os preconceitos da intelligencia. Pelos mysterios e dogmas ia offender o orgulho dos homens, e pela sua moral severa e inflexivel ia defrontar-se com todas as ruins inclinações de uma sociedade corrompida.

Que contraste entre a vida dos pagãos, sem peias, sem remorsos, e a que os christãos lhes vinham impor! serem modestos até a humildade; serem bondosos, pacientes e caritativos a ponto de amarem os inimigos como a si proprios e de perdoarem as injurias mais dolorosas; desprenderem-se dos bens terrenos a ponto de preferirem a indigencia á injusticia; amarem tanto a castidade que repellissem os pensamentos a ella contrarios; ficarem fieis á sua fé até a custa da propria vida. Tanto era o que se exigia de homens criados no seio do paganismo onde podiam sem freio entregar-se a toda a sorte de paixões e instinctos depravados, a exemplo dos seus deuses, modelos e fautores de semelhantes desregramentos.

3. *Tím que se propunha alcançar* — Tractava-se na da menos que substituir a tão antiga como grandemente veneranda lei de Moysés por uma nova lei, obra de um homem a quem a Synagoga acabava de dar a morte por meio de um supplicio infame; propunha-se derribal-a por toda a terra e, coisa inaudita, substituiu-a por um culto unico e universal, essa idolatria, que havia muitos seculos dominava no mundo e que, havida por essencialmente nacional, era reputada como uma necessidade social, que compenetrava todos os actos tanto da vida publica como da particular e que por isso mesmo era amparada por todos os poderes publicos no mundo, incluindo o poder imperial, cujo culto, alem de mais auctorizado, era olhado como necessario ao imperio¹.

4. *O tempo em que appareceu.* — Veio a nova religião ao mundo no seculo de Augusto e de Tiberio, de todos o mais policiado e illustrado, mas tambem o mais pretencioso e corrompido, seculo em que o imperio estava mais ufano com os seus multiplos philosophos, oradores, poetas e historiadores, hostis á nova religião, e em que Roma, dominadora das nações, era a unica a dar as leis e a impôr os seus costumes, baseados nas tradições pagãs. A ignorancia dos apóstolos tinha, pois, que haver-se com a sciencia dos grandes genios da antiguidade, de sobejo inchados com o seu saber².

5. *Durissimas perseguições que teve de soffrer desde o seu comeco.* Não só não foi a nova doutrina secundada pelos poderes publicos senão que teve de entrar em lucha aberta com os furores da Synagoga, com a prepotencia dos imperadores e reis, com as crueldades dos governadores e magistrados e contra a furia e as calumnias dos sacer-

1) E a todas estas instituições cultuaes iam substituir um culto detestado, que um grave historiador como Tacito accusava de odiar o genero humano e que impunha aos seus proselitos a estranha novidade de prestarem adoração a um Deus invisivel e junctamente a um homem, a um judeu condemnado a uma morte infame pedida pelos sacerdotes e magistrados da sua propria nação. Vid. Lacordaire, conf. 16.^a.

2) Nada desprezaram os sabios do paganismo para acabarem com a nova doutrina. Alem da sciencia e do sarcasmo dispunham elles das artes, do favor dos grandes e de uma infinidade de recursos exteriores e eram sobretudo secundados pela impetuosa corrente das paixões humanas». (Card. Hergenröter, *Hist. da Igreja*).

dores, dos philosophos e do povo¹. Desde o anno 64 em que rebentou a perseguição de Nero, até ao edicto de Constantino em 313 contam-se, neste espaço de dois seculos e meio, não menos de dez grandes perseguições ordenadas pelos imperadores, afóra um sem numero dellas regionaes ou locaes, ou originadas de edictos imperiaes não revogados, ou provocadas pelo odio dos governadores, dos magistrados e dos sacerdotes idolatras.

1.^a OBJECÇÃO. — Nenhumas tentativas omittiu o racionalismo para abalar a solidez desta prova inabalavel.

Opinam uns, como Duruy, Boissier e outros muitos explicar-se muito naturalmente esta rapida propagação do Evangelho pela unidade do imperio romano, pela grande diffusão da lingua grega e pelas communicações facilitadas pelas grandes vias militares.

RESPOSTA. — Estamos bem longe de negar que tudo isto tenha servido aos progressos do Christianismo. Reconhecemos de bom grado que a Providencia divina «abrangendo fortemente de um a outro extremo, e dispondo tudo com suavidade» se quiz servir do imperio romano como de precursor, para, sem de facto o saber, preparar o caminho á prégacao evangelica. Mas de terem estes meios facilitado esta prégacao a fazerem-na acceitar vae uma enorme differença. Os que bem pensam, terão para si, que estas causas não são menos favoraveis ao paganismo que á nova religião. Quanto á diffusão da lingua grega, notou-se e com muita razão ter por meio della tomado maior incremento a influencia corruptora da litteratura pagã. Sobre a facilidade das communicações é inutil fallar, pois tanto ou mais ainda serviram aos perseguidores que ás suas victimas.

2.^a OBJECÇÃO. — Mas, dizem, não se pode negar terem efficaçmente influido para acceitarem a nova religião, o estado pessimista dos espiritos e as calamidades publicas daquelles tempos, assim como o entusiasmo das

1) Segundo se deduz das *Apológicas* de Justino, de Tertulliano, de Athénagoras, de Theophilo e da Obra de Origenes contra Celso, foram os christãos, desde o comeco, alvo das mais negras calumnias, pois lhes assacavam adorar a cabeça de um jumento, practicar ritos infundados, immolar crianças e comel-as em suas reuniões, etc.

inullidões pelas novidades e coisas maravilhosas, bem como a precisão que havia de uma moral pura.

RESPOSTA. — Quanto ao pessimismo e calamidades publicas só realmente se fizeram sentir por fins do II século, quando já o Christianismo se achava espalhado pela maior parte do imperio romano então conhecido. Mas o facto é que em vez de disporem as almas a abraçarem a fé, foram antes um obstaculo á propagação della, pois que a nova religião é que carregava com as culpas das calamidades publicas¹.

Quanto ao mais, é certo ter-se notado desde o começo do imperio um certo prurido pelas novidades em materia de religião. Sob os primeiros imperadores estavam em voga na sociedade romana os cultos importados do oriente e particularmente o de Mithra. E é para notar a este proposito a complacencia com que a escola racionalista se empenha em pôr em relevo a analogia dos ritos christãos com os orientaes, com o da regeneração, por exemplo, para a iniciação nos mysterios ou o do baptismo sangrento do *laurobruto*. O que ella, porem, cala é que este gosto pela novidade fica limitada quasi somente á alta sociedade e que longe de servir a uma religião que tinha por base fundamental da unidade da sua fé a crença em um *Deus unico*, era mais uma achega a favor do polytheismo. Alem de que aquelle culto nacional, o imperial sobretudo, accommodava-se sem difficuldade a essas religiões orientaes; nem consta que auctoridades romanas lhes tenham jamais negado os seus favores. Não iam, comtudo, esses cultos, por mais polidos que pareçam no seu vago pantheismo, mais alem de uma curiosidade morbida, que não contradizia a religiosidade natural animada de semelhante espirito. Daqui se deduz quão pouco tinha que esperar o Christianismo de um tal *estado* de alma que afinal lhe era antes desfavoravel que propicio; a não ser que nos queiram fazer crer que os cultos voluptuosos e sangrentos se tornaram uma preparação efficaz para uma religião essencialmente casta e humana em seus procedimentos.

1) A proposito destas calamidades publicas attribuidas aos christãos é que Tertulliano em termos acros e vehementes se insurge, dizendo: «Transhoua o Fihre, não se espanta o Nilo a emateirar as margens, a culpa é dos Christãos; *christianus ad leones*».

«Não encontrou o Christianismo o logar desembaraçado, observa Mons. Duchesne, senão que houve de des- arraigar de todas as almas, que grangeou, não só o apego a tal ou tal culto, mas tambem uma certa religiosidade com- mum a todos os cultos pagãos, que pouco a pouco se ti- nham ido amalgamando e impondo á crença geral. Em vez da crença dos antigos deuses, desprestigiada pela philoso- phia e pela introduccão de novas deidades, foi-lhe mister implantar um dogma, simples é verdade, mas totalmente diverso dos até alli admittidos; teve, alem disso e sobre- tudo, de impôr as leis de uma moral severa áquellas almas, para as quaes, ao menos após a invasão dos cultos orien- taes, a religião tinha sido um instrumento sobretudo de excitação morbida e um pretexto a toda a sorte de desor- dens.»

3.^a OBJECÇÃO. — Tambem, objectam, o islamismo se propagou com notavel rapidez.

RESPOSTA. — A disparidade é enorme e não admite comparação alguma. A fundação e propagação do Christia- nismo sómente pode explicar-se por meio de uma inter- venção divina emquanto a do islamismo é facil de explicar, porque este possuia tudo o que, como obra humana pre- cisava para se estabelecer e diffundir. Era Mahomet um homem de talento, que não recuava ante a impostura, a crueldade e a immoralidade e que fazia consistir a sua reli- gião em algumas *practicæ exteriores* apenas, como a ora- ção, o jejum, a esmola, as ablucões, a peregrinação a Mecca e a guerra sancta; estas practicas religiosas eram o bas- tante, e tudo o demais era permittido. Ora, uma religião desta natureza não podia deixar de contentar tanto o lado bom da natureza humana como o outro lado perverso da natureza humana. O homem é, por uma parte, naturalmente religioso; mas procura por outra harmonisar esta religião, a ser possível, com os seus instinctos ruins. Ora, o isla- nismo satisfaz plenamente a estes requisitos. Pelo seu dogma da unicidade de Deus, contenta grandemente a in- telligencia, e por este lado se avanta muito ao polytheismo que tinha muita voga entre os povos; e pela carencia de mysterios impostos á mesma intelligencia, pelas desordens moraes que nesta vida permittia á vontade e pelos gozos

sensuaes que na outra promettia, tão facilmente arrolava como conservava os proselitos.

Havendo ainda, alem disto, para o islamismo, numa mesma pessoa unidos os dois poderes, civil e religioso, e sendo a sua propagação a golpes de alfange não só permittida, mas até preceituada, facil foi, prégando a fatalidade, repartindo os despojos da guerra sagrada e promettendo o paraíso aos que nella perdessem a vida, atear entre os mussulmanos um grande fanatismo e leval-os a practicar actos de prodigioso valor. O Christianismo, pelo contrario, não só não contava com nenhum destes meios humanos, senão que a sua propagação houve de fazer-se vencendo a resistencia das paixões humanas contrariadas e supportando toda a sorte de obstaculos e violencias dos extranhos. Porisso disse com razão Paschal: «Se Mahomet tomou pela via que humanamente leva ao triumpho, Jesus Christo tomou pela, que humanamente leva á morte; pelo que em logar de se tirar a conclusão de que, se Mahomet triumphou, tambem Jesus Christo pôde triumphar, deve essa conclusão corrigir-se dizendo-se que, se o mahometismo triumphou, o Christianismo devia perecer, se não fosse amparado por uma força divina».

MARAVILHOSA CONSERVAÇÃO DO CHRISTIANISMO ATRAVEZ DOS SECULOS

Assim como a religião fundada por Jesus Christo e prégada pelos apóstolos não pôde, sem o auxilio de Deus, ser implantada no mundo por causa das innumeradas dificuldades que se lhe oppunham, assim tambem nem a sua *conservação*, como pela Igreja catholica se realisou, pode admitir uma explicação possível sem uma intervenção manifestamente *divina*.

Muitas vezes, tomando por base a historia, se teem apontado as causas da decadencia e ruina da Igreja, infallivelmente condemnada a desaparecer como as outras obras humanas, se ella não tivesse o sello das obras divinas e não fosse obra de um Deus feito homem. Para demonstral-o enumeremos apenas algumas das incessantes e terriveis luctas por que passou atravez dos seculos.

«Apenas a Igreja veio ao mundo, diz o P.^e Olivier, logo o paganismo desembainhou contra ella a espada que

brandiu sem cessar durante tres seculos e que só ao fim delles, por embotada e sem prestimo, houve de abandonar. A dura prova das perseguições seguiu-se bem mais temivel, a dos schismas e heresias, aggravada pela instabilidade e deslocação do imperio romano ante os embates das hordas barbaras e ante as luctas da liberdade e da civilização contra o selvagismo. Surgiu bem depressa o mahometismo, que apertando a Europa num como cinto de ferro, procurou estrangulal-a com mão possante.

A mesma paz dada á Igreja não a pôde ella lograr sem grandes trabalhos, porque os principes temporaes, abusando da influencia que haviam alcançado com a protecção concedida á Igreja, semearam nella os germens da corrupção e da simonia, e levaram tão longe a sua audacia, que até forçaram o Papado a transferir de Roma para Avinhão a sua séde.

Sobreveio ainda depois outra prova mais formidavel que as passadas, a revolta e apostasia de muitos povos christãos, que ainda hoje em dia continua subsistindo. De antemão e por longo tempo preparada pelos catharos, pelos valdenses e albigenses e combatidos por uma cruzada e pelos esforços dos filhos de S. Francisco e S. Domingos, tomou esta apostasia novos alentos pela desatinada ambição de Philippe o Bello, pelo grande schisma do occidente e pelas tentativas de Wiclef e de Huss. Desencadeou-se ella depois como uma tempestade, contra a Igreja de Jesus Christo, sob o violento impulso de Luthero. Para levar a cabo os seus intentos, revestiu esta apostasia todas as formas, variou incessantemente de titulos ou rotulos e lançou mão de todos os meios. E assim, como protestantismo combate pela penna e pela espada; como philosophismo serve-se com profusão do sarcasmo da calumnia; como revolução sanguinaria organisa os suffocamentos e levanta os cadafalsos; e como poder armado invade os territorios pontificios e lança mão sacrilega do Vigario de Jesus Christo».

Eis por alto alguns factos que a historia regista. E, entretanto, que foi o que aconteceu? As escolas philosophicas, as seitas religiosas, os reinos e os imperios e, em summa, todas as instituições humanas foram ruindo uma por uma, ainda que por vezes tudo parecesse amparal-as; e só a Igreja, parecendo por vezes sossobrar, sobreviveu ina-

balavel a todas ellas; e saiu até mais depurada e forte das innumeradas provações por que a divina Providencia permittiu que passasse. E assim se tem sempre verificado o que disse Sancto Agostinho: «Pode ser impugnada a Igreja, mas vencida nunca; *impugnari potest, expugnari non potest*».

NOTA. — A estes factos em si grandemente convincentes façamos duas observações que mais lhe realçarão o valor.

A primeira é que não só subsiste a Igreja ha mais de dezenove seculos, senão que em meio de tantas vicissitudes se tem conservado a *mesma* tanto no poder como na disciplina e no culto. É este um facto unico no mundo ao qual nenhum outro se pode comparar, e tão maravilhoso que os outros governos, se conseguem manter-se por alguns seculos, é só á força de concessões e temporisações, adaptando as suas instituições ás necessidades dos tempos; a Igreja, pelo contrario, se manteve sempre inflexivel e sempre invariavel no que para ella é essencial.

A outra observação digna de notar-se é ter sido expressamente *prophetisada* esta sua perpetuidade e por diversas vezes. «Eu estarei convosco até á consummação dos seculos», disse Jesus aos apóstolos, antes de envia-los a todas as partes do mundo. E qual houvesse de ser a efficacia deste seu auxilio declarou-o Elle a S. Pedro, antes de escolhel-o para cabeça do collegio apostolico, dizendo: «Tu és Pedro e sobre esta Pedra edificarei a minha Igreja; e as portas do inferno (os poderes infernaes, as violencias, as ciladas dos inimigos) não prevalecerão contra ella». (Math. XVI-18). «Sereis opprimidos, diz Elle mais aos apóstolos, mas não temais, porque eu venci o mundo». (Joan. XVI-33). Temos aqui mais um facto *duplamente* milagroso, tanto na *prophecia* como na *realisação* della.

CONCLUSÃO. — A consequencia evidente que do sobre-dicto se deduz, é que apesar de algumas circumstancias terem favorecido a diffusão do Evangelho, contudo o resultado obtido não está em *proporção* com os meios *humanos* postos em practica para alcançal-o; pelo que é força suppôr ou admittir a intervenção sobrehumana de Deus. Attente-se, com effeito, nisto: anteriormente ao decimo quin-

to anno do governo de Tiberio, nem sequer havia no mundo o nome de christãos. A cruz era tida como um instrumento de grande infamia e o paganismo imperava sobre toda a humanidade invadida pela corrupção; e contudo, não obstante a terrivel opposição que encontrara, já sob o governo de Constantino, o Christianismo, nos maiores centros de civilisação, como Roma e Athenas, se achava triumphante. Não dispunha de nenhum dos meios que deviam assegurar o exito de similhante empreza, como eram o saber, as sommas avultadas, o favor da opinião publica, a força das armas ou o valimento dos poderosos; e só, humanamente fallando, podia contar com o menosprezo geral; pois se ia fundar sobre o mysterio da cruz e ia ser propagado por judeus, discipulos de um suppliciado num lenho infame. E todavia a sua victoria foi tão cabal, que a cruz se tornou logo objecto de carinho e adorações e passou a servir de ornamento no diadema dos imperantes e emblema honorifico entre os povos, que no mundo primaram pela sua civilisação. Em tudo isto, não ha duvida, interveio a mão de Deus. «O poder fazer adorar uma cruz, diz Chateaubriand, só pode ser, juramol-o, o poder de um Deus». Conhecido é a este proposito o dilemma de Sancto Agostinho: «Ou a religião de Jesus Christo só á força de milagres superou todos os obstaculos, e neste caso é força reconhecê-la como divina; ou ella se estabeleceu sem milagres e nesta hypothese a conversão do mundo seria por si só o maior dos *milagres*».

Alem disto se a Igreja tivesse sido uma instituição meramente humana, ha já muito tempo teria desaparecido da terra e só della restaria a lembrança; o tempo só bastava para a envelhecer e sepultar no esquecimento¹. Sobrevivendo, porem, a Igreja, sempre sobranceira ás vicissitudes dos tempos, que tudo gastam, e ostentando sempre o costumeado vigor nas luctas que incessantemente se estão renovando, signal é manifesto de que o braço de

1) Aqui tem cabimento a reflexão do sizado Gamaliel aos Judeus, reunidos em conselho para condemnarem á morte os apóstolos por desobedientes. «Cuidado com o que ides fazer, observou elle... Não vos mettades com esses homens, mas tamed-os ir em paz. Se esta ideia ou obra é coisa de homens, ella por si mesmo se desvanecerá; mas se vem de Deus, não sois vós que acabareis com ella» (Act. V).

Deus é que a vae amparando durante o volver dos seculos. São portanto dois perennes milagres a existencia e invariabilidade da Igreja.

SEPTIMA PROVA

O TESTEMUNHO DOS MARTYRES

A palavra *martyr* segundo a sua origem grega vale o mesmo que a palavra *testemunho*. E assim é que chamamos martyres não aos que morrem por uma ideia ou opinião qualquer; mas só aos assignalados varões, que com o seu sangue deram testemunho da veracidade dos factos evangelicos. Os primeiros destes martyres, os apóstolos e primeiros discipulos, conheceram o Auctor da nossa sagrada religião; acompanharam-no em vida e assistiram á sua morte e resurreição ou *tocaram*, como se expressa S. João, o *Verbo da vida*. Outros muitos depois tiveram conhecimento destes factos por meio de uma tradição segura e pessoal, mais ou menos chegada ás suas fontes. E destes, muitos foram os que ouviram taes factos dos proprios apóstolos e discipulos de Christo, que foram testemunhas oculares, e tambem elles assistiram aos milagres operados em nome do Salvador resuscitado pelos primeiros christãos.

Por meio deste tracto e communição e pelo exame por elles mesmos feito sobre acontecimentos de tanta importancia é que elles lograram alcançar tamanha certeza que, para honrar o divino Salvador, de bom grado sacrificavam até a propria vida. E que outro testemunho em prol de uma verdade se pode dar maior que o de sellar alguém com o seu proprio sangue o que crê ou attesta? Nem o proprio Jesus Christo occultara aos seus discipulos a sorte que em testemunho da sua fé lhes estava reservada. «Dareis de mim testemunho, disse-lhes Elle, tanto em Jerusalem como na Judeia, na Samaria e até aos confins da terra». (Act. 1-8). «Sereis levados aos tribunaes, disse ainda, sereis açoitados nas synagogas e comparecereis ante os governadores e reis por amor de mim, para dardes de mim testemunho perante elles. Um irmão entregará á morte o seu irmão e um pae o seu filho e os filhos se le-

vantarão contra seus paes e os farão morrer, e vós sereis odiados de todos por minha causa; mas o que perseverar firme até ao fim será salvo». (Marc. XIII-12; Act. 1-22).

Logo que pelos acontecimentos os christãos comprehenderam melhor o sentido destas palavras é que o significado etymologico da palavra *martyr* ou testemunho se começou a applicar a todos os que com o seu sangue sellavam ou testemunhavam a realidade dos factos evangelicos ou a perpetuidade da tradição christã.

Para melhor se comprehender a força do argumento que passamos a expor, convem ter-se presente:

1.º *A grande multidão dos martyres*. — Durante os dois seculos e meio, desde Nero a Constantino, foi o Christianismo objecto das mais atrozes perseguições; e uma *multidão grandissima* de homens derramaram heroicamente o seu sangue, quer nas perseguições que a historia aponta como as principaes, quer nas muitas que incessantemente se deram em diversos pontos do imperio. Perseguiu-os Diocleciano, por exemplo, com tanto furor, que se presava de lhes ter acabado com a raça. Extendia-se por vezes a perseguição alem das raias do imperio.

Reinando Sapor II (339-379), rebentou na Persia uma perseguição contra os christãos em que, segundo o testemunho do historiador Sozomeno, innumerous martyres perderam as vidas. E o historiador Socrates affirma que na perseguição persa movida por Bahram (420-438) foram os christãos submettidos a taes supplicios que «só a crueldade de um tyranno e a ferocidade de um persa os pudera ter imaginado».

2.º *Eram de todas as condições*. — Senhores e servos, ricos e pobres, homens e mulheres, crianças e velhos, nobres e plebeus, todos á porfia confessavam com valor a fé e lei de Jesus Christo.

3.º *Cruelza destes supplicios*. — Foram estes tantos e tão diversos, que só a sua descripção deu para obras volumosas, e tão temiveis que fazem estremecer de horror (*exquisitissimis poenis*, diz Tacito), sobrepujando a todos os dos persas pelo seu requinte de crueldade. Quanto aos generos de tormentos, uns estavam preceituados por lei, e outros, muitas vezes mais crueis, eram inventados pela crueldade que nenhuma lei tinha força de enfrear.

4.º *O modo como os martyres supportavam os tormentos.* Em meio dos mais atrozes soffrimentos não só não perdiam a serenidade, senão que deixavam transparecer um gozo ineffavel. Nada havia que nelles denunciasse excitação phrenetica ou espirito de vingança; e tanto que mesmo nos patibulos e nas fogueiras dirigiam preces ao céu pelos seus algozes.

5.º Davam-se muitas vezes *milagres* extraordinarios por occasião dos supplicios daquelles homens condemnados á morte por odio a Jesus Christo, cuja divindade elles com tanto valor confessavam.

6.º Abençoados foram os *fructos* destes martyrios; porque eram numerosas as conversões, á fé dos que, á vista de mortes tão gloriosas, se resolveram a abraçá-la; pelo que pôde Tertulliano escrever aos magistrados romanos: « Quanto mais vidas nos ceifam, tanto mais nos multiplicamos; o sangue dos martyres é semente de christãos ». Á vista da inalteravel serenidade e alegre semblante, com que no meio dos mais atrozes tormentos se apresentavam os martyres, os proprios tyrannos e algozes se moviam a professar a fé das suas victimas.

CONCLUSÃO. — Offerece-nos este testemunho dos martyres uma dupla prova da *divindade* da religião, pela qual elles sacrificaram generosamente as vidas: uma é a prova da *auctoridade divina* e outra a da *auctoridade humana*.

Não era de facto possivel, humanamente, que tantos martyres de todas as edades e sexos e condições e classes sociaes, e em todos os pontos do globo, se sujeitassem com paciencia heroica a uma morte, não prompta e aligeirada pela curta duração, mas grandemente prolongada e associada ás mais requintadas torturas, se *Deus* os não *amparasse* e soccorresse para não renegarem a fé, que sendo assim protegida por Deus em seus martyres, tem que ser forçosamente *divina*. Tanta constancia e força moral vae muito alem das balisas da capacidade humana e do seu esforço maximo, e accresce ainda ser tanta constancia nas torturas inteiramente *voluntaria* por bastar um só momento ao martyr para *apostatar* e libertar-se dellas. É, pois, esta constancia dos martyres um milagre de ordem moral que

demonstra intervir Deus com o seu poder e a abonar de *divina* a fé que elles professavam¹.

Alem desta prova da auctoridade divina, que o martyrio nos proporciona, intervindo Deus nelle, offerece-nos ainda outra prova, a do testemunho ou *auctoridade humana*. Ao tractar-se de averiguar os factos, em todos os tribunaes do mundo se faz uso das testemunhas; nem elles teem, de ordinario, outro meio de verificarem os factos.

Ora bem, os martyres soffriam os tormentos, não por defenderem ou abonarem quaesquer opiniões especulativas, senão por attestarem o grande facto da *revelação* christã e todos os factos sensiveis que lhe servem de base, como são os milagres feitos por Jesus Christo, a sua vida e morte sobrehumanas, a sua resurreição e ascensão e a vinda do Espirito Sancto, assim como os milagres dos apóstolos e demais companheiros de Jesus Christo.

É verdade que este argumento da auctoridade humana só tem toda a sua força com relação aos apóstolos e primeiros discipulos que foram testemunhas oculares dos grandes acontecimentos e deram as suas vidas pela confissão ou veracidade delles. Os supplicios e mortes dos martyres posteriores não teem a mesma força apologetica por não terem sido testemunhas immediatas dos factos. Não deixa contudo de ter este seu heroismo uma grande força, pois que, comquanto não seja uma coisa nova morrer alguém por uma opinião falsa tida como verdadeira, contudo, por testemunhar factos tidos por duvidosos ou falsos, é que ninguém sacrificou a sua vida. Bem certos, pois, deviam estar da divindade da sua religião os martyres do Christianismo e bem arraigada houve de ser a sua convicção quanto aós factos que lhe *servem de base* para por ella sacrificarem a sua propria vida e merecerem assim lograr os bens que esta religião lhes promettia. E assim, ao vermos os apóstolos e primeiros discipulos derramarem o seu sangue por testemunharem o que elles em pessoa tinham visto, e ao contemplarmos a multidão dos christãos que deram

1) É note-se mais que os martyres tinham que triumphar não só da terrivel prova dos soffrimentos corporaes, mas tambem das cruéis e prolongadas torturas moraes como eram a perda dos seus haveres, a renúncia aos interesses e mais legitimos desejos, a separação dos seres mais queridos e amigos, etc. Vid. Paul Abael, *Histoire des persécutions*, etc.

a sua vida pela fé que espontaneamente tinham abraçado, bem podemos repelir com Paschal: «De bom grado dou credito ás historias, cujas testemunhas vão até deixar-se degolar».

OBJECÇÕES. — Quiz-se attenuar a força deste argumento fundado no testemunho dos martyres, affirmando primeiramente, que o seu numero foi muito *exaggerado*; depois, que os christãos foram perseguidos por *delictos do direito commum*, por motivos antes politicos que religiosos; e emfim, que as victimas soffreram mais por *fanatismo* que por *convicções* propriamente dictas.

RESPOSTA A OBJECÇÃO QUANTO AO NUMERO DOS MARTYRES. — Foi o protestante Dodwell (1868) que primeiro se saiu com esta objecção, pois Bayle e Gibbon não fizeram mais que repetil-o, sem sequer fazerem caso das sabias refutações feitas por Machnight, por Bornet e especialmente por Dom Ruinart, e nem mesmo da *retractação* que de si mesmo fez o proprio Dodwell, porquanto veio a reconhecer que realmente é tão grande o numero dos martyres que basta a fornecer uma *prova brilhante* da divindade da religião christã. Uma coisa parecida se passou com M. Aubé, auctor da historia das perseguições da Igreja até ao fim do imperio dos Antoninos (1875). «Lendo-se os primeiros escriptos, observa Renan, pode-se ficar julgando terem tido as perseguições pouca importancia e ser pouco consideravel o numero dos martyres, de modo que neste ponto não passaria de uma construcção artificial a historia da Igreja. Porem, pouco a pouco se foi o espirito recto compenetrando da luz da verdade»¹.

O facto é que vão de accordo tanto os escriptores christãos como os pagãos dos tres primeiros seculos, em reconhecerem como muito consideravel a multidão dos martyres. E embora alguns passem em silencio este ponto,

1) «As descobertas e os escriptos de Rossi, diz Paul Allard, desfizeram o principal argumento de Dodwell, pois que demonstraram que muitos dos martyres o dos mais assignalados, não estão incluídos nos calendarios. E nenhum dos que na Alemanha ou na Inglaterra estudaram a serio a historia dos primeiros christãos e das perseguições como Lighfoot, Mommsen, Harnack, Newmann, Hardy, Ramsay, jamais pensaram em reduzir o numero dos martyres. E hoje por todos admittido ter sido este numero muito grande». Vid. *Les persécutions et la critique moderne*.

nenhum valor tem esta omissão ante os documentos authenticos que outros nos legaram. Apontemos só alguns delles.

Quanto á *tradição christã* teve ella sempre por muito consideravel o numero dos mortos pela fé. Affirmam-no unanimemente os escriptores ecclesiasticos dos quatro primeiros seculos e em particular Tertulliano, S. Justino, S. Ireneu, Lactancio e Eusebio. Nas suas historias e humilias e apologias, assim como nos diversos tractados e nos Actos dos proprios martyres, dão elles sempre como certo terem as perseguições dado a morte a um sem numero de christãos, durante os 249 annos que duraram. Imperando Marco Aurelio, assegura por exemplo, Eusebio (IV seculo) foi tanta a aversão e furor dos povos contra os christãos, que morreu um numero *quasi infinito* de martyres. E dos dez livros deste historiador não ha um só que não falle das perseguições, contra elles suscitadas durante o governo dos diversos imperadores. Num livro attribuido a Lactancio (*De morte persecutorum*) e certamente contemporaneo de Diocleciano, falla-se de seis imperadores cuja morte tragica foi tida como um castigo de Deus. «Toda a terra, accrescenta elle, foi cruelmente atormentada, e o oriente e o occidente, afora as Gallias, eram destruidos e devorados por tres monstros».

Quanto aos *documentos pagãos*, diz, por exemplo, Tacito que, imperando Nero, pereceu uma enorme multidão de christãos (*multitudo ingens*). E no seu panegyrico funebre a Juliano Apostata assevera o rethorico Libanio que com a subida deste imperador ao poder contavam os christãos ver de novo *correr rios de sangue, flumina sanguinis*. Imperando Diocleciano e Maximiano foi tão cruel a perseguição que chegaram estes imperadores a jactar-se de terem *exterminado* o Christianismo. Ora, por este tempo já elle estava florescente por todo o imperio.

É verdade que não faltaram alguns annos de treguas entre os de 64 a 313 na guerra contra a Igreja, por Deus não permittir que, como nota Origenes, se extinguisse de todo o Christianismo. De Trajano a Septimio Severo não cessou, porem, a perseguição, que numa ou noutra região do imperio se conservou sempre atçada. Depois de Septimio Severo foram por vezes os edictos revogados, mas jamais

cessou de correr o sangue christão, já em razão das sedições populares, já pela malquerença dos proprios governadores¹.

RESPOSTA A' OBJECÇÃO SEGUNDA. — a) O dizer-se que os *christãos foram* perseguidos por delictos de direito commum carece de qualquer base ou fundamento e porisso nem os incredulos adduzem *documento algum* digno de nota¹ para corroborar esta affirmação.

b) Os apologistas christãos, S. Justino, Athenagoras, Minucio Felix, Clemente de Alexandria, Tertulliano, Origenes e S. Cypriano, categoricamente *affirmam* em suas apoloias aos *imperadores*, aos *magistrados* e, ao *povo*, que se não podiam assacar aos christãos nem crimes, nem sedições, nem violações das leis civis ou perturbações da ordem publica; *desafiam-nos* a provar o contrario; inculpam os pagãos de punirem pessoas innocentes e de condemnarem á morte cidadãos pacíficos, submissos ás leis e adversos a sedições e tumultos e somente accusados de se negarem a offerecer incenso a divindades falsas. E nunca estas affirmações puderam ser *desmentidas*, nem o repto foi acceite.

Podiam sim os imperadores, ao mesmo tempo Cesares e summos Sacerdotes, arrepear-se de verem diminuido o seu prestigio pela introdução da nova religião; mas a historia nos demonstra que este receio só tinha por fundamento a mudança de religião e não os taes *crimes* de que accusavam os christãos. «O imperador Decio, diz S. Cypriano, não ficaria tão desassocegado se visse surgir um seu competidor no imperio, do que se visse estabelecer-se em Roma um

1) Affirmam Aubé, referindo-se á terceira perseguição, haver-se exagerado muito a respeito della, pois que se limitara apenas a algumas condemnações, feitas por Plinio o Moço. Eis como lhe responde Boissier: «Que sabemos nós sobre este ponto? A carta de Plinio é realmente o unico documento que nos conserva hoje a memoria desses supplicios, mas este documento suppe muitos outros. Bem estranho seria realmente o imaginau-se que entre todos os governadores de provincia o unico a ver-se obrigado a castigar os christãos fosse exactamente aquelle que por natureza era mais adverso a estas execuções sangrentas. A mesma obrigação a elle imposta, o foi tambem a muitos outros; est' outros a acceitaram de certo com menos hesitações e escrúpulos que elle».

1) Salomão Reinach limita-se a affirmar sem provas que «Trajano e Marco Aurelio não foram perseguidores, pois só o que fizeram foi applicar no seu governo as leis antes existentes». E Aubé contenta-se tambem só com dizer que «imitaram os seus antecessores, adversos aos christãos». E chega este auctor a affirmar que a perseguição de Decio foi «uma obra seria e até patriótica considerada de um ponto de vista romano».

seu rival *no sacerdocio*». Se, por conseguinte, foram havidos por inimigos do estado, foi unicamente por serem christãos, foi por motivo de religião e não por delicto contra o direito commum.

c) Bastantemente *explicitos* são do mesmo modo os *auctores pagãos* sobre os motivos das perseguições aos christãos. Tacito chama á nova religião uma *superstição damninha, exitiabilis superstítio*; Suetonio refere que Nero a perseguia por ser uma seita de uma *superstição perversa e malefica, superstitionis pravæ et maleficæ*; e assim é que era olhada pelos pagãos como uma impiedade para com os deuses e porisso como a causadora dos flagellos e calamidades publicas. Celso, Juliano e Libanio não apresentam tambem outras incriminações. Plinio, na sua famosa carta a Trajano, accusa-a egualmente de ser uma *superstição perversa e desenfreada, pravam et immodicam*; mas declara que, feitas as averiguações, não sabe que crimes commettessem os christãos e até os abona de irreprehensíveis na conducta. A resposta, porem, de Trajano á carta de Plinio é que é tão significativa como extranha, porque não reconhecendo crimes nos christãos, lhe manda que só *punisse* aos christãos que lhe fossem denunciados, mas que *não processasse* a nenhum delles. Accusavam-nos é verdade, de infanticidas, mas só por comprehender mal o mysterio da Eucharistia e o suporem associado a ritos nefandos, os quaes, está claro, nunca ninguem viu nem provou apezar dos reptos dos apologistas.

d) Até os *proprios imperadores* reconheciam a innocencia dos christãos, os quaes para justificarem os rigores dos seus edictos não allegavam outro motivo senão o de religião; e Diocleciano e Maximiano accusam-nos em especial de terem abandonado o culto dos deuses.

e) Ha, porem, um meio mais simples de se averiguar a verdade ácerca deste ponto, que é percorrer as *actas authenticas* dos martyres: nos interrogatorios e nas sentenças não se depara signal algum de crime; e condemnam-se á morte só porque não adoram os deuses, só porque são christãos. E a prova de todo convincente é que *bastava* que um christão offerecesse um punhado de incenso aos idólos para logo ficar inteiramente livre e ser até galardoado com honras e favores. «Dos accusados eram os christãos os uni-

cos que, observa Origenes, eram pelos magistrados postos em liberdade no caso de abjurarem a sua religião e offererem sacrificios»¹.

A TERCEIRA DAS OBJECÇÕES sobre o *fanatismo* dos christãos em meio das torturas, rue por si mesma ante as razões anteriormente expostas. O que é para lastimar é que a incredulidade moderna se mostre ainda mais injusta para com os heroes christãos do que os seus proprios perseguidores sanguinarios, pois que ousa dar por dementes áquelles varões, cuja intrepidez e constancia enchia de admiração os proprios pagãos. Está muito em voga entre os incredulos esta palavra «fanatismo», quando se referem aos catholicos, mas esse epitheto não os dispensa de darem as razões que teem para o usarem. O simples bom senso vê logo que o fanatismo ou furia cega, inspirado por uma paixão violenta, fica sempre restricto a determinados tempos e lugares e que portanto não tem nada que ver com o nosso caso.

Dá-se, pois, um facto innegavel e inaudito, e vem a ser o de uma infinidade de homens, de mulheres, de velhos e de crianças, assim como de soldados, de magistrados e de philosophos convertidos, terem durante tres seculos e em grande diversidade de regiões, supportado com serenidade imperturbavel em meio das zombarias das multidões os mais atrozses supplicios, por vezes muito prolongados, e nunca em suas palavras e acções se lhes notava algum signal de orgulho, de ambição, de odio ou de vingança... O crer-se que elles fizessem, leviamente e sem terem para isso alguma razão fortissima, o *sacrificio* de tudo o que possuíam e até da propria vida, seria um desatino. Sacrificando elles os maiores bens do mundo, como eram os da propria vida, forçosamente o faziam tendo em vista outros bens maiores, esperados ou promettidos na outra vida,

¹) Depois de haver examinado os diferentes motivos adduzidos como causas das perseguições, romata o P. Houze as suas observações dando-as todas como insufficientes para a explicação dessas perseguições e dando como causa unica e fundamental dellas a que com seu costumado estylo já antes Bossuet expuzera: «Todos os sentimentos, paixões e interesses combatiam pela idolatria. É a eterna historia do mal contra o bem. O homem perverso quer matar o que mais que tudo incommoda as suas paixões. Caim matou a Abel; os phariseus mataram a Christo e os perversos dos tempos modernos querem matar a Igreja que é corpo de Christo». Vid. *Les origines Chélicennes*.

esperanças ou promessas que necessariamente suppõem nelles uma *fé sobrenatural*, fundada em *provas* tão grandes e convincentes, como eram grandes os sacrificios que por ella de bom grado padeciam.

OITAVA PROVA

MARAVILHOSOS FRUCTOS DO CHRISTIANISMO OU PRODIGIOSA TRANSFORMAÇÃO QUE ELLE OPEROU NO MUNDO

Demandaria um grande desenvolvimento esta prova que passamos a expôr sobre os beneficios pelo Christianismo trazidos ao mundo. Reservamos, porem, para depois um capitulo especial ácerca da benefica influencia da Igreja na civilização, demonstrando como ella transformou os individuos, a familia e a sociedade civil, as relações internacionaes, o mundo romano, emfim, e o mundo barbaro. Aqui limitar-nos-hemos a dar apenas algumas indicações.

Estado do mundo antes de Christo. — É-nos quasi impossivel aos que vivemos em plena luz do Evangelho e em meio de sociedades formadas e saneadas ha tantos seculos pela acção da Igreja, o fazermos um conceito claro do que era a sociedade pagã anterior a Jesus Christo, de sorte que os seus modos de vida e de pensar ficam quasi completamente extranhos á nossa comprehensão.

Por toda a parte, excepto entre os judeus, dominavam a duvida e os erros mais grosseiros ácerca das verdades, que mais importam aos homens e que servem de fundamento á sua vida intellectual e moral. Numa unica nação se adorava o verdadeiro Deus, porque em todas as demais os homens prestavam culto aos astros, ás plantas e animaes immundos e aos cepos e pedras desbastadas e configuradas por mãos humanas. A terra era, como se expressa Bossuet, um grande pantheon em que tudo se adorava como deus, excepto o proprio e verdadeiro Deus.

Nem se vá julgar que as nações mais *policiudas* e adelantadas em cultura se avantajassem neste ponto ás demais ainda barbaras, pois na Persia adorava-se o sol, no Egypto o seu boi Apis, Epheso adorava a sua grande

Diana, Delphos o seu Apollo e a propria Roma, nos aureos tempos da sua litteratura e das artes, erigia a todos os deuses da terra, tanto aos mais crueis como aos mais infames, o seu famoso Pantheon, que ainda hoje com a cruz a encimal-o está attestando ao mundo a victoria della sobre todo o universo idolatra.

Os costumes populares e publicos estavam a par com os seus cultos, porque, esquecidos os homens da sua origem e soberano destino, ou, desregrando-se nas vidas, se assimilhavam aos proprios brutos ou, cegando-se pelo orgulho, se exaltavam á condição de deuses. Não havendo base na moral, não havia tambem pudor nos costumes, pautados pelas desvergonhas dos proprios deuses. Até as paixões tinham os seus altares e a dignidade dos homens, a justiça, a honestidade e todas as leis sanctas, eram ou desconhecidas ou votadas ao desprezo. Nos superiores dominava a soberba e a oppressão tyrannica, e nos inferiores o degradamento e o servilismo (Vid. II parte, cap. V, art. I).

«Os laços da familia religiosa, diz Mons. Gaume, tinham-nos quebrado, e o *homem* e a *mulher*, divorciados de Deus, tinham perdido os sentimentos da sua dignidade de origem e tinham caído sob o dominio despotico do *sensualismo*. Imitando os exemplos dos seus deuses, imaginados pelas paixões ruins, tinham-se tornado crueis e voluptuosos. Caira-lhes da frente o diadema de gloria, com que a mão de Deus os favorecera e se achavam com os olhos vendados, assentados em lama ou vaza, e, totalmente esquecidos do que houveram de ser, não acertavam a comprehender, quanto era o valor que tinham. E daqui proveio á antiguidade pagã um profundo e universal desprezo do homem para com o seu proximo e do mesmo homem para consigo mesmo.

Este desprezo da humanidade por toda a parte se patenteava sem respeitos nem attenções ás pessoas. As crianças eram estranguladas, expostas, vendidas ou immoladas; os prisioneiros ficavam reduzidos á escravidão e forçados a morrer ou sobre a campa do vencedor ou condemnados ao amphitheatro; o pobre era affastado do convívio humano como os seres brutos; o escravo era moido a pancadas, opprimido nos trabalhos publicos, dado por pasto aos leões e tigres, ou entregue á morte por um sim-

ples capricho; e a mulher comprava-se, repudiava-se, vendia-se e maltratava-se por mil formas.

O desprezo do homem para consigo mesmo dava-o elle bem a conhecer: em sua intelligencia, embrutecida por muitos erros tão humilhantes como grosseiros e crueis, ou dominada por pensamentos futeis e estereis em fructos de boas obras; em seus sentidos, postos sem pudor ao serviço de toda a sorte de iniquidades; e em sua vida, ou pondo-lhe termo a ferro e a veneno, ou vendendo-a a quem della quizesse abusar á vontade.

Nem tambem a *sociedade* tinha mais valia, pois se reduzia a uma como instituição usufructuaria, em que os poderosos se arrogam em seu proveito os direitos dos fructos. Os individuos eram uns serventuarios do deus-estado, cujas ordens deviam olhar como boas e legitimas, ainda mesmo que fossem uma injustiça flagrante ou uma abominavel tyrannia».

Tal era o aviltamento e degradação, a que o mundo descera *antes* da vinda do divino Salvador.

E o que é para notar é que nem os legisladores, nem os poetas e oradores, nem os philosophos jamais pensaram em salvar-o deste estado de degradação, em que cada dia mais e mais se ia afundando, sendo elles proprios os que por vezes mais concorriam para o agravamento deste mal-estar social, pelos exemplos viciosos que davam. Emquanto por um lado o epicurismo favorecia o desenvolvimento da corrupção moral, por outro o estoicismo nenhum freio lhe oppunha, não obstante a superioridade das suas ideias, porque prégando a *abstenção* do sabio, reduzindo a vida a uma triste e mera contemplação da natureza, desinteressou o homem dos seus deveres da vida social, e só nelle estimulou o egoismo, aggravado por um grande orgulho. Deu o estoicismo por fructos algumas virtudes, mas isoladas e estereis, e foi improficuo para a felicidade do genero humano; e afinal o despotismo se accomodou muito bem com esta *philosophia* do desespero, que lhe deixou entregue o mundo.

É certo que alguns philosophos ensinaram doutrinas exactas e elevadas sobre Deus, sobre a alma e sobre o bem, mas andavam de mistura com erros dos mais gros-

seiros. E ainda quanto ás verdades fundamentaes subsistia, mesmo nas intelligencias privilegiadas, a duvida desoladora e enervante. Depois de um longo arrazoado sobre a immortalidade da alma deixa Cicero cair da penna estas desconsoladoras palavras: « Como isto se dá, é que eu não sei, mas o facto é que, quando leio estes argumentos, me sinto convencido; logo que, porem, largo o livro e me ponho a pensar, se me dissipa toda a minha convicção ». Que proseytos se podiam deste modo prometter semelhantes homens?

Transformação do mundo após a vinda de Jesus Christo. — Ninguém ignora a radical mudança que se operou no mundo com a implantação da Cruz no cimo do Calvario. Havendo nós de desenvolver depois este ponto, só por ora nos limitaremos a apontar alguns dos principaes beneficios, de que somos devedores. Aquelle que com razão é o *Caminho*, a *Verdade* e a *Vida*.

O *primeiro* beneficio foi que não foram só os gregos e os romanos os povos que receberam a luz do Evangelho, senão tambem os *mais barbaros*; os homens mais grosseiros, os que a philosophia nunca julgara dignos de instrucção, foram tambem elles illuminados pelos esplendores da fé, e assim adquiriram todos os povos uma *certeza* ácerca das verdades mais transcendentaes e necessarias ao homem, como jamais tinham chegado a alcançar os mais celebrados philosophos. Foi exactamente esta da evangelização dos pobres uma das notas caracteristicas da missão do Salvador: *pauperes evangelizantur*. E desta forma as verdades que são o solido fundamento da moral, se tornaram, para assim dizer, uma parte integrante da sociedade moderna, comquanto a nós difficilmente nos entra em cabeça, que as coisas se passassem por outra forma.

O *segundo* beneficio é que, dissipando o Christianismo as trevas e os erros, do mundo pagão e substituindo o seu culto vão pelo culto ao verdadeiro Deus e pela adoração em espirito e verdade, fez brotar por toda a parte as virtudes, que sanctificam e ennobrecem a humanidade. Viram-se estas florescer em todos os climas e condições e ainda nas cidades de costumes sobremaneira depravados, de sor-

te que não ha idade, estado ou classe da sociedade que, secundado pelas graças celestes, não conte prodigios de grandeza moral e de sanctidade sobrehumana.

O *terceiro* beneficio foi que se não limitou o Christianismo só á sanctificação dos membros, senão que sancou e moralisou a *consciencia publica*. Estava a cabeça e coração do mundo idolatra eivado e dominado por um culto consagrado pela força e possuido de um desapiedado egoismo, e só a religião christã achou o segredo maravilhoso de fazer desabrochar nelles tanto o respeito pelo direito e pela justiça, como as inspirações fecundas e as suaves effusões da misericordia e da mais aquilatada caridade. Não havendo na antiguidade pagã senão desprezo e aversão pelos pobres e pelo soffrimento, soube esta nova religião fazel-os amados e respeitados, e para allivio de toda a sorte de miserias soube ella promover instituições piedosas e despertar dedicações sublimes.

O *quarto* beneficio foi, ter a religião de Jesus Christo substituido ás legislações pagãs, ao despotismo e as inqualificaveis torpezas por ellas tuteladas, uma *legislação nova* adaptada e toda impregnada da excellencia do seu espirito. Por seus sublimes ensinamentos sobre a origem e destino do homem restituiu ao mesmo homem a nobreza da sua varonia. Libertando-o da anarchia, libertou-o tambem do aviltante e despotico jugo do seu semelhante e só o deixou submettido ao poder d'Aquelle, de quem dimana todo o poder sobre a face da terra. E assim se cicatrizaram todas as chagas hediondas e humanamente incuraveis da sociedade pagã, a escravidão, a tyrannia do pae e do esposo, o despotismo absorvente de todas as individualidades e a barbaridade de todas as relações internacionaes.

OBSERVAÇÕES E CONCLUSÃO. — A todos estes factos, incontestaveis, accrescentemos algumas observações que lhes façam ver melhor a importancia.

1. Effectuou-se esta maravilhosa e humanamente impossivel *transformação* por *toda a parte* onde o Christianismo conseguiu estabelecer-se. Nações selvagens ou policidadas, cidades recentes ou antigas, todas experimentaram os beneficos effeitos da doutrina evangelica e as mercês divinas a ella associadas.

2. *Onde quer que* o Christianismo se não implantou, não deixaram de subsistir, como dantes, as antigas superstições, a idolatria grosseira e a perversão moral. Fóra dos povos que adoram a cruz, nenhum ha que se assignale pelas suas leis, instituições ou costumes, nem por uma liberdade equitativamente regrada, nem pela cultura das artes, da litteratura e das sciencias, nem, emfim, por algum valor intellectual ou moral.

3. E finalmente até as proprias *regiões* da Africa e da Asia, outr'ora *regeneradas* pela acção salvifica do Christianismo, recaíram no estado de degradação primitiva, logo que cerraram os olhos ás luzes do Evangelho; e nella perseveraram envoltas nas trevas e barbarie, em que por seu mal se abysmaram. Que vivido fulgor não irradiaram aquellas egrejas, em que brilharam as glorias e fulgores dos Athanasios, dos Cyrillos, dos Chrysostomos e Agostinhos! E nas mesmas nações ainda catholicas vemos certos espiritos retrocederem e cairem nos erros absurdos de outr'ora, porque voluntariamente cerraram os olhos aos brilhantes ensinamentos do Christianismo.

A *conclusão* que de taes factos necessariamente se tira, é que não pode provir dos homens uma religião que tão maravilhosos fructos nos homens produz, fructos sobre-humanos e divinos que presuppõem um principio de acção celeste e uma seiva divina.

NONA PROVA

OS ENSINAMENTOS DE JESUS CHRISTO

Vejamos primeiro qual é o raciocinio em que se baseia esta prova. Tem a doutrina de Jesus Christo, em quanto diz respeito ao *dogma*, á *moral* e ao *culto*, o cunho de uma perfeição e excellencia sobrehumana; e este character distinctivo se torna ainda mais patente, quando se examinam as *circumstancias*, em que ella foi revelada ao mundo. --- Assim que, só pode ter esta doutrina uma origem divina, ou por outra, Jesus Christo que a ensinou é um enviado de Deus.

§ I. — Ensino dogmatico de Jesus Christo

A. DOCTRINA DE JESUS CHRISTO ACERCA DE DEUS. — É Deus um Ser de per si existente, sem começo nem fim, e por sua natureza necessariamente existente desde toda a eternidade e necessariamente possuidor de todas as perfeições em grau infinito. Por sua omnipotencia e poder incomparavelmente superior a quaesquer outros poderes tirou do nada tudo quanto existe, e é o principio, o centro culminante, o fim de todas as coisas; por sua immensidade está presente em todos os logares, sem que coisa alguma o possa limitar. Elle em nós e nós nelle; nós que nelle e por Elle temos o ser, o movimento e a vida; á sua omnisciencia nada pode ficar escondido, nem o passado, nem o presente, nem o futuro, nem os seres meramente possiveis, nem as futuras determinações dos seres racionais dotados de livre arbitrio, porque tudo se patenteia como em eterno e immutavel presente á sua infinita intelligencia; pela sua providencia soberana e amorosa vela por todos os seres, fazendo-os servir á sua gloria e guiando-os ao fim, que lhes assignalou, no caso de elles por sua parte lhe não oppõem obstaculo voluntario; nada no mundo acontece sem ordem ou permissão sua; pelo que nem um só cabello nos pode cair da cabeça sem consentimento de nosso Pae que está nos céus. A sua sanctidade soberana tem horror até ás mais leves faltas moraes; e a sua justiça castiga ou remunera segundo os merecimentos de cada um, não deixando sem recompensa nem um simples copo de agua dado em seu nome.

Encerram estes ensinamentos uma particularidade sobremaneira notavel, que vem a ser a insistencia com que elles fazem realçar a *bondade* e misericordia de Deus, attributos nem sequer suspeitados pelos pagãos, se bem que não desconhecidos dos judeus. Para estes era Deus um soberano Senhor, um Senhor omnipotente que era mister adorar e temer; para os discipulos de Jesus, porém, era sobretudo a bondade por essencia: *Deus charitas est*.

Bastando-se plenamente Deus a si mesmo, só movido da sua bondade é que deu ser ao mundo para tornalo

participante das suas perfeições e felicidade. «Deus sumamente misericordioso, diz S. Paulo, nos amou com um amor grande»¹. Onde, contudo, mais brilhou a sua misericórdia foi na Incarnação do seu Filho e na Redempção do genero humano e no derramamento do seu sangue precioso: *Sic Deus dilexit mundum ut filium suum unigenitum daret, ut omnis qui credit in eum non pereat, sed habeat vitam aeternam*. É, pois, Deus um Pae terno e compassivo, que de nós pede a correspondencia no amor, que conhece a nossa fragilidade e se compadece das nossas misérias. Ampara-nos com a sua graça prometida e nunca recusada á oração, e pelos sacramentos que deixou á sua Igreja, e que admiravelmente se adaptam a todas as nossas precisões, para que nos não succeda cairmos, ou, se cairmos, para nos levantarmos e proseguirmos alentados no caminho do céu. É Deus o bom Pastor, que vae em procura da ovelha transviada e desgarrada, e quando emfim a encontra, torna com ella aos hombros para lhe poupar o cansaço do caminho: é o pae do filho prodigo que, depois de esperar longos annos por seu filho ingrato e desgraçado, o acolhe ao voltar com entranhadas mostras de carinho. «Ha com effeito, diz Jesus, mais alegria no céu por um peccador que faz penitencia, do que com noventa e nove justos, não precisados de perdão»¹.

1) Esta consideração do amor de Deus para com o homem, creatura sua, é para o coração humano não só um suave balsamo e uma consolação terníssima para as agruras da vida em razão dos antegostos da felicidade eterna senão também um poderoso auxiliar que determina a vontade a abraçar com amor os mysterios da fé revelada. A razão suprema ou fundamental para crermos e abraçarmos estes mysterios deu-nol-a Jesus Christo, quando disse: «Tanto amou Deus ao mundo que deu seu unico Filho, para que todos os que *creem* nelle alcancem a vida eterna». «Foi Deus quem primeiro nos amou e enviou seu Filho como propiciação por nossos peccados». E este mesmo Filho nos amou e com o seu sangue nos lavou dos nossos peccados. Como o meu Pae me amou, assim vos amei eu (Joan. XV-9; III-16; 1 Joan. IV; Apoc. 1-5).

Crer, pois, em um tal amor é crer no Christianismo que deriva delle ou, melhor, que é este mesmo amor. Porisso é que o discipulo amado só dá este objecto á fé: «E nós conhecemos e cremos neste amor de Deus para conosco» (1 Joan. IV). E de facto para crer é necessario querer, porque sendo o acto de fé um acto virtuoso e por consequente livre, forçosamente tem que ter também parte nelle a vontade. Enquanto as provas da divindade do Christianismo, que vamos dando sejam solidas e de todo convincentes, sem embargo não impossibilitam a *dúvida*, mas apresentam-na como *irrational*. Ora para a vontade se determinar effizantemente a crer nada tem tanto peso como o amor provocado pelo amor.

Accrescentemos ainda uma reflexão que melhor fará comprehender o que vamos dizendo. É a fé um assentimento, que a nossa intelligencia se compraz em prestar jubilosa e confiada a quantas verdades ella reconhece como selladas pela auctoridade do proprio Deus. Inteiramente certos da sua sabedoria infallivel e movidos sobretudo pela sua ineffavel ternura para conosco, havemo-nos nós com Elle a modo de filhos ternos e amorosos para com seu pae. Um filho

Ao dogma de um Deus unico que o Antigo Testamento ensina e a propria razão natural demonstra, accrescentou Jesus Christo outros dogmas que os judeus apenas confusa ou incompletamente conheciam, e são os ineffaveis mysterios da SS. Trindade, da Incarnação do Verbo e redempção do mundo.

Tendo Adão peccado, e exigindo a justiça divina uma reparação á soberana Magestade offendida, foi-lhe dada esta reparação e tanta que, onde *abundou* o delicto *superabundou* a misericórdia. Não sómente não abandonou Deus a humanidade attingida pela prevaricação do primeiro homem, senão que do mesmo mal soube tirar o bem. Por uma mercê ainda maior que a da criação e da elevação á ordem sobrenatural, contrahiu Elle com a humanidade uma união admiravel e a mais intima possível; o Filho, a segunda pessoa da SS. Trindade, em tudo igual ao Padre e ao Espirito Sancto, se uniu hypostaticamente ou *em unidade* de *pessoa* a uma natureza, em tudo, salvo no peccado, semelhante á nossa. E assim pôde Jesus Christo, em sua natureza humana, soffrer e morrer, e communicar por meio da sua natureza divina um valor infinito a estes soffrimentos expiatorios, offerecendo por este modo, á divina magestade offendida, uma reparação igual á grandeza da offensa, com que se deram a justiça e a misericórdia amplexo de paz.

B. DOCTRINA DE JESUS CHRISTO SOBRE O HOMEM. —

Não menos admiraveis e commovedores são estes ensinamentos que os relativos a Deus. Creado o homem á imagem de Deus e ornado com a graça sanctificante que pela vida *sobrenatural* em certo modo o tornava participante da vida do mesmo Deus, tinha o homem sobre a terra por *mis-*

dá inteiro credito ás palavras de seu pae, já por saber que elle tem conhecimentos superiores aos seus, já por saber também que elle pôe uma parte da sua felicidade em lhe ensinar a verdade.

Os demonios creem as verdades reveladas, mas a sua fé é uma simples deducção racional. Muito outra é a dos filhos de Deus que sabem que, se Deus por um absurdo, se pudesse enganar, nos não enganaria por vontade, porque é pae e se compraz em lhes ensinar a verdade, o primeiro de todos os bens e o fundamento de quaesquer outros. Todo o sobredito nos explica bastantemente porque é que não basta um estudo sincero para trazer á fé os heresjes e incredulos. É mister unir-se a oração ao estudo para se alcançar a graça de *amar* a verdade e ao Auctor della e assim de dar um amoroso assenso ás palavras do Pae do céu.

são aprazível e sublime, conhecer, amar e servir o seu Creador e Pae. Cumprindo este dever grandemente necessario, glorioso e racional, estava seguro de alcançar o seu soberano destino e de lograr a plena posse de Deus no céu e de compartilhar a sua ineffavel felicidade sem termo.

Devendo a herança de Deus ser para Adão uma recompensa gloriosa da sua obediencia, era mister que Deus sujeitasse a fidelidade do nosso protoparente a uma prova, e assim lhe intimou uma prohibição com ordem terminante de que a respeitasse. O respeito a este preceito divino facil de observar era um reconhecimento do soberano dominio de Deus, um testemunho authentico da submissão voluntaria da creatura a seu Creador, do filho a seu Pae bondoso e celeste Bemfeitor.

Desobedeceram os nossos primeiros paes, e o castigo deste abuso de sua liberdade, foi serem desapossados da *graça* original, que era a *vida sobrenatural* das suas almas, e ficaram desde então impossibilitados de a transmittirem á sua descendencia, que Deus em tudo constituiria dependente da cabeça do genero humano quanto á vida sobrenatural e natural. Passa uma coisa parecida com um pae que se arruinou com o jogo ou que por algum crime perdeu a sua dignidade e por isso não pode transmittir aos filhos as honras e fortuna que de outrem houvera. Cada homem por benevola, mas soberana vontade de Deus devia *nasc*er filho seu por adopção; perdeu, porem, estas relações especiaes de amizade, por causa de um acto culpavel e se constituiu um estado de *decadencia*, por onde, não se regenerando, ficava sendo objecto de *aversão* aos olhos de Deus¹.

A perda da *graça* sanctificante arrastou consigo a dos outros dons *sobrenaturaes*, bem como a das prerogativas *preternaturaes* ou extra-naturaes, relacionadas com esta *graça*. Consistiam estas prerogativas não exigidas por nossa

1) O que pela descendencia nos é transmittido não é segundo ensina a theologia, o peccado actual ou pessoal de Adão que transgredia o preceito, mas sim o estado que resultou da ruptura das relações de amizade, a que Deus gratuitamente o destinara a elle e a toda a sua posteridade. Sendo a privação da *graça* sanctificante para nós uma consequencia da infidelidade de nossos primeiros paes e não de um peccado pessoalmente nosso, não ficam os que morreram com a culpa original sujeitos aos soffrimentos dos sentidos, mas somente privados da visão beatifica, insigne mercê de Deus, a ninguem devida e essencialmente relacionada com a *graça* sanctificante.

natureza nem constitutivas da sua *integridade*, em o corpo ser immortal e exempto de doenças, e em suas potencias inferiores dos sentidos estarem sujeitas ao espirito e os appetites, á razão. O peccado original deu occasião á perda destes dons, pelo que ficou o homem sujeito á morte, aos achaques e doenças e a toda sorte de miserias. Á harmonia, que primitivamente existia entre as faculdades superiores e as inferiores, succedeu-se a lucta que em nós mesmos experimentamos. Já que o homem desobedeceu a Deus por culpa sua e lhe negou a devida sujeição, tambem por sua vez as paixões nelle se insurgiram contra a razão, e a carne se poz em revolta contra o espirito. E deste modo a virtude, que dantes nos era agradavel e facil, se tornou para nós objecto de uma nóbre e muito laboriosa lucta.

Por aqui se vê que os males, que de continuo nos assaltam não são obra de Deus, mas do homem, que abusando da sua liberdade não soube guardar as *prerogativas* que liberalmente por Deus lhe tinham sido concedidos.

Não ficou, comtudo, lesada a natureza humana em coisa alguma das que lhe são essenciaes. Isto ensinou sempre a Igreja, mormente contra os protestantes e jansenistas. Poderia Deus ter creado o homem qual hoje vem ao mundo sem que elle se pudesse contra a justiça e bondade de Deus queixar. Um tal estado, de facto, corresponde a todas as exigencias da natureza humana e á nossa qualidade de seres junctamente racionais e sensiveis.

A morte do divino Redemptor nos restituiu o direito á *graça* sanctificante e á bemaventurança do céu; e esta *graça*, principio da vida sobrenatural está á disposição do homem; tem elle a faculdade de, em razão do seu livre arbitrio, indispensavel aos actos meritorios, poder menosprezar esta singular mercê. Se elle se torna reu de uma ingratidão tão desatinada como criminosa, se, obstinado rejeita os chamamentos da misericordia divina que o convidam ao arrependimento e a alcançar o perdão, a si unicamente tem que imputar a sua perda por todo sempre. Mas, se pelo contrario, acceta reconhecido este favor comprado por um preço infinito, alcançará pela *graça* de Deus a recompensa promettida, a comparticipação á bemaventurança mesma de Deus, a qual será em proporção com os merecimentos de cada um.

C. DOCTRINA DE JESUS CHRISTO ACERCA DO MUNDO.

-- Sendo Deus summamente sabio, necessariamente se propoz um mundo digno de si ao crear o universo que nos rodeia e vem a ser a *sua gloria* exterior. É a gloria um conhecimento claro, acompanhada de louvor: *Clara cum laude notitia*. Como, porem, o mundo *material* de per si é incapaz de dar a Deus esta gloria, pertence ao homem, ser racional e rei da creação, o tributar-lh'a, contemplando e exaltando o seu poder, sabedoria e bondade e mais perfeições divinas, que por todo o universo creado brilham. E no entanto seria todo este concerto de louvores muito mesquinho e limitado como é o proprio homem, se o Filho de Deus não tivesse levado o seu amor até ao extremo de se revestir da nossa carne e de vir habitar entre nós. Assim pode Jesus Christo, junctamente Deus e homem, render á divindade uma gloria *infinita*, pois que um só acto deste Verbo feito homem dá a Deus uma gloria incomparavelmente maior que dariam milhões de mundos povoados de mais privilegiadas creaturas.

Tudo quanto abarca a natureza creada, o triplice reino mineral, vegetal e animal, deve, segundo os designios de Deus, *ajudar* o homem a cumprir a sua gloriosa missão cá na terra, afim de elle por este meio alcançar o seu sublime destino; e os successos diarios, ou prosperos ou infaustos, ou publicos ou particulares, quepidos ou só permittidos por Deus, o podem tambem auxiliar na consecução deste fim. Todas as miserias da vida, mediante a redempção, deixaram de ser estereis e desesperançadas e se teem a natureza de castigo, ao homem é dado convertel-o em meio expiatorio e fonte de meritos e em titulo á conquista de uma coroa brilhante e alto logar no céu. «*Diligentibus Deum*, diz S. Paulo, *omnia cooperantur in bonum*. Não ha, diz elle ainda, proporção alguma entre os sofrimentos cá da terra e a gloria que em recompensa lhes está reservada na eternidade.

§ II. — Ensinamentos moraes de Jesus Christo

É impossivel imaginar-se coisa mais perfeita que a moral ensinada por Jesus Christo, o que os proprios impios são forçados a confessar. Strauss categoricamente

confessa que a moral de Jesus Christo é o fundamento da civilização humana e que «historicamente Jesus Christo é o typo da perfeição moral»; e Renan declara que os ensinamentos moraes de Jesus Christo são os mais bellos que a humanidade recebeu... Cada um de nós lhe é devedor do que de melhor ha nelle... O sermão da montanha nunca poderá ser egualado».

Expõe a lei de Christo com uma admiravel precisão todas as *obrigações* dos homens para com Deus, para consigo e para com os seus semelhantes; e não só prohibe qualquer acto peccaminoso ou falta, mas tambem os desejos maus. E não se limita a condemnar tudo o que a lei natural condemna, mas promove tambem a practica das mais sublimes e perfectas virtudes, dos conselhos evangelicos; a castidade, a pobreza e a obediencia voluntarias, virtudes excellentissimas que eram ignoradas no mundo e cujo nome só por si devia fazer estremecer de pasmo.

Tamanho é o *ideal da perfeição*, que Christo deseja, e tão longe fica a meta por ella apontada aos esforços da vontade humana, que quer emulemos nella a perfeição do proprio Deus. «Sêde perfectos, diz Elle, como o meu Pae celeste é perfeito». (Math. V-48). E tornou-nos o Filho de Deus esta perfeição mais facil de imitação, fazendo-se homem como nós, pelo que para alcançal-a não temos mais que exercitar as virtudes de que Elle nos deu o preceito e o exemplo. «*Exemplum dedi vobis ut quemadmodum ego feci, ita et vos faciatis*. (Joan. XIII-15). E assim diz eloquentemente Tertulliano: *Christianus alter Christus*, de modo que possa com S. Paulo dizer: «Não sou eu que vivo em mim, mas é Christo».

Revelando-se Deus na lei evangelica como um Pae todo *amor, bondade e misericordia*, não é de admirar que tambem queira, que seus filhos se assignalem particularmente nestas virtudes. «Amareis ao Senhor, vosso Deus, de todo o vosso coração, com toda a vossa alma e com todo o vosso espirito; este é o primeiro e maior dos mandamentos. O segundo, semelhante a este é: Amareis ao proximo como a vós mesmos. Nestes dois mandamentos se encerram a lei e os prophetas». (Math. XXII-37 e 41). Nem se cansa Jesus de insistir sobre a necessidade deste amor do pro-

ximo, isto é, de todos os homens sem exceptuar ninguém. Este é, diz Elle, o seu mandamento predilecto, a nota característica para se reconhecerem os seus discipulos, o meio infallivel de lhe agrádar e de alcançar grandes merecimentos. «Tudo o que fizerdes ao menor dos meus, eu o olharei como feito a mim». E pouco antes de deixar a terra, o que pede a seu Pae é que «os seus discipulos sejam uma e mesma coisa, como Elle com seu Pae». «Perante Deus, em Jesus Christo, já não ha, diz S. Paulo, escravo nem homem livre, homem nem mulher... senão que todos são um em Jesus Christo».

Bem via o divino Salvador, que uma moral tão pura havia de ser costa arriba para a natureza humana, è por isso claramente assegura que quem quizer segui-o «tem de renunciar a si mesmo e todos os dias levar a sua cruz». Mas para tambem alentar a nossa coragem, nos assegura que o seu *jugo é suave* e o seu *peso é leve* aos que generosamente o levam, e que na observancia dos seus mandamentos encontram as almas a paz, thesoiro para ellas de inestimavel valor: *Invenietis requiem animabus vestris*.

Nem cessa por outra parte o Senhor de lhes lembrar o infinito e perenne galardão reservado aos que o amam. E como o receio dos castigos é que nos pode salvar do abysmo, em que as paixões nos procuram fazer resvalar, não menos de quatorze vezes em termos aterradores nos relembra Jesus Christo, que a todo o custo nos quer salvar, as *eternas penas do inferno*; e com palavras terminantes, que não deixam logar a hesitação ou duvida alguma, nos diz: «Que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se vem a perder a sua alma?». E, emfim, a todos estes motivos de si poderosissimos para nos incitarem e obrigarem á practica do bem, á consecução da felicidade, acrescentou Jesus ainda outro mais meritorio, mais nobre e digno das grandes almas, que é o amor a Deus por suas *perfeições infinitas*, que engendra nas almas e grandemente ennobrece todas as virtudes.

Não estamos nós, porem, sós e abandonados ás nossas forças individuaes nesta lucha pertinaz contra o demónio, o mundo e sobretudo as paixões. Com os admiraveis

preceitos moraes nos dá tambem Jesus a força de os cumprir. Prepara-nos os soccorros sobrenaturaes efficazes e superabundantes para sairmos dos continuos combates; está o poder de Deus á disposição da nossa fraqueza. Entre os meios de alcançar a divina graça os principaes são a *oração* e os *sacramentos*. A oração é um meio tão honorifico quanto facil, pelo qual nos pomos em communicação intima com o «nosso Pae que está nos céus». Nosso Senhor, todas as vezes que quizermos, nos promette uma *efficacia* sempre infallivel. Quanto aos sacramentos, são elles adaptados a todas as condições e circumstancias da vida, e conferem por si mesmos ou *ex opere operato* a graça a quem lhes não oppõe obstaculo. Que bondade a de Deus na instituição do sacramento da Penitencia; mediante um sincero arrependimento e uma confissão humilde feita sob o mais inviolavel segredo, se perdoam todas as faltas, sejam ellas quaes forem, em numero e qualidade! E que dizer principalmente da adoravel Eucharistia, admiravel invenção do amor d'Aquelle, que não nos querendo deixar orphãos, achou meio de voltar para seu Pae, sem junctamente deixar de habitar comnosco! Em nossos sacrosarios mora Jesus Christo em pessoa, tal como está nos céus, aureolado de gloria, se bem que velado sob as especies ou apparencia de pão e vinho, e, cheio de amor para com os homens seus irmãos, os está convidando a irem lá buscar o conforto e as consolações necessarias; nelles renova o sacrificio do Calvario, posto que de um modo incruento, offerecendo-se incessantemente como victima propiciatoria a seu Pae pelos peccados do mundo; e tão longe leva o seu amor pelas suas creaturas, que sendo tão grande, se digna unir-se real e intimamente a todos os que o recebem na sagrada Communhão, deixando-os assim robustecidos com uma força divina e ficando os seus proprios corpos possuidores dos germens de uma bemaventurada eternidade.

Só portanto a si mesmo se culpe da sua perda irreparavel, quem não alcançar o fim para que foi creado e não conseguir a sua elevação á ordem sobrenatural. Assemelha-se ao pobre, que morre á mingua juncto de um thesoiro, onde, querendo, poderia encontrar á farta o de que necessitasse.

§ III. — A doutrina de Jesus Christo quanto ao culto

A doutrina do Senhor sobre o culto está em perfeita harmonia com a que elle ensinou ácerca de Deus e do homem. Sendo Deus por natureza um puro espirito, deve tambem ser adorado *em espirito* e verdade; e sendo igualmente o homem sobretudo um espirito, deve a Deus um culto principalmente espiritual, o culto *interior* que ha de consistir em render-lhe as homenagens do entendimento e da vontade. Como, porem, o homem é tambem composto de materia e é devedor á Deus de bens tanto do corpo como da alma, ao culto interior tem que ajunctar do mesmo modo o culto exterior. Accresce mais, viver o homem em sociedade e dever a Deus as vantagens que lhe advêm pelas relações com os seus semelhantes; pelo que está tambem obrigado a honrar a Deus quer como individuo, quer como ser *social* que é, e por consequente deve render a Deus um culto tambem *publico*.

Purificado das crueis e supersticiosas practicas pagãs, alliviado das minuciosas e innumeradas minudencias por Moysés impostas aos judeus, é o novo culto tão sublime e puro como digno de Deus e accommodado ás condições da natureza humana.

Observações geraes sobre a doutrina de Christo

Não serão aqui descabidas algumas reflexões, que melhor farão entender, o que ha de prodigioso nos ensinamentos de Christo.

1. E seja a primeira que nem os proprios *incredulos* puderam negar á moral do Salvador a excellencia da sua perfeição intrinseca e a sua *superioridade* incomparavel sobre os systemas philosophicos e religiosos que no mundo estiveram em voga. Nunca os espiritos adversos deixaram de admirar a sua grandeza, pureza, elevação e efficacia¹.

¹ Leia-se na II parte, o cap. V, o que diz Joutfroy sobre o catechismo, que é um resumo das verdades evangelicas. Veja-se tambem na obra de Perreyve: *Entretiens sur l'Eglise Catholique*, um fragmento de J. J. Rousseau sobre o Evangelho, e excerptos parecidos tirados de Strauss, de Reuan, etc.

2. Note-se tambem que *no tempo* em que o Salvador *appareceu* dominava quasi geralmente o polytheismo, associado aos erros mais crassos e a superstições ridiculas e crueis, que havia muito se tinham arraigado na sociedade. Em vez das virtudes, votadas ao desprezo, reinavam os vicios endeusados em divindades, objecto de homenagens, de modo que ninguem teria previsto nem sonhado que de um logarejo da Judéa houvesse de sair uma tão sublime doutrina. E, se bem que o Evangelho tivesse vindo a coroar a lei de Moysés, tão pouco ou tão mal o esperavam os judeus, que em peso todo o judaismo se insurgiu contra elle, protestando que o enjeitava e desconhecia por completo e, com tanta cegueira, que tirou a vida ao seu Auctor.

3. Á excellencia desta doutrina em si considerada e á circumstancia do tempo em que ella appareceu, accresce ainda o ter ella sido prézada por um *humilde operario* que na Galiléa vivia do trabalho das suas mãos. Bem o notaram os proprios judeus, que maravilhados se perguntavam: «Como possui este homem, sem estudos, um tal conhecimento das Escripturas?».

E, coisa digna de notar-se, nenhuma das suas palavras denota o mais pequeno preconceito da sua nação ou do seu tempo. A sua palavra tem todas as qualidades caracteristicas da verdade, que são a universalidade, a eternidade e a immutabilidade; o Evangelho ficará sendo o livro para todos os homens e para todos os tempos, assim como o sermão da montanha será sempre o código, que ha de orientar todas as consciencias. «Os céus e a terra passarão, diz Jesus, e as minhas doutrinas permanecerão». (Marc. XIII-31).

4. Não é menos extraordinario o *modo* de ensinar do divino Salvador. Não discute, não discursa; e falla, não ao modo dos escribas e phariseus, mas como soberano Senhor, com *auctoridade: tanquam auctoritatem habens*. As suas proprias palavras denunciam que os grandes mysterios que annuncia, não obstante serem de natureza a espantar o mundo, lhe eram sem embargo coisas muito *familiares*; e porisso é que as turbas exclamavam maravilhadas: «Nenhum homem jamais fallou como este homem». (Joan. XXII-46). E apezar disso é incomparavel a arrebatadora *simplicidade* do seu ensino. Sendo a sabedo-

ria por excellencia, expressa-se comtudo por uma forma cheia de naturalidade, sem os artificios da eloquencia nem as excitações do enthusiasmo, adaptando a sua linguagem á humilde condição dos que o escutavam, e comprazendo-se mesmo em revelar os secretos divinos aos pequenos e humildes, ás almas rectas e simples.

Quasi todos os seus ensinamentos dogmaticos, em si sublimes, são na sua concisão rigorosamente exactos e estão quasi todos expressados sob a forma de *proverbios* ou de *sentenças*, que os tornam mais facéis de reter ou tomam a forma de *parabolas* attrahentes, que melhor os gravam na memoria e no espirito; e outras vezes são expostos por meio de comparações admiraveis tomadas de objectos familiares aos ouvintes, de acontecimentos de actualidade ou de usos domesticos. Porisso se viam as multidões seguir-lhe os passos e acompanhal-o dias seguidos, esquecidas até do alimento, e por sitios ermos.

5. Não era Jesus menos admiravel quando se tinha de haver com os *seus adversarios*. Que de vezes lhe propunham os phariseus e doutores da lei questões capciosas, afim de o porem em contradicção comsigo mesmo ou com a lei de Moysés, e para o desconceituarem e indisparem com o povo! As respostas, porem, de Jesus, sempre claras e terminantes, lhes frustravam os seus ruins intentos e a malicia das perguntas se tornava, pelas respostas, em confusão para elles; pelo que, por fim, já nenhum delles ousava interrogar-o.

Alem do que acabamos de dizer sobre a *efficacia portentosa* desta doutrina, que transformou o individuo, a familia e a sociedade, pode ver-se tambem o que depois diremos no cap. V da II parte. O facto é que não obstante os embates das paixões humanas colligadas, foi esta doutrina que no mundo implantou a verdadeira fraternidade, a verdadeira egualdade e a verdadeira liberdade. Foi ella que policiou os costumes, deu a unidade e indissolubibilidade ao matrimonio e, consequentemente, a estabilidade á familia; foi ella, afinal, a causadora da civilização moderna.

A doutrina de um Socrates e de Platão ficou quasi estéril, a de Jesus por toda a parte e em todos os seculos engendrou as mais heroicas virtudes e prodigios de abnegação e desinteresse. E ainda hoje em dia vemos progredirem

os povos ou recuarem na civilização, ao mesmo passo que abraçam ou abandonam os principios do Christianismo.

OBJECÇÃO TIRADA DA SEMELHANÇA DO CHRISTIANISMO COM AS OUTRAS RELIGIÕES. — Está hoje generalizada esta objecção, que se costuma revestir de um grande luxo de erudição em obras ou cursos que mais ou menos teem por titulo *Historias das religiões*. E é coisa muito sabida, que os inimigos da Igreja ao egualarem todas as religiões num mesmo titulo fingem egualal-as tambem a todas no merecimento, votando egual desprezo e indifferença á unica e verdadeira religião e aos erros religiosos multiplices, com que os homens teem desfigurado a obra divina.

As semelhanças, dizem, entre o Christianismo e as outras religiões demonstram ter ella resultado de cultos anteriores por via de evolução que são de origem meramente humana.

Não obstante ser esta objecção sem valor, julgamos comtudo conveniente o refutal-a, ainda que brevemente, já por sua mesma actualidade, já porque no modo de apresental-a pode causar damnos a certas almas fracas¹.

RESPOSTA. — 1. Tenha-se antes de tudo presente que esta objecção deixa intactas as dez provas que demos sobre a divindade do Christianismo. E, sendo assim, nenhum valor tem qualquer objecção em contrario, visto que se tracta de uma verdade solidamente apoiada em provas, que lhe são proprias.

Não negamos haver pontos de contacto ou semelhanças entre a religião de Jesus Christo e as religiões falsas; uma coisa parecida se dá entre as moedas falsas e a verdadeira. O contrario é que seria para admirar e até impossivel, como veremos. O que ha, porem, de caracteristico para a religião christã, é que só ella apresenta provas convincentes e numerosas da sua *divindade*. E por isso é que tão longe está de arreçar-se, que se faça luz em volta della que antes pelo contrario a deseja e a pede por meio de uma analyse sincera e conscienciosa. Contra a ignorancia, o preconceito e a má fé é que ella se

¹ Aos que quizerem ver este ponto mais desenvolvido, aconselhamos a que leiam a obra de De Broglie, intitulada: *Problèmes et conclusions de l'histoire des religions*, de que para aqui fizemos alguns excerptos.

insurge e com toda a razão. As religiões falsas, pelo contrario, sob qualquer forma que se apresentem, de brahmanismo, de buddhismo, de zoroastrismo ou mazdeismo, de confucionismo, etc., não supportam uma analyse racional nem uma verificação scientifica. Bem disse, pois, Thierry, já no remate dos seus dias: «Em assumpto de religiões só o Christianismo tem cotação».

Pouco, portanto, montam as allegadas parecenças, sendo ponto assente e seguro o ser a religião christã a unica divina e a unica obrigatoria para todos os homens. Os brilhantes caracteres, que lhe põem a divindade em foco, são propriedade exclusivamente della e não toleram confronto algum com outras religiões. Onde nos apresentam ellas, por exemplo, qualquer coisa que se assemelhe ás prophcias, tantas e tão preciosas, que durante seculos prepararam a vinda do Messias e que em Jesus Christo se realisaram á lettra? Onde se acham os *milagres*, tantos em numero, tão brilhantes e incontestaveis como os operados por Jesus Christo ou, em seu nome, pelos seus discipulos? Que religião tem no mundo uma doutrina assim completa e perfeita sobre Deus e o homem e sobre as relações reciprocas indispensaveis? Que fundador de religião ha, cuja vida *real* e não lendaria, como evidentemente a de Buddha, tenha pareença com a vida verdadeiramente historica e absolutamente portentosa do Auctor do Christianismo? Estes factos sobremaneira imponentes e peculiares sómente á religião de Christo demonstram com toda a evidencia ser ella a unica religião por Deus abonada e a unica por Elle aceita.

2. Nunca Deus, alem disto, deixou o mundo privado da revelação sobrenatural; pois a revelação começou de existir, logo que o homem existiu no mundo. E por isso é que estas successivas revelações de Deus com os homens, diffundidas durante o volver dos seculos e pelas tradições dos povos perpetuadas mesmo entre os pagãos, dão sufficiente explicação a muitas das sobredictas analogias, bebendo de certo todas as religiões mais ou menos da mesma fonte commum.

3. Mas mesmo não são para extranhar estas semelhanças e pontos de contacto entre o Christianismo e as religiões do oriente, e principalmente o buddhismo; pois que,

como é facil provar, esta semelhança tem que existir forçosamente. O homem é por natureza essencialmente religioso, pelo que foi definido: um animal religioso. Ora bem, sendo a religião destinada a satisfazer a esta precisão instinctiva da nossa natureza, forçosamente hão de os diferentes cultos, ou de origem humana ou divina, conservar entre si uma grande analogia. Expliquemos por meio de algumas comparações.

Nos palacios reaes das nossas capitães nota-se uma conformação mais ou menos semelhante. Cada um tem a sua sala do throno e outras de recepções e compartimentos reservados aos soberanos e outros para suas familias e para os cortezãos; e nunca faltam as escadarias, as portas e janellas. E no entanto pode alguém em seu juizo concluir daqui que elles fossem obra de um mesmo engenheiro e partindo dum mesmo plano? Estas semelhanças provêem de que todos tem o mesmo *destino*, o de servirem de morada ao chefe do estado. Por um motivo analogo é que as estações ferroviarias se assemelham umas ás outras, assim como os theatros. Uma coisa parecida se observa nas instituições sociaes como as camaras, os tribunaes, a organização da força publica, que mais ou menos se parecem porque por toda a parte tem os mesmos fins e se destinam a satisfazer certas precisões da sociedade.

No nosso caso dá-se uma coisa parecida. O homem recorre á verdadeira religião ou então a alguma das falsas para satisfazer ás aspirações religiosas do coração humano; assim que tanto os pagãos como os christãos sentem a necessidade da adoração, da oração, da expiação e dos sacrificios, e sentem os remorsos da consciencia, a tendencia para o sobrenatural, o temor dos seres invisiveis e as aspirações por uma felicidade futura. Destinando-se, pois, as religiões a satisfazer estas tendencias da alma humana, sendo as mesmas, necessariamente, hão de as religiões ter muitos pontos de semelhança entre si, o que se verá melhor descendo a alguns casos particulares.

Estão os dogmas do Christianismo, em parte pelo menos, ao alcance das luzes da razão natural. E com relação ao conjuncto das verdades de ordem natural, a revelação o que fez foi tornar o seu conhecimento mais amplo e mais perfeito, fazendo-o mais accessivel ás intelligencias

populares e communicando-lhes mais nitidez e certeza, que commummente falta á razão natural desassistida da auctoridade da revelação. Não é, pois, para admirar que onde a razão se mantenha clara, appareçam dogmas que se pareçam aos da doutrina evangelica. E o mesmo se dá com a *moral christã*, que por fim de contas não é fundamentalmente mais que a lei *natural*, mais desenvolvida, sobrenaturalisada, aclarada por nova luz, se bem que accrescentada com um certo numero de preceitos impostos por Deus. Ora, sendo assim, como não se encontrarão nas falsas religiões uns preceitos analogos aos da religião revelada?

Sente o homem em si os appetites desregrados e pela sua consciencia reprovados, e vê facilmente que para os subjugar ao espirito, é preciso contrariar as inclinações, os prazeres sensuaes e habituar o corpo á mortificação, assim como vê ser esta mortificação o unico meio de aplacar a divindade, com estas desordens irritada. E daqui vem naturalmente o procurar affazer-se á mortificação das paixões, aos jejuns, aos soffrimentos corporaes voluntariamente empregados. Assim que tambem nas religiões que são menos grosseiras, se hão de encontrar as tendencias a uma vida mais austera e mais apta para soffrear os ruins instinctos da natureza, e os desejos de empregar os meios dictados pela propria natureza racional. Por onde não é de extranhar que por exemplo, os buddhistas para se tornarem mais perfeitos, tenham usado processos um tanto parecidos aos dos nossos ascetas e religiosos catholicos.

Quanto ao culto *externo*, não sendo elle mais que a expressão dos sentimentos internos da alma para com a divindade, ninguem se admire que elle em todas as religiões se manifeste bastante parecido. Que pretende com effeito o homem por meio deste culto senão testemunhar a Deus respeito, adoração, submissão e reconhecimento, para d'elle por este meio alcançar os beneficios e obter o perdão? Que outra coisa fará elle senão recorrer aos meios que a sua intelligencia e imaginação, os seus sentimentos e a natureza que o rodeia, lhe suggerem ou lhe proporcionam? E porque se não servirá tambem a verdadeira religião de semelhantes processos? Porque motivo haverá de renunciar a verdadeira religião ao uso, por exemplo, do in-

censo que exhala um odor especial ou da vela, que é a luz, do canto religioso, da musica, das genuflexões, do sacrificio e de tudo o que enfim sirva a patentear o reconhecimento do soherano dominio de Deus sobre as suas creaturas e implorar o soccorro ou o perdão e a estimular no homem os sentimentos religiosos? Não ajudam estes meios a encaminhar as creaturas para o seu verdadeiro destino e a melhor as tornar pregoeiras dos direitos de Deus?

Mais legitima apparecerá esta conclusão, se considerarmos que Deus ao impôr-nos pela revelação um culto externo, sendo sapientissimo e bondoso, houve de regular-o de harmonia com as aspirações e necessidades, da natureza, obra das suas mãos. E não era realmente um acto digno da sua sabedoria e bondade, accommodal-o á actividade propria do homem, áquillo que sobre elle faz impressão mais viva e duradoira, e aos usos religiosos consagrados pelo tempo? Torna-se assim mais facil á humanidade o cumprimento dos seus deveres.

Quando prescrevia a Moysés os ritos, as cerimoniaes e as festas da lei, não obrigando os judeus a renunciar de todo aos seus usos religiosos, havia-se Deus como pae bondoso e previdente. E quando tambem a Igreja catholica, encarregada pelo seu divino Fundador de determinar as praticas religiosas, afóra os sacramentos no que elles teem de essencial, e de regular as particularidades do culto, não estava ella obrigada a rejeitar os usos legitimos dos que para nella entrarem renunciavam ao judaismo ou ao paganismo. E sendo ella herdeira da lei antiga, justo era que lhe tomasse alguma parte dos ritos e cerimoniaes; e quanto aos usos pertencentes ás religiões humanas, em si bons ou indifferentes, não lhe estava mal aproveitar os que lhe parecessem aptos para, purificados e sanctificados, lhes inverter os papeis e os fazer servir á honra do verdadeiro Deus. Era em certo modo um meio facil de acabar com a idolatria em certos usos¹.

1) Sendo estes ensinamentos doutrinaes, moraes e cultuaes, de uma perfeição incomparavel e admiravelmente conformes com as maximas da razão e as aspirações do coração, sendo, numa palavra, estes ensinamentos tão completos e tão perfeitos que ninguem sem um auxilio de Deus os houvera jamais imaginado, como é que os podem suppôr inesperadamente saídos dos labios de um simples operario da Galiléa, que vivera até alli do trabalho das suas mãos, alheio

CONCLUSÃO. — Pelo que dissemos, se pode avaliar a inanidade desta objecção, que alguns modernos pretendem dar como esmagadora para o Christianismo. Tem este semelhanças, nem pode deixar de tel-as no que tem de bom, com as outras religiões; mas tem, sem mistura de erros nem de baixezas, dessemelhanças essenciaes e caracteres proprios, que completamente o distinguem dellas. Apresentando só elle um todo harmonico e perfeito em todos os seus elementos constituintes, satisfazendo só elle com plenitude e universalidade a todas as nobres propensões da humanidade, e perpetuando-se sempre novo e igual a si mesmo, só elle promete tambem ter a sua existencia travada com a existencia da humanidade. As parencas exteriores existentes entre esta religião divina e as que são obras dos homens, nada desfazem e nada affectam a sua *originalidade* ou filiação divina, e só demonstram quão perfeitamente está adaptada ás exigencias legitimas da alma humana.

Em summa, nenhum dos falsos cultos se apresenta com *signal* algum certo de que em nome de Deus se dirige, falla ao mundo, senão que pelo contrario, com as máximas e preceitos, que encerra, contrarios á verdade e á dignidade humana, se revela em contradicção com a sanctidade de Deus; e sómente a religião christã, a par de um ensino dogmatico e moral, de uma excellencia e pureza extremada, dá provas muitas e evidentes de ser uma obra genuinamente *divina*.

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O BUDDHISMO. — Não merece a pena discutir aqui e refutar o buddhismo, apesar de, entre as religiões falsas, ser a que conta mais proselytos no

a questões de escolas e de seitas que dividiam a Judéa? Que aptidão podia elle possuir para um trabalho tão arduo como o exigido pelo eclectismo a que se querem attribuir as origens do Christianismo? Como é que um obscuro operario e filho de operario, como lhe chamavam os seus concidadãos, houvera podido percorrer todo o oriente e estudar doutrinas tão diversas e encontradas, tendo passado a sua mocidade, em trabalhos manuaes, e morrendo relativamente novo? e como teria podido ler nas proprias linguas os livros indios, persas e chinezes não traduzidos, e fazer uma em si perfeitissima escolha de doutrinas contradictorias e recheadas de erros? Quanto á philosophia coeva é certo que a não estudou. É digna de nota a affirmação de Renan a este proposito. «Não teve Jesus Christo, diz elle, conhecimento algum da cultura grega nem directa nem indirectamente... nem da extravagante escholastica que então se ensinava em Jerusalem».

mundo. Bastará saber-se que até os proprios racionalistas, auctoridades nesta materia, francamente confessam não haver confronto possivel entre elle e o Christianismo, assim como entre as respectivas civilisações.

Kuenen nas suas conferencias (1879) em Westminster confessa que o Christianismo se parece ao culto de Buddha como a vida se parece com a morte e se avanta tanto como o céu e sua visão beatifica ao nirvana, ou um corpo animado a um phantasma. Coisa parecida affirma Réville num discurso ao Collegio de França. Ouçamos o que diz Bartholomeu Saint-Hilaire, que, assegura elle, estudou o buddhismo durante trinta annos. «Nutridos no seio de uma philosophia e de uma religião admiraveis, pouco cuidamos em averiguar o que ellas valem e os immensos beneficios, que nos prestam. Logramol-as, vivendo indifferentes e até ingratos para com ellas. Não cessa a civilisação de practicar prodigios entre nós; aproveitam-se, mas quasi ninguem se pergunta, donde provem tanto bem-estar, tanta segurança, tantas luzes em correlação com ella, emquanto ao lado de nós uma multidão de povos persistem semi-barbaros e não podem, desde o começo dos tempos, formar nem *sociedades* nem *governos* toleraveis. Creio que um estudo sobre o buddhismo nos ajudará pelas suas linhas geraes a decifrar este enigma e a achar-lhe a explicação. Ver-se-ha como uma religião, que hoje em dia conta mais adeptos que qualquer outra, tão pouco fez para a felicidade do genero humano, e achar-se-ha a explicação desta inaptidão nas *extravagantes* e *funestas* doutrinas que professa».

«Não obstante as apparencias por vezes fascinadoras, em verdade não é o buddhismo senão uma longa urdidura de *contradicções*; e não se calunnia, se se disser que elle é um *espiritualismo* sem alma, uma *virtude* sem dever, uma moral *sem liberdade*, um mundo *sem Deus*. De que nos poderiam servir taes ensinamentos? quantas coisas nos seria preciso esquecer para nos tornarmos discipulos cegos delle? quantos *degraus* nos seria forçoso *descer* na escada dos povos e da civilisação! O unico, ainda que immenso serviço que o buddhismo nos pode prestar é, pelo confronto com a sua baixez, fazer-nos avaliar melhor o inestimavel thesoiro das *nossas crenças*,

revelando-nos, quanto custa á humanidade o não ser participante dellas.»

Bastam estas palavras auctorizadas proferidas por homens incredulos para definitivamente se dar a sentença condemnatoria do buddhismo. Mas accrescentemos aqui tambem o juizo que delle faz o distincto professor de Lovaina, Mons. Harlez. «O paralelo que se quiz fazer do Christianismo com o buddhismo, não tem geito nenhum; porque este só tem alguns preceitos moraes bastante bons e mais nada. A sua metaphysica (ou dogmatica) é absurda e não se differença nada do materialismo; e o mesmo se dá com as suas theorias anthropologicas e cosmogonicas. A sua moral, tem por ideia fundamental, mas irracional, da metempsychose que só propõe ao homem uma vida de privações e de penitencia, para ir terminar em nada ou o que vale o mesmo, no anniquilamento da propria personalidade. Defendem-no da pecha de atheismo os modernos litteratos buddhistas que pretendem honrar a Deus, olhando-o ou contemplando-o como a *lei universal*. Mas não passa de um engana-vista, pois esta lei é uma pura abstracção e nunca pode ser um ser pessoal e activo¹. Compare-se só

1) O buddhismo teve por fundador um tal Çakya-Muni (o prudente, o asceta dos Çakyas) mais conhecido pelo nome de Buddha, de quem só conhecemos a vida por biographos posteriores, muitos seculos, ao seu biographado. Nem mesmo os buddhistas estão de accordo quanto á epocha em que aquelle homem viveu. Max-Müller aprasa a sua morte para o anno 477 antes de Christo; e outros indianistas para entre os annos 543 e 370. O que não diriam os incredulos se taes incertezas existissem sobre a authenticidade dos nossos livros sanctos e o heroe principal dos Evangelhos!

«O que se observa no acervo de lendas e de tradições relativas a Buddha não é o desejo de conservar intacta a *narracão verdadeira* da sua vida, mas uma tendencia ao romantismo *historico*; é o poder *inventivo* do sentimento religioso... A maior parte das narrações estão cheias de minudencias lendarias, de lances inverosímeis ou até *grandemente* increíveis. Para se condénar uma biographia do grande doutor é mister recorrer a fontes sem caracteres *historicos*, o que logo á primeira vista se nota... Apresenta-se-nos aquelle personagem tão envolvido em nevoeiro de lendas e invenções que nos é impossivel dissipal-o. A critica scientifica vê-se forçada a renunciar ao exame das fontes, porque são taes que excluem a applicação de quaesquer processos por ella empregados». Assim se expressa Minayef no seu livro *Recherches sur le bouddhisme*, traduzido do russo. Tudo o que, segundo Smart, se pode com certeza affirmar a proposito de Buddha é que o buddhismo teve um fundador; e que esse era um anachoreta ou asceta a quem não contentavam os ensinamentos do brahmanismo. Quanto ás lendas acerca de Buddha, desprovidas de qualquer *valor historico*, bem puderam ter sido inventadas, ao menos em parte, cinco ou seis seculos após a sua morte, quando já o Evangelho se tinha diffundido pela India, o que explicaria certas similhaças com os Evangelhos, lendas que variam muito segundo as diversas escholas buddhistas e que parecem derivar de algum fundo de tradição que não carece de uma certa dignidade.

Quem quizer ver a biographia de Buddha, consulte o *Manuel du Bouddhisme*, d'après le catéchisme du Subhâdra, etc. que Mons. Harlez fez traduzir; e a sua obra *La Bible dans l'Inde* contra Jaccoliot.

o *Pater noster* com os livros canonicos do buddhismo e ver-se-ha logo á primeira vista, que distancia infinita os separa.

DECIMA PROVA

SANCTIDADE INCOMPARAVEL DE JESUS CHRISTO

Iam as acções e exemplos de Jesus Christo a par com os seus ensinamentos dogmaticos e moraes durante toda a sua vida. Não houve preceito imposto por Elle, que não praticasse tambem, á lettra. Fez o contrario dos legisladores vulgares e mormente dos impostores; primeiro ensinava pelo exemplo e depois pela palavra: *Cæpit facere et docere*; de modo que com verdade pôde dizer de cada um dos deveres do homem para com Deus, para com o proximo e para consigo: «Dei-vos exemplo, para que, como eu fiz, tambem vós façaes». Basta percorrer o Evangelho para se ver que em Jesus Christo se achavam reunidas todas as virtudes em *grau* summo e *divino* e num tão bem ajustado *equilibrio*, que o seu conjuncto torna a sua pessoa um typo e *ideal* da perfeição. Nos homens ainda os mais perfeitos sempre se lhes nota por algum modo a fraqueza humana; e o ideal absoluto se existe é em algumas biographias, mistos de ficções e de historia; em Jesus Christo, porem, e só nelle encontramos reunidos o *ideal* da perfeição e a realidade historica. E nunca esta perfeição se desmentiu em um só apice, nem durante a vida obscura de Nazareth, nem em meio das turbas, cujas grosserias e indiscreções tinha de supportar, nem na alegria do festim de Caná, nem as angustias de Gethsemani, nem nos trabalhos da sua paixão, nem no Calvario, onde expirou entregue aos maiores tormentos, abandonado dos seus, insultado dos seus inimigos triumphantes e como desamparado de seu Pae. «Nunca será possivel, diz Strauss, que alguém se avante a Jesus Christo, nem se pode conceber que outrem o iguale». «Nunca, affirma Renan, se levará vantagem a Christo».

Tinha, alem disto, Jesus Christo *inimigos*, sempre com os olhos a espiar cada uma das suas acções, e a critica a

medir-lhe cada palavra para o achar falho em alguma. E, sem embargo, tão aquilatada era a sua virtude e tão provada aos olhos de todos, que pôde chamar a desafio sem ter resposta, dizendo: «Quem de vós me arguirá de peccado?» E, no dia mesmo da sua paixão o juiz *pagão* se viu constrangido a cinco vezes o declarar como innocente apesar dos testemunhos falsos de gente peitada. Mas afinal até a propria incredulidade moderna, comquanto muito empenhada em vislumbrar fundamentos de censura nas suas palavras e acções, houve de inclinar-se reverente e render homenagem á supereminente sanctidade da sua vida. Recusará sim dobrar o joelho ante a sua *divindade*, mas de bom grado o reconhece como *sabio* e *bom* por excellencia.

Todas as virtudes brilharam, é certo, com um fulgor soberano em Jesus; nenhuma, porem, avultou tanto nem lhe ganhou tantos corações, como a sua ternissima *bondade*, de que qualquer pagina do Evangelho nos fornece provas muito commovedoras. «Jesus Christo, diz Lacordaire, aprimorou o seu amor até á ternura, mas a uma ternura nova, que precisou de um termo novo e que forma um genero novo na classificação dos sentimentos humanos e se chama unção evangelica. Jesus Christo foi terno para com *todos* os homens; e foram delle aquellas palavras: «Tudó o que fizerdes ao infimo dos meus irmãos, é a mim que será feito», palavras, que engendraram a fraternidade christã e que cada dia produzem prodigios de dedicação. Foi terno para com os *peccadores*; sentava-se á mesa com elles; e, quando o orgulho doutrinal lh'o lançava em rosto, Elle atalhava-o, dizendo: «Não são os que logram saude os precisados de medico, mas os que estão enfermos». (Math. IX-12). A vista de um publicano, subido a uma arvore para melhor o ver, diz-lhe estas palavras: «Zacheu, desce já; é preciso que eu hoje me agasalhe em tua casa». (Luc. XIX-5). Se uma mulher peccadora se aproxima delle e ousa mesmo derramar perfumes em seus pés ante os olhos de todos os convivas scandalizados com um tal procedimento, Elle a deixa confortada com estas palavras: «Muitos peccados te são perdoados porque amaste muito». (Luc. VII-47). Apresentaram-lhe uma adúltera, para delle ouvirem uma decisão

que compromettesse a bondade do seu coração; e Elle responde: «Quem dentre vós está sem peccado, seja o primeiro a atirar-lhe pedras». (Joan. VIII-7). Foi tambem ternamente *bondoso* para com sua nação ingrata e deicida; avistando de longe as muralhas da sua capital, disse entre lagrimas: «Jerusalem, Jerusalem! que matas os prophetas e apedrejas os que te são enviados, quantas vezes quiz eu reunir os teus filhos como a gallinha acolhe os pintainhos sob as suas azas, e tu não quizeste». (Math. XXIII-37). Houve-se do mesmo modo com grande *ternura* com seus amigos, a ponto de lhes lavar os pés, e de permittir, que um jovem se reclinasse no seu peito, num dos mais solemnes momentos da sua vida, já a terminar. E até no supplicio se mostrou *piadoso* com os seus *algozes*, dirigindo esta prece a seu Pae: «Senhor, perdoae-lhes, pois não sabem o que fazem». (Luc. XXIII-34). Nenhuma vida appareceu sobre a terra aureolada com tanta luz e com tanto amor.

OBSERVAÇÕES SOBRE A SANCTIDADE DE JESUS. — 1. Tudo em Jesus, apesar da sua incomparavel perfeição, revela o caracter de *naturalidade* e de *verdade*, sem dobrez, sem affectação nem constrangimento. Se a sua divindade se patenteia por sanctidade sem senões, a sua humanidade se apresenta com toda a espontaneidade das suas emoções naturaes.

Querendo o Senhor ensinar a todos os homens, seus irmãos, o caminho do céu, pelos *exemplos* antes que pelas palavras, houve por bem experimentar em si todos os sentimentos dignos da natureza humana e passar todas as nossas provas. «Não temos nós, diz S. Paulo, um Pontifice incapaz de compartilhar as nossas enfermidades, mas foi sim, como nós, provado por todos os modos excepto no peccado». Trabalhou Jesus como nós, orou, chorou, soffreu; como nós, amou sua mãe, seus discipulos, seus amigos, sua patria e os infelizes e abandonados; como nós sentiu commiseração, tristezas, temores, e nãojo; como nós e mais que nós supportou os soffrimentos phisicos e moraes. Assim que desde o presepio até á cruz nos pôde dar cada um dos seus actos e sentimentos como modelo para a nossa imitação.

2. Forma além disto a perfeição característica da vida do Senhor um *contraste* singular com a do meio, em que Elle vivia. Afora sua Mãe e alguns outros personagens privilegiados, que por Elle pautavam seus procedimentos, via-se Jesus rodeado quasi só de gente baixa e carnal, de doutores refohados, de phariseus arrogantes e preocupados de formalidades, de discipulos defeituosos e grosseiros. Que dessemelhança entre as fraquezas, os vícios e os rancores dos que incessantemente o rodeavam e a sanctidade, a delicadeza, a mansidão e paciencia d'elle!

3. Foi a sanctidade de Jesus e sómente ella, também uma sanctidade *prolífica* e perfeitamente *imitavel*, apezar de ser de uma *excellencia* soberana; pelo que teve no correr dos seculos um sem numero de imitadores. «Nenhum sabio, observa o proprio Voltaire, exerceu influencia nem mesmo nos costumes da rua em que morava; Jesus exercê-a sobre o mundo inteiro». Os seus exemplos assim como as suas palavras jamais cessaram de operar, ha dezenove seculos e por todo o mundo, maravilhas de pureza, de humildade, de obediencia e dedicação, de sanctidade, em summa. O que é afinal um *Christão* de veras senão um varão que na alma, no corpo e em todo o seu ser tem profundamente gravados os delineamentos de Jesus Christo, um varão que está empenhado em conformar os seus pensamentos, desejos, palavras e acções com os deste divino modelo? Um *sancto* não é afinal senão um *bom christão*, um perfeito, completo e heroico imitador de Jesus Christo. E, se os sanctos exercem uma poderosa influencia moral, não é senão porque em si reproduzem os traços característicos da perfeição, que em seu Salvador contemplam e admiram.

4. O que ainda sobremaneira faz avullar este prodigio da sanctidade christã, é ser Jesus Christo seguido e imitado exactamente naquillo, que mais *repugna* á natureza humana, porque um *coroador de espinhos* é que tem de ser o modelo para uma vida de humildade, de obediencia, de abnegação e sacrificio. No presepio, na vida particular e publica e especialmente na sua paixão e morte, em tudo e sempre nos dá o exemplo das virtudes mais contrarias ás nossas ruins inclinações. E os seus exemplos foram seguidos e imitados. «Os que são de Christo, diz S. Paulo,

crucificam sua carne com os seus vícios e concupiscencias». Para progredirem no caminho da perfeição só teem os christãos em vista triumphar de si mesmos, á imitação daquelle, a quem S. Paulo chama a *imagem de Deus invisivel*. A divisa delles é o *vince te ipsum*.

5. Se Jesus Christo alcançou reformar o mundo, foi porque se fez *amar*; e este amor é em si mesmo um *prodigio*. Os chamados grandes homens apenas excitam a admiração e despertam o enthusiasmo; quem, porem, dos maiores genios se pôde gloriar de ter sido amado, e amado sobretudo pela posteridade e por longos seculos? «Um só homem, observa Lacordaire, fez todos os seculos tributarios de um amor que não acaba. Só elle foi amado por uma infinidade de almas com um amor terno, forte, intimo e efficaz; e hoje mesmo milhões de homens de bom grado dariam por elle a sua vida».

Qual foi o sancto que não amasse a Jesus? Depois de S. Pedro que lhe respondeu confundido: «Vós sabeis que vos amo», assevera também S. Paulo que nada o poderia apartar do amor, que consagrava a Jesus, cujo nome adoravel elle repete duzentas e tres vezes nas suas Epistolas. Sancto Agostinho confessa que não tem palavras para expressar a suavidade que tem o nomeal-o; e S. Bernardo confessa que tudo para elle é insofribil sem o nome de Jesus, o qual é mel para o paladar, melodia para o ouvido e alegria para o coração. Esta é a linguagem de todos os heroes do Christianismo; e este amor continua inflammando sempre os corações generosos e a excital-os a uma imitação tanto mais perfeita, quanto maior e mais aquilatado é este amor.

CONCLUSÃO. — Acabamos de ver, como Jesus Christo é o prototypo mais cabal da sabedoria e da sanctidade. Mas, sendo assim, é impossivel que um tal homem houvesse sequer pensado em enganar todo o genero humano. Ora, Jesus Christo affirmou categorica e terminantemente ser o Messias desde o principio promettido, e ser o encarregado de uma missão divina, para estabelecer uma nova alliança entre Deus e os homens; e asseverou também ser Deus, em termos tão expressos e tão claros que não dão lugar á menor duvida. Se estas affirmações se não baseas-

sem na verdade, não passaria elle de um louco e refinado impostor. Pelo que, ante taes affirmações ou é digno de desprezo ou de adoração; ou ha de o homem pensador votal-o ao desprezo como a um grande enganador ou prostrar-se-lhe aos pés confessando o seu messianismo e a sua divindade. Tal é o dilemma que se apresenta a todo o homem pensante. Ninguém realmente pode ficar indifferente ante o nome de Nosso Senhor; ou se adora ou se odeia; e assim é que em volta d'elle se vê a humanidade civilisada, dividida em dois campos adversos e inconfundiveis. Nenhum dos chamados heroes nos annaes da historia, tão longa e constantemente exercido semelhante império sobre as almas, o que prova evidentemente ser Jesus Christo mais que um homem¹.

Divindade de Jesus Christo

OBSERVAÇÃO. — 1. A questão da divindade da *persona* de Jesus Christo é inteiramente differente da divindade da sua *missão*. Também Moysés foi *enviado* de Deus e também elle encarregado de fundar uma religião mais perfeita que a precedente; e comtudo nenhum judeu se atreveu a reconhecê-lo como Deus. Jesus, pelo contrario, foi sempre *adorado* como Deus por todos os que, ha dezenove seculos, se honram enaltecendo o seu nome e seguindo-lhe os ensinamentos. É este um facto innegavel. Mas é realmente Jesus Christo merecedor destas adorações, é elle *verdadeiramente Deus*?

1) Jesus Christo é o grande nome na historia. Taes houve pelos quaes se deram vidas; mas Elle foi o unico a quem deram adoração todos os povos, todas as raças e todos os seculos. Seu nome é conhecido por toda a face da terra. Jazeriam sepultados no esquecimento todos os grandes genios do passado, se os monumentos, como palacios, obeliscos ou tumulos, se os escriptos como os papyrus ou pergaminhos, os tijolos, as esteles e medalhas nos não tivessém guardado alguma memoria delles. Mas Jesus Christo sobrevive nas almas dos fieis, testemunhas suas, como em monumento perenne. A Igreja, por Elle fundada, enche com seu nome os tempos e o espaço. P. Didon, *Jesus-Christ*.

Não podemos nós aqui desenvolver largamente esta questão, nem ella forma, digamos assim, o principal intento deste livro; não nos é todavia possível passal-a em silencio. Tendo nós, de facto, nos occupado até aqui de Jesus Christo expondo as prophcias que o annunciavam e as que Elle fez, e havendo narrado a sua vida, virtude e milagres e a sua influencia efficacissima sobre a humanidade, necessariamente temos de referir-nos á sua divindade, que é como a coroa e a explicação da sua vida e da sua obra e ella é que sobretudo alenta e justifica a nossa confiança em seu poder, bondade e misericordia infinita.

2. Sabendo-se que Jesus Christo se apresentou como o Messias esperado das gentes e o demonstrou por suas obras e que se deu como enviado de Deus e intimamente relacionado com Elle, ninguém ousará negar, que as verdades reveladas por esse seu enviado sejam também abonadas por Deus e portanto divinas, como nem também ousará afirmar, que o Evangelho seja uma revelação menos digna de fé e de respeito que a de Moysés. Pouco importa que, por exemplo, um monarcha confie uma embaixada a seu proprio filho ou a um subalterno, porque o essencial é que as credenciaes estejam em regra. Mas ainda suppondo que se não provasse que Jesus Christo é Deus, o Filho Unigenito, engendrado do Pae, nem por isso as *obrigações* resultantes dos seus ensinamentos perderiam algo da sua força obrigatoria, como seriam as da humildade, castidade, mortificação e caridade, bem como a unidade e indissolubilidade do matrimonio, a independencia das consciencias relativamente ao poder civil e a de crer na existencia de uma bemaventurança para os bons e na de uma eternidade de tormentos para os maus, no inferno. É, comtudo, como vamos provar, uma verdade certissima, attestada por numerosos textos dos quatro Evangelhos, tão claros que não dão lugar á menor duvida, a da divindade de Nosso Senhor Jesus Christo.

Jesus Christo deu-se realmente como Filho de Deus.
— Apresentou-se Elle de facto como Deus, como Filho de Deus, como em tudo igual ao Pae e como seu enviado, do mesmo modo que como Messias; e affirmou-o muitas ve-

zes, em termos inequívocos e em circunstâncias muito diversas; de modo que em sua pessoa se reuniam a qualidade de enviado ou Messias e os attributos da natureza divina ou de ser Deus.

ARGUMENTOS. — 1. Seja o primeiro delles, simples, mas cabal, a *leitura* mesma do Evangelho. Produz ella no espirito de qualquer, recto e sincero, uma convicção profunda de que Jesus Christo realmente se apresentou como Deus, em tudo igual ao Pae. E não provém esta convicção da leitura apenas de algum texto isolado, senão que nol-a dá todo o *conjuncto* evangelico. E S. João o que ao escrever o seu Evangelho teve mormente em vista foi pôr mais em foco esta *divindade* de Jesus Christo, como attestam S. Jeronymo, Tertulliano e outros, coisa que os racionalistas lhe não podem levar a bem. Bastam só o começo e o final deste Evangelho para nol-o darem claramente a conhecer. «No principio, diz o seu começo, era o Verbo e o Verbo era em Deus e o Verbo era Deus. Desde a eternidade Elle estava em Deus. Tudo por Elle foi feito, e sem Elle não foi feito nada do que existe. Nelle estava a vida e a vida era a luz dos homens... E o Verbo se fez carne e habitou entre nós». Não é menos explicito o seu remate. «Foram estes (milagres) escriptos para que creaes que Jesus é o Christo, Filho de Deus». Attestam-nos, pois, os evangelistas dar-se realmente Jesus Christo como Filho de Deus.

2. Não é menos certo crer a primeira *geração* christã na divindade de Christo, como nós cremos. A prova nol-a dá S. Paulo, que *antes* da *aparição* dos Evangelhos conferira com os apóstolos ácerca da doutrina do divino Mestre (Gal. 1-18; 11-2)¹, e que por toda a parte publica-

1) Todo o conjuncto das cartas de S. Paulo é o mais antigo dos documentos escriptos que possuímos ácerca do Christianismo. Duchesne colloca-lhes a data entre 53 e 62; e, segundo Harnack, S. Paulo, que se convertem um anno após a morte de Christo, escreveu-as entre os annos 48 e 64. A doutrina do Apóstolo das gentes não pode ser mais explicitamente exposta sobre a *divindade* de Christo, sobre a *redempção*, a *fundação* da Igreja e *instituição* dos sacramentos. Espalhou-se por conseguinte esta doutrina pela Igreja, ainda antes que os *synopticos* trouxessem a publico a vida e os ensinamentos do seu Mestre. Ao Jerem, pois, os Evangelhos de S. Matheus, S. Marcos e S. Lucas já os fieis sabiam que lhes fallavam de um Deus feito homem, morto para salvação do mundo e fundador da Igreja.

mente pregava a divindade do Salvador. Oíçamos-lhe algumas palavras. «Nelle todas as coisas no céu e na terra foram creadas... Tudo foi creado por Elle e para Elle; existe Elle antes de todas as coisas e todas subsistem nelle». (Coloss. 1-15 a 17). E aos romanos escreve que «Jesus Christo é o proprio Filho de Deus» e que não tem apenas este titulo de filho de Deus como teem os justos; e diz mais depois que «Christo nascido, segundo a carne, de Israel, é o que está acima de tudo e Deus para sempre bendicto». (Rom. VIII-32 e IX-5). Dirigindo-se aos Philippenses, escreve: «Tende em vós os sentimentos de que Jesus Christo se achava animado, o qual, se bem que de condição igual a Deus, não conservou ancioso esta egualdade com Deus, senão que se anniquilou a si proprio, fazendo-se obediente até a morte e morte de cruz». (Philipp. II-5 a 7). E não era esta doutrina, expressa em termos analogos aos Galatas e aos Corinthios, uma doutrina pessoal e exclusiva de S. Paulo, pois que escrevendo aos romanos, a quem elle ainda não evangelisara, se reporta á divindade de Christo como a uma crença já entre elles conhecida e inconteste. Deus que «nem a Seu Filho poupou, mas o entregou á morte por todos nós, não nos dará com Elle todas as coisas?». Tal houve de ser, pois, tambem o ensino oral dos apóstolos e do mesmo Jesus Christo.

3. Examinemos já em particular os Evangelhos, e dentre os muitos textos escolhamos só alguns que evidentemente demonstrem, como Jesus Christo asseverava ser verdadeiramente Deus.

a) Vejamos em primeiro logar a parábola da vinha, narrada pelos tres evangelistas synopticos. Historia ella em quadro breve as relações entre Israel, a vinha amada, e o seu Deus. Representa-se nella Jesus Christo como sendo filho de Deus, não como os outros homens, mas como Filho unico do Pae e herdeiro dos seus bens». (Math. XXI; Marc. X; Luc. XX). Enviou por vezes os seus creados o Senhor da vinha para a seu tempo receberem o fructo della, mas uns foram lapidados e outros mortos. Enviou por fim o seu unico e muito amado fi-

lho, porque, dizia, ao menos a elle guardarão respeito. Ao verem-no, porém, os vinhateiros, disseram entre si: Lá vem o herdeiro; matemol-o, e a herança será para nós. E agarraram-no, arrastaram-no para fóra da vinha e deram-lhe a morte. O resto da parábola relata o castigo dos matadores. Bem entenderam os principes dos sacerdotes e phariseus, que Jesus nesta parábola se referia a elles.

Jesus nella é representado pelo filho unico do Senhor da vinha; é, pois, o unigenito do Pae, a quem o nascimento enaltece acima dos seus creados ou servidores do Pae, os prophetas que successivamente por Deus foram enviados a Israel, afim de ante este povo advogarem os direitos e interesses do mesmo Deus e, consequentemente, do seu Filho unico. Os direitos pela parábola conferidos ao unico e muito amado filho são a herança exclusiva e total dos bens paternos, herança que lhe vem por nascimento e que a Jesus, como a Filho, compete, com direitos eguaes aos que tem seu Pae.

A preponderancia de Jesus Christo sobre todos os prophetas e todos os seus servos do Antigo Testamento, os direitos só do Filho proprios tão vastos e tão plenos como os do mesmo Deus, e o abatimento voluntario á condição de servidor, são tres predicados caracteristicos da filiação divina do Salvador e se deduzem naturalmente do contexto da parábola sem lhe forçar o sentido.

b) Se, alem desta parábola, examinarmos ainda outras passagens dos evangelistas, veremos que Jesus Christo se attribue predicados que os homens sempre consideraram, e com razão, como *peculiares de Deus*. «Eu sou a via, a verdade e a vida. (Joan. XIV-6). Eu sou a luz do mundo; quem me segue não anda em trevas, mas terá a luz da vida. (Joan. VII-12). Eu sou o pão vivo, que desci do céu (Joan. VI-51). Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna e eu o resuscitarei no ultimo dia. (Joan. V-55). Eu sou a resurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que morra, vive. (Joan. XI-25). Todas as tribus da terra verão descer do céu, nas nuvens, o Filho do homem, com grande poder e magestade. Enviará Elle os seus anjos... (Math. XXIV-31). Enviará o Filho do homem os seus anjos e reunirá os seus escolhidos. (Marc. XIII-27).

Enviará o Filho do homem os seus anjos que desterrarão do seu reino todos os escandalos e os que praticam iniquidades. (Math. XIII-41). Muitos nesse dia me dirão: Senhor, Senhor, não foi em vosso nome que nós prophefizamos, expulsamos os demonios e fizemos muitos milagres? E eu bem alto lhes direi: nunca vos conheci; retirae-vos de mim os que praticades a iniquidade. (Math. VII-22). Como meu Pae desperta os mortos e os restitue á vida, assim o Filho vivificará os que elle quer. (Joan. V 21). Onde estiverem dois ou tres em meu nome, lá estou em meio delles. (Math. XVIII-20). Tudo o que em meu nome pedirdes a meu Pae, Elle vol-o concederá. Tudo o que em meu nome pedirdes a meu Pae, eu vol-o concederei. (Joan. XV-16; XIV-13). Quem deixar a sua casa, ou os seus irmãos ou irmãs por amor de mim... receberá o centuplo e por herança a vida eterna. (Math. XIX-29). Tudo o que meu Pae faz, o faz o Filho igualmente. (Joan. V-19). Se alguém me ama, guardará os meus ensinamentos e viremos a elle e faremos nelle a nossa morada. (Joan. XIV-23). Tudo o que é meu, é de meu Pae. (Joan. XVI-15).

Não menos claramente affirma o Salvador a sua divindade, quando perdoa os peccados. E está este poder tão fóra da alçada humana, que os mentores de Israel se mostravam scandalizados a ponto de qualificarem a Jesus de blasphemo, dizendo: «Que homem é este que assim profere blasphemias? quem pode perdoar os peccados a não ser Deus?». (Luc. V-20 a 25). Attesta ainda este poder quando affirma que enviará o Espirito Sancto, como seu Pae o enviou a Elle, e quando annuncia que virá no fim do mundo a julgar os vivos e os mortos e a remunerar a cada um segundo as suas obras. (Math. XXV-31).

Quem quizer ver quanta força demonstrativa tem estas affirmações tão claras como numerosas do Salvador, imagine-as só por um instante saidas dos labios de um simples mortal.

c) Mas não são só estas; ha muitas outras affirmações, com que sob outras formas Jesus Christo para si reivindica a divindade. Declara-se Jesus Christo eterno, dizendo: «Antes que Abrahão existisse, já eu existia». Note-se a analogia entre esta linguagem e a de David ao di-

zer, fallando com Deus: «Antes de serem os montes já tu eras» (Ps. LXXXIX-2); ou a celebre definição que Deus dá de si mesmo dizendo: «Eu sou o que sou», «E agora, meu Pae, fazei-me brilhar ante vós com a gloria que eu tinha juncto de vós, antes de existir o mundo». (Joan. XVII-5).

Revela-se tambem Jesus Christo *conhecedor de tudo*, ainda dos mais intimos segredos do coração humano (Math. XIX-4); e de tambem ser *omnipotente*, porque por propria virtude voltará á vida. (Joan. X-18). E os milagres que operou e que supõem um poder divino, fel-os Elle em seu *nome* e pelo seu proprio poder. Os thaumaturgos fazem os milagres em nome de Deus e por um poder delegado; Jesus Christo, pelo contrario, houve-se como soberano Senhor, que impera aos homens, á natureza, aos anjos e demonios. «Moço, eu t'o mando, levanta-te». «Quer-o, fica purificado». «Lazaro sae do tumulo, etc.». E não só exerce este poderio como quer, mas tambem o delega a quem lhe apraz; e promette aos apóstolos fazerem em seu nome prodigios ainda maiores que os seus.

d) Vae Jesus ainda mais longe, pois chega a affirmar a *identidade* de sua natureza como a de seu Pae e a distincção de sua pessoa com direitos ao culto e honras a um só Deus devidas. «O meu Pae e eu somos um só». (Joan. X-30). «Crede em Deus, diz aos apóstolos, crede tambem em mim». (Joan. XIV-1). «Tanto amou Deus ao mundo que deu por elle a seu Filho unigenito, afim de que todo o que crer nelle não pereça, mas alcance a vida eterna». (Joan. III-16). «Quem crer nelle, não será condemnado, mas quem não crer nelle, será condemnado, porque não crê no Filho unico de Deus». (Joan. XIV-8 a 10). E se, por um lado proclama o preceito de *adorar* só a Deus e a Elle só *servir*, deixa-se por sua vez adorar pelo cego de nascimento, pelo leproso, pelo chefe da Synagoga, pelo possesso de Gerasa, pelas piedosas mulheres e pelos seus discipulos; e declara que todos os homens devem honrar o Filho como honram ao Pae. (Joan. V-23). Exige dos seus discipulos sacrificios que só a Deus se fazem. «Quem ama a seu pae e a sua mãe mais que a mim, não é digno de mim». (Math. X-37). Deve o baptismo ser conferido em

seu nome que Elle colloca no meio do de seu Pae e do Espirito Sancto. Math. XXVIII-19 e VII-22; Joan. XX-28). «Não vos chamei Senhores: só ha um Senhor que é Christo». E quando S. Thomé, convencido da resurreição do Senhor, lhe diz: «Meu Senhor e meu Deus», não repelle esta linguagem como blasphema, senão que exalta a fé do discipulo e abençoa a todos os que no correr dos seculos imitarem este exemplo¹.

4. Apontemos ainda algumas *circumstancias* solemnes, em que o Senhor fez profissão publica da sua divindade, quer deante dos seus discipulos, quer deante dos seus inimigos, quer mesmo perante os seus juizes e o supremo conselho da nação².

«Quem dizeis vós que eu sou?», perguntava Elle um dia aos seus discipulos. «Vós, tornou-lhe Pedro, sois o Christo, o Filho de Deus vivo». E não só lhe não extranhou o Senhor esta profissão de fé clara e explicita da sua divindade, senão louva ao seu discipulo e lhe declara, que foi seu Pae celeste que lhe inspirou estas palavras, porquanto só Elle podia dar a conhecer este mysterio da geração eterna; e o recompensou com a promessa de escolhel-o para pedra fundamental e cabeça da sua Igreja.

Achava-se Jesus outra occasião rodeado das turbas, quando lhe gritaram dentre a multidão: «Até quando, di-

1) Não é, pois, só no Evangelho de S. João e nas cartas de S. Paulo que a divindade de Jesus Christo se nos annuncia com toda a evidencia. «Nos Evangelhos *synopticos*, é Jesus o centro da sua religião, tudo a Elle se refere. Elle é o objecto do culto, que fundou. Tudo para Elle deve convergir, os pensamentos, os desejos e affectos, o que, se partisse de um simples mortal, seria um requinte de orgulho, de egoismo, de loucura e de uma monstruosa tyrannia. Nunca ninguem fallou de Deus ou das coisas de Deus referindo-se a si mesmo; o Moysés, Isaias e os grandes personagens de Israel valiam-se sempre da auctoridade de Deus, dizendo: «Eis as palavras de Jahve... Eis o que diz o Senhor», e só este era o seu modo de fallar. Jesus, pelo contrario, o mais humilde, o mais sincero e desinteressado dos homens, legisla como Deus, perdoo como Deus, julga, absolve, condemna como Deus; promette o Espirito Sancto, porque o Espirito Sancto é como se fosse seu e delle pode dispôr: dá á vida eterna a quem lhe parece e a merece; e irá assentar-se no throno de seu Pae, sem entretanto deixar os seus na terra...».

2) Bem sabemos haver entre os exegetas catholicos alguns que hesitam em dar á expressão «Filho de Deus» o significado de divindade. Mas a verdade é que nunca entre os judeus esta expressão foi simplesmente, synonyma de *Messias*. Esperava Israel o *Messias* na epocha em que Jesus vivia, mas nunca o esperou senão como *filho do homem*, como filho de David e não como *Filho de Deus*. Em todo o caso não pode haver duvida sobre o significado dessa ultima expressão, quando o Salvador, por exemplo, acrescenta que Seu Pae e Elle são um só, ou que virá a julgar os vivos e os mortos, e bem assim, quando o accusam de blasphema e o declaram reu de morte, só porque se arroga o titulo de Filho de Deus.

ziari, nos tereis as almas em suspensão? Se sois Christo, dizei-nol-o abertamente». «Já eu vol-o disse, tornou-Ihes o Senhor, e vós não me credes; as obras que eu em nome de meu Pae faço, dão testemunho de quem eu sou... Meu Pae e eu não *somos senão um*». Lançam mão de pedras os judeus, ao ouvirem isto, para lapidar a quem olhavam como um blasphemo. Não se altera, porem, Jesus nem se retracta, senão que, pelo contrario, accrescenta: «Manifestei-vos eu muitas obras de meu Pae; por qual dellas é que me quereis apedrejar?». Por nenhuma das vossas obras boas, Ihe foi respondido, mas por causa da blasphemia e porque, sendo homem, vos *fazeis Deus*.

Conduziram-no ao *Sanhedrim*, tribunal Supremo e religioso da nação judaica. Interrogou-o o Summo Sacerdote em termos precisos e solemnes: «Em nome do Deus vivo, diz-Ihe, eu te conjuro a que digas se és Christo, filho de Deus». «Sou», respondeu serenamente o Senhor e, confirmando solememente a affirmativa, accrescentou: «E vós um dia vereis o Filho do homem, assentado á direita da magestade de Deus, e nas nuvens descer do céu». «Que mais testemunhos precisamos», exclama o Summo Sacerdote, rasgando os vestidos; acabaes de ouvir a *blasphemia*. Que vos parece?». E todos á uma responderam: «É digno de morte».

Deste tribunal foi Jesus levado ao *governador* romano. Mas como este, convencido da falsidade dos crimes que Ihe assacavam, o quizesse absolvér, oppuzeram-se os principes dos sacerdotes, dizendo: «Nós temos uma lei, e segundo esta lei elle tem de morrer, porque se fez filho de Deus». (Math. XXVI; Marc. XIV; Joan. XIX). Procuravam os judeus dar-Ihe a morte, porque, diz S. João, não só quebrantava o sabbado, mas tambem porque chamava á Deus seu Pae e se dizia igual a Elle». (Joan. V-18).

Tambem no *Calvario*, por zombaria, se faziam ouvir aquellas palavras: «Se és filho de Deus, desce dessa cruz». E os que convertidos, ante o espectáculo da sua morte, se feriam os peitos, repetiam: «Elle era realmente o Filho de Deus». Por aqui se vê que a Synagoga condemnou Jesus á morte, por Elle sacrilegamente, segundo ella, se apropriar a divindade. Olhou-o ella como falso *Messias*, que em vez de restaurar a gloria nacional e restabelecer

o throno de David, levava a sua impiedade ao excesso de se «dar por Filho de Deus e igual ao Pae». Foi portanto por se confessar realmente por Deus que Jesus foi condemnado á morte e posto num lenho infame. Aventurar a affirmativa de que Elle não tinha consciencia do papel que fazia nem da sua divindade é não fazer nenhuma conta com quanto se lê no Evangelho¹.

5. E não só Christo professou a sua divindade, senão tambem abonou a sua affirmação e a confirmou com o testemunho das *suas obras*. Foi principalmente pelos milagres, testemunhos infalliveis da verdade, que Elle forçou a dar-se o assentimento ás suas palavras. E assim, quando os escribas e phariseus se escandalizavam de que Elle perdoasse os peccados e o incriminavam por isso de blasphemo e sacrilego, o Senhor os confundia, dizendo: «Para que saibaes que o filho do homem tem o poder de perdoar os peccados, digo a este paralytico: «Levanta-te, toma o teu catre e vae-te embora». «Não credes que eu estou em meu Pae e meu Pae em mim? então crede-me ao menos pelas obras que eu faço». «As obras que eu em nome de meu Pae faço, dão de mim testemunho». «Não fazendo eu as obras de meu Pae, não me deis credito, mas fazendo-as eu, crede ao menos nas obras que eu pratico. Reconhecereis assim e crereis que o meu Pae está em mim e eu estou em meu Pae». (Luc. V; Joan. XIV-11; X-25; X-37)².

OBSERVAÇÃO. --- Jesus Christo é conjunctamente perfeito Deus e perfeito homem e numa *única pessoa* reúne duas *naturezas* completas, a natureza *divina* do Verbo, igual ao Pae e ao Espirito Sancto, e a natureza *humana*, nascida da SS. Virgem Maria. Constava esta natureza humana de um corpo e uma alma perfeitas, comquanto fi-

1) Poderá alguém enganar-se quanto ao alcance das suas proprias faculdades, mas nunca tractando-se do excessivamente grande problema: «Sou ou não sou Deus?» Usurpar assim Christo para si a divindade seria a mais rematada das allucinações; Elle que por outra parte é exaltado acima dos mais sabios e mais perfeitos, por seu character e doutrina e por sua vida e morte...

2) Para outras provas igualmente concludentes sobre a divindade de Jesus Christo consulte-se a Dogmatica especial; e são tiradas dos *prophetas* que S. Paulo; da tradição apostolica; da historia ecclesiastica e condemnação das heresias, etc.

nitos, como tudo quanto é creado. Mas estando esta natureza humana hyposthaticamente unida ao Verbo e pertencendo á pessoa de um Deus adoravel, tambem esta natureza se tornou em si adoravel; pelo que todo o Homem-Deus é adoravel, tanto a natureza divina como a humana com o seu corpo e alma; e por isso é que tambem todas as acções humanas e soffrimentos do Homem-Deus tinham um valor infinito e divino¹, e por isso é que tambem a SS. Virgem é com justo titulo chamada *Mãe de Deus*.

Não deu esta bemdicta e immaculada Virgem o ser, está claro, á natureza divina, mas deu-o a um filho *que é Deus*, e por isso é Mãe de Deus; do mesmo modo que a mãe de um Soberano não dá ao filho a dignidade real e comtudo se lhe chama a mãe do rei. E assim como a mãe do rei tem no seu reino direito a honras especiaes, assim Maria, Mãe de Deus tem direito no mundo a um culto especial. Este culto não pode ser de adoração, porque seria um sacrilegio adorar uma creatura, mas é de *hyperdulia* ou de respeito e veneração especial. Não basta só venerar-a, é mister amal-a, já por sua bondade e amabilidade, já por ter acceitado cooperar com seu Filho para a redempção do mundo, já porque seu Filho nol-a deixou por mãe ao morrer e como protectora grandemente poderosa pela sua intercessão.

Temos, pois, que Jesus Christo é não somente enviado de Deus, mas tambem verdadeiro Deus, *nosso Deus*; e nossa maior honra é sermos seus filhos; e o servil-o o maior bem nosso; e o confiarmos como bons servidores em sua infinita bondade, a nossa maior felicidade já mesmo nesta vida.

1) Pode-se, pois, dizer de Jesus Christo com verdade: é eterno, nasceu e morreu. Não se contradizem estas proposições por se referirem a qualidades de *duas naturezas differentes*, pois que, sendo, por exemplo, eterno enquanto Deus, é mortal enquanto homem. E porque a mesma pessoa é junctamente Deus e homem, é que Jesus Christo se pôde chamar filho do homem, e dizer que seu Pae era maior que Elle, que havia coisas que só seu Pae sabia, que seu Pae o tinha abandonado, etc.

Resumo das dez provas e conclusão da primeira parte

A RELIGIAO CHRISTA É DIVINA

Apresentamos nós algumas das provas fundamentaes da religião christã; e tem a maioria dellas um tal peso, que cada uma dellas de per si basta para mover ao assentimento qualquer espirito recto e sincero. Para de facto se fundamentar uma verdade, é bastante, sendo *bom*, um só argumento, de modo que ante a sua força são forçosamente vãs e não passam de *sophismas* quaesquer objecções em contrario. Ora, a religião christã acha-se baseada em numerosas provas, tomadas de fontes diversas, cada uma das quaes, em si, é de grande peso. E se tanta força, tem cada uma das provas de per si, que diremos do seu esplendido *conjuncto*?

Como pode ser legitima ou razoavel a duvida ácerca da divindade de uma religião, que em summa tem em seu favor a expectativa geral de todos os seculos anteriores a era christã e base de toda a historia do povo hebreu; a realização das promessas, prophcias e figuras da antiga lei; a auctoridade e grandes maravilhas operadas por Jesus Christo, seu fundador; o cumprimento das prophcias feitas por Elle; a excellencia incomparavel da sua doutrina; a soberana sanctidade da sua vida; os milagres portentosos promettidos e depois operados pelos seus apóstolos e discipulos; o estabelecimento, propagação e conservação, humanamente inexplicaveis, da religião por Elle fundada; a conversão do mundo inteiro por ella operada, não obstante ir de encontro ás ideias dominantes e a todas as ruins paixões do coração humano; o testemunho sempre ininterrupto dos martyres; o assentimento e sujeição para com ella, dos maiores genios que viu o mundo; a adoração e amor das almas mais nobres; os fructos admiraveis de vidas sanctas, inspiradas pelo Evangelho; os

inumeros prodigios de humildade, de pureza, de abnegação, quaes nunca o mundo houvera imaginado; o arruinamento incessante dos seus adversarios com todas as suas machinações contra ella; o rejuvenescimento continuo da fé e da piedade nas luctas persistentes e em meio das apostasias; o triumpho sempre infallivel do christianismo após os embates e as perseguições; e os povos voltando sempre para elle, quando a sua causa se julgava já perdida.

Todo este conjuncto de signaes caracteristicos constitue para a nossa fé uma prova esplendida e irrecusavel, e plenamente justifica a crença das successivas gerações que se acolheram á sombra da cruz. Se a um tal conjuncto de provas, tantas e tão solidas, não correspondesse a realidade, se atraz dellas se occultasse um erro ou falsidade tamanha, que conseguisse illudir os mais policiados dos povos e os espiritos mais atilados da humanidade, e os fizesse por tantos seculos dobrar o joelho e prestar culto ao mais infame dos impostores, que juizo poderíamos então fazer da providencia e da bondade de Deus? É, porem, Deus providentissimo e bom, e por isso nos preparou e deparou provas tão convincentes e variadas, para que o nosso assenso ás verdades reveladas não seja cego e imprudente, senão grandemente *racional e digno* de sua magestade soberana.

A RELIGIAO CHRISTA É OBRIGATORIA PARA TODOS OS HOMENS

Os *mesmos factos* que nos demonstram ter-se Deus, summamente bom e grande e junctamente nosso creador e Senhor, posto em relação com o homem por intermedio do seu Filho encarnado, nos forcem a reconhecer-nos gratos e ao mesmo tempo rigorosamente *obrigados* a, mediante a nossa cooperação, corresponder nesta ordem de graças, mercês e glorias. Deu-nos Deus, ao fazer-nos seus filhos por adopção, com direito á herança do céu, uma grande prova de *amor*; mas amor de um pae que tem *auctoridade* para mandar. Ao dar, quer o Soberano Senhor que acceitemos, porque não faz a dadiva, e tal dadiva, para ser por nós

menosprezada; nem permite que se recusem os dons da sua bondade; tem como Magestade soberana o direito inalienavel ao reconhecimento e á correspondencia das suas creaturas.

Demasiado *cara custou*, por outra parte, ao Filho de Deus e Senhor nosso, a regeneração sobrenatural concedida ao mundo; e está claro que não foi para que a religião, que nos assegura os beneficios della, applicando-nos os merecimentos do sangue divino derramado no Calvario, ficasse sendo para os homens uma instituição livre e meramente facultativa. «Para ensinar o mundo, diz Mons. Bosson, deu-lhe Jesus Christo um symbolo; para o guiar, os preceitos; para o governar até ao fim dos tempos, instituiu o Pontificado romano. Trinta annos foram empregados nesta grande obra, coroada por fim com o sacrificio sobre o madeiro infame da cruz; e quem ousará sequer imaginar que salvaguarda os seus direitos á herança celeste, recusando-se a ver no symbolo um dogma, no decalogo uma norma da vida, na morte de cruz um sacrificio e na constituição da Igreja uma instituição divina? Seria a mais estulta preferença que se possa imaginar».

Mas afinal a *vontade* do proprio legislador se nos deu a conhecer tão manifestamente, que não deixa logar á menor duvida. Na mesma hora em que ia deixar a terra, glorioso e triumphante, disse Jesus para os seus apóstolos: «Ide, ensinae o Evangelho a toda a creatura. O que crer e receber o baptismo, salvar-se-ha; e o que não crer condemnar-se-ha». (Marc. XXVI-15). «Exaltou Deus a seu Filho, assegura S. Paulo, e deu-lhe um nome que está acima de todo o nome, para que ao nome de Jesus, *todos*, no céu, na terra e nos infernos e *todas as linguas* confessem que o Senhor Jesus Christo está na gloria de Deus, o Pae». (Philipp. II-9). «Só ha um Deus e um Mediador entre Deus e os homens, Christo Jesus, que a si mesmo se entregou pela redempção de todos». (Tim. II). «Aproveu a Deus unificar em Christo tudo o que ha nos céus, tudo o que ha na terra; e poz todas as coisas sob os seus pés, e o constituiu cabeça de toda a Igreja». (Ephes. I-10 e 20). «Jesus Christo é a pedra angular; fóra delle *não ha salvação*, porque não ha sob o céu outro nome dado aos

homens pelo qual elles possam ser salvos, a não ser pelo nome de Jesus». (Act. IV-11).

Mas não obstante ser o Christianismo uma religião divina, e estarem todos os homens sem excepção obrigados a abraçal-o e a professarem-no pelo seu pensar e pelas suas vidas, encontram-se, comtudo, homens, mesmo instruidos e sabios, que não só vivem extranhos á religião revelada, senão que até ousam professar abertamente um nojento e aviltante materialismo. E como explicar esta deploravel cegueira em homens que querem ser tidos por ajuizados e bons pensadores? São muitas as causas que se podem apontar deste extranho phenomeno, e já a ellas na Introdução fizemos referencias.

Uma das principaes se não a maior é, mormente hoje em dia, a ignorancia em materia *de religião*, mais geral do que muitos suppõem, porque anda frequentemente disfarçada sob as apparencias de uma erudição profana, e outra causa é a religião superficial, porque confunde as noções religiosas mais simples e se contenta com umas ideias vagas e um palavreado ôco, sem entrar num estudo sério e profundo das obrigações do homem para com Deus. Ora, este estudo sério não se faz sem muito tempo, muita reflexão e boa vontade. E quantos dos incredulos dedicaram apenas algumas horas da sua vida ás demonstrações da apologetica christã?

Tenhamos alem disto presente que os sabios modernos são na sua grande maioria, *especialistas* em determinadas materias; e taes ha que pouca importancia ligam ao que não tem relação intima com a sciencia da sua predilecção. Mas nem, alem disto, teem o espirito educado nem a intelligencia preparada para seguir certos processos para averiguar-se a verdade, e para comprehender a força convincente das demonstrações que se empregam: e assim um, que passa por eminente nos estudos de laboratorio, torna-se, por uma especie de excessivo exclusivismo, insensivel aos argumentos metaphysicos; e quem se deu a estudos profundos da geometria, olha com menosprezo as demonstrações de ordem historica e moral. Ora, a apologetica christã baseia-se especialmente em argumentos metaphysicos e moraes. Não é, pois, de admirar que certos sabios se

mostrem ignorantes em assumptos religiosos, extranhos áquelles a que elles exclusivamente se dedicam.

Convem alem disto lembrar que, como já dissemos, a fé não é fructo sómente do raciocinio. Não é só a intelligencia que concorre para o acto de fé, pois que tambem a vontade tem nelle uma parte muito importante. Á irreflexão e aos preconceitos da intelligencia ajuntam-se os obstaculos por parte da vontade, que manda sobre a intelligencia e a desvia da contemplação das grandes verdades christãs. A explicação da incredulidade está, pois, tambem na vontade, que é rebelde e soberba e que está dominada de instinctos ruins, contrarios á moral religiosa e aos ensinamentos de Christo; só os que são limpos de coração verão a Deus. Vê-se isto mais palpavelmente nos jovens educados com sentimentos religiosos no seio das suas familias, os quaes, segundo vão perdendo os *bons costumes*, vão tambem perdendo a *sua fé*.

«O que, diz Mons. Freppel, impede ver claro as coisas de Deus, é estarem as faculdades da alma escravizadas pelos gozos dos sentidos; são as paixões, uns como espessos vapores, que se elevam do fundo da consciencia e se interpõem entre a vista da alma e o sol da verdade. Desfaz-se este veu e a luz reaparece, a religião se patenteia com todo o esplendor da sua certeza incomparavel... A religião põe freio ás paixões dos homens; manda-lhes dominar os sentidos em vez de se deixarem dominar por elles; e isto é o que a faz para elles amarga e pesada; fingem-se ser descrentes para se *dispensarem* de *practicar* o que ella *preceitua*. Celebre é a este proposito o dicto de Euler: «Já ha muito os homens teriam negado os theoremas de Euclides se elles fossem ao mesmo tempo preceitos de moral».

Em todo o caso, como as grandes intelligencias andam de ordinario a par com os corações magnanimos, teem os grandes homens sido tambem homens de fé e de piedade christã. Podem pois os christãos ufanar-se com razão, e podem ou devem fazer suas as palavras do celebre mathematico Cauchy: «Sou *christão*, isto é, creio na divindade de Jesus Christo, com Tycho-Brahé, Copernico, Descartes, Newton, Fermat, Leibnitz, Pascal, Grimaldi, Eu-

ler, Guldin, Boscovich, Gerdil, com todos os grandes astrónomos, com todos os grandes physicos, com todos os grandes geometras dos seculos passados. Sou tambem *catolico* com a maior parte delles; e se me perguntarem as razões, eu lh'as darei de muito boa vontade. Ver-se-hia que as minhas convicções são um resultado não de preconceitos de educação, mas de um *exame profundo*. Sou catholico sincero como foram Corneille, Racine, La Bruyère, Bourdaloue, Fénelon, como foram e são ainda hoje um grande numero de homens os mais eminentes da nossa epocha, os que mais honraram a sciencia, a philosophia e a litteratura, e deram o maior lustre ás academias. Compartilho as profundas convicções, que por suas palavras, acções e escriptos, tantos homens de primeira ordem teem manifestado, como os Ruffinis, os Haüy, os Laennecs, os Ampères, os Pelletiers, os Freycinets, os Cariolis; e se calo os nomes dos que ainda vivem é porque receio ferir-lhes a modestia, mas posso ao menos dizer que me comprazo em admirar toda a nobreza e generosidade da fé christã nos meus illustres amigos, no fundador da crystallographia (Conego Haüy), no celebre navegador que o Urania trouxe (C. M. de Fraycinet) e no immortal auctor da electricidade dinamica (A. M. Ampère)»¹.

Mas seja qual for a fórma, como os homens se portam com as *Verdades reveladas*, ou as tractem hostilmente como fazem os indifferentes e incredulos de todas as côres, ou as acolham gentil e generosamente como fazem os catholicos, não vem isso propriamente a proposito para o nosso caso de apologistas christãos. Não são essas sacrosantas verdades as que hão de andar como que enfeudadas e sujeitas ás velleidades e caprichos dos homens; os homens é que se hão de sujeitar a ellas e se hão de avaliar pelo modo como, com as normas dellas, conformam suas vidas.

De nenhum modo se deve confundir a questão do direito com a do facto. Ainda que a Religião christã *de facto* se visse abandonada por todos os chamados *intellectuaes* ou sabios do mundo, nunca ella cederia nem

1) O auctor remata aqui a Primeira Parte do seu Curso com esta citação de Cauchy, de mais actualidade para seu tempo, do que para os nossos, em que os imaginados conflictos entre a Sciencia e a Fé se acham elucidados.

abdicaria um só ponto do *direito*, que lhe compete de em tudo ser acatada e obedecida por todos os homens, ou individualmente considerados, ou formando sociedades e nações. Pelo que, assim como ninguem se admira, que haja febres ou doenças no mundo, mas o que procura é livrar-se ou precaver-se dellas, assim tambem se não deve alguem admirar nem escandalizar dos desvarios e aberrações de certos homens nas suas relações e deveres para com Deus, ainda que muito gabados e exaltados por quaesquer motivos; o que devemos é precaver-nos e precaver os nossos semelhantes contra taes desvarios.

O que é, porem, certo é que a flor das mentalidades humanas e ás grandes almas generosas estiveram e estarão sempre ao lado da Religião Catholica e se não pouparam a sacrificios por ella, até ao da propria vida por defendel-a.

II PARTE

A EGREJA CATHOLICA ROMANA

CAPITULO I

Noções preliminares

§ I. — Assumpto e divisão da segunda parte

1. ASSUMPTO. — Deixamos nós provada de um modo decisivo e categorico a divindade da religião christã, tomando por base os livros do Antigo e do Novo Testamento, fontes historicas de uma auctoridade irrefragavel. Mas *onde* se encontra o *verdadeiro* christianismo, o pré-gado e imposto por Jesus Christo ao mundo? É a este ponto ou questão, de uma importancia maxima, que nós vamos dar a solução.

Está claro que, havendo a religião de ser *practicada* por todos os homens, não existe ella nem poderia existir como coisa *abstracta*, mas sómente como uma associação *concreta*, que se chama Igreja, e como tal visivel, pois professa a doutrina de Christo e observa as suas leis.

Dá-se, porem, o facto de existirem varias associações religiosas, que se apresentam como investidas da missão divina de conservar integros os ensinamentos de Christo e de os transmittir de geração em geração até a consummação dos seculos. Mas, sendo por outra parte certo, como depois demonstraremos, que entre todas as igrejas, que grandemente se differencam umas das outras pelos seus dogmas, preceitos e cultos, só ha uma *verdadeira*, forçosamente havemos de reconhecer todas as de-

mais como seitas apenas e como repudiadas por Jesus Christo, não obstante o titulo que falsamente se arrogam de christãs.

O que, portanto, importa saber-se é discernir bem e com toda a certeza a *Egreja fundada por Jesus Christo* das *outras que o não foram*: O que vae ser o assumpto para a segunda parte deste Curso, em que se demonstrará ser a *Egreja romana*, que tem por cabeça o Papa, *a unica*, que tem direito ao nosso assenso, ao nosso respeito, á nossa obediencia e amor.

NOTA. — Excusado é occupar-nos aqui das facções religiosas, que já ha seculos desapareceram da terra, restando apenas na historia a memoria da sua passagem por ella. Enumerava já Sancto Agostinho, no seu tempo, para cima de oitenta heresias, as quaes já estavam quasi por completo extinctas; e Bellarmino, dando no seculo XVI os nomes de duzentas heresias anteriores a Lutero, accrescentava, ainda que exagerando um pouco: «Acabaram já todas estas seitas; e apenas no oriente se encontram alguns restos de nestorianos e eutychianos e na Bohemia alguns emperrados sequazes de João Huss». É claro que não seremos nós que iremos salvar do esquecimento de que são merecedoras, essas velharias de antigas heresias. Bastar-nos-ha só pôr em foco o catholicismo, perante as outras egrejas, que ainda conservam alguma vitalidade, como são as seitas protestantes e as egrejas gregas schismaticas. As conclusões esmagadoras, que deste estudo comparativo se tiram, se não de applicar com a maioria de razão ás outras seitas anti-catholicas.

2. DIVISÃO. — Neste primeiro capitulo daremos apenas algumas *noções geraes* sobre a Egreja fundada por Jesus Christo, sobre sua natureza, fim, constituição, etc., abstrahindo de quaesquer seitas christãs.

No segundo capitulo demonstraremos como esta Egreja não é outra senão a *catholica romana*, e não qualquer outra das associações, que se denominam christãs.

No terceiro capitulo daremos uma ideia mais desenvolvida das *prerogativas* por Jesus Christo concedidas á Egreja catholica e ao seu chefe supremo, e tractaremos

tambem das relações entre a Egreja e o Estado, e ácerca do liberalismo.

O quarto capitulo será reservado a *defender* a Egreja das principaes accusações, que contra ella se fazem, sobretudo das tiradas da historia.

E, finalmente, no quinto capitulo diremos algo do que ella não cessa de fazer em prol da *civilisação* e em bem dos povos.

NOTA. — O campo da discussão é agora muito outro e mui diverso do que supuzemos para a primeira parte, deste Curso. Até aqui imaginamos ter como adversarios os infieis, os incredulos e os racionalistas, que se recusam a reconhecer como divina a missão do Salvador, e se negam a abraçar a religião por Elle estabelecida; e porisso nos servimos de argumentos historicos ou dictados pela recta razão. Mas, tendo já de haver-nos com os schismaticos e com os protestantes, que, *como nós, creem* na divindade de Christo e que admittem a *inspiração* das Sagradas Escripuras, temos todo o direito de adduzir, como argumentos contra elles *decisivos*, os textos do Antigo e do Novo Testamento, *reconhecidos por elles como palavras de verdade infallivel*.

§ II. — Noções geraes sobre a Egreja

1. DEFINIÇÃO DA EGREJA. — Tem esta palavra Egreja (*ἐκκλησία*, reunião, assembléa) diversos sentidos. No sentido mais lato designa o conjuncto de *todos os fieis servos* de Deus, que ou luctam na terra ou purificam suas almas no purgatorio ou já logram, incluindo os proprios anjos, o seu triumpho no céu. Em sentido mais estricto significa a congregação de todos os fieis, que *combatem sobre a terra*, e porisso se lhe chama a Egreja militante.

Tomada nesta segunda acceção, abrange a Egreja todos os verdadeiros adoradores de Deus desde o principio do mundo até ao fim dos tempos, porque todos realmente creram ou não de crer na religião revelada, essencialmente a mesma nas tres differentes phases da sua existencia.

Applica-se, comtudo, de ordinario o termo Igreja sómente á *christã*, tal qual ella existe, desde que Jesus Christo veio dar á religião sobrenatural o seu ultimo aperfeioamento.

E é neste sentido, mais restricto, que nós a tomaremos no decurso deste trabalho. Pode, pois, neste sentido definir-se: A sociedade dos fieis, por Jesus Christo fundada com o fim de lhe conservar a sua doutrina e de observar as suas leis e para, sob a auctoridade do seu Vigario e dos bispos, levar os homens á consecução do seu ultimo fim, que é a vida eterna.

2. A RELIGIÃO CHRISTÃ CONSTITUE UMA VERDADEIRA SOCIEDADE, UMA IGREJA. — Reconhecem os racionalistas, como vimos, a Jesus Christo como o ideal da perfeição humana; mas por mais excellente que seja a sua vida e mais pura a sua virtude, não é aos olhos delles mais que um simples mortal; nem a Igreja, por Elle constituida, é por elles considerada como obra sua.

Mas, sendo assim, como é que os seguidores de Jesus Christo conseguiram formar uma sociedade, e assim constituir a Igreja? Recorreram os racionalistas para explicar este facto, á seguinte theoria: Jesus Christo nunca pretendeu nem teve em vista senão o aperfeioamento dos costumes; e não foi senão um reformador do judaismo. E os seus discipulos ao principio viveram amparados á sômbra da synagoga. Depois é que das ideias de Christo e da sua doutrina pouco a pouco foi brotando a sociedade, que se lhe attribue e que deu em resultado a sua separação do judaismo e autonomia do christianismo. Só no correr do segundo seculo é que a igreja christã se deve ter apresentado com vida propria e como tal saiu a publico¹. Demostremos a futilidade de semelhante theoria com a seguinte these.

1) Os valdenses e Wicleff e Huss affirmaram que a igreja ideada por Jesus Christo era uma sociedade apenas invisivel de almas, unidas pela fé, sociedade antes ideal que real. Para Harnack a Igreja é antes o resultado de uma evolução historica, que o seu auctor não tinha em vista. Loisy expressou com mais precisão esta ideia, dizendo: «É certo que Jesus Christo não estabeleceu uma constituição para a Igreja ao modo de um governo, que houvesse de constituir-se sobre a terra e perpetuar-se nella por uma longa serie de seculos. Jesus Christo annunciou o seu reino e depois é que sobreveio a Igreja».

THESE. — Jesus Christo em sua pessoa fundou real e verdadeiramente a sua religião sob a forma de uma sociedade ou de uma Igreja.

OBSERVAÇÕES. — Entende-se por *sociedade* uma união de individuos, que se combinam para, unificando os seus esforços pessoaes, alcançarem um determinado fim, commum a todos, por meios igualmente communs. Qualquer sociedade presuppõe, pois, necessariamente um *fim*, que se pretende alcançar e os *membros*, que pretendem alcançal-o, por *meios* necessarios á consecução delle.

O *fim* ou objecto, que a sociedade se propõe alcançar é que principalmente *caracterisa* ou dá a conhecer a natureza propria de uma determinada sociedade. E porisso é que chamamos litterarias, scientificas, e commerciaes ás sociedades, em razão do fim, que ellas se propõem, de promover as lettras, as sciencias ou o commercio; com este intento é que se unem os associados e escolhem os meios mais adaptados á consecução delle.

Um dos *elementos* mais indispensaveis para uma sociedade ser duradoira é a *auctoridade*, por ser ella a que estabelece e conserva a unidade moral dos membros e que faz convergir para o fim ou bem commum a acção e o concurso de cada um dos associados, estimulando a sua actividade, moderando-a e regulando-a, segundo o modo, que julgar mais opportuno para o bem de todos e de cada um. E porisso é que para cada sociedade se acha a auctoridade investida de certas prerogativas e poderes regulados pelo fim, que os subordinados, por ella encaminhados, se propõem conseguir.

O dizer-se, pois, que Jesus Christo fundou a sociedade religiosa é o mesmo que dizer-se que Elle reuniu os seus discipulos em um corpo moral com o fim de por este modo alcançarem um fim commum a todos (a salvação), e por meios tambem communs (a prégação, o culto e os sacramentos) e mediante uma auctoridade, divinamente constituida (os chefes por Elle designados, o Papa e os bispos). Provemos brevemente que foi isto o que Elle realmente fez.

1.º ARGUMENTO. — Percorramos o Evangelho e veremos: a) Que Jesus Christo fez formalmente a *pro-*

messa de fundar una Igreja. Escolheu d'entre os doze apóstolos a Simão, a quem deu o significativo nome de Pedro, dizendo-lhe: «Tu és Pedra (Pedro em português) e sobre esta pedra *edificarei* a minha Igreja, e contra ella jamais as portas do inferno hão de prevalecer». Esta só promessa basta para provar a nossa these, porquanto Christo não pode faltar á sua palavra. b) Que Christo *cumpriu* esta promessa, fundando realmente esta Igreja. Concedeu Elle, com effeito, aos apóstolos o *mesmo poder*, que, diz o Evangelho, Elle recebera de seu Pae. Deu-lhes tambem o poder e encargo de *prégarem* a sua doutrina a todos os homens, e de *administrarem* os sacramentos e de *governarem* os fieis; e prometeu ficar com elles até a consummação dos tempos. Como cabeça do collegio apostolico escolheu a Simão, a quem conferiu uma *jurisdição* universal sobre toda a Igreja. Deixava assim effectivamente fundada uma sociedade religiosa, uma *Igreja*. c) Nos mesmos Evangelhos e nos Actos dos Apóstolos lemos que estes, depois da Ascensão, realisaram a *missão*, que lhes fôra confiada, prégando a doutrina de Christo, dando leis, admittindo incessantemente como associados grande numero de fieis e governando-os sob a direcção de Pedro, superior de todos.

Não fizemos nós mais que apontar aqui os argumentos; o desenvolvimento, que elles naturalmente pedem, tem logar melhor em theses ulteriores.

2.º ARGUMENTO (chamado de prescripção). — A *existencia mesma* da Igreja demonstra a sua origem. Assim como a longa existencia de uma nação ou de uma sociedade civil provam a realidade da sua fundação, assim tambem a existencia da Igreja, isto é, desta sociedade, que se distinguio sempre de qualquer outra e que sempre se chamou Igreja de Jesus Christo, demonstra ser ella uma instituição realmente sua. Ha mais de dezoove seculos não cessou com effeito esta Igreja de attestar pelo seu nome, pelo culto, pelos sacramentos, pelos templos e seus ministros, pela sua organização, pelos concilios geraes e provinciaes, pela successão ininterrupta dos seus pastores, pelas suas instituições maravilhosas e pela

sua acção moral e civilisadora, ser ella uma instituição genuina e authenticamente fundada por Jesus Christo.

NOTA. — A precedente argumentação adquire uma força demonstrativa maior se a acompanharmos com algumas considerações.

1. Quando fallamos de religião, referimo-nos a uma realidade, concreta, com vida propria, personificada em uma sociedade, que professa dogmas religiosos e preceitos moraes e que por conseguinte constitue uma igreja. Por aqui se vê que *religião christã* e *Igreja christã* são uma e a mesma coisa. E porisso ao fundar Jesus Christo a sua *religião*, fundou tambem de facto ou pelo mesmo facto a sua *Igreja* ou a sociedade visivel dos que professam a sua doutrina.

2. A maior parte das provas, que serviram de fundamento para demonstrar a divindade da religião christã dizem tambem directamente respeito á Igreja. E assim foi o christianismo ou, por outra, a *Igreja*, personificação sua *emquanto sociedade*, prophetisada tambem e descripta pelos oraculos dos prophetas; e a fundação desta *Igreja* foi tambem authenticada com o sello dos milagres; e a sua origem divina tambem attestada pelo sangue dos martyres; assim como é tambem esta Igreja a que maravilhosamente se fundou e se conserva e está destinada a dar uberrimos fructos em bem das almas e da humanidade.

COROLLARIO. — Para o homem *se salvar* é necessario que *faça parte* da *Igreja christã*. Esta obrigação infere-se facilmente do que acima se disse. Ha, está claro, sociedades dispensaveis ou facultativas, em que, a não ser em determinados casos, se não está obrigado a entrar; e, quando alguem se resolve a se sujeitar aos seus encargos, é com o fim de lograr as vantagens, que estas sociedades proporcionam aos seus membros. Taes são, por exemplo, as sociedades financeiras e bem assim as ordens religiosas, em que o homem é, se entra, obrigado por vezes a ficar, porque, se saísse, violaria obrigações, a que por livre vontade se quiz obrigar.

Quanto á sociedade religiosa, a Igreja, as coisas passam-se de um modo muito differente. Para cada um dos

homens ha a obrigação estricte de pertencer a ella, porque cada um delles, está, como vimos, obrigado a abraçar a religião christã, ou, o que vale o mesmo, a fazer parte da Igreja de Jesus Christo. As palavras do Senhor são terminantes: «Ide, ensinae todas as gentes; baptisae-as... Quem não crer será condemnado». E este foi sempre o sentir de todos os catholicos e a doutrina dos Padres e dos Concilios. «A fé nos ensina, affirma Pio IX, que fóra da Igreja apostolica romana, ninguem se pode salvar; só ella é a arca da salvação; quem não entrar nella perecerá, victima do diluvio». Se, todavia, alguns homens, sem culpa sua, ignorarem a existencia desta verdadeira Igreja e a obrigação de pertencerem a ella, não serão punidos por não terem feito parte della. Depois veremos em que condições se alcança o céu e como para alcançal-o é pelo menos mister pertencer ao que ordinariamente se chama a alma da Igreja¹.

3. FIM DA EGREJA. — O fim *directo* e *proprio* da Igreja ou o intento, que o divino Salvador teve ao institui-la, foi para que ella servisse aos homens de guia para a consecução da sua eterna salvação. Este ponto acha-se exarado de um modo incontestado tanto nos Evangelhos como em todo o Novo Testamento. E nem tambem a Igreja ou theorica ou practicamente se arrogou jamais outro fim, como pode verificar quem consultar a sua historia. É verdade que ella concorreu realmente para a felicidade dos individuos e dos estados; mas este beneficio é apenas o resultado *indirecto* da natureza mesma da sua soberana doutrina.

Pode dizer-se, olhando-se ao fim inteiramente sobrenatural da Igreja, ser ella uma sociedade *espiritual*, ser a sociedade das almas; não deixa ella, comtudo, de ser tambem uma *sociedade visivel e corporal*. Se ella com effeito falla á alma, fal-o por meio dos órgãos do corpo; e os meios, que emprega (a prégação e os sacramentos), são meios corporaes e sensiveis; e a auctoridade, que a governa, é uma entidade physica e visivel. Por aqui se vê

1) Todos os que entram no céu sem terem feito parte da Igreja propriamente dicta, pertencem pelo menos ao que ordinariamente se chama alma da Igreja (Vid. p. II cap. 4 § 4).

quanto é ridiculo o sophisma de alguns protestantes, ao dizerem: «A Igreja é a sociedade das almas; logo é completamente espiritual». Donde inferem que se deve rejeitar a Igreja romana, pois tem o Papa, os bispos e cerimonias religiosas!

4. CONSTITUIÇÃO DA EGREJA OU HIERARCHIA ECCLESIASTICA. — Num Estado ou sociedade civil ha necessariamente duas ordens de cidadãos: a dos que mandam e a dos que obedecem. Na Igreja ha, do mesmo modo, dois *elementos consecutivos*: o dos que ensinam e governam e o dos que ouvem e obedecem. Os primeiros constituem a *Igreja docente*, composta de pastores, que formam o sacerdocio ou a hierarchia; e os outros constituem a *Igreja doutrmada* ou *discente*, composta de fieis ou leigos, que formam o rebanho ou as ovelhas.

Existem tres formas de governo: o monarchico, o aristocratico e o democratico. A forma do governo da Igreja é a *monarchica*, dada pelo seu divino Fundador; porque S. Pedro foi realmente investido, como veremos brevemente, do primado, isto é, de um poder supremo, que elle devia transmittir aos seus successores. Mas assim como numa monarchia civil existem, á frente das provincias, auctoridades superiores ou governadores, sujeitos ao seu soberano, assim tambem na monarchia ecclesiastica ha uma auctoridade suprema e unica, que é o Papa, vigario de Jesus Christo; e ha tambem para as dioceses as auctoridades subalternas, que são os bispos. É por conseguinte a Igreja, por direito divino, *uma monarchia, convenientemente secundada por uma especie de aristocracia, a ella subordinada*.

Erradamente pensam, pois, a maior parte dos protestantes, que imaginam ser a Igreja uma sociedade, composta de membros todos *eguaes* entre si. O poder ecclesiastico, segundo elles, reside na multidão dos fieis; mas, como a massa popular não está em condições de exercer convenientemente esta auctoridade, houve de confiar este encargo a *mandatarios* ou *delegados*; compete, porem, sempre, affirmam elles, ao povo christão a escolha destes mandatarios, e o limitar-lhes o poder e o depol-os, quando assim o julgarem opportuno. Depois mostraremos como pela

simples leitura dos Evangelhos se deixa ver claramente que este modo de ver é inteiramente contrario á vontade do divino Fundador da Igreja, como depois se verá.

5. A EGREJA É UMA SOCIEDADE COMPLETA E PERFEITA. — Chama-se completa ou perfeita a sociedade, que tem *em si* todos os meios necessários á consecução do seu fim. Para isto precisa satisfazer aos seguintes requisitos:

Primeiro não ha de *fazer parte* de alguma outra sociedade; porisso é que uma sociedade financeira é incompleta, pois faz parte do Estado ou sociedade civil. Não deve, em segundo lugar, ter o seu *fim subordinado* ao fim de outra sociedade, como, por exemplo, o tem o exercito, cujo fim está subordinado ao fim da sociedade civil. Ha de, enfim, possuir em si todos os meios necessários á sua existencia, conservação e realisação do seu fim.

Ora, segundo a vontade do seu divino Fundador, realisam-se na Igreja todos os requisitos necessários de que fallamos, assim que é realmente a Igreja uma sociedade perfeita. Bastantemente o demonstra a historia, pois que nunca, durante os tres primeiros seculos, deixou de conseguir o seu fim, a sanctificação das almas. E não foi por estar amparada ou ser secundada pelo poder civil; porquanto, este, pelo contrario, lhe jurou guerra de extermínio e destruição. E como podia, por outra parte, a Igreja, que é de ordem *sobrenatural*, receber os direitos necessários ao cumprimento da sua missão, de qualquer sociedade de ordem *natural*? Só meios sobrenaturaes é que são proporcionados á realisação de um fim eminentemente sobrenatural, qual é o da salvação das almas.

CAPITULO II

Só a Igreja romana é a verdadeira Igreja fundada por Jesus Christo

Vimos no capitulo precedente como Jesus Christo fundou uma Igreja, de que todos os homens tem de fazer parte, sob pena de perderem o seu fim ultimo. Para neste ponto, o principal da segunda parte, procedermos com mais clareza, iremos por partes, declarando, no primeiro artigo, quaes são os signaes distinctivos ou *notas*, pelas quaes havemos de conhecer, qual é dentre todas as aggremações, que se dizem christãs, a genuina, a que realmente foi fundada por Jesus Christo, e a possuidora da verdadeira doutrina. Depois veremos, no segundo artigo, como a Igreja romana, que tem por cabeça o Bispo de Roma, é possuidora de todos estes requisitos ou notas. No terceiro e quarto artigo mostraremos que as outras aggremações christãs (as protestantes e as schismaticas) não possuem semelhantes notas. E no ultimo demonstraremos como foram S. Pedro e os seus successores os que receberam a direcção suprema ou Primado da Igreja, o que nos fornecerá mais um meio facil para discernirmos a verdadeira Igreja das outras que se arrogam semelhante titulo.

ART. I. — SIGNAES DISTINCTIVOS OU NOTAS DA VERDADEIRA EGREJA

Só na Igreja, fundada por Jesus Christo, se encontra a religião verdadeira e obrigatoria para todos os homens. E, como é vontade de Deus que todos os homens se salvem, forçoso é que esta Igreja se apresente sempre no mundo como inconfundivel entre as que blasonam de christãs, não o sendo. As notas da Igreja é que são os signaes

caracteristicos necessarios, que em todo o tempo a hão de differencar. E assim, tractemos primeiramente destas *notas em geral*, depois da divisão dellas, e finalmente de cada uma em particular.

I. NOTAS DA EGREJA EM GERAL

Chamam-se notas da Igreja certos caracteres sensíveis, proprios e permanentes, pelos quaes todos os homens, facil e seguramente, a possam reconhecer como genuinamente fundada por Jesus Christo.

1. São estes signaes caracteristicos *sensíveis*, isto é, exteriormente perceptíveis; porque, dado mesmo que fossem qualidades reaes, se não estivessem ao alcance das nossas averiguações, de nada serviriam para o discernimento da verdadeira Igreja.

2. Hão de estes caracteres ser *proprios* e peculiares á Igreja; pois que, como notava o douto controversista Bellarmino, «se eu vos quizesse dar a conhecer um homem, que vós nunca vistes, e assignalar-vol-o de modo que o possaes differencar logo á primeira vista, não iria dizer: «tem duas mãos e duas orelhas, porque estes signaes são communs a todos os homens».

3. Devem tambem estes caracteres ser em terceiro lugar *permanentes* e perduraveis, emquanto existir a Igreja. É uma consequencia immediata do que acabamos de dizer; porque, se sempre e em toda a parte subsiste uma obrigação estricta de pertencer á Igreja, meio indispensavel para o homem se salvar, sempre e em toda a parte hão de subsistir os signaes ou notas caracteristicas, que o levem ao conhecimento certo e seguro deste meio de salvação; pelo que estes signaes teem que ser permanentes.

4. Por *estas notas* caracteristicas é que todos os homens hão de facil e certamente verificar qual seja a *verdadeira Igreja*, porque, como todos estão obrigados a pertencer a esta Igreja, á unica verdadeira, e, como por outra parte a grande maioria dos homens são inaptos para um estudo profundo e laborioso destes assumptos, providenciou a misericordiosa Bondade divina que lhes não seja difficil o averiguar, por meio destas notas, qual

seja esta Igreja. Cada um, está claro, comprehende esta demonstração a seu modo e segundo a capacidade do seu entendimento; mas, comquanto a convicção do instruido seja mais apurada e reflectida, não deixa, contudo, de ser da mesma natureza que a dum homem simples.

NOTA. — Do sobredito facilmente se colhe como nem todas as *propriedades* necessariamente inherentes á Igreja podem servir de *notas*. Taes são, com effeito, a indefectibilidade e a infallibilidade, as quaes nem são *exteriormente* perceptíveis nem *mais facéis* de conhecer que a propria Igreja, mas antes, pelo contrario, estão longe de a dar a conhecer; e, assim, só quando tivermos verificado qual seja a verdadeira Igreja é que poderemos dizer: ella é, portanto, indefectivel e infallivel.

II. DIVISÃO DAS NOTAS

Todas as notas da Igreja são propriedades reaes e caracteres positivos; mas ordinariamente costumam dividir-se, em razão da sua força demonstrativa, em notas *positivas* e notas *negativas*. As notas *negativas*, se assim as podemos chamar, por lhes não quadrar bem a definição acima dada, são as que, por não existirem numa sociedade, provam que essa sociedade não pode realmente ser a Igreja de Jesus Christo, ainda que só pela *existencia* dellas numa determinada sociedade se não possa provar que essa sociedade é a verdadeira Igreja. Estão neste caso certas notas, que os protestantes geralmente apresentam, como são, a doutrina perfeitamente correcta, a honradez dos prégadores, e o emprego de meios de prégação justos e humanos. São certamente estes caracteres indispensaveis á verdadeira Igreja, mas podem igualmente existir, ao menos theoreticamente e durante um certo tempo, n'algumas das seitas dissidentes; e, demais disto, são pelo menos tão difficéis de conhecer como a propria Igreja verdadeira.

Muito outro é, porem, o valor demonstrativo das notas *positivas*, porque são caracteres exclusivamente *proprios* da verdadeira Igreja de Jesus Christo. Logo que, de facto, se mostram patentes e innegaveis numa socie-

dade religiosa, legitimamente inferimos ser *esta sociedade a verdadeira* Igreja de Jesus Christo.

Divergem entre si os apologistas quanto á enumeração destas notas, tanto negativas como positivas. Nós limitar-nos-hemos só ás quatro notas positivas, geralmente admittidas, e enumeradas no symbolo de Constantinopla, que se reza na missa: a Unidade, a Sanctidade, a Catholicidade e a Apostolicidade.

III. NOTAS POSITIVAS

Primeira nota positiva: A UNIDADE

Encerra ella uma dupla unidade: 1. A *unidade* de doutrina e de fé, constituída pela harmonia de todos os fieis em admittirem e crerem tudo quanto a Igreja docente propõe como revelado por N. S. Jesus Christo; 2. A *unidade* de governo, que implica unidade de *communhão* e que consiste na submissão de toda a Igreja. — A quebra desta unidade de fé, rejeitando-se qualquer ponto de doutrina, constitue o que se chama heresia; a quebra na unidade de governo, rejeitando-se a auctoridade dos legitimos pastores, constitue o que se chama o schisma.

A. Unidade de doutrina e de crenças

THESE. -- Quiz Jesus Christo na sua Igreja a unidade de doutrina e de crença, isto é, incumbiu os pastores de ensinar e obrigou os fieis a crer, sem mudar nem alterar em nada, as verdades por Elle reveladas.

a. A prova desta these dão-nol-a os testemunhos de Jesus Christo e dos apóstolos. Chama Jesus Christo, de facto, a sua Igreja reino *seu* e rebanho *seu*, unico e sob um unico pastor. Pede ao seu Pae esta unidade e a encarece. «Ide, diz Elle aos seus discipulos, e ensinae todas as gentes, baptizando-as em nome do Padre e do Filho e do Espirito Sancto e ensinando-lhes a guardar *tudo* quanto eu vos mandei». Não faz, pois, o Senhor excepção alguma; e antes, pelo contrario, exclue qualquer excepção, pela emphase, que emprega em suas palavras: «Vós lhes ensinareis, diz, a guardar *tudo* quanto vos man-

dei», *omnia quaecunque mandavi vobis*. Impõe, portanto, o preceito não só de crer *toda* a doutrina, senão tambem de obedecer a *todos* os seus mandamentos. «Prégae, diz-lhes ainda, o Evangelho a toda a creatura; o que crer e receber o baptismo, será salvo; o que não crer, será condemnado». Se bastasse só crer algumas verdades e houvesse liberdade para crer ou descreer as outras, houvera-o certamente Jesus Christo declarado, pois se tracta nada menos que da salvação ou condemnação eterna. Não faz tambem o Senhor excepção nenhuma, quando diz: «Quem vos ouve a mim ouve; quem vos despreza a mim despreza»; e noutra parte: «Se algum não ouve a Igreja, tende-o como pagão e publicano».

b. O *testemunho dos apóstolos* não é menos explicito que o do Senhor. Nem uma só palavra se encontra em todas as Epistolas de S. Paulo, que insinue a mais leve distincção ou entre dogma e dogma ou entre verdade e verdade. Annuncia o Apóstolo a doutrina de Christo sem tirar nem pôr nada; lança anathema a quem quer que prégar outra doutrina, muito embora elle fosse um anjo do céu; conjura os romanos a que se apartem dos que semeiam dissensões e escandalos contra os ensinamentos, que elles receberam; supplica aos corinthios que tenham todos o mesmo sentir e que não tolerem haja schismas entre si; condemna os schismas e heresias, quaesquer que sejam, sob pena de condemnação. E do mesmo modo falla S. João. Quem quer que, segundo elle, não perseverar na doutrina de Christo, mas a abandonar, não possui a Deus. E accrescenta: «Se alguem, que vier ter convosco, não tiver a doutrina de Christo, não o recebaes em vossa casa e nem sequer o saudeis».

B. Unidade de governo e de ministerio

Não quiz Jesus Christo menos a unidade de governo que a unidade de doutrina e de crença.

Tracta-se aqui de uma questão de *facto*. Quando Jesus Christo encarregou o Papa e os bispos de annunciarem ao mundo as verdades, que Elle veio ensinar-lhes, encarregal-os-hia tambem de ministrarem os sacramentos,

de regularem o culto, e tudo o que tem relação com o governo dos fieis?

OBSERVAÇÃO. — Os adversarios são, nesta questão, os protestantes sobretudo, que, se reconhecem, alguns delles, um certo poder nos seus ministros, comtudo, esta auctoridade, de que estão investidos estes ministros, em primeiro logar não obriga, dizem elles, de modo algum os fieis. Cada christão, individualmente considerado, tem afinal o direito de, em ultimo caso, resolver as questões religiosas e de decidir o que deve crer ou pode rejeitar. Dizem elles em segundo logar que este poder não foi sómente confiado aos bispos unidos e subordinados ao romano Pontifice, e tanto que legitimamente o pode exercer qualquer pastor, que os fieis reconhecerem como tal, comtanto que elle na sua prgação e na administração dos sacramentos não rejeite algum dos artigos fundamentaes.

Quanto aos gregos schismaticos negam elles, como é sabido, que o *Bispo de Roma* tenha o *primado de jurisdicção* no exercicio do seu ministerio, e porisso não admittem a obrigação de os bispos e as suas ovelhas fazerem parte da communhão romana.

THESE. — Jesus Christo estabeleceu na sua Igreja uma auctoridade, que Elle confiou aos apóstolos e especialmente a S. Pedro, á qual todos os fieis estão obrigados a render submissão; e assim quem se separar delles quanto ao exercicio do ministerio, se exclue da Igreja como schismatico, e quem se tornar innovador em pontos de doutrina, separa-se della como hereje.

a. O *argumento* para esta these baseia-se nos testemunhos de Jesus Christo e no dos apóstolos.

Quanto ao de *Jesus Christo*, declarou Elle formalmente que enviava os seus apóstolos do mesmo modo que seu Pae o enviara a Elle; ordenou aos seus apóstolos que prgassem o Evangelho, que ministrassem o baptismo e que ensinassem tudo quanto Elle proprio lhes havia ensinado, promettendo-lhes a sua assistencia durante o correr dos seculos.

Escolheu de um modo especial, como provaremos depois, a S. Pedro por chefe supremo e como fundamento da sua Igreja; confiou-lhe as chaves do reino dos céus;

encarregou-o expressamente de pastorear todo o seu rebanho, tanto as ovelhas ou pastores, como os cordeiros ou simples fieis, e prometteu ratificar todas as decisões de Pedro.

Fallando um dia aos seus apóstolos e aos discipulos, que se lhe tinham aggregado, deu-lhes ensinamentos practicos de grande importancia, um dos quaes, que tem relação immediata com a presente questão, diz: «Se o vosso irmão vos aggravar, ide ter com elle e reprehendei-o, a sós com elle; e, se elle vos attender, tereis ganhado o vosso irmão; mas, se pelo contrario, se recusar a vos ouvir, fazei-vos acompanhar de duas ou tres pessoas, para que as palavras se abonem com o testemunho de duas ou tres testemunhas; e, se elle vos não ouvir, declarae-o á Igreja, e se elle tambem a não ouvir, havei-o por pagão e publicano». Facil seria demonstrar que as testemunhas, aqui mencionadas, não intervêm afim de proferirem a sentença, mas somente para com a sua presença darem mais força ás reclamações do aggravado. E, demais disto, as palavras immediatas, ás que citamos, não deixam logar á menor duvida quanto ao poder pelo Senhor outorgado aos seus discipulos. «Porque, em verdade vol-o digo, são palavras suas, tudo o que ligardes sobre a terra, será ligado no céu; e tudo o que desligardes na terra, será desligado no céu». Estas palavras, que o divino Salvador dirigira antes só á Pedro, dirige-as agora a todos os apóstolos, que o Senhor lhe associara no governo da Igreja, sem menoscabo do poder de primaz, que já lhe havia concedido. Ora, tenha-se bem presente, não se tracta aqui de um ponto de fé, mas só de uma questão de *disciplina espiritual*, da reparação de um aggravo feito por um irmão a outro irmão. E, sem embargo, assevera Jesus em termos formaes, que, se o culpado se recusar a *submitter-se* á Igreja, deve ser considerado como pagão e publicano, isto é, como não fazendo parte da Igreja. Existe, por conseguinte, na Igreja uma auctoridade governativa, designada pelo Salvador, á qual todos os fieis se hão de *submitter*, sob pena de ficarem *excluidos da Igreja*.

b. S. Paulo refere-se, em bastantes passagens das suas Epistolas, a este mesmo ministerio. «O mesmo Deus,

escreve elle aos Ephesios, escolheu uns homens na Igreja para apóstolos, outros para prophetas, outros para evangelistas, outros para pastores e doutores para trabalharem na perfeição dos sanctos, para se applicarem ás funcções do seu ministerio e edificarem o corpo de Christo até nos encontrarmos todos na unidade de uma mesma fé e conhecimento do Filho de Deus... afim de que não mais sejamos crianças volúveis, que nos deixemos levar de uma para outra parte pelo vento da doutrina». E, fallando aos Galatas, recommenda-lhes a união, a concordia, e a submissão; eguala os *schismas*, a que chama seitas, ás obras da carne, que *excluem do reino dos céus*. Ordena noutra parte aos bispos «designados pelo Espirito Sancto para regerem a Igreja de Deus» e exhorta-os a que «vigiem sobre todo o rebanho, que lhes foi confiado, pois sabe que, indo-se elle, entrarão lobos vorazes, que não pouparão ao rebanho, e surgirão dentre elles homens, que semearão doutrinas perversas para levarem os seus discipulos a seguil-os». (Eph. IV; Galat. VI-20; Act. XX-28).

Bem claramente nos dão estas palavras a conhecer o ministerio, a que nos referimos, não só pela sua *origem*, que é uma determinação de Deus, senão também pelos *encarregados* d'elle, que são os chefes da Igreja, e especialmente Pedro, como também pelo seu *objecto*, que é o manter os fieis na unidade de fé. Ora, se os fieis não fossem obrigados a obedecer a esta auctoridade, de que serviria que ella existisse, e porque ficariam elles, no caso de recusa, excluidos do reino dos céus?

Poderíamos também adduzir uma prova não menos convincente, tirada dos *ensinamentos dos primeiros Padres* da Igreja e especialmente de admiravel carta, escripta aos corinthios por S. Clemente, discipulo e companheiro do grande apóstolo, para acabar com o schisma, que acabava de apparecer entre elles. Tinha esta carta uma auctoridade especialissima, e tanto que foi durante muito tempo lida com as Sagradas Escripturas nas egrejas do Oriente e do Occidente¹.

1) Pode ver-se em Goussot esta carta, e nas conferencias do P. Olivier, junctamente com outras citações, peremptorias, tiradas de Santo Ignacio, Santo Ireneu, e de S. Cypriano, etc.

Segunda nota: A SANCTIDADE

É sancta a Igreja, porque o seu *Fundador* é sancto e a fonte mesma da sanctidade; porque tem *por fim* a sanctificação dos homens; porque os *meios* que emprega, os dogmas, a moral e os sacramentos, são sanctos em si e communicam a sanctidade; porque em todos tempos *muitos* dos seus *membros* se tem assignalado pela sua sanctidade, e até muitos, seguindo cuidadosamente as suas normas, alcançaram uma sanctidade *eminente*; e, emfim, porque muitos *milagres*, reaes e verdadeiros, vieram patentear e abonar esta sanctidade.

Não servem, porem, todos estes generos de sanctidade egualmente e com facilidade para o *discernimento* da verdadeira Igreja, uns por não serem muito faceis de distinguir, e por isso não servem para notas características, e outros por não serem senão notas negativas.

A sanctidade que, porem, serve de nota positiva é a sanctidade da sua doutrina, dos seus meios de salvação e a dos seus membros; é principalmente a sanctidade *heroica*, com que se tem assignalado muitos dos seus membros. É facil de verificar este signal caracteristico, porque uma tal sanctidade tem que manifestar-se, ao menos de tempos a tempos, por obras exteriores desusadas; e mais, quando esta sanctidade, como acontece muitas vezes, é realçada por milagres espantosos.

A gloria dos milagres é uma prerogativa unica e exclusivamente propria da verdadeira Igreja, e não com o character de accidental e transitoria, mas como permanente, porque é a effectuação das promessas, por diversas vezes feitas por Jesus Christo, extensivas a todos os tempos. «Quem crer em mim, diz de facto o Senhor, fará os mesmos prodigios que eu e ainda maiores». «Expulsarão os demonios, promette Elle ainda aos que vierem em seu nome, fallarão linguas novas, pegarão em serpentes; se beberem veneno, não soffrerão nada; porão as mãos sobre doentes, que ficarão sãos». Embora os milagres não servissem para auctorisar a religião christã, não deixariam de existir, afim de não se tornarem vans as promessas de Christo.

Terceira nota: CATHOLICIDADE DA EGREJA

Catholico vale o mesmo que universal. E, quando este termo se applica á Egreja, quer dizer que ella não se destina unica e exclusivamente a uma raça ou a uma das nações do mundo, como acontece com as antigas religiões e muitas seitas, senão que se estende universalmente a todas e que, depois de sufficientemente diffundido o Evangelho, se ha de achar *moralmente espalhada por todo o mundo*, conservando-se sempre a mesma por toda a parte.

E dizemos por *toda a parte a mesma*, porque a verdadeira catholicidade suppõe a *unidade* de doutrina e de governo. Sem esta já, por exemplo, a egreja, que existe na China, não seria a mesma que existe no Brasil; pelo que seria falso o dizer-se: esta egreja existe ao mesmo tempo na China e no Brasil. E assim, um conjuncto de seitas, que apenas tenha de commum um nome, como acontece com o protestantismo, ainda que, mediante a *diversidade* dos seus elementos, se possa dizer que está espalhada pelo mundo inteiro, comtudo, nunca em verdade poderá merecer o titulo de religião catholica ou universal.

Pode esta catholicidade ser considerada ou *absolutamente* e em si mesma, ou *relativamente*, em paralelo com as seitas dissidentes.

a. *Absolutamente* considerada, não exige a catholicidade que a Egreja exista sem excepção em todas as partes da terra e muito menos que abranja a todos os homens. *De direito*, sim, deve existir para a universalidade dos homens, ainda que de facto só *moralmente* se estenda a todos. Dil-o expressamente S. Malheus, quando affirma que estará proximo o fim do mundo, quando o Evangelho tiver sido pregado a *todas as nações*, o que, pois, se deve entender de uma universalidade *moral*. Para que a Egreja mereça o titulo de catholica, basta que conte uma grande multidão de fieis e que exista na maior parte das regiões conhecidas da terra, de modo que destas possa passar ás demais. «É mister, diz o grande theologo Suares, que a Egreja projecte por todo o mundo um certo esplen-

dor universal, por forma que a sua luz possa chegar a toda a parte e ella se possa deste modo differenciar de todas as seitas hereticas. «E nem a Escripura bem interpretada nem a Tradição de todos os tempos exigem senão a universalidade moral.

b. Nem *relativamente* considerada, ou em comparação com as seitas dissidentes, se requer que a Egreja, só por si, se avante em numero ao *conjuncto* inteiro das denominadas seitas christãs; mas basta que pelo seu numero supere a *cada uma das seitas* em separado.

THESE. — A catholicidade é uma prerogativa essencial á verdadeira Egreja

Prova-se esta these pelas prophcias do Antigo Testamento, pelo testemunho de Christo e pelo dos apóstolos.

a. *As prophcias antigas* relativas ao Messias e á sua obra nos apresentam, de facto, a Egreja como havendo de dilatar-se por *toda a terra*. Será ella a luz, que brilhará até aos confins da terra, a casa do Senhor, onde se reunirão todos os povos, a grande montanha, que ha de abranger a toda a terra. — Terá o Messias todas as nações por herança e os confins do universo como possessão. — Adoral-o-hão todos os reis da terra e todas as nações lhe renderão vassallagem. De oriente a poente será seu nome exaltado por todas as nações; e em todas as partes se offerecerá e sacrificará em seu nome uma oblação pura. — Todas estas passagens e muitas outras, que seria fastidioso allegar, seriam inexplicaveis, se não designassem a diffusão moral da Egreja de Christo por toda a terra.

b. *As palavras do proprio Jesus Christo* não são sobre este ponto menos explicitas. Manda Elle a seus discipulos que preguem o Evangelho a toda a creatura e que doutrinem a todas as nações, baptizando-as em nome do Padre, do Filho e do Espirito Sancto, e ensinando-lhes a guardar tudo o que Elle prescreveu. E, demais disto, envia-os para que sirvam de testemunhas suas em Jerusaleem, na Judéa e Samaria e até aos confins da terra.

c. *Os apóstolos* assim *entenderam* também os designios do Senhor, porque, fieis ás suas determinações, levaram o Evangelho primeiramente á Judéa e á Samaria e passaram depois a prégal-o ás nações pagans; assim que já S. Paulo pôde escrever aos romanos, que a sua fé estava sendo annunciada no mundo inteiro; e aos Colossenses dizia que o Evangelho se diffundia por todo o universo. Bem sabiam por conseguinte os apóstolos que Jesus Christo quizera que sua Igreja fosse catholica e olhavam esta qualidade como uma das essenciaes para ella; e porisso inscreveram a sua catholicidade como um dos artigos de fé no seu symbolo: Creio na Sancta Igreja *catholica*.

Servindo as notas para discriminar a Igreja verdadeira das aggremações, que falsamente se dizem christãs, é facil de ver como a nota de *catholicidade* satisfaz a este requisito de assignalar a verdadeira Igreja. Apresenta-a ella realmente como fundada para, *de direito*, ser imposta a todo genero humano, e, *de facto*, se vê *moralmente* espalhada por todo o mundo, contando o maior numero de membros, que professam a mesma fé e participam dos mesmos sacramentos e culto, sob a direcção dos mesmos pastores legitimamente escolhidos.

Quarta nota: A APOSTOLICIDADE

Ao affirmarmos que a verdadeira Igreja é necessariamente apostolica queremos significar que primeiramente ella deve professar a doutrina *ensinada pelos apóstolos*, isto é, que tem a apostolicidade de *doutrina*; e que, em segundo lugar, deve remontar-se pela legitima successão dos seus chefes, até aos proprios apóstolos, o que se chama apostolicidade de *ministerio* ou de governo.

A apostolicidade de *doutrina* é uma consequencia legitima e necessaria da *unidade* requerida pela verdadeira Igreja, e porisso raramente a sua necessidade se põe em duvida; é, porem, *como nota*, de pouca utilidade, isto é, emquanto meio practico para o discernimento da verdadeira Igreja. É, pois, da apostolicidade de *ministerio* que nós aqui, de um modo especial, nos occupamos. Mas,

como já deixamos demonstrado que a auctoridade da Igreja foi realmente confiada aos apóstolos, só agora nos resta provar que esta auctoridade necessariamente tinha que ser transmittida aos successores delles.

THESE. -- Jesus Christo quiz que os poderes por Elle confiados aos apóstolos fossem por estes transmittidos aos seus successores até á consummação dos seculos.

1.º ARGUMENTO. — Esta these deduz-se do *fim* mesmo, que o Salvador tinha em vista ao conferir aos apóstolos a mesma auctoridade que a que Elle houvera de seu Pae: trazer os homens em *todos os tempos* ao caminho da salvação. E assim não podia o soberano Senhor, tão providente comb' omnipotente, deixar de providenciar, para que não faltassem os meios necessarios á consecução do fim, que Elle se propunha. Ora, havendo os apóstolos de morrer, é evidente que esse poder e auctoridade devia, segundo os divinos designios, transmittir-se aos seus legitimos successores, considerando-os como fazendo com elles um ser moral.

Confirma-se isto mesmo com a *promessa* de Jesus Christo, quando disse, que a sua Igreja *duraria* tanto como o mundo. Mas, como uma sociedade não pode subsistir sem uma auctoridade, ségue-se que esta auctoridade ha de perpetuar-se tanto como a Igreja. E, como por outra parte foram os apóstolos incumbidos desta auctoridade, é *a elles* e só a elles que toca o transmittir semelhante auctoridade ou poder aos que elles escolherem, para depois também estes a irem passando successivamente a outros até ao fim dos seculos.

2.º ARGUMENTO. — Pela historia sabemos que os apóstolos transmittiram realmente a outros os poderes, que elles haviam recebido de Jesus Christo, elegendo por toda a parte os bispos, que os substituíssem e lhes succeddessem. E assim é que S. Paulo escolheu a Timotheo para bispo de Epheso, e a Tito para bispo de Creta, encarregando-os de olharem pela integridade da fé e de perpetuarem o seu ministerio, designando outros pastores. Poder-se-hia também adduzir, mas é excusado, o argumento não menos decisivo tirado da Tradição.

OBSERVAÇÃO. — A auctoridade conferida por Jesus Christo aos apóstolos abrange um duplo poder, o da *ordem* e o da *jurisdição*. O da ordem é conferido pela *ordenação*; refere-se á administração dos sacramentos, e é inamissível. Só os bispos o possuem pleno; e porisso não ha ministerio sacerdotal, que elles não possam exercer; e só a elles compete tambem o communicar aos outros o caracter sagrado, que elles receberam. E embora um bispo se tornasse schismatico ou hereje, ordenaria, comtudo, *valida*, ainda que *illegitimamente* a bispos e padres.

O poder de jurisdição exige *instituição canonica* ou uma nomeação formal, que pode ser revogada pela auctoridade superior. Comprehende este poder jurisdiccional tanto a faculdade de exercer *legitimamente* o poder da ordem como o direito de tomar parte no *governo* da Igreja.

Para ser legitimo successor dos pastores da Igreja e pertencer á hierarchia da jurisdição, não é sufficiente que um bispo tenha recebido o poder da ordem, mas precisa ter tambem o poder da jurisdição; ou, por outra, não basta que tenha sido ordenado bispo; deve alem disso receber tambem o encargo de governar uma diocese. Esta proposição, que se pode deduzir do modo de fallar de todos os Padres, ao condemnarem como schismaticos os bispos das dioceses por estes usurpadas, é em si mesma bastante clara. O episcopado tem por fim a administração de uma determinada igreja; e para isso é mister que elle tenha vassallos. Ora, ninguem se dá a si mesmo os vassallos. Só Jesus Christo, que de seu Pae recebera as nações por herança, podia confiar a quem lhe aprouvesse o encargo ou poder de governar os fieis, isto é, o poder de *jurisdição*; e confiou-o de facto, aos apóstolos e especialmente ao cabeça de todos, S. Pedro, para o transmittir aos demais.

Quanto ao *modo de transmissão*, que não foi determinado pelo mesmo Senhor Jesus Christo, pertence aos apóstolos o designal-o. Pôde este modo variar com o volver dos tempos, sobretudo quanto á designação dos membros, que deviam receber a jurisdição, sendo estes escolhidos, já por eleição, já por apresentação, já apenas por uma simples escolha do successor de S. Pedro, que

tem essencialmente o direito de livre nomeação para todas as dignidades inferiores á sua. Quem quer que não receber a jurisdição segundo *as normas canonicas* em seu tempo vigentes, salvaguardando-se sempre os imprescriptiveis direitos do summo Pastor, fica sem a posse della; e, ainda que tivesse recebido o caracter episcopal, não ficava tendo parte na *hierarchia* de *jurisdição*. Carecendo de séde e de vassallos, não pode, está claro, ser *chefe* da Igreja, nem faz parte integrante da *successão* apostolica.

NOTA. — Teem os bispos as mesmas funções e poderes que os apóstolos; mas não gozam de certos privilegios, que só os apóstolos, como *fundadores* da Igreja, tiveram, e transmittiram aos seus successores: a *infallibilidade* de ensinarem a doutrina de Christo; e o direito de pregarem a fé *por toda a parte* e de governarem os povos, e de por si mesmos *erigirem* bispados.

São estes poderes, da ordem e da jurisdição, tambem communicados aos simples sacerdotes, mas só parcialmente, com relação a certos actos, como, por exemplo, o da absolvição sacramental.

ART. II. — A EGREJA ROMANA POSSUE AS QUATRO NOTAS POSITIVAS DA VERDADEIRA EGREJA

§ I. — A Igreja romana possui a unidade

A. TEM A UNIDADE DE DOUTRINA. — Percorra-se a terra de um a outro extremo e ver-se-ha, como cantam e professam o mesmo *Credo* todos quantos a Igreja, considerada como seus filhos; todos admittem os mesmos preceitos, o mesmo sacrificio e os mesmos sacramentos. Se se cotejarem os tempos modernos com os tempos apostolicos, ver-se-ha que a doutrina é sempre a mesma. Nunca se demonstrou que a Igreja cessasse de ensinar um só dos dogmas, que as Paginas Sagradas encerram, ou que se introduzisse um só ponto de doutrina em opposição com ellas. Não formulou, por exemplo, o concilio de Nicéa um dogma novo, quando contra os arianos definiu a *Cons-*

substancialidade do Verbo, como nem o concilio de Trento innovou nada, ao proclamar o dogma da *Transsubstanciação* eucharistica contra os protestantes. Puderam, sim, os concilios definir estes dogmas, porque já de facto existiam e os cria a Igreja. E, assim tambem, quando ha annos a Igreja proclamou como artigo de fé a *Immaculada Conceição* de Maria e a *Infallibilidade pontificia* não accrescentou estes artigos de novo á sua doutrina, senão que tornou patentes pontos de doutrina antiga, que as controversias mais ou menos tinham envolvido em sombras, e que explicita ou implicitamente estavam encerrados no thesoiro da revelação.

E tem, demais disto, a Igreja uma *norma*, que plenamente *salvaguarda* esta unidade de crenças; pois professa como dogma *essencial* que todos os fieis tem de acceitar a doutrina por ella ensinada, sob pena de serem excluidos do seu gremio, quando se obstinam em algum erro.

OBSERVAÇÃO. — Comquanto o dogma seja, como qualquer outra verdade, immutavel, não é, comtudo, esta immutabilidade incompativel com o *progresso*. E este progresso na Igreja não é senão o *desenvolvimento* dos principios ensinados por Christo. Declarou, por exemplo, a Igreja, ou definiu em tres concilios successivos que ha em Christo uma só pessoa com duas naturezas e duas vontades. Não são estas tres definições mais que o desenvolvimento logico de uma e mesma verdade, que na sua forma primitiva ou revelada fôr sempre conhecida e ensinada, convem a saber, que Jesus Christo é junctamente Deus e verdadeiro homem.

Comprehendeu muito bem a natureza deste desenvolvimento dos dogmas christãos e expressou-o admiravelmente S. Vicente, religioso no mosteiro da ilha de Lerins, no meado do seculo V. Começa este escriptor por demonstrar como a *Sagrada Escripura*, não obstante a divindade da sua origem, não pode ser a unica regra de fé. «Em razão da sua mesma sublimidade, diz elle, nem cada um lhe interpreta a seu modo os oraculos, de sorte que, parece, se podem tirar della tantos systemas quantos são os homens». É, pois, para a *tradição* que de um modo

especial se ha de voltar a attenção, e «na propria Igreja catholica é preciso atter-se bem ao que *por toda a parte e sempre* foi por todos crido». Ora, é exactamente o objecto desta fé commum a todos que sem cessar se desenvolve «por um verdadeiro progresso e não por mudança. É mister que a religião das almas se assemelhe á vida dos corpos, que com o correr dos annos desenvolvem e dilatam os seus membros, sem, comtudo, deixarem de ser os mesmos. Convem que o dogma da religião christã siga as leis do progresso, que se robusteça com os annos, que se dilate com o tempo, que melhore com a idade, conservando-se, comtudo, sempre refractario á corrupção e ás impurezas. É preciso que se complete e aperfeiçoe em todas as proporções das suas partes, e, para assim dizer, em todos os seus membros e orgãos particulares; é, alem disso preciso que não se introduza qualquer mudança, que se não perca nada do que lhe pertence, nem se dê lugar a qualquer modificação do que foi determinado»¹.

B. A EGREJA ROMANA É UNA NO SEU MINISTERIO. — É facil de ver e de reconhecer-se este attributo da Igreja. A unidade de fé conserva-se nella por meio de um ministerio unico, invariavel e a todos patente; e o influxo deste ministerio, junctamente suave e forte, deriva de Roma, centro do governo, e transmite-se por intermedio dos bispos e dos pastores, subordinados seus, a todas as regiões do globo, e alcança até ao ultimo dos membros, que compõem a Igreja.

1) Vid. *Commonit.*, XXIII. --- Para que melhor se entenda esta doutrina, tenha-se presente o modo como ella toma o seu desenvolvimento na Igreja. Existe na revelação um certo numero de verdades, que logo desde o apparecimento do christianismo no mundo foram expressa e formalmente propostas á crença dos fieis. Ha ainda outras, que no começo não foram propostas de um modo tão explicito; e são estas que hão de ir, segundo os designios da Providencia, tomando mais luz e apparecendo mais claras no correr dos tempos, sob a direcção da legitima auctoridade. Tem estes pontos doutrinaes tres epochas diferentes na sua historia. Na primeira passam como despercebidos, ou porque são em si profundos e não deixam immediatamente ver a sua intima conexão com as verdades expressamente reveladas, ou porque as circumstancias não permitem se manifestem logo desde o principio ás competentes auctoridades ou, enfim pela natural incapacidade do espirito humano de cuidar de muitas coisas ao mesmo tempo. Na segunda epocha começam a despertar e a agitar-se estas verdades, que estavam como que em semolencia no fundo da consciencia christã: começam a despertar a attenção mais que antes; pregam-se como um novo alimento aos fieis. Então é que os simples particulares as põem em duvida e as dão como obscuras quanto á tradição e negam fazerem ellas parte da Revelação. Na terceira epocha reconhece-as a auctoridade e eleva-as a artigo de fé, declarando que desde o começo estavam encerradas na Revelação.

Estão, portanto, os simples fieis unidos aos seus immediatos pastores e estes aos seus bispos; e estes, em communhão entre si, estão dependentes do Papa, de quem recebem os poderes que teem. Fica, pois, deste modo a mais complicada multiplicidade fundamental numa unidade maravilhosa que está travada pelo principio de que, se alguém se recusar a submeter-se á auctoridade dos legitimos pastores, fica por este facto excluido do seio da Igreja.

Esta unidade de ministerio ou governo mostra-nol-a a historia na ininterrupta successão dos seculos christãos. É *immutavel*, porque é uma instituição divina, o que não se dará com as *leis* meramente *disciplinares* que, sendo estabelecidas pela *auctoridade ecclesiastica*, por ella podem, segundo as circumstancias, ser tambem modificadas, e até, quando a prudencia o dictar, completamente abolidas, por assim o exigirem os tempos, que vão correndo. E até o *culto* está sujeito a certas modificações nos ritos e cerimoniaes accessorias, se bem que elle fica sempre o mesmo nos pontos essenciaes marcados pelo proprio Jesus Christo.

Mas, *objectam*, por occasião do schisma do Occidente houve simultaneamente como papas ou successores de S. Pedro, Urbano VI em Roma e Clemente VII em Avinhão, obedecendo as nações catholicas umas a Urbano e outras a Clemente. Ficou, por conseguinte, a Igreja entre os annos 1378 e 1417 sem unidade de governo.

É verdade que durante esse tempo faltou á Igreja romana a unidade *material* de governo; mas a *formal* ou *essencial* nunca cessou de existir. Não havia, como não ha hoje, dois papas legitimos; mas um conjuncto de circumstancias é que não deixou *ver* bem qual delles era o verdadeiro chefe da Igreja; e daqui proveio a lastimosa divisão dos catholicos. Bem molesta lhes era uma tal situação, pois sabiam ser ella contraria á vontade de Christo. De ambos os lados se procurava conhecer a verdade; e não houve de ambas as partes socego emquanto se não dissipou toda a duvida, que acabou com a eleição de Martinho V para reger a Igreja, feita no Concilio de Constancia em 1417.

Pelo que, não só este schisma não contradiz a nossa these senão que, pelo contrario, demonstra o grande es-

pírito de unidade, que animava todos membros da Igreja durante aquelle schisma, originado de um engano, facilmente explicavel, ácerca de uma simples *questão de facto*. Ninguem, por fim de contas, admittia a existencia de dois chefes simultaneamente legitimos; estavam todos convencidos que não havia nem podia haver mais que um legitimo. Mas qual delles foi o legitimo durante aquelle tempo? Ninguem o sabia. Enganava-se evidentemente na escolha uma parte do rebanho; mas procedia de boa fé, pelo que se podia estar com a consciencia tranquilla tanto numa como noutra obediencia.

§ II. — A Igreja romana possui a sanctidade

É sancta em seu *fim* ultimo, que é a sanctificação das almas. É tambem sancta nos *meios*, que emprega; sancta nos seus *dogmas*, que, se são atacados, é por causa da sua excellencia e transcendencia e porque parte delles estão, quanto á sua natureza, fóra do alcance da propria razão; sancta na sua *moral*, abonada pelos proprios adversarios, moral, que prohibe todos os vicios, favorece todas as virtudes e promove até a perfeição dos conselhos evangelicos; sancta nos seus *sacramentos*, fontes fecundas de graças, e de sanctificação; sancta no seu *culto*, o mais espiritual, que jamais existiu e absolutamente isento de qualquer practica cruel ou supersticiosa. É, enfim, sancta em todos os seus *membros*, que lhe seguirem fielmente as suas instrucções; de modo que só os que se recusam a conformar-se com ellas e que são por ella censurados, é que andam arredados da sanctidade.

E quem poderá contar as legiões de *sanctos*, que a Igreja deu ao mundo? Não fallando dos heroes christãos dos primeiros seculos, onde se encontrarão fóra da Igreja homens, que eguallem os Bentos, os Domingos, os Aquinos, os Franciscos de Assis e de Salles, os Loyolas, os Xaviers, os Vicentes de Paula, as Isabeis e Theresas e infinitos outros? Afóra os numerosissimos sanctos de todos os seculos, sublimados ás honras dos altares, que professaram a mesma fé que a da Igreja romana e que são a honra e a gloria inalienavel para essa mãe digna de taes

filhos, ha ainda uma incalculavel multidão de membros desta Igreja, que se sanctificaram por virtudes não menos excellentes, apesar de escondidas aos olhares dos povos. Actualmente mesmo, em meio da corrupção, que domina no mundo, exercitam-se sob a inspiração divina tantos actos de virtude e boas obras como nos seculos anteriores.

Esta sanctidade heroica dos filhos da Igreja romana dignou-se o proprio Deus confirmal-a por todos os seculos com os mais portentosos *milagres*. E são estes prodigios, que só teem explicação possível pela intervenção de Deus, baseados em tantos e tão auctorisados testemunhos que para pol-os em duvida seria forçoso renunciar á critica historica mais elementar e ao uso da propria razão.

Desde muito tempo estão os milagres para o seu exame reservados ao Papa. Já nos capitulares de Carlos Magno se encontra a prohibição de se publicar algum sem a auctorisação do Soberano Pontifice. E todos sabem quão grande é o rigor, que se usa na sagrada Congregação dos Ritos sob a direcção do Sancto Padre, nas causas da canonisação e no exame dos milagres. E, sem embargo, que de milagres não foram authenticamente approvados só nos ultimos seculos! Indiquemos apenas os de S. Francisco Xavier, os de S. José de Copertino, de S. Philippe Nery e de S. Francisco de Salles. O douto Papa Bento XIV, nos appendices da sua grande obra sobre a canonisação dos sanctos, narra os estupendos milagres de alguns delles, como os de Sancta Isabel de Portugal, de S. Pio V, de Sancto André Avellino, de S. Felix de Cantalicio, de Sancta Catharina de Bolonha, etc. A *Acta Sanctorum*, gigantesco monumento erguido pelos jesuitas bollandistas á memoria dos sanctos, bastaria para superabundantemente se demonstrar, como tem sido ininterrupta a serie destes soberanos testemunhos de Deus em prol da Igreja catholica.

Já demos a razão porque os milagres não são hoje em dia tão numerosos como outr'ora. Não esqueçamos, porem, que os milagres dos primitivos tempos *conservam* para nós toda a sua força demonstrante, porque se baseiam em irrefragaveis testemunhos. Proclamam estes milagres hoje tanto como proclamavam outr'ora a sanctidade da

Igreja, que elles vinham abonar, e mostram como Deus dá uma publica e soberana approvação ás virtudes praticadas por seus filhos. São tambem, afinal, verdadeiros milagres, que, á medida que os seculos se succedem, vão tambem aumentando em brilho, não só a conservação prodigiosa da Igreja, mas tambem os admiraveis fructos, que ella continua a produzir no mundo.

Mas nem o *seculo actual* deixou tambem de presenciar as divinas maravilhas. *Quem* ousaria pol-o em duvida? para se ver como a mão de Deus não cessa de glorificar com milagres a sanctidade de seus bons filhos, bastará ao critico mais exigente a leitura, por exemplo, da vida do cura d'Arx ou das maravilhas de Lourdes (Vid p. I, cap. III, art. III § 5, nota).

§ III. — A Igreja romana possui a catholicidade

É catholica a Igreja romana, catholica quanto ao tempo e quanto ao espaço; e só ella foi sempre designada com este glorioso titulo. Já no tempo de Sancto Agostinho o qualificativo de catholico se applicava só aos membros da Igreja romana; e em todos os tempos se disse: christão é o meu nome, e *catholico* é o meu sobrenome.

Logo que ella pelos cinco mil homens de todas as linguas, convertidos por S. Pedro em Jerusalem, tomou posse do mundo, não cessou de dilatar-se e de ser obedecida pelas novas gentes. Veja-se, com effeito, o que já dissemos sobre a rapida propagação do Evangelho por todo o mundo (pag. 217.)

Já no fim do primeiro seculo a Igreja tinha ultrapassado as raias do imperio romano; e desde então foi sempre ganhando terreno e estendendo o seu dominio sobre os chamados barbaros, sempre affeita a recuperar por um lado o que perdeu por outro e a ver reproduzir-se em qualquer parte a prodigiosa fecundidade da sua perenne juventude.

Ainda hoje em dia se patenteia com brilho esta universalidade ante os olhos de toda a gente. Percorram-se com a mente os mais remotos dos paizes e as ilhas mais longinhas dos oceanos e ver-se-ha que por toda a parte

se acham disseminados os catholicos. Não só está a Igreja romana espalhada por todas as regiões do mundo, mas também em numero se avanta a qualquer das outras aggremações christãs.

§ IV. — A Igreja romana possui a apostolicidade

A. A EGREJA ROMANA REMONTA-SE PELA SUA DOCTRINA ATE' AOS APOSTOLOS. — Ainda hoje esta doutrina é a mesma que a ensinada pelos apóstolos. Entre os mais antigos symbolos, os escriptos e decisões dogmaticas dos primeiros seculos e os dos tempos actuaes existe a mais perfeita identidade, como já notamos, ao fallar da unidade de doutrina na Igreja romana.

Procuram, é verdade, os protestantes fazer crer que a Igreja depois dos primeiros seculos *introduziu* novos dogmas, como, por exemplo, o da Presença real, o da existencia do purgatorio e o da invocação dos sanctos. Mas não basta só affirmar; é mister também *provar*. Digam-nos, se podem ou sabem, quando, como e por quem foram esses dogmas introduzidos na Igreja? É o que elles jamais fizeram, e a razão é clara. Mas, enquanto elles vão entretanto affirmando *sem provas*, continua a Igreja no seu direito de lh'os negar pura e simplesmente. (Vid. pag. 312).

Alem de que não lhe faltam provas em seu favor. Já nós vimos com que cuidado se oppuzeram os Papas e os bispos desde os primeiros seculos á introdução de qualquer novidade doutrinal. Ter-se-hiam, portanto, do mesmo modo opposto á introdução dos importantes dogmas, incriminados pelos protestantes; ora, não se deu a opposição dos prelados ecclesiasticos; ao menos a historia da Igreja, sempre cuidadosa em apontar qualquer novidade neste genero, nada nos diz ácerca deste ponto. E ninguem ousará affirmar que todos os membros da Igreja, pastores e fieis, se tenham mancommunado para ao mesmo tempo e em todas as partes do mundo abraçarem tantas e tão graves mudanças. Mas, ainda mesmo que isso fosse possível, não deixariam ao menos de

protestar contra tal novidade, os *herejes*, condemnados pela Igreja como innovadores, e aproveitariam tão boa occasião para lhe lançarem em rosto as suas proprias innovações.

B. REMONTA-SE ELLA ATE' AOS APOSTOLOS PELA SERIE DOS SEUS CHEFES. — A historia nos demonstra ter sido, de facto, a Séde de S. Pedro occupada por uma serie ininterrupta de Pontifices legitimamente eleitos. Todos os Papas se intitularam e perante o mundo se proclamaram como successores do chefe dos apóstolos e como herdeiros da sua suprema auctoridade. E as igrejas, que, sujeitas á Igreja de Roma, formam com ella um todo unico, apresentam semelhantemente uma serie de pastores, que da Sé apostolica houveram o encargo de pastorear o seu rebanho.

Objecta-se, porem, que a legitima successão dos Pontifices romanos foi por vezes interrompida pelos schismas, bem como pela morada dos Papas em Avinhão.

Mas, *respondemos* nós, estes factos de nenhum modo interrompem a legitima successão dos supremos Pastores da Igreja romana, porque primeiramente durante o schisma só houve sempre *um* Papa legitimo, comquanto a sua legitimidade tenha sido contestada por uma parte da Igreja. Impede porventura a revolta de uma provincia que um soberano fique legitimo senhor dessa provincia, que, enganada ou não, se revoltou contra a sua legitima auctoridade?

O grande schisma do Occidente, a que já nos referimos, é que neste ponto offerece maior difficuldade; mas já sobre isto dissemos o bastante. E porisso só quanto ao logar da séde observaremos que assim como nunca a residencia de um príncipe fóra da capital dos seus estados o desapossou da soberania sobre todos os seus estados, assim também não impediu a morada dos Papas em Avinhão o *serem* elles Bispos de Roma, e como taes cabeças de toda a Igreja.

A *conclusão*, que deste artigo se ha de tirar, é que a Igreja romana possui *todas* as *notas* inherentes á verdadeira Igreja; e como só uma existe e unica Igreja, fundada por Nosso Senhor Jesus Christo, segue-se que

esta Igreja romana é a por Elle incumbida de guiar as almas á consecução do seu fim ultimo, á bemaventurança eterna.

ART. III. — O PROTESTANTISMO NÃO POSSUE AS NOTAS DA VERDADEIRA EGREJA DE JESUS CHRISTO

OBSERVAÇÃO. — Parecerão, depois da demonstração precedente, excusados os artigos, que se vão seguir; mas accrescentamol-os como argumentos de sobra, e damol-os sobretudo para aos irmãos transviados pelos caminhos do erro facilitarmos mais a volta ao redil de Jesus Christo, que é a unica Via, Verdade e Vida, e que grandemente deseja que haja um só rebanho, confiado aos cuidados de um só e unico pastor.

Quasi só ha hoje em dia uma heresia importante, o protestantismo. Designam-se sob este titulo vago e generico, os elementos, que baseando-se na revelação, *protestam* contra a auctoridade da Igreja catholica romana e appellam para a Escripura como para a unica fonte de verdades reveladas.

Não é em verdade o protestantismo uma religião *precisa e concreta*; nem as seitas innumeradas, que têm este titulo, conservam entre si outro laço de união senão o de uma denominação meramente *negativa*; nem possuem outro principio de vida senão os dogmas e preceitos, que ellas ainda conservam da Igreja catholica, de que se separaram.

NOTICIA HISTÓRICA. — Digamos algo primeiro sobre os fautores desta heresia.

Martinho Lutero nasceu em Eisleben na Saxonia, em 1483. Abraçou a vida religiosa no convento dos agostinianos em Erfurt; e foi enviado pelos seus superiores a ensinar theologia na universidade de Wittenberg, onde chamou a attenção pela sua propensão para as innovações e pelo seu descomedido orgulho.

Tendo Leão X em 1517 confiado aos dominicos e não aos da sua ordem o encargo de publicarem as indul-

gencias, julgou-se talvez com isso melindrado, porque era de natureza fogoso e arrebatado; e começou de atacar com dureza os que elle nos prégadores das indulgencias tachava de abusos e de descommedimentos de linguagem. Daqui passou a atacar as proprias indulgencias e o poder de as conceder; e depois, levado pelas fataes consequencias de um primeiro passo ou falso principio, precipitou-se vertiginosamente pelo caminho do erro e da rebeldia. Exarara elle já em seus escriptos, dirigidos ao povo, aquelle principio, que devia exercer depois um papel muito importante no seu systema doutrinal, de que *só a fé*, sem as obras, operava a remissão dos peccatos. E porisso é que o Papa Leão X, depois de longos e laboriosos esforços, empregados em o reduzir á verdade e á obediencia, se viu constringido a lançar uma bulla de excommunhão contra este frade rebelde, o qual não só se não submetteu, senão que fez queimar publicamente esta bulla numa praça de Wittenberg. Ficou desde esse dia consummada a revolta, capitaneada pelo primeiro apostolo do protestantismo Martinho Lutero. Oito annos depois casou este ex-frade com uma ex-freira, por nome Catharina Bora, e morreu em 1546¹.

Pouco depois de Lutero começou *Zwinglio* a dogmatizar na Suissa e *Calvino* em Genebra. Discordam muito as suas das doutrinas de Lutero, mas vão estes protestantes perfeitamente de accordo no que respeita aos seus ataques contra os ensinamentos da Igreja romana e quanto á liberdade, que concedem ás paixões humanas.

Quanto a *Henrique VIII*, rei de Inglaterra, é sabido que, depois de haver escripto contra o proprio Lutero, depois de haver alcançado o suspirado titulo de Defensor da Fé, titulo ainda hoje usado pelos soberanos da Inglaterra, arrastou tambem comsigo para o schisma os povos daquelle paiz. A causa foi uma paixão cega deste monarcha. Como elle por uma parte estivesse empenhado em largar as redeas ás suas paixões ardentes e como por outra parte o Papa se recusasse a condescender

1) Vid. Audin, *Vie de Luther; Vie de Calvin; Histoire de Léon X. Janssen, L'Allemagne et la Réforme. Deulle, Luther und Lutherthum. Grisar, Luther.*

com os seus instinctos libidinosos, auctorizando o seu divorcio com Catharina de Aragão, sua legitima esposa, rompeu com a Igreja romana e se proclamou chefe da igreja anglicana (1534). Não tardou a heresia a seguir-se ao schisma para aquella nação.

Não insistimos mais nestes factos, por serem demasiado conhecidos; e passemos a mostrar só que o protestantismo não tem nenhuma das notas positivas da Igreja verdadeira.

§ I. — O protestantismo não tem unidade absolutamente nenhuma nem de doutrina nem de ministerio ou governo

A. NÃO TEM UNIDADE DE DOCTRINA. — 1. Logo desde o começo se desaviam entre si os fautores do protestantismo por questões doutrinaes, seguindo cada um seu rumo differente; e estas divergencias foram-se accentuando cada vez mais com os agravos e as luctas pessoais, que depois sobrevieram. Entre os seus discipulos tornaram-se ellas tão grandes que bem se lhes pode applicar quasi á letra o: *Quot capita tot sensus*.

«São quasi tantas as seitas e as crenças quantas as cabeças, escrevia já em 1525 o proprio Lutero; este não quer o baptismo, aquelle rejeita o sacramento do altar, aquell'outro colloca um mundo entre o mundo actual e o dia do juizo, e taes ha que até negam que Jesus Christo seja Deus. Não ha homem, por muito boçal que seja, que não se julgue inspirado pelo Espirito Sancto, e que não dê como prophcias as suas imaginações e sonhos».

O numero das seitas que se vão desagregando umas das outras augmenta de dia para dia; e assim é que existiam, ha poucos annos, segundo os documentos officiaes, 56 seitas *principaes* só nos Estados Unidos; e o numero dellas, sommado com as secundarias, subia a 288. Só na cidade de Londres e no seu termo se contam mais de cem seitas differentes. As profissões de fé succedem-se para cada seita ao modo das folhas nas arvores; porisso chegou Harms, pastor protestante de Kiel,

a dizer que era capaz de escrever na unha do dedo minimo todas as doutrinas admittidas em communi por todos os protestantes.

2. Não só estavam os primeiros reformadores em completo desaccordo entre si quanto ás crenças religiosas, senão que nem consigo mesmo estavam neste ponto de accordo, mudando *cada um delles*, e admitindo ou rejeitando continuamente os mesmos pontos de doutrina, segundo a diversidade das circumstancias, em que se encontravam. O proprio Lutero viu-se até por vezes obrigado a ameaçar e a dizer aos seus que ia retractar todas as suas innovações, se elles persistissem em lhe criar embaraços. Segundo Melancthon, o mais commedido entre os mentores da reforma, «os artigos da fé *devem* muitas vezes variar e ir-se adaptando aos tempos e ás circumstancias».

3. Mas nem são para admirar estas variações das crenças, tanto nos paes do protestantismo como em sua numerosa prole, porque são uma *consequencia* necessaria do principio ou norma da fé, que regula e determina as crenças dos protestantes. Rejeitando afinal os protestantes o principio da auctoridade da Igreja, divinamente encarregada de determinar quaes são as *Esçripturas* inspiradas e quaes as *Tradições* authenticas e genuinas, e de as interpretar de um modo infallivel, forçosamente hão de cair em erros e desvarios sem numero. Teem elles como norma geral, que a *Biblia* e só ella, interpretada segundo as luzes da *razão* individual ou propria de cada um, é que ha de dar a conhecer a *cada pessoa* o que ella está obrigada a crer. Bem se vê logo quão factaes hão de ser as consequencias de um tão pernicioso principio. Nem sequer pouparam logo desde o principio aos livros do Antigo e até do Novo Testamento, pois que muitos protestantes os declararam como apocryphos. É tão longe foram nos desvarios ou consequencias deste principio do livre exame que já Bossuet pôde escrever uma famosa obra intitulada: *Historia das variações protestantes*. E muitos delles nem sequer admittem, como já vimos, a divindade de Nosso Senhor Jesus Christo.

4. Sendo o *culto* a *manifestação* da fé, e estando a diversidade de crenças em relação forçosa com a di-

versidade de ritos e cerimônias, necessariamente houve de introduzir-se entre os protestantes uma grande diversidade no modo practico de usar os sacramentos, os sacrificios e as orações. E assim é que uns admittem um determinado numero de sacramentos e outros o rejeitam; e, entre os que o admittem, uns o entendem de um modo e outros de outro. Luthero, por exemplo, reduzia o numero dos sacramentos de sete a dois; e nem esses, segundo o sentir do proprio Luthero, produziam a sanctificação *interior*; porquanto a justificação, para elle, consiste em o peccado ser, não realmente *apagado*, mas sómente *coberto* pela fé ou confiança nos merecimentos de Christo. Quanto á Eucharistia, crêem uns na presença real de Jesus Christo na sagrada Hostia, mas outros só nella vêem uma figura sua.

Não podendo Luthero negar os textos, que clara e evidentemente affirmam a existencia real, procurou adulterar-lhes o sentido e desnaturar completamente o dogma catholico, de modo que, segundo aquelle innovador, não se tornam o corpo e o sangue de Christo presentes pela *transsubstanciação* ou *conversão* dos elementos do pão e vinho, senão que se acham lá, mas *com* e *sob* o pão e o vinho. Alem disto Jesus Christo, dizia elle, só está presente no momento em que se recebe a Eucharistia; porque ella, é supposição d'elle, apenas foi instituida para o *uso* e não para junctamente ser um verdadeiro *sacrificio* externo. Segundo o pensar d'elle, a missa é uma abominavel idolatria. E grandes são semelhantemente as variações no que respeita ao modo de administrar os sacramentos.

E, emfim, uns oram pelos finados e outros não. E emquanto os catholicos oram uns pelos outros, e tambem pelos herejes e schismaticos, e pelos judeus e pagãos, ás seitas protestantes não lhes apraz practicar o mesmo.

NOTA. — Não negamos que de facto a maioria dos protestantes obedecem a ministros, que logram fazer-se ouvir com agrado e que conseguem impor a sua opinião a um certo numero de sequazes; mas, demais de esta auctoridade ser meramente humana e ser contraria ao principio fundamental do protestantismo, de nenhum modo

pode a interpretação pessoal da Biblia, tal como ella é em si, impedir a diversidade nos assumptos de fé. Porque não se dá ao menos entre os ministros melhor accordo do que entre os simples fieis?

É verdade que, para salvaguardarem uma sombra de unidade, recorrem alguns protestantes a certas *formulas* de fé, symbolos ou decretos synodales. E o proprio Luthero, contradizendo a regra fundamental do protestantismo, chegou a compor um catechismo *obligatorio* para todos. E, o que é mais, ousou escrever estas e outras palavras semelhantes:

« Não ha anjo no céu e ainda menos homem na terra, que possa ou se atreva a julgar a *minha* doutrina. Quem a não abraçar não se pode salvar; quem crer de um modo differente de mim, irá acabar no inferno ». « Não pode alcançar a salvação quem não abraçar a *minha* doutrina » (Saemmtl Werke, t. XXVIII, p. 144.). Pode-se mais abertamente contradizer o principio do livre exame? Se as coisas assim são, disse um bom numero de protestantes, melhor houvera sido ter ficado na submissão á grande e antiga auctoridade da Igreja romana.

A *conclusão*, que daqui se tira, é que não ha para os protestantes unidade nenhuma de fé nem a pode haver, porque para elles é esta uma chaga incuravel. Ha *seitas*, mas não ha nem haverá *egreja* protestante, por não haver base ou algum ponto commum de fé nem unidade doutrinal.

B. O PROTESTANTISMO TAMBEM NÃO TEM UNIDADE DE MINISTERIO OU GOVERNO. — Porisso mesmo que as seitas professam uma crença propria e peculiar a cada uma, são independentes umas das outras; e, alem disto, dá-se ainda o facto de os ministros de uma se não podem intrometter no governo das outras. E, o que é mais, até dentro da propria seita são os ministros independentes uns dos outros; pois que, segundo os principios protestantes, pode cada um dos ministros exercer legitimamente o seu ministerio, caso se não aparte dos artigos fundamentaes na sua doutrina. Mas, repetimos, quem delles tem a auctoridade que se requer para definir esses

artigos fundamentaes? Pois se Luthero até affirma que todos os fideis são padres!

§ II. — O protestantismo não tem a sanctidade

I. NÃO A TEM NOS SEUS FUNDADORES. — *a*) A historia nos descreve Luthero como um homem arrebatado, dado aos excessos da mesa, e como transgressor dos votos, a que na religião se obrigara; representa-nos a Calvino como um impudico, um cruel e um vingativo; a Zwinglio dá-nol-o como um licencioso, e elle mesmo o confessa de si; e a Henrique VIII pinta-nol-o como um tyranno, um adúltero e devasso. Nem se poderiam trazer a publico os costumes e sentimentos particulares de Luthero, taes quaes elles se nos revelam nos proprios escriptos deste heresiarcha. Podem ler-se as suas luctas com o diabo em Doellinger (*La Réforme*, t. III. p. 257).

b) Faziam os reformadores aos seus adeptos concessões, que estão em manifesta opposição com a moral evangelica. Luthero nem se atreve a dizer em seus sermões que a polygamia é coisa prohibida; e chegou a conceder a bigamia ao landegrave Philippe de Hesse, concessão, que sete reformadores ratificaram, chegando até Melancthon a auctorisar com a sua presença esta união illicita. Compare-se este procedimento dos reformadores com o do Papa, a proposito do divorcio de Henrique VIII com Catharina de Aragão.

c) Em seus escriptos e no seu tracto familiar revelaram estes homens sempre uma indole arrebatada, um coração corrompido e um orgulho feroz; e tanto que bastava a menor resistencia para os fazer proromper em injurias e blasphemias. Luthero sobretudo é que neste ponto de linguagem se torna por vezes tão revoltante e grosseiro que chega a causar um profundo nojo (Vid. Janssen e Audin; e o cap. IV desta segunda parte).

II. NÃO HA SANCTIDADE NA SUA DOUTRINA MORAL. — Não tem primeiramente o protestantismo já moral commum e obrigatoria para todos, assim como tambem não tem crença nenhuma commum e obrigatoria e imposta

a todos. Segundo o seu principio fundamental é a Escripura a unica regra ou norma tanto para a moral para a fé. Ora, se cada protestante pode e deve interpretar a Escripura a seu modo e segundo as *luzes* da sua propria *razão*, segue-se que tambem cada um pode fazer para si *uma moral propria*, sem que ninguem lhe possa ir pedir contas a respeito della. E pode até cada um *mudar a sua moral* e varial-a segundo variam as disposições sempre voluveis e inconstantes do *seu espirito*; de sorte que facilmente se dará o caso de hoje imaginar ver na Escripura o que amanhã não mais julgará ver: e andarão assim os dictames practicos da sua consciencia á mercê das ideias pessoaes, sempre mudaveis e inconstantes.

Mais ainda; a julgar pelos principios, seguidos pelos fundadores da Reforma, não está o protestante obrigado a *practicar* o que elle vê estar evidentemente expresso na Biblia. Affirmam com effeito estes innovadores que as *boas obras* são *desnecessarias* para a salvação e que são até *nocivas*; que *basta a fé* para nos tornarmos amigos de Deus; que uma vez justificado o homem perante Deus, fica já certo de se salvar, *sejam quaes forem os crimes*, que elle vier a commetter; e que está mesmo *impossibilitado* de peccar, pois já está privado do livre arbitrio. Luthero e Calvino chegaram até a negar realmente a liberdade humana, e por conseguinte tambem a possibilidade de peccar. O primeiro escreveu um livro que intitulou: *Sobre o Servo arbitrio*, isto é, sobre a servidão da vontade; e pode compendiar-se nas seguintes palavras: «Deus fez tanto o mal como o bem que ha em nós; e assim como nos salva sem da nossa parte haver merecimentos, assim nos condemna tambem sem que haja falta da nossa parte... Tudo o que fazemos não o fazemos livremente, mas por uma necessidade absoluta». Calvino emprega a mesma linguagem. «Por motivos, affirma elle, a nós incompreensiveis excita Deus o homem a violar as suas leis; as suas inspirações arrastam para o mal o coração do homem perverso; cae o homem, porque assim o ordenou». De um modo semelhante se expressa Zwinglio. «Deus é o primeiro principio do peccado. Por uma necessidade divina é que o homem practica todos os crimes».

Citemos ainda mais algumas passagens de Lutero, porque valem mais que todos os arrazoados. «Quão rico é, diz elle, o christão! ainda mesmo que quizesse, não poderia, por qualquer falta, ser desherdado do céu; o não crer no Filho de Deus é que é, sim, o unico peccado no mundo. Crê, pois, e está assegurada a tua salvação». «Não ha escandalo mais perigoso nem mais virulento que a boa vida, manifestada exteriormente pelas boas obras. Às almas piedosas, que fazem o bem para ganhar o céu, não só nunca o conseguirão, mas merecem até ser contadas entre os impios». «O Evangelho não exige de nós as obras boas para a nossa sanctificação; mas, antes pelo contrario, condemna estas obras». «O assassinio, o roubo não são tão grandes peccados como o querer entrar no céu com as boas obras, que são o que ha de mais prejudicial á salvação».

Calvino prégou tambem a *inutilidade das boas obras para a salvação*, pois que em mais de quinze logares da sua *Instituição Christã* se refere a ella; e por elles se deixa hem ver a estranha ideia, que estes innovadores faziam da justificação. Nenhuma modificação interna se opera no homem ao tornar-se elle justo; o que ha apenas é uma imputação gratuita e externa da justiça de Christo. Torna-se justo o christão só porque Deus se digna cobri-lo com o manto de innocencia do seu Filho. A moralidade dos procedimentos não intervem para nada como condição para a amizade de Deus; importa pouco o peccado, comtanto que subsista a fé. «Sê peccador, pecca muito, escrevia Lutero a seu amigo Melanchton... Necessariamente peccamos, emquanto cá estivermos; não nos pode o peccado separar de Deus, ainda mesmo que commettamos mil adulterios por dia e outros tantos homicidios». «*Esto peccator, diz o texto, et pecca fortiter, sed fortius fide et gaude in Christo, qui victor est peccati, mortis et mundi. Peccandum est quandiu hinc sumus. Sufficit quod agnovimus per divitias Dei Agnum, qui tollit peccata mundi; ab hoc non avellet nos peccatum, etiamsi millies et millies uno die fornicemur et occidamus.*» (*Lutheri Ep.*; Iena 1556).

Uma tal doutrina destroe por completo os *principios* mesmos da moralidade. Se ella fosse verdadeira, teria Je-

sus Christo vindo ao mundo não para nos livrar do peccado e nos ensinar pelas palavras e os exemplos a practica de todas as virtudes, ainda as mais heroicas, senão para, morrendo, nos alcançar a liberdade de vivermos uma vida desregrada e de podermos contar com a impunidade para qualquer sorte de crimes¹.

III. NEM HA SANCTIDADE NA INFLUENCIA, QUE EXERCEU SOBRE OS COSTUMES. — É facil ver até aonde levaria uma doutrina, que por fim de contas não deseguala um Marat de um S. Vicente de Paula. E, realmente, para que ha de alguém incommodar-se; e porque não ha de dar redea solta ás suas paixões?

Não é por conseguinte de admirar que, já passados poucos annos, pudesse Calvino escrever que «entre cem evangelicos apenas se encontraria um que se fizesse evangelico por outro motivo a não ser com o fim de se entretegar mais livremente a toda a sorte de libertinagem e de incontinencias». E bem depressa viu o proprio Lutero com espanto os fructos dos seus ensinamentos. «Pouco falta para, lastima elle, a nossa Allemanha, depois de abrir os olhos á luz do Evangelho, parecer possuida do diabo;... o temor de Deus desapareceu, e por toda parte ha uma inundação de toda a sorte de vicios». «Olham o Evangelho como um tractado de gastronomia, que lhes ensina a embriagar-se e a comer á farta. Assim pensa actualmente toda a gente indistinctamente». «Quem de nós se teria posto a prégear, se previra que dahi resultariam tantas calamidades e escandalos? Mas, já que começamos, força é que lhe sofframos as consequencias». «Concordo, diz elle alhures, a minha doutrina deu logar a muito escandalo. Nem negarei tambem que este estado de coisas me faz tremer, especialmente quando a minha consciencia me argue de haver trazido perturbação, á antiga ordem na Igreja, antes tão tranquilla e pacifica,

1) Não é, pois, de admirar que muitos dos modernos protestantes votem ao desprezo os ensinamentos dos fundadores da Reforma e se mostrem empenhados na observancia do Decalogo. Bem veem elles e todos os homens de juizo que as boas obras são uma condição indispensavel para a salvação, porque são a melhor prova de verdadeira fé, que, segundo elles, realmente justifica.

e de ter com minhas doutrinas suscitado as discordias e a perturbação»¹.

Estas e muitas outras confissões dos fundadores do protestantismo, que omittimos e se podem ver na obra do Dr. Janssen, a *Allemanha e a Reforma*, evidentemente demonstram, que Deus não estava com os que pretendiam reformar a Igreja romana. E emquanto as seitas, que blasonavam de reformadas, assim se tornavam, desde o seu começo, mercedoras de tão graves censuras, procuravam os Padres do Concilio de Trento, assistidos pelo Espirito Sancto, um *remedio efficaz* aos abusos, introduzidos na disciplina ecclesiastica, por meio de determinações cheias de prudencia e de circumspecção.

§ III. — O protestantismo não tem catholicidade nem apostolicidade

1. NÃO TEM CATHOLICIDADE. — É evidente que elle não tem nem a universalidade do tempo nem a do espaço. O seu começo foi sómente no seculo XVI, lá num canto da Allemanha. Ainda que daqui se extendesse e dilatasse por outras regiões, nunca teve importancia alguma como religião, porque só della tinha o rotulo e porque realmente não passa de um aggregado de seitas, independentes umas das outras, com denominações distinctas, e guerreando-se mutuamente, sem treguas, não tendo ordinariamente outro laço de união entre si senão o odio á Igreja romana. E como poderiam ellas formar *um todo* ou uma só religião, se não podem ter um corpo de doutrina uniforme ou de verdades por toda a parte ensinadas? Mas esta mesma uniformidade de doutrina, se existisse, estaria em completa opposição com o principio fundamental

1) São também muito dignos de conhecer-se os sentimentos de Lutero, já poucos dias antes da sua morte, acerca da sua obra de revolta contra a Igreja. « Coisa muito para estranhar, diz elle, e para lastimar é que, depois que a pura doutrina do Evangelho de novo brilhou no mundo, não cessaram os homens de tornar-se piores. Cada um faz servir aos seus instinctos carnaes a liberdade christã. Se eu podesse assumir sobre mim a responsabilidade deste acto, aconselharia e de bom grado trabalharia para que de novo o papa, não obstante as suas abominações, sobre nós governasse (*DASS der Papst... wieder ueber uns kommen moechte*); porque é com leis severas, com justiça e com superstição que o mundo se deve reger». Vid. E. Hartmann, *Religion der Zukunft*.

(Nota do traductor).

do protestantismo, a livre interpretação da Biblia, concedida a todos os seus membros. E, emfim, nem em numero se pode qualquer das facções protestantes comparar com a multidão dos fieis da Igreja catholica; e, o que é mais, nem sequer todas ellas junctas se compararam ao numero dos fieis, que conta a Igreja de Roma.

II. NÃO TEM A APOSTOLICIDADE. — a) Não a tem quanto á *doutrina*, como já bastantemente provamos. E realmente onde está ou qual é a doutrina apostolica, que como crença se impõe a todos os protestantes? Está claro que os apóstolos não receberam de Christo nem transmittiram aos seus successores tão grande diversidade de opiniões, frequentemente contradictorias, como as que trazem entre si divididas as seitas protestantes.

b) Nem também a têm quanto *ao seu governo* ou *ministerio*. E como poderiam os fundadores do protestantismo receber a sua auctoridade dos apóstolos, elles, que se revoltaram contra os successores dos apóstolos? Bem viam Lutero, Calvino e outros cabeças da revolta a necessidade que tinham de justificar-a; e para isso inventaram haverem recebido dos apóstolos o que elles chamavam a missão reformadora; mas para elles se dizerem auctorizados a mudar ou aperfeiçoar uma obra divina não basta apenas amontoar palavras e affirmações. Até o proprio Jesus Christo julgou necessario dar provas, e muitas, da sua divina missão. Os fundadores da Reforma tinham que apresentar alguns milagres, ao menos, para perante os povos abonarem essa extraordinaria missão. Bem viu Lutero a necessidade que tinha de authenticar a sua missão com esta prova; e porisso se viu mettido numa situação muito embaraçosa; pelo que umas vezes dizia que tinha recebido esta missão do magistrado de Wittenberg, e outras appellava para a sua laurea de doutor; chegando no espaço de vinte quatro annos a, quatorze vezes, mudar de parecer sobre este ponto.

O que é verdade é que nenhum dos protestantes recebeu nem receberá jamais semelhante missão. Já vimos como os apóstolos receberam ordem expressa de ensinarem a guardar tudo quanto Jesus Christo lhes tinha con-

fiado; e S. Paulo lançou anathema contra quem quer que prégasse doutrina diferente da dos apóstolos. Fique, portanto, bem assente que foi por sua própria conta e sem sombra alguma de auctoridade que esses homens se arrogaram essa imaginaria missão, e que a Igreja tem todo o direito de lhes dizer: «Vós sois de hontem; eu não vos conheço».

Quanto aos anglicanos é coisa certa que os seus bispos nem possuem o poder da jurisdicção, nem o da ordem¹. Vimos que a jurisdicção é transmittida pela auctoridade, que della está investida e que é segundo as normas canonicas em vigor nesse tempo que se dá essa transmissão. Ora, sendo assim, a quem é que succedem os ministros protestantes? Ora quem e como é que elles receberam a jurisdicção? Não é por certo daquelles bispos, que abandonaram o catholicismo para abraçarem a Reforma; pois que, se elles houveram da Igreja romana aquella jurisdicção, não conservaram consigo os subditos, que aquella Igreja lhes havia confiado, porque ella mesma lh'os retirou, e tinha todo o direito para o fazer.

A *conclusão*, que daqui se tira, é que o protestantismo não tem *nenhuma* das notas caracteristicas, com que o Senhor marcou a sua Igreja. Não é, pois, um edificio fabricado pela mão divina para acolher os seus eleitos na sua passagem pela terra.

§ IV. — A regra de fé dos protestantes é contraria á vontade de Christo

Ha, porem, um meio ainda mais facil para se averiguar a falsidade do protestantismo, e é mostrar como a sua *regra de fé* é absolutamente inadmissivel e contraria á vontade do mesmo Christo. Arruinada assim esta *base*, rue por completo todo o edificio dos innovadores do seculo XVI.

A *Biblia* e só a *Biblia*, e interpretada segundo o

1) Veja-se a carta apostolica de Leão XIII sobre a nullidade das ordenações anglicanas (1895). Esta carta, em que o Papa dá as poderosas razões para proferir a sua sentença definitiva, põe termo ás discussões sobre o valor das ordenações anglicanas. Oxalá que os nossos irmãos transviados se sintam movidos com a ideia de que nem sequer tem sacrificio nem sacerdocio... e voltem ao centro da unidade catholica.

caprichoso modo de pensár de cada um, é que foi desde o começo, e continua sendo, a regra de fé para qualquer dos protestantes authenticos, e a unica norma para a fixação das suas crenças.

Tambem nós, os catholicos, professamos o mais profundo respeito pela Sagrada Escripura; mas esta Escripura houvemol-a das mãos da sancta Igreja, que, como infallivel que é, nos deu o *canon* ou catalogo dos livros sanctos e que tambem nos *garante* a inspiração delles. Mas, demais disto, houvemos tambem della, e, com equal veneração, recebemos a Tradição, isto é, a palavra de Christo, não consignada por escripto nas sagradas Paginas. E, emfim, rejeitando como erroneo o principio dos protestantes, que concede a cada individuo o direito para fixar o sentido da Biblia e para se constituir juiz e arbitro em quanto ao que ha de crer, asseveramos que só á *Igreja*, assistida pelo Espirito Sancto, é que compete emittir o seu veredicto sobre o *verdadeiro* sentido dos textos sagrados, bem como interpretar tambem, de um modo infallivel, a *Tradição*. Numa palavra, a nossa regra de fé é a *auctoridade* doutrinal da Igreja, ou as Sagradas Escripuras e a Tradição, a nós propostas pelo seu magisterio vivo, infallivel.

THESE. — A regra de fé dos protestantes é inadmissivel

1.º ARGUMENTO. — Esta regra de fé é contraria á vontade de Jesus Christo, e está em *contradição* com a propria *Escripura*.

1. Deveriam os protestantes, antes de escolherem essa regra de fé, certificar-se, por meio de alguns textos formaes da mesma Escripura, de que os apóstolos tinham recebido do divino Mestre *a ordem* para porem *por escripto* todos os ensinamentos, saidos dos seus divinos labios. Não o podem elles fazer. Podem, sim, do mesmo modo que nós, ler na Biblia como nosso Senhor, depois que estabeleceu a sua Igreja, dando-lhe por fundamento a Pedro e aos apóstolos, lhes disse: «Ide e *ensinae* todas as nações, mandando-lhes observar tudo quanto eu vos recommendei. Ide por toda a terra e *prégae* o Evangelho a toda a gente».

2. Deu-nos Jesus Christo o dogma, mas prégando e não escrevendo; nem consta que Elle jamais tenha exarado *por escripto* algum dos seus ensinamentos, e muito menos que exclusivamente os deixasse por escripto. « Não le-gou Christo por escripto aos seus apóstolos nem um só escripto, observa S. Chrysostomo. Mandou-lhes, em vez de livros, o Espirito Sancto. Elle é que, disse-lhes, vos ha de inspirar o que haveis de prégar ».

3. E os *apóstolos*, a quem o Senhor promettera que o Espirito Sancto lhes havia de relembrar tudo quanto Elle lhes ensinara, só fizeram o que o divino Mestre lhes tinha mandado. Foi, pois, pela *prégação* que a fé se propagou pelo mundo; e só mais tarde é que alguns delles, em razão das circumstancias, se serviram tambem da penna para ajudar por escripto a prégação oral. A maior parte, porem, delles nada deixaram por escripto, e apezar disso não deixaram de converter povos inteiros. Só por fins do primeiro seculo, uns 67 annos após a morte de Christo, é que terminou a composição dos livros do Novo Testamento. E, entretanto, ficaram porventura os fieis privados durante tanto tempo de uma regra de fé?

4. Doutrinavam tambem, está claro, por escripto, os escriptores sagrados; mas fazendo continuamente referencias ao ensino *oral* ordinario, e declarando expressamente que não apontam senão uma pequena parte dos ensinamentos dados pelo divino Mestre; e recommendam que se tenha tanto respeito pelo que elles ensinaram de viva voz como pelo que lhes dão por escripto. « Conservae, diz S. Paulo aos Colossenses, o mesmo respeito pelo que elles ensinaram de viva voz, como pelo que ensinaram por escripto ». E aos Thessalonicenses pede que conservem as *tradições*, que lhes tinham sido transmittidas ou de viva voz ou por escripto. « O que recebestes de mim deante de um grande numero de testemunhas, escreve elle a *Timotheo*, confia-o a homens fieis, que tenham aptidão para o ensinar aos demais ». E quem não sabe que foi por meio da tradição, por exemplo, que nós sabemos ter-se substituido o domingo pelo sabbado e ser valido o baptismo conferido pelos herejes? Se ha na Igreja uma regra invariavel, indicada por todos os Padres, proclamada por todos os Concilios e seguida por todos

os Doutores, é por certo a practica do preceito de S. Paulo e por elle muitas vezes repetido: « Guardae o deposito ». « Guardae, observa S. Vicente de Lerins, não o que vós descobristes, mas o que vos foi encommendado; o que recebestes dos outros e não o que vós achastes ».

2.º ARGUMENTO. — Esta regra de fé protestante acha-se desmentida pelos factos e pela *historia da Igreja*. Havia já no seu tempo, segundo affirma Sancto Ireneu, « uma grande multidão de povos barbaros, que criam em Jesus Christo, sem comtudo se servirem de papel e tinta ». Não tinham, pois, estes povos as Sagradas Escripturas e, sem embargo, como assegura o mesmo Sancto Padre, conservavam uma fé pura e intacta por meio da tradição.

Onde se viu jamais ou onde se leu que os ministros ecclesiasticos daquelles tempos ou dos posteriores se fizessem acompanhar de uma bagagem de livros e que andassem a espalhar-os pelo povo antes das suas pré-gações? Nem por outra parte era na practica facil, antes de inventar-se a imprensa, isto é, durante um espaço de quatorze seculos, quando os exemplares da Biblia eram relativamente raros e muito caros. Durante todo esse tempo não teve a maioria dos fieis outro meio de instruir-se senão o ensino oral. E não eram elles christãos?

Do que acabamos de dizer, claramente se infere que a Igreja foi fundada sem a Biblia, e que já existia *antes* da Biblia. Não foram os Sanctos Evangelhos, os Actos dos Apóstolos, as Epistolas e o Apocalypse que fundaram as comunidades christãs ou a Igreja, mas se endereçavam a comunidades *já formadas*. Com toda a razão affirmou, pois, Sancto Agostinho que não creeria no Evangelho, se o não movesse a *auctoridade* da Igreja: *Ego Evangelio non crederem, nisi me catholica Ecclesia commoveret auctoritas* »¹.

1) As cartas de S. Paulo, cuja authenticidade, integridade e historicidade se não pode pôr em duvida, bastam para nos demonstrar a preexistencia da Igreja em relação aos Evangelhos. « Havia, diz Brunetiére, uma Igreja, antes de Matheus e Marcos escreverem; e, coisa para admirar, á medida que uma exegese utrevida foi procurando approximar de nós mais a data da composição dos Evangelhos, mais inquestionavelmente foi essa exegese verificando a preexistencia desta Igreja ».

3.º ARGUMENTO. — Mas suppondo mesmo que a Biblia, interpretada como a cada um aprovesse, fosse a unica regra de fé, não poderia a *grande maioria* da gente, mesmo nos tempos modernos, alcançar a fé necessaria para a salvação, ou porque não sabem ler ou porque, absorvidos pelos seus affazeres, nem têm tempo para o fazer. E, contudo, é mister, segundo imaginam os protestantes, que cada um *por si* mesmo se certifique da inspiração dos Livros Sanctos, da sua authenticidade e integridade e da fidelidade das versões, que lhes põem nas mãos e do sentido genuino de cada um dos versiculos. Realmente, se Deus tivesse dado a Biblia aos homens como regra de fé, e se tivesse, como querem os protestantes, tornado obrigatoria para todos os christãos a leitura da Biblia, teria então tornado impossivel para a grande maioria dos homens e mormente para os pobres a entrada na sua Igreja e a salvação eterna delles. Ora, Jesus Christo deu exactamente a evangelisação dos pobres como um dos signaes caracteristicos da sua missão divina, como se pode ver em S. Lucas. (IV, 18; VII, 22).

4.º ARGUMENTO. — Sem a *auctoridade* da Igreja seria impossivel estabelecer o *canon* ou catalogo completo das Escripturas Sagradas, e apresentar á fé dos fieis um *corpo* de doutrina bem determinado e preciso. O estudo dos proprios livros, o testemunho da historia, o confronto dos codices, ou, numa palavra, a critica, não pode fixar o canon dos Livros Sanctos com a certeza, que requer um acto de fé divina. Não foi, de facto, em nome da critica que certos protestantes foram successivamente rejeitando bastantes livros do Antigo e do Novo Testamento, chegando até a negar por completo a inspiração da Biblia¹.

1) Todos sabem que os protestantes incriminam a Igreja, porque não *faculta* a todos indistinctamente a leitura da Biblia. Mas deram exactamente occasião a esta prohibição os abusos, que dos textos sagrados fizeram os valdenses e os albigenses e especialmente, depois, os protestantes, que inundaram o mundo de Bibles falsificadas; pelo que se viu a Igreja forçada a impor, em bem dos fieis, certas restricções muito atiladas ácerca da leitura da Escriptura Sagrada. Esta prohibição só se refere, note-se bem, á Biblia traduzida em *lingua vulgar*, em cuja traducção ha sempre perigo de introduzir-se o erro e de o incauto leitor ficar enganado. Prohibe a Constituição apostolica de Leão XIII (1897) a leitura (sem licença) de «todas as versões em vernaculo, mesmo as publicadas pelos catholicos, se não forem approvadas pela Sé apostolica ou edita-

A *conclusão*, que deste artigo evidentemente se tira, é que a obra dos innovadores do seculo XVI é completamente extranha á obra por Jesus Christo edificada. No artigo a seguir ao immediato veremos sobre a illegitimidade do protestantismo outra prova ainda, irresponsivel e ao alcance de todos, baseada no Primado, concedido por Nosso Senhor a S. Pedro e a seus successores. Nunca Deus prometteu a cada fiel a infallibilidade nos seus proprios juizos; a Pedro sómente, e aos que sob a sua vigilancia ensinassem, é que Elle prometteu a sua assistencia especial e inerrancia na sua doutrina. Querer que cada um dos fieis possua o que negam ao chefe dos fieis, é cair em uma contradicção manifesta.

Peçamos a Deus que faça que os nossos irmãos se lembrem *terem sido catholicos* os seus ascendentes e que se convençam de que, fazendo-se catholicos, não mudam de religião, senão que pelo contrario *voltam* a ella; os seus paes é que, ha quatro seculos, mudaram de religião, revoltando-se, para seu mal, contra a verdadeira Igreja.

ART. IV. — A EGREJA SCHISMATICA NÃO POSSUE OS SIGNAES CARACTERISTICOS DA VERDADEIRA EGREJA

OBSERVAÇÃO. — Não nos occuparemos aqui das diversas seitas hereticas, nestorianas, jacobitas ou euty-chianas, que vegetam no Oriente e que já existiam muito antes do schisma grego. Está claro que não se ha de ir encontrar a verdadeira Igreja de Jesus Christo nalguma dessas fracções religiosas, cujas origens e cujos fautores não inspiram a minima confiança, e que fo-

das sob a vigilancia dos bispos, com notas tiradas dos Padres da Igreja e de escriptores doutos e catholicos».

Ha ainda outras accusações que os protestantes, ou por pouco instruidos ou por imbuidos de certos preconceitos, nos costumam assacar; como, por exemplo, que nós somos obrigados a crer todas as extravagancias, que algum Papa quizesse publicar; que nós adoramos os sanctos, as imagens e reliquias; que para a remissão dos peccados basta receber uma absolvição qualquer; que o culto catholico consta só de cerimoniaes exteriores; que com dinheiro podemos comprár o perdão de todos os nossos peccados. Votamos ao desprezo, porque não tem fundamento algum; e são tão futeis que qualquer catholico medianamente instruido as pode facilmente confutar.

ram expressamente condemnadas pelos concílios ecuménicos, e que, além disso, carecem de unidade de fé e de communhão, andam em continuas luctas entre si, e se acham circumscriptas a umas determinadas regiões e privadas de qualquer força, que determine a sua expansão.

Nem também nos podemos referir aqui á igreja grega *unida*, completamente distincta da schismática, porque, comquanto ella tenha uma lithurgia peculiar e alguns usos disciplinares proprios della, não deixa, porem, de fazer parte da verdadeira Igreja. Sempre a Igreja auctorisou certos costumes, proprios de alguns povos, na celebração dos officios divinos e na administração dos sacramentos, quando taes costumes não estão em contradicção com algum dos dogmas da fé. Pelo que, quando o concílio geral de Florença publicou num acto solemne a reunião das duas Igrejas, determinou que «cada uma conservasse inalteraveis os seus costumes».

E, o que é mais ainda, chegou o Papa Bento XIV, a exemplo dos seus predecessores, a prohibir se passasse de um rito ao outro, e demonstrou na sua Encyclica como Roma se empenhara sempre em conservar intacto o rito oriental, e como sempre ordenara que cada um se conservasse fiel á sua propria lithurgia.

Tal foi sempre a conducta observada por Pio IX e por Leão XIII com relação aos maronitas e aos coptas. Por aqui se vê quão infundado é o receio, que sobre este ponto costuma haver entre os schismaticos, empenhados em conservar os seus antigos costumes.

RESUMO HISTÓRICO. — A denominação generica de igreja grega designa os diversos fragmentos, em que se dividiu a religião schismática, desmembrada da Igreja romana por Phocio, patriarcha de Constantinopla, no começo do seculo IX, desmembramento, que só realmente se consummou no seculo XI, por causa da ambição de Miguel Cezulario, um dos successores daquelle patriarcha (1054).

Antes de Constantino escolher Bysancio para sua nova capital, estava esta Sé episcopal dependente da metropolitana de Heracléa. Mas, assim que o grande imperador a ennobreceu com o titulo de «segunda Roma,

filha primogenita e querida da antiga», começou a ambição a brotar no coração dos seus bispos.

Empavonados com o valimento, que gozavam na corte e baseando-se, ainda que indevidamente, no terceiro canon do concílio constantinopolitano (§ 1), que conferia ao bispo de Bysancio o primado de honra immediatamente após o de Roma, não tardaram em se arrogar também o primado de jurisdicção sobre todo Oriente, o qual pertencera sempre ao Soberano Pontífice romano¹.

Pretextando que Constantinopla devia nos negocios ecclesiasticos ter um poder semelhante ao que tinha nos politicos, assumiu João o Jejuador, pela primeira vez, em 583, o titulo de ecuménico ou universal e o conservou, não obstante os protestos e adjurações de Pelagio II e de Gregorio o Grande.

Já antes, no seculo V, o Papa S. Leão tinha protestado contra a usurpação dos direitos da Igreja romana, declarando e com toda a razão que «a presença do Imperador pode dar começo a uma residencia real, mas de nenhum modo a uma Sé apostolica, porquanto nunca as coisas divinas se regulam segundo as disposições das coisas humanas»².

Está claro que se houvessem de introduzir-se alterações na ordem hierarchica da Igreja todas as vezes que ha mudanças politicas, forçoso seria dizer que Jesus Christo havia fundado a sua Igreja sobre areia move-dição e não, como Elle affirma, sobre uma rocha, que

1) Nem este canon nem o 28º do concílio de Calcedonia jamais receberam a approvação do Papa, não obstante tractar-se de um primado apenas honorifico.

2) O principio, em que se fundava S. Leão, é por tal forma evidente que ainda hoje o proprio clero de Constantinopla segue neste ponto as tradições catholicas; pois é coisa sabida que os metropolitanos de Epheso, de Nicomedia, de Heracléa e de Cysico são membros do supremo conselho do Patriarchado constantinopolitano e possuem muitos e importantes privilegios. E a razão disto é que estas cidades, presentemente simples aldeias ou casaes sem importancia, foram outrora celebres e cabeças de grandes provincias. Se fosse verdade que as vicissitudes da politica humana trazem consigo também as respectivas mudanças na hierarchia ecclesiastica, ha já muito tempo que estes metropolitanos deveriam ter cedido os seus privilegios aos bispos de Candia, de Smirna, de Thessalonica, de Rhodes e de muitas outras cidades.

Se, além disto, os gregos schismaticos fossem consigo coherentes, se o motivo allegado por João o Jejuador se apoiasse em razão plausivel, já o bispo de Constantinopla deveria ter renunciado o titulo de patriarcha universal, porquanto ha já alguns seculos que deixou de existir o imperio de Constantinopla. E não deixa de ser, por outra parte, ridiculo que continue aquelle patriarchado a ufanar-se com aquelle pomposo titulo, hoje principalmente que elle nem conta sob a sua jurisdicção um sexto dos fieis ao rito oriental.

as portas do inferno jamais conseguirão abalar. Bastaria de facto um troço de soldados ou o capricho de um soberano para arruinar pela base este edificio divino.

Não obstante a ambição sempre crescente dos bispos de Constantinopla continuou, contudo, a confirmação dada pelo Papa a ser sempre considerada como indispensavel ou pelo menos como muito importante, para o novamente eleito para o patriarchado, tanto antes como depois de Phocio, como prova da sua orthodoxia. E por isso é que nem o proprio Phocio, apesar de ter usurpado a Sé de Constantinopla, deixou de enviar uma embaixada ao Papa Nicolau I para alcançar a sua confirmação. A carta por essa occasião enviada ao Papa era perfeitamente orthodoxa; e mereceu os elogios do supremo Hierarcha; mas, apesar disso foi-lhe negada a confirmação e o usurpador foi num concilio romano excommungado. Sómente depois de uma reconciliação, seguida ainda de uma nova excommunhão, fulminada pelo Papa João VIII, é que Phocio se desmascarou e arrancou o que elle chamava o jugo de Roma. E, para dar á sua revolta as apparencias de razão, accusou os Papas de se haverem tornado herejes, porque, allegava elle, tinham permittido a addição da palavra *Filioque* no Symbolo niceno-constantinopolitano. Este protesto chegava mais de quatrocentos annos depois daquelle addição no Symbolo! addição, que os Papas ainda no tempo de Carlos Magno não tinham approvedo.

Só mais tarde, após o rompimento definitivo com Roma, é que o debate sobre a *opportuidade* da addição da palavra *Filioque* degenerou em controversia dogmatica ácerca da processão da pessoa do Espirito Sancto, pretendendo o clero de Constantinopla que o Espirito Sancto procedia sómente do Pai¹.

Continuaram as duas Igrejas a ficar unidas, depois de Phocio, até que João Cerulario recommçou as accusações assacadas por Phocio á Igreja romana e con-

1) Facil seria provar que esta processão do Espirito Sancto, tal como a professa a Igreja, foi sempre uma crença universal, o que afinal até foi authenticamente reconhecido pelos gregos no concilio ecumenico de Florença. Se num concilio reunido em Toledo (418) se addicionou a palavra *Filioque* á formula de Nicéa, foi para atalhar a heresia dos sabellianos, que negavam ser o Espirito Sancto pessoalmente distincto do Pai e do Filho.

summou o rompimento com a Igreja universal. Mais tarde ainda se realisou solememente a reconciliação num concilio reunido em Florença (1439) no pontificado de Eugenio IV; mas a má vontade do clero de Constantinopla veio a frustrar os efeitos desta reunião¹.

Espalhou-se o schisma grego pela Turquia, Grecia, Austria e Russia. Historiemos, ainda que brevemente, a introdução do schisma neste ultimo paiz, cuja grande importancia na Europa a está pedindo.

Grandemente se enganaria quem imaginasse que a Russia foi passando immediatamente para o schisma á medida que ia abraçando o christianismo, sem ter antes pertencido á verdadeira Igreja. Ainda as duas Igrejas do Oriente e Occidente estavam unidas, fazendo um todo, quando este immenso paiz definitivamente abraçou a religião *catholica*, por fins do seculo X.

Para esta conversão da Russia concorreu principalmente a princesa Olga, regente do reino entre os annos 945 e 955; mas a sua conversão definitiva e completa só se deu no reinado de seu neto, Wlademiro o Grande ou Apostolico. Mandou este zeloso principe vir *padres gregos* para que doutrinassem os povos russos nos principios da religião christã; e isto explica a influencia, que desde o principio gozou o clero bysantino sobre este seu cathechizado povo, e que *mais tarde* exerceu uma influencia decisiva em arrastar para o schisma a vasta e populosa nação.

Verdadeiramente fallando, a religião actual dos russos não se pode chamar grega, como nem tambem prusiana ou anglicana. Se no tempo, em que a Russia abraçou o schisma, houve nella um metropolitano immediatamente dependente do de Constantinopla, ha já muito tempo que ella tem quebrado os laços que a prendiam ao centro do grande schisma do Oriente.

1) Note-se que esta reunião das duas Igrejas, solememente feita e proclamada num concilio ecumenico, ainda hoje de direito subsiste. Não tendo, com effeito, nenhum outro concilio posterior abrogado este acto solenne, conserva ainda a sua validade canonica; pelo que aos olhos de qualquer grego instruido e de boa fé, o Soberano Pontifice, successor de S. Pedro, é que deve ser o chefe supremo e legitimo da Igreja Oriental, do mesmo modo que o é da Occidental.

Em 1589 foi o metropolitano de Moscou elevado á dignidade de patriarcha; mas Pedro o Grande supprimiu o patriarchado, e desde então ficou sendo a igreja russa governada pelo chamado Sancto Synodo, que funciona em nome e com a auctoridade do imperador. E deste modo, separada tanto de Roma como de Constantinopla, como de qualquer patriarchado, e intimamente sujeita ao governo autocrata, que governava as Russias, não passava de uma simples religião nacional, a que se deveria chamar moscovitismo. Chama-se ella a si mesma *orthodoxa*, o que não tem nada de admirar; porque qual é afinal a seita ou schismatica ou heretica, que não tenha a pretensão de professar a verdadeira doutrina?

Reconhecemos, porem, e de bom grado confessamos, que a igreja grega, toda ella, conservou sempre e conserva ainda intactos quasi todos os dogmas de fé, como os tinha antes da sua separação e quaes os professa a Igreja romana; no que immensamente se avantajava ás seitas protestantes. É o que evidentemente se deduz tanto das instituições mesmas desta igreja, como dos escriptos dos Padres mais respeitadas por ella, bem como das orações e canticos, que fazem parte dos seus officios e cerimoniaes do seu culto, e das practicas religiosas e das tradições do seu povo¹.

§ I. — A Igreja grega não tem unidade de crenças nem de ministerio

A. *Quanto á unidade de crenças*, para que ella exista, é mister que haja uma auctoridade, um tribunal, que decida com infallibilidade em materias de fé. Ora, a igreja grega carece de semelhante tribunal. Dir-se-ha talvez que

1) Comprazem-se os protestantes em notar, com certo ar de triumpho, a obstinação, com que os gregos prescreveram no seu schisma e no seu odio contra a Igreja de Roma. E não acabam de entender que esses schismaticos são testemunhas de accusação contra elles. Quasi todos os dogmas, que nós cremos, creem-nos tambem elles do mesmo modo que nós. E não foi certamente depois da sua separação que elles tomaram da Igreja romana esses dogmas, sendo inimigos tão ferrenhos della. Logo força é confessar que esses dogmas se conservaram sempre os mesmos, tanto para o oriente como para o occidente. E, sendo assim, a que fica reduzida a accusação, que á Igreja romana costumam fazer os protestantes de ter esta com o volver dos seculos introduzido novos dogmas nas suas crenças? E porque se não incorporaram elles então á igreja do oriente, quando se revoltaram contra a Igreja romana?

ella tem o patriarcha de Constantinopla. Mas donde e por que meio recebeu elle esta auctoridade? Jesus Christo só deu um chefe á sua Igreja; e este chefe foi S. Pedro e depois delle, como veremos, o foram os bispos de Roma. E quem é que pôde despojar estes seus successores da sua divina auctoridade, por todos reconhecida durante mais de oito seculos, para a transferir para o patriarcha de Constantinopla? Não foi de certo a escolha, que Constantino fez desta cidade para cabeça do seu imperio. A auctoridade, que a Igreja romana recebeu directamente de Jesus Christo, é tão sua que nenhum concilio a pode modificar ou alterar.

E, demais disso, o 3º concilio de Constantinopla (381), que elevou o patriarcha de Constantinopla acima dos de Alexandria, de Antiochia e de Jerusalem, só lhe concedeu o *segundo logar após o de Roma*. Ora os gregos reconhecem a auctoridade dos sete primeiros concilios catholicos.

Admittem os gregos como *norma* que, quando apparece alguma duvida, relativa á fé, é aos patriarchas reunidos em concilio que pertence decidir sobre esse ou quaesquer pontos doutrinaes. Mas, de facto, nunca essa reunião se effectuou depois de Miguel Cerulario. Surgindo duvida sobre qualquer ponto dogmatico, consultam-se os sete primeiros concilios geraes; quem, porem, ousaria affirmar que *todos* os pontos relativos ao dogma e á moral se acham expostos e resolvidos nos concilios dos primeiros seculos para todas as controversias, que houvessem de suscitar-se atravez dos seculos? Se é verdade que os sete primeiros concilios dão solução para todas as questões ventiladas, que nos citem então qual foi o concilio ecumenico, que definiu que o Espirito Sancto procede só do Pael

B. *Quanto á unidade de governo*, tão longe está a igreja grega de a possuir que até reconhece a independencia das grandes igrejas gregas e nem de fórma alguma tem pretensões a esta unidade de governo¹. Ha ou ha-

1) «A igreja orthodoxa do oriente, diz o P. Malvy (*Réforme de l'Eglise russe*), é uma confederação de igrejas autonomas, ou, como dizem, *acéphales*,

via, sim, de uma parte sujeição ou quasi servilismo dos patriarchas e bispos ao chefe do imperio turco ou a plena submissão ao Synodo russo do Czar. A este ponto baixou o estado deploravel desta outr'ora florentissima parte do rebanho de Jesus Christo. Quem poderia ver e reconhecer nesta egreja a Egreja unica e livre, fundada sobre a pedra ou Pedro, e a grei unica pastoreada por um só e mesmo pastor? Foi porventura a cada um destes principes que o Senhor disse: Apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas?

§ II. — A egreja schismatica grega não tem a' sanctidade

De bom grado admittimos que entre os milhões de schismaticos que nasceram e se educaram na egreja grega, haja muitas almas acceitas ao Senhor, pois vivem numa grande boa fé e professam quasi os mesmos dogmas que nós e tem como nós a graça dos sacramentos, o sancto Sacrificio da missa e o culto da SS. Virgem. Mas quaes são os *sanctos*, que nella se formaram após a sua separação, quantos os varões de virtudes perseverantes e *heroicas*, authenticamente provadas e dignas de figurar a par dos sanctos da Egreja romana? Por que milagres portentosos e innegaveis abonou Deus o heroismo das virtudes desses personagens, que na Russia se propõem á veneração das massas populares? Não fallemos já do abatimento e dos vicios, de que são accusados uma grande maioria dos clerigos russos. Mas, se é verdade que isto se deve attribuir á fragilidade humana, que não desacompanha os ministros do altar, era ao menos para esperar que houvesse mais cuidado por parte da auctoridade ecclesiastica e mais sérios esforços para os tirar do seu estado de ignorancia e aviltamento e para os tornar menos indignos do respeito dos povos.

que governadas por patriarchas ou Synodos nacionaes, não reconhecem outro chefe commum senão a Christo.

NOTA. Omittimos parte desta nota e a seguinte, que vêm no original, pois perderam o interesse com o novo rumo que vão seguindo as coisas da Russia.

(Nota do traductor).

§ III. — A egreja schismatica não tem catholicidade

Desde que esta pela sua revolta deixou de fazer parte da Egreja catholica, ficou localisada apenas a algumas regiões do oriente e da Russia; e nessas mesmas de nenhum modo se pode dizer que ella seja a mesma. Quanto á egreja russa, o seu mesmo nome claramente indica ser ella extranha á Egreja de Jesus Christo, porquanto nunca Elle fundou egrejas *nacionaes*, pois só quiz que houvesse um redil unico com um unico pastor.

Não obstante a area immensa daquelle paiz, nem ao menos tem a catholicidade do *numero*: Segundo a ultima estatistica orçam os eslavos schismaticos por uns cem milhões; mas, como já notamos, falta por completo a unidade religiosa para estes povos, unidos apenas por um espirito de nacionalidade por vezes levado ao extremo.

Apezar da mão forte autocrata que se empenhava em, por todas as fórmãs, impedir a erupção de novas heresias entre aquelles schismaticos, pullulavam seitas de todas as fórmãs, conhecidas pelo nome de *raskol niks*, cuja principal é a dos *staroveros* ou velhos-crentes. Contam-se por milhões estes dissidentes, que romperam com o Sancto Synodo, como já este rompeu com o patriarcha de Constantinopla, e este com o romano Pontifice. O que aconteceria, sem o poder temporal, que mais ou menos ia mantendo em equilibrio essa apparente estrutura religiosa!

Accrescentemos mais que o espirito de zelo, fundado nas palavras do divino Mestre: «Ide, ensinae», quasi não existe na egreja russa. É verdade que o procurador do Synodo apresentava annualmente ao imperador, e publicava um relatorio, em que se reservava um capitulo especial á propaganda; é verdade que o numero dos proselytos augmenta segundo se vão dilatando as raias do imperio; mas não é isto o fructo da dedicação apostolica dos seus missionarios nem do sangue dos seus martyres.

A Russia está ainda na primeira pagina do seu marty-

rologio; mas em compensação sobe a milhares o numero dos infelizes filhos da Polonia catholica, aos quaes ella desde 1762 tem procurado roubar a fé, empregando para isso toda a sorte de violencias e com uma pertinacia digna dos antigos perseguidores.

§ IV. — A igreja schismatica não tem apostolicidade

Não concorda primeiramente a *doutrina* della com a dos apóstolos, pois que tem variado. Durante os nove ou melhor, os onze primeiros seculos da Igreja catholica, creram e reconheceram tanto o oriente como o occidente o Primado do Bispo de Roma. Já hoje não admitte este dogma, logo variou de doutrina. Ensina ella, alem disto, que o Espirito Sancto só procede do Pae, e que está com o Filho; e faz consistir a distincção entre o Filho e o Espirito somente no *modo* de receberem a existencia divina, uma pela geração e outro pela processão, negando, porem, que a differença provenha da relação de origem.

Nem tambem conserva a apostolicidade de *ministerio*, porque, revoltando-se contra a legitima auctoridade, á qual durante muitos annos se conservou fielmente submissa, quebrou a cadeia que a vinculava aos apóstolos transmitindo-lhe a jurisdicção apostolica.

Ainda ha pouco um sabio catholico, Soloviev, filho do famoso escriptor do mesmo nome; dirigiu um questionario sobre nove pontos de religião, propostos a um arcebispo e por meio delle a todos os prelados da igreja oriental schismatica; o que demonstra as preoccupações e duvidas, que trazem em desassocego um bom numero de espiritos illustrados ácerca da supposta orthodoxia da igreja schismatica, e são um bom prenuncio para a sua volta á verdadeira Igreja. Num opusculo do mesmo auctor (*A ideia russa*) se pode ver uma apreciação grandemente significativa, que I. S. Aksakow, inimigo declarado da Igreja romana, fez ácerca da sua igreja. Eis como elle, depois de uma longa serie de factos comprovados, tira a conclusão do seu estudo analytico ácerca da igreja russa:

«Falta á igreja russa o espirito de verdade, o espirito de caridade, o espirito de vida e o espirito de liberdade».

Mas começa, emfim, depois de tão prolongado jugo, a raiar para a igreja russa a aurora da libertação. Comparou-se o iniciado movimento actual desta igreja com o que, com o nome de «movimento de Oxford», deixou profundamente abalada a igreja anglicana e excitou no Reino Unido um intenso movimento nas ideias religiosas, movimento a que nenhuma alma piedosa e bem formada pode ficar indifferente.

Oremos, pois, para que este povo russo, notavel pelo seu vigor, pelo seu espirito religioso, e pelo seu patriotismo, abra alfim os olhos e veja onde está a sua salvação, tanto para a sua vida social como para a religiosa; para que se convença que se não pede sacrificio algum ao seu amor proprio nacional; e que nunca os Papas pensaram, e muito menos hoje em dia, em impor-lhe os costumes disciplinares da Igreja latina. É questão apenas de soldar-se a cadeia quebrada das antigas tradições e de voltar á doutrina dos illustres Doutores orientaes, os Athanasios, os Cyrillos, os Gregorios, os Chrysostomos e muitos outros filhos queridos e obedientes da Igreja de Roma.

Ponhamos remate a esta materia com as bellas palavras de Leão XIII na sua Carta apostolica, de 20 de Junho de 1894, *aos principes e povos do universo*: «Estamos animados com a grata esperanza de que não está longe o dia, em que essas Igrejas do Oriente, tão illustres pela fé dos seus maiores e pelas suas antigas glorias, hão de voltar ao seu ponto de partida». E aos Orientaes diz: «Nada ha de natureza a vos fazer arrecear pelas consequencias desta volta (á unidade catholica), como seriam a diminuição de alguns de vossos direitos, dos privilegios dos vossos patriarchados ou dos ritos e costumes das vossas respectivas igrejas. Pois que foi e será sempre intenção da Sé apostolica que, como se costuma fazer com as mais venerandas das tradições, se observe com cada povo um grande espirito de condescendencia, e que se tenham atenções com a sua origem e os seus costumes».

ART. V. — O PRIMADO DA SÉDE DE S. PEDRO OU O PAPADO

OBSERVAÇÃO. — No capitulo seguinte, em que se tracta das prerogativas da Igreja e da sua cabeça, é que o presente assumpto mais naturalmente teria logar; tractamol-o, porem, aqui, porque o primado do pontifice romano, *só por si*, representa um signal caracteristico *suficiente* para se poder differenciar a verdadeira Igreja das seitas hereticas e schismaticas.

Mas antes de tudo é mister distinguir-se bem o triplice primado de jurisdicção, de honra e de auctoridade directiva. O primado de honra não é mais que um simples direito de presidencia, o qual de nenhum modo confere o direito de governar e nem mesmo o de dirigir. O primado de auctoridade directiva é o poder de orientar as discussões em assumptos ventilados, como fazem os presidentes das nossas assembléas legislativas. Muito outro é o primado de jurisdicção, pois que é o verdadeiro direito de governar, e possui o triplice poder: o *legislativo*, o *judicial*, e o *coactivo*.

Jesus Christo concedeu a S. Pedro um pleno direito de governar ou o direito de jurisdicção, direito, que lhe é negado pelos protestantes e pelos schismaticos.

Vamos nós, pois, provar que Jesus Christo conferiu a S. Pedro o primado de *jurisdicção*; e que em segundo logar este primado se *transmittiu* aos seus successores; e que finalmente a Igreja romana é a *possuidora* deste primado de S. Pedro.

1.^a THESE. — Jesus Christo conferiu a S. Pedro o primado de jurisdicção sobre toda a Igreja

1.^o ARGUMENTO. — É tirado das palavras que o Senhor dirigiu a S. Pedro, umas das quaes encerram a *promessa* de lhe dar o primado de jurisdicção e outras o *cumprimento* desta promessa.

A *promessa*. — Tendo Jesus Christo perguntado aos seus discipulos o que elles pensavam acerca da sua pessoa, só Pedro, em seu nome, altamente proclamou a divindade

do Senhor dizendo: «Vós sois Christo, Filho de Deus vivo». Agradou-se o Senhor com a confissão de Pedro, e porisso accrescentou: «Es feliz Simão, filho de João, pois que não foram a carne nem o sangue, que te revelaram isso, mas o meu Pae que está nos céus. E porisso eu te digo que tu és Pedro (Pedra) e sobre esta Pedra eu edificarei a minha Igreja; e contra ella não prevalecerão as portas do inferno. Eu te darei as chaves do reino dos céus». *Et ego dico tibi quia tu es Petrus et super hanc petram aedificabo ecclesiam meam, et portae inferni non praevalerunt adversus eam. Et tibi dabo claves regni caelorum* (Math. XVI).

O sentido obvio destas palavras e a sua collocação synthetica dão evidentemente a entender que não foi ao collegio apostolico, mas sómente a Pedro, que o divino Mestre dirigiu estas palavras. E nem por outra parte é crível que a Sabedoria increada se expressasse por uma forma tão confusa como no sentido, que lhe querem dar os adversarios, e mormente tractando-se de um ponto de grande importancia. Fallava o divino Mestre por forma que se fizesse entender e não de modo que as suas palavras se prestassem a quaesquer equivocos ou enganosa. Que os protestantes procurem dar outro ou outros sentidos ás palavras do Senhor não é de admirar; empenham-se em defender a sua causa, pois bem sabem que acceptando o sentido obvio do texto se ferem de morte¹.

A importancia desta questão está a pedir que lhe demos maior desenvolvimento. Note-se em primeiro logar que só a Pedro e não a outrem se podem referir aquellas palavras: «Tu és Pedro e sobre esta pedra...».

Se em latim e em portuguez esta palavra muda de desinencia e de genero, *Pedro*, *pedra*, não acontece o mesmo na lingua syro-chaldaica, a lingua vernacula do Senhor, como nem na maior parte das versões orientaes,

1) Chegam os protestantes, pelo seu principio do livre exame, a excogitar não menos de seis sentidos para um texto em si muito claro, e não só diversos, senão tão enconstrados, que se destroem mutuamente. E assim uns querem que o Senhor se dirigisse não a Pedro, mas ao collegio apostolico; outros que elle se referia a *si mesmo* nas palavras: «E SOBRE ESTA PEDRA». Bem estranha era em verdade e bem impensada ora esta recompensa dada a Pedro pela sua fé, promessa annunciada em termos tão emphaticos! E quem não vê, alem disto, que as palavras *aedificabo* o *dabo* estão intimamente ligadas tanto pelo sentido como pela particula *et*, pelo que, se um dos verbos designa a Pedro, tambem o outro o ha de designar?

em que o termo é o mesmo, e apenas se repete, como se dissessemos: «Tu és rochedo e sobre este rochedo edificarei a minha Igreja». Quanto ao grego, os melhores auctores usam tanto *πετρος* como *πετρα* para significar pedra ou rochedo. Além disto o demonstrativo «sobre esta pedra», que se encontra em todos os textos, claramente dá a entender que se trata sómente do apóstolo Pedro. E quanto ao demonstrativo *ella*, que se acha no fim do texto (contra *ella*), tanto pode referir-se a *pedra* como a *Igreja*, pois o sentido é o mesmo, já que se, segundo a promessa de Christo, o poder dos demonios não pode prevalecer contra a Igreja, é porque esta Igreja está edificada sobre Pedro, proposto pelo Senhor como fundamento para este edificio espiritual.

Mostremos agora que o Senhor prometeu realmente *plenos poderes* a S. Pedro. A base, sobre que assenta, de facto, uma sociedade perfeita, não pode ser outra senão a auctoridade suprema, que a governa. Assim como nos fundamentos de um edificio é que está baseada a sua solidez, e a união íntima das suas partes e até a sua própria existencia, assim também foi na auctoridade de Pedro que a Igreja baseou a sua unidade, a sua estabilidade e até a sua existencia; assim que nem a Igreja existiria, se não tivesse como fundamento a S. Pedro. E porisso mesmo é que onde elle estiver ou por si ou por seus legítimos successores, lá é que ha de estar a Igreja; *ubi Petrus ibi Ecclesia*, diz Sancto Ambrosio. Ora, para se conseguir o resultado, que o Senhor tinha em vista, havia esta sociedade de ser plena ou deve possuir o triplice poder, o legislativo, o judicial e o coactivo; ou, por outras palavras, devia Pedro ser investido, não só de honra, senão também, e sobretudo, de *jurisdição*. Sua auctoridade houve de estender-se a toda a Igreja, aos outros apóstolos e a todos os fieis; porque não foi uma porção da sua Igreja, que Jesus lhe deu a governar, a de Roma, por exemplo, ou a de Antiochia, mas sim a *sua* Igreja, a sociedade religiosa, que Elle fundara.

Não menos explicitas e concludentes são em favor do primado de S. Pedro as palavras, que são a continuação do texto de S. Matheus e que se endereçam só a elle. «E eu te darei as chaves do reino dos céus; e tudo o que

ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus». É coisa sabida que nas Sagradas paginas e nas linguas orientaes e até noutras, as chaves do reino designam a soberania ou supremo poder. É, portanto, vontade de Christo que este poder se exerça sobre todos os membros da sua Igreja sem excepção, tanto sobre os chefes como sobre os simples fieis, porquanto nesta como em muitas outras passagens da Biblia é a Igreja significada pelo nome de reino dos céus.

Mas, dirão, este poder de ligar e desligar, prometido só a S. Pedro, estendeu-se depois a todos os apóstolos, donde parece deduzir-se que a S. Pedro neste caso não foi concedido um poder ou alçada maior que a todos os apóstolos.

Para que se veja como é falsa esta conclusão, basta reparar-se que Jesus Christo, ao dirigir-se a S. Pedro e só a elle, e de um modo tão solenne, não lhe prometeu sómente o poder de ligar e desligar, senão também e sobretudo o escolhel-o para *pedra* e *fundamento* da sua Igreja e o *dar-lhe* as *chaves* do reino dos céus. E realmente, sendo esta promessa feita em recompensa da sua profissão de fé pessoal e em termos tão significativos, não pode deixar de ter um significado mais lato; deve indicar alguma coisa mais que a simples promessa final de ligar e desligar; e tem que referir-se ao *primado* ou pleno exercicio do poder. Poderá todo o Collegio apostolico ligar e desligar, mas não de um *modo equal* para todos. Só Pedro, o primeiro e o unico, que recebeu a promessa, é que receberá este poder *pleno* e *sem restrição*, e o exercerá mesmo sobre os demais apóstolos; e estes recebem-o-hão sim, mas secundariamente e sob a direcção de Pedro. Tal é também o ensino *tradicional*, como nol-o expressa Bossuet no seu celebrado *Discurso sobre a unidade da Igreja*, dizendo: «Era intenção evidente de Christo dar primeiramente a um só o que depois havia de estender a varios; mas o posterior não invalida o primeiro, ou o primeiro não perde o seu lugar... As promessas assim como os dons de Christo não soffrem revogação; e o que foi de vez e universalmente concedido, é de natureza irrevogavel; além de que o poder

dado a varios importa restricção, originada da partilha; mas não assim o poder outorgado a um só sobre todos e sem restricção, o qual presuppõe plenitude».

Dado, porem, que persistisse ainda alguma duvida sobre o significado das palavras de Jesus, o mesmo soberano Mestre a dissipa ao realizar a promessa.

Cumprimento da promessa. — Apareceu Jesus já resuscitado a sete dos seus apóstolos nas margens do lago de Tiberiades; e por tres vezes perguntou ao apóstolo, que tres vezes o renegara, a Pedro e só a elle: «Simão, filho de João, amas-me mais que estes?» Respondeu Pedro enternecido à estas perguntas com um triplice protesto de amor. Foi após estes protestos de amor que elle ouviu dos labios do divino Mestre estas solemnes palavras: «Apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas». É coisa sabida que o verbo apascentar em grego significa tambem reger ou governar. Assim que, foi Pedro e só Pedro o encarregado de pastorear o rebanho de Jesus; e a auctoridade lhe foi dada sobre o rebanho sem restricção alguma. E, o que é mais ainda, ao designar o Senhor a Igreja sob a figura de um *rebanho*, distingue expressamente no rebanho os *cordeiros* e as *ovelhas*, indicando pela primeira palavra os simples fieis e pela segunda os que dão a geração á vida espiritual das almas e as devem guiar e prover de alimento, isto é, os bispos e sacerdotes. E porisso é que a Pedro, como guia de *todo o rebanho*, lhe confere Jesus Christo um poder maior, o primado de jurisdicção. «Todos, diz Bossuet, ficaram submettidos ás chaves dadas a Pedro, todos, reis e vassallos, pastores e rebanhos. A Pedro é que primeiro se manda amar mais que os mais apóstolos, e se manda depois apascentar e governar a todos, cordeiros e ovelhas, filhos e mães; e até os proprios pastores, os quaes, se são pastores em relação aos fieis, são ovelhas com relação a Pedro».

O 2.º ARGUMENTO é tirado dos *factos* relatados na Escriptura. Os Evangelhos e Actos dos Apóstolos nos apresentam sempre a Pedro como o cabeça e chefe dos apóstolos, sem que nenhum delles mostre o mais pequeno

signal de protesto ou duvida contra esta sua primasia. S. Matheus, quando enumera os apóstolos, não se contenta com o nomeal-o em primeiro lugar, apesar de não ser o primeiro dos chamados pelo Senhor, senão que expressamente diz ser elle o *primeiro* no collegio apostolico. «Eis, diz elle, os nomes dos apóstolos: o primeiro Simão, que se ficou chamando Pedro». Depois de o Senhor subir aos céus, é Pedro que convoca, preside e dirige a assembléa, em que S. Mathias foi escolhido como apóstolo; foi elle quem primeiro prégou o Evangelho aos judeus, e recebeu ordem de ir baptisar Cornelio e de abrir assim as portas da Igreja á gentilidade; elle que castigou Ananias e Saphira por causa da sua mentira, e confundiu a Simão mago; elle que ante o tribunal judaico attesta o seu direito e a sua missão de prégar e que opera o primeiro milagre para confirmar a nova religião; e ainda elle é quem falla no concilio de Jerusalem, e toda a assembléa «se calou perante a sua decisão»; e, posto em prisão, attrae as attencções de toda a Igreja, que não cessa de orar por elle, até que o viu livre por meio de um portentoso milagre.

O 3.º ARGUMENTO é tirado da Tradição. Estão os *Sanctos Padres* de accordo em quanto á interpretação dos supramencionados textos como reveladores de um verdadeiro primado de jurisdicção, concedido a S. Pedro. Occupariamos muito espaço, se fossemos desenvolver como conviria este argumento; não podemos, sem embargo, deixar de allegar alguns textos, tomados sobretudo dos primeiros tempos, em que, segundo o pensar dos protestantes, a Igreja romana ainda conservava pura a doutrina de Christo, textos que nos dispensam de qualquer commentario, por serem summamente claros e explicitos. Vejamos primeiro o que diz Tertulliano. «Nada pôde occultar-se a Pedro, assim chamado, porque sobre elle como sobre pedra fundamental é que foi edificada a Igreja, a Pedro, que recebeu as chaves do reino dos céus, com o poder de ligar e desligar na terra e no céu». E noutra parte diz: «Deu o Senhor as chaves a Pedro e por Pedro á Igreja». E Origenes declara, que, se a Igreja está fundada sobre os apóstolos, Pedro, contudo, é o «grande

fundamento e a pedra mais solida sobre a qual Jesus Christo a fundou». «Pedro recebeu o poder supremo de pastorear as ovelhas». «Se bem que Nosso Senhor deu a todos os apóstolos o poder de ligar e desligar, comtudo, afim de a unidade derivar de um só, não se dirigiu senão a Pedro e só a elle, quando disse: Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ella».

Poderíamos citar também os testemunhos de Eusebio Cesariense, S. Hilario de Poitiers, de S. Gregorio Nazianzeno, de Sancto Ephrem, de Sancto Epiphanio, de S. Basilio, de Sancto Ambrosio, de S. João Chrysostomo, de S. Jeronymo, de Sancto Agostinho e de muitos outros Padres e escriptores do IV e V seculo.

Contentemo-nos só com o texto bem explicito de S. Leão Magno: «Pedro foi o unico escolhido para ser anteposto a todos os apóstolos e a todos os Padres da Igreja. É comquanto haja muitos padres no povo de Deus, Pedro os governa a todos, como Christo principalmente os governa. Concedeu a divina bondade uma grande e admiravel parte do seu poder a este apóstolo; e se quiz compartilhassem também alguma parte delle os chefes da Igreja, foi sempre por intermedio de Pedro que receberam o que ella lhes não recusou».

2.^a THESE. — Quiz Jesus Christo que este primado passasse aos legitimos successores de Pedro

Ficou esta these já provada, quando nos referimos á apostolicidade de ministerio. Apontemos sem embargo algumas razões peremptorias que dizem principalmente respeito á Sé romana.

A *forma*, que o Senhor deu á sua Igreja, só por Elle pode ser modificada; ora, Jesus Christo, ao fundar a sua Igreja, estabeleceu nella um primado; logo tem de subsistir este primado, e ninguem pode tocar nelle e muito menos supprimit-o. Mas como elle deve subsistir para sempre e não pode ser por meio de S. Pedro, que era mortal, necessariamente havia de perpetuar-se por meio de seus legitimos successores.

Apresenta-nos o texto de S. Matheus este primado também como o *fundamento* para a Igreja, a qual sem o fundamento não pode subsistir. Este primado é que effectivamente tem que manter a unidade de governo, a pureza da doutrina e a sanctidade dos costumes; pois que delle é que, numa palavra, estão dependentes a estabilidade e a efficacia da obra divina. Ora, se por uma parte o fundamento de um edificio, e mormente o desta natureza, ha de *durar tanto* quanto o proprio edificio, que segundo as divinas promessas ha de perpetuar-se até ao fim dos tempos, e se por outra parte Jesus Christo sabia que S. Pedro não devia viver sempre, forçosamente havemos de confessar que a vontade do mesmo Senhor foi que o seu ministerio e o seu primado se perpetuasse nos seus legitimos successores até á consummação dos seculos¹.

OBSERVAÇÃO. — Destas duas theses anteriores se deduz, pois, que a jurisdicção dos Papas é *ordinaria* e não limitada apenas a determinados casos; porque Jesus Christo não poz restricção nenhuma, quando constituiu a Pedro como *fundamento* da sua Igreja e como *pastor* do seu rebanho. É vontade sua que esta Igreja conserve sempre a sua estabilidade neste seu fundamento e que o rebanho não cesse de obedecer ao seu pastor. É verdade que os Papas, para maior facilidade do seu governo, não exercem de ordinario a sua jurisdicção senão sob a forma de direcção e de vigilancia, deixando aos bispos a iniciativa e a liberdade que asseguram toda a sua efficacia a uma administração em suas multiplices minuciosidades; mas nem porisso elles perdem os direitos, que lhes conferiu o supremo Pastor das almas.

1) Poderia provar-se o primado de S. Pedro e dos seus successores pelo facto ininterrupto, que se nos patenteia em toda a historia da Igreja. Por ella se veria como desde os começos da Igreja e em toda a sequencia dos annos, os factos mais positivos e os mais certos testemunhos attestam a fé inabalavel dos pastores e dos fieis no primado da Sé romana; mas não julgamos conveniente demorar-nos na exposição destes factos, que, querendo, se poderiam consultar numa innumeravel multidão de obras. Citemos só umas palavras do P. Olivier (69.^a conferencia): «Não acabarmos, diz elle, se houvessemos de citar as appellações para Roma das igrejas tanto do Oriente como do Occidente, ou para implorarem o auxilio do Papa nas luctas contra o erro, ou para alcançar delle a reintegração nas suas sés dos bispos injustamente desapossados dellas, ou enfim para o consultarem sobre pontos relativos á fé e á disciplina».

3.^a THESE. A Igreja de Roma é que possui o primado da Séde de S. Pedro

1.^o ARGUMENTO. — O bispo de Roma é o successor de S. Pedro. Sobre este ponto parece que não pode haver duvida alguma possível. É coisa certa que a Igreja catholica e só ella é que obedece aos successores de S. Pedro, o primeiro e supremo Pastor, dado pelo proprio Jesus Christo á sua Igreja. Ora, que S. Pedro residisse em Roma e nella morresse, cedendo nella a sua Séde aos seus successores, é um facto, em que a Tradição e a historia estão de tal modo concordes, e são tantos e tão claros os seus testemunhos sobre este ponto que durante os treze primeiros seculos da nossa era ninguem sonhou sequer em o pôr em duvida.

Só os valdenses e após elles, como era natural, os protestantes empenharam todos os seus esforços para negar este facto, de uma importancia capital nas suas controversias com os catholicos; assim que tanto elles como tambem os incredulos hodiernos têm empregado todas as diligencias possiveis por abalar esta verdade, fundada em testemunhos tão irrefragaveis que pelos trabalhos, a que esta lucta deu occasião, saiu ainda mais patente e manifesta a todos. Bom será, pois, dar aqui um resumo destas provas, tiradas dos mais incontestaveis documentos.

Seja a *primeira prova* tomada do testemunho mesmo do principe dos apóstolos. No fim da sua carta, endereçada aos christãos da Asia Menor, diz elle: «Sauda-vos a Igreja, que *está em Babylonia*, assim como o meu filho Marcos». Por este nome Babylonia quer elle designar aqui, assim como acontece em diversos logares do Apocalypse, a cidade de Roma, considerada pelos judeus como o centro da impiedade, á semelhança da Babylonia do Oriente, que foi o centro do captivo judeu. Foi nesta acceção que os Padres da Igreja tomaram sempre aquella palavra e este é o parecer do proprio Renan, assim como dos protestantes Grotius, Cave, Lardner, etc. Os argumentos adduzidos pelos incredulos para combater esta tradição veneranda e para demonstrar que a Babylonia da carta de S. Pedro é alguma cidade do Oriente, não são merecedores de um sério exame.

Outra prova podemos tomal-a de dois testemunhos dos primitivos tempos. S. Clemente bispo de Roma e discipulo do proprio principe dos apóstolos, escrevendo por fins do seculo I aos Corinthios, depois de referir-se ao morticínio dos christãos practicado por Nero, após o incendio de Roma, nomeia entre outros aos SS. Pedro e Paulo, e acrescenta estas significativas palavras: «Foram elles de grande exemplo entre nós; foi aqui que elles supportaram os ultrajes dos homens e soffreram toda a sorte de torturas». Depois dos Livros sagrados é esta carta de S. Clemente aos corinthios um dos primeiros documentos christãos, que até a nós chegaram¹.

Quarenta annos após a morte de S. Pedro, foi Sancto Ignacio levado preso de Antiochia a Roma para lá ser pasto das feras do amphitheatro; e, dirigindo-se por essa occasião aos Romanos lhes dizia: «Eu vos conjuro a que não tenhaes pará commigo uma piedade, que não tem razão de ser; deixae-me ser pasto das feras... Não vol-o mando eu como Pedro e Paulo; elles eram apóstolos e eu sou um simples condemnado». Estas palavras não têm sentido se não se admittir que os dois apóstolos governaram a igreja de Roma.

É certo que das origens do christianismo poucos testemunhos explicitos nos ficaram, relativos á residencia de S. Pedro em Roma; mas não é isto para extranhar, porque poucos são os documentos historicos, que dessa epocha possuímos, e esses mesmos não se iam a occupar da realidade deste facto, por ser de todos conhecido; alem de que em tempos de perseguições não vão os escriptores a preoccupar-se com questões, que para esse tempo eram futeis. Só incidentemente é que por vezes se referem á estada de S. Pedro na cidade eterna.

Uma *terceira prova* nol-a fornece a Tradição. Um seculo após a morte de S. Pedro era universal a tradição

1) S. Clemente, terceiro successor de S. Pedro em Roma, governou a Igreja entre os annos 91 e 100 ou 101; e escreveu a sua carta aos Corinthios num dos tres ou quatro ultimos annos do seculo I. Pode ver-se uma grande parte deste documento, de valor inestimavel, na importante obra de Lesfrère, *La sainte Eglise au siécle des Apôtres*. Nella se pode ver como depois procederam os demais successores, reivindicando e exercendo com direito a jurisdicção suprema, que o Senhor confiara a S. Pedro.

da estada e morte do mesmo sancto apostolo em Roma. Attesta-o o proprio Renan, quando diz: «Por fins do seculo segundo era, como todos sabem, geral em todas as Igrejas a crença de que o apostolo Pedro soffrera o martyrio em Roma». E Tertulliano, que vivia em Roma nos ultimos annos do seculo II, escrevia: «Percorrei as Igrejas e nellas encontrareis as proprias sédes occupadas em cada logar pelos apostolos. Se chegardes á Italia encontrareis Roma. Ó ditosa Igreja! onde os apostolos com a sua doutrina derramaram o proprio sangue, onde Pedro soffreu o supplicio do seu Senhor». «Se quizerdes ir ao Vaticano ou á Via Ostia, escrevia Caio, durante o pontificado de Zepherino (202-219), lá encontrareis os trophæus (tumulos) dos que fundaram esta Igreja». E noutra parte affirma que S. Eleutherio foi o decimo terceiro bispo de Roma depois de S. Pedro». Duas vezes se refere Sancto Ireneu, bispo de Lyão e discipulo de S. Polycarpo, que recebeu os ensinamentos de S. João, á fundação da Igreja de Roma pelos apostolos S. Pedro e S. Paulo, no seu livro contra as heresias. Pela mesma forma fallam S. Dyonisio de Corintho, S. Clemente de Alexandria e Origenes; e S. Cypriano, martyrisado em 258, dá o titulo de Cadeira de S. Pedro á Igreja romana. Excusado é citar os testemunhos de todos os Padres, que se lhes seguiram, pois estão todos de accordo sobre este ponto.

E tambem são concordes os mais antigos catalogos em darem o primeiro logar a S. Pedro na serie dos pontífices romanos, como são os de Sancto Ireneu, Tertulliano e Optato de Milevo; e Eusebio, que tomou a sua lista das Memorias de Hegesippo (175-187), escreve na sua historia «o primeiro, que depois de S. Pedro governou como bispo a Igreja de Roma, foi Lino; o terceiro foi Clemente».

Ainda nos fornecem *outro argumento* os monumentos antigos, as medalhas e as pinturas dos primeiros seculos. A cadeira de S. Pedro em Roma é realmente, diz Rossi, a séde de que elle se servia nas cerimoniaes sagradas e Roma a venera como uma reliquia insigne. O auctor do poema contra Marcion no começo do seculo III, refere-se á «cadeira em que o proprio S. Pedro se tinha assentado e em que tinha mandado se assentasse Lino, o primeiro»

depois d'elle. O mesmo affirma Tertulliano ácerca da séde episcopal de Pedro.

E, enfim, a esta tradição universal e constante dos primeiros tempos, nenhuma outra em contrario se lhe pode apresentar; nenhuma cidade, afóra Antiochia, se gloriará jamais de ter a S. Pedro por seu primeiro pastor; nenhum logar do mundo a não ser Roma se arrogou nunca a gloria de possuir o tumulto do principe dos apostolos. Inventaram, sim, os ebionitas e gnosticos mil fabulas ácerca de S. Pedro, mas nunca imaginaram esta de suporem noutra parte a séde do seu episcopado a não ser em Roma. E nenhum, emfim, dos muitos herejes e schismaticos, que desde os primeiros seculos até á vinda dos valdenses, ou melhor, até aos reformadores do seculo XVI, infestaram a Igreja, ousou jamais pôr em duvida a crença geral deste facto historicamente importantissimo. Notemos, porem, que estes factos da vinda e morte de S. Pedro em Roma, pela maioria dos protestantes ainda ha pouco, havidos como lendas e fabulas, são hoje quasi universalmente admittidos como factos historicos, e que para o triumpho desta verdade não pouco concorreram os protestantes, como Zahn e Lighfoot e o sabio bispo anglicano de Durham¹. Pouco faz por outra parte ao nosso caso que a *estada* do sancto apostolo na cidade eterna não tenha tido a duração, que antes se suppunha.

O 2.º ARGUMENTO, tomamol-o dos concilios geraes, que tambem representam o sentir da Igreja universal e attestam esta mesma verdade. Contentemo-nos só com citar os *quatro primeiros*, que sempre foram tidos em grande veneração e que quasi são equiparados aos Evangelhos.

O concilio de Nicea, reunido em 325, affirma expressamente que a *Egreja Romana* é que *teve sempre o primado*; e tanto se tracta aqui do primado de jurisdicção que o concilio de Sardica, um como corollario d'elle, reconhece que um bispo deposto pelo concilio de provincia tem o direito de appellar para o Papa.

1) Convem datar o martyrio de S. Pedro para o anno 64: S. Pedro parece ter sido uma das muitas victimas do morticínio após o incendio de Roma, de que Nero auctor do incendio accusou os christãos.

O segundo concilio geral reunido em Constantinopla em 381, antepõe do mesmo modo o bispo de Roma ao da cidade imperial de Constantinopla. E reunidos os bispos pela terceira vez em 431, em concilio ecumenico, declararam em Epheso que, se elles depõem o heresiarcha Nestorico, é porque são obrigados tanto pelos canones como pela carta do sanctissimo Padre Celestino, bispo de Roma. Segue-se depois o concilio de Calcedonia em 451, cujos testemunhos por demasiado longos deixamos de citar. Recordemos apenas que lida a carta de S. Leão a Flaviano, bispo de Constantinopla, exclamaram todos: «Eis a fé dos nossos paes, a fé dos apóstolos. E assim é que nós cremos e creem todos os orthodoxos. É *Pedro* que *assim falla por meio de Leão*». E porisso foi a confirmação das actas do concilio pedida ao Papa, «afim de elle pela sua auctoridade *supprir* o que convem accrescentar á de seus filhos».

Excusado é fallar dos demais concilios, cuja doutrina é em tudo conforme com a dos que citamos. É, contudo, conveniente lembrar aqui o decreto do Papa Eugenio VI, que subscreveram tanto os *gregos* como os latinos, reunidos em concilio, na cidade de Florença, em 1439, e que resa assim: «Definimos que a sancta Sé apostolica e o romano Pontifice têm o primado sobre todo o mundo; que o mesmo Pontifice romano é o successor do bemaventurado Pedro, principe dos apóstolos; que elle é o Vigario de Jesus Christo, o cabeça de toda a Igreja, o pae e doutor de todos os christãos; e que recebeu de Nosso Senhor, na pessoa do bemaventurado Pedro, os plenos poderes de apascentar, reger e governar a Igreja universal, *segundo se acha consignado nas actas dos concilios ecumenicos e nos sanctos canones*». Estas ultimas palavras do decreto são as do texto *latino*, que é o *original*, mais claro que o texto grego, e que primeiro foi subscripto pelos Padres do concilio.

Vejam, enfim, quaes são as palavras do concilio do Vaticano (cap. III da *Const. dogm. da Igreja*). Depois de haver renovado e desenvolvido a definição do concilio de Florença, accrescenta elle: «Se alguém disser que o romano Pontifice não tem senão o encargo de vigilancia e direcção e não o pleno e supremo poder de jurisdicção

sobre toda a Igreja, tanto no que respeita á fé e aos costumes, como no que diz respeito á disciplina e governo da Igreja espalhada por toda a terra; ou tambem que elle não tem senão uma parte principal deste poder e não toda a sua plenitude; ou que, enfim, este poder que elle possui não é ordinario e immediato tanto sobre todas as igrejas ou sobre cada uma dellas como sobre todos os pastores e fieis e sobre cada um delles, que seja anathema».

O 3.º ARGUMENTO, enfim, funda-se no facto mesmo de a Igreja ter desde os primeiros seculos exercido esta sua primasia, comquanto o primado não alcançasse logo e de uma só vez o seu pleno desenvolvimento. Mas é lei geral para a Igreja o desenvolver ella pouco a pouco e só correndo o tempo as energias e instituições, que no seu seio pelo divino Mestre foram depositadas. O primado houve de sujeitar-se tambem á lei da evolução lenta, a que têm de conformar-se cá na terra os organismos vivos tanto da ordem natural como da sobrenatural. Ficou primeiro embryonaria a auctoridade dos bispos de Roma, dos successores de S. Pedro; e só depois, com o volver dos tempos é que a jurisdicção espiritual sobre toda a Igreja havia de alcançar o seu completo aperfeiçoamento. Iam os bispos romanos por via de regra regulando a sua acção e intervenção segundo as circumstancias, em que se achavam e segundo as precisões de salvaguardar a unidade da Igreja ou de manter intacta a fé tradicional e as normas dos costumes.

É facil de explicar como o soberano poder dos Papas se não manifestou logo no começo tanto como se mostrou mais tarde. Este andamento dos successos está inteira e perfeitamente de accordo com os designios do divino Mestre. Quando Elle fez a solemne promessa: «E eu serei convosco todos os dias até á consummação dos seculos», bem dava a entender que o seu designio era lançar no começo as linhas geraes para a organização do reino de Deus na terra e reservar para o futuro o trabalho de construcção, a appareição de cada um dos plenos poderes e o modo de se levarem a effeito. A sua promessa garantia que este futuro desenvolvimento das instituições eccle-

siasticas se realisaria sem que em algum dos pontos essenciaes falhasse essa norma geral por Elle traçada.

É, pois, coisa certa ter havido um desenvolvimento na hierarchia ecclesiastica e na sua soberania; mas este desenvolvimento, bem como o do dogma, provêm de uma força interna que se assemelha á da tenue hastezinha do roble, que, depois de alcançar o seu pleno desenvolvimento, desafia as tempestades e a acção dos tempos.

A partir pelo menos do quarto seculo já se nos patentencia o desenvolvimento e maturidade deste poder espiritual, por occasião da lucta com os arianos. Apareceram então, de facto, bispos de Roma muito intelligentes, como Julio e Damaso, os quaes com admiração de todo o imperio souberam defender energicamente a unidade tanto do oriente como do occidente; e se mostraram incançaveis no combate ás heresias, já por meio de exhortações e preceitos formaes, já pela doutrina e pelo castigo; e não só protegeram os fieis á Igreja senão que se oppuzeram, segundo as circumstancias, ou com suavidade ou com energia ás usurpações dos poderes publicos.

Não esperou, comtudo, como diziamos, o primado do bispo de Roma até o arianismo para publicamente manifestar a sua acção, pois que é um facto historicamente certo que não só os Pontifices romanos nos tres primeiros seculos estavam plenamente convencidos da sua inteira auctoridade, senão que como tal era reconhecida por toda a Igreja. Não podemos nós aqui entrar em particularidades para provar este asserto; mas podem ver-se estas nas historias ecclesiasticas¹. Citemos apenas um facto, que bem mostra como na geração immediata á vinda do Salvador a primasia da Igreja romana era incontestada. Quando pelos annos de 96 se soube em Roma que a igreja de Corintho se achava agitada por discordias intestinas, escreveu o Papa Clemente a esta igreja uma notavel carta afim de a restabelecer na paz, carta que ainda hoje possuímos e que Ireneu de Lyão chama poderosa em suas palavras, pois restituiu a paz aos christãos de Corintho. Nesta usa o auctor não só os meios da exhortação e dos

1) Veja-se, por exemplo, *L'Histoire de Rome et des Papes* pelo P. Hartmann Grisar, S. J.; ou a 69.^a conf. do P. Olivier.

ensinamentos, senão tambem os do mando e da ameaça com consciencia de sua plena jurisdicção; e lembra aos rebeldes contra os seus legitimos superiores espirituales que foi pelo proprio Deus que esta hierarchia foi instituida, e exige imperiosamente a submissão dos rebeldes ás suas ordens, porque, diz elle, os apóstolos confiavam já os primeiros convertidos *aos bispos* e *aos diaconos* dos futuros crentes. «Deram elles, diz, a ordem que, quando os bispos e diaconos viessem a fallecer, lhes succedessem nos cargos outros homens de provada aptidão».

A *conclusão* do que acabamos de expor é que a Igreja catholica de Roma é a verdadeira Igreja, porque só ella serve de *centro* e de *fundamento* da christandade e só ella conserva a organização inicial em toda a sua integridade.

CAPITULO III

Sobre algumas prerogativas por Jesus Christo
concedidas á sua Igreja

Para que a Igreja pudesse por todo o tempo exercer a sua missão de salvar as almas era mister que o seu providente e omnipotente Fundador a dotasse de certos privilegios ou prerogativas indispensaveis a tão alto destino. Vamo-nos agora occupar de algumas dellas, convem a saber, da indefectibilidade, da auctoridade e da infallibilidade.

ART. I. — A INDEFECTIBILIDADE
DA EGREJA

A NOÇÃO DE INDEFECTIBILIDADE, tomada em sua acceção mais ampla, designa a *perpetuidade* da duração até ao fim dos tempos, por Jesus Christo garantida á sua Igreja, com a conservação da sua constituição interna e da sua forma externa e com a posse de todas as suas prerogativas. Pode, sim, a Igreja no volver dos seculos admittir mudanças *disciplinares*, exigidas pelo bem das almas; nunca, porem, ha de ficar privada de algum dos seus elementos constitutivos (seus membros, seus chefes, organismo), nem de alguma das suas propriedades essenciaes (unidade, sanctidade, etc.), nem das suas divinas prerogativas (a auctoridade, a infallibilidade).

Note-se, porem, que esta promessa da indefectibilidade feita á Igreja não se refere ás suas partes ou ás igrejas particulares, mas sómente á Igreja *universal*, por que aquellas podem falhar ou desaparecer; e esta perdurará, apesar dos naufragios, sempre indefectivel e catholica; estas falhas são compensadas por novos rebentos ou fundação de novas igrejas.

THESE. — Jesus Christo, ao fundar a sua Igreja, quiz que ella subsistisse sempre essencialmente a mesma até á consummação dos seculos.

ARGUMENTO. — Muitos textos do Antigo Testamento annunciam a perpetuidade do reino de Jesus Christo; mas os do Novo Testamento são ainda mais explicitos. Confiou o divino Salvador, como mediador que é entre Deus e os homens, á sua Igreja, e por todo sempre, os meios de salvar as almas, fructos da sua mediação; assegura que os semeadores de sizia nunca conseguirão arruinar a sua obra; declara a S. Pedro, ao propol-o para cabeça da sua Igreja: «Eu te digo que tu és Pedro (Pedra) e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas (poderes) do inferno não prevalecerão contra ella». Assegura pois por esta promessa, que, apesar de todas as contrariedades, prevalecerá a sua Igreja indefectivel.

O mesmo fim da Igreja nos demonstra isto mesmo. Destina-se ella a salvar as almas e a guial-as para o céu; ora as almas nunca hão de faltar; logo tambem não pode faltar esta Igreja para as guiar para o céu. E porisso é que o divino Salvador, quando mandou os apóstolos por toda a terra a ensinar e a baptisar, lhes assegurou que estaria com elles até á *consummação* dos seculos, e lhes prometeu a perpetua assistencia do Espirito Sancto. S. Paulo affirma que a Antiga se differença da Nova Alliança em esta haver de ser immutavel; e que o novo pacto não será abrogado e que a Igreja é a esposa de Jesus Christo indissolovelmente unida.

Os SS. Padres distinguem tres estadios na união entre Deus e os hemens: a *synagoga*, a *Igreja*, o *céu*.

ART. II. — AUCTORIDADE OU PODERES
DA EGREJA

Todos os poderes, que a Igreja exerce, estão dependentes, como outras tantas attribuições, ou do seu poder de jurisdicção, que se refere aos fieis, ou do seu poder d'ordem, que versa sobre as coisas sanctas e o culto. Já acima,

a proposito da apostolicidade, vimos como na Igreja existe uma dupla hierarchia. Alguns auctores, contudo, seguindo o Dr. Phillips, distinguem tres sortes de objectos, sobre os quaes a Igreja pode exercer a sua auctoridade, e assim propõem a divisão desta em tres poderes: o *magisterio* ou poder de ensinar; o *ministerium* ou poder de conferir os sacramentos; e o *imperio* ou poder de governar os fieis ou a sociedade christã. Para maior facilidade e clareza seguiremos esta triplice divisão.

I. — Poder de ensinar

Recebeu a Igreja do seu divino Fundador o poder de ensinar ou a auctoridade doutrinal, convem a saber, o direito e o dever de' prégar doutrina dogmatica e a moral de Jesus Christo e de a todos os homens impôr a obrigação de acceitarem esta doutrina. Contentemo-nos de apontar, ou antes, de lembrar tres razões para a demonstração.

Seja a *primeira* que, como a doutrina de Christo se não pode dar a conhecer senão pelo *ensino*, e como por outra parte a Igreja recebeu o encargo de annunciar esta doutrina, forçosamente deve ella *ter* tambem recebido o poder de *ensinar* a todos os homens. *Fides ex auditu*, diz S. Paulo.

A *segunda razão* funda-se nas muito conhecidas palavras de Christo: «Todo o poder me foi dado no céu e na terra; ide, pois, ensinae todas as nações». «Quem vos ouve, a mim ouve; e quem vos despreza, a mim despreza; mas quem me despreza, despreza aquelle que me enviou».

E, enfim, a *terceira razão* é tirada do facto mesmo, ou exemplo dos apóstolos, que, obedecendo ás ordens do divino Mestre, se dedicaram logo, após a descida do Espirito Sancto, ao ministerio da prégação. «Espalhando-se, diz S. Marcos, prégarão por toda a parte, cooperando o Senhor e confirmando-lhes a prégação com milagres, que a acompanhavam». E aos que pretendiam impedir-lhes essa prégação, faziam-nos calar com aquellas celebres palavras, classicas para os christãos, quando tinham que

defrontar-se com o poder dos tyrannos: «Devemos obedecer antes a Deus que aos homens»; ou tambem as outras: «Não podemos calar...» (Marc. XVI, 20; Act. V-29 e IV-20).

OBSERVAÇÕES. — 1. Observa a Igreja dois modos de ensino: o *ordinario*, que é ministrado pelos bispos ou por seus substitutos por elles vigiados, sob a forma de prégação, de catechismo, de magisterio theologico, etc.; e o *extraordinario*, que está confiado ao Papa e aos concilios para proclamarem algum dogma ou condemnarem algum erro. Mas não se exige a intervenção deste ensino extraordinario para que um dogma se imponha á crença dos fieis; porquanto, se assim fosse, nem, por exemplo, o dogma da sagrada Eucharistia teria sido obrigatorio antes do seculo X; e hoje mesmo nem sequer seriamos obrigados a crer o da visibilidade e o da indefectibilidade da Igreja, etc., pois que jamais foram solemneamente definidos. A Igreja nem se pode enganar no seu magisterio ordinario, constante e universal, nem tambem nas suas definições dogmaticas. As promessas feitas por Jesus Christo não fazem nenhuma excepção. Para alguém, pois, ser hereje basta que propositadamente negue algum dogma, que saiba pertencer ao ensino ordinario, formal e uniforme de toda a Igreja¹.

2. Tem, portanto, a Igreja, em razão da sua missão e dos seus poderes, um estricto *dever* de guardar o thesoiro da fé intacto e de precaver os fieis contra as doutrinas erroneas, impias e immoraes, assim como o de prohibir as leituras de livros e de jornaes perniciosos á fé e aos bons costumes. Está tambem pelo mesmo motivo obrigada a olhar pelo *ensino dogmatico e moral*, dado á sociedade por quaesquer institutos ou publicos e officiaes ou não officiaes. E ninguem lhe pode contestar este direito, porquanto se tracta de uma *sociedade christã*; e no caso mesmo de a Constituição se basear na liberdade de cultos, não pode o Estado, se realmente quer ser

1) É mister não confundir o verdadeiro ensino ordinario e de fé, que a Igreja impõe á consciencia dos fieis, com as *opiniões*, que são mais ou menos universalmente recebidas, como seriam, por exemplo, a opinião da universalidade do dilúvio, a da inmutabilidade da terra, etc.

verdadeiro respeitador da liberdade, recusar á Egreja esta vigilancia, que faz parte integrante do apostolado catholico; e deve mesmo entender-se com os superiores ecclesiasticos, ao menos quanto aos seus vassallos catholicos, afim de que elles exerçam uma vigilancia effiçaz sobre o *ensino profano*, de ordinario confiado a professores leigos; sem isto ficaria baldada tanto a liberdade, como a auctoridade da Egreja, pois que os pedagogos podem impunemente, a proposito de qualquer ponto das materias, que ensinam (historia, litteratura, astronomia, etc.) contradizer, atacar e neutralisar os ensinamentos da Egreja, os seus dogmas e a sua moral. E, emfim, com muito maior razão cabe á Egreja o direito de estigmatizar o ensino anti-religioso e atheu e o chamado ensino *neutro*, ainda no caso de ter sido o Estado o organisador delle. Deve neste caso a Egreja valer-se de todos os recursos e de todas as armas espirituaes de que, para defender os seus filhos, pode dispôr.

Bastarão estas reflexões para bem se comprehender e se justificar a attitude que a Egreja toma para com os governos, quando elles dictam leis que vão sancionar esta especie de ensino.

II. — Poder de administrar os sacramentos

O segundo poder que a Egreja recebeu do seu Fundador, foi o de regular tudo o que se refere á administração dos sacramentos, á celebração do sancto Sacrificio, ou, em geral, ao culto publico.

E, de facto, como poderia primeiramente a Egreja levar a cabo a sua *missão* de salvar as almas, se ao esclarecer o espirito com as luzes da revelação, não concedesse tambem as *forças espirituaes* indispensaveis para pôr em practica os preceitos por esta revelação impostos? Ora, é especialmente pelos sacramentos, pelo sancto Sacrificio da missa e pelo exercicio do culto que os fieis alcançam as graças necessarias para a conservação e fomento da vida espiritual na alma.

Temos ainda em segundo logar um outro argumento para demonstrar este poder da Egreja, que é a expressa

vontade do Salvador sobre este ponto. E assim, ao mandal-os ir a prégar, lhes impoz tambem a obrigação de baptisarem toda a gente; e outra vez lhes concedeu o poder de perdoarem os peccados, e na ultima ceia, depois de lhes ter dado o seu corpo e o seu sangue, lhes ordenou que fizessem o mesmo em memoria sua.

E, finalmente, que a Egreja apostolica tenha exercido este poder é coisa que ninguem pode pôr em duvida. Basta percorrer os Actos dos Apostolos e as Epistolas do Novo Testamento para facilmente se verificar que elles ou por si ou pelos seus discipulos davam o baptismo, a confirmação, a ordem ou celebravam a sancta missa, etc.

III. — O poder de governar

O direito conferido á Egreja de se governar por si confere-lhe tres poderes analogos aos que possui a sociedade civil: o poder *legislativo*, que lhe dá o direito de legislar para todos os fieis christãos; o poder *judicial*; o coactivo ou *executivo*, que põe á sua disposição todos os meios necessarios, especialmente as penas espirituaes e temporaes, para ella tornar effectiva a observação das leis impostas aos seus membros.

Geralmente não lhe negam os adversarios hodiernos o direito de ensinar e de ministrar os sacramentos; nem elles realmente se preocupam muito com isso. O que, porem, elles não podem levar a bem e o que mais porfiadamente combatem é o direito de ella se governar por si; porque bem sabem que desapossal-a deste direito ou restringir-lhe simplesmente o exercicio seria abalar profundamente a organização íntima da Egreja e tornal-a impotente para reprimir a rebeldia dos seus subditos e para repellir os ataques, ou manifestos ou encobertos dos seus inimigos.

Para elles não tem a Egreja o direito de fazer leis, de julgar os crimes, nem de punir os culpados; ou, se algum direito tem nesta materia, não o tem por direito proprio e em virtude da sua constituição, mas pelo direito de participação ou communicação do poder civil, por uma concessão benevola dos principes ou então por

um abuso originado da negligencia, das posições dubias ou connivencias dos governos.

Apontemos só brevemente algumas provas, em que se baseia este importante direito, que Jesus Christo concedeu á sua Igreja.

A *primeira prova* funda-se na natureza mesma da Igreja, que se apresenta formando uma *sociedade*. Não pode, com effeito, uma sociedade subsistir nem alcançar o seu fim se não tem o poder de se governar; porquanto, sendo muitas as vontades, forçosamente têm que ter uma direcção commum e efficaz, que lhes conjugue e uniformise os esforços para o fim commum, que se tem em vista. Ora, como ao Senhor aprouve reunir em sociedade a todos os que cressem nelle, sociedade, que, como coiza sua e destinada a um fim tão alto, tinha de ser perfeita, necessariamente a houve de dotar o mesmo Senhor com a auctoridade necessaria á realisação da sua missão. Por outras palavras, devia constituir chefes investidos do triplice poder, legislativo, judicial e coactivo; pois uma sociedade suppõe leis, e a lei suppõe o direito de julgar e de condemnar os transgressores.

Prova-se tambem esta auctoridade *pelas Escripturas*, e especialmente pelas palavras do divino Fundador, acima citadas, a proposito do primado da Igreja conferido a S. Pedro.

A *terceira prova* é tirada do procedimento dos apóstolos e da historia ecclesiastica. Logo desde o principio fizeram os apóstolos uso de todos aquelles poderes, dando leis, pronunciando julgamentos e condemnando de anathema os culpados e rebeldes, sem consultarem os poderes, que até lhes eram adversos. Leiam-se, por exemplo, os Actos dos Apóstolos (cap. XV-28) e as Epistolas de S. Paulo (I Tim. I; I cor. XI; VII e IV; e I Thess. IV) e ter-se-ha uma plena certeza deste facto. No correr dos tempos continuou sempre a Igreja a proceder como os seus primeiros chefes, os apóstolos, usando da mesma auctoridade, que estes lhe tinham transmittido, sem que a convicção e reconhecimento desta auctoridade dos seus legitimos successores jamais soffresse qualquer alteração no seio da Igreja.

ART. III. — INFALLIBILIDADE DA EGREJA

I. — A sua natureza e a sua necessidade

A sua natureza. — Ser alguém, em geral, infallivel quer dizer não poder elle enganar-se nem poder, quando ensina, enganar aos outros; e, com relação á Igreja, é não poder ella alterar a doutrina do seu divino Mestre, nem poder enganar-se sobre o verdadeiro sentido do que o mesmo divino Mestre lhe ensinou, ordenou ou prohibiu.

É verdade que só Deus é *por natureza* infallivel; mas pode Elle muito bem, por uma *providencia especial*, conceder este privilegio a outros, e proteger ou defender do erro aos que em seu nome estão encarregados de ensinar, de forma que nunca neste ensino se apartem da verdade. E foi o que Elle realmente fez.

Teria Elle podido empregar outros meios para proteger e conservar inalteraveis os ensinamentos, que Elle communicou á humanidade, como, por exemplo, fez para a antiga lei; mas a verdade é que o quiz por outro modo, que foi confiando á Igreja este encargo e dando ao seu magisterio o dote da infallibilidade, como vamos ver.

THESE. — Instituiu realmente Jesus Christo em sua Igreja uma auctoridade infallivel no seu ensino dogmatico e moral

«Foi-me dado todo o poder no céu e na terra, disse o Senhor, ao confiar aos seus apóstolos o grande encargo de irem a illuminar e salvar as almas do mundo inteiro. Ide, pois, accrescentou, e doutrinae todos os povos, baptizando-os em nome do Padre e do Filho e do Espirito Sancto, e ensinando-lhes a guardar tudo o que eu vos recommendei; e eu estarei convosco até á consummação dos seculos (Math. XXVIII). Como meu Pae me enviou, assim vos envio eu (Joan. XX). Ide por toda a terra e pregae o Evangelho a todos os homens; quem crer e se baptisar, será salvo; mas quem não crer será condemnado (Marc. XVI). E eu pedirei a meu Pae, e Elle

vos enviará um outro Paraclito, para que fique perpetuamente convosco, Espirito de verdade... (Joan. XIV). Quando vier este Espirito de verdade, Elle vos ensinará toda a verdade (Joan. XVI). Quando vier o Paraclito, que eu, da parte de meu Pae, vos enviarei, o Espirito de verdade, que procede do Pae, Elle dará de mim testemunho. E vós dareis tambem testemunho, porque estaveis desde o principio commigo (Joan. XV). Vós sois o sal da terra... Vós sois a luz do mundo (Math. V). e quem vos ouve, a mim ouve (Luc. X). Aquelle que não ouve a Egreja, seja para vós como um pagão e um publicano.» (Math. XVIII).

Por este modo de fallar se deixa ver como é *intima* a *solidariedade* do Senhor com aquelles, a quem Elle encarregou de ensinar as verdades da salvação. Prometteu-lhes Elle solemnemente a sua assistencia, sobretudo quanto ao ensino de que os encarregava, e lhes assegurou que esta assistencia havia de perdurar até ao fim dos seculos. Ora, está claro que, se os apóstolos precisaram e tiveram esta divina assistencia, não menor precisão della tiveram os que legitimamente lhes haviam de succeder na alta missão de ensinar aos povos uma doutrina pura e incompatível com o erro em assumpto de tanto momento.

Excusado será aqui appellar para a *Tradição* para confirmar esta verdade; pois que até os protestantes, que são os que sobretudo contradizem este ponto, se vêem forçados a capitular ante a sua evidencia e a confessar que desde o seculo V até Luthero foi este dogma da infallibilidade constantemente professado por todos os Padres e theologos. E, concedendo elles isto, forçosamente terão de conceder que tal foi sempre a doutrina dos quatro seculos anteriores, porque nenhuma mudança durante elles teria sido possível, sem que provocasse logo uma forte opposição por parte dos bispos, dos fieis e principalmente da parte dos herejes.

Sobejas provas nos ministraria tambem, se fosse preciso, toda a historia da Egreja e o respeito, que houve sempre pelas decisões dos concilios ecumenicos e até pelo *texto* dos quatro primeiros, o que bem mostra como foi sempre constante na Egreja a Tradição sobre este ponto.

A sua necessidade. — Accrescentemos ainda algumas considerações, que muito confirmam esta these, que acabamos de expôr, e que mostram quanto importava que Jesus Christo concedesse á sua Egreja este privilegio.

1. Confiou primeiramente o Senhor á sua Egreja a missão de ensinar a sua doutrina e de a transmittir *intacta e pura* de geração em geração. Assim que, não intervindo o mesmo Senhor por meio de continuos milagres para salvaguardar a pureza deste ensino, houve Elle de conceder á Egreja docente esta sua assistencia para a livrar do erro, ou, por outra, tornal-a infallivel em pontos de doutrina.

2. Impoz Jesus Christo, por outra parte, aos fieis, a obrigação estricta de serem tudo o que seus enviados lhes prégassem. Ora, sendo assim, que falta de providencia da sua parte, e que perigo por parte dos fieis não haveria, se, ao dar Jesus Christo este preceito, não tivesse junctamente garantido os seus enviados contra qualquer sorte de erros doutrinaes!

3. Accresce ainda que esta infallibilidade é de summa necessidade para as almas. Como se tracta de verdades religiosas, não se contenta a razão humana com qualquer grau de probabilidade, senão que exige forçosamente um ensino absolutamente *certo*. E não são sómenté os homens pouco instruidos que sentem a necessidade de um tal ensino; pois que nunca os estudos laboriosos nem os esforços sinceros, por maiores que sejam, podem suprir esta precisão. Toda a humanidade se veria abandonada ás incertezas e ao erro, a não haver em religião um magisterio infallivel; ficaria ella fluctuando incerta no que mais profundamente interessa á sua paz sobre a terra e á sua eterna felicidade.

4. E finalmente quem havia de dirimir as duvidas e controversias para salvaguardar a unidade de doutrina e de crenças? É impossivel que na Egreja não surjam de vez em quando *controversias* relativas á fé e aos costumes. A historia das heresias infelizmente nos demonstra, quão necessario foi sempre este magisterio no correr dos tempos. De que modo se haviam de resolver taes controversias, communs a todos os negocios humanos, a não haver uma auctoridade, que de um modo infallivel

as decida? A decisão, sem esta infallibilidade, não podia pôr termo á controversia e neste caso a unidade de doutrina e de crença seria uma coisa irrealizavel. Assim que, pode dizer-se que a conservação da unidade de doutrina na Igreja, durante dezenove seculos, só por si basta para provar que nella realmente existe uma auctoridade infallivel a defendel-a.

II. — Assumpto ou objecto desta infallibilidade

Não se estende a infallibilidade da Igreja a todos os assumptos, senão que se circumscreve, pelo contrario, a uns determinados limites, que resultam da sua razão de ser e que são conservação e salvaguarda do thesoiro de verdades por Deus ao mundo reveladas.

Tem, pois, esta infallibilidade por objecto: 1. O ensino das verdades reveladas, ou ellas se refiram aos dogmas simplesmente impostos á intelligencia ou se refiram aos deveres practicos impostos á vontade.

2. Tem tambem por objecto aquellas verdades, que, comquanto não *fossem* reveladas, estão tão intimamente relacionadas com as reveladas que se não poderiam pôr em duvida sem se ir, por modo de consequencia, contradizer alguma verdade dogmatica ou moral da religião. O mesmo se diga dos *factos dogmaticos*, e, em particular, que tal ou tal escripto condemnado pela Igreja contenha erros, que ella julgou dever condemnar, pois que, a não ser assim, tornar-se-hiam as condemnações illusorias.

OBSERVAÇÃO. — Não provém a infallibilidade de uma inspiração propriamente dicta nem de uma nova revelação, mas sim de uma *assistencia especial*, concedida ou ao episcopado em união com o Papa ou só ao supremo Pastor para bem comprehenderem e exporem a doutrina por Jesus Christo revelada. Precisando mais o assumpto, é bom que se note não presuppôr esta infallibilidade necessariamente uma moção interna miraculosa sobre aquelle ou aquelles que della são dotados; é simplesmente uma garantia que Deus, cuja providencia governa a Igreja, se digna conceder-lhes para impedir que ensinem authenticamente uma doutrina, que esteja maculada de

erro. E não só esta prerogativa não inutilisa as investigações, as controversias e as diligencias humanas, senão que as suppõe e as exige. É como se o divino Mestre dissesse aos seus representantes: Eu estarei convosco nas vossas diligencias e empenho em precisar bem a verdade, de modo que nunca proclameis decisão alguma, que não esteja de accordo com a verdade. E assim é que sómente depois de empregar todos os meios indispensaveis para não proceder com temeridade, sómente depois de ter cuidadosamente explorado as duas fontes da revelação, a Escripura e a Tradição, é que a Igreja ou o Papa declara revelada uma verdade até então implicitamente encerrada no thesoiro da revelação¹.

III. — Possuidores desta infallibilidade

I. INFALLIBILIDADE DA EGREJA DOCENTE. — Dizer-se que a Igreja docente é infallivel equivale a dizer-se que o corpo dos seus pastores, unidos ao Papa, cabeça de toda a Igreja, é infallivel, ou elles se achem reunidos nas assembléas solemnes de um concilio ecumenico ou se achem dispersos pelo mundo.

Para que um concilio geral seja ecumenico, deve ser convocado ou approvado como tal pelo Papa, a quem pertence presidil-o, ou pessoalmente ou pelos seus delegados. E embora um concilio fosse pelo Papa convocado e approvado, se este cabeça da Igreja, se viesse depois a separar delle, ficaria o concilio acephalo e sem auctoridade nenhuma; pelo que, se obstinasse a continuar os seus trabalhos, não passaria de um *conciliabulo*.

II. INFALLIBILIDADE DO ROMANO PONTIFICE. — Quando o summo Pontifice falla como chefe da Igreja e com a plenitude da sua auctoridade doutrinal, possui elle só *por si* a mesma infallibilidade que a Igreja docente ou corpo moral de todo o episcopado. Assim o creu sempre a Igreja no correr dos seculos, e o proclamou o con-

1) A infallibilidade é coisa inteiramente diversa da impecabilidade, que consiste em não poder alguém commetter peccado, privilegio, que foi concedido á SS. Virgem e não a S. Pedro nem aos seus successores.

cilio do Vaticano como dogma de fé nos seguintes termos: «Ensinamos nós e estabelecemos ser um dogma divinamente revelado que quando o romano Pontífice falla *ex cathedra*, isto é, quando, exercendo, por virtude da sua suprema auctoridade apostolica, o seu cargo de Pastor e de Doutor de todos os christãos, define que uma doutrina sobre a fé e os bons costumes deve ser professada por toda a Igreja universal, está dotado, pela assistencia divina, que lhe foi promettida na pessoa do bema-venturado Pedro, desta infallibilidade, de que o divino Fundador quiz que fosse possuidora a Igreja, quando define uma doutrina sobre a fé e os bons costumes; e taes definições, são por consequencia inalteraveis por si mesmas e não em razão do consentimento da Igreja. Se alguém, o que Deus não permita, tiver a temeridade de contradizer esta definição, seja anathema»¹.

Apontemos sómente algumas provas, em que se baseia a doutrina do concilio.

THESE. — Quando o Soberano Pontífice falla *ex cathedra*, isto é, como chefe da Igreja, e com a plenitude da sua auctoridade doutrinal, tem o dom da infallibilidade.

O 1.º ARGUMENTO é tirado dos Evangelhos de S. Matheus, S. João e S. Lucas. «E eu te digo, affirma o Se-

1) Esta definição veio pôr termo aos erros do chamado gallicanismo. Desde Gerson tornara-se a Sorbona de Paris notoriamente desfavoravel á doutrina da supremacia absoluta do Papa sobre toda a Igreja. Estas opiniões, bastante espalhadas entre o clero francês, tomaram a forma de um systema politico-religioso no reinado de Luiz XIV. Deram occasião a isto as questões entre a corte de Roma e o rei de França, o qual convocou um concilio, em que se emittiu uma declaração formulada em quatro artigos dos quaes o ultimo dizia: «Ainda que o Papa tenha a principal parte nas questões de fé, e os seus decretos digam respeito a todas as igrejas e a cada uma em particular, contudo o seu juizo não é irreformavel, e não ser que intervenha o consentimento (expresso ou tacito) da Igreja». Este artigo jamais teve valor algum doutrinal; só 34 dos 135 prelados assignaram esta declaração, e os demais negaram-lhe o seu assenso ou combateram-no com vigor e com uma logica irresistivel. O Papa Innocencio XI desaprovou-o solemnemente e cassou e annullou todos os actos desta assembleia, o que depois mais expressamente confirmaram os Papas Alexandre VIII e Pio VI. Os proprios signatarios da declaração desdisseram-se depois, e Bossuet renunciou a defesa della, e até Luiz XIV se submetteu, suspendendo o decreto das novas leis ecclesiasticas. Não se extinguiu, porém, de todo o erro gallicano, e reapareceu com certa virulencia por occasião do concilio do Vaticano, para alli levar o golpe de morte. Depois da definição dogmatica submetteram-se todos, tanto antinfalibilistas como inopportunistas, e, com raras excepções, acceitaram com inteira submissão o decreto, dando assim ao mundo o espectáculo, frequentemente renovado, do maravilhoso poder e da indestructivel unidade da unica e verdadeira Igreja de Jesus Christo, a Igreja catholica de Roma.

nhor, que tu és Pedro (Pedra) e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja; e as portas do inferno não prevalecerão contra ella» (Math. XVI). Destas palavras se deduz que, tendo o Papa como um dos principaes encargos ensinar as verdades reveladas por Jesus Christo, forçosamente tem que ser infallivel. É nelle que de facto se fundamenta, e toda inteira, a Igreja, como sobre uma base inabalavel, destinada a manter-lhe a perpetuidade, com que Christo a dotou. E já que Elle quiz a sua Igreja infallivel no seu ensino, e esta infallibilidade se baseia no fundamento, como é que Elle havia de permitir que este fundamento ficasse sem estabilidade?

«Apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas», disse outra vez o Senhor (Joan. XXI). Estas palavras dirigidas a Pedro, e só a elle, conferem-lhe o direito de apascentar os cordeiros ou os fieis, e as ovelhas, que espiritualmente os geram; e portanto, em geral, todo o rebanho ou toda a Igreja. Possui, pois, Pedro uma auctoridade plena e, por conseguinte, dotada de todas as prerogativas della, uma das quaes é a infallibilidade.

Pediu Jesus, e efficientemente, está claro, para que a fé não viesse a faltar em Pedro (Luc. XXII) e para que elle a confirmasse nos seus irmãos.

E como esta promessa a Pedro foi feita como a Primaz da Igreja, segue-se que nunca a fé de Pedro ou do Primaz da Igreja virá a falhar e assim ha de desempenhar a sua missão de confirmar nella os seus irmãos.

O 2.º ARGUMENTO funda-se na Tradição. Se a Escripura não deixa duvidas sobre este ponto, mais explicita é ainda talvez a Tradição, de que poderíamos citar grande numero de textos, que por brevidade omittimos¹.

Notemos só um facto, por si decisivo nesta materia, e vem a ser que *nunca* os soberanos Pontífices deixaram de valer-se desta prerogativa para só por si e pela auctoridade, que lhes é propria, sem convocarem concilio geral, condemnarem as heresias por todo o mundo; e as suas decisões foram sempre havidas por infal-

1) Vid. *L'Infallibilité* do card. Dechamps; P. Olivier, conf. 73.

liveis pela Igreja inteira. *Roma locuta est, causa finita est*, disse em termos equivalentes Sancto Agostinho. E já antes d'elle Sancto Ambrosio proferira a celebre sentença: *Ubi est Petrus, ibi Ecclesia*; onde está Pedro, está a Igreja¹.

IV. — Condição requerida para haver infallibilidade

Acabamos nós de ver em quem está a infallibilidade e os requisitos para um concilio ser ecumenico, e portanto infallivel. Vejamos agora em que *circumstancias* é que o Papa é infallivel, ou *quando* o seu ensino está isento de erro. E para isto consultemos os termos de que para a sua decisão se serviu o proprio concilio de 1870.

Para, segundo o mesmo sancto concilio, o Papa fallar *ex cathedra*, requer-se *primeiramente* que elle use da sua auctoridade suprema e falle como cabeça de toda a Igreja; e, em *segundo logar*, que elle tenha intenção de *definir* como dogma, de um modo irrevogavel e para toda a Igreja, intenção, que se manifesta ou pelos termos mesmos que emprega, servindo-se, por exemplo, do termo proprio *definimos*, ou por fulminar de anathema a doutrina contraria, ou tambem pelas *circumstancias* em que falla.

Falla, em summa, o Papa *ex cathedra*, todas as vezes que manifesta a sua intenção de obrigar a todos os fieis a abraçarem o que elle ensina em materias de fé ou de moral.

Daqui se deduz que a infallibilidade não tem nada

1) Desejar-se-ha talvez saber como é que pôde surgir o gallicanismo. O proposito de uma verdade tão solida e universalmente admittida por todos. Isto respondemos que os motivos politicos concorrem não pouco para obscurecer as intelligencias muito bem prendadas; e demais disto os gallicanos partiam de uma hypothese falsa e absolutamente *inadmissivel*. Suppunham o Papa por uma parte fallando, e pela outra a Igreja inteira pensando o contrario; e não podiam comprehender como a decisão de um só, o Papa, pudesse prevalecer contra o parecer de todos. Mas esta hypothese era irrealisavel, porque a definição do Chefe da Igreja não pode ser senão a expressão da *crença* sempre *duradora* da Igreja. E assim, quando se tractou de definir o dogma da Immaculada Conceição de Maria, foi a Igreja universal consultada acerca desta crença, e pela voz dos seus pastores respondeu que cria na Conceição Immaculada de Maria. Um só bispo não mostrou contrario; mas apressou-se a reconhecer-o como dogma no dia immediatamente á sua definição.

que ver com as opiniões, os escriptos e actos do Papa como homem particular. E porisso nem as suas allocuções ás deputações, que se lhe apresentam, nem os breves, que elle endereça a particulares, são actos *ex cathedra*, como nem tambem outros actos doutrinaes, que são de um alcance restricto e revogavel.

Accrescentemos mais que a infallibilidade não se estende senão á *definição*, e não a quaesquer preambulos, ou argumentos biblicos, philosophicos, historicos, que de ordinario formam os considerandos das declarações doutrinaes.

ART. IV. — FONTES DO ENSINO ECCLESIASTICO

Confiou Deus á Igreja catholica o cuidado de guardar intacto o thesoiro das verdades reveladas e de as legar, sem mistura de erros, á humanidade durante a successão dos seculos. Mas onde se encontram estas verdades? «A revelação sobrenatural, diz Leão XIII na Encyclica *Providentissimus*, está, segundo a fé da Igreja universal, encerrada tanto nas *tradições não escriptas*, como nos *livros*, que se chamam *sanctos* e *canonicos*, porque, escriptos sob a inspiração do Espirito Sancto, tem a Deus por auctor e foram como taes confiados á Igreja catholica». Eis as duas fontes puras dos ensinamentos doutrinaes da Igreja.

Parece, porem, conveniente, attendendo sobretudo aos tempos que correm, explicar antes o que se entende por inspiração dos *Livros Sagrados* e por *Tradição*.

I. — A Inspiração

Vem na Encyclica *Providentissimus* definida a inspiração nos seguintes termos: «Moveu o Espirito Sancto e excitou os auctores sagrados a escrever; assistiu-lhes com uma graça sobrenatural enquanto escreviam; de sorte que houveram de conceber exactamente, e expôr fielmente, e expressar com infallivel precisão o que Deus lhes queria fazer dizer e só isso; sem isto não poderia Elle ser chamado o auctor das Escripturas».

Consiste, pois, essencialmente a *inspiração* numa moção divina, que faz escrever; e é inteiramente diferente da *revelação* que descobre ao homem uma verdade para elle desconhecida. O impulso para escrever faz expôr as ideias; estas podem já ser conhecidas do escriptor; e podem ser extractadas de documentos, que elle resuma ou copie. Assim se explica acharem-se nas sagradas paginas documentos, extractos tomados das legislações anteriores ou de fontes profanas.

São sem embargo estas ideias imputaveis a Deus, porque a veracidade divina se responsabilisa por ellas *segundo a medida* com que o auctor as *apropria* e *as toma* sob a *sua responsabilidade*. Se o escriptor é um *simples relator* dos factos e das ideias que expõe, só o *acto* de expressar estes factos e ideias é que é de *inspiração divina*; mas taes factos ou ideias já não são por Deus garantidos. Quanto ao sentido mais ou menos estricto em que se deve tomar o que diz o auctor, havemos de olhar ao *genero* de *estyllo* por elle adoptado. «Deve-se ter presente, observa a supracitada Encyclica, que a Escripura se refere por vezes a phenomenos naturaes numa linguagem metaphorica e olhando só ás apparencias, que elles teem, sem ir mais alem dellas».

Ha na Biblia passagens obscuras; o que é mister é elucidal-as. «O que, porem, em nenhum caso se permite é restringir-se a *inspiração* só a certas partes dos Livros sagrados ou imaginar que o escriptor sagrado se enganasse».

Inadmissivel é, pois, o limitar a *inspiração* só aos pontos de fé ou dos costumes. «Todos os Livros sagrados e como taes recebidos no Canon da Egreja, cada um delles e cada una das suas partes foram escriptos sob a direcção do Espirito Sancto; e não só nenhum erro se pode sobrepticamente introduzir sob *inspiração divina*, senão que esta só por si o exclue e necessariamente o rejeita. Assim tem que ser, por ser Deus a mesma verdade e não poder por forma alguma ser auctor de qualquer erro». Assim se exprimem os concilios de Florença, de Trento e do Vaticano. Convem, comtudo, notar que o sentido da palavra *partes* não foi de nenhum modo precisado pelo texto destes concilios.

Importa pouco para a veracidade de Deus o ter Elle confiado a expressão do seu sentir a escriptores humanos, pois a sua assistencia nos garante a exactidão na redacção delles. O auctor inspirado não é senão um instrumento nas mãos de Deus; mas é um ser humano, dotado de *entendimento* e de *vontade*, ao qual Deus não tira esta dupla faculdade, senão que lhe permite conceber *a seu modo* o pensamento divino, que lhe é communicado, e escolher o *modo*, que mais lhe convem, para o exprimir. Sempre o escriptor sagrado expressará fielmente o pensamento divino; dictar-lhe-ha Deus por vezes até as palavras, com que ha de exprimir o pensamento divino, mas, de ordinario, tanto as palavras como a disposição dos assumptos, o *estyllo* e o modo de apresentar as ideias parecem antes ficar confiados á escolha do homem.

Todos os Padres e Doutores, continua Leão XIII, estiveram sempre persuadidos que as sagradas paginas, taes como foram compostas pelos seus auctores, estão absolutamente limpas de qualquer erro; e tanto que, quanto ás numerosas paginas, que parecem encerrar coizas ou contrarias ou desacertadas (são as mesmas que hoje se soem impugnar em nome da nõva sciencia), sempre elles se esforçaram, com intelligencia não menor do que com respeito, em as pôr de accordo e as harmonisar entre si; e unanimemente creram que estes livros, tanto no seu todo como em cada uma das suas partes, eram egualmente obra da divina *inspiração*; e que sendo o proprio Deus quem fallou pelos auctores desses livros, nada pôde enunciar que seja contrario á verdade.

«Quanto a mim, escrevia Sancto Agostinho a S. Jeronymo, confesso á vossa caridade que aprendi, entre todos os livros, a ter um tal respeito e uma tal honra ás Escripuras, chamadas canonicas, que firmemente creio que nenhum dos seus auctores commetteu algum erro ao escrever. E, se nas sagradas paginas encontrasse alguma coisa, que me parecesse contraria á verdade, não hesitaria em affirmar que ou o manuscrito está errado ou o traductor lhe não alcançou o sentido, ou então eu é que o não comprehendo»; ou, acrescentemos, o auctor se não apropriou o erro de que se tracta e o não deu como verdade.

E, quanto aos textos bíblicos, têm elles porventura um sentido por vezes difficil de descobrir?

O proprio S. Pedro, referindo-se ás Epistolas de S. Paulo, confessa haver nellas passagens *difficilis* de entender: *in quibus sunt difficilia intellectu*. O mesmo se poderia dizer de varios livros inspirados. Mas seguir-se-hia dahi que a Escripura é inintelligivel? De nenhum modo. «A lei do Senhor é luminosa e illuminante: *præceptum Domini lucidum, illuminans oculos*, diz o psalmista. Innumeros são os textos de um sentido inteiramente claro. Não se precisa d'uma solemne definição da Igreja para se entender o sentido das palavras. «Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração e com todas as tuas forças». Nem tambem é preciso recorrer ao magisterio infallivel da Igreja para se estar certo que S. João affirma no principio do seu Evangelho que Christo é Deus, ou que S. Paulo exalta a caridade a ponto de a olhar como a rainha das virtudes. E o mesmo se diga de infinitas outras passagens dos Livros sanctos.

Quanto aos logares obscuros da Biblia é a Igreja que se ha de ir pedir o sentido delles ou á sua interpretação tradicional. A exegese é muito antiga. Menosprezar os trabalhos, em que tantos commentadores exercitaram as suas intelligencias e mostraram o seu saber, seria revelar uma grande curteza de vistas. «É mister não esquecer, diz a Encyclica *Providentissimus*, que um grande numero de homens doutos, pertencentes, sobretudo, ás ordens religiosas, se deram com muito afinco aos estudos bíblicos no tempo que decorreu entre os concilios de Vienna e de Trento. Aproveitando os novos recursos e acrescentando-os com o contingente da sua erudição e talento, não só augmentaram o cabedal legado pelos antigos, senão que prepararam de algum modo o caminho para os adeantamentos, que se deram no seculo immediato ao concilio de Trento, epocha, em que pareceu resurgir a dos Padres. O que é grandemente indesejavel, é ignorar ou postergar os excellentes trabalhos que os nossos maiores nos legaram e dar a preferencia aos heterodoxos».

II. — A Tradição

Applicam os theologos este termo ou ao conjunto de *verdades* e *preceitos* a principio communicados de *viva voz* pelos apóstolos, e por isso se diz. «o deposito da tradição apostolica», ou simplesmente ao *proprio facto* da transmissão successiva destas verdades ou preceitos, pelo que se costuma dizer: «tal ponto dogmatico ou moral verifica-se por meio da tradição»; ou designa, emfim, essas mesmas verdades ou preceitos emquanto nos são em seu complexo *transmittidas*, de geração em geração, *desde o tempo dos apóstolos até nós*, e é nesta accepção que nós aqui tomamos este termo.

Entre as verdades só attestadas pela tradição e não explicitamente encerradas na Escripura, poderíamos citar, por exemplo, a Assumpção da SS. Virgem, e a validade do baptismo conferido pelos herejes com a materia e forma requeridas.

Muitos são os meios pelos quaes podemos remontar-nos ás fontes apostolicas; como, por exemplo, a liturgia sagrada, os monumentos antigos, a crença universal e constante da Igreja e, sobretudo, as obras dos sanctos Padres.

Para que o testemunho dos Padres e Doutores seja tido como fonte segura das verdades reveladas é mister que as verdades, que elles nos transmitem, nol-as apresentem como ensinamentos da propria Igreja e como fazendo parte das que os fieis hão de crer: *in rebus fidei et morum ad ædificationem doctrinæ christianæ*, dizem os concilios de Trento e do Vaticano. E só assim é que este ensino goza de auctoridade, porque representa ou expressa o magisterio da Igreja, que de Jesus Christo recebeu o dom da infallibilidade no que respeita á fé e aos costumes.

Bom será ter-se presente que ha uma grande differença entre a *tradição dogmatica* e as tradições meramente *historicas*. A que na historia se chama tradição, pode ser uma fonte de verdade muito suspeita, pelo que tem de ser muito cautelosa a critica no exame dos titulos que uma tradição tem para se impôr á consideração

do historiador. Fal-o a critica subindo ás origens dessa tradição; pelo que, se com provas innegaveis ella verificar estar essa tradição em desacordo com a realidade dos factos, mercidamente a desapossa dos direitos á nossa crença.

Theologicamente fallando, ou com relação ás verdades dogmaticas e moraes, possuidas pela Igreja numa determinada epocha, o caso é muito outro; porquanto nos é licito affirmar virem essas verdades por vias mais seguras e terem ellas sido fielmente guardadas pela Igreja, legitimamente escolhida como depositaria do thesoiro da revelação.

III. — Regra da fé catholica

Para uma regra de fé merecer este titulo deve ella servir de meio seguro para qualquer homem alcançar, sem perigo de errar, o conhecimento de todas as verdades necessarias á salvação, e para junctamente resolver quaesquer controversias que possam suscitar-se a respeito dellas.

A regra de fé que nós, os catholicos, temos nos permite alcançar este duplo resultado. Conseguimol-o mediante os *ensinamentos da Igreja*, fundada por Jesus Christo e por Elle dotada de infallibilidade doutrinal e encarregada de nos transmittir todas as verdades reveladas, hauridas na fonte pura da Palavra divina, tanto escripta como fallada, e pela mesma Igreja interpretada e guardada.

Referindo-se a esta regra de fé, expressa-se deste modo o concilio do Vaticano: «É preciso crer com uma fé divina e catholica todas as verdades encerradas na palavra de Deus tanto escripta como fallada, verdades, que a Igreja ou por juizo seu ou por seu magisterio ordinario e universal nos propõe para as cremos como divinamente reveladas» (Const. de fide cath.).

Por meio deste ensino vivo, infallivel e perpetuo, já o homem facilmente pode conhecer, de um modo seguro e sem perigo de errar, a verdadeira doutrina ensinada por Jesus Christo.

Muito outra é, como já vimos, a regra de fé seguida pelos protestantes: «Biblia e só a Biblia, interpretada

como a cada individuo parecer», regra que de nenhum modo pode constituir um meio seguro e infallivel.

ART. V. — RELAÇÕES ENTRE A EGREJA E O ESTADO

Concedeu Jesus Christo á sua Igreja todos os poderes necessarios á consecução do seu fim; e os homens, se querem salvar-se, não podem esquivar-se a fazer parte della e a obedecer ás suas leis. E, sendo por outra parte o homem um ser social, faz tambem naturalmente parte de uma sociedade civil, a qual de Deus recebeu tambem os poderes necessarios á realisação do seu fim, e com todo o direito tambem exige obediencia ás suas leis.

Sendo, portanto, duas as sociedades formadas pelos mesmos membros, importa muito saber quaes as relações que, segundo a vontade de Deus, as duas sociedades hão de ter entre si; ou, por outras palavras, devem conhecer-se bem os direitos e os deveres reciprocos entre a Igreja e o Estado.

Acham-se elles admiravelmente expostos por Leão XIII, na sua encyclica sobre a *Constituição christã dos Estados*. Citemos algumas das suas passagens, e depois resumiremos esta doutrina em algumas theses. Ficarão por este modo bem claras as ideias relativas a esta questão, hoje sobretudo de grande momento, porque ha actualmente um grande empenho em pôr obstaculos ao exercicio da auctoridade ecclesiastica e em a subordinar aos poderes civis.

«Repartiu Deus, diz Leão XIII, o governo do genero humano entre dois poderes, o ecclesiastico e o civil, de modo que um haja de velar pelas coisas divinas e outro pelas coisas humanas. Cada um delles é soberano em sua esphera de acção, e cada um delles se acha circumscripção a uns determinados limites, perfeitamente marcados em conformidade com a natureza e o fim peculiar a cada um delles. Cada qual exerce, pois, *jure proprio*, a sua acção dentro da sua propria esphera.

«Exercendo-se, porem, a auctoridade dos dois poderes sobre os mesmos subditos, pode dar-se o caso de

uma e mesma coisa, se bem que por titulo differente, mas sempre uma e mesma coisa estar dependente da jurisdicção ou juizo de um e outro poder... É por consequente necessario haver entre os dois poderes um plano systematico de relações bem regulado, que de algum modo se assemelhe ao que no homem se acha constituido pela união da alma com o corpo. Não se pode fazer uma ideia exacta da natureza e força destas relações, se não se tiver presente a natureza de cada um destes dois poderes, e se não se avaliar bem a excellencia e nobreza de cada um dos seus fins; pois que um tem em mira occupar-se directa e especialmente dos interesses terrestres, e o outro tem em vista os bens celestes e eternos; assim que tudo quanto nas coisas humanas é, por algum titulo, sagrado, tudo quanto se relaciona com a salvação das almas e com o culto d'ivino, quer por sua natureza, quer em relação ao seu destino, tudo isto é da alçada da auctoridade ecclesiastica. Quanto ás coisas, que são da ordem civil ou politica, é justo que ellas estejam sujeitas ao poder civil, porquanto Jesus Christo recommendou que se dêsse a Cesar, o que era de Cesar e a Deus, o que era de Deus».

E já antes, na encyclica *Diuturnum illud*, tinha dicto Leão XIII: «Declara e reconhece a Igreja que tudo o que pertence á ordem civil está sob a dependencia e suprema auctoridade dos principes. Nas coisas, porem, que são, por titulos differentes, tanto da alçada do poder religioso como da do poder civil, quer ella que exista um accordo mutuo, mediante o qual se evitem as mutuas dissensões, a ambas as partes funestas».

THESE. — O poder ecclesiastico e o poder civil, a Igreja e o Estado são, cada um em sua esphera de acção, independentes e soberanos.

I parte da these: INDEPENDENCIA DO PODER ESPIRITUAL

O 1.º ARGUMENTO funda-se na excellencia do fim, que a Igreja se propõe. Ninguem dentre os catholicos ou christãos ousará negar a Jesus Christo o direito de confiar a uma sociedade diversa da civil a gloriosa missão

de promover, por meio da verdadeira religião, a salvação eterna dos homens. E não é Elle de facto o Senhor soberano de todas as coisas? não affirmou Elle ter, emquanto homem, recebido todo o poder no céu e na terra?

Ora foi exactamente deste direito que o Senhor se serviu para instituir a sua Igreja. «A ella e não ao Estado, diz Leão XIII na encyclica *Immortale Dei*, é que pertence guiar os homens para as coisas celestes, e a ella é que Deus impoz o preceito de conhecer e resolver tudo quanto tem relação com a religião, assim como de ensinar a todas as nações, de dilatar o mais possivel as fronteiras do nome christão, e de, numa palavra, administrar sem peias e completamente á vontade quaesquer interesses christãos». A sociedade civil tem, pelo contrario, como fim proprio e directo olhar pelo bem-estar e pela segurança do homem cá na terra, auxiliá-lo na conservação e desenvolvimento da sua natureza na ordem physica e intellectual. Já deste simples confronto se deduz quanto o fim da Igreja se avantajá ao do Estado, pois é tanto mais alto quanto o céu é superior á terra e a eternidade é superior ao tempo. Consulte-se o bom senso apenas, e digam-nos se será razoavel que uma sociedade destinada a um fim tão alto possa ficar dependente de outra, que tem um fim muitissimo menos importante! Não será justo que o fim que é a razão de ser e a medida do valor, que têm todas as sociedades, seja o que assignale a cada uma o respectivo campo de acção? «Como o fim da Igreja se avantajá incomparavelmente a quaesquer outros, observa Leão XIII, assim tambem a sua auctoridade se avantajá a todas as outras, e de nenhum modo pode ficar inferior ou subordinada ao poder civil».

O 2.º ARGUMENTO é tirado da doutrina e dos exemplos de Jesus Christo e dos apóstolos. Fallando com S. Pedro, disse-lhe o Senhor estas palavras: «E tambem eu te digo que tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ella. E eu te darei as chaves do reino dos céus, e tudo o que ligares sobre a terra será ligado no céu, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus». Por estas palavras escolhe Nosso Senhor a S. Pedro por

fundamento ou cabeça da sua Igreja; e' lhe promette o poder de ligar e desligar; e por consequencia tudo o que S. Pedro desligar na terra será desligado no céu, e tudo o que elle ligar na terra será ligado no céu; ou, por outra, toda e qualquer obrigação que elle impuzer aos homens, será ratificada no céu, e qualquer condemnação ou sentença de absolvição será igualmente ratificada no céu. E, portanto, como o poder por Jesus Christo conferido a S. Pedro é pleno e independente, e, como S. Pedro pode ligar e desligar tudo, *quodcumque*, tambem o poder da Igreja, de que elle é chefe, é supremo e independente.

Mais ainda. Se S. Pedro não tivesse na Igreja um poder independente, seriam as palavras do Senhor illusorias; e não seria verdade que tudo quanto elle ligasse na terra, seria ligado no céu, e que tudo quanto elle desligasse na terra, seria desligado no céu. Não pertenceria realmente o juizo supremo no governo da Igreja, á sua hierarchia, mas sim ao poder civil; por onde melhor se houvera de dizer que Deus confirmava no céu o decreto do principe temporal antes que o de S. Pedro.

E cumpriu realmente, depois, o Senhor a promessa feita a S. Pedro, conferindo-lhe este soberano poder (Joan. XXI-15 e 16). Se, porem, S. Pedro estivesse sob a dependencia da auctoridade civil, já não seria elle o supremo pastor da Igreja, mas sim o principe temporal, ou antes cada principe em seu proprio Estado, o que iria alem disto arruinar a unidade da Igreja, pois que haveria então tantas egrejas autonomas, quantos os Estados politicos e os soberanos independentes uns dos outros.

Nos Actos dos Apostolos encontramos esta doutrina posta em practica num exemplo notavel dado pelos apostolos sobre esta independencia quanto ás auctoridades civis. Prohibiram os magistrados judeus aos apostolos o prégarem a doutrina de Jesus; mas, como a prohibição era injusta, continuaram elles a prégarem como d'antes ao povo. E, levados aos tribunaes e interrogados, responderam, S. Pedro e os apostolos, muito simplesmente: «É necessario obedecer antes a Deus que aos homens».

Nunca a Igreja, diz Leão XIII, deixou de, para si, reivindicar e de publicamente exercer esta auctoridade

completa e só dependente de si mesma... Mais ainda; pode ella em seu favor allegar, tanto em principio como de facto, o assentimento dos principes e dos chefes de Estado, que nas suas negociações e transacções pela missão reciproca dos seus enviados e correspondencia de favores se houveram para com a Igreja como para com uma auctoridade soberana e legitima. E porisso é que se viu esta auctoridade, não sem uma especial Providencia divina, munida de um principado civil, como da melhor salvaguarda da sua independencia».

Convem, porem, ter presente que a auctoridade de jurisdicção, de que fallamos, nada tem que ver com a *theocracia*, o que muitos hoje parecem querer ignorar. A theocracia é o *governo de uma sociedade temporal*, orientada por uma *legislação politica por Deus revelada* e com *chefes* pelo mesmo Deus *escolhidos*; e nunca existiu senão no povo judaico e sómente durante um certo tempo.

II. parte da these: INDEPENDENCIA DO PODER CIVIL

Nunca Nosso Senhor pensou em supprimir o imperio dos Cesares. Ao investir a Igreja de uma auctoridade superior e espiritual não desapossou a sociedade civil da missão temporal, que ella por sua natureza tem. Esta é livre em empregar os meios, que lhe aprouver, no que respeita a alfandegas, a impostos, a finanças, a forças militares, a obras publicas, etc. Emquanto o Estado não lesar as leis de Deus e os direitos da Igreja, emquanto se não tractar dos interesses espirituaes e do fim supremo do homem, para nada tem que intervir a Igreja e nem ella se importa com taes particularidades puramente humanas, que dizem respeito apenas á felicidade temporal dos povos. Por outras palavras, não tem a Igreja, em razão da sua instituição, nem se arroga poder algum sobre a sociedade civil, nas coisas que são puramente terrestres e que só têm em mira um fim, um interesse exclusivamente temporal. «A ordem civil, diz Leão XIII, referindo-se aos principes, está inteiramente dependente do poder e soberana auctoridade dos principes».

Como corollario do sobredito se infere, pois, que a

Egreja é uma sociedade realmente *perfeita*, em razão dos plenos poderes que Jesus Christo lhe concedeu e da independencia que, para com a sociedade civil, lhe garantiu. E daqui proveio a condemnação do cesarismo pagão e de todos os estorvos do poder civil contra a auctoridade religiosa, que se acham relatados na historia ecclesiastica.

SOBRE OS DIREITOS DA EGREJA

Não será fóra de proposito enumerar aqui alguns dos direitos de que a Egreja, com justo titulo, se diz possuidora, e que, lesados, implicam attentados contra a independencia de que ella goza, a titulo de sociedade perfeita e como possuidora, por vontade do seu divino Instuidor, de todos os meios de conservação e de acção necessários á consecução do seu fim.

1. Tem ella em primeiro logar o direito de desempenhar livremente a sua missão e de exercer a auctoridade, que ella recebeu do seu divino Fundador, sem ter que pedir auctorisação ás auctoridades civis nem admittir a fiscalisação ou intervenção dellas. E assim della e só della depende tudo quanto se relaciona com o ensino do dogma e da moral, com a administração dos sacramentos, com a eleição dos pontifices, com a erecção e direcção dos seminarios e das ordens religiosas e collação dos beneficios ecclesiasticos. Ninguem tem direito de estorvar a communicacão do soberano Pontifice com o clero e com os fieis, nem de impedir a promulgação dos decretos, nem estorvar a execução das suas bullas. E o *placet regio* (beneplacito) e o *exequatur*, em virtude dos quaes a auctoridade temporal por vezes intenta fiscalisar os actos do poder espiritual, são irritos e illicitos, a não ser que sejam regulados por alguma concordata ou convenção com a auctoridade ecclesiastica¹.

1) A proposição 20.^a, condemnada pelo Syllabo, diz: «O poder ecclesiastico não deve exercer a sua auctoridade sem a licença ou consentimento do governo civil». «Condemnamos e reprovamos, diz o concilio do Vaticano, as máximas dos que dizem que a communicacão do chefe supremo com os pastores e os rebanhos pode ser legitimamente interceptada, ou os que a fazem depender do poder secular, affirmando que as coisas ordenadas pela Sé Apostolica ou em virtude da sua auctoridade, em ordem ao governo da Egreja, não têm força nem auctoridade, se não tiverem a approvação do poder secular».

2. Como cada um dos membros da Egreja é um composto de um duplo elemento, alma e corpo, tem de ser encaminhado para o seu fim ultimo por meios adequados a ambos os seus elementos componentes. E daqui resulta:

a. Que a Egreja tem o direito de obrigar os fieis não só a coisas meramente espirituas, mas tambem a coisas materiaes, como jejum, esmolas, assistencia a determinados actos.

b. Que ella tem o direito e o dever de practicar exterior e publicamente o culto divino, e de, por conseguinte, estabelecer cerimonias exteriores e publicas, procissões, peregrinações; de prover aos meios materiaes necessarios ao culto, ao sustento dos seus ministros, á construcção e conservação dos edificios sagrados; e, já que os bens temporaes lhe são absolutamente necessarios, tem tambem o direito de adquiril-os e de possuil-os a titulo de propriedade.

c. Que a Egreja, como sociedade perfeita que é, tem o direito de manter sujeitos á sua obediencia os seus subditos e de castigar os rebeldes por meio de penas espirituas e temporaes para emenda sua e para exemplo e preservação dos demais. «A Egreja, diz o P. Choupin, é uma sociedade juridicamente perfeita; tem plenos os poderes legislativo, judicial e coactivo. Este poder coactivo não é, afinal de contas, senão um como complemento necessario e forçoso corollario dos dois poderes, o legislativo e o judicial.

Sempre a Egreja reivindicou para si o direito, que lhe compete, do poder coactivo; e porisso condemnou a opinião contraria (Bento XIV, Breve *Ad assiduas*; Pio VI, Bul. *Auctorem fidei*). Está formalmente condemnada a seguinte proposição do Syllabo: «A Egreja não tem o direito de empregar a força; não tem nenhum poder temporal ou directo ou indirecto». E Pio IX, na encyclica *Quanta cura*, reprova do mesmo modo os que defendem que a «Egreja não tem o direito de, por penas temporaes, reprimir os transgressores das suas leis». Este foi sempre o pensar da Egreja catholica tanto em theoria como na practica.

Importa, comtudo, observar que a applicação das pe-

nas temporaes pode, salvo sempre o principio, soffrer alterações, em conformidade com as variações dos tempos e das circumstancias; pois que, para a Igreja a pena temporal é apenas um meio secundario e accessorio, que a ajuda a conseguir o seu fim, e que practicamente só tem um valor proporcional á utilidade que consigo traz. Se, portanto, o uso destas penas, pela disposição dos animos e diversidade das circumstancias, viesse a produzir antes mal do que bem, se traz consigo maiores inconvenientes que vantagens, pode e deve a Igreja moderar-as e até abandonar-as. Assim se explica a variedade da disciplina ecclesiastica sobre este ponto.

II THESE. — Em materias mistas convem haja um accordo amigavel entre a Igreja e o Estado para as regular, com proveito maior para ambas as partes. Mas em caso de conflicto deve prevalecer a vontade da Igreja.

MATERIAS MISTAS são, como a mesma palavra indica, as que estão dependentes, ainda que sob diverso aspecto, tanto da Igreja como do Estado. O dogma, por exemplo, é exclusivamente da alçada da Igreja; e o commercio e a navegação dependem unicamente do Estado. Mas já não passa o mesmo com as escholae, por exemplo, ou com o casamento; porque a educação religiosa e moral é orientada pela Igreja, e a instrução litteraria e scientifica pode ser regulada pelo Estado: e o casamento, elevado á dignidade de sacramento, será sob todos os seus aspectos essencialmente dependente da auctoridade ecclesiastica; mas os seus effeitos civis estão dependentes da auctoridade politica.

Costuma ainda chamar-se por vezes questão *mista*, comquanto em sentido menos estricto, aquella em que, apesar de ser puramente ecclesiastica, o Estado tem, comtudo, algum interesse, e porisso dá occasião a innumeras controversias e conflictos; como são, por exemplo, os bens ecclesiasticos, a erecção dos bispados, a delimitação das dioceses e muitas outras.

DEMONSTRAÇÃO DA THESE. — a. Vantagens de um accordo amigavel. — A solução das questões mistas, me-

dante um commum accordo entre ambas as partes, ecclesiastica e civil, evita as irritações e dissensões, sempre molestas e nocivas, facilita uma comprehensão mais completa de todos os aspectos do problema discutido, e dá occasião a discussões serenas e leaes, que dão lugar a soluções muito atiladas.

Consideremos, por exemplo, a questão do matrimonio. Se o Estado tem por seu lado interesse, em que as condições de validade, forma de processo e de documentos tomem uma forma antes que outra, tambem a Igreja por seu lado tem interesse pela situação dos filhos legitimos ou illegitimos. Se ambos os poderes se põem sobre este ponto de accordo, o funcionamento desta fundamental instituição da sociedade é mais facilmente accetado por todos e mais perfeitamente adaptado ás condições de cada paiz. «A mesma natureza das coisas e a vontade divina, observa muito bem Leão XIII, exigem que nas materias mistas haja, não uma acção isolada, de uma e outra parte, e muito menos ainda uma lucta reciproca, mas sim uma mutua combinação, sobre bases que estejam em harmonia com os fins immediatos de cada uma das sociedades».

De bom grado aceita a Igreja estas combinações com o Estado, mesmo em assumptos, que só a ella dizem respeito, e que são mistos apenas no sentido mais lato. Basta, com effeito, percorrer as concordatas, para se ver, quanto são verdadeiras as seguintes palavras de Leão XIII: «Dá a Igreja em certos casos provas extraordinarias da caridade de mãe, levando tão longe quanto lhe é possivel a sua bondade e condescendencia».

DEMONSTRAÇÃO DA THESE SOBRE A SUPERIORIDADE DA EGREJA, SE HOUVER CONFLICTO. — Dissemos nós que no caso de haver conflicto, a decisão da Igreja é que deve prevalecer.

Quando de facto dois poderes não conseguem pôr-se de accordo sobre um determinado ponto, ficaria a questão insolúvel, se ambas as vontades tivessem igual influencia. Que homem de provado criterio não reprovará, por exemplo, as leis civis que concedem a sua protecção a matrimonios rejeitados pela Igreja, e recusam a legi-

timidade á prole, cujos paes estão unidos como Deus quer? O bem social pede, portanto, que uma das partes venha a ceder.

Mas qual dellas? Será aquella que tem em vista um fim mais nobre e transcendental ou aquella, cujo poder constituido tem um fim menos importante? Será a vontade, que toma o homem, olhando a bens muito superiores, ou a que o melhora só por um lado muito secundario? A primeira é que, segundo um são criterio, deve prevalecer sobre a segunda.

A practica da Egreja está em conformidade com este nosso asserto. Na sua famosa encyclica, *Immortale Dei*, tanto proclama Leão XIII a necessidade de uma certa ordem de prioridade entre os dois poderes, como a impossibilidade de a Egreja, em razão do seu fim transcendental, haver de ceder ao Estado. Entre os dois poderes ha, diz elle, um systema de relações parecido ao que no homem constitue a união da alma com o corpo. E já antes fôra por Pio IX condemnada a seguinte proposição do Syllabo: «Em caso de conflicto prevalece o poder civil».

III THESE. — A Egreja e o Estado devem auxiliar-se mutuamente

Tanto a Egreja não guerreia ao Estado, que reconhece serem ambos feitos por Deus para viverem em boa harmonia e para se prestarem um mutuo auxilio. Não se oppõem os seus destinos, porque são indispensaveis, um como complemento do outro; e ambos concorrem para a perfeita felicidade dos homens, para a qual ambas as sociedades foram por Deus constituidas.

I. A Egreja auxilia o Estado — E de quantas maneiras não presta a Egreja o seu auxilio ao Estado? Grandes serviços faz ella ao Estado, ensinando aos povos a origem divina da auctoridade civil e a necessidade da obediencia a toda a auctoridade legitima; grande bem lhe faz tambem pelas suas orações, pelos seus sacramentos e pelo seu culto publico, que dão aos subditos a força para cumprirem com as suas obrigações de cidadãos. E a propria Egreja se serve, sendo preciso, das

penas espirituaes para ajudar a manter os fieis sujeitos aos seus deveres. E ha mesmo casos em que ella se reconhece obrigada a socorrer o Estado com sacrificios pecuniarios, e a desapossar-se de uma parte dos seus bens, etc.

II. O poder temporal deve dar auxilio e protecção á Egreja. — Deve *auxiliar-a*:

a) Primeiro *indirectamente*, promovendo a justiça, a ordem e o socego publico para assim a Egreja mais effizantemente exercer a sua acção benefica.

Deve, alem disto, auxiliar-a, respeitando sempre os seus direitos, e não consentindo que ella seja contrariada por quem quer que seja, no exercicio da sua divina missão, na prégação, na administração dos sacramentos, na practica do culto, no seu governo espiritual.

b) Deve, em segundo logar, *auxiliar-a directamente*. Tem o Estado que favorecer a Egreja practica e directamente, conservando-se, comtudo, sempre dentro da sua esphera de acção. Deve, por exemplo, para evitar a perturbação das consciencias, harmonisar as suas leis com as leis divinas e ecclesiasticas; deve, segundo as occasiões o permittam ou peçam, sancconar as leis da Egreja por meio de penas temporaes. E, como a Egreja exerce um ministerio de utilidade publica, deve fornecer-lhe, se preciso for, o necessario á manutenção dos seus ministros e do seu culto.

Adduzamos algumas provas que demonstrem este *dever* de ajudar directamente a Egreja, dever que mais frequentemente lhe recusam.

1.º ARGUMENTO, tirado dos *designios* de Deus. Quando Deus creou o homem, teve em vista, alem da sua gloria, a salvação eterna desta sua creatura, elevada á dignidade de filho de Deus. Foi para lhe alcançar esta felicidade que Elle enviou seu Filho á terra, e que fundou a sua Egreja, cujo desenvolvimento e liberdade Elle muito quer. Se, pois, Elle delega nos chefes dos Estados uma parte da sua auctoridade, não é sómente para elles assegurarem aos seus subditos a paz e prosperidade cá na terra, senão tambem para que estes se encontrem em

circunstancias de melhor alcançarem o fim nobilissimo da sua existencia terrestre. Nem o homem, por outra parte, deve cobiçar nem adquirir os bens deste mundo senão enquanto o ajudam á consecução da sua felicidade eterna. Daqui vem que não podem os depositarios do poder civil exigir em nome de Deus a obediencia senão tendo em vista este mesmo fim. Pelo que, têm de velar, segundo as circunstancias o permittirem e dentro da sua esphera de acção, pela conservação e augmentos da verdadeira religião, que leva os homens á eterna felicidade.

O 2.º ARGUMENTO funda-se no bem do proprio Estado. A prosperidade do Estado e a consecução do fim proprio e immediato d'elle ou a felicidade temporal dos cidadãos exige que elle contribua, segundo a medida das suas forças, para a prosperidade da Igreja. E, realmente, sem religião nenhuma sociedade goza de estabilidade nem prosperidade, pois que a religião é que lhe serve de fundamento, porque explica a origem da sociedade e a legitimidade do poder social, offerece um fundamento solido á obediencia e faz reinar a justiça, o amor e a harmonia entre os cidadãos. Referimo-nos, está claro, á verdadeira religião, á que ensina todas as verdades sem mistura de erros, á que dá a Deus o verdadeiro culto e aos homens as forças sobrenaturaes para o desempenho dos seus deveres. Uma tal religião é por isso mesmo o esteio mais firme do Estado e contribue assim poderosamente para elle conseguir o seu proprio fim.

O 3.º ARGUMENTO deduz-se das *declarações formaes* e explicitas da Igreja. Basta para isto percorrer as encyclicas de Gregorio XVI e de Pio IX, assim como as proposições 55, 77 e 78 do Syllabo, para se ver como ellas são categoricas. «As sociedades politicas, diz a este proposito Leão XIII, de nenhum modo podem haver-se, como se para ellas não existisse Deus; nem podem, sem incorrerem em culpa, prescindir da religião como de uma coisa extranha e inutil, nem abraçar uma dellas á toa e segundo o seu capricho. Ao honrarem a divindade, têm de observar as normas rigorosas e o modo como Deus declarou devia ser adorado. Devem, por consequente,

os chefes de Estado respeitar e fazer respeitar o sancto nome de Deus, e ter como entre os seus principaes deveres o favorecer a religião, consagrar-lhe especial benevolencia e carinho, protegê-la com a auctoridade das leis nacionaes, e nada mandar nem decidir, que vá de encontro á sua integridade». «Deve a sociedade civil, ao promover a prosperidade publica, velar pelo bem dos cidadãos de forma que não só não ponha obstaculo algum, mas antes facilite por todos os modos possiveis as diligencias e consecução daquelle bem summo e immutavel, pelo qual elles proprios suspiram». «A auctoridade publica foi estabelecida para utilidade dos que são governados; e, se bem que ella só tenha em vista promover a prosperidade para os membros da sociedade nesta vida terrestre, está, comtudo, obrigada não só a não coarctar, senão a amplamente favorecer a faculdade de alcançar o supremo e soberano bem, em que está a felicidade eterna dos homens, o que é impossivel alcançar-se sem a religião».

IV THESE. — Para o desempenho da sua missão espiritual possui a Igreja uma supremacia indirecta sobre a sociedade civil

Já agora, sem temor de confusões, podemos completar os principios, que regulam as relações entre a Igreja e o Estado, reivindicando para Igreja o poder *indirecto* sobre as coisas temporaes, o qual não é mais que um corollario das theses precedentes.

A Igreja por si não tem, como vimos, nada que ver com os negocios, que se relacionam com uns fins meramente temporaes, nos quaes o Estado, dentro da sua esphera de acção, goza, como vimos, d'uma plena independencia.

Mas, por fim de contas, o final destino do homem é sómente um e unico na sua passagem sobre a terra, o merecer a sua bemaventurança para a outra vida; e, afinal, todas as instituições cá da terra, incluindo as sociedades civis, são destinadas a ajudal-o á consecução deste destino. Os dois bens, que as duas sociedades, a Igreja e o Estado, têm em vista, a felicidade na vida eterna e a felicidade na vida temporal, não soffrem con-

fronto possível, pois que esta é de ordem *inferior* áquella, e, portanto, é condicional, em relação a ella. A felicidade temporal só merece cuidados ou tem valor, quando subordinada ás exigencias do fim ultimo. E quem ha de designar as exigencias deste fim supremo senão o poder espiritual, que disso está encarregado? Assim que, a não se querer antes a desordem e a anarchia, forçoso é confessar que só á alçada deste poder é que pertence impôr uma practica em harmonia com estas exigencias aos homens, ou como individuos ou como agrupados em familias ou, emfim, como associados em nações ou Estados.

«A Egreja, observa o cardeal Cavagnis, exerce a sua acção sobre as coisas temporaes, mas não como taes, senão emquanto são ou nocivas ao seu fim ou necessarias ao bem sobrenatural».

Tal é a verdadeira ideia do poder indirecto da Egreja sobre os negocios temporaes. Possue, pois, a Egreja este titulo para, quando a sua discreção lh'o aconselhar, intervir no regimento das coisas inferiores, não tendo em vista um bem qualquer temporal, mas em razão de os interesses superiores, confiados á sua guarda, exigirem esta sua intervenção.

Exemplifiquemos este ponto. Pertencem a instrucção scientifica e litteraria á classe das coisas profanas; o bem moral e religioso da juventude está, comtudo, intimamente relacionado com as convicções e procedimentos dos mestres e professores daquella formação litteraria e scientifica. A Egreja, prudentemente solicita por este bem da juventude, pode por este titulo fiscalisar o ensino das lettras e sciencias humanas e exigir as garantias, que a prudencia dictar, para a escolha dos educadores da juventude. É livre aos catholicos, do mesmo modo que aos demais, ter convicções politicas proprias, e formar partidos contrarios; mas no caso de estas divisões chegarem a comprometter gravemente a causa da religião, pode a auctoridade religiosa pedir-lhes, que posponham as suas preferencias politicas ao bem da religião, para todos unidos acudirem em defesa da fé.

Não cessou Leão XIII de inculcar esta doutrina no decurso do seu longo e glorioso pontificado. Na memoravel encyclica sobre a constituição christã dos Estados,

fallando das relações entre ambos os poderes, demonstra a necessidade de uma ordem constituída, á semelhança da que regula as relações entre a alma e o corpo.

A expressão apropriada para designar as relações entre a Egreja e o Estado está muito bem formulada nas seguintes palavras: *Independencia da Egreja e do Estado, dentro da esphera de acção propria a cada um; auxilio mutuo; subordinação indirecta do Estado á Egreja.*

Note-se, porem, que em toda esta exposição encaamos a questão em relação a uma situação *normal*, a que corresponde inteiramente aos designios de Deus; isto é, quando o Estado se compõe de catholicos, filhos obedièntes da Egreja. Depois, fallando da tolerancia, estudaremos a questão para circumstancias menos favoraveis para a sociedade.

AS IMMUNIDADES ECCLESIASTICAS E OS BENS DE MÃO-MORTA

Muitos dos contemporaneos, eivados de principios egualistas, não chegam a comprehender que a verdadeira egualdade se accomoda muito bem com a variedade de regimens adaptada á variedade das situações. Cegos partidarios de um nivelamento brutal para tudo, procuram fazer prevalecer nas instituições a louca pretensão de, para todos os homens, talharem fatos das mesmas dimensões. Até as palavras «privilegio e immunities» irritam hoje em dia os nervos a muitos, que não podem levar a bem que a Egreja tenha tambem alguns delles, e nem que sequer procure conservar uma pequena parte dos que ainda possue.

Sejamos mais justos; e lancemos um olhar imparcial e desapaixonado sobre as immunities que foram concedidas á Egreja e sobre a modesta quota das que ella ainda quer conservar.

1. **O que se entende por immunities.** — Entendemos por immunities *ecclesiasticas*, no sentido mais lato do termo, as derogações ao direito commum e as isenções concedidas em proveito dos membros da Egreja ou dos bens ecclesiasticos. Daqui vem a divisão das

immunidades em *ecclesiasticas* e *reaes*, de que nos vamos occupar.

2. **Origem destas immunidades.** — O motivo ou razão de ser destas immunidades está em o *Papa*, chefe supremo da Igreja e legitimo possuidor de todos os direitos della, ser por divina determinação independente de qualquer sujeição ao Estado; pois que, de outra forma, como poderia elle representar uma Igreja soberana e autonoma, e, por auctoridade propria, designar quaes sejam as demais isenções exigidas pelo fim, que a sociedade religiosa se propõe?

Quanto ás immunidades, consideradas em globo, podemos examinal-as ou em sua formação *historicamente* considerada, ou no *título*, em que realmente se funda a sua razão de ser. *Historicamente* pode a primeira iniciativa ácerca dellas ter partido do soberano ou do proprio Estado; mas, em geral, é da approvação e sanção da Igreja que provém o seu direito á existencia e conservação. O logro destas immunidades está por outra parte tão em harmonia com a natureza e missão da Igreja que para muitas dellas se pode mesmo crer basearem a sua existencia no direito *divino*.

Não ha duvida que, tractando-se de *causas espirituaes*, relativas á fé, aos sacramentos, ao culto divino, á salvação das almas, ao fim sobrenatural..., não só os clérigos, mas tambem os leigos estão por *direito divino* isentos da jurisdicção e poder civil. Para de facto se tomar conhecimento destas causas e as julgar, exige-se um poder espirital, de ordem sobrenatural, por Nosso Senhor Jesus Christo concedido a S. Pedro e seus successores e não a qualquer auctoridade civil. Quanto a este ponto não pode haver duvidas; é a doutrina catholica. A difficuldade está no que respeita ás causas *temporaes* dos clérigos.

Os legistas e gallicanos comprazem-se em affirmar que «as immunidades ecclesiasticas derivam do poder civil». Mas é excusado insistir neste ponto; esta opinião foi expressamente condemnada pelo Syllabo. Estudada a questão pelo lado catholico, pode-se affirmar que o direito divino, natural ou positivo, insinua a conveniencia deste privilegio, mas não encerra um preceito

estricto, propriamente dicto. «A lei que, diz Choupin, estabelece e sanciona este direito, é uma lei propriamente ecclesiastica; são os decretos dos concilios ecumenicos e os Papas».

3. **As principaes immunidades.** — Uma destas principaes immunidades foi a instituição de um tribunal ou *foro ecclesiastico*, destinado a julgar as pessoas e as causas ecclesiasticas. Este privilegio data dos primeiros tempos dos imperadores christãos. Tomou, depois de varias alternativas, maior extensão a auctoridade deste tribunal, porque assim o quizeram os povos desejosos de processos menos dispendiosos e mais expeditos que os da legislação civil então vigente¹. Nem se incremnie por isso a Igreja, pois era um meio de facilitar mais a justiça e o direito.

Outra immuniidade foi a das *isenções pessoaes*, ou a dispensação para o clérigos de certos cargos, pouco compatíveis com as obrigações do seu estado, como são, por exemplo, mórmente hoje em dia, as funções de jurados no foro civil e o alistamento para o serviço militar.

Havia ainda, entre outras, a disposição que libertava o clérigo das penas corporaes, da prisão por dividas sem culpa, e a que prohibia aos credores o privarem-no do necessario á vida. Não precisam estes privilegios de justificação; e tanto assim que até as leis modernas propendem a generalisar estas disposições, que desta forma foram como que os preludios para beneficas reformas nas legislações.

A *isenção de impostos* para os bens ecclesiasticos foi outra immuniidade concedida á Igreja. Convem, contudo, ter presente que os encargos fiscaes eram outr'ora menos onerosos aos interesses do povo, e que o systema de tributar era antes muito diverso do actual.

A *inviolabilidade dos logares sagrados*, emfim, excluia destes logares as funções profanas, e fazia delles asylos, em que se refugiavam os infelizes que se achavam

1) Citemos um só exemplo. As convenções firmadas por juramento ficavam dependentes do foro ecclesiastico, em razão da sanctidade do juramento, em que se firmava o pacto. Bem depressa se tomou common este uso de confirmar os pactos pelo juramento; pelo que alguns reis de França chegaram a prohibi-lo, para impedir que os seus tribunaes ficassem desertos.

expostos ás vinganças dos populares e ás pesquisas da publica auctoridade. Quantos innocentes, naquelles tempos de organização menos perfeita, puderam achar a sua salvação nesses logares de asylo!

Juizo apreciativo ácerca das immunidades. — Para se dar um juizo seguro ácerca destas immunidades, é mister resolver antes de tudo uma dupla questão: a da sua *legitimidade* e a da sua *oportunidade*.

A sua legitimidade. — Nenhum catholico pode pôr em duvida a legitimidade d'estas immunidades ecclesiasticas. Se a Igreja é uma sociedade perfeita, independente do Estado, e se para com elle conserva uma situação de preeminencia, como se lhe poderá negar o direito de avocar a seu tribunal as pessoas ecclesiasticas e os negocios espirituaes, e assim assegurar para os seus ministros e para os seus bens as disposições, que ella julgar mais convenientes á causa propria e *commum* de todos?

E note-se ainda que estas immunidades se foram introduzindo pouco a pouco no direito sem protestos nem violencia, o que bem mostra como ellas estavam em harmonia com a ordem das coisas e com os costumes da epocha. Muitas eram até sancionadas pelo accordo geral dos povos e das legislações. E até aos nossos tempos foi, ao que parece, universalmente reconhecida a necessidade de se conceder aos ministros da religião uma situação e umas atencões só a elles proprias.

Sua oportunidade. — Não poderíamos pesar com segurança o valor destas immunidades, se não nos reportarmos ao meio, em que ellas existiram. Basta, com effeito, recordar as distincções de classes então grandemente accentuadas, para bem se ver como a par dos privilegios para a nobreza era mister os houvesse igualmente para o clero. Attente-se bem nos abusos que então havia, e ver-se-ha quanto houve de ser benefico este regimen de excepção. Veja-se, por exemplo, o que dissemos ácerca do foro ecclesiastico.

Nunca, entretanto, a Igreja pretendeu que se reconhecessem e se lhe conservassem como igualmente necessarias todas as suas immunidades; e nunca se oppoz tambem a razoaveis accordos. O que ella, porem, nunca

poderá supportar sem protesto, é a incrível sem cerimonia, com que por vezes até se dedignam consultal-a, postergando sem respeito algum os direitos imprescriptiveis, que ella houve do seu divino Fundador.

Hoje em dia limita ella as suas vindicações apenas a algumas immunidades essenciaes; e, attentos os maus tempos, que vão correndo, ainda se presta a fazer largas concessões. Vejamos, pois, a que ficam estas immunidades reduzidas, ante as reflexões que, em seguida, vamos propor.

a) Ainda hoje, a par da legislação, que está em vigor, funcçionam tambem os tribunaes militares; os magistrados, os ministros, etc., não são julgados pelos mesmos juizes, que julgam os simples particulares. Têm estas excepções a sua explicação na necessidade que ha de reforçar a disciplina militar e de salvaguardar o prestigio das auctoridades do Estado. E não terá a Igreja, cuja auctoridade é sobretudo moral, razões especiaes e mais imperiosas de garantir o prestigio de uma magistratura, só propria della, e de não expôr os seus ministros a publicos espectaculos, quando inculpados de algumas das fragilidades humanas? Redundarão em bem *commum* os escandalos espectaculosos?

Quão pouco exigente se mostra entretanto a Igreja! Em nossos paizes tolera que todas as causas *civeis* dos leigos e dos clerigos sejam levadas aos tribunaes leigos. Nas proprias concordatas se declara formalmente esta concessão; e nem mesmo quanto ás causas criminaes dos clerigos ella se recusa a se mostrar transigente. E lá mesmo, onde as leis sujeitam todos os cidadãos á mesma jurisdicção repressiva, deixam os bispos liberdade á consciencia dos magistrados catholicos. Afinal são as causas criminaes dos bispos as unicas que são ainda estricitamente reservadas.

b) Lisonjeia-se o Estado moderno em se mostrar generoso, subsidiando os institutos de beneficencia e de utilidade publica. Ora, o que é a isenção fiscal dos edificios consagrados á religião ou á caridade senão um genero de subsidio indirecto? E no entanto nem a Igreja insiste muito sobre este ponto e se accomoda facilmente com o direito vigente.

Muito outra é a attitude de certos governos. Allegando quaesquer pretextos ou acudindo a subtilezas juridicas, chegaram, por exemplo, a sobrecarregar os bens dos religiosos com *taxas supplementares*. Estará de accordo com uma civilisação adiantada exigir, por exemplo, que as Irmazinhas dos Pobres, depois de, a muito custo, esmolarem o com que sustentem os seus velhinhos, ainda hajam de cortar das suas economias a parte do leão para a deitar na caixa do Estado?

c) Muito justo será tambem que os ministros do altar não sejam contrariados na sua formação, e não sejam obrigados a convivencias perigosas para a sua virtude, só por irem engrossar o exercito com algumas unidades, que afinal pouco adiantam. Nem o clero ganhará nada em moralidade da sua convivencia com o vulgo dos campos ou os tarimbeiros dos quartéis; nem tambem o exercito lucrará muito em contar nas suas fileiras soldados sem vocação nem gosto por este genero de vida.

Não se amofinem ante a enormidade deste privilegio, que isenta o clero do mais pesado dos encargos para o povo. A missão que o clero desempenha, lhe impõe bastantes privações e sacrificios, e lhe pede uma dedicação sempre perseverante e dilatada, que generosamente compensam aquelle favor e que representam uma leal e valiosa contribuição para os encargos sociaes e para o bem commum.

d) A sanctidade e reverencia devida ás egrejas e aos cemiterios oppõe-se a qualquer profanação desses logares; e profanação seria realisarem-se nelles actos relativos a negocios commerciaes ou mercados. Quanto aos direitos de *asyllo* de bom grado concordamos em que as actuaes formas de processo criminal quasi acabaram com as vantagens de se recorrer a elles.

Estas poucas reflexões bastam para bem se entender quão justas são as razões, que abonam as immuni-
dades ecclesiasticas, consideradas em vulto, e quão com-
medidamente se tem havido a Igreja em as vindicar.

A MÃO-MORTA

«É incalculavel o mal que pode fazer uma palavra, diz M. de Vareille; e *mão-morta* é uma dessas palavras perigosas, assoladoras como um flagello. O mal que ella causou ás legitimas associações, á liberdade de associação, á liberdade de obras de caridade, á liberdade de fundações, o prejuizo que ella acarretou sobre o nosso paiz e sobre a humanidade, são incalculaveis.»

Applicava-se este modo de fallar especialmente á França, mas tambem se nota esta triste realidade em outros paizes. Produz este lugubre palavrão e continuará produzindo nbs povos simples um pavor vago e estonteador, que os inimigos da religião e das ordens religiosas não cessam de aproveitar para fazerem vingar os seus intentos. Basta, porem, precisar bem o sentido deste termo para o desapossar do poder allucinativo, que conseguiram dar-lhe.

«A *mão-morta*, diz o P. Vermeersch, reporta-se aos tempos ainda semi-barbaros da servidão, já em transição para os da verdadeira liberdade.

Os servos do X ao XII seculo, carecentes de herdeiros legitimos ou como taes reconhecidos, não podiam, por não terem com seus parentes uma vida em commum, transmittir-lhes os seus bens por meio do testamento. Inaptos para, portanto, designarem um herdeiro da sua escolha, tinham como que a *mão-morta* para passar a outros os seus bens. Não tendo elles, pois, capacidade civil, e sendo gente como que de mão morta para dispo-rem dos seus bens, passavam estes a ser dominio do senhorio; e porisso se ficaram estes bens chamando de *mão-morta*. Com o andar do tempo passou tambem a expressão *gente de mão-morta* a applicar-se a quaesquer possuidores de bens extranhos ás disposições testamentarias vigentes.

A esta classe pertencem os bens ecclesiasticos, a titulo de prebendas e de beneficios, assim como os collegios, as comunidades, cujos bens não podem ser alienados.»

E quaes são hoje as pessoas de *mão-morta*? São, diz Baudry-Lacantinerie, «as pessoas civis do direito admi-

nistrativo, taes como as estadoaes ou districtaes, os municipios, os hospitaes, as ordens religiosas *auctorisadas* pela lei»¹.

Assim que, segundo o pensar de Baudry e de todos os bons juristas, está claro que nem os religiosos nem os seus bens se podem realmente chamar pessoas ou bens de mão-morta, porque nem para *as pessoas* existe incapacidade civil, nem para a *communidade*, que *não goza* de reconhecimento civil, nem para os *seus bens*, porque não possuem inalienabilidade legal.

Para que isto se veja melhor, passemos uma vista de olhos sobre os haveres dos religiosos.

Todos sabem que a parte mais certa dos seus *bens moveis*, o mobiliario, está para elles reduzido ao minimo; e para a maior parte delles limita-se apenas a uma decente mediania, para não dizer a uma absoluta necessidade. Os *fundos* publicos estão naturalmente sujeitos ás fluctuações da bolsa; e a esta andam associadas as transacções de compra e venda. Quanto aos saldos pecuniarios, é claro que não são os religiosos tão ignorantes ou tão imprevidentes que os vão deixar improductivos. Só restam, pois, os bens immoveis; mas estes não estão isentos de nenhum dos encargos fiscaes, que são tanto mais pesados para os religiosos, quanto são por vezes menos firmes as bases para lh'os exigirem. Taes são, por exemplo, as contribuições, tanto as pessoases como as mobiliarias. Dir-se-ha porventura que, por exemplo, as portas e janellas, que as Irmanzinhas dos Pobres abrem no dormitorio dos seus velhinhos, são indicio do augmento das suas rendas?

Mas dirão, talvez, que os *direitos de transmissão* se pagam mais raramente. Suppondo que realmente haja maior

1) É coisa sabida que em França foram as congregações religiosas dissolvidas, não obstante estarem *legalmente auctorisadas*. Não lhes valera nem a sua longa folha de serviços prestados á nação nem os seus direitos legitimamente adquiridos. Quanto á Belgica, não ha nella mão-morta monacal, propriamente dita, excepto algumas congregações hospitaieiras já antigas; porque os conventos belgas regen-se *pelo direito* a todo o cidadão belga ou seja religioso ou não. Convem notar-se que nenhuns bens são em si mais uteis do que aquelles que tem como utilização immediata o bem commum e se destinam a um fim religioso, scientifico, caritativo ou humanitario. Como, porem, a inalienabilidade destes bens equivale a uma exclusão delles do giro commercial, e como o caracter publico do seu destino exige privilegios e isenções, não convem que sejam demasiados estes bens, assim retirados da circulação; o que seria diminuir o thesouro publico ou sobrecarregar os particulares.

estabilidade para os edificios occupados pelos religiosos, fica ainda assim muito bem compensado o fisco pela *elevação* dos direitos que cobra. Está de feito a transmissão successoria para os religiosos, não considerados como parentes, onerada com uns direitos *dez vezes* maiores do que a feita por linha directa; pelo que, se uma determinada casa de religiosos pertencesse a uma familia, que a passa de pae a filho, só ao fim de dez gerações o fisco teria cobrado o que só na primeira mudança de proprietario elle recebe dos religiosos.

Estas condições tão onerosas e tambem a incerteza dos tempos aconselha os religiosos a reduzirem ao minimo a sua propriedade immobiliaria. Lancemos ainda a attenção para outro ponto. Emquanto os bens dos religiosos, que de nenhum modo se podem considerar bens de mão-morta, se acham sujeitos aos impostos, multiplicam-se, pela necessidade dos tempos, os quartéis para os soldados e as escolas officiaes para a nação. Eis uns bens realmente de mão-morta, que nada rendem para o thesoiro e que este sustenta com os bens do povo. Porque se supportam então estes bens, se nenhum bem de mão-morta se pode permittir?

ART. V. — O LIBERALISMO E A LIBERDADE

I. — Noções sobre o liberalismo

Applica-se hoje esta palavra *liberalismo* a multiplices systemas de ideias, commummente vagas e pouco precisas. Tomando-se o termo no seu sentido genuino, *ideias liberaes* equivaleriam a ideias grandes, generosas, que só uma religião solida e uma desinteressada caridade sabem inspirar. Mas o *liberalismo*, de que nos vamos occupar, não tem nada que ver com o sentido etymologico da palavra; e nem todos os partidarios do chamado partido *liberal* admittem as ideias liberaes. E ainda quando o *partido liberal* appella para o *liberalismo*, muitos dos seus membros são bastante atilados para se não deixarem illudir por este rotulo enganador nem se deixarem arrastar pela espantosa força dos preconceitos partidarios.

Força é, porém, confessar que só fechando os olhos e os ouvidos é que se não nota logo que o liberalismo se caracteriza por uma certa indiferença em questão de religião ou por um menosprezo, que facilmente passa ao abandono e do abandono á aversão. Encerra, com effeito, o liberalismo um como germen antireligioso, que, se não se atalha, pode, ao menos em certas regiões, tomar um desenvolvimento aterrador. De quantas familias liberaes se não pode hoje dizer: o pae ia á missa; o filho deixou de ser catholico practico; e o neto faz gala de atheismo! São tão frequentes estas evoluções na sociedade, que é difficil não reconhecer como germen dellas o erro que vamos procurar analysar.

Origem e extensão dos principios liberaes. Teve o liberalismo por fautores os mesmos que os do philosophismo do XVIII seculo, cujos partidarios admittiam em theoria a independencia absoluta do homem, a autonomia da razão e a nativa bondade delle. « *O homem é bom por natureza*, dizia em summa, por um lado, *o falso optimismo*; *nada existe superior* a elle, affirmava, por outra parte, o illudido *racionalismo*. Este racionalismo era naturalista, isto é, rejeitava a religião revelada.

A evolução destes erros deu em resultado o chamado liberalismo, que não é afinal senão a systematisação e adaptação delles á ordem *civil*; pois que o liberalismo se presa de prescindir da vida privada dos individuos e de quanto a ella se refira, e de só se limitar ao campo *politico* ou social.

1. OS PRINCIPAES PRINCIPIOS, que professa, na vida publica e politica, são:

a) *A soberania da razão, fonte necessaria e essencial* de toda a auctoridade. Ninguem tem mando algum senão como delegado do povo; e ninguem senão o mesmo povo tem o direito revogatorio sobre os seus mandatarios.

b) *A existencia, pois, de uma só auctoridade publica*, de um só poder, que domina sobre os individuos, auctoridade que só pode ser constituida pela vontade dos cidadãos e que se chama Estado. Nenhuma Igreja tem poder algum a par do poder do Estado; nem este

tem dependencia alguma da Igreja nem a reconhece nem deve nada a nenhuma. Elabora as suas leis sem se importar com os dogmas religiosos; e os magistrados executam essas leis sem encargos para a sua consciencia, pois a sua vida publica depende unicamente da auctoridade civil, á qual só têm que dar contas. Provindo alem disto do Estado o poder que elle possui não pode praticar coisa alguma injusta. Eis, pois, em que consiste ou em que se baseia a chamada *separação da Igreja e do Estado*, ou então *supremacia do poder leigo*, separação e supremacia mais ou menos absolutas e crueis, em conformidade com as diversas modalidades de que o liberalismo se reveste.

c) *O direito absoluto* de cada individuo escolher a religião que lhe aprouver, e de ter sobre qualquer materia as opiniões que quizer, com direito de as manifestar e propagar.

d) *A indiferença official* do Estado em assumptos religiosos; e a *tolerancia* dos erros em pontos doutrinaes. São uma consequencia do supracitado direito individual.

2. PRINCIPIOS SECUNDARIOS. A dilatação ou augmento concedido aos direitos individuaes parece que deveria trazer consigo deixar uma quota minima para o poder do Estado e a maxima para a liberdade do cidadão. E assim é que se ideou realmente, em harmonia com estes principios liberaes, deixar o Estado reduzido a uma especie de *Estado-policia*, cuja missão consistia apenas em vigiar pela segurança dos cidadãos e pela manutenção da ordem publica, sem acção effectiva para promover o bem geral. Relacionava-se igualmente com esta theoria a do *Liberalismo economico*, adverso a qualquer intervenção do Estado tanto para regular o trabalho e para prevenir as especulações contra os fracos, como para fechar as fronteiras á concorrência internacional. Tinha como lemma: *Deixae agir, deixae passar*.

Mas tiveram estes systemas doutrinaes, em que dominava a utopia do optimismo, um tamanho desmentido pelos factos, que perderam todo o seu credito, e foram publicamente repudiados pela maioria dos liberaes. O habituarem-se, por outra parte, a reverenciar no Estado o

unico poder, que exista na sociedade, prepara naturalmente o caminho para toda a sorte de despotismos, como bem o tem demonstrado toda a historia do liberalismo.

Divisão do liberalismo. Divide-se o liberalismo em duas principaes especies: o liberalismo *radical* e o liberalismo *moderado*; o primeiro dos quaes professa o *atheismo* social e o outro o *theismo*. O primeiro olha com igual indiferença tanto a religião como a mais extremada impiedade; procura varrer da sociedade qualquer influencia religiosa, e põe todo o empenho em acabar com os ultimos vestigios da antiga união entre a Igreja e o Estado. O segundo restringe a sua indiferença aos cultos positivos; rejeita o atheismo; admite uma moral natural; e professa o naturalismo politico. Zela, alem disto, mais que o primeiro a legalidade e as reformas.

Leão XIII aponta ainda, na encyclica *Libertas præstantissimum*, uma terceira especie de liberaes, a dos que se não recusam a admittir, mas só para a vida particular, a verdade e a auctoridade da religião revelada. Eram os *liberaes catholicos*, differentes dos *catholicos liberaes*, que, conservando-se no seu optimismo liberal, julgaram poder defender uma certa indiferença official e a liberdade concedida tanto ao mal como ao bem, a pretexto de, por este modo, servirem melhor a Igreja. Melhor seria, pensavam elles, que esta nada ficasse a dever ao Estado; porque a verdade não precisa de liberdade para triumphar do erro. Para estes o divorcio entre as duas sociedades é melhor, se não sempre, ao menos para os tempos modernos. Pio IX empenhou-se grandemente em acabar com estes erros pela encyclica *Quanta cura* e pelo *Syllabo*. Salvaguardados assim os principios pôde felizmente Leão XIII applicar-se a fomentar mais entre os catholicos a união e a concordia¹.

Historia do liberalismo. — Não faltam ainda hoje liberaes, que sinceramente sonham com um liberalismo, que,

1) Pio X na sua bella encyclica *Veherementer* (fever. 1906) condemna solemnemente a lei sobre a separação entre a Igreja e o Estado, que o governo francez era dezembro de 1905 votara; e nessa encyclica resume de um modo admiravel a doutrina catholica e os ensinamentos dos soberanos Pontifices, seus predecessores sobre esta momentosa questão.

bem systematisado, venha trazer aos povos uma harmonia universal, baseada numa como que liberdade civilisada, e a todos amplamente concedida; mas a *prova*, que de si tem dado o liberalismo, de nenhum modo justifica aquelle optimismo; porque o liberalismo moderado está continuamente sendo supplantado pelo *radical*.

É o *liberalismo* por sua natureza *individualista* e opposto ás associações; é *centralizador* e adverso ás regalias municipaes; é *estatista* ou está sempre propenso a fazer concessões cada vez maiores ao Estado, para, deste modo, impôr os seus principios ás familias e aos cidadãos, e especialmente o do ensino leigo e obrigatorio. Quando está no poder, torna-se perseguidor; e quando está na opposição, torna-se insubmisso e quasi revolucionario. Em summa, tornou-se muito menos effectivo quanto ao seu optimismo do que quanto ao seu naturalismo antireligioso.

Juzizo critico. A falsidade do liberalismo logo se evidencia primeiramente pela falsidade dos proprios principios, que elle quer fazer aceitar na vida social ou publica. O homem não começou por ser um ente independente e bom, como sonhava Rousseau. Cada ser humano, que vem ao mundo, fica logo sendo, em razão do seu nascimento e congenitas precisões, membro de uma sociedade, a familia, a qual tambem se não se basta a si mesmo, senão que precisa do amparo de uma sociedade perfeita, ou melhor, no estado presente, do amparo de duas sociedades *perfeitas*, a Igreja e o Estado, de que tem que ser membro. Muito embora o homem não seja essencialmente mau, nasce, comtudo, com propensões e appetites, que se não forem enfreados e reprimidos, o tornam perverso e culpado. Tanto não são, porem, as instituições, que o tornam perverso, que estas têm antes por fim preserval-o do mal e amparal-o no caminho do bem. Não obstante serem os homens por natureza eguaes ou parecidos, communica Deus, comtudo, attendendo ao bem geral, uma parte do seu soberano poder, aos poderes legitimamente constituídos.

Está, em segundo logar, o *liberalismo* em manifesta opposição com os principios que acima expuzemos ácerca das *necessarias relações* entre a Igreja e o Estado. É vão

o principio de que parte o liberalismo, fazendo a distincção entre a vida *publica* e a vida *privada*; pois tão responsavel é o homem pelos actos publicos da sua magistratura como pelos actos mais intimos da sua vida particular. Não podem os homens, ao associar-se para a vida publica, eximir-se á auctoridade daquelle de quem todos têm que proclamar-se humildes vassallos.

«Deus, escreve Leão XIII, é que fez o homem para a sociedade e o associou aos seus semelhantes para que as deficiencias da sua natureza, a que elle não pode pôr remedio, sejam suppridas pela acção da sociedade; e porisso é que a sociedade civil tem, emquanto sociedade, o dever de reconhecer a Deus como seu soberano e como seu auctor; e por consequente tem de, como sociedade, render ao seu poderio e auctoridade as homenagens do seu culto. Não, o Estado nem por parte da razão nem por parte da justiça pode por forma alguma ser atheu, o que valeria o mesmo que ter para com todas as religiões as mesmas attenções, ou, como se diz, conceder-lhes a todas os mesmos *direitos*» (Encycl. *Libertas præstantissimum*).

Já poderia bastar esta refutação, que se refere de um modo especial ao principio liberal da separação entre a Igreja e o Estado. Mas, como este ponto é de grande importancia, é mister estudar o liberalismo quanto a este outro aspecto: a *theoria liberal* da propria *liberdade*.

II. As liberdades modernas

O liberalismo é o *pae* e o *fautor* das liberdades modernas; e elle mesmo se lisonjeia de lhes ter dado principio e as proclama como umas grandes e immortaes conquistas dos tempos modernos. E porisso o definiram, posto que incompletamente: o *systema que advoça e favorece as liberdades modernas* ou tambem: a *doutrina, que reconhece e garante eguaes direitos ao erro e á verdade, ao bem e ao mal*. Vejamos neste artigo que juizo se ha de fazer ácerca destas liberdades, quer se considerem em si mesmas, quer em seus effeitos; e no seguinte vere-

mos, como nos devemos haver para com as Constituições baseadas nestas liberdades modernas.

a) *Quaes são estas chamadas liberdades modernas*. Designam-se geralmente por esta expressão a liberdade de consciencia e de cultos, a liberdade de imprensa e a de ensino, e a liberdade de associação.

A liberdade de *consciencia* propõe-se assegurar a cada individuo o direito de professar e propagar a religião, que lhe aprouver ou de não professar nenhuma; e tem como norma que não haja nenhuma religião privilegiada, ainda mesmo que a maioria da nação professasse o catholicismo.

A liberdade de *imprensa* defende o *direito* de exprimir pela penna e de divulgar pelo papel quaesquer doutrinas sobre assumptos moraes, politicos, sociaes ou religiosos, por maior que seja a impiedade ou immoralidade, de que se achem conspurcadas.

A liberdade de *ensino* concede a cada um o *direito* natural de propagar por meio do ensino publico estas mesmas ideias.

A liberdade de *associação* reconhece a qualquer cidadão o direito de formar com outros as associações que quizer, ainda que sejam secretas ou impias.

O que é, porem, para notar é não serem estas concessões feitas por modo de tolerancia, afim de evitar maiores males, mas sim por principio e como reconhecendo-se um direito, que se apregoa por *natural* e *sagrado* e *imprescriptivel*. E, se bem que na practica se opponham certas restricções ao exercicio destas liberdades, estas restricções são, comtudo, *illogicas* em si mesmas e só *theoricas*, não descendo de ordinario á practica. Para o Estado moderno não é, por exemplo, um crime digno de castigo o ensino publico do atheismo¹.

b) *Que juizo se ha de fazer ácerca destas liberdades modernas*. 1. São primeiramente *falsas* nos seus *principios*. Podem os homens *subjectivamente* estar em erro, e crerem-se até, em consciencia, obrigados a admit-

1) Só nos referimos aqui ás tres liberdades de imprensa, de ensino e associação olhando-as pelo lado *religioso*. Enquanto o dogma, e a moral não correm risco, para nada tem que intervir a auctoridade ecclesiastica; porque seria extralimitar-se nas suas attribuições.

tir certos erros, que elles julgam serem verdades. Mas *objectivamente* é muito outro o caso. A realidade existe ou não existe; é tal ou tal, independentemente de qualquer subjectivismo dos individuos. É, pois, scientificamente falso que o homem seja livre em julgar como se lhe antolha ácerca da realidade, e que elle possa ensinar ácerca desta realidade o que muito bem lhe apraz. Ou elle tem razão ou não tem razão; não ha meio termo. Não é a mente humana que faz o seu objecto comò lhe apraz; pois que a verdade e o dever existem independentemente della; de sorte que nem o pensamento é livre nem a consciencia. Um erro physico, mathematico, historico ou religioso não têm, realmente direito algum para propagar-se; ou, antes pelo contrario, ha o dever de o confutar; e, se for nocivo, é necessario atalhar a diffusão delle. Bastam estes principios, dictados por um são criterio, para se ver quão falsas sejam em theoria as chamadas liberdades modernas.

Ora, já antes vimos como a Igreja catholica é a unica *verdadeira e obrigatoria* para todos os homens. Só ella, pois, tem o *direito* de, por vontade de Deus, se propagar pelo mundo e de se impôr á fé e á obediencia de todos os homens.

Daqui se segue, como consequencia, que ninguem, quer seja individuo, quer seja governo, pode legitimamente negar nem contradizer este *direito* que exclusivamente pertence á Igreja; e ninguem pode reconhecer ao erro e ao mal, á heresia, á impiedade e á immoralidade um *direito natural* á sua existencia ou á sua propagação na sociedade humana.

Por aqui se vê como em *these* pesa sobre as liberdades modernas uma *condemnação* indispensavel; pois que, o que são ellas afinal, senão uma approvação de direitos ao erro e ao mal e uma como recusa de respeito e de protecção aos legitimos e sagrados deveres, que só e exclusivamente cabem á Igreja. É isto o que se deduz da propria definição destas liberdades, que acima se deu.

2. Alem de falsas nos seus principios, são tambem grandemente funestas estas liberdades, pelas *desastrosas consequencias* que trazem aos individuos e á sociedade. «Os males dos tempos modernos, tantos em numero, como

em sua gravidade a todos patente, nasceram em grande parte, diz Leão XIII, dessas tão gabadas liberdades, em que se julgou estarem encerrados os germens de salvação e de gloria. Mas esta esperanza desvaneceu-se por completo ante a realidade dos factos; porque em vez de fructos suaves e salutaes só deram fructos amargos e venenosos». Apontemos só alguns destes desastrosos effeitos, causados pela applicação destas doutrinas liberaes.

O *primeiro* effeito foi o *enfraquecimento* gradual e a *extinção* da fé e da religião. É difficil ao homem, ainda que seja instruido, eximir-se á influencia do ambiente social em que vive. Quando este ambiente lhe offerece o espectáculo da indifferença religiosa, quantas difficuldades não sente elle para, de alma e coração, se conservar fiel á religião e para pôr constantemente em practica as obrigações, que ella lhe impõe? Que será, pois, quando as massas populares ignorantes virem os chefes de Estado e os homens encarregados das funcções publicas mostrarem-se indifferentes para com a verdadeira religião e não fazerem nenhuma distincção entre o erro e a verdade catholica? Bem depressa perderão os sentimentos religiosos e moraes, e olharão a religião como coisa de pouca ou de nenhuma importancia.

Mas supponhamos mesmo que estes exemplos não exercessem sobre o povo uma influencia deletéria; bastaria só a imprensa, muito lida e perversa, auxiliada pelo ensino neutro, para lenta e seguramente arruinarem a fé nas almas e nos corações. E porque os liberaes contam com este resultado lento, mas infallivel, das liberdades modernas, é que elles por vezes se esforçam em moderar as impaciencias dos que quereriam recorrer á força e a guerra aberta para acabarem com a Igreja.

O *segundo* effeito produzido pelas ideias liberaes é a *prevaricação do coração*; porque da perversão das ideias se passa facilmente á dos costumes. Quem não tem amor de Deus nem temor da sua divina justiça nem a esperanza de um eterno galardão, que freio ou estimulo pode ter para de todo não ceder á violencia das paixões? Vive o homem sedento de prazer e de felicidade; mas, se a não busca, onde ella realmente se encontra, que é em servir e amar a Deus, a quem servir é reinar, e na paz

da consciencia, alentada com a esperança e antegostos dos bens eternos, forçosamente a irá buscar nos gozos das paixões, por grosseiras e aviltantes que sejam. Evidencia-nos a experiencia tão palpavelmente este ponto que é desnecessario insistir mais nelle.

O *terceiro effeito* é o dos males que ameaçam a sociedade moderna. Livre e desembaraçada a sociedade do freio salutarissimo da religião, como não lançarão os pobres os seus olhares cubiçosos para a fortuna dos ricos, e como não se apossarão, ao sentirem-se fortes, do que lhes excita a cubiça? «Será porventura para admirar, observa Leão XIII, que desherdados da fortuna aspirem por subir-se até aos palacios e por gozarem a fortuna dos que vivem mais ricos? Será para admirar que desapareça da vida publica e privada a *tranquillidade* e que o genero humano quasi se veja reduzido aos extremos perigos de vida?»

A um tal estado de coisas levam logica e inevitavelmente os principios falsos do liberalismo. Afinal os anarchistas dos diversos paizes não fazem senão tirar as consequencias ultimas destes principios e pol-as em practica. É verdade que a grande maioria dos que professam estas doutrinas e as encarecem, não olham ás suas fataes consequencias. Mas a sua imprevidencia não tira a sua força á logica, que é inexoravel; e porisso cedo ou tarde produz aquella doutrina os seus fructos e se revela pelo actos, que são a desordem e as revoluções. As estatisticas criminaes ahi estão para, pela crua realidade dos factos, darem a prova de como tudo isto é verdade¹.

Uma objecção. Mas, dizem, Deus deixa aos homens a liberdade de terem as suas ideias e de escolherem a sua religião. E não ha de o Estado imitar a Deus?

1) «Tirando-se-lhe a creença na outra vida, ha de o homem do povo necessaria e legitimamente exigir a egualdade nesta vida; e a exigirá de facto em nome de uma logica terrivel, com o rancor no coração e o bácamarte em puño. Ah! a minha alma não é senão um fermento e Deus não passa de uma hypothese! Tiraes-me o incommodo terror do inferno e roubaes-me a esperança aprazivel do paraiso. Está bem; como não ha para nós nem temores nem esperanças de uma outra vida, só nos resta esta terra. E esta queremos-a e tel-a hemos». Mons. Mermillod. Veja-se tambem o que a este proposito dizemos no cap. V.

1. Pode-se *responder* a isto *indirectamente*: a) Tam-bem Deus permite haja ladrões, assassinos e enganadores. Segue-se daqui porventura que a sociedade faz mal em encarcerar os ladrões, em organizar os serviços policiaes ou em proteger os incautos contra as falsificação das drogas?

b) Deus deixa realmente a liberdade ao homem, mas é a liberdade physica e não a liberdade moral; pois que lhe impõe uma lei moral, garantida por ameaças e castigos contra os transgressores, o que salvaguarda o bom uso da liberdade humana. Se, pois, o Estado tem que imitar a Deus, tambem ha de ter as suas leis com ameaças e castigos para reprimir ou prevenir os attentados contra o bem commum.

2. *Respondendo*, porem, *directamente*, diremos que Deus estabeleceu a auctoridade domestica e a publica afim de auxiliar os homens na practica do bem e na consecução da sua felicidade. Ora, as mentiras, como mostra a experiencia de todos os dias, encontram sempre muita gente credula, e os enganadores logram sempre illudir muitos incautos. A liberdade, concedida aos erros religiosos e moraes para se poderem diffundir e propagar á vontade, é grandemente nociva para muitos cidadãos e compromette um bem tão importante como é o da unidade na posse da verdade. Quer Deus que, por conseguinte, a auctoridade civil facilite, dentro da sua esphera de acção, o livre exercicio do bem e que difficulte, segundo a medida das suas forças, a practica do mal; e isto nunca se fará melhor que por uma sancta alliança della com a Igreja de Jesus Christo, o que necessariamente implica a exclusão dos falsos cultos, no caso de a ruindade dos tempos ou certas circumstancias especiaes não exigirem antes a tolerancia, de que agora nos vamos occupar.

III. — Sobre a tolerancia

Não se vá, porem, a inferir do sobredito que nenhum catholico pode acceitar uma Constituição que admita a liberdade de cultos, o que seria falso. Oçamos o que a este proposito nos diz Leão XIII:

« Nos seus procedimentos maternas toma a Igreja em consideração as fraquezas que opprimem a natureza humana, e não desconhece os movimentos que, em nossos tempos, agitam os espiritos e a realidade das coisas.

E por esta causa, ainda que ella não conceda direitos senão ao que é verdadeiro e justo, não se oppõe, comtudo, á tolerancia, que os poderes publicos julgam poder usar para com certas coisas contrarias á verdade e á justiça, tendo em vista evitar maiores males, ou alcançar e conservar maiores bens. Por outras palavras, se a Igreja necessariamente tem de condemnar os *principios* das fementidas e damnosas liberdades modernas, não tem por outra parte difficuldade em reconhecer que ha *conjuncturas*, em que estas liberdades licitamente podem ser *toleradas*. »

Suppõe a tolerancia sempre alguma coisa má, que se supporta e acceta por haver para isso graves razões. « Se a Igreja julga, diz o mesmo Pontifice, que não é licito pela lei egualar os diversos cultos á verdadeira religião, não condemna, sem embargo, os diversos chefes de Estado que, afim de alcançarem um bem ou de evitarem um mal, toleram practicamente que cada um desses cultos tenha lugar no Estado ».

Não se pode evidentemente reconhecer ao homem o *direito natural* de professar qualquer religião, e de, pela imprensa e pelo ensino, propagar qualquer doutrina. Não podem ser ao mesmo tempo verdadeiras todas as religiões e todas as doutrinas. É por consequencia falso o poder-se-lhes *em these* ou principio guardar respeito, porque isto faria suppôr que o homem é que sobre estes pontos manda e que pode segundo os seus caprichos formar uma lei religiosa e doutrinal, o que é inadmissivel.

Acontece, porem, haver muita gente que está de boa fé, e haver paizes que contam seitas religiosas diversas, cujos preconceitos e modos erroneos de pensar podem ter muitas explicações. Todos, alem disto, sabem quanto é difficil chegar sobre muitos pontos a convencer e levar a gente á verdade; e ainda mais difficil é levar todas as vontades á practica do bem. Neste caso ou *nesta hypothese*, pode o Estado tolerar, para bem da paz interna, a diversidade de pensar e de procedimentos, contanto

que não vão de encontro a um certo codigo de obrigações, necessarias e indispensaveis ao bom funcionamento da vida social¹.

Indiquemos algumas provas que demonstrem a legitimidade desta tolerancia nas circumstancias acima apontadas.

1. A RAZÃO DO MAL MENOR. De dois males inevitaveis deve escolher-se o menor delles; e assim se pode muito bem tolerar este mal, afim de evitar o outro mal maior. Quando, pois, num paiz e num determinado tempo estas liberdades modernas já, por exemplo, se acham inscriptas na Constituição e já as leis deste paiz são postas em execução e passaram á vida practica, pode dar-se o caso de a verdade e a religião soffrerem menor mal em se deixarem correr as coisas como estão; evita-se deste modo um mal maior. Querer em tal conjunctura abolir as liberdades já radicadas, não seria salvaguardar os interesses da Igreja, mas excitar contra ella os odios e as represalias e expôr o Estado a perturbações e tristes discordias.

2. O ENSINO THEOLOGICO está de accordo com esta doutrina. Reconhecem, com effeito, os theologos, pelo seu mestre S. Thomaz, ser em certos casos legitima a tolerancia até do culto pagão. Com maior razão são toleraveis as liberdades modernas, pois os seus abusos, ainda os mais extremados, não vão, como no paganismo, até a deificação das creaturas e dos vicios.

3. A CONDUCTA DA IGREJA prova tambem como é legitima esta tolerancia. Se nunca fosse licito tolerar as liberdades modernas, teria ella obrigado Constantino a que

1) Esta distincção entre *these* e *hypothese* encontra-se num sem numero de questões da vida practica; e o bom senso a tem muitas vezes presente á sua consideração, ainda que não repara nella. A *hypothese* é a applicação dos principios da *these* á vida practica, em conformidade com as *circumstancias*, em que se hão de applicar esses principios. Assim, por exemplo, deve um pae corrigir um filho, que procedeu mal; é a *these*. Mas corrigil-o numa determinada occasião e de uma certa forma, pode vir a ser uma imprudencia; eis a *hypothese*. Os alimentos são necessarios á vida animal; é a *these*; mas seriam um veneno para um determinado doente; eis a *hypothese*. Uma coisa parecida passa com a verdadeira religião. Possui ella os seus direitos inalienaveis e exclusivamente seus; mas podem dar-se circumstancias, em que se não possa exigir uma applicação rigorosa dos seus direitos, e que, por consequente, se haja de conceder a tolerancia ao erro ou ao mal.

no proprio dia da sua conversão banisse do seu imperio o culto dos falsos deuses. E, no caso de um principe protestante voltar á verdadeira fé, houvera logo exigido delle a immediata abolição da liberdade até alli concedida aos vassallos de professarem o protestantismo. Ora, não é assim que a Igreja procede; e não é neste sentido que Gregorio XVI e Pio IX condemnaram estas liberdades. Resumiu muito bem esta doutrina a *Civilla Catholica*, em data de 1868:

«Alóra algumas raras excepções, todos os catholicos sinceros concordam em que o principio da liberdade de cultos é um *absurdo*. E realmente não será porventura um principio monstruoso, o equiparar-se a verdade ao erro, ou o encaremos do ponto de vista social ou do individual? Professam, pois, os catholicos que um tal principio não podê deixar de ser *por sua natureza* nocivo para a ordem politica; admittem, comtudo, que convem em certos casos saber supportar este mal, porque ha circumstancias em que, pela má disposição dos individuos, se lhes não podem impôr os ensinamentos catholicos a não ser pela violencia, o que está em opposição com os sentimentos da Igreja. Matar-se-hiam os doentes se se lhes applicasse o regimen dos sãos; mas quem, estando em seu juizo, poderá affirmar que o regimen proprio dos doentes é o *ideal* da hygiene, a que toda a gente se deve submitter? É impossivel, a não ser com uma bem entendida liberdade de cultos, governar um povo, em que já não exista a unidade religiosa, e em cuja sociedade haja a diversidade de crenças. Mas apresentar este estado de coisas como um estado de perfeição social, pretender que esta liberdade de cultos haja de introduzir-se lá onde uma tal innovação não é exigida por uma urgente necessidade, seria tão absurdo como o dizer-se que os medicamentos são o verdadeiro alimento do homem, ou que o unico modo de conservar numa casa a pureza de costumes seria escancarar as suas portas a todos os devassos e perversos.»

As *consequencias* que daqui, como corollarios, se deduzem, nos dão a solução para muitas difficuldades, embora apparentes apenas. E são:

1. Que não ha incompatibilidade alguma entre os deveres de um bom *catholico* e os de um bom *cidadão* num paiz, em que as liberdades modernas se acham sancionadas na Constituição.

2. Que tem facil explicação a diversidade da *conducta* da Igreja para os differentes paizes, no que respeita á liberdade dos cultos, concedida aos povos dissidentes. Num Estado em que a Igreja gozasse de todos os seus direitos, faria ella mal ás almas, se cedesse um logar tambem ao erro e ao mal; e neste caso faltaria aos seus deveres se sobre este ponto permittisse alguma innovação. Mas num paiz em que, pelo contrario, a verdadeira religião vive opprimida, em que quasi não existe a liberdade senão para os que a atacam e lhe estorvam a acção, já ella se contenta com a tolerancia civil, e acceita um estado de coisas, que lhe permite salvar ao menos uma parte dos seus direitos. (*Encyclica Libertas prastantissimum*).

3. Numa nação regulada por uma Constituição, que concede a todos liberdade de cultos, *pode* a Igreja e *deve* exigir com energia a parte que, em virtude da mesma Constituição, lhe vem a caber. De nenhum modo abandona, quando assim procede, os seus proprios principios nem renuncia a algum dos seus direitos; faz simplesmente o que faria um proprietario que se visse pelo socialismo triumphante despojado de todos os seus bens, e que depois, em virtude dos principios mesmos do socialismo, exigisse a quota que dos bens em commum lhe coubesse. Está claro que este proprietario não renunciaria por isso nem abdicaria dos seus direitos de propriedade, senão que procuraria reaver uma parte ao menos dos bens, de que injustamente se viu desapossado, allegando como argumento *ad hominem* os principios do proprio socialismo.

OBSERVAÇÕES: — 1. Não se deve confundir de forma alguma a tolerancia *practica*, de que acabamos de fallar, com a tolerancia *theorica* ou dogmatica, que equivale a um indifferentismo religioso *theorico*. A tolerancia dogmatica é *essencialmente má* e expressamente condemnada pela Igreja e pela logica.

2. Se bem que a tolerancia civil seja licita nos casos acima apontados, não deixam, contudo, de ser reprovados pela consciencia os actos maus por ella assim tolerados. Se, pois, o poder civil, a pretexto da liberdade de imprensa, deixa proferir as mais horrendas blasphemias ou colportar as publicações immoraes, não é a tolerancia do Estado que ha de, aos olhos de Deus, justificar os que assim são propagadores do mal. E diga-se o mesmo de todos os actos intrinsicamente maus, que por graves motivos os legisladores muitas vezes toleram; pois que os que os praticam, commettem delictos, de que a seu tempo o supremo Legislador lhes ha de pedir conta.

3. De nenhum modo pode a Igreja permittir que se defenda, como *these geral e absoluta*, que a liberdade concedida aos cultos heterodoxos e á propaganda do erro e do mal seja a mais conforme á natureza humana e á verdadeira civilisação. Não é um ideal nem um progresso, mas um retrocesso, um compromisso, imposto pelo estado moral da sociedade hodierna. E porisso é que Pio IX condemnou a seguinte proposição: «A *melhor condição de qualquer sociedade politica* exige que hoje em dia o Estado seja constituido e governado sem nada se preocupar com a religião, como se ella não existisse, ou pelo menos sem fazer distincção alguma entre a verdadeira e as falsas».

4. Harmonisa-se, contudo, esta severidade de principios com a practica muito atilada de conciliação, que os catholicos vão aprender no proprio Evangelho. Comtanto que as liberdades modernas sejam objecto de uma honrada transacção entre dois partidos, sempre o pacto, que as firma, encontrará nos catholicos os seus mais sinceros e escrupulosos observadores. Não serão elles por certo os que pensarão em desapossar pela violencia os seus adversarios. Aos que lhes objectam que só lhes faltam a audacia e a força para deitar abaixo o regimen vigente, podem elles com sinceridade e com razão responder: «Nós pensamos em convencer e converter os nossos adversarios, mas nunca em os ganhar pela força». Ha já mais de oitenta annos que, por exemplo, a historia da Belgica independente vem com toda a evidencia demonstrando que nunca as liberdades exaradas

na sua Constituição foram mais respeitosa e guardadas que durante o tempo, em que os catholicos tiveram as reideas do poder. Os peiores inimigos da liberdade vão encontrar-se entre os que em theoria se proclamam propugnadores das liberdades modernas.

Resumo da doutrina catholica sobre o liberalismo e as relações entre a Igreja e o Estado

Como esta questão do liberalismo e das relações entre a Igreja e o Estado é de grande momento e de muita actualidade, julgamos bom dar aqui um resumo authentico da doutrina catholica sobre este ponto, para o que nós bastará transcrever o commentario que, baseando-se em documentos authenticos, nos dá o P. Choupin ácerca da proposição 55 do Syllabo.

«*Ecclesia a Statu, Statusque ab Ecclesia sejungendus est*. A Igreja deve estar separada do Estado, e o Estado deve estar separado da Igreja.»

Esta doutrina é falsa, funesta á Igreja e ao Estado, e foi sempre condemnada pelos soberanos Pontifices; e em particular por Gregorio XVI, Pio IX, Leão XIII e Pio X.

«Não podemos, diz Gregorio XVI, augurar tempos mais propicios para a Igreja e para o Estado, ao vermos os desejos dos que com tanto ardor pedem a separação entre a Igreja e o Estado e a ruptura da concórdia entre o sacerdocio e o imperio. É um facto averiguado que, o que os promotores da mais desenfreada liberdade sobretudo temem, é esta concórdia, que sempre foi salutarissima e felicissima para a Igreja e para o Estado.»

E Pio X, na sua bella encyclica *Vehementer*, que solemnemente condemna a lei da separação entre a Igreja e o Estado, votada pelo governo francês (1905), resume admiravelmente a doutrina catholica e os ensinamentos dos seus predecessores ácerca desta questão fundamental.

«Que seja necessario separar-se a Igreja do Estado, é *uma these* absolutamente falsa, e *um erro* grandemente pernicioso. Pelo facto de ella se basear no prin-

cipio de que o Estado não deve reconhecer nenhum culto religioso, se torna antes de tudo gravemente injuriosa a Deus, pois que o Creador do homem é também o fundador das sociedades humanas, e lhes conserva a existência, do mesmo modo que a conserva para os indivíduos, pelo que lhe devemos um culto tanto privado como publico e social.

«É em segundo logar esta these uma negação manifesta da ordem sobrenatural, porque restringe a acção do Estado só á prosperidade material durante esta vida, o que não é senão o fim proximo das sociedades politicas, e descarta por completo, olhando-o como se lhe fosse extranho, o fim ultimo dos cidadãos, que é a bemaventurança eterna, que lhes está promettida, quando esta vida, em si curta, chegar ao seu termo. E, comtudo, estando esta ordem de coisas, que vão perpassando, subordinada á consecução deste bem supremo e absoluto, de nenhum modo pode o poder civil pôr obstaculos á consecução d'elle, mas antes o deve grandemente favorecer.

«Arruina igualmente esta these a ordem por Deus sapientissimamente estabelecida no mundo, ordem que exige uma perfeita concordia entre as duas sociedades. Têm, afinal, estas duas sociedades, a religiosa e a civil, os mesmos membros a ellas subordinados, ainda que cada uma exerça sobre elles a auctoridade dentro de uma esphera de acção, propria a cada uma das duas; pelo que forçosamente ha de haver pontos de contacto, que ellas têm de considerar como da alçada de ambas. Ora, dando-se o caso de não haver harmonia entre ambas, facilmente começam logo a pullular os germens da discordia, que de ambos os lados se irão aggravando; ficará confusa a noção dos verdadeiros interesses, o que causará nas almas uma grande perplexidade.

«E, emfim, occasionará esta these graves danos á propria sociedade civil, a qual não pode prosperar nem conservar-se por muito tempo, quando nella se não dá o devido logar á religião, regra summa e mestra soberana de tudo o que respeita aos direitos do homem e aos seus deveres.

«Porisso é que nunca os romanos Pontifices deixaram de confutar, segundo o pediam os tempos e as cir-

cumstancias, e de condemnar a doutrina da separação entre a Igreja e o Estado. Nosso illustre predecessor Leão XIII, de um modo especial, expoz por diversas vezes e por uma forma admiravel, quaes deveriam ser, segundo a doutrina catholica, as relações entre ambas as sociedades. «Ha de necessariamente existir entre as duas, diz elle, uma união, que com muita verdade se pode assemelhar á que une o corpo e a alma». E accrescenta mais: «Não podem as sociedades humanas haver-se na sua acção social, como se Deus não existisse, o que as tornaria culpadas; nem podem recusar-se a favorecer a religião, olhando-a como uma coisa extranha ou como, se ella lhes não servisse para nada... Quanto á Igreja, que tem ao proprio Deus por auctor, o excluiu-a da vida activa da nação, das leis, da educação da juventude e da vida da familia, é commetter um *erro grandemente pernicioso*».

O admittir, pois, que um Estado possa ser atheu e indifferente em materia de religião, é admittir uma these falsa, e contraria á religião e ao direito natural. E tem elle obrigações para com a religião, do mesmo modo que para com a Igreja.

«O julgar-se, diz Leão XIII, que, emquanto á religião, é *indifferente* o ter ella qualquer das formas heterogeneas e encontradas, vale o mesmo que não ter nenhuma e não se importar com nenhuma; é o atheismo, ainda que a assim se não chame. Quem effectivamente crer em Deus, se for consequente, e não quizer cair num absurdo, tem forçosamente de admittir que de nenhum modo podem os diversos cultos em voga, tão differentes entre si, tão heterogeneos e encontrados, mesmo em pontos de summa importancia, ser igualmente bons deante de Deus e igualmente acceites.»

E depois de ter lembrado os ensinamentos dos seus predecessores, resume o mesmo Pontifice os principios catholicos sobre esta momentosa questão das relações entre a Igreja e o Estado, para concluir com estas palavras: «Em vista destas decisões dos soberanos Pontifices é força admittir-se que o poder publico deriva de Deus e não da multidão; que o direito de rebellião é contrario á razão; *que não se importar com os deveres*

religiosos ou tractar de equal modo as diversas religiões nem é licito aos individuos nem ás sociedades; que a liberdade ampla de pensar e de trazer a publico as suas ideias de nenhum modo se deve contar entre os direitos dos cidadãos, nem deve ser tida como coisa digna de favor e de protecção.

«É tambem necessario admittir que a *Egreja*, do mesmo modo que o Estado, é por sua natureza e com todo o direito uma sociedade perfeita; que os possuidores do poder não podem escravisar, nem subjugar a *Egreja*, nem tolher-lhe a liberdade dentro da sua esphera de acção, nem desapossal-a de qualquer dos direitos que pelo seu divino Fundador lhe foram concedidos.

«Nas questões de direito misto é conforme com a natureza e com os designios de Deus não separar um poder do outro, e muito menos ainda o pô-los em lucta; senão que é mister firmar entre elles uma concordia que esteja em harmonia com as peculiares attribuições que cada sociedade por sua natureza possui.»

Taes são as normas pela *Egreja* catholica traçadas com respeito á constituição e governo dos Estados. Não condemniam estes principios e decretos, se judiciosamente se interpretarem, nenhuma das formas de governo usadas pelos povos, já que nada em si têm, que repugne á doutrina catholica e muito bem podem, pautando-se pela prudencia e pela justiça, garantir a prosperidade publica. Mais ainda: não é em si condemnavel que o povo tome uma parte maior ou menor no governo, o que até pode em certas occasiões e sob uma determinada legislação vigente ser não só uma vantagem, mas um dever para os cidadãos. Ninguém, alem disto, pode com motivo justo accusar a *Egreja* de ser a inimiga de uma judiciosa tolerancia ou de uma sã e legitima liberdade. Se, com effeito, a *Egreja* não considera como licito que se equiparem os diversos cultos á verdadeira religião, não condemna, comtudo, os chefes de Estado que, tendo em vista alcançar um bem ou evitar um mal, toleram que cada um desses cultos tambem tenha logar nos seus Estados. Alem de que, sempre a *Egreja* tem procurado com o maior cuidado que ninguem seja constrangido a abraçar contra a sua vontade a fé catholica, porque, como

atiladamente observa Sancto Agostinho, *não se pode crer senão com toda a vontade.*

IV. — Algumas noções sobre a liberdade e as suas diversas especies

Convem accrescentar aqui algumas noções ácerca da liberdade, porque poucas são as questões que, por causa da irreligião ou da má fé, se achem envolvidas de maiores erros, de mais perigosos sophismas. «Se, nas discussões que estão em voga ácerca da liberdade, observa Leão XIII, se tomasse este termo no seu sentido legitimo e racional, como a recta razão o entende e as nossas palavras o acabam de expôr, ninguem ousaria diffamar a *Egreja* com a censura, que muito injustamente lhe lançam em rosto, de que ella é inimiga da liberdade dos Estados. Foi a *Egreja* sempre grandemente benemerita deste excellento dom da nossa natureza, e nunca deixará de o ser. E, não obstante isto, é grande o numero dos homens que julgam a *Egreja* adversa á liberdade humana. A causa disto está em elles darem a esta palavra um sentido defeituoso e como que avesso ao que ella tem; pois que pela deturpação feita ao seu sentido ou pela exaggerada accepção que lhe dão, acontece applicarem-na a muitas coisas em que, a juizo de um são criterio, um homem de nenhum modo se pode dizer livre». Quantos não confundem, por exemplo, a liberdade com a independencia¹, ou o simples poder physico que temos de poder praticar o mal, com o *direito* de o praticar!

A palavra liberdade, considerada em geral, traz consigo a ideia de carencia de uma coacção qualquer; mas,

1) Para alguém ser independente, é preciso não dever nada a ninguem, e, por consequente, não ter recebido nem ter de receber nada de quem quer que seja. Esta independencia absoluta só pertence e não pode pertencer senão a Deus, porque só Elle possui em si a razão da sua existencia e de todas as perfeições, só Elle tem por fim a si mesmo e é a fonte da sua felicidade infinita. O homem, pelo contrario, recebeu de Deus a sua existencia, as suas faculdades e tudo quanto serve para as desenvolver e exercitar; se Deus deixasse um só instante de amparal-o, cairia immediatamente no abysmo do nada. Daqui se segue que o homem é dependente por completo e a todo o instante do seu creador, e dependente por essencia, pois é essencialmente uma *creatura*. É mais o é, se fosse possível, na ordem da graça e da gloria, a que a divina bondade o elevou.

assim como ha diversos generos de coacções, assim ha tambem *diversas especies* de liberdades; pois uma é a liberdade physica ou *psychologica*, e outra a liberdade *moral*; e nem mesmo a liberdade *politica* se pode confundir com a liberdade *civil* ou *social*; e ainda quando se falla das *liberdades modernas* se dá um sentido diverso á palavra liberdade.

1. A liberdade *physica* ou *psychologica*, que tambem se chama liberdade de indiferença, liberdade de escolha e *livre arbitrio*, consiste numa disposição mediante a qual a vontade, não obstante possuir todas as condições necessarias para practicar uma determinada acção, conserva ainda a faculdade ou o poder (physico) de practicar ou não practicar essa acção, e de por si mesmo se determinar a fazer uma coisa ou a fazer outra. Não é a faculdade de *fazer mal* que constitue uma qualidade essencial para se poder ser livre. Deus é infinitamente livre e, comtudo, não quer senão o bem, escolhe *livremente* o bem que, entre as suas diferentes formas e graus de perfeição, Elle quer escolher, para o realisar na ordem creada. Tambem os bemaventurados no céu são livres, e, sem embargo, o mal é para elles inteiramente impossivel, porque logrando a plena luz da summa verdade e gozando o infinito Bem, de nenhum modo podem ter a velleidade de renunciar a tão perfeita felicidade¹.

Que o homem tenha a liberdade *physica* é um facto, como já vimos, incontestavel; mas de nenhum modo se pode dahi inferir que tambem tenha a liberdade *moral* ou esteja isento de obrigações².

1) Deve esta liberdade de escolher entre o bem e o mal ser considerada como uma imperfeição ou como um defeito? Não ha duvida que supõe uma imperfeição, que é a de perder a felicidade eterna. Uma semelhante liberdade repugna á infinita perfeição de Deus; e seria um mal na creatura, que já mereceu a bemaventurança eterna. Para nós, no estado presente, é um *bem relativo*, porque por ella podemos merecer um bem infinito, que a seu tempo poderemos lograr, como galardão dos nossos proprios esforços.

2) Houve, comtudo systemas philosophicos, chamados fatalistas (o fatalismo anda naturalmente associado ao materialismo) e deterministas, que ousaram negar o livre arbitrio. Mas esta negação não existe nem pode existir senão nos seus livros; é rejeitada por todo o genero humano, e desmentida pelas acções, pelas palavras e pelos escriptos desses mesmos philosophos. Todas as linguas tem palavras para designar a virtude e o vicio, o merecimento e o desmerecimento, o louvor e a censura, a recompensa e o castigo, a consciencia e o remorso; e ou a ordem justa que se impõe, ou a lei que se promulga, ou o conselho que se pede, ou o arrependimento que se manifesta, ou o castigo que impõe, tudo,

2. A obrigação *moral* consiste na necessidade que o homem tem de conformar as suas acções com a lei ou regra dos costumes, sob pena de perder o seu fim ultimo.

Está claro que nós *não podemos* licitamente *fazer* tudo o que pelas forças naturaes nos é dado pôr em practica; não podemos fazer o que vae contra a nossa consciencia. O bandido, que se embrenha no espesso de um bosque ou que publicamente assalta um pacifico viajante, tem nos seus musculos a força para manejar o bacadarte ou o punhal para assassinar os seus irmãos; mas direito para o fazer é que elle não tem. Ha, portanto, uma differença *essencial* entre o *ter poder* no sentido de ter força, e o *ter poder* no sentido de ter licença ou faculdade.

É, por consequencia, absolutamente falso o dizer-se: o homem é livre, logo não está sujeito a nenhuma auctoridade; a consequencia contraria é que é a legitima e verdadeira. O homem, por ser livre, é responsavel pelos seus actos e susceptivel de contrahir obrigação; é livre, mas deve fazer um *uso legitimo* da sua liberdade; é livre, mas deve regar ou pautar a sua liberdade pela vontade e preceitos de Deus e da auctoridade, que delle dimana. Querer subtrahir-se, ou de todo, ou em parte ao dominio essencial de Deus sobre a sua creatura é, alem de uma loucura, uma feia ingratidão e um crime. Reconhecer-se, pelo contrario, nos procedimentos de toda a sua vida particular ou publica, inteiramente dependente daquelle que é junctamente a Sabedoria omnisciente, a Bondade sem limites e o Bem soberano, é a maior felicidade do homem, e ao mesmo tempo o mais imperioso dos seus deveres.

«A verdadeira liberdade, e que é para desejar na ordem individual, é, diz Leão XIII, a que não deixa que o homem seja escravizado pelos erros e paixões, que são

emfim proclama a liberdade humana e demonstra qual é o sentir tanto do vulgo como do philosopho. Só agentes livres é que podem ser encaminhados por ordens sancionadas por ameaças de castigos *futuros*. Não procedemos nós de um modo completamente differente para com os que não tem o uso pleno da sua mente, como são as crianças e os freneticos, e para com os que tem o uso pleno das suas faculdades? Sabemos perfeitamente distinguir entre as algebras de um gaulete e as de um louco. Donde provém esta differença senão do livre arbitrio? Só elle é que nos apresenta o primeiro como um culpado, e não o segundo, que se nos apresenta só como um demente infeliz (Veja-se a Introeccção).

os peiores tyrannos». «Numa sociedade de seres racionais, a liberdade digna deste nome, ou digna delles, não consiste em elles fazerem o que lhes apraz, mas em poderem, auxiliados pelo amparo das leis, levar uma vida mais facilmente conforme com as prescripções da lei eterna». E já antes dissera o mesmo, ainda que por outras palavras: «A liberdade não pode consistir senão em se fazer o que se deve querer». Proceder contrariamente ás luzes da razão e da fé, preparar-se a sua degradação e a sua propria desgraça, não é usar, mas sim *abusar* da sua liberdade. O que constitue a nobreza e a dignidade do nosso ser é o dominio que a nossa vontade possui para escolher os meios conducentes á consecução do nosso fim ou, por outras palavras, o poder praticar *livremente* o bem», e assim enthesoirar merecimentos para a outra vida.

3. A liberdade *política* é de duas especies. a) A *exterior*, que se chama independencia nacional, e que é, está claro, approvada pela Igreja, pois que sempre ella proclamou o dever de seus filhos mostrarem efficazmente o amor á sua patria, e de, sendo preciso, expõem as suas vidas para a defenderem contra os seus inimigos.

b) A *interior*, que consiste em o paiz se governar não por um poder rigorosamente absoluto, mas temperado, mediante a participação do povo no governo delle. Este genero de participação faz-se de ordinario por meio do suffragio, que pode ser, ou não, universal e egualitario, e pela eleição de membros, representantes seus no Parlamento. Estes direitos politicos variam, segundo a forma de governo é monarchica ou republicana; e differem, mesmo, de nação para nação.

Comtanto que fiquem resalvados os *sagrados direitos da religião, da consciencia* e da justiça, e que elles gozem o *devido respeito*, a questão da forma de governo pouco ou nada interessa á Igreja; accomoda-se com todas, porque tanto na *monarchia* como na *republica* se podem muito bem salvar as almas.

4. A liberdade *civil* assegura aos cidadãos o uso pacifico dos seus direitos individuaes e os defende contra

os vexames dos seus concidadãos e do poder. Facultalhes ella o exercerem mais facilmente a sua actividade na esphera da ordem e do bem. Gozam para este fim umas certas garantias sancionadas pelas leis, as quaes se chamam *direitos civis*, como são a inviolabilidade de domicilio, a garantia do segredo epistolar, certas formalidades requeridas nas prisões, nos encarceramentos, etc.; em summa, todos os meios tendentes a salvaguardar o respeito á pessoa do cidadão, havida como uma coisa quasi sagrada.

Podem a liberdade politica ser realmente *boa* e para desejar; mas os liberaes modernos, cujas tendencias são para cercear e absorver os mais sagrados direitos dos individuos, da familia e das associações particulares, para assim tornarem *effectiva a centralisação universal*, muito se empenham em fazer crer que a liberdade por excellencia consiste no exercicio dos direitos eleitoraes; mas realmente que me importa a mim o dispôr pelo meu voto de uma centimillesima ou uma millionesima parte da influencia para a constituição dos poderes publicos, se este governo, que eu ajudei a constituir, vem depois, por um sem numero de leis e por uma burocracia ridicula, acorrentar a minha actividade, ou regular, segundo os seus caprichos, cada um dos meus actos e amargar-me a vida inteira com a servidão de imposições futeis?

Para cada individuo é a liberdade civil a mais preciosa de todas; porquanto é a que exerce influencia mais directa sobre a sua felicidade presente e sobre seu futuro destino. Os direitos politicos não são, afinal, appeteciveis senão emquanto *garantem* os direitos e liberdades particulares; e cem vezes mais preferivel seria uma autocracia que respeitasse a minha pessoa, a minha familia, os meus bens, do que uma democracia, em que um bando de cidadãos dispõe de influencia para opprimir e tyrannisar os demais.

A historia do seculo presente, em que se não cessa de fallar em liberdade, ahi está a demonstrar-nos com toda a evidencia que a oppressão da verdadeira liberdade, e mórmente da liberdade das consciencias catholicas, é o sonho dourado dos que se empenham em arruinar a Igreja.

ja, para sobre as suas ruínas erguerem uma sociedade genuinamente naturalista e atheia.

Os factos sobremaneira relevantes demonstram quão sympathica foi para a Igreja, no correr dos seculos, a liberdade civil; e quem, afinal, lançou na sociedade os fundamentos da verdadeira liberdade senão a Igreja? Não foi ella que no meio da horrenda perversão das idéias e dos costumes pagãos lembrou, e com resultado admiravel, aos homens que elles eram todos irmãos e todos ante Deus eguaes? Não a propõe ella a todos, governantes e governados, como um dever de justiça e de caridade? Foi ella, afinal, a que efficaçmente trabalhou, por meio dos seus ensinamentos e das suas instituições, para a reabilitação da mulher, da criança, do pobre, do operario, de todos, enfim, cujos direitos eram por todos os modos postergados, ou, digamos com mais verdade, absolutamente calcados aos pés.

CAPITULO IV

Algumas das accusações que se fazem contra a Igreja

Nunca a Igreja, sancta em seu Fundador e sempre pura na sua doutrina e na sua moral, deixou de encaminhar os seus filhos para a practica das mais bellas e até das mais heroicas virtudes. E, porisso, não obstante as fraquezas da humanidade e a grande força das paixões, jamais deixou de haver entre os catholicos uma grande multidão de sanctos, de apóstolos, de martyres, de homens de grande e nobre character, incapazes de baixezas e promptos a levar a cabo obras da mais subida perfeição e da mais sublime caridade.

Mas não deixa o christão de ser um homem livre, e nem a graça do baptismo, nem tambem a do sacerdocio anniquillam as propensões que o puxam para o mal. Mesmo no collegio apostolico houve quem atraçoasse o divino Mestre. E no correr dos seculos houve sacerdotes, bispos e até Papas, que faltaram ás obrigações do seu estado.

E o que se segue dahi? Que é falsa a sua doutrina? Mas nunca a esta doutrina nem á Igreja docente foi jamais concedido o privilegio da impeccabilidade. Que ella seja impotente para produzir os fructos de virtudes, que ella propria preconisa? Ainda nos tempos mais corruptos contou entre seus filhos sanctos eminentes que conseguiram reagir contra a corrupção dominante e reformar a sociedade.

Em logar, porem, de admirarem estes prodigios de virtude, operados pela graça sobrenatural num sem numero de almas, apesar da impetuosidade das paixões, dão-se os inimigos do catholicismo, com grande alar, a rebuscar, atravez dos seculos, os abusos e faltas, necessariamente inherentes á fragil natureza humana, para

dellas fazerem o grande cavallo de batalha na sua guerra contra a religião e para perpetuamente as estarem lançando em rosto á Egreja. Para esses homens não tem importancia alguma a obra de regeneração social que ella effectuou; nem elles attentam na lucta incessante que ella tem que sustentar contra tudo quanto se oppõe á lei divina. Os crimes de alguns scelerados, que receberam o baptismo, são o grande arsenal para estes farejadores de escandalos. Rebatamos, pois, já que é necessario, as principaes accusações, que elles obstinadamente se empenham em assacar á Egreja de Jesus Christo.

§ I. — A intolerancia da Egreja

I. — Em que sentido é a Egreja intolerante

Se os adversarios da Egreja tomam a palavra intolerancia no seu verdadeiro sentido, isto é, no sentido de intolerancia *dogmatica* ou *doutrinal*, então têm razão de sobra, e a Egreja é a primeira a se reconhecer culpada desta, para elles, enorme falta. E realmente a intolerancia *dogmatica* vem a ser um attributo essencial da verdade e uma consequencia natural e forçosa da existencia mesma da religião catholica, a unica verdadeira e a unica obrigatoria para todos os homens. E, pelo contrario, a tolerancia *dogmatica* vale o mesmo que *indifferentismo* religioso, o qual se recusa a reconhecer qualquer religião como a unica e exclusivamente verdadeira e obrigatoria para todos.

Censurar, pois, a Egreja pela sua intolerancia doutrinal vale o mesmo que censural-a de ser e de se crer possuidora da *verdade*, a todos necessaria, o que é em verdade fazer-lhe um elogio, porquanto é proprio da verdade o excluir tudo o que lhe é contrario. Todas as sciencias são necessariamente intolerantes; e por isso é que um mathematico, ao ver a demonstração de um theorema, tem logo por absurdas todas as proposições contrarias. E por isso é que tambem a Egreja, estando certa de ser a possuidora da verdade, necessariamente tem de condemnar o erro, que está em opposição com a verdade. «A religião catholica, diz Bossuet, é em pontos de erros

dogmaticos a mais severa e a menos tolerante de todas as religiões»; e Julio Simon confessa que «a intolerancia ecclesiastica está, com toda a razão, acima de toda a discussão».

Emquanto a dogmas havemos de confessar que todas as outras associações religiosas são tolerantes. O proprio J. J. Rousseau pôde, referindo-se ao protestantismo, afirmar: «A religião protestante é tolerante por principio; é essencialmente tolerante, e tanto quanto é possivel sel-o, pois que o unico principio que ella não tolera é a intolerancia». Uma declaração como esta é para uma doutrina religiosa a mais esmagadora das refutações.

Se, porém, por uma parte a Egreja se mostra, e com toda a razão, intolerante para com as *más doutrinas* e para com os *vícios*, porque assim o pedem a verdade e o bem, mostra-se por outra parte grandemente condescendente e compassiva para com os *transviados* e os peccadores, que, reconhecendo a sua falta, imploram o perdão della. Sendo escolhida para salvar os homens, empregará todos os meios para os trazer ao bom caminho e para lhes livrar as almas das eternas penas. Fiel ás normas, que recebeu do divino Mestre, limita-se ella a prégar o Evangelho, isto é, a servir-se da persuasão para *converter* o mundo. Soffreu em todos os tempos, á semelhança do seu Senhor, toda a sorte de perséguções e derramou muito sangue pela salvação dos homens.

Se por vezes julgou conveniente castigar os *seus* proprios *filhos* rebeldes, exerceu um direito que ninguem pensava em contestar-lhe. Fel-o com sentimentos de mãe, para os trazer ao bom caminho, para refrear os escandalos e para impedir que a corrupção alastrasse. Vamos ver, como não se deu o mesmo com as seitas hereticas nem com outros inimigos da Egreja.

II. — A intolerancia do protestantismo

Coisa é bem estranha que os homens, que inculpam a Egreja de intolerante, são os que se mostram de ordinario de uma grande benevolencia para com o protestantismo. Será acaso por nelle encontrarem uma toleran-

cia razoavel e abonada por um bom criterio? Interrogue-mos a historia, escripta pelos proprios protestantes, e veremos quanto é verdade o que diz o protestante Menzel que «onde dominava o protestantismo, dominava tambem a intolerancia». «Nunca o protestantismo se livrará da pecha de intolerante, diz o protestante Guizot; não proclamou elle a liberdade de consciencia, senão que a violou frequentemente». «A intolerancia da Reforma não foi uma intolerancia de legitima defesa, do ambiente, ou de um mero accidente, mas foi uma intolerancia de ataque, por principio e calculadamente executada, uma intolerancia proveniente da sua natureza e regimen».

1. O heresiarcha do protestantismo, Luthero, a quem querem fazer passar por um apostolo de tolerancia e por um emancipador da intelligencia, comquanto elle chegasse a negar até a existencia do proprio *libre arbitrio* no homem, manifestamente incitava os seus adeptos a «ganharem o céu ás espaldeiradas e a remontar-se a Deus por montes de cadaveres». E a sua palavra de ordem era: «Viva a Biblia! morram os papistas». «Conviria que todos se precipitassem sobre o papa e contra todos os que com elle estão, os imperadores, os reis, os principes e senhores, sem guardar respeito a nenhum delles». «É necessario lavar as mãos no sangue delles», repete muitas vezes o faccioso innovador em seus escriptos.

E não foram estereis, antes pelo contrario, estes incitamentos á matança muitas vezes repetidos; pois é sabido que este ex-frade apostata tomou grande parte nos começos da guerra chamada dos camponezes (1525). Emquanto porém, as assolações e crueldades se limitaram aos paizes catholicos, eram estas hordas indisciplinadas applaudidas pelo reformador; mas, assim que elle as viu invadir, capitaneadas por Münzer, as regiões em que se tinha estabelecido a Reforma, não cessou de gritar e de excitar contra elles os principes protestantes. «As armas, meus principes, gritava elle, ás armas! Feri, transpassae, matae pela frente e pela rectaguarda, porque nada ha mais diabolico do que um sedicioso; é um cão que vos morde, se o não deixaes prostrado». «É não só um direito para vós, dizia elle aos principes protestantes, senão tambem um dever, o de estabelecer o Evangelho

puro e de proteger as novas egrejas, e o de arruinar a auctoridade do papa e não deixar propagar doutrina alguma extranha». «Bellos tempos, em que, exclama elle noutra parte, os principes mais facilmente podem merecer o céu, exterminando os camponezes, do que outros offercendo preces a Deus! Qualquer camponio, ferido de morte, está perdido de alma e corpo e pertence por toda a eternidade ao diabo». Mais de cem mil destes infelizes perderam a vida; e Luthero se arrogou a gloria de uma tão grande carnificina. «Este sangue fui eu que por ordem de Deus o derramei», escrevia elle.

Assim transbordava de raiva e de crueza a alma do chefe da Reforma. Os saques das egrejas e dos conventos, o roubo dos bens ecclesiasticos, a revolta á mão armada, o morticínio de povoações inteiras, uma guerra de trinta annos, que cobriu tudo de sangue e de ruinas, eis os altos feitos, pelos quaes se assignalou o protestantismo na *Allemanha*.

2. E o que se passou na *Suissa*? Escreveu Calvino, o mais cruel dos tyrannos, um livro inteiro para provar que se deve dar a morte aos herejes. E, para com o preceito dar tambem o exemplo, mandou queimar vivo o medico hespanhol Miguel Servet pelo crime de heresia, e assistiu em pessoa ao seu supplicio. E, se em Genebra Valentim Gentilis escapou á sorte de Servet, foi mediante a retractação das suas doutrinas; e, ainda assim, depois lhe foi decepada a cabeça em Berna, por ter negado o mysterio da SS. Trindade. Thiago Gruet foi torturado até ao ultimo instante da sua vida; Antoni, Funch, Bolsec, Castellion, Ochino, Acioti e muitos outros pagaram com as suas vidas a contumacia nas suas opiniões religiosas, e sobretudo o imperdoavel atrevimento de haverem censurado o reformador. Faltar aos actos do novo culto, taes como á prégação e á ceia, constituia um crime de alta traição e tinha o correspondente castigo. Incriminavam-se até os pensamentos, os desejos, as propensões e inclinações do coração». Calvino, escreve Galfe, protestante de Genebra, estabeleceu o reinado da mais feroz intolerancia, das mais grosseiras superstições e dos mais impios dogmas. E conseguiu-o, a principio pela astucia, e depois pela força... Precisava de sangue esta alma de

lama». Queria este homem que aos baptistas os tractassem como aos salteadores. «Na legislação imaginada por este monstro, observa Audin, não se encontra senão a palavra: Morte. Sangue derramado via-se por toda a parte. O eculo ou a fogueira era a paga aos recalci-trantes».

Zwinglio quasi não era mais humano. Para se ver quem elle era, basta ler a carta que elle escreveu em 4 de maio (1525) a Ambrosio Blaurer, citada por Janssen, no *Ein zweites Wort an meine Kritiker*. Nella affirma ser licito assassinar os padres, se assim for necessario para se abolirem as imagens e a missa.

3. Uma coisa parecida se deu em *França*. Tambem lá os calvinistas atearam os horrores da guerra civil. Saquearam Orleães, Pithiviers, Nimes, Auxerre, Bourges, Montpellier, e devastaram provincias inteiras, assassinando os habitantes, arrasando todas as egrejas encontradas pelo caminho, afogando ou enforcando os padres e os religiosos que lhes caíam nas mãos. Em Orthez, povoação de tres mil almas, todos catholicos, não deixaram um só com vida. Só no anno de 1562, segundo o computo por elles feito, deram a morte a 4000 sacerdotes e religiosos, destruíram 20000 egrejas e 90 hospitaes. «Quem ignora, diz Bossuet, as violencias, que a rainha de Navarra praticou contra os padres e os religiosos! Ainda hoje se mostram as torres, donde precipitavam os catholicos, e os precipicios, para onde os atiravam».

4. Foi tambem muito cruel a intolerancia protestante na *Dinamarca*, aonde Christino II, cognominado o Nero do Norte, introduziu o lutheranismo. No reinado de Frederico I, successor daquelle principe, commetteram-se taes horrores contra os religiosos, que não pôde o protestante Mallet deixar de confessar que «em nenhuma das nações em que se estabeleceu o protestantismo, tiveram os religiosos de soffrer tantos aggravos como na Dinamarca». Havia pena de morte contra todos os sacerdotes e contra os que lhes dessem agasalho. Na *Suecia*, que se fez lutherana durante o reinado de Gustavo Wasa, foi tamanha a crueldade deste monarcha contra os catholicos e tão horrivel a mortandade que até o proprio Luthero ficou enojado.

5. A historia do schisma da *Inglaterra*, occasionado pela paixão de um rei devasso, por nome Henrique VIII, nos diz que este monarcha condemnou ao cadafalso, duas rainhas, dois cardeaes, vinte arcebispos e bispos, mais de quinhentos abbades, priores e frades, e um sem numero de doutores, duques, condes e gentishomens, entre os quaes sobresaes o celebre Thomas More, e, emfim, setenta e dois mil catholicos de todos os estados e condições. «Bem quizera eu apagar dos nossos annaes, diz o anglicano Fitz, nas suas *Cartas de Atticus*, a longa serie de iniquidades, que acompanharam a implantação da Reforma na Inglaterra; a injustiça e a oppressão, o roubo, o assassinato e o sacrilegio nelles se acham consignados. Estes foram os meios, pelos quaes o duro e sanguinario tyranno (Henrique VIII), o fundador da nossa crença, estabeleceu a primazia da sua nova Igreja. Todos os que quizessem conservar a religião dos seus paes e continuar a obedecer á auctoridade, que elle mesmo antes lhes ensinara a reverenciar, eram havidos como rebeldes e bem depressa se tornaram victimas suas». Foi, porem, no reinado da rainha virgem, a boa Isabel, como lhe chamavam os ingleses (1559-1603) que a perseguição contra os catholicos tomou um incremento e um carácter de fereza horrorosa. Não matou menos catholicos que seu pae esta filha de Anna Bolena; e espantou o mundo com as atrocidades, que praticou. Na Irlanda mandou executar tão grande morticínio que, como affirma o protestante Lelam, «quasi não ficaram para vassallos de sua magestade Isabel senão cadaveres e cinzas».

6. Quanto á Hollanda, não se pode ler, sem se arrepiarem os cabellos, o que conta o protestante Kerroux, no seu *Resumo da historia da Hollanda*, sobre as crueldades e as torturas, por que passaram os catholicos nos Paizes Baixos. É sabido que só nas provincias do Brabante e de Flandres os guenses («esfarrapados») em menos de cinco dias arrasaram mais de quatrocentas egrejas e cathedraes, e que commetteram contra os padres, os religiosos e os fieis catholicos taes barbaridades, que se teriam por impossiveis, se a triste realidade dos factos não fosse attestada por documentos historicos dignos de toda a confiança.

Assim procederam os protestantes para com os que se conservavam fieis á religião dos seus maiores. E, todavia, note-se bem, não cessavam estes reformadores de proclamar como dogma fundamental do seu culto a *livre interpretação* das Escripturas, convem a saber, o direito de cada um crer o que muito bem lhe aprouvesse¹.

III. — Intolerancia dos outros inimigos da Igreja

Quasi se não mostrou menos descaravel e intolerante o philosophismo no seculo XVIII, do que o protestantismo. O proprio Rousseau, que fortemente se insurgiu contra a intolerancia dogmatica e que não reconhecia *verdade alguma* nas religiões existentes, ousa affirmar que o Estado pode *prescrever* uma religião civil, e, por conseguinte, positiva, e até, sendo necessario, sob pena de morte! E, diz elle no *Contrato social*, «pertence ao soberano o fixar-lhe os artigos». Acrescenta depois outras palavras que revelam uma crueldade comparavel com a desvergonha que encerram: «Não pode o soberano obrigar ninguem a crer os artigos de fé da religião nacional, mas pode banir do paiz a quem não crer, não como impio, senão como insociavel... E, se alguém, depois de ter publicamente reconhecido esses dogmas, se portasse como se os não cresse, seja *punido de morte*; commetteu o maior dos crimes; mentiu perante as leis». E, comtudo, affirma este cavalheiro, ninguem pode ser constringido a crer.

A intolerancia do sophista de Genebra foi ainda sobrepujada pela dos jacobinos da Convenção. Andam forçosamente a par as intolerancias do sectario, do jacobino e de quantos ainda hoje manifestam o seu pesar por ter fallado a *audaz* empreza de 1793; e ainda esperam a oportunidade para, dizem, esmagarem pela força *bruta* o catholicismo e tornarem o seu exercicio absolutamente *impossivel*. Veja-se o que se tem passado em França, apezar de tantos protestos.

1) Vid. Janssen, *L'Allemagne et la Réforme*; Denifle, *Luther und Lutherthum*; A. Baudrillart, *L'Eglise catholique*, etc.; Casquet, *Henri VIII*, etc.

NOTA. — Houve, sim, principes *catholicos* que, por um excesso de zelo pouco prudente, se valeram da violencia para converter os infieis e os sectarios; mas nisto deixaram-se levar dos seus *proprios* sentimentos e não pelas normas da Igreja. Esta não approva este genero de apostolado pela força; e assim ninguem pode incriminal-a pelo que ella mesma condemna. Muito outro é o procedimento dos protestantes e dos impios; pois que os fundadores do protestantismo e os cabeças do philosophismo são os que ensinam e os que dão o exemplo da mais cruel intolerancia. E, comtudo, o que é digno de notar-se, quasi se não ouve um protesto dos inimigos da Igreja contra semelhantes atrocidades; e o que se vê, pelo contrario, é que as nações, em que ainda hoje em dia os catholicos vivem opprimidos, recebem delles elogios e estímulo, e nesses procedimentos injustos veem *exemplos dignos* de imitação.

IV. — A maxima: Fóra da Igreja não ha salvação¹

Mas pelo menos, dirão, não se pode a Igreja livrar da nota de intolerante e de cruel, em ella declarar que fóra da Igreja não ha salvação. Que de homens, pois, destinados á condemnação eterna, só por não pertencerem á Igreja romana!

Já nós, ainda que de passagem, respondemos a esta accusação. Bom será, porem, dar-lhe mais algum desenvolvimento; e assim se verá, como aquelle velho de que falla Rousseau, de nenhum modo é digno de piedade.

1) Entre os que atacam a Igreja a proposito deste dicto levam a dianteira os protestantes. Ora este principio, de que elles se servem para accusar a Igreja, não é senão uma consequencia logica e necessaria da doutrina dos seus principes mestres; pelo que estão em contradicção consigo mesmo. Com que direito nos podem elles arguir com o que elles proprios *devem* admittir e o que explicitamente professam os formulários de fé dos paises os tempos do protestantismo? Eis o que, por exemplo, temos na confissão helvetica: «Não ha salvação fóra da Igreja, assim como a não houve fóra da arca; quem quizer ter a vida, é preciso não se separar da verdadeira Igreja de Jesus Christo». Não são menos explicitas as confissões da Saxonia, da Belgica e da Escocia. «Fóra da Igreja, diz tambem o catecismo calvinista do seculo XVII, não ha senão condemnação; e todos os que se separarem da communhão dos fieis para formarem uma seita á parte, não podem esperar salvar-se emquanto assim estiverem separados». E é o que affirma o proprio Calvino nas suas *Instituições*, dizendo: «Fóra do seio da Igreja não se pode esperar a remissão dos peccados nem a salvação».

A maxima «Fóra da Igreja não ha salvação», não é senão uma *bem deduzida* conclusão do que já demonstramos. Se, com effeito, a verdadeira religião, a religião de Jesus Christo é *obligatoria* para todos os homens, e, se esta religião, a unica, é professada e ensinada só pela Igreja catholica, apostolica, romana, força é reconhecer que fóra desta Igreja não ha salvação, e que ninguem pode alcançar o céu sem a ella de *algum modo* pertencer. Não é, portanto, a Igreja que ha de ser accusada por fallar assim; se alguém fosse digno de censura, seria o seu divino *Fundador*, que tornou a sua religião indispensavel para todos.

O que, pois, sobremaneira importa é precisar bem o sentido desta maxima. «Ha, observa o cardeal Dechamps, nestas palavras, assim comô em todas as de uma lei penal, uma palavra, que sempre se ha de subentender, e é a palavra *voluntariamente*; porque sempre a lei penal suppõe *culpabilidade*; e a culpabilidade suppõe sempre duas condições: o *facto* e a *intenção*. E, porisso, a pergunta: «crê a Igreja na condemnação dos que, sendo nascidos e educados lá onde a não puderam conhecer, se acham em ignorancia invencivel a respeito da lei de Jesus Christo, mas praticaram fielmente tudo o que elles viram ser bom», é necessario responder: «Não crê».

«Pode-se, pois, pertencer *de coração*, ainda que se não pertença de corpo á Igreja, diz o mesmo cardeal. Não é evidente que pertence de coração á Igreja um homem, que está de boa fé e que entraria nella, se a conhecesse? Não estão realmente nesta disposição todos os que têm um desejo sincero e geral de adherirem á verdade e de fazerem a vontade de Deus? É esta uma questão semelhante á do baptismo do desejo, o qual, como diz S. Thomaz, se acha *implicita e sufficientemente* contido na *vontade geral* de empregar todos os meios de salvação concedidos aos homens pela Providencia divina. Os que, por consequente, estão pela sua parte *dispostos* a, conhecendo a Igreja, fazerem parte della, já por isso mesmo são aos olhos de Deus considerados como filhos della, e certamente *receberão* delle as *luzes necessarias* á sua salvação.

«Morreu Jesus Christo por *todos* os homens; e as

graças liberalizadas em attenção a esta victima, que a justiça eterna previu desde o principio haver de ser immolada no correr dos tempos, *occisus ab origine mundi*, redundaram em beneficio *de todos*, sem excepção alguma. Nenhum homem, portanto, ficou excluido dos beneficios da redempção, a não ser por *culpa sua* e pela sua resistencia á graça; e cada um será julgado segundo a que *houver* recebido. Haverá porventura doutrina mais terna e junctamente mais terrivel; mais terna para com os pobres ignorantes, que não têm culpa, na sua ignorancia, e mais terrivel para com os ingratos, que, para se esquivarem á luz, que os inunda, vão buscar as trevas de sophismas contra a justiça de Deus?»

Este é tambem o sentir unanime da Tradição, que ensina como coisa certa, dar Deus a todos os homens as graças sufficientes para se salvarem, e que ninguem se condemna a não ser por um acto livre da alma que, ingrata, recusa os dons divinos. «Deus não recusa a sua graça a quem da sua parte faz tudo o que de si depende», diz um muito conhecido axioma theologico, a que já nos referimos¹.

Para que melhor se comprehenda o sentido desta maxima, distingamos, como fazem os theologos, o corpo e a alma na Igreja. O *corpo* ou parte visivel da Igreja é o conjunto dos membros, unidos entre si pelo assentimento ás mesmas verdades, pela participação dos mesmos sacramentos, e pela obediencia aos mesmos pastores, daquelles que pelo baptismo se inscreveram officialmente entre os seus subditos. A *alma* ou a parte invisivel é a graça sanctificante, principio da vida sobrenatural, que torna o homem agradável ao olhos de Deus.

Para de todo se pertencer, tanto de direito como de facto, ao *corpo* da Igreja, é primeiramente preciso entrar nella pelo baptismo; e mais, é necessario, depois do uso

1) É coisa certissima que «O Senhor não quer que alguém se perca, mas sim que todos recorram á penitencia» (II Petr. III-9). «Quer o nosso Deus o Salvador que todos os homens se salvem e que alcancem o conhecimento da verdade (I Tim. II-4). Não ha senão um Deus e um mediador entre Deus e os homens, Jesus Christo, que se entregou pela redempção de todos (Ibid., 5 e 6). «Jesus Christo deu a vida por todos (II Cor. V-15). Jesus Christo é a victima propiciatoria por nossos peccados, e tambem pelos de todo o mundo (I Joan. II-2). Deus não faz accepção de pessoas. Quem, pois, peccou sem a lei, perecerá sem a lei (II Petr. II-II e 12). Onde abundou o peccado, superabundou a graça» (Rom. V-20).

da razão, prestar o seu assentimento, voluntario e feito com conhecimento de causa, por meio de um acto de fé catholica; nem, emfim, deve fazer-se expulsar della pela excommunhão, nem sair-se della, abraçando algum erro.

Para se pertencer á alma da Igreja ou para se salvar, basta estar em estado de graça, quer se faça, ou não, parte do corpo da Igreja; ou, por outra, podem, segundo a doutrina catholica, os herejes, os schismaticos e até os gentios possuir a graça sanctificante e merecer o céu. Mas, está claro, se alguém conhecesse a necessidade de fazer parte da Igreja, era impossivel pertencer á alma da Igreja e conservar a graça sanctificante, sem tambem pertencer ao corpo della, pois faltaria voluntariamente a uma obrigação, que elle reconhece como grave¹.

Ninguém, pois, se perde senão por culpa sua, menosprezando a lei, a qual, porem, não obriga senão depois de conhecida ou promulgada, pois não obriga em consciencia a quem a desconhece. E, por isso é que o Senhor só depois de haver dicto aos apóstolos: «Ide por toda a terra e ensinae o Evangelho a toda a gente», é que accrescentou: «Quem não crer será condemnado». Suppõe, pois, conhecer-se a verdade, quando se incorre em condemnação por causa da incredulidade.

Desçamos, porem, para maior clareza desta materia, a alguns casos particulares.

1. Quanto ás crianças, nascidas de paes schismaticos, herejes ou infieis, se ellas receberem o *baptismo*, recebem tambem com elle a graça sanctificante, que subsiste emquanto não cairem em falta grave. Pertencem

1) Costumam os theologos dividir a infidelidade em negativa e positiva. A infidelidade *negativa* não é um peccado; encontra-se na gente, que não crê na Revelação, porque a ignoram, sem que tenham culpa nesta ignorancia. A infidelidade *positiva* é um peccado, porque ha, nos que a tem, um sufficiente conhecimento da Revelação, que elles abandonam. Condemnam-se estes por se recusarem a obedecer a uma ordem expressa e formal de Deus.

O homem, que nasceu e se educou na infidelidade ou no schisma, está obrigado a esclarecer-se e a procurar a verdadeira religião, no caso de ter duvida séria ácerca da religião, que professa; e, se o não fizer, deixa de estar na boa fé e offende a Deus gravemente.

Não ha duvida que entre os christãos, separados da Igreja, ha um grande numero, que estão de boa fé, e nem sequer tem consciencia do schisma ou da heresia, de que são victimas. Newman, apesar do seu talento e da integridade da sua vida, affirma ter vivido muitos annos no anglicanismo sem lhe occorrer duvida alguma sobre a sua religião; e com muitos outros passará a mesma coisa.

estas á alma da Igreja, e certamente se salvam se morrerem neste estado. Suppõe este caso que a criança, chegada ao uso da razão, persiste numa ignorancia *invençivel* ácerca da verdadeira religião, ou por se achar na impossibilidade de se informar della, ou por lhe não prestar attenção, visto não ter duvida sobre a verdade da que professa.

Supponhamos agora que esta criança, depois homem, veio por mal seu a perder a graça sanctificante, caindo em peccado grave; poder-se-ha ainda reconciliar com Deus. E, para este fim, se a seita a que pertencer guardar o sacramento da penitencia, tem a obrigação de confessar-se, isto é, de empregar o meio por elle reconhecido como necessario; mas, para alcançar o perdão deste peccado, precisa ter uma contricção perfeita. A razão é clara; pois que por uma parte este homem iria contra a sua consciencia, se não acudisse a este meio, e por outra a contricção perfeita é absolutamente necessaria, pois esta confissão é por si mesma inefficaz.

2. Quanto ás crianças, que morrem *sem terem recebido* o baptismo (e o mesmo se diga dos adultos que nunca tiveram o uso da razão), já acima dissemos, o que ácerca da sua sorte se ha de pensar: gozarão uma felicidade natural, cuja fruição seria a reservada a todos nós, se não tivessemos sido elevados á ordem sobrenatural; e ficarão unicamente privados do grau de felicidade correspondente á visão beatifica de Deus, visão indebita a qualquer pura creatura¹.

3. Vejamos agora o que se ha de pensar ácerca dos adultos *não baptisados* ou *infieis*, que fizeram uso da razão, como são os judeus, os mahometanos e os pagãos. Eis, em resumo, qual é sobre este ponto a doutrina da Igreja: não ficam excluidos, por causa da sua infidelidade, senão quando ella é *voluntaria*; e quanto áquelles, cuja infidelidade provém de uma ignorancia *in-*

1) Uma boa parte dos theologos, e certamente a mais numerosa, para não dizer a mais auctorizada, aponta como punição resultante do peccado original a privação sómente da felicidade sobrenatural (a vista de Deus), felicidade a que a natureza humana, como tal, não tem direito. S. Thomaz affirma que as crianças, que morrem sem baptismo, não só não soffrem as penas dos sentidos, mas nem sequer a tristeza pela pena do damno, isto é, pela perda da visão beatifica... E' pois, de crer que estas crianças gozem uma felicidade natural mais ou menos perfeita.

vencível, se elles se vierem a perder, não será por terem ignorado o que lhes era impossível conhecer, mas por faltas graves por elles proprios commettidas.

Se se governarem pela lei natural em seus corações gravada, se acceitarem as tradições primitivas, posto que muitas vezes deturpadas, ácerca de Deus e da sua providencia, da promessa de um Redemptor, assim como das recompensas e castigos reservados aos homens numa outra vida, pertencem á alma da Igreja e podem salvar-se.

Para elles o baptismo pela agua, que é necessario a todos os que conhecem a necessidade d'elle, e estão em condições de o receberem, fica sendo substituido pelo baptismo *de sangue* ou pelo *de desejo*. Este baptismo de desejo supprime tambem o baptismo da agua para os que, conhecendo a necessidade deste e não podendo por qualquer causa recebê-lo, têm um desejo *explicito* d'elle, acompanhado da contricção perfeita dos peccados graves actuaes. Quanto ao desejo *implicito* do baptismo ou acto perfeito de amor a Deus, é certo ter elle bastado nos primeiros tempos da Igreja para os pagãos, que ainda não tinham ouvido a prégao do Evangelho. Não considera a Igreja, de facto, como necessario á salvação, o baptismo da agua senão depois do Evangelho ter sido promulgado, segundo expressamente declara o concilio de Trento. Ora, esta prégao do Evangelho só se fez e não podia fazer-se senão *progressivamente*. Se, pois, existiam meios de salvação distinctos do baptismo, para os infieis daquelles tempos, pois que ainda o Evangelho lhes não tinha sido prégado, tambem hão de existir *para os infieis* dos seculos seguintes, que, sem culpa sua, se achavam em circumstancias eguaes¹.

1) Vêem aqui muito a proposito as judiciosas palavras do abbade A. Pirronne, na sua obra *Etudes philosophiques*, etc. Supponhamos que o pagão (e o mesmo se diga dos herejes e dos schismaticos) morre, amando a Deus em si mesmo e sobre todas as coisas; está com isso salvo, porque com a caridade (sobrenatural) tem tudo; a caridade por si justifica. E, note-se, um grau *infinito* da caridade é quanto basta, porque a essencia duma virtude não consiste na sua *intensidade*; uma gotta de agua é agua, como é um oceano; nem a *quantidade* de uma coisa influe na sua natureza. É assim a caridade subsiste, não obstante o apego ao peccado venial, e subsiste sem haver devoção alguma sensivel. Estaa, pois, salvo, contanto que, ao deixar esta vida, ameis a Deus *por si mesmo e sobre todas as coisas*, que possam levar ao peccado mortal; estaes salvo, sejam quaes forem as circumstancias em que vos possaes encontrar. Ou sejaes pagão ou hereje ou peccador, se, no momento supremo, receberdes de Deus o dom da caridade, por menor que seja e compativel até com o peccado venial, tereis feito o bastante para vos salvardes; porque a caridade torna a contricção

Não ficam, portanto, segundo a doutrina da Igreja, excluidos da salvação os gentios, os herejes e os schismaticos, que não abraçaram a verdadeira fé, a não ser os que não conheceram a verdade revelada porque a *não quizeram* conhecer, ou os que, tendo-a bastantemente conhecido, *se recusaram* a abraçá-la. Só, *de facto*, estão obrigados a entrar na Igreja catholica os que a reconhecem como o unico meio necessario para alcançarem a sua salvação. É, portanto, sob todos os respeitos muito racional e muito logica a formula: «Fóra da Igreja não ha salvação»; e, se a accusam por este lado, é porque ou estão de má fé ou estão illudidos; illudidos, por lhe não conhecerem o sentido adequado e preciso; de má fé, por se recusarem a reconhecê-lo.

É verdade, observemos ainda, que, se a salvação é possivel fóra do corpo da Igreja, não deixa no entanto de ser *mais difficil*. A intelligencia não possui, neste caso, a verdade integra nem o magisterio infallivel; e a vontade carece tambem de um grande numero de auxilios, como são, os sacramentos, o culto externo, etc. Têm, pois, muitissima razão os ministros do Evangelho, que, possuidos de um zelo ardente e de um amor generoso para com seus proximos, se não poupam a trabalhos e nem mesmo aos perigos da vida para a toda a parte levarem o conhecimento de Jesus Christo e para dilatarem as fronteiras da Igreja por Elle fundada. Alem de que, se a sorte dos que morrem só com a culpa original não é para causar dó, é, comtudo, mil vezes mais invejavel a sorte e felicidade dos escolhidos para o céu, a qual consiste na visão e fruição de Deus por todo sempre.

§ II. — A Inquisição

Chama-se Inquisição uma instituição destinada a fazer averiguações sobre as heresias e a reprimil-as; e,

perfeita; e a caridade e a contricção perfeita encorram, ao menos implicitamente, o desejo do baptismo e da confissão.

«Se se quizer saber o modo como a caridade se comunica aos infieis, explica-o Leibnitz, que o tomou dos catholicos: «Deus dará o necessario a todos os que fazem o que humanamente depende delles, ainda quando fosse necessario fazer um milagre». «Se houvesse de perecer uma alma innocente, diz S. Thomaz, proveria Deus, mandando até um anjo para lhe revelar as verdades eternas».

assim definida, tomou no decorrer dos tempos as tres formas seguintes:

A Inquisição *episcopal*, que existiu desde os primeiros tempos da Igreja e continua ainda existindo hoje em dia.

A Inquisição *pontifical*, instituida por Gregorio IX, pelos annos de 1231, contra os catharos.

A Inquisição *hespanhola*, estabelecida em 1478 pelos reis catholicos, Fernando e Isabel, e ratificada por Sixto IV, destinada a exercer a vigilancia primeiramente sobre os judeus relapsos do seculo XV, e depois sobre os moiros do seculo seguinte, e mais tarde a defender os povos das doutrinas hereticas.

A Inquisição episcopal e a pontifical partem dos mesmos principios e apresentam-se com os mesmos caracteres fundamentaes, pelo que na nossa exposição as consideraremos como identicas, sob a denominação commum de Inquisição *ecclesiastica*.

Para a Inquisição hespanhola reservamos um lugar especial, por ser uma instituição com um duplo aspecto, o civil e o ecclesiastico; e por isso mesmo, de responsabilidades muito distinctas.

I. — Origem e natureza da Inquisição ecclesiastica

A. Noticia historica

Durante toda a sua existencia se considerou a Igreja obrigada a combater a heresia; e foi naturalmente aos bispos, encarregados de olharem pelo thesoiro da fé, que ficou confiada esta missão de vigilancia e das salutaes admoestações, e, sendo necessario, de usar de repressão.

Nos começos do christianismo eram as penas espirituaes as que se empregavam, e especialmente a excommunhão; e bem duras eram, como é sabido, as penitencias a que os excommungados se sujeitavam para alcançarem a reconciliação com a Igreja.

Da *legislação civil* é que depois vieram as penalidades temporaes, applicadas contra os herejes. Apenas se firmou a paz com a Igreja, começaram logo os imperadores

christãos a impôr pelos seus codigos penas severas contra as heresias, equiparadas aos crimes de lesa magestade; e mais de uma vez chegaram os juizes imperiaes a punir com a pena de morte os manicheus, os donatistas e os prescillianistas. Não eram estes castigos pedidos pelos chefes da Igreja; e a maioria dos SS. Padres, entre outros Sancto Ambrosio, S. João Chrysostomo e S. Martinho, mostravam-se-lhes abertamente adversos. E Sancto Agostinho, que ao principio não queria contra os herejes senão as penas espirituaes, mudou depois de parecer, ao reparar nas grandes desordens practicadas pelos donatistas na Africa, e admittia que se usasse com elles a *lucta commedida*, por meio de multas contra os herejes vulgares e do exilio contra os cabeças; mas protestou sempre contra a pena de morte, applicada aos herejes. E foi este o sentir que adoptaram a maioria dos Padres do Occidente.

Tambem os barbaros, depois que se converteram, consideraram a heresia como um crime social, que devia ser, como os demais, punido pela *auctoridade civil*; e assim, já muito entrada a idade media, não foram poucos os casos de herejes castigados pelos juizes civis com penas temporaes, e até com pena de morte, depois de condemnados pelos tribunaes dos bispos. E por vezes nem o povo esperava pela condemnação em regra, senão que se apoderava do delinquente e lhe dava a morte; e os bispos, que geralmente seguiam o pensar de Sancto Agostinho, protestavam contra taes violencias e quanto possivel as impediavam.

Por fins do seculo XII começou a heresia dos catharos a propagar-se com uma rapidez tão assustadora, que não só punha em risco a fé dos povos, mas tambem a ordem social constituida, o que obrigava os chefes da Igreja a, de combinação com os principes christãos, tomarem uma serie de precauções contra aquelles herejes, muito mais severas. Reuniu-se em 1148 um synodo em Verona, para o que intervieram o Papa Lucio III e o imperador Frederico Barbaroxa; e nelle se ordenou aos bispos que por si ou por outrem fizessem vistorias pelos logares suspeitos; e as decisões de Verona foram confirmadas pelos concilios de Avinhão, de Montpelier, de

Tolosa e, sobretudo, pelo concílio ecumenico de Latrão (1215). Havia em cada freguezia pessoas de confiança, encarregadas de vigiar e de denunciar ao tribunal do bispo os que eram suspeitos de heresia. E os herejes, que fossem convencidos e condemnados de heresia por este tribunal, ficavam incursos em varias penas, que eram applicadas pelos *magistrados civis*. Havia já por este tempo enviados especiaes do Papa, encarregados de, coadjuvados pelos bispos, fazerem em determinadas regiões as devidas averiguações ácerca da situação dos herejes; e entre elles distinguui-se muito S. Domingos (1221); mas ainda a Inquisição se não apresenta sob a forma de uma instituição com organização propria; e é falso o dizer-se que S. Domingos fosse o primeiro dos inquisidores.

Não eram ainda estes meios dotados de sufficiente efficacia. Muitos bispos, conjunctamente senhores temporaes e chefes da egreja, eram amigos ou alliados de familias hereticas, sujeitas ás pesquisas, e não tinham o zelo, que se requeria, ou não eram secundados pelos magistrados civis.

O Papa Gregorio IX (1227-1241) é que, para atalhar a *perversidade heretica*, fundou a Inquisição, com o titulo de *Inquisitio hereticae pravitatis*. O imperador Frederico II pouco se preocupava com os interesses da Egreja; mas como via os perigos das novas ideias antisociaes e as desordens, com que os catharos ameaçavam a paz dos seus estados, promulgou, a partir de 1220, uma serie de constituições, que muito agravavam as penas pelo synodo de Verona impostas aos herejes.

Era, porem, para temer que o poder civil tomasse o lugar do poder religioso em julgar sobre delictos que dependiam principalmente da alçada da Egreja, como eram os das heresias; e, para prevenir esta usurpação, tomou Gregorio IX a dianteira; approvou os estatutos imperiaes e tractou de os pôr em practica nas cidades italianas. E para atalhar, sobretudo, qualquer ingerencia dos magistrados civis nos processos de heresia e bem assim para acabar com a apathia dos empregados pelos bispos, começou por enviar, a partir de 1231, a diversas regiões, um certo numero dos seus delegados, *Inquisitores hereticae pravitatis*, os quaes de certo se deviam entender

com os bispos para o desempenho da sua missão, mas que no entanto recebiam directamente do Papa a sua jurisdicção e que podiam formar tribunaes extranhos aos dos bispos. A sua alçada extendia-se não já, como a dos bispos, a uma diocese, mas a regiões inteiras, como a Provença, a Lombardia, etc. Os magistrados civis eram obrigados a usar da força para a execução das condemnações, e podiam mesmo ser constrangidos por meio da excommunhão.

Foi então que, propriamente fallando, a Inquisição começou a desempenhar o seu papel por meio dos seus tribunaes, distinctos dos episcopaes, com jurisdicção directamente recebida do Papa e com rigores especiaes no andamento dos processos, tomados, sobretudo, das leis de Frederico II. Foi a gerencia inquisitorial commummente confiada a religiosos mendicantes, e especialmente, ainda que não unicamente, aos religiosos dominicanos. Dedicavam-se estes religiosos a defender de um modo especial a sancta Sé; eram mais alheios que os leigos ás influencias mundanas; e porisso estavam mais no caso de desempenharem melhor estas funcções. A maior parte daquelles, cujas noticias biographicas conhecemos, eram, a juizo dos proprios adversarios da Inquisição, homens de sciencia e de probidade; e muitos delles soffreram o martyrio no desempenho deste cargo, que lhes foi imposto pela sancta Sé, e mereceram as honras da canonisação ou da beatificação.

Em quatro pontos principaes se differencam os processos inquisitoriaes dos outros usados nas dioceses. Os incriminados primeiramente não dispunham de advogado, porque logo este ficaria suspeito como fautor de heresia. Em segundo lugar os desqualificados perante os tribunaes dos bispos (os antigos herejes, as pessoas de maus costumes ou os condemnados por diversas causas) não eram refugados como testemunhas nestes tribunaes; o accusado tinha, comtudo, o direito de recusar os seus inimigos pessoaes. Os nomes das testemunhas ficavam, em terceiro lugar, secretos para os accusados, que assim tinham de defender-se contra accusações, cuja procedencia elles ignoravam; fazia-se isto por precaução contra as repre-

salias dos accusados ou dos seus amigos. E, emfim, a tortura não foi conhecida no fôro episcopal; e só se introduziu nos processos inquisitoriaes no anno de 1252.

Era este processo muito rigoroso, pois que despojava os denunciados por heresia da maior parte das garantias, que nos tribunaes da Egreja se concediam aos outros culpados. É, comtudo, falso que os denunciados, levados ao tribunal da Inquisição, ficassem de todo entregues ao arbitrio dos seus julgadores. Não fallando das penas espirituaes e corporaes impostas ás falsas testemunhas, devia o inquisidor aconselhar-se com homens prudentes e instruidos, que tinham conhecimentos dos nomes dos accusadores e que os podiam refugar, e que eram communmente dignitarios ecclesiasticos e membros do fôro diocesano, tidos como *boni viri*. A sua influencia foi augmentando com o tempo, de modo que se assemelharam depois aos que hoje chamamos jurados. Era aos accusados permittido adduzirem testemunhas que, sob juramento, abonassem a orthodoxia que se punha em duvida. Não podia, emfim, o inquisidor dar a sentença sem primeiro ouvir o parecer do prelado diocesano; nem a tortura se podia applicar senão *citra membri diminutionem et mortis periculum*; e só foi empregada em casos extremos, os quaes, segundo se averiguou, foram realmente muito raros. E, demais disto, facultava-se sempre a appellação para o Papa.

Os accusados, convictos ou pelo menos gravemente suspeitos de heresia, a quem os inquisidores encontravam nas suas viagens, eram encarcerados ou ficavam sob fiança em liberdade, até a sentença solemne ou auto da fé. Não era este *auto da fé*, como muitos suppõem, o *supplicio* dos herejes, pois que sómente consistia na abjuração solemne e publica daquelles herejes, que queriam entrar na Egreja, e que depois de imposta uma penitencia, eram absolvidos das censuras. Na mesma cerimonia eram annunciadas as penas impostas aos herejes que se recusavam a abjurar os seus erros.

As principaes penas impostas pelos inquisidores eram as multas, as contribuições para obras pias, as peregrinações, o servir na cruzada durante um certo tempo, o trazer no fato umas cruzinhas, que perante os fieis assigna-

lassem o hereje arrependido ou absolto, e a flagellação em determinadas occasiões. As penas maiores, reservadas aos herejes obstinados ou aos pouco sinceros e pouco solidos na sua conversão, eram o carcere durante um certo tempo ou por toda a vida, a confiscação dos bens em proveito do fisco e a entrega delles ao braço secular. Esta ultima pena, que tinha como resultado para o condemnado o *supplicio* do fogo, só era imposta aos obstinados e principalmente aos relapsos. No fim do auto de fé era o condemnado levado para fóra da Egreja, para um estrado levantado na praça publica, e lá o entregavam aos officiaes civis. O seu *supplicio* só se effectuava no dia immediato, para que o condemnado pudesse ainda reconsiderar e entrar em si, pela noite adiante. Se durante a fogueira fizesse a abjuração dos seus erros, era devolvido à Inquisição, e assim se livrava da morte; excepto se fossem relapsos, porque na segunda abjuração não escapavam ao fogo.

Estes *supplicios* foram em França, por exemplo, relativamente raros, sendo, como diz Vacandard, «a percentagem dos condemnados á morte, de um para treze no tribunal de Pamiers, e de um por vinte dois ou vinte tres no de Tolosa».

As penas pecuniarias ou a prisão podiam sempre ser ou mitigadas ou supprimidas pelo inquisidor, quando este julgasse as disposições do delinquente merecedoras deste favor. Comquanto o campo de acção da Inquisição fosse dilatado, nunca, comtudo, abrangeu a toda a christandade e nem sequer a todos os paizes latinos. Quasi não exerceu a sua influencia, por exemplo, nos paizes escandinavos; e, se algo influiu na Inglaterra, foi só a proposito da questão dos templarios e nunca mais. Em Castella e Portugal não foi conhecida antes dos reis catholicos Fernando e Isabel (I). Em França quasi não funcionou, ao menos seguidamente, senão nas regiões meridionaes, no chamado condado de Tolosa e mais tarde no Languedoc. Houve tribunaes permanentes no reino de Aragão, nas duas Sicilias e em muitas cidades da Italia e da Allemanha, tornando-se no seculo XVI notavel a actividade delles em Flandres e na Bohemia. Por occasião do grande schisma perdeu a Inquisição em França

a sua influencia, a qual passou para os Parlamantos, que pouco a pouco se tornaram o tribunal supremo para todas as questões religiosas. Foi com o Parlamento que os huguenotes tiveram que haver-se; e não puderam com isso dar-se os parabens.

B. Juizo critico

Prestou-se a Inquisição ecclesiastica, de que acabamos de fallar, a actos dignos de censura, como geralmente acontece com as instituições humanas. Tornaram-se verdadeiras iniquidades certos processos, como o dos templarios, no reinado de Philippe o Bello, ou o de Joanna d'Arc. Foram taes as queixas que houve, sobretudo por causa das violencias practicadas pelos inquisidores de Carcassona, que chegaram a Roma e causaram muito desgosto ao Papa Clemente V, que em 1306 nomeou uma commissão, composta de varios cardeaes para irem áquella região a averiguar o que havia de verdade nestas queixas; e taes foram os abusos que observaram nos processos, e taes os maus tractos usados com os encarcerados que tiveram de reformar muitos abusos e despediram todo o pessoal da prisão inquisitorial de Carcassona. Muito para lastimar foram tambem as proesas de um Conrado de Marburgo na Allemanha e de um Roberto de Bougre em Champagne. Bastariam só as muitas cartas dos Papas aos inquisidores a lembrar-lhes as suas responsabilidades, para demonstrar que realmente varios delles e, sobretudo, os seus subalternos tinham incorrido em culpas graves. E o que é mais para notar é que, observa Vacandard, «quando os inquisidores tinham de contar com os soberanos ou com a politica, é que os inquisidores se achavam em maior perigo de incorrerem em maiores excessos». «A parte que o poder civil tomou nos processos dos herejes, diz elle noutro lugar, não foi em favor dos processados, senão muito pelo contrario; e até parece que quanto mais o Estado exercia pressão sobre os tribunaes ecclesiasticos, mais o processo corria risco de descambar nas arbitrariedades».

Pode realmente e deve um catholico censurar os excessos, por vezes graves, de certos membros ou clerigos

ou leigos dos tribunaes da Inquisição; mas praticar-se-hia um grande agravo contra ella, se lhe imputassem os abusos de que alguns dos seus membros se tornaram culpados. Quando é que entre os homens deixou de haver abusos?

Para, por outra parte, se fazer um juizo recto ácerca das formalidades e procedimento da Inquisição medieval é mister saber-se contra que especie de gente ella tinha que haver-se, para assim usar de uns rigores até então desusados nos tribunaes ecclesiasticos. Houve de, com effeito, os empregar contra os catharos, sectarios ferozes, que renovavam o dualismo dos manicheus, e que, como estes, admittiam um eterno antagonismo entre o bem e o mal, e que por isso abalavam não só os dogmas e a moral da *Egreja*, mas tambem com a mesma paixão e furor arruinavam a *ordem social*. Era o catharismo uma heresia *radical* e junctamente uma revolução tambem radical. Pelos seus anathemas insensatos contra a materia e a carne, emanações do Mal, condemnava toda a propriedade, rejeitava o matrimonio e rematava em puro e exécrando pessimismo. Para se poder comprehender o perigo *social*, que esta heresia, grandemente contagiosa, consigo trazia, bastará adduzir aqui o testemunho de um historiador que, não ha muito, ousou apresentar-se como apologista delle, Henrique Carlos Lea. «Confessamos, afirma elle, que em taes circumstancias a causa da orthodoxia; e a da civilisação e progresso iam a par uma com a outra. Não ha duvida que, se o catharismo chegasse a dominar ou mesmo só a hobrear com o catholicismo, a sua influencia houvera sido desastrosa». Não menos significativo é o parecer de um escriptor, que nem por sombra ousariamos equiparar áquelle infeliz polemista americano, mas que tambem não pode ser suspeito de parcialidade para com a *Egreja*. «Nem sempre, diz este escriptor, Paulo Sabatier, o Papado esteve do lado da reacção e do obscurantismo; quando elle, por exemplo, deu cabo dos catharos, a victoria della foi a victoria do bom senso e da razão»¹.

1) Guiraud, na *Vie de S. François d'Assise*, demonstrou para os valdenses, para os fraticellos, para os hussitas e para os lollardos o mesmo que Sabatier demonstrou para os catharos. «Se do rol dos sectarios queimados ou empareda-

Seria do mesmo modo uma falta de equidade o não se terem presentes, ao fallar-se da Inquisição, as ideias, ou como hoje se diz, a mentalidade dos tribunaes civis da idade media, quanto á repressão dos delictos e dos crimes. As garantias indispensaveis aos processados e os direitos de defesa eram excessivamente menospresados. Ainda em pleno seculo XVI «por toda a parte dominava a diversidade, a incerteza e a arbitrariedade nos tramites do fôro, diz Poulllet; o accusado ficava privado da garantia da publicidade, que se requer nos debates judiciaes; e o juiz podia, querendo, recusar o advogado ao accusado; e este nem podia assistir ao interrogatorio das testemunhas». A tortura estava em voga na maioria dos tribunaes europeus, e continuou ainda por muito tempo, depois de os tribunaes inquisitoriaes a terem abolido. E o mesmo se diga da escolha das penas impostas aos culpados. «Basta attentar, diz Lea, nas atrocidades da legislação criminal da idade media, para se ver, quanta falta faziam os sentimentos de piedade nos homens de então. Esmagar sob a roda, metter em agua fervente, queimar vivo, enterrar vivo, escorchar vivo, esquarterar vivo, eram os meios ordinarios admittidos pelos criminalistas daquelles tempos para impedir as recaidas nos mesmos crimes, e para com estes exemplos metter medo ás multidões, bastante refractarias aos sentimentos de humanidade». E taes rigores eram desconhecidos nos tribunaes ordinarios da Igreja, isto é, no fôro diocesano; nos tribunaes da Inquisição, porem, em razão da gravidade maior dos perigos, empregavam-se alguns dos castigos tomados da legislação civil, os quaes ou desapareceram ou se foram attenuando á medida que iam desaparecendo os perigos, que davam occasião a se fazer uso delles.

dos se riscassem os sectarios que foram condemnados como perturbadores da ordem publica e como malfeitos contra o direito commum, ficaria o numero dos condemnados por heresias reduzido a um pequeno numero». Vacandard, *L'Inquisition*.

II. — Origem e natureza da Inquisição hespanhola

A. Noticia historica

Foi a Inquisição hespanhola fundada por fins do seculo XV, afim de atalhar os males do judaismo, que fazia affluir á nação um grande numero de judeus só aparentemente convertidos ou judeus relapsos. Foi a introduccão da Inquisição em Hespanha o penultimo acto de um drama que, havia seculos, se vinha desenrolando e que devia terminar em 1492 pela expulsão dos judeus da Peninsula.

Tinham elles já grande influencia durante o governo dos reis visigodos; e foram elles que *abriram* as portas da Hespanha aos *mouros*; e sob o dominio dos Ommeiadas gozaram de uma prosperidade, a que só no seculo XII os Almohades conseguiram pôr termo. Voltando novamente a Castella, puderam rehaver a sua influencia dominante. O seu systema de commercio e as grandes usuras, que exigiam, foram a causa de ruina para muitas fortunas. Assacavam-lhes alem disto crimes horrendos, assim como tambem maior facilidade para reproduzirem e propagarem a peste negra, que nos fins do seculo XIV infestou grandemente os povos; com o que se suscitaram contra elles innumeradas perseguições, sob o peso das quaes se viram obrigados a optar ou pelo baptismo ou pela morte.

Um grande numero delles abraçaram sinceramente o christianismo, movidos pelas prégações de varões apostolicos e mórmente de S. Vicente Ferrer, que desde 1412 se deu á evangelisação delles; mas, a par destes verdadeiros proselytos, havia uma grande multidão de falsos convertidos, que só de nome eram christãos. Estes judeus, disfarçados de christãos, diz Maranos, continuavam com as suas practicas supersticiosas, conseguiam metter-se por toda a parte, e trabalhavam com as suas riquezas e influencia por implantar o judaismo em terras de Hespanha e (por nellas destruir a religião christã. E estes é que, depois de terem escalado os mais altos postos do Estado, se mostraram mais intolerantes com

os seus irmãos convertidos, que, como era de esperar, se tornaram judeus relapsos.

Impunha-se, portanto, a instituição de um tribunal, que pozesse cobro ás vinganças populares e que servisse á Hespanha de defesa contra um inimigo que compromettia a propria existencia nacional.

E assim é que foi a Inquisição considerada como o remedio mais efficaz para a triste situação de Hespanha; e porque ella por esse tempo tinha perdido toda a sua importancia neste paiz, resolveram os Reis Catholicos Fernando e Isabel restabelecel-a em seus Estados, posto que sobre novas bases.

Precisava-se para isto a auctorisação da sancta Sé, a qual o Papa Sixto V concedeu por breve de 1 de novembro de 1478. «Foram dados plenos poderes a Fernando e a Isabel para nomearem dois ou tres inquisidores, arcebispos, bispos ou outros dignitarios ecclesiasticos, abonados pela sua prudencia e virtudes, padres seculares ou religiosos, de quarenta annos pelo menos, de costumes irreprehensiveis, lentes ou bachareis em theologia, doutores ou licenciados em direito canonico, ou reconhecidos como aptos depois de se sujeitarem a um exame especial. Delegava o Papa nestes inquisidores a jurisdicção necessaria para, em conformidade com o direito e as normas de costume, instaurarem processo aos culpados, e concedia aos soberanos hespanhoes o poder de os destituirem e de nomearem outros para o seu logar. Assim se expressa Llorente na sua *Historia critica da Inquisição hespanhola*¹.

Antes de se empregarem os meios de rigor procurou-se ainda, a pedido da rainha Isabel, chamar ao bom

1) Teve a Inquisição hespanhola por historiador um homem abjecto, chamado Llorente, conego de Toledo e secretario geral da Inquisição, o qual se vendeu ao rei Joseph e se enriqueceu com os despojos dos bens nacionaes. Depois de expulsos os franceses, a quem elle teria sacrificado a sua patria, refugiou-se em Paris, donde, por causa dos seus escriptos, foi expulso em 1822. Depois de escrever a sua historia em 4 volumes, teve o cuidado de queimar a maior parte dos documentos relativos á Inquisição, os quaes o poderiam sem duvida ter convencido de calumniador. Respondeu-lhe José de Maistre pelas suas *Lettres á un gentilhomme russe*.

A obra escripta por este lastimoso escriptor é o como evangelho a que recorrem todos os adversarios da Inquisição. Nelle ao inonos deviam ver como os carcereiros do Sancto Officio e o seu systema de impôr as penas revelam preocupações humanas e indulgentes, desconhecidas para todos os governos e em todos os tribunaes civis daquelle tempo.

caminho os transviados, por meio de prégações e de outros modos brandos, mas todos foram baldados; a obstinação desta gente frustrou mais esta tentativa. Não restava, pois, aos soberanos senão o uso de meios mais energicos; e por isso é que, em virtude da bulla do Papa, nomearam a 17 de setembro, 1480, a Miguel Morillos e a João Martins como inquisidores para a cidade e diocese de Sevilha e como seus adjuntos dois padres seculares. Começou logo o tribunal a funcionar e os judaisantes obstinados foram entregues ao braço secular. Uma peça importante veio, porem, acrescentar-se á engrenagem deste tribunal, a do inquisidor-mór. Confiou Sixto V este cargo, em 1483, ao dominicano Thomaz de Torquemada, depois de lhê haver designado as attribuições. Foi mais, associado a este cargo de inquisidor-mór, o conselho da Inquisição, com o fim de principalmente se dar andamento ás appellações, sendo Torquemada quem installou este tribunal, em virtude dos poderes, que do Papa recebera, para delegar a sua auctoridade.

Um facto importa registrar-se aqui para bem se caracterisar a Inquisição hespanhola; e vem a ser que « assim como foi o Papa que, como cabeça da Igreja, tinha auctorisado a nomeação dos primeiros inquisidores, assim foi tambem elle, quem por um acto importante fixou pela primeira vez as normas que a nova instituição devia observar». Afim de, com effeito, supprimir as demasiado frequentes appellações para a corte de Roma, que de ordinario não passavam de uns pretextos, destinados a dificultar os tramites da justiça, designou o Papa, em junho de 1483, o arcebispo de Sevilha como juiz de appellação e como representante seu nas causas submettidas á Inquisição.

B. Natureza da Inquisição hespanhola

Seu duplo elemento. Alguns auctores, como de Maistre, Banke, Hefele, Hergenroether, Knoepfler, procuraram apresentar a Inquisição hespanhola como uma instituição puramente politica, e como uma fundação do Estado, extranha á acção da Igreja. O hespanhol Rodrigo demonstrou, na sua *Historia verd. da Inquisição*, ser seme-

lhante asserção insustentavel. « Os tribunaes do Sancto Officio, diz elle, eram tribunaes ecclesiasticos, tanto em relação ás causas, sobre que tinham de julgar, como em relação á auctoridade, de que gozavam. Se, porem, se olhar á delegação, que pela coroa era dada aos seus juizes, pode muito bem dizer-se que estes tribunaes tinham um caracter misto», isto é, a Inquisição hespanhola era um tribunal ecclesiastico, mas tinha poderes, que lhe eram conferidos pela auctoridade real.

Eram os membros do conselho da Inquisição funcionarios do Estado e nomeados pelo rei, ainda que eram escolhidos dentre os propostos pelo inquisidor-mór; e, como taes, recebiam naturalmente do rei a jurisdicção *secular*; mas não tinham poder algum *espiritual*, sem que antes fossem investidos deste poder pelo delegado do Papa¹.

Apresenta-se-nos, pois, a Inquisição hespanhola como uma instituição de natureza *mista*, em que o elemento religioso conserva uma preponderancia bem marcada. E o facto de os juizes ecclesiasticos entregarem os reus ao *braço secular*, vem a confirmar esta asserção; porquanto, como se explicaria este procedimento, se a Inquisição hespanhola fosse apenas uma instituição do Estado ou um tribunal real? Um tribunal, que tem por costume ordinario e incessante, entregar os culpados ao tribunal secular, não é em si uma corporação secular, a não ser que este epitheto se tome numa accepção inteiramente diversa da que ordinariamente tem. Se, pelo contrario, se admitte o caracter especialmente religioso deste tribunal, já facilmente se explica o recusarem-se os juizes deste tribunal a pôrem em execução as sentenças de pena capital, e o implorarem estes a clemencia do poder secu-

1) Suppõem alguns auctores ser a Inquisição uma instituição puramente ecclesiastica; o que é um exaggero, reconhecido até pelos proprios protestantes. Ainda não ha muito escrevia Philippson, ao fazer o juizo critico de uma obra de Schaefer: « Engana-se este senhor, quando se empenha em provar que a Inquisição de Hespanha era um tribunal composto de padres. A verdade é que elle estava submettido á vontade do rei; deste é que sempre recebia a direcção; o conselho superior era nomeado pelo rei, e, se o inquisidor-mór precisava ter a approvação papal, não era esta mais que uma pura formalidade, sem consequencia alguma practica. O rei podia, alem disto, forçar o inquisidor-mór a se demittir do seu cargo. E nos negocios mais importantes o conselho da Inquisição pedia directamente as ordens do rei. E Philippe II sobre tudo, como protector do Sancto Officio, impediu systematicamente qualquer ingerencia do Papa nos negocios da Inquisição hespanhola ».

lar em prol dos condemnados, o que, como é sabido, foi uma norma usada em todos os tribunaes ecclesiasticos e preceituada pelo direito canonico.

OBSERVAÇÕES. — A má sorte da Inquisição hespanhola esteve em que teve de haver-se com homens que se tinham feito christãos á força e que, como relapsos, tão infieis a Christo como a Moysés, constituíam um continuo perigo para a sociedade christã.

Outro grande mal para a Inquisição em Hespanha foi a sua demasiada dependencia da coroa. Recebia certamente o Sancto Officio do Papa, a sua jurisdicção e as normas, em si muito commedidas; mas estava muito influenciada pela coroa, pelo que estava em continuo perigo de se tornar uma machina do Estado, um *instrumentum regni*. E foi o que infelizmente aconteceu, não obstante a opposição dos Papas, que sempre encontraram grandes difficuldades mesmo em salvaguardar os seus direitos de appellação, que viram os seus breves desfavoraveis á Inquisição sonogados (1509); e que por vezes se viram obrigados, como fez Leão X em 1519, a excommungar os inquisidores de Toledo. E outros, como Pio V, só com muito custo puderam avocar a si as causas, que só delles dependiam, como aconteceu com a do infeliz arcebispo de Toledo, Bartholomeu de Carranzas.

III. — Legitimidade, por principio e por direito, da Inquisição

Exposta assim a historia da Inquisição ecclesiastica, e da mista, peculiar á Hespanha, só nos resta agora resolver a questão de principio e do direito, em que ella se funda. Serã realmente justa a repressão das heresias, e até por meio de penas temporaes, se se julgarem necessarias? Serã ella de facto legitima tanto por parte da Igreja como por parte do Estado?

Que seja legitima por parte da Igreja, não pode haver duvida alguma para um catholico, pois que todos os Papas e concilios, os sanctos e doutores e a Escripura com a Tradição, são concordes em affirmar que a *Igreja* tem o direito e o dever de olhar pela pureza da fé, e de

punir, até com penas temporaes, aquelles dos *seus filhos*, que se apartarem da verdade e que por seus exemplos se tornarem pedra de escandalo para os seus irmãos. Este direito inalienavel, que lhe vem dos poderes que Jesus Christo lhe concedeu, sempre o exerceu a Igreja, a qual olhou sempre os crimes de heresia, de apostasia e de sacrilegio como tão dignos de castigo como os attentados contra a propriedade, a honra e a vida do proximo.

São esta *doutrina* e estes *procedimentos* da Igreja inteiramente razoaveis e justos; pois que o direito e o dever de uma sociedade perfeita é encaminhar real e efficazmente os seus membros para a consecução do fim, que ella se propõe, assim como olhar pela sua propria *conservação*. Ora, sendo a Igreja uma sociedade perfeita, provida por seu divino Fundador de tudo o que é necessario á sua conservação e vitalidade, necessariamente possui o direito e, consequentemente, o poder de fazer leis e de *punir* os seus subditos que as menosprezarem. E, se elles reluctarem ou se mostrarem rebeldes contra ella, *devios et contumaces*, como se expressa Bento XIV, pode e deve tambem, como mãe terna, sim, mas não fraca, *corrígil-os*, para os fazer voltar aos seus deveres e para impedir que os demais se deixem arrastar pelos maus exemplos delles. Procede ella, obrando assim, como procederia um pae de familia, que, por meios prudentes e efficazes, corrige os seus filhos e procura preservar o seu lar de tudo o que seja de natureza a perturbar-lhe a paz e o seu bem estar, ou como procedem hoje em dia os governos, quando, por um systema de precauções energicas, impedem que entre a peste, o cholera ou qualquer outra molestia epidemica, ou quando organisam corporações de vigilancia destinadas a descobrir os malfetores, os assassinos, os conspiradores, e a os entregarem á vindicta das leis, para assim lhes frustrarem os seus sinistros e malevolos intentos.

1) Não se deve esquecer que, quando se discute ácerca da Inquisição, a questão não tem nada que ver com os infieis ou com os pagãos e judeus, sobre os quaes a Igreja não tem nenhuma auctoridade, nem jamais sonhou em os constranger pela força a se submeterem ás suas ordens; o assumpto diz unicamente respeito aos christãos, aos filhos da Igreja, aos que, regenerados pelo baptismo, ficaram submettidos ás suas leis. Os primeiros, diz S. Thomaz, não devem á força ser obrigados a obedecer á Igreja; os outros, pelo contrario, devem ser constrangidos.

O que é a varinha para o pae de familia, ou o que são os cordões sanitarios para os paizes ou as commissoes medicas, os corpos de policia e os tribunaes, era a Inquisição para sociedade religiosa, isto é, um meio de conservação para ella e de preservação para os seus membros¹.

Quanto á *legitimidade* por parte do *Estado*, para ella se poder comprehender bem, é mister reportar-se aos *tempos*, em que ella *foi fundada*. Nos tempos, em que, de facto, a Inquisição se fundou, a *sociedade europeia* era completamente *catholica*, como todos sabem, e era tão geral a convicção ácerca da *verdade* dos dogmas catholicos, como nas sociedades modernas pode sel-o a convicção ácerca da *verdade*, relativa aos *principios* da *lei natural*. Tinha-se e, com razão, como coisa certa, que a revolta contra Deus não era menos digna de castigo do que a revolta contra o proprio soberano.

Tanto os soberanos como os vassallos consideravam, alem disto, a conservação da religião catholica, a unica *verdadeira* e *divina* para elles, como um bem *social*, muito mais transcendente que todos os bens naturaes. E assim se achava a legislação dos differentes paizes da Europa baseada numa intima alliança entre a Igreja e o Estado; pelo que qualquer desobediencia contra a religião ficava, *ipso facto*, punivel segundo as leis *civis*, logo que por *actos publicos* se dêsse a conhecer.

Correndo as coisas por esta forma, era muito natural a fundação de *tribunaes* que tivessem por fim averiguar, por meios dignos e leaes, as infracções *externas*

1) « A Inquisição, o braço secular! eis os palavrões, que soam com terror aos ouvidos dos contemporaneos. Mas nada de medos infantis. Para se julgar do passado, é mister que nos formemos uma *alma historica*, uma alma de *antepassado*. A Inquisição, fallo da romana, apresenta-se com rigores, que todos os espiritos rectos do tempo, em que ella funcionava, consideravam como justos e necessarios, porque os herejes se lhes antolhavam, e com razão, como perigosos perturbadores da sociedade assente sobre o principio da unidade christã, que se lhes afigurava com direito pleno de defender as suas instituições fundamentaes, do mesmo modo que as hodiernas sociedades se julgam com direito para defender as suas contra os anarchistas, os nihilistas e os collectivistas... Os que se procuram convencer de que os rigores são baldados, e de que a ideia se não reprime, estarão acaso bem seguros de que bastariam somente os meios persuasivos, actualmente mesmo, para salvaguardar a ordem social contra a propaganda subversiva? Seja, porém, qual for a sua opinião, o certo é que a dos nossos paes não admittia duvidas. Quando a Igreja lançava mão da severidade, fazia-o de accordo com o sentir geral; e o Estado, ao castigar os herejes, sobretudo relapsos, julgava fazer uma obra grandemente social. Fica deste modo justificado o principio em que se baseia a Inquisição ». (Vacandard, *De la tolerance religieuse*).

das leis religiosas, *discernir* os herejes *obstinados* dos que só accidentalmente caíam nalguma fraqueza passageira, e punir os verdadeiros culpados, lavando da culpa os innocentes. Eram estes tribunaes tão fundados em justiça como o são modernamente os tribunaes destinados a averiguar os delictos contra a segurança do Estado, ou contra a pessoa, a honra e os haveres dos cidadãos. Dissemos *exteriores*, pois está claro que os reconditos das consciencias só a Deus são patentes; e porisso as leis humanas não podem estender-se aos actos *internos*, nem castigam senão as infracções que se revelam por signaes exteriores.

E, porque os príncipes e povos da idade media se achavam compenetrados destas *verdades*, é que nunca julgaram violar a liberdade de consciencia, quando puniam a heresia e a apostasia.

Em conclusão, tractando-se neste caso de uma sociedade estabelecida segundo os princípios que acabamos de expôr, e governada por uma *legislação orientada* por esta forma, ninguem, que pense sensatamente, ousará negar ter a Igreja procedido muito atiladamente em, de *combinação* com o poder *civil*, encarregado de executar os *castigos*, estabelecer um tribunal destinado a, com todas as garantias da justiça, averiguar quaes fossẽm os reus de delictos graves e a lhes instaurar os processos, e mais, sendo estes crimes considerados como grandemente nocivos tanto á sociedade *civil* como á *religiosa*.

OBSERVAÇÃO. — Se hoje se encontram homens que sentem uma tal ou qual repugnancia em admittir esta conclusão, é porque o ambiente social, que presentemente se acha impregnado de muitos erros, lhes não permite ver com lucidez a verdade, que outr'ora abraçariam com prazer. E não descançam os inimigos da religião, para mais facilmente propagarem o mal, em fazerem crer que qualquer *repressão* da impiedade e da heresia é um attentado contra os que elles falsamente chamam sagrados direitos da consciencia.

É, sem embargo, fóra de todã a duvida, que o homem não tem nem pode ter, como hoje querem muitos, o *di-*

reito de pensar, de escrever tudo o que lhe vem á cabeça. Sendo o homem creado para Deus e estando em tudo dependente de Deus, jamais lhe será licito blasphemar ou ultrajar ao Auctor da sua existencia; tornando-se pelo baptismo filho da Igreja, jamais lhe será permittido insurgir-se contra sua mãe e pôr-se em revolta contra ella; sendo membro de uma sociedade, é-lhe vedado socavar os fundamentos em que assenta essa sociedade; sendo dotado de livre arbitrio, para assim, de um *modo meritorio*, poder praticar o bem, não ha de servir-se deste dom para ir perverter os seus irmãos e os arrastar para o mal.

É do mesmo modo incontestavel haver *erros*, que implicam culpa; ha desvarios da mente, que practicamente andam acompanhados de perversidade moral. Está o homem, acima de tudo, *obrigado* a abraçar a verdade e a libertar do erro a sua intelligencia: e a razão é clara; pois que para *querer* é necessario conhecer; e para *rectamente* querer é necessario conhecer a verdade. Se, de facto, não houvesse regras ou normas para as *ideias*, tambem as não poderia haver para as *acções*. Se assim não fóra, aonde iriam parar a moral e a sociedade? Ora bem, os peccados de incredulidade, de heresia e de apostasia avantajam-se a quaesquer outros erros, quanto á *culpa*. Os attentados contra a honra, contra as vidas ou contra os haveres de um homem, simples creatura, não são actos que se possam comparar na gravidade com os crimes, que directamente vão attentar contra soberana magestade de um Deus. Negar-se *obstinadamente* a crer uma revelação feita por Deus e, *como tal*, bastantemente demonstrada e reconhecida, constitue um crime de lesa *magestade divina*, pois é, em certo modo, negar a veracidade infinita de Deus.

Ora, nos tempos e nos paizes em que dominava a Inquisição, era a *todos* facil ter uma certeza moral completa (ainda que proporcionada ao estado e capacidade de cada individuo) ácerca da divindade da religião christã e da Igreja catholica.

IV. — Que juizo se ha do fazer sobre a Inquisição em geral, e em especial sobre a Inquisição na Hespanha

Mas não será pelo menos *digno de censura o modo*, como este direito foi posto em practica; não houve realmente *crueldade* por parte da Inquisição de Hespanha? Não tem esta questão a importancia da que acima tractamos, e em parte lhe demos a solução. Façamos apenas, para remate, algumas observações.

1. Seria primeiramente absurdo imputar á Egreja os abusos, de que são unicamente responsaveis os *juizes inquisitoriaes*. Assim como se não podem imputar a um individuo senão os actos e os efeitos provenientes da sua *actividade pessoal*, assim se não pode tambem accusar uma corporação senão dos resultados que se deram em razão da sua existencia e da sua acção como associação, ou, por outras palavras, em razão dos seus principios constitutivos, das suas leis e do exercicio regular da sua auctoridade. Quem é que, pois, com justiça ousaria incriminar as leis civis ou os regulamentos militares pelos abusos commettidos pelas auctoridades encarregadas de executarem essas mesmas leis e regulamentos, abusos que essas mesmas leis e regulamentos condemnam?

Ora, os abusos, que se comprazem em assacar á Inquisição, não são de nenhum modo um fructo dos principios professados pelo christianismo; estão em completa opposição com o seu espirito, e foram de facto severamente censurados pelos soberanos Pontifices todas as vezes que delles tinham noticia. «Os inquisidores eram homens, observa Vacandard, e muito seria para espantar que nunca tivessem abusado dos poderes que lhes tinham sido confiados. Mas nunca a Egreja jamais pensou em lhes abonar todos os seus actos; deixa-os á apreciação dos historiadores; e o que ella só quer é que este assumpto se tracte com uma serena imparcialidade e um são criterio. Os que assim fizerem o estudo da Inquisição facilmente observarão que o uso da força em prol da fé foi por vezes alem dos limites da equidade e desserviuiu os interesses da religião; nem será a Egreja que o

negue; e nada encontrarão em sua doutrina que os impeça de pensar deste modo».

2. Convem tambem ter presente que a crueldade dos supplicios não era unica e exclusivamente practicada pela Inquisição. Já dissemos que o systema penal se resentia muito da influencia da barbarie, influencia que só lentamente viria a desapparecer¹.

Temos um monumento da extremada severidade dos tribunaes daquelle tempo na *Carolina*, codigo penal de Carlos Quinto, pelo qual se regeu a Allemanha até ao *ultimo seculo*.

3. E, demais disto, quando se comprazem em declamar contra as *torturas* da Inquisição, esquecem-se de nos dizer ou fingem ignorar que este meio de se descobrir a verdade estava então em voga *em todos* os tribunaes da Europa. E assim, quando por exemplo, os conselhos judiciaes da Belgica foram, em 1765, consultados ácerca dos projectos de reforma que conviria introduzir no direito criminal, relativamente á abolição eventual da tortura, *todos* os do conselho, á uma, optaram pela sua conservação. E, quando mais tarde foram de novo ouvidos sobre o mesmo assumpto, ainda *todos* se mantiveram firmes no seu primeiro parecer, quanto á abolição das torturas.

Note-se, alem disto, que foi a Inquisição a que primeiro *renunciou* á tortura, e *muito antes* dos outros tribunaes da Europa. «É coisa certa, affirma Llorente, que *ha já muito tempo* que a Inquisição não emprega a tortura». E, alem disto, nunca ella permittiu, como permittiam os tribunaes civis, se recorresse varias vezes a ella durante o mesmo processo; e exigia sempre a pre-

1) O que nos diz Poulet ácerca da jurisprudencia criminal do Brabante, se ha de tambem applicar ao resto da Europa. Queimavam-se vivos naquelle tempo os moedeiros falsos; vergastavam-se ou condemnavam-se á morte os falsificadores de pesos e medidas; o roubo com escada tinha o castigo do garrote; e os convictos de recidivos em questão de roubo eram igualmente condemnados á morte.

Não seria difficil demonstrar que em geral os tribunaes da Inquisição se mostravam sob todos os respeitos muito mais *equitativos* e menos *rigorosos* para com os accusados do que todos os tribunaes civis coevos. Hefele na sua *Inquisition d'Espagne* nos dá a prova desta asserção ácerca do tribunal daquelle paiz, o mais incriminado de todos; e isto baseando-se nos dados fornecidos pelo proprio Llorente.

sença, do medico para verificar o momento em que a vida do suppliciado começasse a correr perigo.

4. Com respeito á Inquisição hespanhola não temos difficuldade em confessar que realmente houve numerosos *abusos*; nem isto é para extranhar, pois eram homens os que intervinham como juizes. Em todo o caso é mister deslindar bem as responsabilidades. Os Papas é que, como vimos, se mostraram sempre adversos a uma demasiada severidade tanto em chamar a atenção sobre os abusos como em os cohibir. Vejam-se, por exemplo, as reclamações logo no começo feitas por Sixto IV e as precauções por elle tomadas contra a demasiada severidade e contra a irregularidade dos tramites seguidos pelos inquisidores¹.

Convem ainda notar que as crueldades imputadas á Inquisição de Hespanha andam vulgarisadas com uns exaggeros que causam espanto e que revelam uma grande má fé. Até o proprio Llorente, hostile á Igreja, confessa que os tribunaes da Inquisição eram seccos, bem abobadados, e que eram uns palacios, comparados com os carceres dos outros tribunaes europeus. Nenhum encarregado da Inquisição era, assegura elle, amarrado com correntes ou carregado de grilhões.

Sobem por vezes, note-se ainda, a centenas de milhares o *numero* das victimas immoladas pela Inquisição hespanhola durante um curto espaço de tempo. Ora, segundo o supracitado Llorente, o seu numero não vae

1) Note-se o modo seguro e posição firme que o Auctor aqui toma defendendo a Igreja e demonstrando ser ella irresponsavel pelos abusos inquisitoriaes. Esta deve ser a tactica, que se ha de seguir, quando nos vierem com essa aria, infinitas vezes e em todos os tons realejada, dos Torquemadas, dos carceres, das fogueiras da inquisição: mostrar como nunca um homem de juizo pode incriminar a Igreja romana por *abusos*, que ella sempre condemnou. Mau serviço prestam, pois, á religião e á Igreja, cremos nós, os apologistas que para defendel-a, julgam tambem haver de defender a inquisição da Peninsula hispanica: a qual somente se referem, e não á romana, os escrevinhadores e declamadores, quando querem mover as turbas ignorantes para um determinado fim. Nesse terreno é que elles se querem e nos querem; mas nós não devemos querel-o, porque é falso. Não lhes demos neste ponto nem logar sequer a discussões. « Isso dos horrores da inquisição ou dos abusos por ella commettidos, digamos-lhes mais ou menos, não tem nada que ver conosco, catholicos romanos: não vem nada a proposito tractando-se da religião catholica, apostolica, romana. *Canis extra chorum*. Convem, sim, varremos ou mostrarmos estar varrida a testada do Vaticano: as dos palacios inquisitoriaes de Sevilha, de Granada ou, se quizerem, de Coimbra que as varram outros como quizerem ou puderem».

(Nota do traductor).

alem de umas 35.000, durante os 331 annos que durou a Inquisição; e ainda neste numero se contam diversos generos de *malfeitores*, propriamente ditos, como são, por exemplo, os contrabandistas, os magicos, os feiticeiros e os usurarios, que dependiam deste tribunal. Alem de que este mesmo numero é evidentemente exaggerado; pois que a dar-se, por exemplo, credito ao proprio Llorente, nos autos de fé em Toledo nos dias 12 de fevereiro, 1 de maio e 1 de dezembro, do anno 1486, contaram-se como, respectivamente, condemnados e entregues ao braço secular, 700, 900 e 750. Ora, o facto é que não houve nem *uma só victima*; pois eram simplesmente culpados, mas nenhum delles foi suppliciado¹.

Faça-se uma comparação da tão fallada severidade da Inquisição hespanhola com a pouco fallada crueldade, practicada por Isabel de Inglaterra, e ver-se-ha que, como assegura o protestante Guilherme Cobett, mais gente matou *nem só anno* esta sanguinaria mulher do que a Inquisição durante *todo o tempo* da sua existencia. Accresce ainda que muito mais violenta foi por toda a parte a intolerancia dos protestantes contra os catholicos do que a destes contra os protestantes, como já vimos acima: a perseguição *sanguinolenta* foi o meio empregado pelos principes lutheranos para arrancar os povos á Igreja. E, comtudo, é só contra a Igreja catholica que se ouvem palavras de censura e de incriminações.

« Porque, pergunta Langlois, pouco favoravel á Igreja, veio afinal a Inquisição a ser o bode expiatorio das coleras que a lembrança das antigas perseguições religiosas ainda hoje está aticando? Milhares de seres humanos foram queimados vivos por causa das suas crenças, antes de a Inquisição existir. Quando se deu o segundo grande assalto, em parte victorioso, que a hierarchia catho-

1) Lancemos uma vista de olhos sobre o que então se passava numa região protestante. Em Nuremberg, uma das cidades mais cultas da Alemanha morreram no espaço de 40 annos (1577-1617) 356 pessoas no cadafalso dentre as 50.000 almas de que se compunha o districto judicial; a Inquisição hespanhola houvera, proporcionalmente fallando, suppliciado 56.960 desventurados neste mesmo espaço de tempo. Em Nordlingen, que contava 6.000 habitantes, morreram em 4 annos (1590-1594) trinta e cinco *feiticeiros*; guardando-se a mesma proporção, isto é, mais 11.000 ainda do que ella em realidade, segundo Llorente, mandou suppliciar, para *toda a sorte* de crimes, durante todo o tempo da sua existencia. E chamam *exceptionaes* sobre todos os outros os rigores empregados pela Inquisição da Hespanha!

lica soffreu no XVI seculo, quasi só em Hespanha florescia a Inquisição propriamente dita. E foi acaso menos para lamentar o martyrologio dos paizes, em que ella deixou de influir, como em França, ou em que ella nunca entrou, como na Inglaterra dos Lancastres e dos Tudores? Sob o regimen do estatuto *De haeretico comburendo*, ou sob o regimen inquisitorial na Hespanha, de Carlos Quinto? Foram mais numerosos os catharos, que morreram victimas da Inquisição albigense, ou os anabaptistas, que a Allemanha lutherana ou calvinista immolou ao seu partidario? E não se igualaram as grandes perseguições da Igreja oriental, que fundaram a orthodoxia grega no sangue dos dissidentes, ás mais crueis que assolaram o occidente?»

Mas, tempos novos, novos costumes. Tem, sem duvida, a Igreja o direito de punir os seus filhos rebeldes; mas por ella ter feito uso deste direito, por assim o julgar conveniente, não se segue que haja sempre de fazer uso delle; e deve até pol-o de parte, quando elle se tornar contraproducente. E ha já muito tempo que, de facto, renunciou a servir-se delle; e por isso já não é mais que como uma lembrança historica ou como um espantallo ao serviço da ignorancia e da impiedade.

§ III. — Processo de Galileu¹

I. — Não prova nada contra a infallibilidade do Papa e da Igreja

NOTICIA HISTORICA. — Nasceu o sabio astronomo e insigne philosopho em Pisa (1564-1642); mas pode dizer-se que pela sua vida ficou pertencendo mais a Florença. Seguiu no começo do seculo XVII a opinião do conego Copernico (1473-1543), que defendia a immobillidade do sol e a rotação da terra. Ensinara este a sua theoria sem que ninguem se mettesse com elle, o que não aconteceu com Galileu, que, em 24 de fev. de 1616,

1) Sobre a *Édition nationale des œuvres de Galilée* publicada em Florença pelo Sr. Favaro, com o volume 19º que encerra os documentos relativos ao processo de Galilée, podem consultar-se a *Rev. des Questions Scient.* (abril 1903); Jaugéy, art. *Galilée*, etc.

foi objecto de uma censura dos *theologos* (não dos cardeaes) do *Sancto Officio*, que condemnava duas proposições relativas ao movimento da terra, uma dellas como heretica e outra pelo menos como erronea na fé: *ad minus in fide erroneam*.

No dia seguinte, 25 de fevereiro, notificou o cardeal Mellino ao assessor e ao commissario do Sancto Officio uma ordem do Papa, em que se mandava ao cardeal Bellarmino que fizesse chamar a Galileu e lhe prohibisse o ensinar para o futuro o movimento da terra.

Até aqui nenhuma difficuldade se offerece; pois que não ha nenhuma palavra do Papa que qualifique a doutrina ácerca do movimento do nosso planeta, e alem disto tracta-se aqui apenas de um documento intimo, que nada tem que ver com uma decisão *ex cathedra*, dirigida a toda a Igreja.

A 3 de março, numa sessão presidida pelo proprio Papa, ordenou este ao Mestre do Sacro Palacio que se publicasse um edicto, em que pela congregação do Index se condemnassem as obras de Copernico.

A 15 de março de 1616 publicou a Congregação do Index a condemnação do systema de Copernico; mas Galileu continuava a viver tranquillamente em Florença, proseguindo os seus trabalhos e gozando da amizade e dos favores de Urbano VIII. Em 1632, porem, é que elle, violando as solemnes promessas que antes fizera, publicou o seu *Dialogo sobre os dois grandes systemas do mundo* (de Ptolomeu e de Copernico). A obra foi denunciada á Inquisição, e numa sessão presidida pelo Papa, foi Galileu condemnado a retractar os que se chamavam erros seus e a não mais para o futuro tractar esta questão da mobilidade da terra e da immobillidade do sol; e, quanto á sua nova obra, foi ella do mesmo modo objecto de condemnação.

Submetteu-se o astronomo Florentino, como filho obediente, que era, da Igreja, e abjurou em junho de 1633 as suas opiniões perante o Sancto Officio. Morreu alguns annos depois (1642) com os sentimentos de uma muito terna piedade.

Foi este o modo como os factos se deram, tirados dos documentos authenticos do processo publicado na

sua integra por Favaro, na *Edição nacional das obras de Galileu*.

QUE INTERPRETAÇÃO SE HA DE DAR A ESTES FACTOS?

— 1. Estes factos em si nada provam contra a infallibilidade do Papa ou da Igreja, por uma razão muito simples, mas decisiva. Eis como o P. Choupin a expõe:

«Os tribunaes do Sancto Officio e do Index *enganam-se*, quando nos seus considerandos declararam falsa em philosophia a doutrina de Copernico, sendo ella verdadeira, e quando a deram como contraria á Escriptura, o que tambem não é verdade.

Mas haverá neste facto algum argumento contra a doutrina da *infallibilidade* da Igreja ou do soberano Pontifice? Para se resolver esta questão não havemos mister mais que examinar o valor juridico dos dois decretos, o do *Index* (5 de março, 1616) e o do Sancto Officio (12 de junho, 1633). Foram realmente estes dois decretos approvados pelo Papa; mas, como a sua approvação, neste caso, tem simplesmente a forma de uma approvação simples e *communis* (*in forma communi*) são estes decretos, e ficam juridicamente decretos, de Congregações, que teem valor segundo a auctoridade propria e immediata das Congregações.

Ora, é sabido que a questão da infallibilidade não entra para nada, quando se tracta do decreto de alguma das Congregações, ainda mesmo que ella tivesse por Prefeito o proprio Papa; assim, que estes decretos não apresentam nenhuma difficuldade contra a infallibilidade da Igreja nem do summo Pontifice.»

«E realmente a approvação simples ou na forma *communis* e ordinaria, diz Suares, só se faz quando o superior, ou quem o representa, pura e simplesmente confirma o *acto* do inferior, tal como *lhe foi apresentado*, sem que de antemão tivesse alcançado conhecimento pleno e completo da causa de que se tracta. E esta approvação do Papa em nada affecta a natureza ou theor do sobre-dicto decreto; pelo que em nada compromette a infallibilidade pontificia, que é pessoal do Papa e não pode ser transmittida a outrem.»

2. Pelos documentos coevos se demonstra tambem

que, de facto, nem o Papa nem o pessoal da sua corte jamais consideraram o alludido decreto como uma decisão *infallivel*. E o mesmo se diga dos *theologos* coevos ou dos posteriores a elles; pois que *nenhum* se poderá apontar, que olhasse aquelle decreto como definitivo e *infallivel*; e antes, pelo contrario, se poderia citar um grande numero delles que pensaram exactamente o contrario¹.

Mas nem sequer aos mais intransigentes adversarios de Galileu veio á ideia que o sobre-dicto decreto tivesse sido uma definição *ex cathedra*. Se elles tivessem podido encontrar nas duas alludidas sentenças contra elle as condições requeridas para uma decisão *infallivel*, ter-se-hiam valido dellas para declararem como heretico e para sempre condemnado esse systema, o que elles nunca fizeram. Bem sabiam elles faltar algo a esses decretos para terem o character de uma condemnação definitiva e irrevogavel.

OBSERVAÇÕES. — 1. Para se fazer um juizo seguro acerca da condemnação de Galileu é mister olhal-a do mesmo ponto de vista que os seus contemporaneos. Faziam Aristoteles, os astrónomos gregos, e mais tarde S. Thomaz e todos os sabios da idade media, assim como Copernico e os juizes de Galileu, uma distincção muito importante entre a *hypothese astronomica* e *hypothese physica* ou philosophica. O papel dos astrónomos é explicar os movimentos *apparentes* dos astros por meio de *hypotheses* aptas para dar-lhes a conhecer as particularidades, sem as enredar com questões complicadas. E, dando-se o caso de algum destes modos de expôr os phenomenos se reconhecer depois como insufficiente, não tem o astrónomo nenhuma duvida em abandonal-o, para escolher outro melhor, sem, comtudo, o querer apresentar como uma *realidade* objectiva. O caso dos physicos já é muito differente, porque estes expõem os seus systemas não como simples theorias, senão como correspondendo á *realidade* dos seres.

Ora, as Congregações romanas nada se importavam

1) Vid. Guibert, *Revue des quest. scientif.*; Jaugéy, art. *Galilée*.

com as hypotheses dos astrônomos, mas sim com as afirmações dos physicos, porque suppunham serem inconciliáveis com a doutrina da Escripura. E assim é que a hypothese astronômica de Aristarco de Samos (300 a. antes de Christo), que já ensinava girar a terra em volta do sol, fôra por muito tempo ensinada, sem que a Igreja se preocupasse com isso. Nem também o proprio cardeal de Cusa encontrou quaesquer embaraços, quando em 1435 abraçou e adoptou e propagou aquelle mesmo systema astronômico. Nunca, em summa, a hypothese heliocentrica foi jamais condemnada como *astronômica*, em relação a Copernico ou a Galileu, mas somente como hypothese *physica* ou philosophica. Havia, porem, uma grande differença entre o conego Copernico e Galileu: « Copernico, diz Mansion, era principalmente astrôno, no sentido rigoroso da palavra, e só accidentalmente era physico ». E com Galileu passava-se exactamente o contrario, pois era, no sentido antigo, mais physico do que astrôno. Dava como *realidade* o que affirmava no seu systema sobre a mobilidade ou immobildade dos corpos, mas para affirmar-o apoiava-se no testemunho das sagradas *Escripturas*.

Deduz-se isto evidentemente de muitas passagens das suas obras, e especialmente do seu *Dialogo* de 1632, que só tracta da *physica* ou philosophia natural, e que foi o que deu occasião á sua condemnação em 1633. Galileu, suppunham os seus juizes, fazia mal em sair do campo da astronomia e passar com a sua theoria para o campo da philosophia, e, por conseguinte, para o da *theologia*, porque taes ideias eram de natureza a *modificar* a interpretação dos Livros Sanctos. Convem, porem, notar que a mesma Congregação, que, em 1616, prohibira o systema de Copernico, facultou quatro annos depois o seu ensino, com a condição, porem, de o apresentarem como uma hypothese scientifica.

2. Havemos de confessar que estas condemnações do astrôno florentino são para lastimar e que as Congregações romanas erraram ao proferil-as.

Enganaram-se as corporações dos theologos ao suporem que o systema de Copernico estava em desaccordo com a religião e ia contradizer as Escripuras. É bom,

sem embargo, notar-se que o novo systema cosmographico carecia então das bases solidas, sobre que assenta hoje; e nem Galileu, a juizo de eminentes astrônomos, adduziu *nenhum argumento* directo e decisivo, nenhuma das provas physicas que depois se descobriram. E porisso não tinha o seu systema os foros de cidade para ser abornado pelos theologos e interpretes da Escripura. E assim não podia o astrôno florentino impôr como realidade objectiva aos exegetas dos Livros sanctos o que não passava de uma simples hypothese, então *ainda por demonstrar*.

3. E se, alem disto, os tribunaes ecclesiasticos erraram, nem também os *sabios* têm razão para se envaidecerem, porque também a maioria delles professavam o mesmo erro; e, o que é mais, estavam suspirando pela condemnação de Galileu. Se, pois, se ha de porisso inculpar a theologia, não menos se deve também inculpar a *sciencia*. Tycho-Brahe, por exemplo, era um adversario declarado da theoria de Copernico. E poderíamos ainda acrescentar que Lutherô, Melancton, Calvino e, em geral, os reformadores, não se mostraram mais benevolos para com o novo systema.

4. Se Galileu, logo após as condemnações de 1616, se tivesse havido com mais circumspecção e commedimento, não teria sido em 1633 condemnado; e é de crer que também o systema de Copernico não teria demorado tanto em vulgarisar-se, pois contava muitos partidarios e defensores de grande nomeada entre o clero. Por infelicidade não teve elle paciencia para esperar por melhores dias para o triumpho das suas ideias. Não obstante o ter-se compromettido a não mais defender o systema de Copernico, saiu-se, comtudo, a publico com o seu *Dialogo sobre os dois systemas do mundo*, em que teve a imprudencia de atacar aquelles dos seus adversarios que mais benevolos se haviam mostrado para com elle. E até o proprio Papa julgou haver allusão á sua pessoa no ridiculo personagem de Simplicio. Irritados por esta forma os partidarios de Ptolomeu, pediram e alcançaram a condemnação de 1633.

5. Acrescentemos ainda uma observação a proposito das Congregações romanas. Estão ellas, sem duvida,

sujeitas a errar; mas d'ahi não segue que não tenham auctoridade, ou que se possam menosprezar os seus decretos. Pode tambem um pae de familia enganar-se; mas não perde porisso o direito á obediencia dos seus filhos. Sendo destinadas a manter a fé na sua pureza, possuem para isso o legitimo poder de empregarem as medidas disciplinares obrigatorias, e de prohibirem o ensino de certas doutrinas por ellas consideradas como erroneas, suspeitas ou perigosas. Uma tal prohibição é uma medida de prudencia, e tem *força de lei*; tem, entretanto, o caracter de *provisoria e temporaria*. Se, pois, com o tempo se vier a verificar que o perigo não existe ou que já cessou, cessa tambem, por não ter razão de ser, essa prohibição¹.

EM CONCLUSÃO, o que se deduz do sobredito é que a infallibilidadê do Papa não tem nada que ver com esta questão de Galileu. O que até parece haver aqui, é uma providencia especial de Deus em assistir á sua Igreja; pois que, sendo tantos os theologos coevos de parecer que o systema de Copernico era contrario á Biblia, e estando o proprio Papa convencido disso mesmo, não deu, contudo, contra elle uma sentença *ex cathedra*².

II. — Oppõe-se porventura a Igreja ao progresso scientifico; e seria Galileu um martyr da Sciencia?

Tanto se não oppõe a Igreja aos progressos scientificos que, antes pelo contrario, *foi sempre* uma grande promotora da actividade intellectual; favoreceu sempre,

1) « Os catholicos, dizia Pio IX, na sua celebre carta (21 de dezembro de 1863) ao arcebispo de Munich, estão obrigados em consciencia a aceitar e a respeitar não só os dogmas definidos, mas devem alem disto submeter-se tanto ás decisões doutrinaes, provenientes das Congregações romanas, como aos pontos de doutrina, que por um consenso commum e constante são considerados pela Igreja como verdades e como conclusões theologicas de tal modo certas, que as opiniões em contrario, não obstante não se poderem qualificar de hereticas, sejam, contudo, merecedoras de alguma outra censura theologica ». E este dever dos catholicos vem expressamente designado na encyclica *Quanta cura*, assim como no fim dos canones sobre a fé e a razão, do concilio do Vaticano.

2) Em 1727 ergiu-se, com a approvação do Santo Officio, um monumento a Galileu na Igreja de Sancta Croce em Florenca. Bento XIV levantou o interdito de se ensinar só a modo de hypothese a immobilidade do sol, no anno 1757. Ainda então, quasi um seculo antes da experiencia de Foucault, não tinha aquella opinião logrado alcançar o assentimento unanime dos sabios.

como já vimos e veremos depois, a philosophia, a litteratura, as sciencias e as artes.

Quanto ao facto especial de uma systematica e rancorosa opposição contra o progresso das sciencias, assacada aos membros do alto clero nos tempos de Galileu, está ella manifestamente desmentida pelos brilhantes testemunhos de sympathia e de protecção que, por esses mesmos tempos, encontraram em Roma os estudos scientificos; e pelos notaveis trabalhos dos jesuitas Clavio, Griemberger, Guldin, Scheiner, Grimaldi, Riccioli e dos conegos ou religiosos Copernic, Castelli, Rinieri, Cavalieri, Gassendi; pelo enthusiastico acolhimento que tinham nas altas rodas em Roma e no proprio palacio pontifical as descobertas do proprio Galileu; e, enfim, pelo tracto intimo delle e pela sua activa correspondencia com muitos dos prelados, taes como os cardeaes Barberini e Conti, e os mons. Ciampoli, Piccolomini, Virginio Cesarini.

Quanto ao tal *martyrio*, soffrido por Galileu, não ha escriptor algum bom pensador que o possa tomar a sério. E, de facto, nunca elle esteve realmente encarcerado, nem antes nem depois do seu julgamento. « Pode-se desafiar ao mais fanatico dos seus admiradores, escreve Guibert, a que nos aponte onde, quando, ao correr do processo ou depois delle, estivera Galileu uma só hora detido numa prisão propriamente dicta ». Habitava elle, emquanto corria o seu processo, no palacio do embaixador de Toscana, Nicollini, seu muito dedicado amigo, rodeado de todas as attentões. Foi depois, na vespera do interrogatorio, levado para a Minerva, onde ficou entre 12 e 30 de abril de 1633, tendo por morada os compartimentos do Procurador do Sancto Officio, e com liberdade de passear á vontade pelos jardins do palacio e de, como elle escreveu, « percorrer os vastos espaços »; e nesta sua morada era servido pelo seu proprio criado e pelos do embaixador. « Quanto á minha saude, diz elle, estou bom, graças a Deus e ao embaixador e sua esposa, que são todos cuidados e attentões para commigo ». Sobrevindolhe, entretanto, uma indisposição, foi por ordem do Papa Urbano VIII levado para o palacio do embaixador, onde podia receber todos os seus amigos e donde podia sair

quando quizesse. Ficou neste esplendido carcere até 22 de junho, dia da sua condemnação. Determinava a sentença que elle ficasse retido nos compartimentos do Procurador do Sancto Officio; mas logo no dia immediato foi esta detenção commutada e passou a morar no palacio do Grão Duque de Toscana; e depois, após a morada em casa de um seu grande amigo, o arcebispo de Sena, foi passar o resto dos seus dias na sua propria quinta de Arcetri, que lhe fôra designada para sua residencia, onde continuou os seus trabalhos scientificos e era muito visitado pelos sabios e grandes personagens do seu tempo. Morreu em 1642, logrando sempre as pensões que em 1630 o Papa lhe concedera a elle e seu filho.

No que respeita á *tortura*, que, dizem, o illustre astronomo houve de soffrer, em nenhuma parte dos documentos authenticos dos processos se faz allusão a ella. «Nunca, assegura Gilbert, desde 1633 até á sua morte, Galileu escreveu uma só linha, nos desabafos mais intimos da sua correspondencia epistolar, da qual se possa colligir que lhe tivessem dado esses maus tratos. É verdade que no seu ultimo interrogatorio foi o sabio florentino *ameaçado* com a tortura; mas é tambem certo que esta ameaça não passou de uma simples formalidade». Não permitia, de facto, o processo inquisitorial a applicação efectiva da tortura aos velhos e enfermiços; ora, Galileu já contava 59 annos de idade e, alem disso, soffria de uma doença grave. E, demais disso, elle mesmo declara, numa carta de 1634, «não ter soffrido nada na sua vida nem na sua honra».

Sómente pelos annos, mais ou menos, de 1770, uns 140 annos depois do seu processo, é que alguns escriptores italianos começaram a divulgar ter Galileu soffrido a tortura, mas davam o facto como inverosimil. Agora, porem, que se podem consultar todos os documentos officiaes relativos ao processo, é absolutamente insustentavel uma tal affirmacão; e porisso tem sido abandonada por todos os homens sérios, sejam quaes forem as suas opiniões; não se espere, entretanto, ver desaparecer esta calumnia dos livros hostis á religião.

Notemos ainda de passagem que o famoso dicto: *E pur si muove* (mas, comtudo, move-se), que lhe attri-

buem, ao levantar-se, após uma abjuração, é totalmente inverosimil para todos os que lhe estudaram o processo; é só, alem disto, veio a publico no fim do seculo XVIII. Continuará, sem embargo, a passar por genuino, porque tem bom cabimento nos romances e no theatro.

§ IV. — As Cruzadas

Poderíamos deixar de tractar este assumpto, pois basta ler-se qualquer historia imparcial para se ver como foram justas estas expedições bellicas, em que a sociedade christã se apresenta com todo o brilho do seu heroismo religioso; pelo que, com justo titulo se gloria a Egreja de ter sido a iniciadora dellas.

Partem, afinal, de um equívoco as invectivas de que as Cruzadas são objecto ou antes um pretexto. O que querem, por fim de contas, dizer com semelhantes invectivas? Que a guerra offensiva contra os sarracenos de alem-mar era uma empreza de antemão destinada a acabar mal, ou que os Papas e os principes christãos, que a idearam, foram os responsaveis pelo final mallogro della?

Incriminar as Cruzadas pelo motivo que suscitou a ideia dellas, seria dar prova de uma ignorancia crassa ou, o que é peor ainda, de uma imperdoavel má fé. Suppondo mesmo que a Egreja só tivesse em vista libertar os christãos do dominio mussulmano no oriente, já por este titulo ficaria sendo mercedora do mesmo reconhecimento que os Estados modernos, ao luctarem pela abolição da escravatura ou pela repressão dos morticínios nos paizes barbaros.

1. E, de feito, poucos dominios pesaram tão duramente sobre os povos conquistados, como o dominio dos mussulmanos; e nenhum outro causou talvez males tão duradoiros como elle. Em todas as regiões, que se lhe sujeitaram, ficou a civilisação paralysada.

Os povos que o islamismo assimilou, ou persistiram ou recaíram no estado de barbarie; e os que elle não pôde constringer a abraçarem a lei do alcorão, ficaram opprimidos; mas uns e outros só tiveram em sorte a

decadencia. Esterilizou-se o solo; seccaram-se as fontes de vida economica; aviltaram-se os caracteres; e, diga-se o que se quizer, ficou paralyzado o movimento scientifico e industrial. Só, em summa, teve geito para implantar os seus vicios. Hoje mesmo se deixa bem ver a precaria e lastimosa situação em que jazem os povos christãos, sujeitos ás auctoridades mussulmanas; as iniquidades, os abusos da auctoridade, o menosprezo da justiça, as extorsões e, por vezes, as horrendas selvagerias que contra elles se commettem (os morticínios na Armenia, etc.), nos podem dar alguma ideia da triste situação em que se encontravam os christãos do oriente nos tempos das Cruzadas¹.

2. Mas, note-se mais, não se tinha o poderio mussulmano daquelles tempos contentado sómente com os seus antigos dominios; pois que um povo de origem asiatica tinha tambem, pelo seu contacto com os mussulmanos, abraçado a religião destes, e vinha de leste a disputar o imperio aos antigos conquistadores semitas da Syria, da Palestina e do Egypto. Por fins do seculo XI, poucos annos antes da primeira cruzada, esmagavam os turcos seldjukidas o reino christão da Armenia e tiravam ao imperio bysantino todo o sul da Anatolia, para não fallar das possessões, que tomaram aos seus proprios correligionarios. Pouca mudança trazia esta conquista á situação dos christãos do oriente; porquanto os novos

1. Ninguém pode negar que existia uma sciencia, uma litteratura, uma architectura, etc. propria do mahometismo arabe; e uma coisa parecida se pode dizer ácerca da Persia e de outros paizes mussulmanos. É muito natural com effeito que o desenvolvimento das civilizações christãs ou outras anteriores ao disto uma necessidade o negar-se que alguns soberanos intelligentes, como eram islamismo se não tenham extinguido de todo após a conquista. E seria alem bastantes dos califas de Damasco ou de Bagdad ou os fastuosos principes de Andalusia, tivessem governado com uma prosperidade e esplendor, que ainda hoje estão attestando os monumentos que delles nos restam. Mas uns germens de morte iam já corroendo essa exuberancia de vida. Soube o islamismo logral-a apenas; não soube, porem, conserval-a por muito tempo, do mesmo modo que a não soubera realisar. Viu-se isto muito bem no oriente, após a invasão turca. Menos de meio seculo após a entrada dos seldjukidas na Mesopotamia, na Syria e na Asia Menor, já a quasi totalidade dos immigrants asiaticos tinha abraçado o alcorão. Mas o mesmo islamismo, que se assimilara os seus vencedores, foi incapaz de reparar as ruinas accumuladas pelas suas invasões. Bem mostrou quanto era incapaz de algo edificar por si mesmo, logo que se encontrou em terreno, onde podia mostrar o que valia. Ahi estão a moderna Anatolia, a desgraçada Turquia, e as regiões puramente mussulmanas da Syria, etc., a attestar de um modo palpavel, qual teria sido a sorte da Europa, se o islamismo della se tivesse assenhoreado.

senhores da Terra Sancta assemelhavam-se muito aos seus antecessores. E por isso em lugar de se admirarem que os Papas se mostrassem muito impressionados com um tal estado de coisas, deveriam antes admirar a sua largueza de vistas, que lhes fez antever as graves consequências, que resultariam deste novo acontecimento. A invasão dos turcos na Asia occidental era apenas o começo de uma lucta que devia perdurar durante seculos. Este avanço do islamismo asiatico (turco) não devia parar na fronteira oeste do sultanato de Roum; pelo que, toda a Europa estava de facto ameaçada de um grande perigo. Retardaram, porem, este perigo, comquanto o não pudessem atalhar, os gigantescos esforços, de que o Papado tomou a iniciativa. Quasi 400 annos após a primeira investida dos seldjukidas contra o imperio bysantino, caía Constantinopla, em 1453, sob o jugo dos invasores. Veio este acontecimento destruir toda a obra dos cruzados; mas veio tambem revelar a muita razão que a previdencia politica tivera em os levar á lucta.

3. Acabamos nós de ver como as Cruzadas vieram, finalmente, a terminar por um desastre completo. Seria uma falta de sinceridade e de tino o fazer valer mais do que ellas merecem as vantagens secundarias, que as Cruzadas trouxeram aos paizes do occidente. Não obstante ellas serem de peso e duração, não podem sem embargo comparar-se com os enormes sacrificios que custaram. Mas a generosa iniciativa do Papado não ha de ser avaliada pelas mesquinhas considerações da utilidade. Consideradas segundo os altos interesses da christandade, foram as Cruzadas uma empreza, não só mui legitima, senão tambem sobre maneira atilada e prudente. E sahiram, afinal, menos caras á Europa do que as incessantes guerras, as dissensões, as rivalidades e desordens de toda a sorte, que houveram sido atalhadas, se ás palavras dos summos Pontifices se tivesse prestado mais attenção.

Contra um direito, pois, tão bem fundado e tão evidente é levandade ou cynismo o objectar-se com o mallogro das Cruzadas: e, se com ellas se tivesse alcançado o fim que se tinha em vista, já houveram sido boas. Em todo o caso as faltas, que occasionaram o seu mallogro,

não eram inherentes ao plano mesmo da guerra, sancta em si, e não são imputaveis ao Papado; pois que provieram dos erros, das discordias, das ambições pessoaes, das invejas e rebeldias dos principes, que fizeram paralyzar o gigantesco esforço da christandade. Bem se cansou a Igreja em prevenir ou em pôr remedio a essas faltas. Não ha duvida que um dos maiores, se não o maior dos erros e das mais funestas consequencias, que os cruzados commetteram, foi o cerco e a tomada de Constantinopla em 1203; mas esta tomada fez-se contra a ordem expressa de Innocencio III. E, ainda que depois, consummado o facto, os Papas e o proprio Innocencio III tivessem procurado tirar do mal o bem, não deixa, comtudo, de ser verdade que o Papado não tem responsabilidade alguma nesta desastrosa conquista que absorveu, em proveito de uma sombra de imperio, recursos bastantes á consolidação do reino latino de Jerusalem e a o tornar até inexpugnável. Mais innocente, se é possível, foi a Igreja quanto á deestavel politica de Frederico II, que deslocou para o oriente a lucta entre o sacerdocio e o imperio. Para qualquer homem circumspecto e sincero é coisa certa a viabilidade do plano proposto por Urbano II ou Innocencio III; torna-se ella bem patente pelas incriveis e enormes faltas, que os principes christãos á toa foram accumulando, até este plano se ver completamente inutilisado.

4. Havemos também de confessar que nem sempre os diplomatas e os promotores ecclesiasticos da Cruzada se souberam haver com o tino e a discreção digna de louvor; assim como é também para crer, que nem sempre os pre-gadores das Cruzadas tivessem presentes os deveres, que os reis e senhores tinham para com seus vassallos. Esta falta notou, por exemplo, Joinville, referindo-se aos conselheiros que moveram o rei S. Luiz a emprehender a expedição de Tunis. Mas que importancia têm estes erros, relativos a particularidades apenas, ante o conjuncto grandioso desta historia summamente gloriosa nos annaes da Igreja? Se se contemplar esta historia de um ponto culminante, não é possível dar com um motivo plausivel que mova certos espiritos a obstinadamente rebaixarem e denegrirem esta epopeia dos povos christãos.

§ V. — O S. Bartholomeu

NOTICIA HISTORICA. — O morticínio de *S. Bartholomeu* (24 de agosto, 1572) teve como causa a animosidade que existia entre a rainha mãe Catharina de Medicis e o almirante de Coligny, cabeça dos protestantes francezes. Via ella que o almirante se ia insinuando mais e mais no animo do rei Carlos IX, e por isso resolveu acabar com este seu rival.

Celebrava-se a 18 de agosto em Paris, ainda que contra a vontade do Papa, o casamento misto de Catharina de Valois com o então calvinista Henrique de Navarra, depois Henrique IV. Tinhã estas reaes festas atrahido a Paris quasi todos os nobres protestantes do reino. Quatro dias depois, a 22, foi o almirante Coligny ferido num braço por uma arcabuzada; mas, como estava só ferido e os gentishomens protestantes manifestavam signaes da mais violenta indignação, tornava-se grandemente critica a situação da rainha mãe, auctora do attentado. Temendo ella, pois, se viesse a revelar esta sua cumplicidade, foi ter com o rei e lhe fez crer existir uma conjuração urdida pelos huguenotes, afim de se apossarem da sua pessoa e lhe tirarem a coroa e a vida. Era este principe de indole cruel, e estonteado ante estas subitas revelações de sua mãe, cedendo ás suas instancias, ordenou um morticínio geral para todos os protestantes. Foi dado o signal antes do romper da alva do dia 24 de agosto; Coligny foi degollado na sua cama, e todos os nobres, vindos a Paris para assistirem aos reaes festejos e alojados no Louvre, foram igualmente assassinados. A mortandade foi-se extendendo pelos bairros de Paris; e para as provincias foram ordens terminantes, emanadas da corte, para nellas se fazer a mesma coisa aos protestantes; pelo que milhares de protestantes foram por processo summario entregues á morte dentro de poucos dias.

QUE RESPONSABILIDADE CABE Á EGREJA NO MORTICÍNIO DE S. BARTHOLOMEU? — É vezo dos inimigos da Igreja menos instruidos o assacarem-lhe este horroroso successo de S. Bartholomeu, o apresentarem-no como uma

das provas mais características da sua intolerancia, como um crime premeditado e ordenado por ella. Teve muita parte na vulgarisação desta lenda a celebre opera dos *Huguenots*, em que apparece o cardeal de Lorena, que nessa occasião *estava em Roma*, a abençoar em Paris os punhaes destinados ao morticínio dos huguenotes.

Vamos provar que a corte de Roma não foi connivente com tal crime e que os signaes de publico regosijo manifestados por Gregorio XIII, ao ter noticia do successo, não têm o sentido, que se lhes attribue.

E primeiramente é um facto historicamente certo e admitto pelos proprios protestantes, que a mortandade de S. Bartholomeu não era uma coisa de antemão planejada. Proveio só do mallogro das tentativas de Catharina de Medicis contra Coligny, que deram occasião subita áquelles extremos. «Se Coligny tivesse morrido da arcabuzada, não creio que tivessem matado tanta gente», escrevia o proprio nuncio Salviati, de Paris para Roma, no mesmo dia do attentado. E todos os testemunhos coevos, affirma Kervyn de Lettenhoven, na sua obra *Les Huguenots et les Gueux*, são concordes em rejeitar qualquer premeditação de semelhante mortandade. Ante uma conjuração abominavel, diz elle, foi apenas um meio de defesa, ainda mais abominavel, que se teve por necessario.

Mas, objectar-se-ha, não é verdade que S. Pio V, alguns mezes antes fallecido, convidara por vezes Carlos IX a *exterminar* os herejes do seu reino?

É coisa certa que S. Pio V por vezes exhortou a corte de França a, com rigor, applicar contra os herejes as *leis existentes (supplicia afficiantur qua legibus statuta sunt)*, leis que se extendiam até á pena de morte; mas é coisa não menos certa que elle sempre formalmente reprovou qualquer tentativa de assassinato ou de morticínio. A 10 de maio de 1567 escrevia o embaixador hespanhol em Roma para a sua corte: «Os senhores da França, disse-me o Papa Pio V, premeditam qualquer coisa que eu não posso aconselhar nem approvar e que a minha consciencia reprova; querem empregar meios para acabar com o principe de Condé e o almirante de Coligny». É, observa Vacandard, reprovar de antemão o morticínio de S. Bartholomeu.

Ficou, pois, a corte romana completamente extranha aos horrendos attentados de 24 de agosto. Foi, entretanto, Gregorio XIII informado pelo embaixador *francez* de que o rei e a rainha mãe tinham escapado a uma trama dos huguenotes e de que estes tinham sido justamente castigados e em grande parte exterminados; pelo que mandou aquelle Papa os parabens a Paris, e ordenou se fizesse em Roma uma solemne procissão em acção de graças, com um solemne *Te Deum*, e encarregou alem disto o pintor Vasari de representar nas paredes do Vaticano as principaes scenas daquelle dia, mandando tambem cunhar uma medalha commemorativa.

Mas qual é a verdadeira explicação destes procedimentos do Papa? As congratulações enviadas á corte de Paris faziam parte, a mais ordinaria, das relações diplomaticas. E por outra parte o Papa não dispunha de outras fontes de informação senão das relações do embaixador francez em Roma e das do seu nuncio em Paris. Apresentavam ellas os factos, como *officialmente* corriam, isto é, como uma conjuração tramada pelos huguenotes contra a vida do rei, conjuração, de que o rei só pudera salvar-se por meio de uma geral carnificina. Que diz com effeito o nuncio residente em Paris e de ordinario bem informado? No seu despacho com data do proprio dia da carnificina, depois de narrar os factos, accrescenta que «a Magestade divina tomou sob a sua protecção o rei e a rainha mãe»; o que parece confirmar a ideia, que corria, de ter realmente existido a tal conspiração.

«A propria noticia em si, prescindindo do modo como ella se realisara, não podia deixar de ser, observa Vacandard, muito agradavel a Gregorio XIII». Estando, pois, o Papa mal informado sobre o modo como as coisas se tinham passado, e estando convencido de que o rei se achava no caso de uma legitima defesa, houve naturalmente de alegrar-se ao ver que os protestantes tinham cahido no laço e que os seus principaes cabeças se achavam fóra de combate.

Em Paris mesmo foi muita a gente que se enganou; e o proprio Parlamento condemnou retrospectivamente o almirante de Coligny a ser queimado em effigie por causa do criminoso attentado. Estava, portanto, o Papa com muito

boa companhia, no juizo que fazia sobre aquelles acontecimentos tragicos.

A *conclusão*, que disto se tira, é que o *S. Bartholomeu* foi uma questão meramente politica, originada do odio de Catharina contra Coligny, das rivalidades entre as casas de Guise e de Condé, e occasionada pela exasperação da rainha, ante o mallogro da sua cruel tentativa de 22 de agosto. Bastantemente se explicam assim os lastimosos successos de S. Bartholomeu; e esta explicação está de accordo com os documentos daquella epocha. A religião nem sequer *serviu de pretexto* para aquella carnificina, porque as informações dadas ao Papa apenas se referiam a uma conjuração politica. Catharina de Medicis, a principal culpada nesta catastrophe, tinha sobretudo em vista abater o *partido* protestante mais do que a *seita* dos protestantes.

§ VI. — Revogação do Edicto de Nantes

I. Por morte de Henrique III achava-se a unidade religiosa em França, definitivamente quebrada. Era uma desgraça, mas tambem um facto, de que uma boa politica não pode desviar as atenções. O ideal duma sociedade é o conservar-se livre de divisões e dos outros males; mas pede a prudencia que, quando esse ideal é irrealisavel, se tolere o mal, a que se não pode achar remedio. Para desviar males maiores vê-se por vezes a sociedade obrigada a deixar de corrigir uns determinados vicios ou abusos.

Após trinta annos de guerras religiosas era absolutamente necessario que Henrique IV dêsse á França a paz interna, de que havia tanto tempo carecia. Já os protestantes haviam alcançado grandes concessões pelos edictos de Nantes, em 1589, e pelo de Saint-Germain, em 1594. O mal dos protestantes esteve evidentemente em não só se terem mostrado mais exigentes nas assembléas de Saumur, de Loudun, de Vendôme e de Châtellerault, senão tambem em se aproveitarem dos grandes apertos, em que o rei e a nação se encontravam, para melhor imporem as suas exigencias. Amiens cahira em mãos de hespanhoes e a Fran-

ça se achava grandemente ameaçada; e, não obstante isto, os protestantes recusam-se a seguir o seu rei contra inimigos extranhos e o que é ainda peor, ameaçam a nação com uma guerra civil e fazem valer em seu favor o poder diplomatico da Inglaterra.

A 13 de abril, 1589, assignara Henrique IV o edicto de Nantes, que garantia aos protestantes a liberdade de cultos, e que lhes facultava o accesso aos altos postos e lhes concedia a posse de numerosas praças fortes. Suscitou este edicto os protestos do Parlamento e dos catholicos, e causou grande desgosto a Clemente VIII; e, todavia, ainda os reformados se não deram por satisfeitos. Foram-se, afinal, resignando todos com este estado de coisas; e considerou-se este edicto como um acto de prudencia do rei e como uma garantia da paz nacional e o primeiro passo para a introdução da liberdade das consciencias.

II. Com o edicto de Nantes, imposto pelas circumstancias em que se via a nação, garantia-se aos protestantes não só a liberdade de religião, senão tambem uma autonomia politica, que constituia um como «Estado no Estado». E no seculo XVI já este partido de protesto contra a religião dominante, partido de opposição politico-religiosa, tinha destruido a união nacional, tinha introduzido a desordem em todo o paiz e havia juncado de ruinas o solo de França. As ideias e tradições francezas foram substituidas pelas estrangeiras. Durante cincoenta annos teve a França que combater contra a oppressão protestante para poder salvaguardar a sua existencia moral e a sua personalidade nacional. A intolerancia daquelle partido tornara-se intoleravel; queria substituir uma religião nova á antiga, e estava empenhado em acabar com o catholicismo em França, como já o fizera Isabel na Inglaterra, Calvino em Genebra e Joanna d'Albret no Bearn. Haviam já os Reformados adquirido os direitos de cidade por meio de violencias de toda a sorte. Como usaram, porem, elles destes direitos? Como foram desapossados delles quasi um seculo mais tarde? O que se deve pensar acerca desta expoliação?

Para melhor se ver como veio a desaparecer o protestantismo francez, é mister consideral-o ou como *par-*

tido politico ou como *seita religiosa*. Considerado como partido *politico*, foi este protestantismo *justamente* desarmado por Luiz XIII e Richelieu. Achavam-se de facto os huguenotes perfeitamente organizados, e estavam senhores de cento e cinquenta praças fortes, pelo que estavam inspirando sérios temores á nação franceza. Aproveitando-se dos embaraços internos da França, insurgiram-se nos annos de 1615, 1620, 1625 e nos de 1627 a 1629, para fazerem os seus conluios com os inimigos exteriores da sua patria, a Hespanha e a Inglaterra. Assim se verificavam as palavras do ministro de Luiz XIII, Brienne: «Nunca a paz foi firmada pelos huguenotes senão com a intenção de a quebrarem, logo que pudessem; e sempre tiveram em vista nos seus planos ou formarem uma republica ou reduzirem ao minimo a auctoridade do rei, de modo que só se submettessem quando quizessem e quando houvesse vantagens para o seu partido». Foi pela tomada da Rochella em 1629, e pela campanha do anno seguinte, feita por Luiz XIII no meio dia da França, que este faccioso partido perdeu a preponderancia. Pelo edicto de Alais, em 1629, supprimiram-se-lhe todas as clausulas politicas, todas as concessões de praças fortes e outros privilegios semelhantes que lhes concedia o edicto de Nantes. A legislação de 1598 voltou a ser a mesma sómente quanto á parte religiosa, que lhe garantia a liberdade do culto huguenote. Esta liberdade foi ao principio sinceramente respeitada; e bem experimentaram os calvinistas vencidos a mui benevola moderação de dois cardeaes: Richelieu e Mazarino.

Mas tambem como *seita religiosa* já não iam durar muito tempo. Muitos delles, a exemplo de Turenne, de Dangeau e de Pellisson, converteram-se ao catholicismo. Organizou-se uma activa propaganda com o fim de os fazer voltar á Igreja; e nella tomaram parte Bossuet, Flécher, Bourdaloue, Fénelon e os membros de muitas ordens religiosas, servindo-se só dos meios pacificos. «Tractemos os transviados com paz e carinho, recommendava Bossuet; já se não causa pequena magua ás pessoas o convencel-as de que andam erradas e mais em materia de religião. Tornemos-lhes suave e amavel esta religião, contra a qual nós os vemos revoltados». «Antes de tudo, escrevia depois Fé-

nelon a Jacques III, não constranjaes nunca os vossos subditos a mudarem de religião; nenhum poder humano pode forçar o recinto impenetravel do coração humano. A força nunca pode convencer os homens; o que ella faz é hypocritas. Quando os reis se mettem em coisas de religião, em vez de a protegerem, reduzem-na á escravidão. Concedei a todos a tolerancia civil, não approvando indifferentemente tudo, mas soffrendo com paciencia tudo o que Deus soffre, e procurando reduzir os homens pelos meios suaves da persuasão».

A opinião publica foi, comtudo, tornando-se cada vez mais forte em França contra a liberdade dos huguenotes. A lembrança das antigas revoltas, o receio de que ainda um dia viessem a ser um perigo para a nação e a esperança de darem maior andamento á obra das conversões, levaram os catholicos a pedirem logo, desde o começo do governo autocrata de Luiz XIV, sérias precauções em relação aos protestantes. Estava este procedimento de accordo com o espirito então dominante em toda a Europa durante o seculo XVII, do qual as minorias catholicas, sobretudo, soffreram as mais tristes consequencias em todos os paizes lutheranos ou calvinistas. Nunca em França se attentou oficialmente contra a liberdade interna de consciencia dos huguenotes, nem se lhes quiz impôr uma profissão de fé obrigatoria: o que a opinião publica e as assembleas do clero pediram e alcançaram a principio, foi que se limitasse a liberdade publica do *culto reformado* por meio de uma interpretação cada vez mais restricta do edicto de Nantes. Depois é que, sobretudo a partir de 1681, se tomaram medidas em parte contrarias ao edicto de Nantes, como eram, por exemplo, obstaculos á educação, que elles queriam se desse aos seus filhos, a prohibição de seguirem certas carreiras ou de exercerem umas determinadas funções publicas. As missões catholicas, dadas nas provincias dos huguenotes, multiplicaram-lhes as conversões; os intendentes, demasiado zelosos, imaginaram promover-as sobrecarregando só os protestantes obstinados no culto protestante, a correrem com os gastos do alojamento das tropas. Os soldados, como se achavam alojados nestas circumstancias, permittiram-se toda a sorte de liberdades contra as familias recalitrantes; e foi o que

deu ocasião ás chamadas *dragonnadas*. A par das conversões fingidas foram innumeradas as conversões sinceras; e um grande numero de huguenotes emigraram para o estrangeiro. Como os protestantes, que persistiram fieis ao seu culto, ficaram reduzidos a uma pequena minoria em territorio francez, pediu a opinião publica a suppressão das liberdades de culto publico, outr'ora concedidas aos protestantes por Henrique IV, liberdades que já não pareciam ter razão de ser, pois que já a unidade religiosa no paiz se achava quasi por completo restaurada.

Em 1685 assignou Luiz XIV um decreto pelo qual se revogava o edicto de Nantes e se prohibia por conseguinte todo o culto publico aos huguenotes, mandando-se-lhes fechar os templos e as escolas, prohibindo-se-lhes « toda e qualquer coisa, que se pudesse considerar como uma concessão em favor daquella religião ».

Este acto, havia já muito tempo pedido pelo commum sentir dos catholicos, foi recebido em França com extraordinario enthusiasmo. Deixaram-nos provas deste seu enthusiasmo contemporaneos de condições diversas como Bossuet, Bourdaloue e Le Tellier; Mme. de Sévigné e La Fontaine, Racine e La Bruyère. E os proprios que pareceram ficar descontentes, como Vauban e Fénelon, só censuraram as barbaridades da execução, e não o principio da revogação. O mesmo se deu com o Papa Innocencio XI, que então estava desavindo com Luiz XIV, por causa da grande questão dos quatro artigos de 1682.

Tinha certamente Luiz XIV todo o *direito* de revogar o edicto de Henrique IV; porque as condições, que tinham tornado necessaria e benefica a legislação de 1598, eram já muito differentes em 1685, pelo que não se extralimitava o rei nas suas attribuições ao promulgar um edicto em contrario. « Tenham bem presente os chamados reformados, observa o protestante Grotius, que os actos de tolerancia não são *tractados*, mas edictos reaes, exigidos pelo bem geral, e revogaveis, quando o bem geral assim o exigir do rei ». Mas o erro da opinião publica em França esteve em julgar que o bem geral exigia a suppressão do culto publico dos protestantes. Comquanto um culto falso não tenha por si direito á existencia, comtudo a necessidade da

tranquillidade publica pede que se lhe conceda uma certa liberdade legal, quando a ruptura da unidade de crenças é num paiz um facto consummado. Ora, esta divisão de crenças era um facto consummado e impossivel de supprimir-se, depois das guerras de religião. Persistia a minoria religiosa dos protestantes, muito numerosa e demasiado tenaz, apesar do grande numero de conversões que tinha havido; e assim não se podia retirar o livre exercicio do seu culto sem o perigo de graves males para a França. Não houve a devida precaução; só quando já era demasiado tarde é que se deu por esta falta.

Uma parte dos protestantes francezes tomou o caminho do exilio e foram acolhidos pela Inglaterra, pela Hollanda, pela Allemanha e pela Suissa. O numero total delles, ainda que talvez um tanto exaggerado, subiu a uns quatrocentos mil. Eram industriaes, commerciantes, artistas, officiaes, soldados e marinheiros, cuja perda foi muito sensivel para a França e de grande utilidade para as nações suas rivaes. Quanto aos protestantes que ficaram, tambem elles foram de não pequeno embaraço. Os que, sobretudo, se tinham convertido por interesse ou por medo, sempre ficaram muito maus catholicos e os bispos discordavam quanto á attitude que haviam de tomar ácerca delles. Para se tornar um facto a revogação do edicto, foi mister recorrer a meios energicos, e infelizmente voltaram os tempos das *dragonnadas*. Revoltaram-se, enfim, os protestantes das Cevennas em 1702, o que deu occasião á sangrenta e cruel guerra dos Camisards numa conjuntura grandemente embaraçosa para a França, pois estava em luta contra uma colligação europeia. Deu a revogação, ainda por muito tempo, occasião a muitas perturbações e a muitos odios.

Foi, pois, a suppressão do culto huguenote um erro e uma desgraça. É mister reconhecê-lo. Houveram-se com indiscreção o rei e os catholicos, em quererem para as minorias dos protestantes em França o mesmo, que as nações protestantes então punham com desenfreamento em practica contra as minorias catholicas no estrangeiro.

§ VII. — O Poder exercido na idade media pelos Papas sobre o temporal dos principes

É coisa sabida que o Papa era na idade media universalmente reconhecido por chefe da immensa familia christã, e como tal se mostrava pelos factos: citava ao seu tribunal os soberanos e os vassallos, dirimia as controversias entre os reis, impunha penas espirituaes aos principes escandalosos e incorrigiveis, privava das suas dignidades e direitos os que continuassem obstinados nas suas desordens.

Como, onde entram em scena os chefes supremos da Igreja catholica, não podem deixar de apparecer as criticas dos inimigos da Igreja, tambem sobre este ponto não faltaram. Vejamos o que se ha de pensar sobre ellas.

I. — Era inteiramente legitimo o poder exercido pelos Papas da idade media sobre o temporal dos principes

1.º Fundava-se este poder na legislação vigente ou no *direito publico* daquelle tempo, isto é, nas constituições politicas, que os povos christãos, as suas cortes geraes ou os seus soberanos tinham *livremente decretado* ou pedido. O Papa era então reconhecido como o *chefe natural* e como o *pae commum* da Christandade. Não é, pois, para admirar que lhe tivessem reconhecido o *direito* de dirimir os litigios, de chamar os recalitrantes á ordem e de, sendo necessario, servir-se da excommunhão e ir até á deposição.

2.º A maior parte das monarchias, e em particular as da França, da Inglaterra e da Hespanha, eram ao mesmo tempo *electivas* e *hereditarias*. Escolhia-se de ordinario um membro da familia reinante; mas até o proprio filho, para succeder a seu pae, tinha que *ser reconhecido* pelas cortes. Estas cortes punham, como era natural, as suas condições ao escolhido, que desde então ficava por ellas responsavel perante as cortes. Ora, uma das *condições*, que de facto punham, era a *fidelidade á fé catholica*; e juncta-

mente se estipulava que, no caso de a abandonar ou perseguir, *perderia a sua auctoridade*.

3.º Muitos principes renderam vassallagem da sua coroa á Sé de S. Pedro, submettendo-lhes voluntariamente como feudos os seus estados e reconhecendo-se como seus vassallos. Assim o fizeram João-sem-Terra, rei da Inglaterra (1213), Rogerio II, da Sicilia (1130), Roberto Guiscardo, de Napolles (por 1053) e Pedro II, de Aragão¹. Tambem Sancto Estevão da Hungria fez vassallagem do seu reino e Godofredo de Bulhões, do de Jerusalem. Em razão destes actos, tinha o Papa para com estes estados os direitos ordinarios dos suzeranos para com os seus vassallos. Ora, é sabido que o direito feudal conferia ao suzerano o poder de castigar o vassallo rebelde, que faltasse a alguma das suas obrigações; e podia retirar-lhe o feudo para o dar a outro. As formulas dos juramentos nas vassallagens á Sancta Sé attestam, alem disto, este direito dos soberanos Pontifices. Note-se mais, de passagem, que nunca o Papa usou deste direito em proveito proprio, apossando-se ou total ou parcialmente de dominios de algum vassallo, culpado de rebeldia.

OBSERVAÇÕES. — 1. O querer-se fazer um juizo critico ácerca da idade media, guiando-se pelas ideias que começaram a estar em voga depois da Reforma protestante e, principalmente, depois da paz de Westfalia, que concedia eguaes direitos a todas as associações christãs, seria cahir num crasso e ridiculo anachronismo. «Todos os christãos, escrevia o sabio cardeal Hergenroether na sua obra *A Igreja catholica e o Estado christão*, formavam *uma só familia*. Esta familia precisava ter uma cabeça, um pae; e tinha-o naquelle, a quem todos os povos acatavam como a Pae commum, o Vigario de Deus, o successor de S. Pedro, o representante de Jesus Christo, a quem fôra confiado o poder de apascentar os cordeiros e as ovelhas». «Ao entrarem na Igreja, diz mons. Moulart, da univer-

1) Quanto a Portugal, foi o seu primeiro rei, D. Affonso Henriques, que prestou vassallagem á Sancta Sé, obrigando-se a pagar-lhe um censo annual de quatro onças de ouro e a não reconhecer outro dominio senão o da Sancta Sé. Veja-se sobre isto a excellente *Hist. da Igreja em Portugal* do Sr. Fortunato de Almeida.

sidade de Louvaina, ao fazerem parte do Christianismo, reconhecido como religião do proprio Estado, ao reconhecerem no fim da religião o fim supremo e unico, pelo qual se devem orientar todas as sociedades, de que se compõe a humanidade, ao porem suas leis, necessariamente orientadas por estas premissas, de accordo com os dogmas e a moral divinas, chegaram as nações da Europa a alcançar uma verdadeira união baseada sobre uma perfeita conformidade de ideias, de interesses, de tendencias e de legislação; formaram deste modo a christandade».

As cerimoniaes, que se observavam na coroação do imperador do Occidente, nos dão bem a conhecer as ideias daquelle tempo. Era elle avisado pelo Papa de que ia receber o poder de governar os povos e de *defender a verdadeira Igreja de Deus*. A estas palavras respondia o imperador com o seguinte juramento: «Eu, pela graça de Deus, rei dos romanos, futuro imperador, prometto e *juro*, perante Deus e S. Pedro, ser dóravante protector e defensor do soberano Pontifice e da sancta Igreja romana em suas precisões e necessidades; guardarei e conservarei os seus dominios e acatarei os seus direitos tanto quanto puder, mediante o auxilio de Deus, com boa, sincera fidelidade. Assim Deus me ajude e os sanctos Evangelhos».

O teor deste juramento explica perfeitamente o modo como os grandes senhores do imperio fallaram a Henrique IV, por occasião das suas desavenças com Hildébrando ou S. Gregorio VII. «Que elles, escreveram-lhe, tinham-lhe jurado fidelidade, mas com a condição que elle fosse rei para *edificação e não para destruição* da Igreja de Deus, e com a condição de que elle governasse segundo as leis da justiça, respeitando os bens, a dignidade e os direitos de cada um». E accrescentavam que, pois elle tinha sido o primeiro a violar este pacto, tambem elles por sua parte ficavam desobrigados de observar o seu juramento. Dão estas palavras daquelles senhores a conhecer bem qual era o pensar dos coevos ácerca da constituição do Imperio.

2. Mas, perguntará alguém, baseava-se o poder, que os Papas exerciam na idade media, sobre o *fundamento apenas* de que acabamos de fallar, como pensam muitos auctores, ou foi *tambem* em virtude de *um direito divino*

proprio aos Papas, que elles muitas vezes intervieram em negocios de Estado? É este um ponto *controverso* sobre que não estão de accordo os theologos. A solução depende do modo, como se haja de encarar o *poder indirecto* do Soberano Pontifice sobre as coisas temporaes, poder de que acima demos uma breve ideia. Não nos toca discutir-lhe nesta obra as suas applicações possiveis, e menos ainda as que hoje em dia já não offerecem nenhum interesse practico.

A CONCLUSÃO que disto se tira é que, deixando de lado as questões controversas, um facto se nos apresenta incontestavel: a *existencia real* de uma *convenção*, em virtude da qual um principe se obrigava a governar com justiça, a defender a fé, a refrear as heresias, a não incorrer em excommunhão.

É um facto innegavel, regular-se aquella epoca por este *direito publico*; e nós só temos que fazer a apreciação dos factos daquelle epoca. Tornava-se o principe perjuro ao seu juramento? Era ao *chefe da Christandade* que naturalmente competia o decidir, se elle era merecedor da excommunhão, e mais, dando-se esta, o *declarar* os vassallos *desobrigados* do seu juramento de obediencia ao infiel mandatario do poder, cujos direitos anteriores elle, por *sua propria infidelidade*, perdeu. Assim se explica perfeitamente o procedimento de Gregorio VII para com o imperador Henrique IV, o de Innocencio III para com João-sem-Terra, o de Innocencio IV para com Frederico II, e o de Bonifacio VIII para com Philippe o Bello.

II. — Os Papas fizeram do seu direito um uso muito benefico para a sociedade

1. Consulte-se a historia e ver-se-ha quão grande foi o benefico que os Papas fizeram á humanidade durante todo o tempo da idade media, impedindo que os principes faltassem aos seus deveres, e fazendo que os povos lhes prestassem a devida submissão¹.

1) « Afinal de contas, escreve Guizot, em *L'Eglise et la Société*, foi o Papado e sómente elle o que soube ser um poder moderador, defendendo em

Escretores protestantes, como Vogt, na sua historia de Gregorio VII, e Hurter (que se converteu á religião catholica pelo estudo da historia), na de Innocencio III, provaram que foram estes Papas que salvaram a civilização da Europa, pela energica resistencia que oppuzeram á corrupção do seu seculo, assim como aos planos ambiciosos e despoticos de Henrique IV e de Frederico II.

2. Foram os Papas os que por muitas vezes puzeram termo ás desavenças entre os principes. Os Congressos vieram a tomar-lhes hoje em dia o lugar. Mas esta instituição não se abona com as garantias de imparcialidade e conhecimentos comparaveis ás do summo Pontifice; e assim é que não impediram o desmembramento da Polonia, a abolição dos principados ecclesiasticos, as perseguições na Suissa, na Italia e noutras partes, os morticínios da Armenia, etc.

OBSERVAÇÃO. — A acção papal durante a edade media, posta em foco pelos estudos imparciaes da historia, voltou a occupar o lugar, que na estimação lhe era devido. E até um distincto escriptor protestante, M. Urqhart, não hesitou em pedir que, para as questões internacionaes, se renunciasse ao systema actual dos congressos, e se retomasse por arbitro supremo o Papa. Já no fim do seculo XVIII dizia Leibniz: «A meu ver, deveriam a Europa e o mundo instituir em Roma um tribunal arbitral, presidido pelo Papa, encarregado de resolver as questões entre os principes christãos. Um tribunal deste genero, sobrepondo-se aos principes para os dirigir e julgar, nos traria os tempos aureos». E não se expressava por outra forma o celebre ministro inglês Pitt. «Seria preciso constituir-se, escrevia elle em 1794, um novo vinculo, que nos unisse a todos. E só o Papa é que pode formar este vinculo. Só Roma poderá fazer ouvir a sua voz imparcial e não desabonada; porque ninguem, nem por um instante, põe em duvida a integridade do seu julgamento». «Os inte-

nome da religião os naturaes direitos do homem contra os Estados, os soberanos e até contra os outros povos. O papado é que soube reconciliar os francos com os fortes, promovendo sempre e por toda a parte a justiça, a paz e o respeito pelos deveres e pelos contractos; e deste modo é que o Papado lançou a pedra fundamental do direito internacional, insurgindo-se contra as pretensões e paixões da força bruta.»

resses da humanidade, escrevia o proprio Voltaire, estão pedindo um freio, que enfrie os principes, e que seja uma salvaguarda para a vida dos povos; este freio, o da religião, deveria estar, mediante uma convenção universal, nas mãos do Papa».

São, pois, grandemente inconsequentes os escriptores que, insurgindo-se contra o absolutismo do poder, condemnam e rejeitam o unico freio efficaz que, durante os tempos de barbarie, soube obrigar os principes tyrannicos a practica dos seus deveres. Como falta este freio, recorre-se hoje em dia a revoluções periodicas, em que a força possa á vontade esmagar o direito. A grande gloria do Papado foi o ter, dentro da familia christã, sabido manter contra os reis os direitos da fraqueza e da virtude.

§ VIII. — O poder temporal dos Papas

A discussão ácerca do poder exercido, na edade media, pelos Papas sobre o temporal dos principes, leva-nos a dizer algo de uma questão differente, mas de grande momento e de grande actualidade. Referimo-nos á *sobrerania temporal* dos Pontifices romanos.

LEGITIMIDADE DESTE PODER. «Não foi sem um designio especial da providencia de Deus que esta auctoridade (a Igreja) foi dotada de um poder civil, como da melhor salvaguarda para sua independencia» (Encycl. *Immortale Dei*). Ora, diz Sancto Anselmo, «nenhuma outra coisa ama Deus tanto como a liberdade da sua Igreja».

A historia nos attesta a *perfeita legitimidade* da soberania temporal dos Papas. Foi tão bem preparada e trazida pelos acontecimentos que, segundo o dizer de J. de Maistre, «os Papas se viram soberanos sem o suporem e até a seu pesar». Possuia a Igreja, a partir do seculo IV e, sobretudo, no seculo VI, extensos territorios na Europa e na Africa; e foi em razão desta realza pacifica que S. Gregorio o Grande poude, em grande parte, realisar as maravilhas do seu pontificado. Por direito, subsistia ainda a soberania imperial, mas de facto fôra esta soberania substituida pela paternal dictadura dos romanos Pontifices. As invasões dos barbaros, o abandono, a que

os imperadores de Bysancio votavam os infelizes povos da Italia, levaram aquelles povos a procurarem no Papado uma protecção efficaz, que muitas vezes os tinha salvado nos mais arriscados transes, e que por toda a parte fazia reinar no meio delles a ordem e a justiça. Robusteceu-se grandemente a soberania temporal dos Papas, tacitamente reconhecida pelos imperadores de Constantinopla, por um acto solemne de Pepino o Breve, pelo qual este principe se obrigava a «fazer restituir á Sancta Sé todas as cidades e terras occupadas pelos lombardos». E não só se realisou esta promessa, senão que se vieram a accrescentar outras doações territoriaes por elle feitas ás provincias *restituidas*; e estas liberalidades foram sancionadas por um acto de cessão e de entrega para sempre á Sancta Sé, assignada pelo rei dos lombardos em 754. Depois vieram as generosas doações de Carlos Magno e mais tarde as da condessa Mathilde. Não fez o grande imperador senão *confirmar* a soberania temporal, havia muitos annos existente, prometendo, com os senhores francos, «conservar á Sancta Sé os Estados, que lhe eram solemnemente restituidos».

Tinha, pois, muita razão De Maistre ao dizer: «Nunca houve fundação tão manifestamente legitima como a soberania pontificia». «O dominio temporal, diz o protestante Gibbon, acha-se fundado em mil annos de acatamento, e o mais bello titulo á soberania dos Papas é a livre escolha de um povo por elles tirado á escravidão». Donde deriva, como conclusão, que «se a posse do chefe da Igreja se puzesse em duvida, tambem todas as familias soberanas, que hoje reinam, deviam preparar-se para descer do seu throno».

ACÇÃO PROVIDENCIAL DESTA SOBERANIA. Em sua celebre allocução de 9 de junho de 1862, insistia Pio IX neste ponto, apresentando o verdadeiramente extraordinario consenso (*miram prorsus consensionem*) dos cardeaes e dos bispos do mundo inteiro em ensinarem que o principado civil da Sancta Sé provém de um especial designio da Providencia e que é necessario, para que o Papado possa livremente exercer a sua soberana missão de pastor das almas. Apenas se leu este discurso, foi-lhe dirigida pelo Episco-

pado uma mensagem, em que se via esta declaração: «Reconhecemos nós que a soberania temporal da Sancta Sé é uma necessidade e que foi determinada por um designio manifesto da divina Providencia; e que no presente estado de coisas é esta soberania temporal absolutamente necessaria ao bem da Igreja e ao governo livre das almas».

«Para o Papa, disse Thiers, num celebre discurso, não ha independencia espiritual, sem que haja tambem independencia e soberania temporal». O que se tem passado na Russia e em Constantinopla, bastantemente nos mostra quão verdadeiras são estas palavras. E o proprio Napoleão reconhecera, de quanta importancia é para o soberano Pontifice o estar, como disse Bossuet, «Em estado de exercer mais livremente, para o bem commum e sob a commum protecção dos reis christãos, o poder celeste de reger as almas».

«O Papa, são suas palavras, está fóra de Paris, e está muito bem; não está nem em Madrid nem em Vienna, e porisso é que nós supportamos a sua auctoridade espiritual. Em Madrid e em Vienna têm razão para dizer a mesma coisa. Imaginaes que, estando elle em Paris, se sujeitariam os Austriacos e os Hespanhoes a acatar as suas decisões? Ainda bem, pois, que elle não reside entre nós, e que, não residindo entre nós, não resida tambem entre rivaes nossos; que resida nessa velha Roma, tendo em suas mãos, longe das do imperador da Allemanha, das da França e das dos reis da Peninsula, a balança, entre os principes christãos, inclinando-se sempre um pouco para o mais forte, mas equilibrando-se promptamente, logo que o mais forte se torna oppressor. Foram os seculos que nos fizeram isto, e fizeram muito bem. Para o governo da alma é a melhor e a mais benefica das instituções, que se possa imaginar. Não affirmo isto, movido por sentimentos de devoção, mas pelas razões que tenho.»

É verdade que Napoleão, aspirando mais tarde a um imperio universal, procurou fazer de Pio VII um seu capellão-mór e fixar-lhe a residencia em Paris. Se o Papa houvesse accedido ao seu desejo, houvera dado ajuda á destruição do Papado.

Todos os catholicos hão de, pois, admittir que uma

plena liberdade e independencia tem que ser garantida ao soberano Pontifice para o desempenho da sua missão espiritual; e esta liberdade esteve por muitos annos garantida pelo poder temporal dos Papas. Apresentar-se-ha alguma outra garantia? Não nos toca a nós resolver esta questão. A conclusão unica, que se nos impõe, é que, emquanto se não der esta garantia, devidamente acceite por quem pode fazel-o, hão de os catholicos justamente lastimar, que ella tenha desaparecido.

Exigem os catholicos para o Papa uma soberania, cujo dominio e forma poderá variar, mas sempre tal que assegure uma plena independencia do poder espiritual, e que não faça do summo Pontifice um vassallo do Estado, elle que deve pertencer a todos os Estados. O Papado é por sua natureza internacional e para todos neutral. Julgar-se-hia haver perdido esta qualidade, se ficasse vassallo de algum principe ou se ficasse sob a dependencia de alguma nação.

PRIMEIRA OBJECÇÃO. — Durante os primeiros seculos escusou a Igreja este poder temporal. E, nem depois da reunião dos Estados pontificios á Italia, deixou de engrandecer-se o Papado. Nem tambem o Papa exerceu jamais tão livremente a sua missão espiritual.

RESPOSTA. — Quem é que, a sério, poderá adduzir como antecedente para avaliar a sua situação normal, o estado da Igreja ainda nascente e por todas as formas perseguida? Porque não desejar-lhe então tambem as perseguições? Pode, sim, Deus tirar do mal o bem, e fazer com que a Igreja, com as provações, adquira forças, rejuvenescimento e avantajado prestigio; mas não attribua-mos ás circumstancias dolorosas um resultado proveniente de uma determinação especial da Providencia. Aos homens incumbe o fundar e manter as instituições beneficicas; e a Deus pertence o impedir que o viciamento destas instituições seja funesto á Igreja.

A liberdade espiritual, que goza o soberano Pontifice, consiste exactamente nos seus protestos, na reivindicação da sua independencia e no conflicto com o poder usurpador. Mediante estas reclamações é que ella se furta á sujeição e se apresenta moralmente livre aos olhos do

mundo inteiro; e todo o interesse da Italia está em não pôr entraves ao Papado no cumprimento da sua missão espiritual. Como as coisas mudariam de figura, se o Papa se sujeitasse a ser vassallo do rei da Italia!

SEGUNDA OBJECÇÃO. — Ainda os mais legitimos direitos politicos se extinguem pela prescripção. Por que titulo não ficará tambem a soberania temporal do Papa sujeita á prescripção?

RESPOSTA. — Mesmo tendo em vista só as leis politicas, cremos que as circumstancias desta occupação não são taes, que já possam dar fundamento ao direito de prescripção. Mas para isto deve o ponto de vista tomar-se de um logar mais alto. Quando se tracta de uma causa meramente politica, está claro que ha de ser a situação definitiva, que assegura a paz e a tranquillidade publicas, a que tem de sobrepujar aos direitos do ex-principe legitimo; pois que, não existindo estes direitos senão para bem da sociedade, nunca poderão sobreviver á sua razão de ser, nem servir de obstaculo á sociedade. Quando, porém, o direito de reinar tem providencialmente em vista o bem superior da catholicidade inteira, já as exigencias deste bem superior impedem, que a situação se possa tornar definitiva; e assim não pode ter logar a prescripção. Emfim, o direito subsiste, emquanto subsistir a sua razão de ser. Só este direito desaparecerá no dia em que o chefe supremo da christandade, juiz competente em tudo quanto se refere ao bem da sua missão, reconhecer que os designios da divina Providencia mudaram de objecto, providenciando para que o mesmo fim se alcance por algum meio novo.

§ IX. — Os maus Papas

Contra a Sanctidade da Igreja objectam não ter ella sido sempre uma escola de moralidade, pois que chefes seus houve, que deshonraram a Sé pontificia.

PODE REALMENTE HAVER PAPAS MAUS? — Sim, ninguém pode duvidar que possa haver Papas maus. A Igreja trabalha sem cessar pela sanctificação dos seus filhos, porque esta é a sua missão. A graça, que ao homem se

plena liberdade e independencia tem que ser garantida ao soberano Pontifice para o desempenho da sua missão espirital; e esta liberdade esteve por muitos annos garantida pelo poder temporal dos Papas. Apresentar-se-ha alguma outra garantia? Não nos toca a nós resolver esta questão. A conclusão unica, que se nos impõe, é que, emquanto se não der esta garantia, devidamente accete por quem pode fazel-o, hão de os catholicos justamente lastimar, que ella tenha desaparecido.

Exigem os catholicos para o Papa uma soberania, cujo dominio e forma poderá variar, mas sempre tal que assegure uma plena independencia do poder espirital, e que não faça do summo Pontifice um vassallo do Estado, elle que deve pertencer a todos os Estados. O Papado é por sua natureza internacional e para todos neutral. Julgar-se-hia haver perdido esta qualidade, se ficasse vassallo de algum principe ou se ficasse sob a dependencia de alguma nação.

PRIMEIRA OBJECÇÃO. — Durante os primeiros seculos escusou a Igreja este poder temporal. E, nem depois da reunião dos Estados pontificios á Italia, deixou de engrandecer-se o Papado. Nem tambem o Papa exerceu jamais tão livremente a sua missão espirital.

RESPOSTA. — Quem é que, a sério, poderá adduzir como antecedente para avaliar a sua situação normal, o estado da Igreja ainda nascente e por todas as formas perseguida? Porque não desejar-lhe então tambem as perseguições? Pode, sim, Deus tirar do mal o bem, e fazer com que a Igreja, com as provações, adquira forças, rejuvenescimento e avantajado prestigio; mas não attribuamos ás circumstancias dolorosas um resultado proveniente de uma determinação especial da Providencia. Aos homens incumbe o fundar e manter as instituições beneficicas; e a Deus pertence o impedir que o viciamento destas instituições seja funesto á Igreja.

A liberdade espirital, que goza o soberano Pontifice, consiste exactamente nos seus protestos, na reivindicção da sua independencia e no conflicto com o poder usurpador. Mediante estas reclamações é que ella se furta á sujeição e se apresenta moralmente livre aos olhos do

mundo inteiro; e todo o interesse da Italia está em não pôr entraves ao Papado no cumprimento da sua missão espirital. Como as coisas mudariam de figura, se o Papa se sujeitasse a ser vassallo do rei da Italia!

SEGUNDA OBJECÇÃO. — Ainda os mais legitimos direitos politicos se extinguem pela prescripção. Por que titulo não ficará tambem a soberania temporal do Papa sujeita á prescripção?

RESPOSTA. — Mesmo tendo em vista só as leis politicas, cremos que as circumstancias desta occupação não são taes, que já possam dar fundamento ao direito de prescripção. Mas para isto deve o ponto de vista tomar-se de um logar mais alto. Quando se tracta de uma causa meramente politica, está claro que ha de ser a situação definitiva, que assegura a paz e a tranquillidade publicas, a que tem de sobrepujar aos direitos do ex-principe legitimo; pois que, não existindo estes direitos senão para bem da sociedade, nunca poderão sobreviver á sua razão de ser, nem servir de obstaculo á sociedade. Quando, porém, o direito de reinar tem providencialmente em vista o bem superior da catholicidade inteira, já as exigencias deste bem superior impedem, que a situação se possa tornar definitiva; e assim não pode ter logar a prescripção. Emfim, o direito subsiste, emquanto subsistir a sua razão de ser. Só este direito desaparecerá no dia em que o chefe supremo da christandade, juiz competente em tudo quanto se refere ao bem da sua missão, reconhecer que os designios da divina Providencia mudaram de objecto, providenciando para que o mesmo fim se alcance por algum meio novo.

§ IX. — Os maus Papas

Contra a Sanctidade da Igreja objectam não ter ella sido sempre uma escola de moralidade, pois que chefes seus houve, que deshonraram a Sé pontificia.

PODE REALMENTE HAVER PAPAS MAUS? — Sim, ninguém pode duvidar que possa haver Papas maus. A Igreja trabalha sem cessar pela sanctificação dos seus filhos, porque esta é a sua missão. A graça, que ao homem se

offerece para lhe esclarecer a intelligencia e fortificar a vontade, não lhe tira a liberdade. Pode elle recusar esta graça, e levar uma vida em desaccordo com as suas crenças. Abafa, quando assim procede, os protestos da sua consciencia e calca aos pés uma religião, que sem cessar lhe relembra os seus deveres, o exhorta á practica da virtude e o ameaça com os mais terriveis castigos, se persistir pelo mau caminho. Sempre a Igreja contou peccadores no seu gremio; e sempre, a par de grandes virtudes, existiram desordens e paixões, inherentes á fragilidade e perversão do coração humano.

Os proprios Papas, ainda que estão investidos de uma grande dignidade e sobrecarregados de graves obrigações, não deixam porisso de ser homens; com o serem *infallíveis* nos ensinamentos doutrinaes, não ficam por isso *impeccaveis* nos seus procedimentos. Podem, portanto, cahir, como cahiu o proprio S. Pedro; a sua acção peccaminosa é propria do homem e não do Pontifice; essas miserias são puramente pessoas, e não podem affectar a sanctidade da Igreja nem a auctoridade da *Sé apostolica*. Têm aqui applicação as palavras do Senhor: «Fazei o que elles dizem e não o que elles fazem».

MAS HOUVE DE FACTO MAUS PAPAS? — Volte-se a attenção para a longa serie de 264 Pontifices desde S. Pedro até Pio XI, e ver-se-ha quão grande foi o numero dos que se tornaram homens eminentes pela sua sciencia, pela sua prudencia e pelas suas virtudes. Onde se encontrará, nos annaes da historia, uma dynastia de ordem civil que apresente uma serie de soberanos comparavel á dos chefes da sancta Igreja Romana?

É verdade que houve Papas, que se mostraram indignos da alta missão de que foram investidos. Os nomes de Estevão VI, de João XXII, de Bento IX e de Alexandre VI são merecedores das censuras, que os seus actos inspiram. E, não fallando dos Papas, tambem o clero symoniaco e desmoralizado do seculo XI, assim como o da renascença, deixou com razão escandalizado o mundo, em não se ter convenientemente resguardado contra a corrupção do ambiente, e em se ter mostrado infiel á sanctidade do seu estado. Mas nunca a Igreja cessou de recomendar aos seus filhos, leigos ou clerigos, a reforma das

propriias vidas e o dominio sobre as más inclinações da natureza. A todos repete as palavras do Senhor: «Vigiae e orae, para não cahirdes na tentação, porque a carne é fraca». Ao commetterem o mal, tornam-se elles. quaesquer que sejam os peccadores, desobedientes a Deus e á Igreja, mas a ignominia das suas acções, sendo pessoaes, em nada affecta a sanctidade da lei christã. Ás epochas de corrupção, porem, succederam-se rejuvenescimentos esplendidos pela volta á practica sincera da religião, sempre sancta e pura¹.

Uma coisa, porem, muito digna de notar-se é que, fosse qual fosse a vida particular de qualquer Papa, nenhum houve que publicasse algum *decreto*, contrario á pureza da fé e dos costumes; nenhum ensinou nem instituiu coisa alguma, que tivesse em mira *justificar* as suas desordens. Não se pode certamente affirmar a mesma coisa acerca dos cabeças dos protestantes. A primeira coisa, que fizeram, foi abolir logo o celibato e os votos monasticos. No facto, que acabamos de apontar, se pode bem ver uma manifesta prova da assistencia, que Deus está concedendo sem cessar á sua Igreja atravez dos tempos².

1) Está provado que uma grande parte dos factos de que accusam os Papas foram, uns inventados pela malicia, outros exaggerados e outros, finalmente, deturpados. Durante muito tempo se deu, por exemplo, credito á ridicula fabula da papissa Joanna, que teria occupado a cadeira de S. Pedro, com o nome de João VIII, depois da morte de Leão IV. Hoje está averiguado ser esta uma das mentiras historicas mais palpaveis.

Pontifices houve, cuja memoria, iniquamente deturpada por escriptores hostis á Igreja, se acha hoje completamente rehabilitada e, o que é muito para admirar, é ter sido rehabilitada por historiadores protestantes. Foi o que se passou, por exemplo, para S. Gregorio VII e para Innocencio III.

2) Acerca de certos factos que accusam a alguns Papas, podem consultar-se Hergenrother, *Histoire ecclésiastique*; Pastor, *Histoire des Papes*; Gorini, *Défense de l'Eglise contre les erreurs historiques de Guizot*, etc.

CAPITULO V

A Igreja e a civilização

«A missão primaria e essencial da Igreja, obra immortal de um Deus misericordioso, é a de salvar as almas e de as levar á posse dos bens celestes. Mas, torna-se ella, ainda mesmo quanto aos interesses puramente materiaes, uma fonte, donde naturalmente brotam vantagens tantas e tão estimaveis, que não as poderia offerecer maiores, ainda quando ella fosse fundada só com o fim de, sobretudo, promover a felicidade desta vida presente.»

O presente capitulo não vae ser senão um commentario das palavras, que acabamos de citar, da *Encycl. Immortale Dei*. Seria mister demonstrar aqui o que a Igreja fez em prol da civilização e da felicidade *temporal* dos povos; mas seria preciso um grosso volume, para se dar a este interessante e vasto assumpto o desenvolvimento que deveria ter. Procuraremos, comtudo, dizer o bastante para que nos beneficios, que a Igreja trouxe ao mundo, se reconheça mais *uma nota* característica da sua *origem divina*; pois que pelo fructo se conhece a arvore.

Tem a *civilização* por objecto o desenvolvimento, o aperfeiçoamento, o bem-estar do homem completo, no percurso da sua vida terrestre; e tem em vista proporcionar-lhe a satisfação ás justas aspirações da sua *alma* e do seu *corpo*; proporcionar-lhe, tanto na *familia* como na *sociedade*, a ordem, a paz, a alegria e tudo o que pode suavisar-lhe a vida; ou, por outras palavras, é necessario que o bem-estar e o progresso se extendam, na devida proporção e justo equilibrio, aos interesses materiaes, intellectuaes e moraes.

A missão *propria e directa* da Igreja é guardar o thesoiro da fé ou verdades reveladas e encaminhar os homens para a felicidade eterna. E porisso, ainda que se desse o caso de ella não ter feito nada pelo bem intellectual e material da humanidade, ninguem teria o direito

de por esse lado a accusar. Quem poderia com razão censurar uma associação *commercial* de não dar impulso aos trabalhos *litterarios*, ou a uma academia de *sciencias*, o não promover a *esculptura* ou a *musica*? E, comtudo, nunca a Igreja, como nol-o mostra a historia, deixou de contribuir poderosamente para o bem-estar da humanidade *cá na terra*. «É coisa admiravel, exclama Montesquieu, que, não tendo a religião christã, ao parecer, outro objecto senão a felicidade na outra vida, ainda nesta faz a nossa felicidade». Não seria realmente difficil provar, quanto são verdadeiras estas palavras. Mas, afinal; não são mais que uma especie de commentario do dicto profundo de S. Paulo: «A piedade é util para tudo; ella tem as promessas da vida presente, como da vida futura». (I Tim. IV, 8).

Provemol-o, apresentando como em quadro o que era o mundo antes da vinda de Jesus Christo e o que elle ficou sendo após a sua transformação operada pelo Evangelho.

ART. I. — ESTADO DO MUNDO ANTES DE CRISTO, OU A CIVILIZAÇÃO PAGã

§ I. — Uma vista geral

Facil é, hoje que o Evangelho transformou e regenerou tudo, votar ao esquecimento todos os seus beneficios, e logral-os, entretanto, com soberba ingratição. Falla-se com ostentação em fraternidade, egualdade e philanthropia, e até em caridade; e facilmente se esquece, que é a Jesus Christo e á sua Igreja, que se estão devendo estes sentimentos generosos e estas virtudes civilisadoras.

Não seremos certamente nós que iremos negar ao mundo romano a sua civilização *material* na alvorada do christianismo. Reconhecemos mesmo que ella tinha chegado a um grau de esplendor, sob certos aspectos, *extraordinario*. E nem os nossos tempos modernos, não obstante os seus aperfeiçoamentos e descobertas dignas de admiração, se podem facilmente comparar com os da quella epocha. Leia-se com effeito *Os Cesares* pelo conde Franz de Champagny, para se ver, num como quadro des-

lumbrante, o grau de prosperidade exterior, a que Roma tinha chegado. Nem também negaremos á Roma pagã a situação privilegiada, que ella occupa no mundo das *letras*. Quem de facto ousaria negar aos escriptores do seculo de Augusto o merito superior da *forma*? Têm o encanto do estylo, e a arte nelles alcançou o seu auge.

Força é, entretanto, reconhecer que sob esse exterior brilhante, sob essa forma encantadora, quasi se não encontram senão uns *fragmentos* de verdade; algumas lições de bom senso practico, algumas ideias elevadas; mas não um corpo de doutrina, nem luz formando um foco. No que em particular diz respeito ás verdades religiosas, as mais fundamentaes e as mais necessarias á felicidade do homem neste e no outro mundo, que de duvidas, de incoherencias, de contradicções e de erros grosseiros!

Não são, em verdade, esta grandeza *material* e esta superioridade *intellectual* as que geram a verdadeira civilização, nem jamais poderão tornar uma *sociedade feliz*. Não é em taes gozos que se encontra a felicidade dos individuos ou das nações; porque a felicidade do homem está na verdade e na virtude. Foi elle creado para conhecer, servir e amar a Deus neste mundo e a gozar eternamente no outro; a sua intelligencia e o seu coração foram conformados para a Verdade e para o Bem, isto é, para o *Infinito* e para o *Eterno*. Por mais que elle procure desviar-se do seu fim, por mais que procure esquecel-o ou ignoral-o, nunca será menos verdade, ser este o seu fim e nunca deixará de ser verdadeiro o dicto de Sancto Agostinho: *Fecisti nos ad te, Domine, et irrequietum est cor nostrum, donec requiescat in te*. E a propria experiencia. nos mostra, por outra parte, como o nosso coração é de uma capacidade como que infinita, e os nossos desejos sem limites. O que valem todos os bens creados para lhe saciarem a sede da felicidade, que o atormenta? São-lhe todos elles como uma gottinha de agua para o vasto mar.

E, demais disto, mesmo quanto á *prosperidade material*, que triste era a realidade das coisas no mundo pagão! Quem não sabe que o *numero* dos favorecidos pela chamada fortuna era grandemente *restricto*? Cicero nos assegura, que na populosa Roma havia apenas dois mil proprietarios; e no tempo de Nero seis cavalheiros eram

donos de metade da provincia romana da Africa, isto é, de uma superficie muito maior que a da Inglaterra. A grande *massa* popular vivia em muita miseria, e só conhecia as fortunas e os prazeres de seus senhores para os cubicar. O pauperismo dominava o organismo social ao modo de uma chaga nojenta e profunda.

Quanto aos *costumes*, não se lê sem horror e profunda tristeza, o que a historia antiga nos conta ácerca da degradação moral, a que descera o mundo pagão antes do advento do Christianismo. Concedamos ter havido no mundo antigo boas fallas, sentimentos generosos e acções humanitarias e caritativas; apesar de horriavelmente desfigurada, nunca a imagem de Deus, no homem, se chegou a *apagar* por completo. O que, porem, se não pode negar é que a nota *saliente* ou o character dominante e universal na sociedade anterior a Christo era uma *crueldade* por vezes feroz, juncta com uma espantosa *immoralidade* nas instituições e nos costumes. A realidade vae muito alem do que a imaginação se pode representar, de modo que nem a corrupção dos tempos modernos se pode comparar com ella. Havia nos homens mais humanizados e nos povos mais policiados uma insensibilidade do coração, um menosprezo pela humanidade, uma aversão para com os pobres, um horror para com os infortunados e um gosto pelo sangue, pela carnificina e pelas infamias de toda sorte, a tal ponto que hoje, no meio christão em que vivemos, e já tão longe daquelles tempos, difficilmente podemos *fazer ideia* de tão vis e tão crueis costumes. *Toda* a humanidade estava dominada por um orgulho sem limites, por um egoismo desenfreado e por um sensualismo ferino, que sacrificava tudo, sem remorsos, aos seus desejos.

Vejamus como S. Paulo resume a historia do mundo antigo. Fallando aos romanos, cuja civilização dominava o mundo, e em si absorvera todas as energias e vicios dos povos subjugados, ousa elle dizer-lhes em rosto, sem receio que o contradigam: Vós não tendes affecto nem fidelidade nem commiseração, *sine affectione, absque fœdere, sine misericordia*; cheios de toda a sorte de iniquidades e maldades, malicias, cheios de invejas, homicidios e malignidade, *repletos omni iniquitate, malitia, nequitia, plenos*

invidia, homicidio, malignitate; odientos e odiosos, odibiles, odientes invicem.

E ainda S. Paulo é de todos os escriptores antigos o mais commedido. Platão, Aristoteles, Aristophanes, Plauto, Tito Livio, Tacito, Juvenal, Suetonio, Plutarco, Seneca, todos, emfim, nos contam os horrores da sociedade pagã com uma sinceridade e franqueza no fallar, que faz estremecer. E eram as nações mais civilisadas as que tinham estes costumes *publicos* e communmente recebidos. Os extranhos, os prisioneiros, os vencidos, os escravos, os enfermos, os endividados, os pobres, as crianças, os velhos, as mulheres, os operarios, todos os fracos, os soffredores, os trabalhadores, a grande maioria, emfim, do genero humano, era objecto de odio, de zombaria e destruição. Os demais entregavam-se a toda sorte de vicios, que tinham as honras de deidades, com seus templos, altares e sacerdocio em todas as grandes cidades do mundo, de modo que a desmoralisação era uma como obrigação social e immoralidade tinha um culto publico.

Assim se encontrava o mundo antes de Jesus Christo. E a este mundo sem amor, sem commiseração, sem entranhas de piedade e sem virtudes, immerso em todo o genero de erros e de torpezas, veio a succeder outro, este que nós conhecemos, aureolado com as luzes da verdade, da pureza e da caridade. E donde lhe veio esta transformação magnifica e impossivel de prever? O que se depara no ponto de contacto entre os dois mundos, tão differentes um do outro? Uma cruz, e nesta cruz o divino Fundador do Christianismo, Jesus Christo, que morre para redimir e *regenerar* o genero humano decahido e aviltado. Que mais se pode exigir para se reconhecer a *divindade* de Jesus Christo e da Egreja, obra sua?

Não basta, porem, esta vista em geral para se poder avaliar a grandeza dos beneficios, de que a Jesus Christo e á sua Egreja, nossa mãe, nos devemos reconhecer devedores. É mister descer a algumas particularidades, para que se não vá imaginar que sobrecarregamos com cores demasiado tetricas o quadro dos horrores da sociedade pagã; calando, está claro, certas particularidades que causam asco.

§ II. — Condição dos individuos antes de Jesus Christo

Vamos referir-nos aqui de um modo especial aos escravos, aos gladiadores, aos pobres e aos operarios, isto é, á *grande maioria* do genero humano.

I. — Os escravos

A MULTIDÃO DOS ESCRAVOS. — Fallando um dia Duruy, ministro da instrucção em França, aos operarios, fez-lhes notar, e com razão, que se elles tivessem vivido nos antigos tempos, quicá nenhum delles pertenceria ao pequeno numero dos homens livres; todos teriam passado a vida sob o jugo da escravidão¹. O seu numero era realmente espantoso. Na Attica havia, segundo um recenseamento official apresentado por Demetrio de Phalereu, 20.000 cidadãos livres para 400.000, que eram escravos. E em Roma, no fim da republica e começo do imperio, não era raro encontrarem-se cidadãos romanos que possuíam bastantes milhares de escravos. Um dos mais opulentos delles, Marco Crasso, costumava dizer: «Não se pode verdadeiramente chamar rico senão quem pode sustentar um exercito á sua custa». O não ter mais de tres escravos era, mesmo nas cidades provincianas, considerado como um signal de pobreza. E, segundo Châteaubriand e Mons. de Salinis, seis milhões de homens, a que chamavam o povo-rei, expremiam, esmagavam, pisavam aos pés cento e vinte milhões de escravos. O numero destes era, em summa, tão notavel que, como diz Seneca, nunca o senado quiz, se lhes desse um traje especial, com receio de que os viessem a contar. «Teria causado horror, observa elle, o ver-se o pequeno numero dos cidadãos livres».

A escravidão existia por *toda a parte*; e por isso se pode dizer que antes de Jesus Christo a grande maioria dos homens se achava reduzida á escravidão.

¹) Havia, contudo, em Roma ainda um terceiro elemento, a que segundo o fallar juridico chamavam os humildes, os pequenos, e que hoje chamamos povo. Como, porem, o trabalho forçado estava confiado quasi só aos escravos, estes pobres plebeus, quasi um quarto da população, não viviam do que ganhavam, mas do que lhes davam, e eram de peso ao Estado, aos imperadores e ricos.

IDEIA QUE SE FAZIA DOS ESCRAVOS. — Era doutrina concordemente ensinada pela antiguidade, ser de *direito natural* a escravidão entre os homens; isto é, que uns delles nascem para a liberdade e outros para a *escravidão*. O escravo era considerado como *coisa* e não como homem. Varrão, depois de o enumerar entre os instrumentos de trabalho, acrescenta: «Ha, comtudo, uma differença entre elles, e é que os bois mugem, os escravos fallam e o arado não diz nada». «Um proprietario habil, diz Catão o censor, deve desfazer-se de todos os instrumentos já postos de parte, os arados gastos, os cavallos velhos e os escravos idosos». E, porisso, quando pela doença e pela velhice ficavam inutilizados, ou lhes davam a morte ou os deixavam morrer á fome.

E não se vá julgar que a lei tomava sob a sua protecção a sorte destes infelizes; pois que, pelo contrario, approvava esta *doutrina* barbara, considerando o escravo não como um simples creado, mas como uma coisa, pertencente a um dono. «Era antes um nullo do que um vil, *non tam vilis quam nullus*; não havia para elle descanso, *non est otium servis*; assemelha-se a um morto, *servitus morti assimilatur*» (P. Allard). O escravo não tinha, por direito, familia; era esposo, pae ou mãe, tanto quanto o interesse ou a humanidade do seu senhor lh'o permittiam, e os filhos ficavam tambem pertencendo a este. Convem dizer-se que ao começar a era christã, se promulgaram algumas leis em prol dos escravos.

CONDIÇÃO EM QUE SE ACHAVAM OS ESCRAVOS. — Era geral este modo de pensar, mesmo entre gente de auctoridade, pensar que estava de accordo com a legislação vigente. E qual era na practica a sorte dos miseros que viviam em servidão? Sente-se um estremecimento de horror, quando se lêem as particularidades narradas por Fr. de Champagny nos *Césares* ácerca da escravidão. É coisa facil de imaginar a que excessos chegariam aquelles senhores barbaros ou monstros, como um Caligula, que, achando ser demasiado cara a alimentação das feras do circo, ordenou que os escravos lhes servissem de pasto.

E, como a lei romana não reconhecia direito algum ao escravo, *servus nullum jus habet*, julgava-se o senhor com

direito de o tractar como um animal domestico, para o massar com pancadas, para o torturar e para lhe tirar a vida, sem ter que dar por isso contas a ninguem, *in personam servilem nulla cadit obligatio*. Mas, preceituava essa lei, no caso de algum dos escravos dar a morte ao seu senhor, todos os outros, fossem quantos fossem, com tal que habitassem sob o mesmo tecto, deviam ser condemnados a morrer crucificados.

Não se vá, comtudo, julgar que os senhores iam geralmente a esses extremos que as leis lhes facultavam ou que esses actos de barbarie, a que os auctores se referem, fossem a norma ordinaria. Muitos dos escravos eram empregados em serviços de casa mais limpos e eram mais poupados; mas a corrupção e a depravação domestica suppria o que faltava á crueldade. Ainda quando, porem, a sua condição material fosse mais suave, sempre viviam excluidos dos direitos da personalidade humana, e, como se expressava um auctor antigo, um escravo possuia apenas metade da sua alma¹.

II. — Os gladiadores

A par da escravidão havia ainda outra coisa mais horrivel, antes de a religião christã vir ao mundo: eram os jogos do circo e os combates dos *gladiadores*. O grande espectáculo, o summo prazer do povo-rei era ver os homens matarem-se uns aos outros, ou ver as feras a rasgarem-lhes os corpos. E, quando a luz do dia não bastava, suppria-se com a luz dos fachos, para assim se poder gozar o fero espectáculo pela noite adiante. E, em compensação da sua honra perdida, aquelle povo pedia aos seus soberbos e tyrannicos senhores pão e jogos circenses: *panem et circenses*. Afim de se satisfazer a esta sede de sangue humano é que se construíam esses immensos recintos, cujas ruínas ainda hoje nos causam espanto, e se faziam as grandes batidas nas longinquas provincias

1) Não, foram os escravos em todos os tempos tractados com a mesma crueldade. A deshumanidade contra aquellas pobres creaturas manifestou-se sobretudo, quando Roma em decadencia começou a abysmar-se no luxo e na devassidão. O direito absoluto dos senhores sobre os escravos devia dar naturalmente occasião nos tempos de decadencia a horribles abusos.

do imperio para se obterem as feras, com que haviam de lutar as pobres victimas humanas. E entre os grandes senhores existiam rivalidades sobre qual delles apresentaria maior multidão destas feras, que estrassalhassem maior numero de victimas humanas.

Os combates humanos eram os mais horriveis. Citemos só um facto. Para celebrar o triumpho de Tito, a quem chamaram as Delicias do genero humano, foram milhares de homens obrigados a mutuamente se degollarem, durante cem dias; e este prudente imperador, por occasião dos funeraes de seu pae, apresentou 5000 gladiadores, para a morte, no circo. E o bom Trajano, para celebrar o seu triumpho contra os Dacios, offereceu jogos ao publico, em que perderam a vida 10.000 homens e 11.000 feras, durante o espaço de cento e vinte e tres dias. Nas naumachias, para as quaes se cavavam vastos lagos, onde se simulavam combates navaes, eram por milhares as victimas, que morriam afogadas. Calculou Loudun que os espectaculos dos gladiadores vinham a custar, termo medio, 30.000 victimas por cada anno. E mezes houve em que mais de 20.000 homens se mataram, só para o povo se divertir.

Estes espectaculos horrorosos, que ao principio eram só usados pelos romanos, estenderam-se depois por todo o imperio, nas Gallias, nas Hespanhas, na Grecia e na Asia. E estes espectaculos barbaros eram *sanccionados* pelas leis e celebrados pelos homens mais respeitaveis; e nenhum pagão pensava em derramar uma só lagrima pela triste sorte de tantos infelizes. E até as victimas, esquecendo os seus direitos á vida, adoravam pela ultima vez o deus Cesar e se encaminhavam para a morte. E os Ciceros, os Plinios e as outras grandes mentalidades do seu tempo, só viam nestas diversões barbaras uma instituição nobre, uma disciplina excellente para tornar o povo corajoso contra a dor. Plinio, no seu Panegyrico de Trajano, chega mesmo a achar materia de louvor a este principe, em elle não ter dado os proprios espectadores como espectáculo nestes jogos; pois que, de feito, nem sempre a humanidade chegava a este ponto de perfeição. Faltavam, diz com effeito Tacito, um certo dia gladiadores para as feras; mas Caligula remediou esta falta, aproveitando os

primeiros espectadores que se apresentaram, mandando-lhes antes cortar as linguas para não poderem manifestar a sua desgraça. E para o povo-rei poder saciar a sua sede de sangue, ordenou o Senado, como conta aquelle historiador, que os gladiadores gladiussem não mais por pares, mas sim por grupos, como se fossem verdadeiros combatentes.

III. — Os pobres e os infelizes

Marco Aurelio, imperador philosopho, que passa por um dos mais atilados do paganismo, affirma com sinceridade que o apiedar-se dos desgraçados é o chorar com os que choram, é um signal de fraqueza. E Seneca diz que a misericordia é um vicio do coração; e as pessoas honradas devem evital-a: *Misericordia animi vitium est; boni misericordiam vitabunt*. O homem prudente não tem commiserção, diz elle ainda: *homo sapiens non miseretur*. Eis, segundo Cicero, alguns preceitos do estoicismo: só os tontos ou os nescios é que são compassivos; o homem verdadeiramente homem nunca se deixa commover nem dobrar; dar ouvidos á compaixão, é um crime e uma maldade.

Bom seria não relembrar estas coisas, que enchem a alma de tristeza; mas convem renovar a memoria dellas, para que melhor se veja de que profundo aviltamento N. S. Jesus Christo veio livrar o genero humano.

Numa sociedade, em que universalmente se ensinavam taes maximas, está claro que os miseraveis e os desgraçados não só não excitavam a commiserção publica, senão que, pelo contrario, só causavam desprezo, aversão e horror. «Dar de comer e de beber a um pobre, diz Plauto, é uma dupla loucura: para si, porque é perder o que se tem; e para elle, porque é prolongar a sua miseria». «O pobre, affirma Epitecto, está abandonado como um poço inutil, vazio, infecto, que a vista contempla com nojo». Em Athenas e no Egypto um homem, que não tinha pão e que o ia pedir, era pela lei condemnado á morte.

IV. — Os operarios

Quanto ao trabalho, pode em geral dizer-se, que elle era geralmente olhado como uma coisa desprezível: a agricultura e todos os ramos da industria eram considerados como occupaões *servis* e *deshonrosas*. Cicero com difficuldade excluia desta classe a medicina e a architectura. E já muito antes tinha Aristoteles o trabalho como indigno de um homem livre; e semelhante era o pensar e fallar de Platão, de Herodoto, de Xenophonte, de Cicero, de Seneca. Os obreiros não eram considerados pelos gregos como dignos do nome de cidadãos; e, segundo Terencio, para alguém ser respeitado, devia levar uma vida ociosa, e não ser obrigado a trabalhar para poder viver.

Muitas outras coisas se houveram de dizer sobre a triste sorte dos velhos, dos devedores e dos prisioneiros; mas o que, baseando-nos em testemunhos incontestaveis, deixamos indicado, é mais que bastante, para se poder fazer uma ideia da triste condição em que se encontravam numa sociedade sem sentimentos de humanidade.

§ III. — A familia antes de Jesus Christo

Bastante conhecida é a degradação, em que caíra a familia no meio do paganismo. Devendo haver nella um affecto reciproco maior, não se encontrava nella senão um egoismo deshumano. Porisso mesmo que a mulher e os filhos eram mais fracos, é que se viam condemnados a uma como servidão enervante, perante o chefe de familia, que não era pae e esposo como na familia christã, senão senhor imperioso e despota. Afinal este estado de coisas era uma consequencia logica das doutrinas, que na sociedade pagã corriam.

A MULHER, aós olhos dos pagãos, não era a compañeira do homem e a sua consorte, mas um ser inferior por sua natureza e pelo seu destino; era uma escrava, um ser abjecto e mau. E desta ideia ácerca da mulher provinha a sua condição de abatimento e degradação, assim como a

polygamia na maior parte dos povos, com os muitos males, de que anda acompanhada, e entre os gregos e romanos a practica habitual dos divorcios, que não trazem menores infortunios, e que eram ocasionados por quaesquer motivos insignificantes e mesquinhos. E, porisso, o poder do marido sobre a sua esposa e o do pae sobre a sua filha era discrecionario, dando-se ainda a circumstancia aggravante de até entre os povos mais civilizados ser reconhecido e garantido pelas leis o direito de vida ou morte que, nos tempos do paganismo, sobre ella se arrogava. Os paes de ordinario vendiam-na ao que a devia desposar, e assim se tornava uma propriedade mobiliaria do marido e ficava sujeita a todas as contingencias de uma tal situação.

A CRIANÇA não se achava em circumstancias mais favoraveis, porque era tractada segundo as disposições e capricho do auctor dos seus dias. Quando em Roma nascia uma criança, estendiam-na aos pés do pae della; e, se elle a tomava nos braços, era-lhe permittido o viver; e daqui veio entre os latinos a expressão, *suscipere liberos*. Mas, se, pelo contrario, elle deixava a criança no chão, era ou estrangulada ou atirada para as immundicies da grande cloaca ou exposta no Velabro, onde o mais frequente era morrer de fome. O infanticidio e mil outras atrocidades, que hoje nos horrorisam e cortam o coração de christãos, tinham universal acceitação e eram commummente practicadas entre os pagãos. Muito certo devia estar Tertilliano de não poder ser desmentido, quando, dirigindo-se aos pagãos do seu tempo, lhes perguntava: «Entre os que nos rodeiam, sedentos do sangue de christão e entre vós mesmos, magistrados austeros e tão rigorosos para conosco, qual é o que não deu a morte a seu proprio filho?» E afinal «nada ha mais razoavel, diz a este proposito o philosopho Seneca, do que desembaraçar o lar domestico dos trastes inuteis»; e o sisudo Quintiliano declara que «matar um homem é muitas vezes um crime; mas matar os seus *proprios filhos* é muitas vezes uma acção digna de louvor».

§ IV. — A sociedade ou o Estado antes de Christo e as relações entre os povos

1. Se o chefe de familia se mostrava oppressor em tudo quanto d'elle dependia, tambem, em compensação, se via muito opprimido *pelo Estado*. Não havia entre os pagãos o verdadeiro sentimento da independencia individual e da dignidade humana; porque os individuos eram sómente para o Estado, e tinham tanta valia, quanta era a sua capacidade em servirem pela força e destreza á causa da patria. A patria era para elles uma como que *divindade*, a cujas ordens, fossem quaes fossem, todos se deviam submeter. «O Estado, diz F. de Coulanges, olhava como seus haveres o corpo e a alma de cada cidadão, e porisso cuidava em lhes amoldar os corpos e as almas de modo que lhe servissem o mais possivel. A personalidade humana perdia quasi todo o seu prestimo ante a sancta e quasi divina auctoridade, a que chamavam patria ou Estado... A personalidade humana perdia todos os seus foros, logo que se tractasse dos interesses da cidade... Pensava-se que o direito, a justiça, a moral, tudo, emfim, devia ceder ante os interesses da patria... Ou se succedessem a monarchia ou a aristocracia ou a democracia, nenhuma destas revoluções concedia aos homens a liberdade verdadeira, a liberdade individual». «Os pagãos, affirma Balmes, parece que nem sequer sonhavam que o *fim*, o *destino* da sociedade é o *bem* e a *felicidade* da familia e dos individuos». E porisso, não sem razão, poude Corneille pôr nos labios de um dos seus heroes as seguintes palavras:

Graças, deuses, vos dou; não sou romano;
E assim conservar posso algo de humano.

E effectivamente todos os direitos, todos os sentimentos da natureza eram menosprezados, mutilados e violados nas ferrenhas constituições da antiguidade pagã. «Todo o direito dos romanos vinha a cifrar-se no Cesar. O Cesar era a lei viva e a verdadeira divindade da cidade», escrevia Périn. «Nem sequer temós noticia, observa Laboulaye, de que os antigos disputassem ao senhor do mundo o que hoje se nos antolha como o mais sagrado dos direitos in-

dividuaes, o de consciencia, de intelligencia, de trabalho. Religião, educação, instrucção, commercio e industria, tudo, emfim, ficava entregue nas mãos do imperador, logo que ou por vontade ou sem ella, a soberania era conferida ao Cesar. Nem um Trajano nem Marco Aurelio suspeitaram sequer que o seu poderio não podia ser illimitado. Governavam em nome do povo; e limitar-lhes este poder illimitado seria olhado como um crime de lesa magestade».

Pôde, confessamol-o, o culto ao *Deus-Estado*, assim como a adoração dos imperadores dar occasião a certos actos de um patriotismo feroz, mas estavam muito longe de trazerem a felicidade aos cidadãos e ás familias.

2. Não eram menos lastimosas as *relações* de uns com os outros povos. Debalde se procurariam entre os povos pagãos os sentimentos de fraternidade entre as nações ou uma sombra sequer dos principios de justiça em suas relações. Para um romano a sociedade era Roma; e para um athênense era Athenas; e afóra Roma ou Athenas, não havia senão *barbaros*, condemnados a viverem insociaveis e incultos.

Como tudo se devia sacrificar pela patria, tudo era licito, quando se tractava de um povo extranho. Cada uma das nações considerava as outras como inimigas e só se pensava em as submeter; e porisso eram as guerras incessantes e as victorias acompanhadas de grandes crueldades; e o morticínio ou a escravidão eram a sorte que estava reservada aos vencidos. A marcha dos exercitos era frequentemente assignalada pelas ruinas a ferro e fogo. Carthago, Numancia, Corintho e muitas outras cidades, completamente arrasadas, bastantemente attestam a crueldade deshumana dos vencedores. «No dia, em que Athenas decretou que todos os Mitylenos, sem distincção de sexo e de idade, deviam ser exterminados, não julgava ella extralimitar-se nos seus direitos; e porisso, quando no dia seguinte achou melhor modificar o seu decreto e dar a morte só a mil cidadãos e confiscar-lhes os bens, julgou practicar um acto de humanidade e de commiseração» (F. de Coulanges).

ART. II. — ESTADO DO MUNDO DEPOIS DE JESUS CHRISTO OU A CIVILISAÇÃO CRISTÃ

§ I. — Vista geral

«Se Jesus Christo não tivesse vindo ao mundo, observa Laboulaye, não sei como este teria podido resistir ao despotismo que o opprimia. E não estou fallando como christão; prescindindo dessa qualidade, para só fallar como historiador. E é como historiador que eu affirmo que tanto em politica, como em moral e em philosophia, foi o Evangelho que renovou as almas. E porisso é que de Christo datamos a era nova, pois foi do Evangelho que proveio a nova sociedade».

Já acima dissemos quão rapida e maravilhosa foi a propagação do Evangelho por toda a terra conhecida dos antigos. E ante ella era impossivel que o mundo ficasse, como antes estava. Não podia, porem, esta transformação realisar-se de *um dia para o outro*; mas tinha que effectuar-se por meio de um trabalho progressivo e perseverante. Tinha que dar-se, está claro, uma lucta de morte de um paganismo de muitos seculos com uma religião recente, e do dominio de Satanaz com o reinado de Christo. De um lado combatiam as paixões armadas da força bruta, e do outro achava-se a verdade armada apenas de uma paciencia invencivel. Correu, pois, abundante durante tres seculos o sangue dos christãos; mas a victoria não podia deixar de declarar-se pela parte que tinha a Deus por si. A cruz, signal de ignominia, tornou-se um signal de honra com a conversão de Constantino, herdeiro dos Cesares, que por uma providencia especial de Deus transportou para Bysancio a capital do seu imperio, como que para permittir que a séde do poder espiritual se estabelecesse naquella mesma Roma, que até então fôra a séde do poder civil.

Não esperara, entretanto, a Igreja por este brilhante triumpho para effectuar a transformação do mundo pagão; pois que este trabalho da civilisação dos povos teve começo no mesmo dia em que o chefe dos apóstolos, amparado por uma força soberana, operou as primeiras conversões ao christianismo. Operava effectivamente a Igreja

a transformação da humanidade pelo facto mesmo de modificar as almas e de reformar as ideias, os sentimentos e os costumes dos *individuos* e das *familias*. Estão a sua doutrina; as suas leis e instituições em completa opposição com as da sociedade pagã, ao modo da luz com as trevas; pelo que, á medida que ella se ia propagando, necessariamente ia ou supprimindo ou modificando as leis e as instituições iniquas e crueis das nações, que ella ia submettendo ao seu imperio espiritual. «Á medida que o christianismo se desenvolvia e se realisava o milagre da sua propagação mundial, diz Deschamps, devia ir tambem modificando, e se modificou de facto, a jurisprudencia romana, sob a influencia dos ensinamentos christãos, influencia no começo, sob os imperadores pagãos, indirecta; e depois directamente, durante o dominio dos imperadores convertidos á nova religião».

§ II. — A sorte dos individuos após a vinda de Christo

I. — Os escravos e os gladiadores

Forçosamente devia a Igreja, em virtude dos seus *ensinamentos* e das suas *instituições*, melhorar a condição dos escravos, levantar-os do seu estado de abatimento e degradação e desembaraçal-os, emfim, dos seus grilhões. Ensina ella, de facto, que o escravo se eguala ao seu senhor, tanto pela sua *origem* e *natureza*, como pelo seu *destino*; que a sua alma immortal tem aos olhos de Deus o *mesmo* valor; que tambem elle foi redimido pelo sangue de Jesus Christo, que tem o direito de participar da mesma mesa eucharistica e que pode até occupar um lugar mais alto que o seu senhor no reino dos céus, em que o grau de gloria se mede unicamente pela virtude e pelas obras. «Já não ha, diz S. Paulo, nem judeu, nem grego; já não ha nem escravo nem homem livre; já não ha nem homem nem mulher; porque não sois senão uma pessoa em Christo». «Deus não faz accepção de pessoas». E, escrevendo o mesmo apóstolo a um senhor, em favor de um seu escravo fugitivo, lhe diz: «Venho interceder por meu filho Onesimo, que eu gerei estando em ferros... Acolhei-o,

não já como a escravo, mas como a um muito amado irmão... Se vos fez mal, se de algo vos é devedor, debita-o na minha conta». Esta é em summa a doutrina evangelica. Proclama ella altamente a nobreza do homem, feito á imagem de Deus, mas sem de nenhum modo perturbar a hierarchia das pessoas e dos poderes, sem esquecer os *deveres* reciprocos dos inferiores e dos superiores. Como não havia de ella assim suavisar a sorte dos escravos e concorrer pouco a pouco para o completo desaparecimento da propria escravidão?

Note-se, porem, que, não obstante a sua sollicitude pela sorte dos infelizes, nunca a Igreja pensou em acabar de uma vez para sempre com a escravidão; porque nem ella primeiramente tinha o *direito* nem o *poder* para o fazer. Se havia, na *mancira* como se tractavam os escravos, muitas injustiças e muitas coisas contrarias á natureza, não se pode, comtudo, affirmar de um modo absoluto que a escravidão em si fosse *essencialmente* contraria á natureza¹.

Nem, por outra parte, as circumstancias politicas houveram permitido uma alforria *simultanea* para todos os escravos; um decreto geral da sua libertação teria originado muito graves perturbações. O organismo social estribava-se na escravidão; porque a actividade industrial, agricola e commercial corria pelos escravos. E nem estes estavam educados ou preparados para a sua libertação; pelo que o proclamal-os livres antes de os tirar do seu estado de grosseria, antes de os fazer homens e christãos, antes de se lhes assegurar os meios de subsistencia, houvera ocasionado um transtorno geral, houvera excitado um morticínio mundial, e condemnado os proprios escravos a um estado de miseria ainda maior.

Quem não sabe o que succedeu no fim do seculo ultimo, quando a republica franceza aboliu a escravidão nas suas colonias? E a guerra deshumana e sanguinolenta que, em 1861, rebentou nos Estados Unidos, entre o Norte e

1) Nunca foi permitido egualar um homem a uma coisa ou arrogar-se um poder *absoluto* sobre a consciencia e sobre a vida do seu proximo e tirar-lhe os seus direitos de esposo e de pae. E não era esta, note-se bem, a servidão sancionada pela lei de Moysés, como nem tambem a sorte do rendeiro e do escravo, qual ella existia na idade media; pois não implicavam desacata algum á sua vida moral ou social.

o Sul, teve, como é sabido, por causa razões de interesses, que se relacionavam com a escravidão. O Norte e o Sul só viam nos negros umas como que machinas domesticas; mas o Sul queria manter este estado de coisas para salvaguardar a agricultura; e o Norte, pelo contrario, tendo em vista a industria manufactureira, estava empenhado na abolição da escravatura. Mais atiladamente pensavam os bispos dos Estados Unidos que, reunidos em concilio, mostraram publicamente o seu desejo de que se fosse fazendo pouco a pouco esta libertação dos escravos.

Preparou assim a Igreja, tanto pela sua doutrina como por outros meios de que dispunha, o caminho para a abolição total da escravatura. Movidos por suas palavras e exemplos foram os governos e os particulares acabando com esta chaga da humanidade, auxiliados pelas leis dos principes christãos. Mas nunca cessou de protestar contra quaesquer abusos manifestamente contrarios aos preceitos da moral christã, nem deixou nunca de trabalhar por tornar mais supportavel a vida daquelles infelizes¹.

Os combates dos gladiadores eram sob todos os respeitos condemnaveis aos olhos dos christãos; e porisso deviam naturalmente desaparecer antes da escravatura. Foram estes jogos barbaros prohibidos em 392 por um decreto dos imperadores Honorio e Arcadio; mas não se extinguiram logo de todo, por estar muito arraigada nos povos a paixão por elles. E para se pôr termo a essa selvageria, foi necessario se derramasse o sangue de um martyr. Emquanto Roma, no primeiro de janeiro de 404, celebrava com estes jogos a posse de novos consules, viu-se apparecer no Colyseu um monge por nome Almachio, que viera do oriente e que se metteu por entre os gladiadores, para os separar. Depois, voltando-se para a multidão, disse: «Celebramos hoje a oitava da vinda do Filho de Deus, rei

1) É mister distinguir duas especies de alforrias, uma relativa ás pessoas e outra relativa ao trabalho. A primeira relaciona-se com a ordem moral e a segunda com a ordem economica e politica. A primeira, estava, pode dizer-se, preparada ou quasi preparada, pelo menos, antes da segunda metade do V seculo. Sob o influxo benefico da Igreja deixou o escravo de ser olhado como uma coisa; e foi recobraudo, um após outro, os direitos da sua personalidade. Na sociedade *religiosa* recuperou-os todos logo desde o começo da prégacao evangelica; e na sociedade *civil* foi-os recuperando pouco a pouco, á medida que a legislação se ia influenciando pelo espirito do christianismo.

da paz, ao mundo; e porisso acaba com estes jogos des-humanos, inventados pela crueldade pagã». Ao ouvirem-se estas palavras levantou-se uma vozeria por todo o amphitheatro; e a multidão furiosa precipitou-se sobre Almachio e fel-o em pedaços. No dia seguinte acabou Honorio com os combates de gladiadores.

Quanto ao chamado *commercio* da escravatura, logo a Igreja, fiel á sua doutrina, se insurgiu desde o seu começo, com toda a energia, contra esta vil exploração do homem por um homem seu semelhante. E a prova temolla na linguagem nobre e desassombrada das lettras apostolicas de Pio II, de Paulo III, de Urbano VIII e de Bento XIV (1462; 1637; 1639; 1741). Ainda no começo do seculo ultimo moveu Pio VII os principaes governos europeus a se unirem numa como cruzada sancta em prol da emancipação dos escravos; e Gregorio XVI mostrou ainda mais uma vez a maternal sollicitude da Igreja pelas victimas da cubiça humana, pelas suas lettras apostolicas de 23 de novembro de 1839. E quem, emfim, não conhece a cruzada organizada pelo cardeal Lavigerie, sob os auspicios e grande auctoridade do Papa Leão XIII, para libertar a Africa do horrendo flagello que, cada anno, lhe roubava muitos milhares de homens livres para os entregar aos ferros de uma cruel escravidão?

II — Os pobres e os infelizes

Os *pobres*, os *desgraçados* e os perseguidos pelos infortunios viram mudar-se-lhes a sorte no dia em que dos labios divinos se ouviram estas palavras: «Tudo o que fizerdes ao infimo dos meus, fal-o-heis a mim»; ou as relativas ao galardão promettido na sentença do juizo final: «Tive fome e vós me destes de comer...» E durante toda a sua vida não cessou de repetir o que o Senhor chamava o *seu* preceito, um preceito novo para o mundo pagão, o de todos os homens se amarem como irmãos, como nós mesmos nos amamos, ou antes como Jesus Christo *nos amou*.

E Elle mesmo nos quiz dar o exemplo, nascendo e vivendo pobremente; viveram tambem pobres os seus apóstolos; para com os pobres testemunhou sempre uma pre-

dilecção especial; em favor delles é que principalmente operou os seus milagres; e só se mostrou severo para com o rico deshumano e duro de coração. Assim que, não é nada para admirar que logo desde os primeiros tempos do christianismo os indigentes, os abandonados, os velhos e todos os que eram abjecção dos homens e victima dos infortunios, fossem por parte dos christãos objecto de carinhos e de um especial cuidado. Acudiam-lhes em toda a sorte de necessidades com tal desvelo e tamanha ternura, que nem os proprios pagãos podiam deixár de exclamar: Vede como os christãos se amam uns aos outros! E eram muitos os attrahidos á nova religião só com verem aquelle espectáculo até então desconhecido. E que de *instituições* de beneficencia de toda a sorte se não fundaram depois, e quantas não foram as ordens religiosas, que se formaram com o fim de accudir á innumeradas miserias, que affligem o genero humano?

Mas não insistamos mais sobre esta materia, de uma verdade a todos patente, de que já acima tambem nos occupamos.

III. — Os operarios

A rehabilitação do trabalho e do operariado apresentava-se como um problema não menos difficil de realisar-se do que o da abolição da escravatura. Só o christianismo podia operar semelhante prodigio, porque só elle podia expungir a marca aviltante do trabalho e imprimir-lhe uma como que nota divina. Ante os exemplos de Jesus Christo, filho de um operario, e tambem operario, e o dos apóstolos, dos primeiros bispos, e mais tarde dos monjes, foi o trabalho manual, tomando pouco a pouco na sociedade christã um lugar de honra, que o paganismo e a philosophia antes lhe tinham recusado. Deixou de ser um mister de ignominia apenas confiado aos escravos, e se tornou uma occupação digna de homens livres e até de gente nobre.

Muitas foram as instituições e as leis inspiradas pela Igreja, durante dezenove seculos, para alliviar a sorte dos trabalhadores, para harmonisar as diversas classes e para manter entre ellas, por meio da caridade christã, um laço de

união íntima e indissolúvel. As obras admiráveis por ella fundadas a favor das classes laboriosas, chegaram ao seu maior auge por meio das *corporações operarias* da idade media.

As funestas doutrinas, que se espalharam durante o ultimo seculo, vieram infelizmente abalar o edificio pela Igreja pacientemente edificado; e as desordens e perturbações, de que foram causa, conhece-as e experimenta-as toda a gente. Mas não desanima a Igreja e os seus filhos, que também em nossos dias não cessam de trabalhar com ardor e ternura por salvar a sociedade dos males que continuamente a ameaçam. Quem não leu com admiração a memoravel encyclica de Leão XIII: *De conditione opificum*, em que este Papa, com uma precisão e prudencia admiravel, aponta os remedios mais efficazes para se poder melhorar a condição realmente lastimosa da classe trabalhadora? Apresenta esta Encyclica um verdadeiro programma de economia christã, que faz um perfeito contraste com as doutrinas de um egoismo anarchico, como o que a Revolução franceza propagou. Interveio assim, ainda uma vez; sempre fiel ás suas tradições, o Papado, como mediador nas formidaveis luctas sociaes dos tempos modernos; o ponto está em que lhe oiçam os ensinamentos.

§ III. — A familia depois de Jesus Christo

I. A MULHER. — Para a Igreja já a *mulher* não é, como nos tempos do paganismo, um ser inferior, desqualificado, uma escrava do seu marido e objecto de desprezo para os seus proprios filhos; mas sim a companheira do homem, carne da sua carne, osso dos seus ossos; recuperou no lar domestico o lugar de honra que lhe cabe, e nelle domina pelo amor, assim como seu marido domina pela auctoridade. Restabelecendo pela grande lei do matrimonio a *unidade e indissolubilidade* deste, e elevando-o á dignidade de sacramento, devolveu á mulher toda a sua dignidade moral. E não foi a Igreja que apresentou ao culto dos fieis uma mulher Virgem e Mãe, a quem o proprio Salvador testemunhou um profundo acatamento, e quem honrou as viúvas, e fez das virgens christãs objecto de um

culto especial? Por este modo ficou a sociedade logrando um dos seus mais indispensaveis elementos.

II. OS FILHOS. — São as crianças, aos olhos do christão, filhos de Deus e destinadas a logral-o para sempre no céu; ficam sendo, depois do baptismo, templos do Espirito Sancto; o proprio Jesus Christo se dignou descer á terra com as fraquezas e indigencias proprias da infancia, e testemunhou durante a sua vida publica uma peculiar ternura para com as crianças; chegou mesmo a declarar que era mister nos assemelhassemos a ellas para conseguirmos o reino dos céus; e, enfim, lançou tremendos anathemas contra os que lhes fossem occasião de escandalo. E assim é que a criança, depois de Jesus Christo, se tornou objecto das mais ternas sollicitudes: as crèches, os asylos, os orphanatos, as escolas, os collegios e mil attentões de uma dedicada caridade.

§ IV. — A sociedade publica depois de Jesus Christo e as relações internacionaes

A. Do sobredito claramente se deduz que a *sociedade publica* foi profundamente modificada pela Igreja. A medida que foi corrigindo as ideias ácerca dos individuos e reformando a familia, foi também transformando as opiniões e costumes *publicos*. Não desapareceram totalmente dentre os christãos, está claro, os homens viciosos, visto conservar sempre o homem, com a sua liberdade imperfeita, a sua possibilidade de faltar ao seu dever; mas desde então ficou o vicio, por se ter tornado vergonhoso, obrigado a esconder-se, o que não acontecia quando as sociedades eram pagãs.

Ao proclamar que «*Todo o poder vem de Deus*» e ao ensinar que nem *os principes* por occuparem um throno, nem outros governantes, estão dispensados de obedecer ás leis do Supremo Legislador e Senhor universal e omnipotente, e que hão de governar os seus povos por *leis justas e prudentes*, veio a Igreja pôr termo á *tyrannia do Estado*, o qual até alli não reconhecia vontade alguma superior á sua.

Regulou também a Igreja os deveres dos *vassallos*

para com os príncipes, repetindo-lhes as palavras bem claras de Jesus Christo: «Dae a Cesar o que pertence a Cesar». De bom grado se submete um christão á legitima auctoridade; mas a sua obediencia não tem nada de humilhante, porque a rende ao representante de Deus; e, a par della, conserva assim mesmo uma nobre independencia; e, assim, quando o poder humano se extralimita, e se põe positivamente em contradicção com as leis divina e natural, o vassallo, accedendo á voz da sua consciencia, repete nobremente as palavras dos apóstolos: *Non possumus*, não podemos. Devemos obedecer antes a Deus que aos homens.

B. Está claro que tambem, ante os ensinamentos da Igreja, houveram de suavisar-se muito as *relações internacionaes* entre os povos e tomar um caracter mais humano. E como podiam, de feito, os povos, persuadidos de que todos eram irmãos e filhos de Jesus Christo e da Igreja, continuar a tractar-se como barbaros e a destruir-se uns aos outros com deshumanidade?

§ V. — Transformação dos barbaros após a vinda de Jesus Christo

Resta-nos dizer algo sobre o modo como a Igreja civilisou os povos barbaros que, nos seculos IV e V, sobretudo, invadiram por todos os lados o imperio romano.

A sociedade romana parecia estar de tal modo viciada pela acção deletéria do paganismo que, para a tornar susceptivel de uma completa restauração, se serviu Deus dos barbaros como de ministros da sua vingança contra o imperio perseguidor, e para ao mesmo tempo, por meio da sua conversão, fazer reviver o decrepito imperio do Occidente. O espectáculo que a Europa no seculo V offereceu, depois que estes povos a percorreram em todos os sentidos, nos mostra com quão horrorosa crueldade estes flagellos de Deus levaram a cabo a sua obra. Leia-se, a este proposito, a obra de Ozanam: *Os Germanos antes do Christianismo*. Contentemo-nos só com algumas citações.

«Em Hespanha, é o chronista Idaco que falla, ás passadas sangrentas dos barbaros seguiram-se a peste e a fome; e tão grande foi o aperto, em que se viu a gente,

que os homens se nutriam da carne dos seus semelhantes e as mães devoravam os seus proprios filhos.»

Sancto Agostinho ficou tão penalizado com os males, que houveram de soffrer dos vandalos os habitantes de Hippona e em geral os de toda a Africa, que chegou a pedir a Nosso Senhor que o levasse desta vida. «Via elle de facto, diz Possidio, as cidades arruinadas, as aldeias destruidas e os habitantes ou mortos ou fugitivos. Uns tinham expirado nos tormentos e outros tinham morrido, passados á espada; e outros, reduzidos á escravidão, estavam servindo a senhores sem piedade. Os que, fugindo aos vencedores, se tinham refugiado nos montes ou acolhido ás cavernas, morriam á fome e á mingua de tudo».

A Italia não foi mais poupada, porque viu todo o seu territorio arruinado. Alarico entregou Roma ao saque durante tres dias; e Genserico, caudilho dos Vandalos, durante duas semanas; e tão grandes foram os excessos destes nas suas invasões que o seu mesmo nome de vandalos veio a ser synonymo de destruidores.

Conta o historiador Gildas que «o incendio varria com as suas rubras linguas a Grão Bretanha de um ao outro mar; viam-se de mistura nas praças publicas as ruinas das torres e das muralhas, as pedras dos altares, os corpos ensanguentados, sem que se lhes dêsse outra sepultura senão as ruinas das casas ou então as entranhas dos animaes carnivoros e aves de rapina».

Mas nem eram para admirar estes estragos, quando se consulta a historia sobre o que eram estes barbaros physiologica e, sobretudo, intellectual e moralmente considerados. Leia-se sobre este ponto a supracitada obra de Ozanam; no cap. III se verá como a familia, para estes povos, quasi não se differencava da familia pagã, de que acima demos um esboço. O pae de familia entre elles era para a mulher, para os filhos, para os escravos, um despota. Os proprios guerreiros, a unica força viva e de importancia para a nação, eram com as mulheres os encarregados dos trabalhos domesticos, logo que a idade ou as doenças os tornavam inaptos para manejar a acha nas batalhas; e quando já não serviam para nada, ou serviam só de peso, libertavam-se delles pela morte. Na Suecia, aos

velhos precipitavam-nos do alto dos rochedos; os herulos acabavam com elles pelo fogo; noutras partes ou os estrangulavam ou os passavam á espada, porque para serem recebidos, diziam, pelo Odin no Walhalla era preciso levar a marca do ferro.

Nada possuíam aquelles povos, que os tornasse aptos para regenerar a caduca sociedade romana, quer se considerem os seus instinctos barbaros, os seus costumes, as suas instituições politicas, quer se lhes estude a religião, eivada de um fetichismo grosseiro e encaminhada a fomentar nelles os instinctos da crueldade e da carnificina. As suas invasões houveram aniquilado por completo a civilização, a não intervir a Igreja, para domar estes povos e para fazer confraternisar ambas as raças, a dos vencedores e a dos vencidos.

Não temos nós que expôr aqui, especializando-os, os meios de que se serviu a Igreja, para fazer destes povos invasores e grosseiros, nações christãs, que a historia nos apresenta como merecedoras da nossa admiração. Imbuindo-se dos mesmos ensinamentos, regulando-se pelas mesmas leis religiosas, obedecendo a pastores indistinctamente escolhidos de ambas as raças, ajoelhando-se ante os mesmos altares e á mesma mesa eucharistica, não podiam aquelles povos, romanos e barbaros, deixar de confraternisar-se, formando uma só e grande familia, destinada a recolher os beneficos fructos da civilização christã. Entre as instituições especialmente apropriadas para effectuar a civilização dos povos barbaros, podem tambem citar-se as *Treguas de Deus*, o *Direito de asylo* e a *Cavallaria*.

Não se fez, comtudo, esta transformação *num dia*, está claro. Muito custou á Igreja esclarecer a intelligencia e domar a vontade daquelles homens naturalmente ferozes, suavisar os seus costumes e corrigir as suas instituições politicas. Foram precisos alguns seculos para se polir a selvagem rudeza daquellas naturezas duras, e para temperar o calor do seu sangue a ferver; ainda muito tempo depois, a par das mais heroicas virtudes e de verdadeiros prodigios de sanctidade, continuavam persistindo em costumes sanguinarios e crimes horrorosos; mas a Igreja

triumphou alfim, com perseverança e paciente firmeza, do mundo barbaro, como antes tinha triumphado do mundo pagão.

Um destes costumes barbaros, muito em voga na idade media, eram as *Ordalias* ou duellos judiciaes. Eis o que sobre este ponto diz o sabio padre bollandista C. de Smedt: «Nunca a Igreja, no seu começo nem em todo o percurso da idade media, deu a sua approvação a este acto do duello judicial; e não só isto, senão que contra elle protestou pelos ensinamentos dos seus doutores, e dos bispos, mais assignalados pelas suas virtudes e talentos, e pelos concilios, e pelos soberanos Pontifices. Nunca a legitimidade do duello foi proclamada ou formalmente admittida por nenhum Papa, por nenhum concilio, nem por nenhum bispo, fallando como pastor de almas».

As nações catholicas e as nações protestantes

A questão das nações catholicas, postas em comparação com as nações protestantes, nem sempre tem sido bem proposta; e, porisso, convem expôr-a nos seus verdadeiros termos.

Uma coisa convem, antes de tudo, ter-se bem presente, a saber, que a religião foi dada ao homem para o encaminhar ao seu fim sobrenatural e para elle alcançar os bens desta ordem, incomparavelmente avantajados aos bens terrestres: esta foi a missão que ella recebeu de Deus. E não bastará já á sua gloria o tornar inteiramente felizes, *por toda a eternidade*, os que fielmente a tiverem posto em practica? Na antiga lei, quando tudo era sombra e figura, pôde, sim, Deus attrahir um povo carnal pelas gulodices dos bens temporaes promettidos¹. Mas somos já regidos por uma economia mais perfeita; e seria rebaixar a obra de Jesus Christo o querel-a avaliar pelos beneficos que ella nos presta na esphera dos bens transitorios.

1) A fazer-se juizo só pela grandeza politica e pela riqueza material, não seria facil demonstrar que durante os longos periodos do Antigo Testamento fosse Israel o povo de Deus, antes que os do Egypto ou da Syria. E sem embargo, regendo-se os hebreus por uma especial providencia de Deus, eram-lhes certas prosperidades terrestres promettidas como uma mercê especial, reservada aos fieis adoradores do verdadeiro Deus. Onde, porem, se encontrará na nova Aliança, no Christianismo, uma sombra só de promessas deste genero?

Ninguém ignora que a felicidade de um povo é constituída de elementos multiplices, e que a sua prosperidade material está dependente de mui diversos factores. «A religião e a sciencia, observa muito bem M. Worms, nunca só por si poderão dar a explicação de toda a historia social». Quanta não é a influencia do solo, do clima, da situação geographica e do vigor da raça! Queremos acaso ir pedir á verdadeira religião que transforme as charneças em vergeis, ou que dê ao sub-solo as riquezas mineraes exigidas pelas grandes industrias, ou que transforme um clima insalubre, ou que faça de preguiçosos e obtusos de entendimento gente perspicaz e activa?

Sempre, porem, será verdade, que a felicidade é a grande amiga da virtude e que a verdadeira religião sempre ha de exercer uma grande influencia sobre a felicidade da nação. Seria facillimo demonstrar que em tudo quanto a Igreja catholica quer se faça, ha sempre o factor de alguma influencia benefica para a sociedade, tendente a tornar um povo honrado, laborioso e contente¹.

Mas será semelhantemente facil encontrar *nos factos* uma confirmação *clara* desta verdade? Algumas breves reflexões nos farão ver que assim é realmente.

Se a humanidade se achasse separada em dois immensos grupos, um dos quaes seguisse fiel e docilmente a verdade completa, e o outro cegamente abraçasse toda a sorte de erros, dar-se-hia entre os seus destinos um tão manifesto contraste, como o que existe entre a luz do meio dia e as trevas da meia noite. Mas isto não passa de uma mera hypothese; pois muito outra é a realidade. As falsas religiões conservaram por uma parte um conjuncto maior ou menor de verdades, que Deus, segundo os desi-

1) Nunca, porem, o divino Salvador, a sua Igreja, deixou de, como vimos, empregar todos os meios para rehabilitar e sanctificar o homem todo inteiro. E tanto não menospreza os bens materiaes e o bem-estar da sociedade que antes os estimula, e abençoa as descobertas da sciencia e as maravilhas da industria. Mas nunca ella pode esquecer que o homem não veio á terra com o fim principal de lograr os bens della; nem vae querer que a alma se vá sacrificar ao corpo. O decalogo e o sermão do monte, que são o principio de toda a civilisação, ninguém os ensinou com mais efficacia do que a Igreja catholica.

«A experiencia nos mostra, diz o eminente economista Le Play, que a accumulção de riquezas em mãos indignas, e uma applicação demasiado exclusiva dellas a interesses materiaes, são causas certas de decadencia... Mais se engrandece um povo applicando-se a regar os seus appetites e enfrear as suas paixões do que em aperfeiçoar a producção dos objectos necessarios ás suas precisões.»

gnios da sua misericordia e amor, lhes permite possuam; e é, guiando-se por ellas, ainda que imperfeitas, que os homens de fé sincera e de boa vontade se podem salvar e até sanctificar. E porque não poderão estas virtudes contribuir para a felicidade temporal de um povo? Pode, por outra parte, a observancia da verdadeira religião ser antes apparente que real. E neste caso que influencia pode exercer a religião sobre os que practicamente lhe voltam as costas? Não se consegue melhor resultado com poucos meios, que se põem em practica, do que com muitos, que se votam ao despreso?¹

Quando o confronto se faz entre a sociedade christã e a sociedade pagã, a primeira ostenta-se refulgente como o sol; mas, quando se tracta de comparar as nações protestantes com as nações catholicas, já as conclusões se não apresentam logo tão evidentes e concludentes, para o que concorrem varias razões.

E, de feito, a historia nos mostra que as nações se assemelham aos homens; têm tambem ellas a sua juventude cheia de esperanças, a sua idade madura, acompanhada de vigor, e a sua idade decrepita. Emquanto umas sobem ao apogeu da grandeza, vão outras descendo. Basta, pois, que umas determinadas nações catholicas tenham entrado em decadencia, para, defrontadas com uma nação heretica ainda nova e mais vigorosa, se acharem sob diversos aspectos desvantajosamente collocadas.

Mas dá-se, demais disto, o facto de certas nações protestantes terem conservado uma vida *publica* mais *religiosa* do que a de varios povos, que, sob o rotulo de catholicos, difficilmente encobrem uma horrenda apostasia.

Accrescentemos ainda que a sociedade, a que preside um governo protestante, encerra muitas vezes uma grande multidão de catholicos; e assim a coroa britannica tem por vassallos um grande numero de catholicos, tanto na propria Inglaterra, como na Irlanda, no Canadá, na Australia e outras partes. Mais de 17 milhões de catholicos vivem nos Estados Unidos; e nenhuma das seitas reformadas da im-

1) Vid. Flamérión, S. J. *De la prospérité comparée des nations catholiques et des nations protestantes*, Paris, 1899; Baudrillart, *L'Eglise catholique, la Renaissance, le Protestantisme*, Paris.

portante republica, é tão numerosa nem está tão cohesa como elles estão. Os catholicos da Allemanha elevam-se a mais de 20 milhões, um terço da população total; e dominam em varios estados e em algumas das mais ricas provincias; formam até o partido mais poderoso do Reichstag. Ora, sendo assim, será justo pôr a prosperidade destas nações sómente no activo do protestantismo? Cotejem-se as provincias rhenanas catholicas e a Westphalia com a protestante Pomerania e o Brandeburgo!

Tenha-se ainda presente que a vida *particular* de cada individuo é o principal campo de acção para a religião; mas é tambem o mais difficil de se examinar. A par da immoralidade, que vem a publico, ha mil formas de perversão e das peiores, que se furtam ás pesquisas de quaesquer estatisticas.

A questão é, pois, grandemente enredada e complexa. Não queremos com isto dizer que não se possa demonstrar pelos effectos a influencia salutar da religião sobre a felicidade dos povos; mas o que só queremos mostrar é como este beneficio pode ser ou verificado ou ignorado. Podemos, todavia, asseverar, sem receio de sermos desmentido, a verdade das affirmações que passamos a expor.

Se se tractasse de saber qual dos dois povos adquiriria em egualdade de circunstancias, *maiores riquezas*, o protestante ou o catholico, houveramos de vacillar ao dar a resposta; porque a sofreguidão do ganho é naturalmente maior no que menos conta com a vida futura. Se, porem, se quizesse saber qual dos povos, dispondo de meios de fortuna semelhantes, seria *o mais feliz*, ou qual seria o que teria a riqueza nacional *melhor distribuida*, sem hesitar responderiamos que era o povo catholico, em razão da sua fé e da sua caridade. A visão nitida e a confiança efectiva ácerca da sua vida futura, que a religião lhe ministra, dão-lhe a paz interna e o tornam sobranceiro ás fermentadas impressões da vida e das coisas humanas, levadas aos excessos de um exclusivismo ardente. E tornam-no, ao mesmo tempo, esforçado contra as desgraças. Estes são, por assim dizer, os effectos naturaes da religião catholica, não fallando da acção sobrenatural e mysteriosa da graça. Assim se explica tambem, por exemplo, a relativa rari-

dade dos suicidios entre os verdadeiros catholicos. Aos grandes ensinamentos da *paciencia* christã accrescenta o catholicismo as sublimes lições da *caridade*, que é o melhor remedio contra as desigualdades sociaes; e nenhuma outra religião tem igual poder para fazer amar os homens e lhes acudir com os precisos soccorros.

Aos que, emfim, quizessem imaginar qualquer *incompatibilidade* entre a religião catholica e as diversas formas de progresso moderno, bastaria apresentar-lhes o exemplo da Belgica, onde, segundo confessam os sociologos, o progresso alcançou o seu apogeu, governando-se por homens verdadeiramente catholicos, e onde, confessam os economistas, o avanço industrial e commercial chega ás raias do prodigio. A sua prosperidade vae a par da sua fé¹.

Accrescentemos ainda algumas reflexões para elucidar esta questão controversa.

É coisa sabida que muitos dos fundadores do protestantismo ousaram formalmente negar o livre arbitrio, e professaram a inutilidade das boas obras. Ora, está claro, uma semelhante doutrina não é evidentemente apta para civilisar os povos, nem para lhes assegurar a tranquillidade e a felicidade da sociedade e dos individuos. A que ficará reduzida ante taes principios a moralidade publica e a individual, se se proceder em conformidade com elles?

Tenha-se, alem disto, presente que, sendo o christianismo o que fundou a civilização moderna, de que nos vamos occupar no capitulo seguinte, já assim superabundantemente demonstrou o poder civilizador, que lhe é proprio. Pelo que, ainda quando houvessemos de admittir que *hoje em dia* as nações protestantes levam vantagem em prosperidade material e influencia politica, de nenhum modo poderiamos admittir que esse resultado se attribua á religião;

1) A população da Belgica, observa um escriptor francês subiu, entre os annos 1840 e 1900, de 4.337.000 a 6.744.000. O commercio deste paiz era em 1870, de 3.282.000:000 francos; e, em 1900, era de 7.005.863:000. A exportação era, em 1840, de 139.229:000 francos; em 1902, de 1.858.883:000; e em 1903, de 1.949.503:000, quasi dois billiões de francos. As finanças annuaes rematam com saldos que iam acima de 6, 9, 12, 17 milhões... Em nenhuma outra se mantem mais suave a harmonia da liberdade com a auctoridade. E, emfim, leva a Belgica a dianteira na Europa pelas suas instituições sociaes, como são as cooperativas, a mutualidade, os syndicatos, as pensões para os velhos e as casas operarias.

pois que, se as mesmas causas produzem os mesmos feitos, já essa preeminencia devia ter existido em *cada um dos seculos precedentes*, que se succederam ao apparecimento da Reforma. Ora, a historia nos demonstra ter passado exactamente o contrario. No começo do seculo passado era Napoleão o arbitro dos destinos da Europa. E antes delle não eram de certo a Prussia, nem a Inglaterra as que tinham a hegemonia politica; mas sim as nações mais profundamente catholicas, a Hespanha, a França e a Austria. E era exactamente quando a Hespanha se mostrava mais dedicada á Egreja que ella expulsava os mouros, e se annexava os grandes territorios da America e triumphava nos campos de batalha europeus¹. E quem ousará afirmar que é ao protestantismo que se devem attribuir as victorias da Prussia em Sadowa e Sedan?

E note-se ainda que teria sido quando o protestantismo deixou de ser o que era, quando os principios cederam o lugar aos seus contrarios, é que elle teria realisado a grandeza da Allemanha! E, coisa muito digna de reparo, foi exactamente quando os seus governos deixaram de inspirar-se nos principios catholicos, é que sobreveio a decadencia das nações catholicas. É um facto incontestavel, que uma parte mais ou menos consideravel da sua população vive sujeitá ás influencias de forças muito anti-catho-

1) Quicá em nenhum paiz se veja mais palpavelmente a grande influencia da religião em lhe robustecer e fazer prosperar a nacionalidade como em Portugal. Compare-se a sua historia do seculo XVI ou da pujante symbiose das duas sociedades civil e religiosa com a da separação (escravidão) da Egreja no primeiro quartel do seculo XX: naquella subiu a um grau quasi incrível de esplendor e poderio para um povo de pouco mais de tres milhões de almas; e neste desceu o mais baixo a que parece se pode descer.

Um grande passo para a decadencia de Portugal deu-o o marquez de Pombal com a expulsão dos jesuitas das quatro partes do mundo; e tanto que chega um eminente escriptor brasileiro a dizer, ter Portugal perdido mais com a expulsão dos jesuitas do que com a propria derrota de Alcacer-Kebir.

Na introdução á interessante obra do protestante Christovão von Murr, *Geschichte der Jesuiten in Portugal*, ou *Historia dos jesuitas em Portugal durante o governo de Pombal*, pergunta o P. Hafkmeier (Rio Grande do Sul, 1909), referindo-se a esta mesma questão da decadencia das nações latinhas, se esta decadencia se deu, quando nellas florescia a Egreja e nellas exercia livremente a sua benefica acção, ou se foi, pelo contrario, quando ella se viu manietada pelos grilhões de um duro regalismo, quando se expulsaram as ordens religiosas, quando deram entrada aos principios do liberalismo?

A resposta com relação a Portugal, diz elle, está no presente livro agora reeditado. «Portugal grande, acrescenta elle, citando a Taíne, com os seus sanctos e fortes laços de união á Egreja subiu, podemos afoitamente affirmar-o baseando-nos na historia absolutamente fidedigna: mas desceu tambem grandemente este reino, logo que estes laços de gratidão, que o deveriam estreitar com a Sancta Sé, se quebraram aleivosamente».

(Nota do traductor).

licas, a revolução, o livre pensamento, a maçonaria, o protestantismo e o judaismo financeiro. E, sendo assim, como se podem, sem restricção, chamar nações catholicas estes paizes? Se a França, por exemplo, perdeu grande parte da sua influencia politica, não se poderá certamente dizer que foi por seu governo ser grandemente dedicado á Egreja. E se o protestantismo possui essas qualidades eminentemente civilisadoras, porque é que a Suecia, a Noruega e a Dinamarca, ha tanto tempo dominadas pela Reforma, não vão á frente das nações civilisadas?

ART. III. — A EGREJA E A CULTURA INTELLECTUAL

§ I. — Influencia da Egreja sobre as letras e as sciencias

Não foi só reformando a sociedade antiga e modificando os costumes dos povos barbaros, que a Egreja efficaçamente concorreu para a felicidade dos individuos e das sociedades; adquiriu tambem titulos ao reconhecimento dos homens em razão dos beneficios de ordem *intellectual*, que lhes trouxe.

1. Zelando a Egreja, como boa mãe, o aperfeiçoamento total e completo do homem, nunca deixou de ministrar-lhe, não sómente os ensinamentos da religião e da moral, que fazem parte da sua divina missão, senão que procurou sempre accrescentar-lhes tambem o ensino dos *conhecimentos humanos*. Bem sabe ella que estes conhecimentos auxiliam uma alma recta, a mais prompta e perfeitamente comprehender os *fundamentos* da fé e as verdades da religião. E assim é que ella inscreveu no seu *direito canonico* aquellas duas maximas que, com grande precisão e energia, exprimem o seu pensamento: «A ignorancia é a mãe dos erros. — A ignorancia é apenas toleravel no leigo; mas é inexcusavel e imperdoavel no sacerdote». E quem não conhece a homilia de S. Basilio sobre *as vantagens* que o *jovem* pode tirar *da leitura* dos *auctores profanos*? O mesmo era o sentir de S. Gregório de Nazianzo, de S. Chrysostomo, de S. Jeronymo, os quaes empre-

gavam os seus ocios em propagar a instrucção no meio das sociedades, que elles procuravam attrahir para Deus. «O primeiro dos bens é a sciencia, dizia um dos principaes doutores da Igreja, S. Gregorio de Nazianzo; e por esta entendo não sómente a nossa, relativa á salvação e á belleza dos bens espirituaes, mas tambem a sciencia *profana*. Ter só os costumes ou só a sciencia, é não ter senão um olho. Mas os que se apresentam brilhando com os dois é que são os perfeitos».

De accordo com estas normas e procedimentos se houve sempre a Igreja catholica. E assim é que o Concilio do Vaticano, referindo-se na sua primeira constituição dogmatica aos estudos scientificos, declarou solemnemente que «não só a Igreja se não oppõe ao estudo das artes e das sciencias, senão que lhes dá o apoio e as estimula por muitos modos; pois não ignora nem menospreza as vantagens que dellas resultam para a vida dos homens. E o que é mais, reconhece ella que, vindo as sciencias de Deus, deve o seu emprego regrado, com os soccorros da sua graça, levar o homem a Deus».

2. Não contente com promover tudo o que pode dilatar a esphera dos conhecimentos humanos, sempre a Igreja se apresentou ao mundo como o *foco mais intenso* de actividade da mente humana. «Não havia comparação, diz o protestante Guizot, entre o estado da sociedade religiosa e o da sociedade civil, a partir do seculo IV: porque de uma parte tudo era decadencia, lassidão e inercia; e do outro tudo era movimento, ardor e progresso». «Não cessavam as intelligencias de aperfeiçoar-se no seio do christianismo por meio de discussões sérias e profundas. Tinha practica ampla a maxima em voga: *In necessariis unitas, in dubiis libertas*». «Examine-se o governo da Igreja, escreve o mesmo homem de Estado, e ver-se-ha, que é para a razão que ella sem cessar appella, e que é de facto a liberdade que nella domina. Quaes são as instituições, os seus meios de acção? Os concilios provinciaes, os concilios nacionaes, os concilios geraes, uma correspondencia ininterrupta de cartas, de admoestações e de escritos. Nunca um governo assim se houve nas discussões e deliberações em commum». Nos concilios geraes é que,

sobretudo, se manifestava esta vida intellectual; e assim é que, com de Decker, se pode affirmar que, «se as suas decisões não tivessem sido o fructo da inspiração divina, ficariam ainda assim como os mais bellos monumentos da sabedoria humana».

3. Que magnifica pleiade de *pensadores e escriptores* nos apresentam os annaes da Igreja! Sahia apenas das cactumbas, e já se apresentam em campo para defendel-a homens como Origenes, Athenagoras, Justino, Tertulliano; um pouco mais tarde appareciam as obras dos Chrysostomos, dos Basilios, dos Gregorios Nazianzenos, dos Jeronymos, dos Ambrosios, dos Agostinhos, dos Leões Magnos; e ainda mais tarde sahiram do seu gremio as obras primas dos Albertos os Grandes, dos Anselmos, dos Boaventuras, dos Aquinos, dos Bossuets, dos Fénelons, dos Massillons, dos Bourdaloues¹. E quem poderia contar as innumeradas obras publicadas em todos os idiomas para expôr, demonstrar, desenvolver e defender as verdades da religião? Quem ignora que as mais bellas *obras litterarias* foram inspiradas pelo espirito de fé christã? Apontemos como exemplo só a Jerusalem Libertada, a Divina Comedia, Polyeucto e Athalia. E, se o paganismo teve o seculo de Pericles e de Augusto, tambem o christianismo teve os de Leão X e de Luiz XIV; e, se os primeiros se distinguem pelo *estyllo* e correccão da forma, os outros se avantajam immenso pela verdade e pela *elevação* das *ideias* e pela sublimidade dos *sentimentos*.

4. Com razão notam os historiadores, que a sério estudaram a idade media, que foi a *influencia* da Igreja a *unica*, que *subsistiu* atravez deste longo periodo, e a *unica* que exerceu a preponderancia na cultura da intelligencia. «Já a sociedade pagã tinha desaparecido, mas sobrevive-

1) E quem nos poderá apontar, em qualquer das litteraturas modernas, um tão extraordinario engenho e uma tão rara capacidade para resolver as mais intrincadas questões como a de um religioso jesuita, Antonio Vieira? E quem ha annos lembrou sequer seu nome em algum dos Congressos anti-escravistas? E, contudo, nunca os pobres escravos tiveram um tão eloquente defensor. Referindo-se a este por muitos respeito assignalado e incomparavel varão, affirmava o P. Antonio Honorati, como eu mesmo ouvi, ter sido a maior intelligencia, que, depois de S. João Chrysostomo, subiu á tribuna sagrada.

(Nota do traductor).

ram-lhe os seus conhecimentos, observa o abba de Ant. Pirenne. A Igreja fez suas as *duas linguas*, que haviam sido os instrumentos do seu pensamento e os vehiculos do seu saber; e, apropriando-as, immortalisou-as; e, immortalisando-as, *salvou-lhes* as ideias de que ellas eram portadoras, e os conhecimentos de que ellas eram o receptaculo, ou numa palavra, o *thesouro intellectual* completo, *que nellas se achava* encerrado; porquanto uma lingua é como uma corrente, que vae levando em suspensão todos os elementos da vida de um povo». Ainda que a Igreja não tivesse feito mais que salvar as *obras primas* da litteratura pagã, já com isso ficaria credora aos reconhecimentos de todos.

Nos lastimosos tempos, em que a Europa, saqueada pelos barbaros, via todas as suas bibliothecas destruidas, foram *os monges* os que salvaram do incendio e da rapina esses preciosos manuscriptos. E, emquanto tudo faltava para a multiplicação dos manuscriptos, eram os monges os que nas suas cellas ou no scriptorium *transcreviam* e espalhavam *grande numero* de copias. Empregavam neste trabalho os ocios, que lhes ficavam da oração, da educação das crianças e da mocidade, do desbravamento das terras, exgottamento dos pantanos e da construcção de muitas dessas cathedraes admiraveis, que cobrem o solo da Europa. E assim é que, emquanto por um lado Guizot affirma que os beneditinos desbravaram a Europa, ousa por outro lado o protestante Gibbon affirmar que um só convento destes religiosos prestou maiores serviços ás letras do que as duas universidades de Oxford e de Cambridge. « Não era uma abbadia, dizia A. Thierry, um logar de oração e de contemplação sómente, mas era tambem um publico asylo contra a invasão da barbarie. Alem de serem recintos para os livros e para as sciencias, encerravam tambem officinas de toda a sorte, e quanto ás suas terras eram ellas uns verdadeiros modelos de cultura. Eram as abbadias a escola, aonde iam instruir-se os conquistadores que, olhando a interesses bem entendidos, procuravam cultivar e colonisar os seus territorios¹.

1) Acerca dos muitos e mui diversos beneficios prestados á sociedade pelas ordens religiosas, podem-se consultar Hattinger, t. V.; o t. VI dos *Motus Occidentis*, de Montalembert; e para o desenvolvimento das sciencias, abba de Pirenne *De l'Eglise dans ses rapports avec le développement intellectuel*, etc.

5. E quanto não fizeram pessoalmente os Papas pelo desenvolvimento dos conhecimentos humanos? « Seria um nunca acabar se eu quizesse, diz mons. Freppel, fazer uma resenha dos grandes beneficios, que o Papado fez á causa das sciencias e das letras. Ver-se-hiam um Papa á frente na renascença das litteraturas grega e latina; os refugiados de Constantinopla procurarem um abrigo á sombra do throno Pontificio; um Lascaris ensinando o grego á admirada Europa, no monte Esquilino, ao lado do palacio de Leão X; um Nicolau V sustentando uma legião de sabios para irem recolher manuscriptos pelo mundo inteiro; um Pio II, o douto Enéas Sylvio, associando as luzes da sua sciencia ás dos seus protegidos. E, para me referir a tempgs mais chegados a nós, apontar-vos-hia um Paulo III animando Copernico nas suas immortaes descobertas; um Gregorio XIII pedindo á astronomia um calculo para melhor regular os dias e os mezes; um Sixto V dando desenvolvimento á bibliotheca do Vaticano, que é a admiração do mundo; um Urbano VIII, cujas obras poeticas merecidamente figuram entre as melhores que no seu genero possuem os tempos modernos; e, emfim, um Bento XIV, a quem o proprio Voltaire tributava grande respeito, saudando-o como o homem mais sabio do seculo XVIII ».

Em todo o percurso dos tempos christãos nos mostra a historia ter o Papado presidido sem cessar ao movimento scientifico e litterario, do mesmo modo que presidia ao movimento religioso e social. E quem não relembra ainda a memoria de Leão XIII, que pela sua sciencia, seus escriptos e suas obras ia á frente da civilisação contemporanea? Ninguem pôde deixar de admirar-lhe o zelo, com que este grande Pontifice favoreceu e recommendou os estudos solidos e conscienciosos quer da litteratura e da linguistica, quer da historia ou das sciencias naturaes, quer da philosophia e da theologia, e em summa, de todos os ramos do conhecimento humano¹. « Nada ha mais nobre do

1) Ha, sem embargo uma sciencia, que Leão XIII rejeita; é a « Sciencia, que não exerga mais que a materia e a imagina eterna; a sciencia que rebaixa o homem até ao nivel dos brutos, e que pelas suas extravagancias arruina os fundamentos da ordem moral, domestica e civil ». Ha tambem uma civilisação, que delle repudia: « Não é certamente aquella que aperfeicoa o homem quanto á triplice relação que apontamos, porque a esta dá a Igreja o seu mais efficaz concurso. Mas é a civilisação que procura arruinar o Christianismo, e com elle destruir todo o bem, com que elle nos veio enriquecer ».

que a gloria das letras», escrevia elle. E assim é que preconizava o estudo da litteratura romana e dos auctores gregos, dizendo: «Os modelos da Grécia brilham e se avantajam em todos os generos, de modo que nada se pode imaginar mais polido e mais perfeito».

§ II. — A Igreja e as Bellas Artes

Não podemos deixar de dizer algumas palavras, realmente bem significativas, ácerca da influencia da Igreja no progresso das Bellas Artes. «Supprimi, mentalmente, diz Armengaud, os monumentos da arte christã desde os tempos das catacumbas até aos nossos dias; supprimi tudo o que resta das collecções publicas e particulares, as maravilhas da pintura e da esculptura, inspiradas pelos genios christãos, e tereis a melhor demonstração de que foi a religião a unica inspiradora da grande arte, a fundadora de todas as escolas rivaes, a mãe nutricia dos artistas. A ella e só a ella toca o completar a belleza das formas pagãs, addicionando-lhes a belleza, ainda muito maior, do sentimento christão; a arte antiga tinha divinizado a materia, a arte moderna deu-lhe uma alma». Para não sahir da Italia, que nomes os dos pintores christãos, que illustraram o seculo, que vae de Leão X a Urbano VIII! Fra Bartolomeo, Leonardo da Vinci, Raphael, André del Sarto, Corregio, Julio Romano, Daniel de Volterra, Miguel Angelo, Palma o Antigo, Ticiano, Paulo Veronese, Tintoretto, os Carracis, Guido, Dominiquino. «Todas as religiões dão vida ás artes, mas nenhuma o faz tanto como a nossa», escrevia a Napoleão o grande estatuario moderno, Canova. Ainda bem que os tempos de um vergonhoso abandono passaram; e o nosso seculo de novo celebra com entusiasmo e se empenha em imitar as maravilhas medievas da architectura, da esculptura e da pintura. Admiram-se tambem e com muita razão as magestosas e commovedoras harmonias do canto gregoriano e as bellas composições de um Rollando de Lattre, dos Palestrinas e dos Allegris, de que dizia um mestre, depois de as ter ouvido na capella sixtina: «Não fiz mais que escutar os anjos e repetir o que elles cantavam».

Emquanto por um lado a Igreja dava ás almas as luzes da verdade e nellas assim infundia o sentimento do bello e o desejo de o exprimirem pelas artes, olhavam por outro lado os reformadores do seculo XVI como uma superstição a pompa dos altares, e como idolatria as innumerables obras primas que decoravam os nossos templos, e se obstinavam em destruir essas maravilhas da arte christã. «Eivando-se do espirito do seu fautor, frade invejoso e barbaro, declarou-se a reforma, diz Châteaubriand, a inimiga das artes. Ao supprimir a faculdade imaginativa do homem, cortou as azas ao genio e o atirou por terra... Se a reforma no seu começo houvera alcançado um exito pleno, ter-se-hia apresentado, ao menos durante certo tempo, com outra forma de barbarie!... A Europa, ou antes o mundo, achava-se coberto de monumentos da religião catholica. Foi ella a que nos deu essa architectura gothica, que nas suas minuciosidades eguala e na sua grandeza suplantou os monumentos da Grecia».

§ III. — A Igreja e o ensino

I -- Ensino popular

A verdadeira civilização, ou, melhor, a sociedade em si, tem como base o ensino religioso e moral; se ella não estiver assente em determinadas verdades fundamentaes, admittidas e practicadas pelas multidões, achar-se-ha incessantemente ameaçada não só quanto á sua prosperidade, mas ainda quanto á sua propria existencia. Esta verdade patenteia-se de um modo particular nos agitados tempos que vão correndo. Declarou-o o proprio V. Hugo, em 1850, em plena Assembléa nacional. «O ensino religioso é, a meu ver, hoje em dia, mais do que nunca necessario. Quanto mais o homem cresce mais deve crer. Ha um grande mal em nossos tempos; diria mesmo que quasi não ha outro mal: é uma certa tendencia a limitar tudo a esta vida. Dando-se ao homem por fim e por objectivo a vida terrestre e material, vêm aggravar-lhe todos os seus males com a negação, com que lh'a rematam: ao acabruamento dos infelizes accrescentam ainda o peso insup-

portavel do nada, e o que só é soffrimento, ou uma lei de Deus, transformam-no em desespero, que é uma lei do inferno. Daqui provêm as grandes convulsões sociaes. Está claro que eu sou dos que desejam, se melhore a sorte material dos que soffrem; mas o que não quero é que se esqueça que a maior das melhorias está em dar-se-lhes a esperança. Quanto se não attenuam os males finitos, quando lhes anda associada a esperança de um bem infinito! O dever de todos nós, legisladores, bispos, padres, escriptores, é... fazer com que todos levantem os olhos para o céu, é encaminhar as almas, dirigir-lhes todas as esperanças para uma outra vida, em que se fará justiça, em que a encontrarão. Digamos bem alto: ninguém injustamente, ninguém inutilmente, haverá soffrido. Não o esqueçamos, e ensinemos a todos: nada de nobre teria o viver, se tudo houvesse de morrer conosco. O que aligeira os trabalhos, o que sanctifica o trabalho, o que torna o homem forte, bom, ajuizado, paciente, benevolo, justo, o que o torna ao mesmo tempo humilde e grande, digno da intelligencia e digno da vontade livre, é ter ante si incessantemente a visão de um mundo melhor a radiar atravez das trevas desta vida »¹.

Ha, todavia, homens que pensam diversamente; cegam-se voluntariamente e obstinam-se em crer que a salvação dos povos está nos conhecimentos meramente humanos e na diffusão das sciencias e das letras. Mas ainda neste mesmo terreno não de confessar, se estão de boa fé, que a Igreja é merecedora de todo o reconhecimento dos amigos do povo. Não ha, com effeito, um facto historico mais solidamente comprovado que a *sollicitude da Igreja em diffundir a instrução* entre o povo.

1. Não se pode negar ser em primeiro logar a *prégação evangelica* um meio de uma efficacia maravilhosa

1) Não vos acompanhais, dizia o proprio Rousseau, com os que, a pretexto de explicarem a natureza, vão semeando nos corações doutrinas contristas. Derribando, arruinando, pisando aos pés tudo quanto os homens respeitam, tiram aos afflictos toda a esperança nas suas misérias, aos poderosos e ricos os unicos freios ás suas paixões; arrancam do fundo dos corações os remorsos do crime, a esperança da virtude, e ainda por cima se afanam de ser os benefeitores da humanidade. Nunca, dizem elles, a verdade fez mal aos homens. Eu creio como elles; e é esta para mim a grande prova de que elles não estão ensinando a verdade ».

para a cultura intellectual *dos povos*. Ora, esta prégação é uma coisa essencial para a Igreja. O Espirito do Senhor, diz Jesus, me enviou para evangelizar os pobres; e por isso foi a sua vida apostolica uma continua prégação ás turbas. Imitaram-no os seus discipulos, percorrendo a terra e annunciando a verdade, que illumina e purifica. «Ai de mim, se eu não evangelizar», exclamava o Apostolo das gentes. O conhecimento das verdades religiosas, ensinadas pela Igreja, constitue só por si o mais rico thesoiro da intelligencia humana. Affirmou-se, e com muita verdade, que o *catecismo* é a *philosophia* do povo. Não pôde deixar de reconhecê-lo Theodoro Jouffroy, um dos mentores da *philosophia* incredula. Fallando ao seu numeroso auditorio da Sorbonna, e referindo-se á summa desta doutrina, o catecismo, diz elle: «Ha um livrinho, que se dá a estudar ás crianças e ácerca do qual se lhes fazem interrogatorios na igreja; lêde este livrinho, o catecismo, e nelle encontrareis a solução para todas as questões que eu vos propuz, para todas sem excepção. Perguntae a uma criança qual é a origem da especie humana, e sabe-o; para onde vae, e sabe-o; como vae, e sabe-o. Perguntae a uma pobre criança, para que está cá na terra, o que lhe acontecerá depois da morte, e vos dará uma resposta sublime, que ella não comprehenderá, mas que não deixará porisso de ser menos admiravel. Perguntae-lhe, como foi o mundo creado e qual é o seu destino; para que formou Deus os animaes e as plantas; como foi povoada a terra; se foi por uma só familia, se por muitas; porque fallam os homens diversas linguas, porque soffrem, porque se guerreiam, como virá isto a acabar, tudo ella o sabe. A origem do mundo, a origem das especies, a questão das raças, o destino do homem nesta e na outra vida, as relações do homem para com Deus, os deveres do homem para com os seus semelhantes, os direitos do homem sobre a criação, nada disto ignora; e, quando for grande, já não hesitará ácerca do direito natural, do direito politico, do direito das gentes, porque tudo se deduz, tudo magestosamente flue, como por si mesmo, do proprio christianismo. Aqui está, o que eu chamo uma grande religião: reconheço-a assignalada com esta marca, a de não deixar sem resposta qualquer das questões, que interessam a humanidade».

2. Em toda a parte onde a Igreja levantou um templo, construía tambem uma escola. Logo desde os primeiros tempos cada episcopado tinha a sua escola episcopal. Assim o affirma o anglicano Bingham no seu celebre livro sobre as Antiguidades ecclesiasticas; e o mesmo assegura o douto Thomassino na sua obra, ainda mais conhecida, a *Antiga e a Nova disciplina da Igreja*; e do mesmo modo pensam Launoi, Lingard, Luiz Nardi, e muitissimos outros. Referindo-se ao estado da instrucção nas Gallias, nos primeiros seculos, dizem os sabios benedictinos, auctores da *Historia litteraria da França*: «Eram tantas as igrejas que se levantavam, quantas as escolas christãs». E, depois de dizerem que no VI seculo «a Igreja e a Ordem monastica eram os portos, aonde do naufragio se acolhiam os restos da instrucção e das sciencias», accrescentam: «As igrejas cathedraes possuiam ainda as suas escolas, onde persistia a mesma maneira de ensino que nos primeiros tempos». Importa observar aqui que antes do triumpho de Constantino ainda não existiam as igrejas parochiaes; então havia só bispados; e era o bispo que, auxiliado por alguns presbyteros sujeitos á sua jurisdicção, governavam o nascente rebanho. Mais tarde é que, divididas as dioceses em freguezias, vieram accrescentar-se as *escolas parochiaes* ás dos bispados.

No seu erudito estudo ácerca da *Instrucção primario* em França, antes da revolução, nota muito bem Alain que «a *Historia da instrucção dos differentes graus* nos primeiros tempos da idade media é *unicamente* a dos esforços, empregados pela Igreja em conservar as sciencias e em salvaguardar a civilisação em perigo. Desde o V ao XII seculo sómente o clero se occupou das coisas relativas ao ensino». Abra-se a *Collecção dos concilios*, e ver-se-ha, quanto estas doutas e sanctas assembléas se preoccupavam com as questões de ensino, e as recommendavam aos cuidados e prudencia dos pastores de almas. Já desde o seculo VI o concilio de Vaison appellava para o exemplo, já antigo, da Italia, para lembrar aos padres das Gallias a grave obrigação, que tinham, de educar e instruir a juventude.

Em termos analogos se exprimem uma multidão de concilios, como, por exemplo, o de Aix-la-Chapelle em

789, o de Thionville em 805, o de Moguncia em 813, o de Roma em 826, o de Paris em 829, o de Valença em 855. O sentir geral da Igreja acha-se expresso no 28.º canon do 3.º concilio ecumenico de Latrão em 1178: «Está a Igreja de Deus, como mãe terna, obrigada a procurar que os pobres, não podendo receber dos seus paes recursos sufficientes, não fiquem porisso privados da faculdade de aprender e de adiantar nas letras e nas sciencias. E porisso ordenamos que em todas as igrejas cathedraes se proveja, para que haja um mestre convenientemente dotado, o qual esteja encarregado de ensinar gratuitamente os clerigos desta igreja e *todos os alumnos pobres*».

Em conformidade com esta ordem de ideias se houveram os bispos e outros personagens, dedicados amigos da Igreja, em lhe secundarem os esforços. Theodulfo, bispo de Orleães, estimado de Carlos Magno, pelo seu saber e virtudes, publicou no seculo VIII o seguinte decreto, que á lettra reproduziram os regulamentos ecclesiasticos de Inglaterra naquelle tempo: «Que os padres tenham escolas em todas as aldeias e nos campos; e, se qualquer dos fieis (*quislibet*) lhes quizer confiar os seus filhinhos para aprenderem a ler, não se recuse a recebê-los e a os instruir; mas antes, pelo contrario, os ensinem com muita caridade. E, ao ensinál-os, não exijam nenhuma remuneração nem levem nada, a não ser que os seus paes voluntariamente a offereçam por affecto ou reconhecimento». Bastante conhecida é a sollicitude do imperador Carlos Magno ácerca do ensino. «Quiz Carlos, diz Ansegiso, na collecção dos capitulares deste imperador, que houvesse escolas em todos os mosteiros e bispados, para que tanto os *filhos dos homens livres*, como os *dos servos*, nellas aprendessem a grammatica, a musica e o calculo».

Na Allemanha o pensar ácerca do ensino era o mesmo que na França. Eis como se expressa E. Randu, inspector geral da Universidade em França, na sua publicação *A instrucção popular* na Allemanha do Norte, referindo-se aos tempos que antecederam a Reforma: «Tinha o *catholicismo* povoado a *Allemanha* de escolas populares, á semelhança do que fizera no resto da Europa; tinha procurado que o clero attrahisse ás suas escolas tanto os filhos dos livres como os dos servos; que todo o padre, cura

d'almas, ministrasse a instrução ou por si ou por um clérigo; que os bispos em suas visitas pastoraes, tivessem cuidado em levantar escolas, lá onde ellas não existissem; que o parochio de cada freguezia proporcionasse *aos pobres* o ensino gratuito. Mais ainda tinha feito o catholicismo; antes de J. B. de la Salle já os discipulos de Gerardo van Groote ensinavam ás crianças pobres a ler, a escrever, a religião e algumas artes mechanicas. Dos Paizes Baixos, donde estes irmãos eram naturaes, levaram no seculo XIV as luzes da sua caridade ás duas margens do Rheno, á Westphalia, á Saxonia, á Pomerania, á Prússia e á Silesia. Pelos mesmos tempos davam os conventos de religiosas *ás meninas do povo* as professoras, que a reforma depois lhes havia de retirar... Lançara assim o catholicismo a pedra angular do ensino, tanto para os filhos do povo como para os dos letrados».

Estando assim as coisas, não é para admirar que no seculo XVI o Concilio de Trento nenhuma mudança tivesse que fazer quanto ao ensino do povo, e que se contentasse só com o pôr-lhe o remate, pela fundação dos *seminarios menores*.

Não estava nada em decadencia a obra do ensino nos *dois seculos seguintes*. Anteriormente ao anno 1789 achava-se, por exemplo, a França coberta de escolas destinadas á instrução do povo. Só Paris possuía quinhentas pelo menos. Havia escolas até nas pequenas aldeias, como o demonstra o artigo 25 do edicto de 1615, que se expressa nestes termos: «Os inspectores, os preceptores, os mestres e as professoras *das pequenas aldeias* serão approvados pelos vigarios das parochias ou por outros ecclesiasticos que o possam fazer». «Os nossos ultimos reis, escrevia em 1771 Guido Rousseau de Lacombe, advogado do Parlamento de Paris, reuniram nas suas ordenações as determinações dos seus predecessores e as dos concilios, e, achando as escolas estabelecidas por toda a parte, o que procuraram foi manter-lhes a disciplina nellas e tornal-as mais frequentadas». «Cada parochia, escrevia Daniel Jousse em 1709, possui ordinariamente duas *escolas de caridade* para crianças pobres, uma para meninos e outra para meninas».

Num trabalho de patientes indagações, feito por C. de Robillard de Beaurepaire, vemos que as 1159 parochias da

antiga diocese de Ruão, visitadas por mons. de Aubigné, contavam 835 escolas de meninos e 306 de meninas. Outros trabalhos analogos nos attestam igual sollicitude da Igreja para as outras dioceses de França. «Antes da Revolução, diz Taine, eram innumeradas as pequenas escolas».

M. Alain, na sua obra sobre a Instrução Primaria antes da Revolução franceza, termina o capitulo nono intitulado *A Igreja e a instrução em França*, com estas palavras: «Quem ler desapassionadamente os extractos das nossas antigas ordenações synodaes, facilmente se vencerá, julgo eu, do zelo com que a Igreja de França trabalhou pela diffusão do ensino primario, e da grande prudencia que revela nos regulamentos que deu aos mestres e aos discipulos. São as compilações dos estatutos diocesanos dos dois ultimos seculos um monumento immorredoiro da sua dedicação pelos interesses da instrução e nos mostram até que ponto ella se preoccupou desta importante obra, e quão judiciosas industrias ella soube para esse fim empregar. Os que ousassem dizer que, se alguma coisa se fez em França pela instrução, se fez independentemente da Igreja e contrariamente a ella, mostram ignorar por completo a sua legislação e os seus trabalhos».

Estes serviços foram tão relevantes que nem a própria Revolução, no famoso preambulo á lei de 18 de agosto de 1792, duvidou proclamar que «os Irmãos das Escolas christãs eram benemeritos da patria». Nem este insuspeito testemunho deve causar admiração, pois que, quando S. J. B. de la Salle morreu havia escolas dos Irmãos em quasi todas as provincias de França; e é sabido que o seu ensino era gratuito. Chegaram mesmo a queixar-se da grande profusão dellas. «Os nossos casaes e aldeias estão cheias de escolas, diziam em 1773 os magistrados e os principaes de Saint-Dié, e não ha logarejo que não tenha o seu grammatico». Não deviam ignorar isto os calumniadores da Igreja, que ousam affirmar, sem darem prova nenhuma, ter a Igreja dominado por muitos seculos, sem se importar nada com a instrução.

Não será fóra de proposito dar aqui a conhecer o que pensava Voltaire á cerca da instrução popular. Dentre as

muitas maximas, com que sobre esta materia se sahiu este grande desprezador do povo, escolhamos apenas as seguintes: «O camponez não merece ser instruido. É mais que bastante para elle o saber manejar a enxada, a plaina ou a lima». «O essencial é que haja pobretões ignorantes». «Não é o operario que se ha de instruir, mas sim o bom burguez». Quanto ao povo «é necessario fazel-o carregar continuamente com o jugo e fazer-lhe sentir a aguilhada».

II. — O ensino superior e secundario

O ENSINO SUPERIOR. — É coisa sabida que *todas as universidades*, muito numerosas e florescentes durante a idade media, foram desde o XI e o XII. seculo ou fundadas *pela Igreja* ou lhe pediam a confirmação e a protecção. É certo que tambem foram amparadas pelo favor dos reis, mas não é menos certo que ellas se engrandeceram e prosperaram á sombra da Igreja romana. Um dos motivos, que os Papas adduzem nas suas bullas de erecção, é a obrigação que têm de dissipar as trevas da ignorancia e de estimular o ensino de todas as sciencias. Desde o seculo XIII ficaram-se ensinando nellas mesmo as linguas orientaes; e em 1311 tornou o concilio universal de Vienna este ensino obrigatorio para todas as principaes universidades. A primeira collecção para o estudo das sciencias foi um Papa, S. Pio V (1566-1572) que a mandou fazer, e já no seculo XIII havia no Vaticano um jardim botanico e medico.

E assim, emquanto estas universidades se governavam pelos estatutos dos Papas, e delles tinham os seus poderes, se impunham á admiração do mundo pelos seus *lentes insignes*, taes como Sancto Anselmo, S. Boaventura, Alexandre de Ales, Alberto o Grande, Duns Scoto e S. Thomaz de Aquino.

A *frequencia* nas universidades estava em harmonia com a excellencia do ensino nellas ministrado. Quando a Reforma protestante no seculo XV introduziu a perturbação na Europa catholica, eram as universidades de Zwoil, de Bois le Duc, de Colonia e Deventer frequentadas, respectivamente, por 800, 1200, 2000 e 2200 estudantes. A universidade de Vienna contava 3000 alumnos e até 7000, no

governo de Maximiliano I; e a de Paris, dizem, e a de Cracovia eram cursadas por 15000. Como era universal o uso da lingua latina no ensino universitario, não havia nenhuma difficuldade em que a qualquer destas universidades affluissem alumnos das differentes nações.

A universidade de Lovaina na Belgica, fundada por Martinho V, no seculo XV, brilhou com o maior grau de esplendor. Recebiam nella instrucção, como affirma Justo Lipsio, sete a oito mil alumnos e dois mil estudantes de direito. A nenhum alumno pobre se vedava o curso universitario; porque a caridade catholica se achava habilitada a prover a todas as suas precisões. Só nesta cidade havia para cima de quarenta casas, destinadas a recolher e a fornecer o alimento a estudantes sem recursos, mas de bons costumes e inclinação para o estudo. Só a universidade de Paris, affirma Laurentie, contava seiscentos e dezenove peculios, instituidos pelo clero a favor dos estudantes pobres.

ENSINO MEDIO. — Quanto aos *collegios*, em que com a religião se ensinava principalmente a antiguidade classica, havia-os até nas cidades mais somenos. Os magistrados é que geralmente lhes fiscalisavam a administração, mas o ensino era quasi todo ministrado pelo clero, ao qual por outra parte se reconhecia direito incontestado de inspecção. Tambem era a caridade christã que generosamente dotava estas numerosas instituições, e provia os peculios destinados aos estudantes pobres e abria bibliothecas publicas¹.

Seria um agravo o querer contrapôr á acção benefica da Igreja, o que em prol da instrucção fez a *Revolução franceza*, á qual certos escriptores se comprazem em attribuir, ainda que falsamente, muitas coisas excellentes. Não podemos nós aqui estudar este ponto; mas foi feito, em relação ás escolas primarias, por Victor Pierre, na *Revista*

1. Esta gratuidade de outra realisava-se mediante doações que espontaneamente tinham sido feitas; e não é por conseguinte esta gratuidade dos nossos tempos, que ordinariamente não é gratuita senão de palavra, pois que subsiste quasi só mediante os dinheiros publicos ou dinheiro de todos, e dá occasião a um novo imposto exigido aos pobres e aos ricos, sob pena de multas ou de prisão. Pense-se nas sommas que, na maior parte dos paizes da Europa, annualmente absorve o ensino nos seus differentes graus!

das *Questões historicas*, abril de 1880. Limitemo-nos só a observar que a Revolução de 1793 começou por abolir todas as escolas primarias. E com que veio a substituil-as? Com bellos decretos e nada mais; e tanto assim que não pôde o sabio Chaptal, ministro do Interior, deixar de confessar, em 1801, que: «A instrucção publica em França quasi não existe em parte alguma; a geração a entrar nos vinte annos está sem remedio condemnada á ignorancia; as escolas primarias em quasi nenhuma parte existem». «Em 1789 havia 47 homens por 100, e 26 meninas ou mulheres, que sabiam ler e podiam escrever ou pelo menos assignar o seu nome, affirma Taine. Nos ultimos tempos do Directorio e mesmo nos primeiros do Consulado, o ensino era quasi nullo em França; e cessou de facto oito ou nove annos depois».

Ao mesmo tempo que acabaram com as escolas do povo, destruíram tambem os quinhentos e sessenta e dois collegios, que existiam em França. «Antes de 1789, escreve Duruy na sua notavel obra sobre a *Instrucção publica e a Revolução*, contavam-se em França 562 collegios com 72.747 alumnos para uma população de 25 milhões de habitantes. Deste numero uns 40.000 recebiam a instrucção gratuita ou quasi gratuita». «Só o collegio de Luiz o Grande, diz Taine, tinha para isso 40.000 libras de renda. Hoje, segundo os documentos officiaes, ha só 81 lyceus e 325 collegios com 79.231 alumnos para uma população de 38 milhões de habitantes; e só 4.949 são subsidiados por peculios mais ou menos importantes. Numa só provincia de França, o Franco-Condado, havia mais destes peculios do que hoje ha em toda a França. Estes algarismos por si eloquentes dispensam-nos de quaesquer commentarios». Por aqui se vê quanta razão tinha Miguel Chevalier, quando disse que, «com a revolução e a suppressão das ordens religiosas, recuou-se extraordinariamente quanto ao ensino secundario»¹. Taine dá os mesmos algarismos, e ac-

1) «O ensino do Estado, que o Jacobino apresentou para substituir os antigos estabelecimentos e os estabelecimentos livres, não passou do papel. Installou ou decretou uma escola central por cada departamento, oitenta e oito collegios para o territorio da antiga França; não podem substituir os oitocentos ou novecentos collegios, tanto mais que estas escolas nem eram practicaveis, estavam arruinadas, mal arranjadas e desmobilizadas... E por isso a maior parte dos cursos estavam desertos». Taine, *Les origines de la France contemporaine*.

crescenta que alguns annos depois de rebentar a Revolução, estava o numero dos alumnos reduzido apenas a 7 ou 8 mil; e que, alem disso, de 7 alumnos, 6, em lugar de irem procurar a cultura nos collegios, iam a aprender um officio. Quanto ás universidades, uma só, a de Strasburgo, pôde subsistir, em razão de ser protestante; as outras vinte e quatro foram supprimidas. Os bens e as rendas destes venerandos estabelecimentos foram, está claro, confiscados e o seu pessoal reduzido á miseria ou á apostasia. O imperio e os governos, que se succederam, applicaram-se a reparar os males causados pela Revolução, mas o seu trabalho limitava-se a acudir, bem ou mal, aos estragos accumulados pelo livre-pensadeirismo revolucionario. E hão de estes louvaveis esforços dar a alguem o direito de injuriar a Igreja, que durante o correr dos seculos tinha feito mais e melhor?

Concluamos, pois, com Hurter: «Só os homens superficiaes, que não estudaram os documentos, e que ou estão cegos pela imaginada superioridade da sua epocha, ou são inspirados por seu odio systematico, é que ousam assacar á Igreja o ter fomentado a ignorancia».

III. — A Igreja e a paz social

Rematemos este capitulo, lançando os olhos sobre o estado da sociedade contemporanea. No regaço da abundancia e de uma prosperidade material inaudita, num seculo ufano com as suas invenções e os seus progressos, desenvolvem-se os germens de descontentamento, que ameaçam abalar a paz e até a existencia da propria sociedade. Vozes, ao principio isoladas, tornaram-se depois as vozes das turbas; e o murmurio confuso tornou-se um ruido ensurdecedor. Chega-se mesmo a aceitar como um principio a guerra entre as classes. As reivindicções, que se propõem, são nitidas e precisas: a sociedade acha-se viciada nos seus fundamentos, dizem; é necessario refazel-a pelas bases. A bem ou a mal a sociedade tem que constituir-se sobre este principio fundamental: Nem Deus, nem imperantes.

Ante estas ameaças e perigos, que são realmente sérios, o que fez a Igreja, sempre inspirada pelo Espirito

Sancto? Prosegue exercendo incessantemente a sua gloriosa missão da caridade por meio de seus filhos espalhados por todas as partes do mundo. Quem poderia contar as maravilhosas invenções da sua fé e do seu amor? As conferências de S. Vicente de Paulo, as congregações de S. Francisco de Regis, as Irmanzinhas dos Pobres, as Damas do Calvario, as Servas dos Pobres, os Esmoleres do trabalho e mil outras novas instituições vieram pôr á disposição do infortunio as mãos, as bolsas, a intelligencia e a generosidade de corações catholicos. E quantas feridas moraes e phisicas não cicatrisaram! Quantas lagrimas não enxugaram, quantos desesperados não consolaram, e quantas amarguras não suavizaram!

Não bastava, porem, isto; porque a tempestade continuava rugidora e o pavor subsistia. Foi então que se fez ouvir a voz de um prisioneiro, de Leão XIII, já encanecido pelos annos e pelos trabalhos, e sua voz echoou por toda a terra. Fez elle uma confissão dos coevos, dos agravados ao povo, aos operarios. Perscrutando as almas dos proletarios, viu nellas queixas e ambições, e formulou a seguinte norma para a regeneração social, baseada no Evangelho: « Quem recebeu da divina Bondade uma abundancia maior ou dos bens exteriores e do corpo, ou dos bens internos da alma, recebeu-os com o fim de os fazer servir ao seu proprio aperfeiçoamento e tambem para servir, como ministro da Providencia, ao allivio dos outros ». Era um chamamento ás almas generosas, mas ao mesmo tempo era um signal de alarma: « Ou dedicação ou morte ».

As Encyclicas *Rerum Novarum* de 1891 e de 1901, *Graves de communi*, que é um complemento e explicação daquella, marcam uma data na historia. Deram principio a um movimento social catholico, o que é muito natural; mas o que é muito para admirar, como reconhecem homens extranhos á nossa religião sancta, é que viessem abalar o mundo inteiro. E, se a Igreja tivesse universalmente sido escutada e obedecida, que irresistivel impulso não teriam estes documentos papaes dado á obra da pacificação social!

1) Julgue-se o que teria acontecido pelo que se realison num pequeno paiz, o qual, não obstante não lhe ser inteiramente fiel, mas por ter um governo catholico, publicou no espaço de 25 annos mais de 25 leis sociaes. Eis

A *Revolução social* imminente veio, entretanto, oppôr um obstaculo á *Reforma social*, a qual está ainda longe de ser uma realidade: a paz não se conclue, o odio não desarma, e os perigos e males vão-se aggravando. Mas, se a acção em prol do bem, para ser efficaz, tem que extender-se e generalisar-se e, se as verdadeiras dedicações têm que multiplicar-se mais, é pelo menos um ponto muito assente que ellas só surgem numerosas entre os povos catholicos e que os padres catholicos são os principaes mantenedores das obras sociaes. Os próprios socialistas confessam que o grande, o unico obstaculo sério aos seus desígnios é a Igreja catholica, com a sua *fé* e a sua *caridade*; é ella o unico inimigo que temem, e porisso é contra ella que devem dirigir todos os seus esforços.

como um estimado escriptor se exprime, resumindo a acção deste governo catholico da Belgica: « Em virtude das leis posteriores a 1884, 500.000 belgas foram dispensados da contribuição pessoal; quinze milhões de francos foram applicados a pensões operarias e a mutualidades. Gasta o Estado cada anno 14 milhões para convenientemente remunerar os milicianos da classe trabalhadora, e sacrifica 13 milhões para se reduzir o preço dos bilhetes a operarios nas linhas ferreas. O ensino profissional lhe custa mais de um milhão; tres milhões são empregados em beneficiar a agricultura. Não fallemos dos trabalhos publicos, em que se gastam centenas de milhões. Qual é o paiz que pode, proporcionalmente apresentar eguaes algarismos? »

Talvez se queiram ver os resultados. Pode o governo belga ufanar-se. parece, em mostrar as suas minas subterraneas, onde não trabalha uma só mulher; mais de 700.000 milhões de francos, consignados em mais de dois milhões de cadernetas da caixa economica; 500.000 a caixa dos invalidos; 6.000 sociedades de mutualistas; 25.000 alumnos nas escolas ou cursos professionaes; mais de 30.000 casas adjudicadas a operarios.

Quanto á agricultura os resultados são assombrosos. Que actividade se nota nos campos! As associações aqui prosperam sob todas as suas formas; a sciencia agricola em nenhuma parte está como lá espalhada. As terras belgas pareciam exgotadas; mas os aperfeiçoamentos nos methodos lhes deram uma nova fecundidade (as boas terras dão 25 a 30 hectolitros de trigo por hectare!); a abundancia resurgiu em regiões, que pareciam abandonadas a uma irremediavel crise ».

Conclusão geral para todo este Curso

Balmes, apresentando-nos num como breve quadro a civilização europeia, e mostrando os muitos títulos, que a Igreja de Christo, a Igreja catholica, tem á veneração e respeito dos povos, expressa-se deste modo:

«O individuo enriquecido com o sentimento nobre da sua dignidade, e com abundancia de actividade, de perseverança, de energia; a mulher elevada á dignidade de companheira do homem e recompensada, quanto ao dever de submissão, pelas respeitadas atenções que lhe prodigaliam; a suavidade e solidez dos laços da familia protegidos por fortes garantias da boa ordem e da justiça; uma consciencia publica admiravel, possuidora de sublimes maximas moraes, de normas de justiça e de equidade, de sentimentos de honra e de dignidade, consciencia que subsiste sobranceira ás ruínas da moral privada, e que impede que a desvergonha da corrupção chegue aos excessos que a antiguidade viu; uma certa brandura de costumes, que na guerra atalha as grandes hecatombes e na paz torna a vida mais amavel; um respeito profundo pelo ser humano e por tudo o que lhe diz respeito; um desejo ardente da perfeição em todos os seus ramos; uma tendenciã ir-resistivel, por vezes mal encaminhada, mas sempre forte, para melhorar a sorte das diversas classes; um impulso intimo, que leva a proteger a fraqueza, a socorrer o infortunio, impulso que quer ter a passagem livre, e que contrariado, refluindo, produz na sociedade um estado de nojo bastante parecido aos effeitos de um remorso; um espirito de universalidade e de propaganda; uma fonte inexgotavel de recursos para se rejuvenescer sem fenecer e para se pôr a salvo nas mais graves crises; uma generosa impaciencia, que procura antecipar-se ao futuro, do que resulta uma agitação, um movimento incessante, fonte de perigos, mais commummente, porem, fonte de grandes bens e symptoma de vida pujante; taes são as notas caracteristicas que assinalam a civilização europeia; taes são, em suas linhas

geraes, as qualidades que lhe dão um logar immensamente elevado acima de quaesquer outras civilizações, ou antigas ou modernas».

Honra á Igreja catholica, nossa Mãe, porque, depois de ter salvado a humanidade do diluvio da corrupção em que tinha cahido, a salvou ainda outra vez das ruínas accumuladas pela invasão dos barbaros! Honra á Igreja, que tão artisticamente soube trabalhar os elementos grosseiros, postos á sua disposição pela irrupção dos germanos e dos outros barbaros, amalgamando estes novos povos com os antigos povos, de forma que surgissem as nações modernas, cuja civilização veio projectar um novo brilho sobre o mundo! Honra á Igreja, cuja historia de um extremo ao outro não faz senão contar e proclamar o beneficio influxo que ella exerceu durante o correr dos seculos até aos nossos dias! O que ella no passado realisou pelos seus ensinamentos, pelas suas leis e instituições e pela graça, que sabe communicar ás almas, pode ella e deseja realisal-o; porquanto nada perdeu da sua fecundidade e perenne juventude.

Não obstante estes immensos beneficios e inestimaveis favores, continua ainda esta Igreja a ser o alvo de innumerados ataques. A maçonaria, conjugando todos os esforços de que podem dispôr os inimigos de Jesus Christo, bem quizera dar por fementida a palavra prophetica, que assegura a immortalidade a esta obra divina.

Não nos sobresaltemos, porem, quanto á sorte da sancta Igreja. Lá dizia já o brilhante luminar da Igreja, Sancto Agostinho, ha *quatorze seculos*: «Vêem a Igreja e dizem: vae morrer; não haverá em breve christãos, passaram de moda. E, todavia, emquanto isto se diz, elles todos os dias vão morrendo, e a Igreja lhes sobrevive, a annunciar o poder de Deus a todas as gerações que se vão succedendo».

«O Papado subsiste, affirmou por sua vez o celebre publicista protestante Macaulay, não em estado de decadencia, não como em ruínas, mas cheio de vida e de uma vigorosa juventude. Nenhum indicio apresenta, que indique estar proximo o termo da sua supremacia espiritual. Assistiu elle ao começo de todos os governos e de todos os estabelecimentos que existem hoje... Era grande e respei-

tado antes de os Saxões pôrem pé em terras da Grã Bretanha, antes de os Francos terem passado o Rheno, quando ainda a eloquencia grega estava florescente em Antiochia, quando os idolos eram ainda adorados no templo de Meca. Pode, pois, ainda ser grande e respeitado, quando um viajante da Nova Zelandia parando em meio de uma vasta solidão, se detiver a desenhar, encostado a um arco da ponte de Londres, as ruinas da cathedral de S. Paulo».

Encaremos, sim, o futuro com confiante serenidade, porque as divinas promessas não podem falhar¹. Pode a Igreja ser perseguida, como o foi o seu divino Fundador, pois a Igreja é *militante* cá na terra; podem até reinos inteiros chegar a perder o beneficio inestimavel da fé. Mas o que ella perde por um lado, compensa-lh'o a Providencia por outro lado. O que é que realmente estamos vendo com os nossos olhos? Emquanto se está desencana-deando a perseguição, movida pela maçonaria contra a Igreja, estreita esta mais os vinculos da sua unidade in-destructivel; e nunca a voz do supremo Pastor foi ouvida com maior amor e respeito pelos pastores e pelos fieis. E tão longe está de definhar, que cada dia o Evangelho se vae dilatando ao longe pelas suas conquistas pacificas. A obra das missões longinhas, interrompida pelos contratempos do XVIII seculo, recomeçou em nossos tempos com uma actividade verdadeiramente extraordinaria. Ahi estão os annaes da propagação da fé para attestar os progressos do apostolado contemporaneo nas regiões até nossos dias inexploradas da Africa, assim como nas ilhas mais selvagens da Oceania e nos centros do islamismo e da idolatria. E para não citar senão um facto, quando em 1866 se reuniu um concilio plenario em Baltimore, conta-

vam-se para os Estados Unidos sete arcebispos e trinta e sete bispos; ora, ainda ha pouco se reuniam para o mesmo fim e na mesma cidade quatorze arcebispos e sessenta e tres bispos. Este foi o progresso da fé num só paiz e no espaço de poucos annos!

Alem de que, os proprios soffrimentos da Igreja são um motivo de confiança para o futuro; pois a Igreja é uma imagem viva de Jesus Christo, que houve de passar os trabalhos da paixão para alcançar a sua gloria: *oportuit Christum pati et ita intrare in gloriam suam*.

E assim será a vida da Igreja para o futuro, o que foi para o passado, uma perpetua alternativa de combates e de triumphos, até que brilhe, alfim, o dia pela divina Providencia aprasado, em que, deixando, emfim, a arena em que terá luctado tantas e tão gloriosas luctas, vá lograr, com os derradeiros dos escolhidos, as delicias da celeste Sião.

E nesse grande dia de alegria e de gloria ver-nos-emos contados entre os filhos da Igreja *triumphante*? Tere-mos parte na felicidade *sem limite e sem termo*, por Deus, desde o começo, reservada a seus muito amados filhos? Sim, se durante a nossa curta passagem pela terra tivermos rendido a Deus homenagem da nossa intelligencia e da nossa vontade, se tivermos permanecido fieis á Igreja, nossa Mãe, *pela fé e pelas obras*; se com ella tivermos animosamente trabalhado, luctado e soffrido, pela causa de Deus; se, emfim, pudermos na nossa ultima hora repetir de verdade as palavras de S. Paulo: «Combati o bom combate, terminei a minha carreira, guardei a minha fé; só me resta agora a coroa de justiça, que o Senhor, justo juiz, me dará naquelle grande dia».

1) Estas palavras do egregio jesuita belga tinham uma grande opportuni-dade para o tempo em que ellas foram escriptas. A barca de Pedro singrava em meio de uma tempestade desfeita. As nações protestantes estavam pujantes de força; o colosso moscovita ia dilatando mais e mais as suas fronteiras e a sua influencia; e as nações catholicas por seu lado só punham obstaculos de toda a sorte á acção da Igreja, perseguindo as ordens religiosas, laicisando o ensino e confiando os poderes e a auctoridade a pessoas manifestamente hostis á Igreja ou indifferentistas e *respeitadores* de qualquer religião. Mas hoje as coisas mudaram. O colosso russo desabou e o schisma grego perdeu o character de religião official; uma coisa parecia se passou com o protestantismo na Alemanha; a Inglaterra mostra-se benevola como nunca para com a Sancta Sé e tem representante no corpo diplomatico do Vaticano, como já o tem tambem a França. A reacção catholica é, alem disto, cada vez mais intensa e vigorosa a favor da Igreja, nos paizes latinos, já mais ou menos desenganados dos tristes effectos dos chamados principios modernos.

INDICE

APRECIACÕES -- <i>Carta de S. S. Pio X</i>	III
-- <i>Carta do exmo. revmo. sr. d. Sebastião Leme, Arc.-Coadj. do Rio de Janeiro</i>	IV
-- <i>Carta-prefacio</i>	VII

INTRODUÇÃO AO CURSO DE APOLOGETICA CHRISTÃ

Prologo	1
CAPITULO I. — <i>Deus, sua existencia e natureza</i>	3
ART. I. — Existencia de Deus	3
PRIMEIRA PROVA. — Affirmação explicita da existencia de Deus	4
SEGUNDA PROVA. — Affirmação implicita da existencia de Deus	13
TERCEIRA PROVA. — A existencia do mundo visivel	16
QUARTA PROVA. — As perfeições e a ordem do mundo	20
QUINTA PROVA. — Contradições do atheismo e suas funestas consequencias	36
PROVA SUBSIDIARIA DA EXISTENCIA DE DEUS. — O escol das intelligencias do genero humano affirmou sempre esta existencia	41
ART. II. — Natureza e attributos de Deus	52
CAPITULO II. — <i>A alma humana — Espiritualidade, liberdade, immortalidade</i>	64
ART. I. — Espiritualidade da alma humana	64
§ I. Noções	64
§ II. Adversarios	65
§ III. Provas da espiritualidade da alma	66
§ IV. Objecções	70
ART. II. — Liberdade da alma humana	73
§ I. Estado da questão	73
§ II. Adversarios	74
§ III. Provas do livre arbitrio	75
§ IV. Objecções	82
ART. III. — Immortalidade da alma humana	88
§ I. Noções preliminares	88
§ II. Adversarios	88
§ III. Consenso dos povos	88
§ IV. Objecções	92

CURSO DE APOLOGETICA CHRISTÃ

I PARTE

A RELIGIAO CHRISTA

CAPITULO I. — <i>Noções geraes e questões preliminares</i>	95
ART. I. — Noções geraes	95
§ I. Sobre a religião	95
§ II. Sobre a revelação	98
§ III. Fim e divisão deste curso	103
§ IV. As tres phases historicas da religião revelada	103
ART. II. — Discussão de tres questões preliminares	107
§ I. Função que a razão desempenha em materias de fé	107
§ II. Meios que produzem a certeza preparatoria para a fé	111
§ III. Mystérios da religião	117
CAPITULO II. — <i>Valor historico da Sagrada Escripura</i>	122
ART. I. — Considerações geraes	122
ART. II. — Valor historico dos Evangelhos	126
§ I. Authenticidade dos Evangelhos	126
§ II. Integridade dos Evangelhos	138
§ III. Veracidade dos Evangelhos	140
CAPITULO III. — <i>Demonstração da divindade da religião christã</i>	156
ART. I. — Observação sobre o methodo desta demonstração	156
ART. II. — O milagre e a prophacia	158
§ I. Natureza do milagre	158
§ II. Possibilidade do milagre	159
§ III. Possibilidade de verificar o milagre	165
§ IV. Força demonstrante do milagre	173
§ V. A prophacia, sua natureza e qualidade	174
ART. III. — Dez provas sobre a divindade da missão de Jesus Christo e da religião christã, obra sua	176
PRIMEIRA PROVA: Os milagres de Jesus Christo	176
SEGUNDA PROVA: A resurreição de Jesus Christo	181
TERCEIRA PROVA: A realização das prophacias sobre a pessoa e missão de Jesus Christo	199
QUARTA PROVA: Os milagres dos apóstolos e discipulos de Jesus Christo	207
QUINTA PROVA: Cumprimento das prophacias feitas pelo proprio Jesus Christo	211
SEXTA PROVA: A prodigiosa propagação da religião christã	217
SETIMA PROVA: O testemunho dos martyres	228
OITAVA PROVA: Maravilhosos fructos do Christianismo ou prodigiosa transformação que elle operou no mundo	237

NONA PROVA: Os ensinamentos de Jesus Christo	242
DECIMA PROVA: Sanctidade incomparavel de Jesus Christo	263
Divindade de Jesus Christo	268
Resumo das dez provas e conclusão da primeira parte	279
1. A religião christã é divina	279
2. A religião christã é obrigatoria para todos os homens	280

II PARTE

A EGREJA CATHOLICA ROMANA

CAPITULO I. — <i>Noções preliminares</i>	287
§ I. Assumpto e divisão da segunda parte	287
§ II. Noções geraes sobre a Igreja	289
CAPITULO II. — <i>Só a Igreja romana é a verdadeira Igreja fundada por Jesus Christo</i>	297
ART. I. — <i>Signaes distinctivos ou notas da verdadeira Igreja</i>	297
I. Notas da Igreja em geral	298
II. Divisão das notas	299
III. Notas positivas	300
1. Unidade	300
2. Sanctidade	305
3. Catholicidade da Igreja	306
4. Apostolicidade	308
ART. II. — <i>A Igreja romana possui as quatro notas positivas da verdadeira Igreja</i>	311
§ I. A unidade	311
§ II. A sanctidade	315
§ III. A catholicidade	317
§ IV. A apostolicidade	318
ART. III. — <i>O protestantismo não possui as notas da verdadeira Igreja de Jesus Christo</i>	320
§ I. Não tem a unidade	322
§ II. Não tem a sanctidade	326
§ III. Não tem a catholicidade, nem a apostolicidade	330
§ IV. A regra de fé dos protestantes é contraria á vontade de Christo	332
ART. IV. — <i>A Igreja schismatica não possui os signaes caracteristicos da verdadeira Igreja</i>	337
§ I. Não tem a unidade	342
§ II. Não tem a sanctidade	344
§ III. Não tem a catholicidade	345
§ IV. Não tem a apostolicidade	346

ART. V. — <i>O primado da sede de S. Pedro ou o papado</i>	348
CAPITULO III. — <i>Sobre algumas prerogativas por Jesus Christo concedidas á sua Igreja</i>	364
ART. I. — <i>A indefectibilidade da Igreja</i>	364
ART. II. — <i>Auctoridade ou poderes da Igreja</i>	365
1. Poder de ensinar	366
2. Poder de administrar os sacramentos	368
3. Poder de governar	369
ART. III. <i>Infallibilidade da Igreja</i>	371
1. A sua natureza e a sua necessidade	371
2. Assumpto ou objecto desta infallibilidade	374
3. Possuidores desta infallibilidade	375
4. Condição requerida para haver infallibilidade	378
ART. IV. — <i>Fontes do ensino ecclesiastico</i>	379
1. Inspiração	379
2. Tradição	383
3. Regra da fé catholica	384
ART. V. — <i>Relações entre a Igreja e o Estado</i>	385
Independencia do poder espiritual	386
Independencia do poder civil	389
Sobre os direitos da Igreja	390
Accordo amigavel entre a Igreja e o Estado, em materias mistas	392
A Igreja e o Estado devem auxiliar-se mutuamente	394
Supremacia indirecta da Igreja sobre a sociedade civil	397
As immunidades ecclesiasticas e os bens de mão-morta	399
A mão-morta	405
ART. VI. — <i>O liberalismo e a liberdade</i>	407
1. Noções sobre o liberalismo	407
2. As liberdades modernas	412
3. Sobre a tolerancia	417
Resumo da doutrina catholica sobre o liberalismo e as relações entre a Igreja e o Estado	423
4. Algumas noções sobre a liberdade e as suas diversas especies	427
CAPITULO IV. — <i>Algumas das accusações que se fazem contra a Igreja</i>	433
§ I. <i>A intolerancia da Igreja</i>	434
1. Em que sentido é a Igreja intolerante	434
2. A intolerancia do protestantismo	435
3. Intolerancia dos outros inimigos da Igreja	440
4. A maxima: Fora da Igreja não ha salvação	441
§ II. <i>A Inquisição</i>	447
1. Origem e natureza da Inquisição ecclesiastica	448
A. Noticia historica	448
B. Juizo critico	454
2. Origem e natureza da Inquisição hespanhola	457
A. Noticia historica	457
B. Natureza da Inquisição hespanhola	459

3. Legitimidade, por principio e por direito, da Inquisição	461
4. Que juizo se ha de fazer sobre a Inquisição em geral, e em especial sobre a Inquisição na Hespanha	466
§ III. Processo de Galileu	470
1. Não prova nada contra a infallibilidade do Papa e da Igreja	470
2. A Igreja não se oppõe aos progressos scientificos, nem Galileu foi martyr da sciencia	476
§§§ IV. As Cruzadas	479
§§§ V. O S. Bartholomeu	483
§§§ VI. Revogação do Edicto de Nantes	486
§§§ VII. O poder exercido na idade media pelos Papas sobre o temporal dos principes	492
1. Este poder era inteiramente legitimo	492
2. Os Papas fizeram do seu direito um uso muito benefico para a sociedade	495
§§§ VIII. O poder temporal dos Papas	497
§§§ IX. Os maus Papas	501
CAPITULO V. — <i>A Igreja e a civilização</i>	504
ART. I. — Estado do mundo pagão antes de Christo	505
§§§ I. Uma vista geral	505
§§§ II. Condição dos individuos antes de Jesus Christo	509
1. Os escravos	509
2. Os gladiadores	511
3. Os pobres e os infelizes	513
4. Os operarios	514
§§§ III. A familia antes de Jesus Christo	514
§§§ IV. A sociedade ou o Estado antes de Jesus Christo e as relações entre os povos	516
ART. II. — Estado do mundo depois de Jesus Christo ou a civilização christã	518
§§§ I. Vista geral	518
§§§ II. A sorte dos individuos após a vinda de Christo	519
1. Os escravos e os gladiadores	519
2. Os pobres e os infelizes	522
3. Os operarios	523
§§§ III. A familia depois de Jesus Christo	524
§§§ IV. A sociedade publica depois de Jesus Christo e as relações internacionaes	525
§§§ V. A transformação dos barbaros após a vinda de J. C. As nações catholicas e as nações protestantes	526
529	
ART. III. — A Igreja e a cultura intellectual	535
§§§ I. Influencia da Igreja sobre as letras e as sciencias	535
§§§ II. A Igreja e as Bellas Artes	540
§§§ III. A Igreja e o ensino	541
1. O Ensino popular	541
2. O Ensino superior e secundario	546
3. A Igreja e a paz social	551
Conclusão geral para todo este Curso	554